

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Faculdade de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR

REIVINDICANDO TERRITÓRIOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA:

experiências de ações coletivas contra-hegemônicas frente à
mercantilização do urbano

LÚCIA CAMARGOS MELCHORS

Porto Alegre

Dezembro de 2019

LÚCIA CAMARGOS MELCHORS

REIVINDICANDO TERRITÓRIOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA:

experiências de ações coletivas contra-hegemônicas frente à mercantilização do urbano

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Dra. Heleniza Ávila Campos

Porto Alegre, dezembro de 2019

CIP - Catalogação na Publicação

Camargos Melchiors, Lucia
Reivindicando territórios na cidade contemporânea:
experiências de ações coletivas contra-hegemônicas
frente à mercantilização do urbano / Lucia Camargos
Melchiors. -- 2019.
303 f.
Orientador: Heleniza Campos.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de
Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto
Alegre, BR-RS, 2019.

1. planejamento insurgente . 2. território. 3. ação
coletiva . 4. redes sociopolíticas. 5. práticas
colaborativas. I. Campos, Heleniza, orient. II.
Título.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
LÚCIA CAMARGOS MELCHORS

REIVINDICANDO TERRITÓRIOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA:
experiências de ações coletivas contra-hegemônicas frente à mercantilização do urbano

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em:
BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a. Maria Camila Loffredo D'Ottaviano
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares
Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRGS

Profa. Dr^a. Vanessa Marx
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFRGS

Profa. Dr^a. Livia Teresinha Salomão Piccinini (PROPUR/UFRGS)
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – UFRGS

AGRADECIMENTOS

Ao final da jornada vale a pena ver que essa foi repleta de pessoas que, compartilhando momentos e experiências, me ajudaram a percorrê-la. Agradecer supõe tentar retroceder essa trajetória, reconhecendo aqueles que contribuíram para que ela fosse possível.

Agradeço muito especialmente a minha orientadora Heleniza Campos, pelo constante entusiasmo, apoio, valiosos ensinamentos e discussões, não apenas ao longo dessa pesquisa, mas durante o mestrado e no breve período de docência na FA-UFRGS.

Agradeço à UFRGS que, com o trabalho de tantos professores, desde muito tempo trás foi fundamental para minha formação e aprendizado. Aos professores, funcionários e colegas do PROPUR agradeço a oportunidade de fazer parte desse precioso espaço de reflexão e debate multidisciplinar ao longo da minha experiência acadêmica. Em especial aos professores Lívia Salomão Piccinini, Paulo Reyes e Paulo Soares, meu obrigada por participarem do exame de qualificação e pelo aprendizado em suas aulas e diálogos ao longo dos anos. Agradeço também aos professores que integram a banca final examinadora, Camila D'Ottaviano, Lívia Salomão Piccinini, Paulo Soares e Vanessa Marx por atenderem ao convite, dispondo do seu precioso tempo e conhecimento para analisar este trabalho.

Aos entrevistados, meu muito obrigada pela generosidade em aceitar participar da pesquisa fornecendo sua valiosa perspectiva.

Retrocedendo no tempo, agradeço à família, aos amigos, e aos amigos que são quase uma extensão da família, por compartilhar as alegrias e suavizar as dificuldades. Muito especialmente, aos meus pais, à Paula, Cris, Mauro, Clara, Ju, Gui e ao César, pelo inesgotável apoio, carinho, compreensão, incentivo e amor, não importando o momento ou a distância. À Paula agradeço ainda pelas inúmeras discussões ao longo desta investigação. Ao César não poderia de deixar de ser grata também não apenas por ser companheiro nesta jornada, mas por todas reflexões e o inestimável encorajamento muito além da pesquisa, compartilhando a vida comigo.

I would like to thank Unitec and my colleagues for all your support. I am also grateful to the students for constantly making my days brighter by discussing ideas with you. To my New Zealand friends, a big thank you for your friendship and constant encouragement.

Muito obrigada! *Ngā mihi nui!*

Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito,
então ele pode ser reimaginado e refeito.

David Harvey, Cidades Rebeldes, 2013

A resistência é o outro lado da esperança.

Edgar Morin, 1997

RESUMO

A pesquisa propõe uma reflexão sobre a influência de arenas participativas autônomas enquanto expressões de grupos e movimentos contra-hegemônicos que buscam influenciar o planejamento e a produção do território. Em especial nos países do Sul Global, a razão neoliberal contemporânea traz significativos impactos sobre o urbano, sendo perceptível a ampliação de mobilizações cidadãs que expressam o descontentamento com a atual conjuntura política e econômica e as condições de vida nas cidades. A crise urbana atual revela também a falência dos modelos de planejamento tradicionais, reiteradamente incapazes de responder aos problemas das cidades e aos anseios de distintos grupos da sociedade, demandando reflexões e reformulações sobre o tema. Quando os meios sancionados para a participação social não são suficientes para responder a demandas da população, ou ignoram direitos essenciais desta, os cidadãos passam a demandar novos espaços de ação. O planejamento insurgente, assim, embasa o estudo de processos de resistências e práticas criativas que grupos e movimentos têm utilizado para dar respostas a suas demandas e reivindicar direitos essenciais – de pertencer à cidade, produzi-la, habitá-la e de se apropriar do espaço em que vivem. Usando uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, são analisadas seis experiências, três brasileiras e três internacionais, refletindo-se sobre como práticas coletivas emergentes criadas por agentes organizados em redes sociopolíticas têm contribuído para que os cidadãos influenciem a produção do território, seja a partir de ações independentes ou contrariando processos institucionais. As ações contra-hegemônicas dos grupos estudados exprimem emergências de uma atitude política, independente e autônoma, que fortalece redes colaborativas e a emancipação cidadã. Essas ações são expressões de reivindicações coletivas voltadas a acessar, de forma tangível, o direito de fazer parte da cidade e das decisões sobre seu planejamento. Os grupos e movimentos estudados, assim, fazendo uso de espaços inventados, da arte, do lúdico, do resgate da memória e de práticas criativas, ampliam a reflexão sobre os processos urbanos contemporâneos, mostram que o território está em disputa e propõem alternativas à realidade atual fortalecendo a ação coletiva e colaborativa. O estudo dessas práticas coletivas emergentes evidencia o potencial de criação de espaços em que os cidadãos se tornam participantes mais ativos no desenho da cidade, reivindicando direitos e resistindo à ordem neoliberal e à mercantilização do urbano.

Palavras chave: planejamento insurgente, ação coletiva, território, práticas colaborativas, agentes urbanos, redes sociopolíticas, práticas populares de cidadania.

ABSTRACT

This research explores the influence of autonomous participatory arenas as expressions of counter-hegemonic groups and movements that seek to influence the planning and the production of the territory. Especially in the countries of the Global South, contemporary neoliberal reasoning has had significant impacts on urban space, triggering citizen mobilizations and expressions of discontent with living conditions in cities and the current political and economic conjuncture. The resulting urban crisis reveals the failure of traditional planning models, which have failed to respond to urban problems and the desires of different groups in society. When spaces sanctioned for social participation ignore the essential rights of the population, citizens begin to demand new spaces for action. "Insurgent planning" thus underpins the study of resistance processes and creative practices that groups and movements have used to respond to their demands and claim essential rights: To belong to the city, to produce it, to inhabit it, and to appropriate the spaces in which people live. Using a qualitative, exploratory and descriptive approach, six experiences are analysed - three in Brazil and three overseas. The research focuses on how emergent collective practices created by agents organized in socio-political networks have contributed to influence the production of territory, independently and/or in opposition to institutional processes. The counter-hegemonic actions of the groups studied, exemplify a political, independent and autonomous attitude, which strengthens collaborative networks and citizens' emancipation. These actions are expressions of collective claims aimed at tangibly accessing the right to be part of the city and its planning decisions. The groups and movements use invented spaces, art, playfulness, memory retrieval and creative practices, thereby broadening the debate on contemporary urban processes, expressing dispute over territories and proposing alternatives to conventional practice. The study of these emergent collective practices demonstrates the potential of creating spaces in which citizens become more active participants in the design of the city, claiming rights and resisting the neoliberal order and the commodification of cities.

Keywords: insurgent planning, collective action, territory, collaborative practices, urban agents, socio-political networks, popular citizenship practices.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das etapas da pesquisa.....	22
Quadro 2 – Experiências internacionais estudadas na Etapa 2 da pesquisa.....	24
Quadro 3 – Experiências nacionais estudadas na Etapa 2 da pesquisa	25
Quadro 4 – Quadro resumo das experiências analisadas na Etapa 2 da pesquisa	26
Quadro 5 – Unidades de Análise: experiências examinadas na Etapa 3 da pesquisa.....	27
Quadro 6 – Síntese dos procedimentos metodológicos	33
Quadro 7 – Níveis de Participação articulados a noção de controle e compartilhamento do poder.	41
Quadro 8 – Conceitos de planejamento insurgente e suas variações segundo a revisão da literatura.....	56
Quadro 9 – Insurgências e planejamento Insurgente à luz da revisão da literatura	63
Quadro 10 – Unidades de análise da pesquisa: temáticas, foco e ano de início.	104
Quadro 11 – Quadro síntese da dimensão estrutural das experiências analisadas: agentes, relações internas e formas de organização.....	171
Quadro 12 – Quadro síntese das dimensões processual e dos resultados relativos às experiências analisadas: táticas e interações.	172
Quadro 13 – Táticas/práticas diversificadas e imaginativas observadas nas experiências estudadas	201
Quadro 14 – Táticas usadas pelos grupos e movimentos para dar visibilidade aos conflitos/processos estudados	203
Quadro 15 – Apropriação de espaços digitais e material independente produzidos pelos grupos e movimentos estudados	208
Quadro 16 – Táticas de reapropriação e ressignificação do espaço observadas nas experiências analisadas.....	211
Quadro 17 – Práticas criativas observadas nas experiências analisadas.....	213
Quadro 18 – Práticas de reforço da afetividade usadas pelos grupos e movimentos estudados	218
Quadro 19 – Temporalidade das práticas segundo as experiências analisadas	219
Quadro 20 – Táticas distintas de relação com o Estado ausente	223
Quadro 21 – Síntese dos resultados e desdobramentos alcançados com as experiências analisadas	250
Box 1 – Experiência do Programa de Recuperação Bairros "Quiero mi Barrio", Chile	47

Box 2 – Experiência integrando Universidade-Comunidade Hīhīāua, Nova Zelândia.....	48
Box 3 – Experiência de Porto Alegre com o Orçamento Participativo (OP).....	51
Box 4 – Experiência de planejamento velado na Indonésia	59
Box 5 – Experiência contra despejos frente à Copa do Mundo, Cidade do Cabo, África.....	61
Box 6 – Experiência de grupos indígenas (Buryat) na Rússia	62
Box 7 – Experiência de planejamento transgressivo nas Filipinas	64

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Procedimentos metodológicos de investigação das unidades de análise.	28
Figura 2 – Dimensão estrutural das redes – agentes e organização	97
Figura 3 – Dimensão processual das redes – interações e práticas.....	101
Figura 4 – Localização da área Taksim Gezi e perímetro ocupado pela Comuna Gezi.....	107
Figura 5 – Mapas da ocupação da Taksim Gezi, Istambul, 2013.	109
Figura 6 – Performances realizadas durante a ocupação da Taksim Gezi.....	111
Figura 7 – Localização e traçado da rodovia <i>Costanera Norte</i> (na área central)	123
Figura 8 – Linha do tempo do movimento <i>Coordinadora No a La Costanera Norte</i> e origem da organização comunitária <i>Ciudad Viva</i>	126
Figura 9 – Localização do Cais Estelita e relação com o entorno imediato.	137
Figura 10 – Paisagem atual do cais Estelita e Projeto Novo Recife	138
Figura 11 – Linha do tempo do Movimento Ocupe Estelita	142
Figura 12 – Atividades realizadas pelo MOE em defesa do Cais Estelita.....	144
Figura 13 – Críticas ao Projeto Novo Recife (documentário Novo Apocalipse Recife)	146
Figura 14 – Localização da Vila Autódromo e relação com o entorno imediato.....	148
Figura 15 – Linha do tempo da luta da comunidade da Vila Autódromo.....	151
Figura 16 – Atividades desenvolvidas em apoio à comunidade da Vila Autódromo	159
Figura 17 – Localização do Projeto Nova Luz e entorno imediato.....	163
Figura 18 – Atividades realizadas em Festivais do Baixo Centro (2012 e 2013)	166
Figura 19 – Caminhada “Traga sua luz” elaborada pelo coletivo Política do Impossível	169
Figura 20 – Vila Autódromo: diagrama síntese dos agentes envolvidos e suas relações...	181
Figura 21 – Movimento Taksim Gezi: diagrama síntese dos agentes e suas relações	183
Figura 22 – Movimento Ocupe Estelita (MOE): diagrama síntese dos agentes envolvidos e suas relações	185
Figura 23 – Coletivo Política do Impossível e Movimento Baixo Centro: diagrama síntese dos agentes envolvidos e suas relações	186
Figura 24 – <i>Coordinadora No a La Costanera Norte</i> : diagrama síntese dos agentes envolvidos e suas relações.....	188
Figura 25 – <i>HPFP</i> : diagrama síntese dos agentes envolvidos e suas relações.....	188
Figura 26 – Práticas desenvolvidas pelos grupos segundo sua temporalidade e sua relação com o Estado.....	230

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AEIS – Área Especial de Interesse Social
- AMPAVA – Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo
- CDU – Conselho de Desenvolvimento Urbano (Recife)
- CPCO – Comitê Popular da Copa e Olimpíadas
- ENANPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
- ETTERN/IPPUR/UFRJ – Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- GORE – Governo Regional Metropolitano de Santiago, Chile
- HPFP – Federação de Pessoas Desabrigadas das Filipinas
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
- MINVU – *Ministerio de Vivienda y Urbanismo* (Chile)
- MOE- Movimento Ocupe Estelita
- MOPTT – Ministério de Obras Públicas e de Transporte e Telecomunicações, Chile
- NEPHU/UFF – Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense
- NUTH – Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro
- OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- ONG – Organização não governamental
- OP – Orçamento participativo
- PI – (coletivo) Política do Impossível
- PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
- PNR – Projeto Novo Recife
- SDI – *Slum Dwellers International*
- SHRU – Seminário de Habitação e Reforma Urbana
- TICs – Tecnologias de informação e comunicação
- TRF – Tribunal Regional Federal
- UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- VMSDFI – *Vincentian Missionaries Social Development Foundation*

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01. Introdução.....	15
1.1. Justificativa Relevância da pesquisa	19
1.2. Questões de Pesquisa.....	20
1.3. Objetivos da pesquisa.....	20
1.4. Procedimentos Metodológicos.....	21
1.5. Estrutura do documento.....	33
CAPÍTULO 02. Planejamento como instrumento de transformação social.....	35
2.1. O planejamento Urbano	35
2.1.1. Conceituando o planejamento	35
2.1.2. Propósitos, desafios e relevância do planejamento como mecanismo de transformação social	36
2.2 Planejamento e participação: compartilhamento de decisões, empoderamento e cidadania	40
2.3 Planejamento ao longo do tempo: teorias e transformação do papel da população nos processos	44
2.4 Planejamento como práxis: o planejamento insurgente e suas variações	54
CAPÍTULO 03. A produção do território e as redes de ação coletiva na contemporaneidade.....	69
3.1 O território e seus agentes: articulação e negociação de forças	69
3.1.1. Movimentos sociais, organizações comunitárias e coletivos urbanos.	80
3.2 Transformações urbanas resultantes da ordem neoliberal.....	83
3.2.1. Interdependência, sobreposição de escalas e oportunidades de ação	88
3.3 Em busca do empoderamento: agentes em rede e ação coletiva	91
CAPÍTULO 04. Em busca de um planejamento contra-hegemônico: experiências de resistências, insurgências e ativismos criativos no sul global.....	104
4.1 Experiências Internacionais	105
4.1.1. O Movimento <i>Occupy Taksim Gezi Park</i> , Turquia: ativismo e práticas insurgentes de cidadania.....	105
4.1.2. A Federação de Pessoas Desabrigadas das Filipinas – HPFP: planejamento autônomo, insurgências e colaboração crítica para superação da pobreza ...	113
4.1.3. O movimento <i>Coordinadora no a la Costanera Norte / Ciudad Viva</i> , Santiago do Chile: entre insurgências e colaboração crítica, explorando práticas coletivas em defesa do território	121
4.2 Experiências Nacionais.....	133
4.2.1. Antecedentes históricos	133
4.2.2. O Movimento Ocupe Estelita: resistência e ativismo insurgente.....	136

4.2.3. A Vila Autódromo: resistência e planejamento autônomo em resposta a disputas sociais urbanas	146
4.2.4. Coletivos de arte e cultura em São Paulo: festa na rua e desejos de transformação do centro da cidade	160
4.3 Quadros síntese das experiências analisadas	170
CAPÍTULO 05. Refletindo sobre as experiências analisadas na pesquisa.....	174
5.1. Considerações sobre a dimensão estrutural	174
5.2. Considerações sobre a dimensão processual.....	191
5.3. Analisando resultados e desdobramentos alcançados com AS experiências	231
Considerações finais.....	251
Referências	258
Apêndices	278
Apêndice A – Atributos chave para aprendizagem da cidadania segundo Merrifield (2001)	278
Apêndice B – Transformações urbanas das metrópoles latino-americanas sob os efeitos da globalização.....	279
Apêndice C – Categorias de análise da dimensão estrutural das redes – agentes, relações internas e formas de organização	280
Apêndice D – Categorias de análise da dimensão processual das redes – interações e práticas de ação.....	281
Apêndice E – Coleta de informações da Etapa 2 (Experiências internacionais).....	282
Apêndice F – Coleta de informações da Etapa 2 (Experiências nacionais).....	283
Apêndice G – Detalhamento das fontes usadas para coleta de informações da Etapa 3 da pesquisa.	286
Apêndice H – Entrevista semiestruturada realizada com pesquisadores envolvidos com as experiências analisadas na pesquisa.....	289
Apêndice I – Federação de Pessoas Desabrigadas das Filipinas – HPFP: táticas, programas, atividades e resultados alcançados	292
Apêndice J – <i>Ciudad Viva</i> : projetos e ações desenvolvidos pela organização	293
Apêndice K – Levantamento de coletivos atuantes no Centro de São Paulo	295
Anexos	296
Anexo A – Ocupação Taksim Gezi (Istambul, Turquia).....	296
Anexo B – Ocupação Taksim Gezi: coletânea de Atividades e iconografias geradas em apoio ao movimento	297
Anexo C – Coletânea de atividades realizadas em ocupações do cais Estelita.	299
Anexo D – Coletânea de eventos divulgados no facebook #OcupeEstelita.....	300
Anexo E – Coletânea de atividades realizadas em apoio à Vila Autódromo	301
Anexo F – Coletânea de atividades realizadas em Festivais do Baixo Centro.	303

CAPÍTULO 01. INTRODUÇÃO

A razão neoliberal que se impõe globalmente tem acirrado desigualdades sociais, comprometendo o acesso a direitos, intensificando a noção de competição (DARDOT; LAVAL, 2016) e trazendo significativos impactos para as cidades. Aspectos que, como aponta David Harvey (2014), caracterizam a crise de urbanização planetária – ecológica, social e política – que afeta nossa realidade.

Diante desse contexto, é perceptível também a ampliação de mobilizações cidadãs que expressam o descontentamento com a atual conjuntura política e econômica e as condições de vida nas cidades. A crise urbana contemporânea, tem revelado, também, a falência do modelo de planejamento nos modos tradicionalmente concebidos, ou seja, vinculado diretamente aos mecanismos do Estado, este interpretado como mediador, gerenciador ou ainda empreendedor (HARVEY, 1989; DARDOT; LAVAL, 2016), reiteradamente incapaz de responder aos problemas urbanos e aos anseios de seus cidadãos, o que evidencia a premência de reflexões e reformulações sobre o tema.

Muitas das mudanças que a contemporaneidade impõe têm significativo impacto para a população urbana, mas são realizadas sem que a maioria da sociedade seja incluída nas discussões. As cidades são fruto da ação humana, produzidas pelas interações e relações de poder que se estabelecem entre os diferentes agentes¹. Esses agem para moldar o território, impregnando-o com materialidades e sociabilidades. Sem dúvida se guiam por interesses distintos e possuem maiores ou menores possibilidade de influenciar esse processo, visto que a sociedade é marcada por assimetrias de poder. Na produção do território, os agentes se opõem, se articulam e se coligam criando redes (RAFFESTIN, 1993), muito em razão de demandas e conflitos, cotidianamente travados, seja pela condição de moradia, por lutas ideológicas ou ainda por sua permanência na cidade. A cidade é, assim, um local de encontro, palco de disputa e também meio de expressão das relações humanas e de reivindicação dos distintos agentes que lutam pelo território.

Sob esse entendimento, a pesquisa propõe uma reflexão sobre a influência de arenas participativas autônomas enquanto expressões de grupos e movimentos contra-hegemônicos que buscam influenciar o planejamento e a produção do território, fazendo uso de redes

¹ Ao longo do texto, adota-se a terminologia de agentes para discutir os envolvidos nos processos analisados, por se entender que essa é a que melhor detém o significado de que esses estão diretamente articulados aos processos de planejamento e produção do território, ou seja, agem diretamente para influenciá-los.

sociopolíticas como estratégia de fortalecimento da ação coletiva. O termo contra-hegemônico é compreendido aqui, similarmente ao que coloca Boaventura de Souza Santos (2004), a uma diversidade de ações de resistência contra a injustiça social em suas múltiplas dimensões que incluem lutas diversas por "um outro mundo possível", mesmo que não se tenha clareza de como esse será e se ou quando será alcançado. Se associa a um questionamento da modernidade, da racionalidade e da democracia na busca por reabilitar e incluir os excluídos e celebrar a diversidade (social/racial/étnica), por buscar construir processos contra a globalização, a homogeneização e que questiona formas de desenvolvimento e de planejamento. São assim, expressões de um contra poder que “vem da capacidade dos agentes sociais de desafiar o poder para reivindicar a representação de seus valores e interesses” (CASTELLS, 2013).

Este estudo surge de uma inquietação advinda de reflexões sobre o planejamento e a produção do território, tomado a partir de uma perspectiva participativa, que permita ampliar arenas de interlocução entre os diversos agentes. Uma participação que inclua e atenda também parcelas tradicionalmente marginalizadas e que contribua para o empoderamento da população, ao possibilitar que essa se aproprie das decisões urbanas. As mudanças políticas do Brasil nos últimos anos, impulsionando a emergência de forças conservadoras e de retrocessos para a agenda urbana, associada a vivência e docência da pesquisadora em um contexto em que os sistemas de planejamento são mais transparentes e abertos às minorias² ampliaram essa preocupação, ao possibilitar a observação, por exemplo, de regimentos urbanos originados por reivindicações de minorias indígenas que conquistaram mais espaços para valorização de sua cultura. Assim, diante do inevitável cotejamento entre realidades distintas, restava o questionamento sobre como avançar em relação ao planejamento no contexto da realidade brasileira.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, com a compreensão maior da trajetória histórica que construiu o planejamento urbano ao longo do tempo no Brasil, somada ao exame da razão neoliberal que tem regido a ordem política e econômica global contemporânea, sobretudo nas últimas duas décadas, e que afeta de forma indelével o território, os agentes que o constroem e as próprias relações que se estabelecem nesse processo, a investigação foi se modificando em direção às formas recentes de questionamento social e de insurgências urbanas. Conduziu-se, assim, à análise, não do processo institucional de planejamento e gestão moldados pelo aparato estatal, mas da exploração de práticas coletivas emergentes, que ocupam espaços alternativos e buscam possibilidades de influenciar tanto o planejar quanto a produção do território.

² Aqui se referindo a realidade da Nova Zelândia, país que tem demonstrado uma mudança social e política para reforçar o reconhecimento da população Maori nos processos decisórios sobre o território.

A literatura mostra que o neoliberalismo aprofundou as diferenças entre os países hegemônicos (“norte global”) e os países periféricos (“sul global”), que têm sofrido mais fortemente seus impactos (AMARAL, 2007; MARTINS, 2011; RIBEIRO, 2013). A distinção entre o Norte e o Sul Global é entendida muito além de uma perspectiva de diferenciação geográfica, relacionam-se a processos históricos que originaram espaços urbanos com características gerais distintas³. Embora o neoliberalismo afete países das distintas partes do globo, os processos de intensa urbanização do Sul Global estão associados a grandes desigualdades nos padrões de vida, no acesso a recursos (pobreza, carência de infraestrutura, desemprego) e nas condições políticas e instituições públicas mais frágeis (DADOS; CONNELL, 2012; WATSON, 2014; MIRAFTAB, 2016). Essas novas condições originam a possibilidade de se pensar um planejamento alternativo, capaz de dar respostas a essa condição, subordinada, global.

Diante desse contexto, passou-se, a valorizar outras perspectivas do planejamento, que envolvem novos agentes (não apenas o técnico detentor do conhecimento e poder) e novas práticas que influenciam esse processo, seja através do uso de canais institucionais, de forma independente, ou mesmo contrariando o planejamento proposto pelo Estado. Quando os meios sancionados para a participação popular não são suficientes para responder a demandas da população, ou ignoram seus direitos essenciais, parcelas da população inconformadas com essa realidade passam a demandar novos espaços de ação (não mais acomodando-se aos processos, por vezes ineficazes, de democracia representativa). O planejamento insurgente⁴, desta forma, emerge como um caminho explorado na pesquisa, permitindo analisar processos de resistências, insurgências e práticas criativas através dos quais os cidadãos têm dado andamento a suas demandas para reivindicar direitos essenciais – de pertencer à cidade, produzi-la, habitá-la e de se apropriar do espaço em que vivem⁵.

A investigação tem como recorte territorial o Sul Global, estudando práticas emergentes desenvolvidas por grupos e movimentos localizados em cidades de distintos países. Adota-se uma abordagem transescalar entendendo-se que, na contemporaneidade, fenômenos e processos ocorridos em um contexto geográfico estão profundamente articulados a uma realidade global (VAINER, 2001; DELANEY; LEITNEH, 1997; SOUZA, 2013), tanto através de processos econômicos como de meios de comunicação e informação

³ De forma ampla, o conceito de “Sul Global” é usado por autores como Miraftab (2009), Dados Connell (2012) e Watson (2016) para se referir às regiões da América Latina, África e parte da Ásia e da Oceania que não ocupam lugar de destaque na cadeia econômica mundial.

⁴ Adota-se na pesquisa o termo insurgente para se referir às insurgências e ao planejamento insurgente. A multiplicidade de conceitos usados de forma similar (incluindo a noção de planejamento radical, planejamento subversivo, planejamento transgressivo) serão discutidos no desenvolver da pesquisa, mais especificamente no Capítulo 2.4.

⁵ Associa-se, assim, também a luta em defesa do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), entendido como o direito à vida urbana, transformada, renovada. Um direito coletivo de construir e reconstruir a cidade (pelo exercício coletivo do poder), um direito de mudar os próprios cidadãos ao mudar a sua cidade (HARVEY, 2012).

que permitem novas formas de organização social e política. Busca-se entender em que medida essas práticas coletivas têm contribuído para que os cidadãos sejam empoderados para influenciar o planejamento e o território, seja contrariando estruturas institucionais ou agindo de forma independente. Reflete-se também, sobre como essas práticas têm auxiliado os grupos a resistir ao domínio econômico neoliberal na busca da construção de uma cidade mais justa (FREIRE, 2000; SANTOS, 2004), que todos tenham direito a usufruir e construir.

O papel contra-hegemônico do planejamento insurgente emerge da constatação de que esse desestabiliza a ordem normalizada das relações e das práticas de agentes dominantes, dá vez ao direito dos cidadãos de discordar e de buscar novos meios (próprios) de se envolver e participar, ao mesmo tempo em que explora como enfrentar a realidade (capitalista) e investiga meios de contestar os sistemas de opressão (MIRAFTAB, 2009). As ações dos grupos estudados, assim, mostram interesses que não estão vinculados a grupos do poder vigente, mas expressam emergências de uma atitude política, que não é partidária, que se dá de forma independente, autônoma, fortalecendo redes colaborativas e de emancipação (ROCHA, 2017).

As unidades de análise da pesquisa compreendem três experiências nacionais e três internacionais. Internacionalmente foram selecionados o Movimento *Occupy Taksim Gezi Park* (Istambul, Turquia); a experiência da Federação de Pessoas Desabrigadas das Filipinas; e o movimento *Coordinadora No a La Costanera Norte* (Santiago do Chile). No contexto brasileiro se analisa a experiência do movimento Ocupe Estelita, em Recife, da comunidade da Vila Autódromo no Rio de Janeiro; e de grupos que praticam ativismos culturais e artísticos no centro de São Paulo, como o Coletivo Política do Impossível e o Movimento Baixo Centro.

O Movimento *Occupy Taksim Gezi Park* (Istambul) e o Movimento Ocupe Estelita (Recife) ilustram como dois contextos distintos responderam ao planejamento voltado a transformar espaços urbanos simbólicos com a implantação de empreendimentos imobiliários de grande porte. As práticas ativistas artísticas do Política do Impossível e do Baixo Centro (São Paulo) exibem exemplos de manifestações efêmeras que buscam ressignificar espaços e ampliar a reflexão sobre a transformação urbana em defesa do espaço público e do Direito à Cidade. A experiência do movimento *Coordinadora No a la Costanera Norte* (Chile) mostra um processo de ação coletiva inicialmente centrado na oposição ao planejamento institucional que se transforma e origina à organização comunitária *Ciudad Viva*, que passa a apoiar causas urbanas mais amplas. Já as experiências da Federação de Pessoas Desabrigadas — HPFP (Filipinas) e da Comunidade da Vila Autódromo (Rio de Janeiro), trazem a perspectiva de ação de comunidades de baixa renda que atuam pela superação da pobreza e em defesa do Direito à Moradia.

1.1. JUSTIFICATIVA | RELEVÂNCIA DA PESQUISA

A necessidade de se re-situar o planejamento do território no mundo contemporâneo, dada a sua incapacidade de responder às demandas sociais através de processos verticalizados (*top-down*) já foi ressaltada por distintos autores (FRIEDMANN, 1987; SANDERCOCK, 1998; HANDOLPH, 2007; MIRAFTAB, 2016; SLAEV *et al*, 2019). A literatura relativa à teoria do planejamento salienta que, especialmente no Sul Global, existem dificuldades na implementação de processos participativos dentro das estruturas institucionais de planejamento, visto que muitos dos sistemas democráticos têm sido incapazes de ultrapassar as dificuldades impostas pelo contexto neoliberal (MIRAFTAB, 2009; WATSON, 2016). Nesse sentido, a ordem neoliberal agravou desigualdades sociais, agudizou problemas urbanos e impulsionou um modelo de desenvolvimento excludente (aumento da favelização, informalidade, violência urbana, congestionamentos, precariedade de transportes urbanos, etc) (VAINER, 2013) trazendo à tona a necessidade de pensar sobre o modelo de cidade se quer construir na garantia de direitos humanos essenciais (HARVEY, 2013).

Assim, justifica-se fazer essa transição do olhar, tradicionalmente focado em processos institucionais de planejamento, para valorizar a perspectiva emergente e socialmente construída, reconhecendo a importância das práticas sociais de origem popular como fonte de estudo. A relevância desse estudo é apoiada por autores como Beard (2002), Randolph (2007) e Miraftab (2016), entre outros, que reconhecem o planejamento insurgente como uma das formas usadas para tentar dar respostas às reivindicações dos cidadãos, sustentando que esses, através de suas práticas sociais, têm potencial de agir como agentes de transformação social (FRIEDMANN, 1987; SANDERCOCK, 1998; IBABAO, 2013; RANDOLPH, 2007; MIRAFTAB, 2016).

No cenário brasileiro, a relevância em analisar essas relações entre planejamento e práticas sociais enquanto campo de pesquisa é expressa, por exemplo, em encontros profissionais e periódicos especializados recentes, como o “XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR”, realizado em 2017 com o tema “Desenvolvimento, crise e resistência: Quais os caminhos do Planejamento Urbano e Regional?” ou a publicação do periódico especializado *Cadernos Metrópole* v. 21, n. 46, organizada pelo Observatório das Metrópoles, importante rede de pesquisa nacional, com a temática “O ativismo urbano contemporâneo: resistências e insurgências à ordem urbana neoliberal”.

Ao mesmo tempo, uma vez que se entende que as cidades são produto da ação humana e construídas pelas interações dos diversos agentes, torna-se fundamental investigar a construção do planejamento compreendendo a perspectiva das redes sociais e políticas.

Essas permitem refletir sobre as estratégias utilizadas pelos agentes para ampliar seu poder de influenciar a produção do território, porém, pouco se discute sobre a articulação entre o planejamento insurgente e as redes como estratégia de ação coletiva, o que abre uma lacuna a ser explorada como espaço de pesquisa.

As experiências discutidas nessa tese buscam contribuir para a produção de literatura sobre esta temática, discutindo sobre como diferentes grupos e movimentos têm atuado para demandar suas reivindicações frente ao fenômeno do neoliberalismo e como auxiliam na reflexão sobre possíveis caminhos tanto para o planejamento quanto para superar desafios da produção contemporânea do território, marcada por injustiças sociais, processos de segregação, privatização do espaço urbano e mercantilização do urbano.

1.2. QUESTÕES DE PESQUISA

Essa pesquisa foi elaborada a partir de questões norteadoras, que foram se modificando com o desenrolar do processo. Partiu-se da seguinte questão:

- Como podem ser criadas arenas que possibilitem a ampliação da participação da população nas decisões sobre o planejamento do território, seja através de processos institucionais ou contrariando e propondo alternativas a esse?

A partir da revisão inicial da literatura, se passou a questionar mais fortemente que outras instâncias, além das institucionais, podem ser utilizadas pela população para influenciar o planejamento do território, conduzindo a investigação para a exploração de práticas coletivas e levando a novas reflexões:

- Como arenas participativas compostas por grupos, movimentos e coletivos urbanos contra-hegemônicos podem, no atual contexto de forte inflexão neoliberal na sociedade contemporânea, influenciar ou alterar processos de planejamento do território, seja atuando de forma autônoma ou contrariando propostas institucionais?
- Em que medida redes de agentes podem contribuir para este processo ou ser impulsionadas por ele?

1.3. OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo geral:

- Analisar, a partir de exemplos selecionados, nacional e internacionalmente, a ação coletiva insurgente de grupos, movimentos e/ou coletivos urbanos, articulados em redes sociopolíticas e refletir sobre os efeitos gerados no território.

Objetivos Específicos:

- Discutir teoricamente conceitos-chave fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, tais como: planejamento-participação, insurgências, relação entre território–agentes sociais, agentes–redes–poder.
- Identificar possibilidades de ampliar arenas participativas que influenciem o planejamento e a produção do território, a partir dos exemplos enfocados.
- Estudar similaridades e pontos de articulação entre diferentes redes de agentes sociais que, a partir de práticas emergentes, têm influenciado o planejamento do território. Analisar como estas redes se estruturam, atuam e que resultado alcançam com suas ações.
- Apontar, a partir dos exemplos selecionados, como redes de agentes sociais podem contribuir com a produção de um planejamento contra hegemônico, capaz de responder aos desafios do neoliberalismo e contribuir para a redução de desigualdades/injustiças sociais.

1.4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem enquadramento geral na grande área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, mais especificamente em Planejamento Urbano e Regional. Na estrutura do Programa de Pós-Graduação do PROPUR se enquadra na linha de pesquisa Planejamento e Espaço Urbano e Regional.

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva apoiada em investigação bibliográfica focada e orientada pela ideia de contra-hegemonia e insurgência no planejamento do território. Visando identificar, documentar, interpretar e investigar como redes sociopolíticas de agentes podem contribuir para a produção de um planejamento contra hegemônico do território, adota-se uma abordagem qualitativa para coleta e interpretação das informações. A metodologia qualitativa fornece ferramentas para auxiliar na compreensão das complexidades existentes nos processos urbanos, pois oferece instrumentos que permitem considerar experiências e significados divergentes (MANZI; JACOBS, 2008).

Para delimitação temporal, focou-se em experiências surgidas a partir da virada do século XXI ou que se mantem politicamente ativas e impressas no território na atualidade, embora possam ter se iniciado anteriormente. Emprega-se uma abordagem multiescalar, entendendo-se que a contemporaneidade é marcada por fenômenos e processos que ocorrendo em um contexto geográfico específico, estão profundamente articulados a uma realidade global (globalização). No contexto internacional, limita-se espacialmente o olhar ao

Sul Global⁶, orientando-se pela literatura que salienta a importância de diferenciar processos ocorridos em países periféricos no sistema mundial, uma vez que esses enfrentam desafios mais complexos frente ao processo de globalização e à desigualdade social existente nesses contextos, gerando particularidades em relação aos países desenvolvidos (WATSON, 2014; WATSON, 2016; MIRAFTAB, 2016).

O delineamento da pesquisa foi construído durante seu percurso, podendo ser resumido em cinco etapas principais, descritas resumidamente no Quadro 1, e detalhadas na sequência do texto.

Quadro 1 – Síntese das etapas da pesquisa

Etapa	Objetivo
<p>1 Revisão e sistematização da literatura</p>	<p>analisar e discutir teoricamente conceitos-chave: planejamento-participação; relação entre território-agentes sociais, agentes-redes-poder</p>
<p>2 Leitura de experiências de redes de agentes em defesa de seus territórios</p>	<p>entender como grupos, movimentos e coletivos urbanos de distintas cidades do Sul Global, têm, através de insurgências, resistências criativas e do planejamento insurgente, dado respostas aos desafios do planejamento no contexto neoliberal</p>
<p>3 Definição das unidades de análise e coleta de informações sobre elas</p>	<p>limitar o número de experiências, para aprofundar seu estudo - Definidas 06 unidades de análise (03 internacionais e 03 nacionais)</p>
<p>4 Entrevistas semiestruturadas c/ pesquisadores envolvidos nas experiências analisadas ou que os enfocaram em suas pesquisas</p>	<p>verificar: a) percepção dos entrevistados sobre a relação da experiência (da qual participaram/ analisaram) com o planejamento urbano; b) outras perspectivas sobre resultados/ desdobramentos conquistados por cada das experiências; e; c) obter informações complementares</p>
<p>5 Análise e sistematização das informações coletadas</p>	<p>correlacionar as informações coletadas cruzando-as com a revisão da literatura.</p>

Elaborado por L. C. Melchior (2019).

ETAPA 1 – REVISÃO E SISTEMATIZAÇÃO DA LITERATURA

A primeira etapa compreendeu a revisão da literatura e sua sistematização. A partir de pesquisa bibliográfica foram analisados e discutidos teoricamente conceitos-chave usados no desenvolvimento da pesquisa: planejamento-participação, relação entre território-agentes sociais, agentes-redes-poder.

⁶ O Sul Global é adotado pela literatura para se referir de forma ampla à América Latina, África e partes da Ásia e Oceania nas quais o acelerado processo de urbanização se associa a condições de pobreza, desemprego, carência de infraestrutura, condições políticas mais instáveis e instituições públicas mais enfraquecidas que as encontradas nos países desenvolvidos (WATSON, 2014; WATSON, 2016; MIRAFTAB, 2016).

A proposição inicial da pesquisa era voltada a compreender processos participativos de planejamento criados institucionalmente, porém, durante a revisão da literatura, dada a compreensão da transformação do planejamento nas duas últimas décadas e a necessidade de avaliar alternativas que entendam como o planejamento pode responder ao contexto atual neoliberal, optou-se por redirecionar a pesquisa conduzindo-a para analisar experiências de grupos, coletivos e movimentos sociais que buscam influenciar os processos de planejamento e de decisão sobre seus territórios a partir de iniciativas emergentes (*bottom-up*).

A partir da revisão da literatura, tendo como base as questões norteadoras e buscando conduzir as análises das experiências a serem posteriormente estudadas, foram definidos parâmetros comuns para a coleta de informações, incluindo: a dimensão estrutural das redes sociais criadas pelos agentes, as formas de atuação dessas redes (processos conduzidos) e os resultados e desdobramentos alcançados com as mesmas. Buscou-se, assim, compreender, em linhas gerais:

- 1- A dimensão estrutural das redes e suas características focando-se em:
 - Quem são os agentes que participam dessas redes sociopolíticas;
 - Quais as motivações desses agentes para se agruparem, ou seja, quais são as finalidades e o foco das redes;
 - Características das redes sociopolíticas, ou como os agentes se agrupam, que tipo de estrutura criam, qual o grau de formalização e organicidade dessas redes;
- 2 - A dimensão processual, para analisar as interações existentes entre os agentes, como se articulam e se influenciam:
 - Que tipo de interação existem entre os agentes,
 - Como criam/ampliam canais de interlocução para influenciar processos de planejamento;
 - Que tipo de ações/práticas são realizadas nos processos,
 - Como se relacionam com instâncias de poder e que força passam a ter quando se organizam.
- 3 - Os desdobramentos alcançados com os processos e com a articulação em rede:
 - O que alcançam com suas ações (resultados materiais, territoriais, políticos - gerenciamento de políticas; documentais - planos, relatórios, ampliação da discussão; simbólicos, influência de outros grupos);
 - Quais desdobramentos foram/podem ser gerados a partir dos processos.

O resultado da articulação entre os itens acima apresentados e a revisão da literatura deu origem aos quadros do Apêndice C e D, cujos parâmetros foram usados para nortear as etapas seguintes da pesquisa. A dimensão dos resultados não tem categorias inicialmente definidas, apenas uma compreensão de que esses podem englobar dimensões diversas.

ETAPA 2 – LEITURA DE EXPERIÊNCIAS DE REDES DE AGENTES EM DEFESA DE SEUS TERRITÓRIOS

O passo seguinte da pesquisa compreendeu a análise de experiências conduzidas por grupos e movimentos comunitários, coletivos e organizações civis relacionadas a insurgências, resistências e planejamento insurgente, tanto no Brasil quanto internacionais, limitando-se a selecionar casos pertencentes ao contexto do Sul Global. Como opção metodológica, para compreensão da temática (insurgências, planejamento insurgente), optou-se por uma leitura panorâmica tentando entender diferentes manifestações do fenômeno, no Brasil e em outras partes do mundo.

Inicialmente, as informações referentes às experiências internacionais foram coletadas através de pesquisa bibliográfica, selecionando-se publicações acadêmicas de periódicos especializados ou repositórios e plataformas de pesquisa online incluindo artigos científicos e teses de doutorado. Nesse momento foram estudadas, de forma abrangente, 09 experiências, duas na América do Sul (uma em Santiago do Chile e outra em Bogotá, Colômbia), três nas Filipinas (com foco em Iloilo) e as demais, na Indonésia (Yogyakarta), na Turquia (Istambul, na África do Sul (Cidade do Cabo), na Rússia (República de Buryatia) (Quadro 2).

Quadro 2 – Experiências internacionais estudadas na Etapa 2 da pesquisa

Cidade/País	Nome/ Assunto
Santiago do Chile, Chile	Movimento <i>Coordinadora No a La Norte / Organización Ciudad Viva</i> (SAGARIS, 2013)
Bogotá, Colômbia	Comunidades de baixa renda (MARINO, 2016)
Yogyakarta, Indonésia	Comunidades de baixa renda (ações em um contexto autoritário) (BEARD, 2002; BEARD, 2003)
Cidade do Cabo, África do Sul	Comunidades de baixa renda (ameaças de remoção frente à Copa do Mundo) (MIRAFTAB, 2009)
Iloilo, Filipinas	Três grupos comunitários voltados à superação da pobreza (IBABAO, 2013)
República de Buryatia, Rússia	Comunidade Indígena da República de Buryatia (SWEET; CHAKARS, 2010)
Istambul, Turquia	Ocupe Taksim Gezi (AY; MIRAFTAB, 2016)

Elaborado por L. C. Melchioris (2019).

Em relação ao cenário nacional, inicialmente, foram coletadas informações a partir de pesquisa bibliográfica, fazendo uso de artigos publicados nos Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR, realizado no ano de 2017, em São Paulo, cuja temática foi: *Desenvolvimento, crise e resistência: Quais os caminhos do Planejamento Urbano e Regional?* Optou-se por escolher este encontro científico para coleta de informações visto que se trata do principal evento anual promovido pela ANPUR, importante associação nacional na área de planejamento urbano e regional, bem como devido ao fato de que a temática do evento está diretamente relacionada ao estudo desta tese⁷. A seleção dos artigos foi feita

⁷ A opção de coletar informações a partir de artigos publicados em anais de congressos nacionalmente reconhecidos foi inspirada em método similar utilizado na tese de doutorado de OLIVEIRA (2018).

considerando os títulos e resumos dos artigos, bem como a partir de buscas pelas palavras chave: *insurgências, resistências, transgressões e planejamento insurgente*.

Quadro 3 – Experiências nacionais estudadas na Etapa 2 da pesquisa

Cidade	Nome/ Assunto
Cidade de São Paulo	Coletivos no centro de São Paulo (LIMA, 2017), seguido de WISNIK, 2015; MARINO, 2018 e HORI, 2017) Movimento Mães de Maio (MATOS, 2017) Movimento engajado na consolidação do Parque Augusta (MATOS, 2017 e HORI, 2017b e HORI, 2018) Coletivos atuantes na periferia norte e leste de SP (MAZIERO; ALMEIDA, 2017) e (seguido de MARINO, 2015; MARINO, 2016) Vila Brasilândia (ROCHA, 2017) Movimentos secundaristas Escolas de Luta em SP (MATOS, 2017) Brás de Pina (TANAKA, 2017) Vila da Paz (TANAKA, 2017) Ocupações de prédios ociosos no centro de SP (MIRANDA, 2017)
Estado SP	Jardim Nova Esperança – São José dos Campos (SILVA, 2017) Comunidade de Barbosinha e Piratininga – Diadema (MALLACK ET AL, 2017)
Recife	Movimento Ocupe Estelita (BARBOSA, 2017; MATOS, 2017) e (seguido de BARBOSA, 2017b; MATOS, 2017b e MARINO, 2018)
Cidade do Rio de Janeiro	Organizações culturais em favelas (ALVARES; BARBOSA; CAVALCANTE, 2017) Comunidade da Vila Autódromo e Vila Pavuna (MONTEIRO; MEDEIROS, 2017; TANAKA, 2017), seguido de VAINER et al, 2013 e WILLIAMSON, 2017. Região da Baixada Fluminense (QUNTSLR, 2017) Parque Sitiê – Morro do Vidigal (ROCHA, 2017) Experiências de Co-design (VENTURA; SZANIECKI; TIBOLA, 2017) Comunidade Indiana (ALBERNAZ ET AL, 2017)
Fortaleza	Região do Grande Bom Jardim (FREITAS, 2017) Grupo ativista Tambores do Safo (MATOS, 2017) Ocupe o Cocó e Ocupe o Aquário (MATOS, 2017; GRANJA, 2017) Intervenções Ciclofaixas Populares (MATOS, 2017) Assentamento do Trilho (TANAKA, 2017)
Belo Horizonte	Ocupação Dandara (TANAKA, 2017) Projeto LUME (LIMA ET AL, 2017)
Amazônia	Mebêngôkr e Kayapós (SAIDLER, 2017)
Campanhas Online	#primeiroassedio (MATOS, 2017) #meuamigosecreto (MATOS, 2017)
Outros....	Ocupação Tina Martins (MATOS, 2017) Movimentos secundaristas Escolas de Luta em Goiás e Ceará (MATOS, 2017) Comitês populares da Copa de 2014 (MATOS, 2017) Ocupações de prédios ociosos (Brasil e Internacional) (CAMINHA, 2017) Observatório de Remoções (PINHEIRO; LESSA; Montenegro Veras, 2017) Práticas sociais de resistência segundo uma perspectiva de gênero (TAVARES, 2017)

Elaborado por L. C. Melchioris (2019).

Nesse processo, foram selecionados e analisados 27 artigos, os quais incluem material referente a 34 experiências (na maioria, relacionadas a processos e grupos atuantes no Brasil). Esse panorama inicial nacional, foi posteriormente complementado a partir de leituras adicionais, considerando-se: a bibliografia referida nos artigos, teses e dissertações produzidas pelos autores inicialmente consultados, bem como através da coleta de outras publicações acadêmicas publicadas no Scielo, encontros científicos e periódicos especializados, permitindo, assim, complementar informações sobre algumas dessas experiências. Em síntese, neste momento foram analisadas práticas desenvolvidas em: São Paulo (capital e interior), Recife, Rio de Janeiro (capital), Fortaleza, Belo Horizonte, Amazônia,

campanhas online (ênfase em meios digitais), bem como estudos que focavam sua atenção em mais de um local. O Quadro 3 apresenta a relação de experiências analisadas nesse momento, descritas por cidade e indicando os autores consultados.

O Quadro 4 traz um resumo das experiências nacionais e internacionais realizadas nesta etapa da pesquisa. No Apêndice E e F são apresentados quadros que detalham as informações coletadas sobre cada uma das experiências analisadas nessa etapa da pesquisa. A partir desse panorama foram selecionadas experiências a serem analisadas com maior profundidade na etapa seguinte da pesquisa.

Quadro 4 – Quadro resumo das experiências analisadas na Etapa 2 da pesquisa

Contexto	Nº experiências analisadas	Local
Internacional	09 experiências	Santiago do Chile – 01 experiência Bogotá, Colômbia – 01 experiência República de Buryatia, Rússia – 01 experiência Yogyakarta, Indonésia – 01 experiência Istambul, Turquia – 01 experiência Cidade do Cabo, África do Sul – 01 experiência Iloilo, Filipinas – 03 experiências
Nacional	34 experiências	Belo Horizonte – 02 experiências Cidade de SP – 09 experiências Cidade do Rio – 06 experiências Fortaleza – 05 experiências Recife – 01 experiência Amazônia – 01 experiência Outros ⁸ – 11 experiências

Elaborado por L. C. Melchioris (2019).

ETAPA 3 – DEFINIÇÃO DAS UNIDADES DE ANÁLISE E COLETA DE INFORMAÇÕES

Nesta etapa da pesquisa, foram selecionadas seis experiências a serem analisadas com maior profundidade. A etapa teve importância fundamental, não apenas levando-se em consideração a variedade de experiências investigadas na etapa anterior, mas tendo-se em vista a necessidade de reduzir o escopo de pesquisa, bem como de ter um olhar detalhado sobre as experiências escolhidas, permitindo uma compreensão maior das particularidades de cada contexto. Ao mesmo tempo, ao limitar o número de experiências a serem analisadas, foi possível a consulta de um número maior de fontes de pesquisa, o que permitiu aproximar e afinar a análise de forma a entender melhor a estrutura e as formas de atuação dos grupos envolvidos em cada uma das situações estudadas, os processos e práticas realizadas por esses e os produtos conquistados com suas ações.

⁸ Nesses estão incluídas: 02 experiências de campanhas online, 02 experiências ocorridas no interior do estado de São Paulo e 06 experiências que se referem a situações que englobam mais de um local (Movimentos secundaristas Escolas de Luta, Comitês populares da Copa de 2014, Observatório de Remoções, etc). A informação detalhada sobre todas as experiências é apresentada no Quadro 3.

As unidades de análise selecionadas ao final dessa etapa são, portanto, experiências de grupos e movimentos conduzidos por cidadãos cujas ações se aproximam de um planejar contra-hegemônico, seja através de insurgências, resistências, de ativismos criativos e outros. A escolha das experiências analisadas nesta etapa foi baseada: a) na sua relevância, observada a partir do extenso número de literatura acadêmica existente sobre as mesmas; b) na influência que essas tiveram sobre outros contextos, constatada através de citações dessas experiências (ao se analisar outros casos na etapa anterior); c) devido ao fato de se constituírem como exemplos de redes, estruturas e temáticas diversas, o que pode permitir um olhar mais rico sobre o momento atual e a atuação de diferentes grupos da população em relação ao planejamento.

A opção por analisar experiências diversas pode ser apontada como uma limitação do estudo, visto que ao olhar para várias situações, emerge uma dificuldade para compreender em profundidade particularidades de cada uma das situações. Por outro lado, ao fazer isso, possibilita-se observar como grupos e movimentos em contextos distintos têm respondido à contemporaneidade neoliberal, o que pode contribuir para descobrir similaridades e particularidades relevantes que possam auxiliar a refletir sobre o momento atual. Ao fazer isso, abre-se espaço também para pensar além de fronteiras geográficas, se confrontar materialidades, agentes envolvidos nos processos, percepção pessoal (MARINO, 2018) e resultados alcançados.

Quadro 5 – Unidades de Análise: experiências examinadas na Etapa 3 da pesquisa

	Nome/ Temática
Internacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ocupação Taksim Gezi na Turquia – ativismos voltados a defesa do Direito à Cidade, contrapôs ações de planejamento oficial em defesa de espaço público simbólico da cidade. ▪ Federação de Pessoas Desabrigadas das Filipinas (<i>Homeless People's Federation Philippines</i> – HPFP) – voltada a superação da pobreza e a luta pelo Direito à Moradia; ▪ Movimento <i>Coordinadora No a la Costanera Norte</i> organização comunitária <i>Ciudad Viva, Santiago do Chile, Chile</i> – defesa do Direito à Cidade e ao transporte ativo, contrapôs ações de planejamento oficial e busca influenciar novas ações de planejamento;
Nacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Movimento <i>Ocupe Estelita, Recife</i> – relacionada à defesa do Direito à Cidade e voltada a impedir a transformação de uma área simbólica da cidade (alvo de grande projeto urbano); ▪ Vila Autódromo, Rio de Janeiro – relacionada à luta pelo Direito à Moradia; ▪ Coletivos de arte e cultura (centro de São Paulo) – focado na ação dos coletivos Política do Impossível e Baixo Centro – utilizam ativismos para ressignificar espaços urbanos, contrapor ações de planejamento oficial, relaciona-se a luta pelo Direito à Cidade.

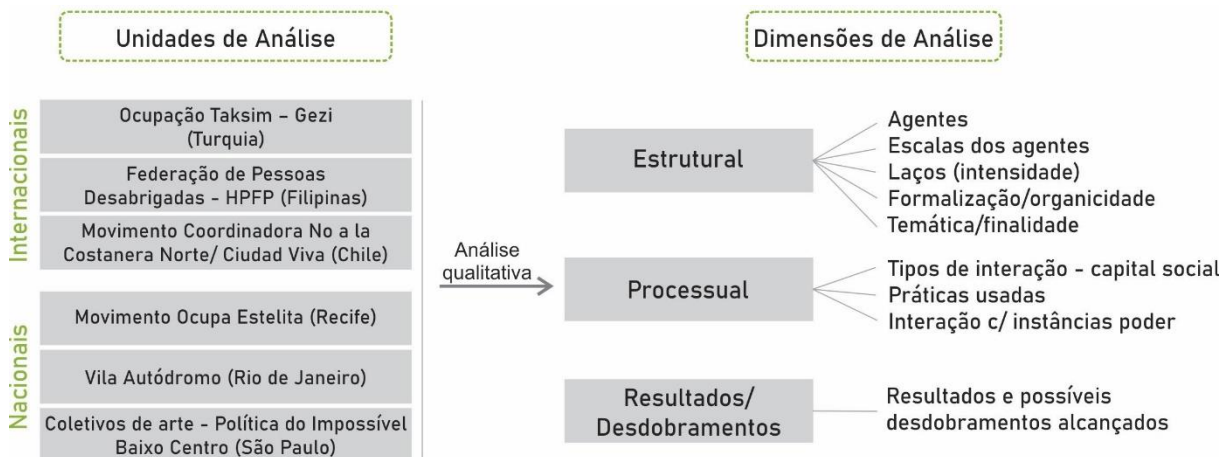
Elaborado por L. C. Melchioris (2019)

As três experiências internacionais selecionadas para análise nessa etapa são o/a: movimento *Coordinadora No a la Costanera Norte*/ organização comunitária *Ciudad Viva* em Santiago do Chile (Chile); a Federação de Pessoas Desabrigadas das Filipinas (*Homeless People's Federation Philippines* – HPFP); e a Ocupação Taksim – Gezi (Turquia). No contexto

nacional foram escolhidas as experiências do Movimento Ocupe Estelita, da Vila Autódromo e dos coletivos Política do Impossível e Baixo Centro. Ambas são recentes, localizadas em cidades distintas e relacionadas a temáticas diferenciadas, o que proporciona uma possibilidade de leitura ampliada do momento atual (ver Quadro 5).

Para cada uma dessas experiências, além da compreensão do contexto que as impulsionou, foram coletadas informações mais detalhadas que pudessem informar questões relativas à: a) Dimensão estrutural das redes que as constituem (agentes, laços de intensidade existentes entre esses, escalas dos envolvidos, formalização/organicidade da rede); b) Dimensão processual (interações existentes entre os agentes integrantes dos grupos/movimentos, práticas usadas, interações com instâncias de poder); c) Dimensão do que chamaremos de resultados e possíveis desdobramentos alcançados com cada experiência. A Figura 1 sintetiza os procedimentos de investigação das unidades de análise.

Figura 1 – Procedimentos metodológicos de investigação das unidades de análise.



Elaborado por L. C. Melchiors (2019).

As informações coletadas para cada uma dessas experiências têm algumas variações e são formadas a partir de fontes secundárias e primárias. As fontes secundárias incluem a pesquisa bibliográfica de artigos, livros, dissertações e teses referentes a cada uma das experiências, bem como de informações disponíveis em jornais de grande circulação, mídias alternativas, websites e mídias digitais que os grupos estudados fazem uso, incluindo blogs, canais de compartilhamento de vídeos (Youtube) e redes sociais digitais (Facebook, Twitter). As fontes primárias incluem análise documental (Leis, documentos relativos a processos judiciais, publicações/documentos oficiais públicos, planos e projetos propostos para as áreas

analisadas), documentos digitais exclusivos⁹ produzidos pelos grupos e movimentos e entrevistas semiestruturadas realizadas com outros pesquisadores (cujos procedimentos são explicados detalhadamente na Etapa 4).

A opção pelo cruzamento de informações busca equilibrar o processo conduzido, tentando entender as perspectivas dos diversos agentes envolvidos nos fenômenos estudados. Para tanto, consultou-se periódicos de diferentes orientações ideológicas, fontes que permitem entender a perspectiva dos grupos/movimentos, bem como se buscou capturar o olhar de outros pesquisadores, com entrevistas realizadas na etapa seguinte.

Os documentos referentes aos acervos dos grupos e movimentos analisados nessa etapa incluem tanto material iconográfico/produção audiovisual (fotos, documentários, cartazes) quanto informações sobre eventos e discussões propostas por esses nas mídias digitais das quais fazem uso. Essas diferentes narrativas produzidas pelos grupos auxiliam a compreender processos e formas de atuação de cada um deles. A pesquisadora está ciente de que os documentos divulgados pelos próprios grupos e movimentos ilustram a imagem que esses querem projetar sobre si para o mundo exterior. Porém, isso não diminui seu potencial de informar contradiscursos e visões alternativas para pensar o planejamento do território, tendo assim, relevante valor como fontes de pesquisa. Cabe salientar que a produção de narrativas através de vídeos e documentários, que incluem falas de diferentes envolvidos nos processos (ativistas, participantes, moradores), são importantes fontes de informação, mas compreende-se que esses são fruto de materiais criados e editados e, neste sentido, qualquer discurso também se mistura à visão que o autor/diretor quis dar ao evento/tema/situação¹⁰ (MELO, 2016).

A listagem detalhada das fontes usadas para coleta de informações nessa etapa da pesquisa é apresentada no Apêndice G. As fotografias apresentadas no documento da tese fazem parte da coleta iconográfica realizada nessa etapa e são oriundas de divulgações em blogs, redes sociais digitais e páginas de internet das quais os grupos e movimentos analisados, ou seus apoiadores, fazem uso.

⁹ Almeida (2011) caracteriza como documentos primários digitais aqueles que são “digitais exclusivos”, ou seja, que não possuem outro suporte além do meio digital, entre os quais se podem incluir na contemporaneidade alguns blogs e sites dos grupos e movimentos estudados. O autor salienta ainda que tendo-se em mente a possibilidade de a internet fornecer informações que sejam falsamente atribuídas aos grupos, o cruzamento de informações (através de links que interligam blogs, contas no twitter, facebook e outros) se torna também importante.

¹⁰ Melo (2016), ressalta, por exemplo, como realizadores do documentário Vida Estelita “não saíram ilesos” do “ato de filmar o outro”, o que condicionou dilemas éticos na hora de montagem e edição final da produção.

ETAPA 4 – ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Visando qualificar a reflexão sobre a temática desenvolvida neste estudo, optou-se por complementá-lo com discursos de sujeitos implicados nas experiências relatadas. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas por meio digital. Essas foram realizadas com pesquisadores que estiveram direta ou indiretamente envolvidos com as experiências analisadas na etapa 3 ou que as enfocaram em suas pesquisas.

As entrevistas semiestruturadas, a partir da elaboração de questões abertas, permitem que o sujeito entrevistado “discorra e verbalize seus pensamentos, tendências e reflexões sobre os temas apresentados” (ROSA; ARNOLD, 2008, p.30). Ao mesmo tempo, ao se focar determinados temas com as perguntas, se suscita a verbalização dos entrevistados frente aos mesmos (ROSA; ARNOLD, 2008).

Os principais objetivos das entrevistas foram verificar a) a percepção dos sujeitos entrevistados sobre como entendem a relação da experiência (da qual participaram/analisaram¹¹) com o planejamento urbano; b) outras perspectivas sobre os principais resultados/ desdobramentos conquistados por cada das experiências; e c) obter informações complementares sobre as experiências pesquisadas.

A seleção dos sujeitos entrevistados foi intencional e realizada tendo por base autores utilizados na revisão bibliográfica, considerando-se posições de relevância que esses ocupam ou ocuparam em relação aos processos analisados (direta/indiretamente ou através de suas publicações), bem como a conveniência do acesso aos mesmos (visto que nem todos os convidados a participar da entrevista responderam ao convite). Têm-se em mente, portanto, as concepções de Boaventura Souza Santos (1988), que salienta a implicação do pesquisador no campo a ser estudado, ressaltando a impossibilidade de uma investigação que se proponha neutra e, ao mesmo tempo, a possibilidade de transformações geradas como consequência da produção acadêmica.

Sabe-se, ao mesmo tempo, que ao se entrevistar sujeitos que relatam opiniões sobre alguma situação, se tem o risco de gravar essas narrativas como registros de uma coletividade, ao invés de singularidades em relação a essas (visto que se constituem como olhares singulares de participantes e visões que podem não ser compartilhadas por outros). Cabe salientar, portanto, que a escolha dos sujeitos entrevistados, de nenhuma maneira se propõe a ser uma amostra representativa dos contextos envolvidos nas experiências, mas buscar trazer olhares/visões complementares às demais apresentadas pela pesquisadora.

¹¹ Os entrevistados foram convidados a responder questões referentes às experiências com as quais estiveram envolvidos ou que analisaram em suas pesquisas.

As entrevistas foram realizadas por e-mail ou através de conversas de áudio no WhatsApp, atendendo a comodidade de cada entrevistado. No Apêndice H são apresentados o roteiro das entrevistas e o Termo de Consentimento enviado pelos sujeitos. As entrevistas incluíram quatro questões principais dirigidas a todos os entrevistados. Outras perguntas específicas foram acrescentadas, de acordo com cada caso, a fim de permitir uma melhor compreensão sobre alguns dos assuntos deferidos pelos entrevistados. Foi enviado Termo de Consentimento a todos os sujeitos entrevistados, sendo solicitado o aceite de sua participação e autorização para publicação de suas falas e identidade através da assinatura do termo ou do fornecimento de consentimento por mensagem eletrônica: os participantes foram esclarecidos sobre a temática, objetivos da pesquisa e informados quanto à possibilidade de, a qualquer tempo, interromper a entrevista ou considerar a não autorização da mesma para a pesquisa. Aos participantes foi dada a opção de creditar as ideias e a produção a partir das respostas da entrevista, ou a preferência de ser mantido o sigilo em relação à sua identidade¹². Foram entrevistados 06 sujeitos (foi enviado convite para 19 sujeitos, 08 dos quais responderam ao contato aceitando participar da entrevista, mas, apenas 06 responderam às perguntas). Um dos entrevistados preferiu não revelar sua identidade, os demais optaram pelo crédito de suas ideias. Entre os entrevistados estão:

- **Érico Andrade M. Oliveira** – professor da Universidade Federal de Pernambuco. integrante do grupo Direitos Urbanos e atuante na defesa do cais Estelita em Recife. Doutor em Filosofia (Sorbone-Paris IV), ex coordenador do Mestrado em Filosofia da UFPE, Coordenador do GT da ANPOF Estudos Cartesianos e Coordenador local do Doutorado Integrado (UFPE-UFRN-UFPB).
- **Lake Sagaris** – líder comunitária e jornalista (canadense) que vive em Santiago do Chile. Doutora em Planejamento Urbano e Regional e mestre em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade de Toronto. Professora da Pontifícia Universidade Católica do Chile. Foi uma das fundadoras do movimento *Coordinadora* e participou da criação da organização *Ciudad Viva*, sendo diretora dessa posteriormente.
- **Marcela Munch** – mestra em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense/RJ e pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU – UFF). Assessora da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Niterói.
- **Paula Hori** – professora e pesquisadora. Arquiteta e urbanista, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP), professora da Universidade Anhembi Morumbi.
- **Táisa Sanches** – pesquisadora e integrante da equipe do Museu das Remoções da Vila Autódromo. Doutoranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).
- **Pesquisador A** – profissional técnico (arquitetura e urbanismo), pesquisador e integrante da Universidade Federal de Pernambuco que preferiu não revelar sua identidade.

¹² Para aqueles que preferissem por não revelar sua identidade optou-se por não se fazer distinção de gênero a fim de auxiliar a preservar sua anonimidade.

Optou-se pela não transcrição integral das entrevistas nos apêndices desse relatório, sendo incluídos apenas trechos de maior relevância, os quais aparecem no documento em *itálico* para destacá-los das demais citações.

ETAPA 5 – ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

A última etapa da pesquisa compreendeu a análise, tratamento e discussão das informações coletadas, articulando referencial bibliográfico, documental e de campo. Primeiramente as informações coletadas foram interpretadas com base nos referenciais teóricos tendo-se por base os quadros do Apêndice C e D. Posteriormente buscou-se estabelecer relações entre as informações obtidas para cada uma das experiências.

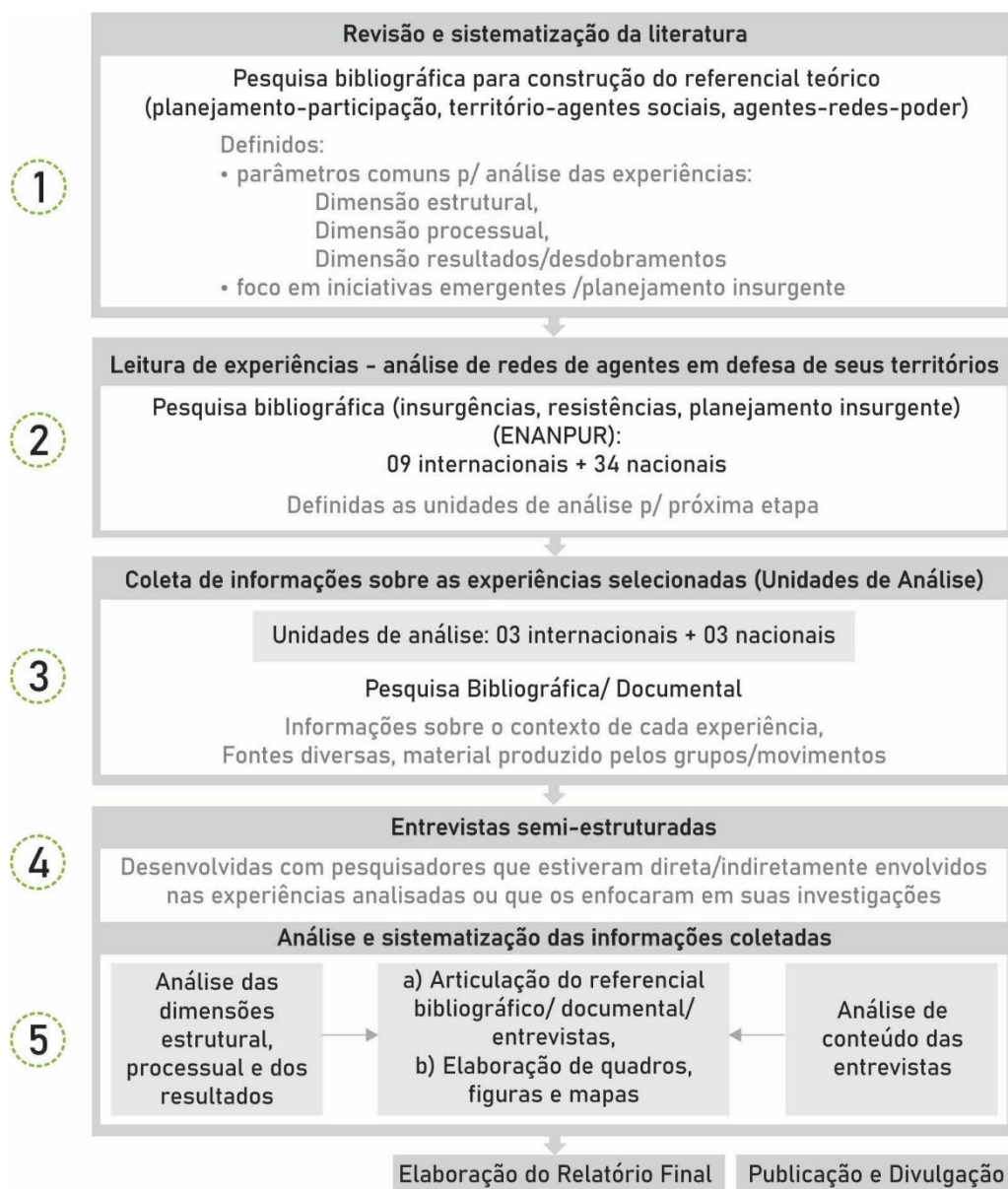
Para analisar as informações foi utilizada a técnica de tomar notas, criando-se arquivos separados para cada experiência sobre as quais se coletou informações. Nesses, foram registrados eventos, práticas e pensamentos identificando-os de acordo com a relevância para os objetivos da pesquisa e relacionando-os com as categorias selecionadas para análise das informações.

Em relação às entrevistas, as informações oriundas de respostas escritas (e-mail) ou de áudios de WhatsApp, foram armazenadas para posterior análise de conteúdo. As entrevistas de áudio foram transcritas e, juntamente com as demais, foram analisadas acrescentando-se “anotações” que auxiliaram a fazer conexões com pontos relevantes para a pesquisa, identificar padrões e tópicos que mereciam ser melhor analisados ou discutidos.

Essa etapa também envolveu a elaboração de mapas e figuras importantes para ilustrar e reforçar informações sobre cada experiência. Linhas do tempo foram utilizadas para sistematizar informações cronológicas sobre algumas das experiências estudadas, permitindo cruzar informações sobre contexto e ações de diferentes agentes envolvidos nos processos. Foi adotado o uso de quadros para sumarizar conceitos e informações chave, apresentados ao longo dos diversos capítulos e nos Apêndices. Ao final, os resultados obtidos foram verificados em relação aos objetivos e às questões norteadoras da pesquisa.

O Quadro 6 a seguir sumariza as etapas acima descritas ilustrando as etapas e procedimentos utilizados no desenvolvimento da pesquisa.

Quadro 6 – Síntese dos procedimentos metodológicos



Elaborado por L. C. Melchiors (2019).

1.5. ESTRUTURA DO DOCUMENTO

A tese se desenvolve em cinco capítulos. O presente capítulo apresenta a estrutura da pesquisa e é seguido daqueles que tratam dos referenciais teóricos que fundamentam o trabalho. No Capítulo 2, discute-se o conceito de planejamento refletindo-se sobre como esse foi se transformando ao longo do tempo e foram se modificando as formas de engajamento da população nesses processos. Ao longo da discussão é analisada a relação entre planejamento-participação popular e as noções de controle e compartilhamento do poder. Ao final do capítulo, reflete-se sobre o conceito de planejamento insurgente, reconhecendo práticas sociais emergentes que têm influenciado a produção da cidade na

contemporaneidade contribuindo para modificar relações de poder vigentes, reivindicar direitos e dar respostas aos desafios do contexto neoliberal. No Capítulo 3 discute-se a produção do território na contemporaneidade. Inicialmente, analisa-se como os diferentes agentes, ao atuarem, se articularem e se influenciarem, estabelecem relações de poder que influenciam a produção das cidades, trazendo-se uma discussão sobre o território e os agentes que o produzem. Prossegue-se com o debate sobre as transformações urbanas frente ao neoliberalismo e os desafios trazidos por esse. O final do capítulo discute as redes de agentes, analisando seu potencial de impulsionar transformações no território a partir da ação coletiva colaborativa.

Os capítulos seguintes tratam das experiências estudadas na pesquisa permitindo-se debater como, em diferentes contextos do Sul Global, grupos e cidadãos têm atuado, a partir de práticas emergentes, para influenciar os processos de planejamento do território. No Capítulo 4, são apresentadas separadamente cada uma das experiências analisadas, permitindo-se compreender o contexto que as originou, os agentes nelas envolvidos, as táticas por esses utilizadas para reivindicar suas demandas e os resultados alcançados com suas ações. No Capítulo 5, avalia-se, criticamente, esses processos à luz do referencial teórico enfatizando a dimensão organizacional, processual e dos resultados e desdobramentos alcançados nas experiências estudadas.

Nas Considerações Finais, se faz um balanço do caminho percorrido na pesquisa, a partir do qual apontam-se possíveis futuros desdobramentos da investigação.

CAPÍTULO 02. PLANEJAMENTO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Busca-se, neste capítulo, discutir o conceito de planejamento refletindo sobre sua transformação ao longo do século XX em diante, bem como sobre as mudanças na forma de participação da população no planejamento, no decorrer do tempo. A discussão é fundamentada em pesquisa bibliográfica, primordialmente em autores que desenvolvem estudos relacionados à teoria do planejamento, entre os quais estão John Friedmann (1987; 2011), Patsy Healey (1997; 2003; 2011), Faranak Miraftab (2009; 2016), Rhodella Ibabao (2013), Vanessa Watson (2014; 2016), James Holston (2016), Carlos Vainer (1999; 2001; 2005, 2013; 2016), Marcelo Lopes de Souza (2011) e Rainer Randolph (2007; 2008; 2010).

Inicia-se discutindo-se o conceito de planejamento, avançando-se para debater seus propósitos e relevância como mecanismo de transformação social. Na sequência, a fim de se compreender a relação entre planejamento e participação popular, se faz uma análise crítica das noções de controle e compartilhamento do poder e discorre-se sobre os modelos de planejamento que, ao longo do tempo, alteraram os espaços de articulação com a população. Ao final do capítulo, reflete-se sobre o conceito de planejamento insurgente, a fim de reconhecer práticas cidadãs que influenciam a produção da cidade e entender como, na contemporaneidade, essas iniciativas emergentes têm contribuído para modificar as relações de poder vigentes, reivindicar direitos e dar respostas aos desafios, no contexto neoliberal.

2.1. O PLANEJAMENTO URBANO

2.1.1. CONCEITUANDO O PLANEJAMENTO

Em seu sentido mais amplo, planejamento, como discute Juval Portugali (2011), é uma propriedade cognitiva e diz respeito à manutenção dos seres humanos, às viagens no tempo mental (articulando pensamentos do passado e futuro). Enquanto processo associado às capacidades humanas, incluindo o uso de novas abordagens de interação social e de suporte técnico, o ato de planejar está em permanente transformação.

O termo planejamento tem origem epistemológica no latim *planus*, "nivelado", que resulta na palavra plano. A noção de planejamento diz respeito às tentativas de "simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor se precaver contra prováveis

problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios” (SOUZA, 2011, p.46). Planejamento, assim, nos remete ao futuro, à intenção, à ideia de organizar, de prever algo.

O planejamento do urbano, como tradicionalmente reconhecido na história, mais precisamente do século XX em diante, constitui-se em campo particular de reflexão, crítica e intervenção no e do espaço urbano. Suas dimensões política, técnica e social colocam-no na condição mais de processo do que de produto da sociedade, com distintos e variáveis níveis de decisão e participação da sociedade. Apresenta-se como ferramenta vinculada ao poder público e, como tal, sujeito às pressões de contextos e conjunturas sociais, econômicas, culturais, políticas, com variados níveis de abrangência socioespacial.

Souza (2011), ressalta a complementariedade entre planejamento e gestão na produção do ambiente construído, sendo o primeiro uma tarefa fundamental para a preparação da segunda¹³, numa relação de interação e interdependência. O planejamento das cidades não diz respeito apenas ao produto da construção de planos, mas engloba a noção de um processo contínuo fundamental para a tomada de decisões, pois define objetivos e meios de melhor atingi-los (DEL RIO, 1990; SOUZA; 2011). Complementando estas proposições, Friedmann (2011) explora o conceito de planejamento articulando as noções de conhecimento e ação, entendendo o ato de planejar como uma orientação baseada na ciência, no conhecimento, e dando suporte às políticas públicas.

A noção de planejamento envolve algo que se planeja, uma razão (porquê se planeja), uma forma de se planejar (processo, temporalidade, ideologias) e sujeitos, que planejam, para os quais e com os quais se planeja (quem é parte e quem é excluído do processo). O planejamento é, assim, fruto das relações humanas, realizado por pessoas, e por princípio a elas objetivamente destinado. Portanto, não é neutro, depende dos agentes que dele participam e também se modifica ao longo do tempo, como se discutirá a seguir.

2.1.2. PROPÓSITOS, DESAFIOS E RELEVÂNCIA DO PLANEJAMENTO COMO MECANISMO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Não existe uma única maneira de planejar as cidades. Ao planejar, os propósitos muitas vezes diferem, seja em relação à temporalidade e/ou à ideologia que fundamenta o processo. No que se refere à temporalidade, o planejamento pode ser pensado a partir de estratégias diferentes. A prática de planejamento urbano recorrente em alguns contextos, entre os quais o brasileiro, tem sido de aplicar um processo corretivo, de caráter imediato, de

¹³ 'Gestão' vem do Latim *Gestio*, "ato de administrar", "gerenciar", "realizar", servindo, portanto, como forma de implantar as ações previstas no planejamento.

curto prazo. Nessa visão, planejar se reduz fundamentalmente a ações pontuais que não englobam uma visão de conjunto nem uma continuidade temporal, contribuindo para que a cidade seja tratada como uma colcha de retalhos, dificultando uma discussão maior sobre como construí-la, bem como pensar o desenvolvimento urbano de forma integrada. De maneira bastante diferente, o planejamento pode tomar a forma de um ato processual, que permite a elaboração de soluções de curto prazo, que são compreendidas em uma perspectiva mais ampla e de longo prazo. Nesse caso, o planejamento se transforma em um processo contínuo de reflexão, discussão e monitoramento da produção do território (que inclui documentos de planejamento, mas não se limita a esses).

Ao mesmo tempo, o planejamento reflete as influências, valores e interesses dos agentes envolvidos em seus processos. Já na década de 1980, Friedmann (1987) apontava para a necessidade de refletir sobre as questões: Para quem o território é planejado? Quem o planeja? Contra quem? Os planejadores estão do lado de quem tem poder? Ou daqueles que são mais fracos? A partir destas questões, vê-se que o planejamento também tem diferenças ideológicas. Existem correntes neoliberais, que visam à manutenção do *status quo*, bem como outras que buscam transformá-lo. As visões progressistas/emancipatórias, que se pretende discutir de forma mais aprofundada nessa pesquisa, apontam possibilidades de pensar como se pode buscar alternativas para contrapor o planejamento moldado pelos sistemas hegemônicos vigentes.

Innes e Booher (2000) defendem que o planejamento seja visto como voltado ao coletivo (ou assim deveria ser) sendo necessário encontrar caminhos que possibilitem que as vontades dos indivíduos possam emergir. O envolvimento da população nos processos, assim, se torna importante, trazendo potencial para iniciativas emergentes (*bottom-up*). Na década de 1970, Friedmann (2011) já salientava a necessidade de diálogo entre os diversos agentes nos processos de planejamento, como fruto de gradual ganho de confiança e de descobrimento das expertises de cada envolvido. Para o autor, o planejamento efetivo demanda negociação que envolve diferentes valores, preocupações e interesses na participação (FRIEDMANN, 1987), devendo englobar uma multiplicidade de agentes urbanos.

O planejamento igualmente pode ser um estímulo para organizar forças não apenas a favor do contexto existente, mas para contrapô-lo, com propostas alternativas da sociedade a quem se propõe alvo. Friedmann (1987), a partir de uma visão progressista do planejamento, o considera como um processo contínuo que varia desde a orientação social, até, no outro extremo, uma possibilidade de transformação social, a partir da mobilização coletiva. Na visão do autor, o objetivo do planejamento é atingir o “desenvolvimento transformativo”. Ele salienta que essa “transformação social” pode vir através do acúmulo de pequenas mudanças, de iniciativas de pequena escala e, se o planejamento estiver ligado às práticas sociais servirá

como um processo de aprendizado social (FRIEDMANN, 2011). Em termos teóricos, essa transformação visa o desenvolvimento humano e pode alterar as diferentes dimensões (social, política, econômica) cuja função é mantê-lo *status quo* (BEARD, 2003; FRIEDMANN, 2011). Essa perspectiva se vincula às propostas progressivas e insurgentes de planejamento discutidas nos Capítulos 4 e 5. Ao pensá-lo como instrumento potencializador do empoderamento da população se pode ir além da prática tradicional do planejamento profissional e institucional realizado por técnicos (e grupos restritos), demandando maciça pressão coletiva (FRIEDMANN, 2011) para viabilizá-lo.

Assim, a inclusão de lideranças comunitárias, ativistas e cidadãos comuns como "planejadores", pode significar ir muito além do envolvimento desses em processos sancionados pelo Estado, mas estabelecer uma oposição ou mesmo processos independentes, usados para pressionar as instâncias de poder (BEARD, 2003; RANDOLPH, 2008; MIRAFTAB, 2009; FRIEDMANN, 2011). Quando não há espaços institucionais de engajamento da população nos processos de planejamento, em especial dos segmentos não hegemônicos ou em situações onde esses espaços não sejam efetivos, as insurgências podem ser meios de garantir que necessidades e interesses das comunidades sejam reivindicados e considerados como pauta da política urbana.

Friedmann (2011, p.11), salienta a importância do planejamento pois esse: a) lida com assuntos públicos importantes; b) visa obter resultados para o "mundo real" requerendo estratégias políticas; c) deve ser transativo¹⁴, comunicativo, colaborativo; d) busca equilibrar: parte-todo, técnico-normativo, empírico-teórico, pragmático-utópico, presente próximo-futuro distante; e) permite uma atitude visionária que considere justiça social, a sustentabilidade ecológica, a capacitação cívica, a solidariedade social e o desenvolvimento humano; e) precisa ser transdisciplinar e pode ocorrer em múltiplas escalas (da escala de bairro/local à espaços transnacionais); f) envolve uma aprendizagem social contínua.

Nesse olhar transparece a articulação conhecimento-ação. Aquele autor ainda assinala a importância do planejamento como um conector entre dimensões (de conhecimento, escala e temporalidade) e um mecanismo de transformação social. Nas proposições de Friedmann (2011), fica evidente também a compreensão do planejamento como um processo de aprendizado mútuo entre o planejador (técnico) e o "cliente"/usuário, o qual se entende aqui que pode ser ao mesmo tempo um agente planejador.

¹⁴ O planejamento transativo defendido por Friedmann (2011) propunha uma mudança do conhecimento para a ação através de uma sequência ininterrupta de relações interpessoais. Da relação entre "planejador técnico" e o "cliente/usuário" surge um aprendizado mútuo, possibilitado através da discussão e que transforma a partir de uma nova compreensão das possibilidades (compartilhamento entre saberes técnico-usuário). O autor salientava a distinção entre os grupos para ressaltar que existe muitas vezes uma distância entre o diálogo técnico e o diálogo do cidadão, questão que precisa ser superada para que o conhecimento possa seja adquirido por ambas as partes.

Cabe salientar que o planejamento varia conforme o contexto. Assim, canais de interação social e culturas distintas influenciarão e demandarão formas diferenciadas de planejamento. A natureza das cidades, dos sistemas institucionais¹⁵, da sociedade civil e da própria cultura (de cada lugar/país) obviamente terão influências sobre os processos. Logo, o que se adequa a um contexto, pode não funcionar, ou ter efeitos completamente diversos ao ser aplicado em outro (HEALEY, 2011; WATSON, 2016). Watson (2016) enfatiza que pesquisas e práticas de planejamento precisam de ancoragens com o contexto que as criou, sendo capazes de revelar os valores e objetivos que lhes deu origem, podendo ser testados (não simplesmente aplicados) em outros contextos como novas ideias (não 'melhores práticas'). Dessa forma, muito da teoria contemporânea acerca do planejamento do território enfatiza a importância de considerar as influências do contexto ao invés de procurar uma abordagem universal, capaz de se adaptar igualmente a todas as partes do mundo (HEALEY, 2011; DADOS; CONNELL, 2012; WATSON, 2016). Teorias de planejamento que discutem as diferenças entre o Norte e o Sul Global¹⁶ se baseiam nesta perspectiva. Essas distinções, são entendidas para além da perspectiva de diferenciação geográfica, mas “faz[em] referência a toda uma história de colonialismo, neoimperialismo e mudança econômica e social diferenciada, através da qual são mantidas grandes desigualdades de padrões de vida, expectativa de vida e acesso a recursos¹⁷” (DADOS; CONNELL, 2012, p. 13).

Conclui-se, que o planejamento das cidades não é um processo externo, independente, mas se associa às dinâmicas que as produzem. Conjuntamente, as interações humanas que dão forma ao planejamento agregam complexidades aos processos. Portugali (2012; 2016) teoriza sobre cidades e planejamento e destaca-os como sistemas complexos. Esses sistemas complexos, segundo o autor, podem ser entendimentos essencialmente como redes, cujo estudo auxiliaria a entender o funcionamento dos próprios sistemas. Pensar o planejamento sob essa perspectiva se torna relevante pois (PORTUGALI, 2012, 2016):

- das interações entre os agentes podem surgir resultados inesperados;
- um pequeno evento em um ambiente pode causar um grande impacto em outro ambiente, dependendo dos canais de interação física, comunicativa, informacional;
- relações aparentemente simples podem causar resultados complexos (ou seja, o que parece ser uma estrutura complexa pode ser resultado de um processo simples baseado em interações).

¹⁵ Entre essas as diferenças oriundas de sistemas federativos, descentralizados e centralizados de planejamento e de distribuição de poder nas instâncias governamentais.

¹⁶ De forma ampla, o “Sul Global” refere-se às regiões da América Latina, África e parte da Ásia e da Oceania.

¹⁷ No original: “It references an entire history of colonialism, neo-imperialism, and differential economic and social change through which large inequalities in living standards, life expectancy, and access to resources are maintained” (DADOS; CONNELL, 2012, p. 13).

As ideias do autor abrem espaço para ampliar as perspectivas sobre os resultados desses processos. Fazem pensar, por exemplo, que a atuação de agentes em um processo pode gerar seu aprendizado para atuação em outros, inicialmente não imaginados. Reivindicações iniciais pequenas, podem se ampliar; a experiência, em prol de uma causa, pode desencadear efeitos em instâncias inicialmente inesperadas.

2.2. PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO: COMPARTILHAMENTO DE DECISÕES, EMPODERAMENTO E CIDADANIA

Uma vez que o planejamento é feito por pessoas, há que se considerar não apenas quem são os envolvidos nos processos de discussão, decisão e ação sobre o espaço, mas entender como os agentes se articulam e que tipos de regras guiam os procedimentos de interação social. A inclusão da população em processos de planejamento e gestão pode envolver aspectos distintos (orçamento, definição de projetos, prioridades, políticas), que terão resultados fortemente influenciados pelo contexto e pelas formas de distribuição do poder nos processos de tomada de decisão.

A noção de participação se relacionada à de democracia, porém, embora a primeira seja fundamental para contribuir para o fortalecimento da última, na prática nem sempre políticas e processos institucionais de planejamento criados por governos democráticos são construídos sob esta ótica. Muitas vezes o discurso da participação existe, mas a participação adequada da população não ocorre. Governos costumam divulgar processos participativos que, na realidade, não permitem efetivamente que os cidadãos tomem as decisões, nem possibilitam o empoderamento de comunidades através de processos colaborativos ou da efetiva delegação do poder¹⁸. Arnstein (1969), em artigo amplamente discutido, trazia essa reflexão questionando a qualidade dos processos a partir da relação entre participação e a distribuição de poder reforçando que:

É a redistribuição de poder que permite que os cidadãos [...] excluídos dos processos políticos e econômicos, sejam deliberadamente incluídos no futuro. É a estratégia pela qual os que não-têm [excluídos] se juntam na determinação de como a informação é compartilhada, os objetivos e as políticas são definidos, os recursos fiscais são alocados, os programas são operados e os benefícios [...] parcelados. Em suma, é o meio pelo qual eles podem induzir uma reforma social significativa que lhes permita compartilhar os benefícios da sociedade afluenta¹⁹ (ARNSTEIN, 1969, p. 216).

¹⁸ As formas de participação podem se diferenciar ocorrendo tanto através de canais formais, institucionalizada-organizada (representação em instâncias oficiais, Conselhos, Fóruns), ser institucionalizada-espontânea (cidadãos que participam de forma individual, ocasional e não necessariamente continuada de instâncias oficiais) (MENDONÇA, 2013), quanto também ocorrer de forma autônoma ou ser contrária aos processos institucionais.

¹⁹ Tradução da autora do original em inglês: "It is the redistribution of power that enables the have-not citizens, presently excluded from the political and economic processes, to be deliberately included in the future. It is the

Na década de 1960, Arnstein apresentava considerações que articulam as noções de controle e de compartilhamento do poder a partir das quais se pode pensar em dois extremos: em um lado, o controle total do poder pelo Estado e, no outro, a total delegação desse aos cidadãos. O autor, assim, organizou uma escala de participação com diferentes níveis (ver Quadro 7).

Quadro 7 – Níveis de Participação articulados a noção de controle e compartilhamento do poder.

Níveis	Poder (controle e compartilhamento)	Arnstein (1969)		Souza (2011)	
8	Cidadãos detem controle	Graus de poder dos cidadãos	Controle do Cidadão	Autogestão	Participação Autêntica
7	Compartilhado		Delegação de poder	Delegação de poder	
6			Parcerias	Parcerias	
5	Estado detem maior controle	Graus de tokenismo	Apaziguamento	Cooptação	Pseudo participação
4			Consulta	Consulta	
3			Informação	Informação	
2	Estado detem todo controle	Não participação	Terapia	Manipulação	Não participação
1			Manipulação	Coersão	

Fonte: Organizado por Melchior, L. (2019) com base em Arnstein (1969) e Souza (2011).

Os níveis mais baixos são considerados por Arnstein (1969) como “não participação”, nos quais o intuito não é permitir a real inclusão da população na condução dos processos, mas possibilitar que as estruturas de poder “eduquem” os participantes – (1) Manipulação (que pode ocorrer através da simples informação, de comitês consultivos) e a (2) Terapia (ex. assistencialismo comunitário, grupos de terapia que buscam manejar as impressões dos participantes). Esses níveis permitem que os cidadãos se manifestem e expressem descontentamentos, mas não os inclui nos processos decisórios. Logo acima, os níveis de (3) Informação (ex. notícias, folhetos), (4) Consulta (ex. pesquisas, reuniões de grupo, audiências públicas) e (5) Apaziguamento (ex. comitês de aconselhamento e de planejamento)²⁰, são classificados pelo autor como processos nos quais os cidadãos têm voz e são ouvidos, mas não possuem poder. Na prática, nesses níveis, mesmo nos casos em que há um interesse genuíno de saber quais são as demandas e interesses da população, não há garantias de que esses serão atendidos. Isso ocorre porque a ênfase é colocada em um fluxo unidirecional de informações, que proporciona o *feedback* ao proponente, mas não dá poder de negociação

strategy by which the have-nots join in determining how information is shared, goals and policies are set, tax resources are allocated, programs are operated, and benefits like contracts and patronage are parceled out. In short, it is the means by which they can induce significant social reform which enables them to share in the benefits of the affluent society”. (ARNSTEIN, 1969, p. 216).

²⁰ Nesse degrau, Arnstein (1969) aponta que o Apaziguamento permite que cidadãos aconselhem os processos ou planejem indefinidamente, mas continuam não detendo o poder, não podendo julgar a legitimidade e viabilidade dos conselhos. Ao mesmo tempo, afetam o processo a qualidade da assistência técnica que esses possuem na articulação de suas prioridades e a capacidade de organização das comunidades a fim de pressionar o atendimento dessas, bem como na compreensão de seus direitos.

àquele que é informado ou consultado. Nesses níveis, portanto, não há garantias de que a participação possa conduzir a mudanças de *status quo*, apenas de que o proponente indaga.

No topo da escala estão os degraus que permitem que os cidadãos tenham crescentes níveis de poder decisório – indo de (6) Parcerias (ex. juntas de políticas, comitês planejamento) que permitem a negociação com os detentores do poder, possibilitando que esse seja redistribuído a partir do compartilhamento de responsabilidades e da tomada de decisões conjuntas; evoluindo até a (7) Delegação de poder e (8) Controle do Cidadão, nos quais os cidadãos passam a ter maioria dos assentos decisórios, ou o poder administrativo total sobre as decisões (ARNSTEIN, 1969).

Souza (2011), considerando a realidade brasileira, propôs algumas adaptações aos níveis de Arnstein. No nível mais baixo, considera que é possível que exista a (1) Coersão (casos em que nem sequer se tem uma preocupação em aparentar que existe participação); nos níveis intermediários é possível que exista também (5) Cooptação, individual (líderes populares, pessoas chave) ou coletiva (instâncias oficiais de participação sem poder deliberativo); e no topo poderia existir (8) Autogestão, em cujos processos o Estado deixa de ser necessário, visto que todo o poder e as tomadas de decisões são exercidos pelos cidadãos (ver Quadro 2).

Embora existam pequenas diferenças entre os dois autores, é possível, a partir da leitura de ambos conjecturar uma transição entre processos nos quais existe a quase total (ou total) ausência da participação popular, com o controle integral das decisões e do poder nas mãos do Estado e agentes hegemônicos nos processos decisórios, até, no outro extremo, processos compartilhados de envolvimento autêntico dos cidadãos, que evoluem para formas de delegação do poder à população e contribuem para sua autonomia.

A questão da participação, assim, demanda a superação de barreiras do lado de quem detém o poder, em geral o Estado (racismo, paternalismo, resistência à redistribuição de poder), bem como do lado de quem é tradicionalmente excluído do processo (inadequações de infraestrutura, de base de conhecimento socioeconômico e político, dificuldades de organização de grupos frente à alienação e à desconfiança) (ARNSTEIN, 1969; MERRIFIELD, 2001). Cidadãos que desconhecem plenamente seus direitos e responsabilidades, não são criticamente conscientes, ou não possuem acesso à totalidade de informações, serão fragilizados em qualquer processo participativo (ARNSTEIN, 1969; EIZAGUIRRE, et al., 2012). Se as informações não são partilhadas e discutidas não é possível avaliar e entender os interesses que estão envolvidos nos processos, assim, a população não pode se posicionar de forma consciente, visto a ausência de uma compreensão do impacto que suas decisões têm na construção da cidade, nem dos interesses políticos em jogo na disputa.

O respeito à autonomia dos seres humanos, como coloca por Paulo Freire (2019, p.59) quando discorre sobre a pedagogia da autonomia, vem da “dialogicidade verdadeira” que permite aos sujeitos dialógicos aprender e crescer na diferença, sobretudo no respeito a essa diferença. Quando Merrifield (2001) estuda sobre as formas de aprendizado da cidadania (ver Apêndice A), ressalta que é necessário, aos cidadãos, conhecimento (necessário para compreensão e julgamento dos processos), habilidades (para se engajar com os outros, negociar, influenciar, colaborar etc) e disposição democrática (senso de justiça, equidade, cuidado pelos outros) para entender o papel e o impacto que cada um pode ter ao se envolver nos processos. Envolver os agentes em experiências compartilhadas e capacitá-los, então, não só é necessário para conduzir ao exercício da cidadania, como contribui para que se possa buscar condições de equilibrar demandas e forças.

A participação popular nos processos pode surgir quando os agentes entendem que esse é seu papel enquanto cidadãos, ocorrendo a participação por iniciativa própria; pode também ser induzida através de políticas públicas, que criam processos que as impulsionam; e pode ser reativa (associada à necessidade de se manifestar frente a um conflito). Políticas e práticas que fortaleçam o senso de pertencimento dos cidadãos estimulam que os indivíduos participem da vida cívica (EIZAGUIRRE, et al., 2012). Em situações de conflito a participação pode ser impulsionada tanto pela compreensão de que não agir pode trazer consequências piores, quanto pelo senso de solidariedade. Independente das motivações, é importante ter em mente que o contexto e as oportunidades dos grupos tendem a influenciar os processos:

as práticas da democracia participativa não criam, por si sós, oportunidades equânimes entre os grupos e indivíduos. Existem situações desiguais e assimétricas que constituem a estrutura social do país e a realidade local, e que exercem forte tendência de se reproduzir – não mecânica ou deterministicamente – em situações constituídas por um espaço comum para a tomada de decisões (FEDOZZI, 2009, p.29).

Verifica-se que em contextos em que há grande concentração de poder, de um lado, e baixa mobilização comunitária, de outro, criam-se cenários em que os últimos estarão bastantes fragilizados, enfrentando maiores dificuldades de conquistar seus interesses. Assim, é como resultado da constatação da inexistência e ineficácia de instâncias institucionais que permitam o engajamento da população nos processos decisórios, especialmente de parcelas não hegemônicas, que se originam muitas das experiências discutidas nos Capítulos 4 e 5, enfocando os grupos e movimentos que não se limitam a atuar nos espaços de participação oferecidos pelo Estado, mas criam, através de práticas insurgentes de cidadania, canais alternativos para se manifestar e reivindicar direitos. Antes de estudá-las, entretanto, busca-se percorrer e analisar teorias de planejamento que ajudam a entender a transformação, ao longo do tempo, dessas práticas.

2.3. PLANEJAMENTO AO LONGO DO TEMPO: TEORIAS E TRANSFORMAÇÃO DO PAPEL DA POPULAÇÃO NOS PROCESSOS

A crise do planejamento urbano já foi identificada por alguns autores (SANDERCOCK, 1998; HANDOLPH, 2007; MIRAFTAB, 2016) se relaciona tanto ao momento de crise global, que inclui o modelo capitalista vigente, quanto ao já antigo e necessário debate sobre as formas de pensar e implementar o planejamento no território. Nas palavras de MirafTAB (2016, p. 363), faz-se necessário "discutir como podemos repensar o planejamento, o qual é parte integrante da crise contemporânea, e imaginar práticas de des-colonização que tornem possível um urbanismo humano". Cabe, assim, entender os modelos históricos de planejamento para buscar as possibilidades de novos caminhos.

As formas de planejar o urbano se modificaram ao longo do tempo. Foram alterados os modelos, os objetivos e os instrumentos utilizados, bem como as visões de quais agentes devem ser envolvidos nos processos e os papéis que esses devem ter. Não se pretende aqui discutir de forma aprofundada todos os modelos históricos de planejamento, visto a existência de estudos prévios e a extensa variação de estilos e formas que podem ser utilizados para caracterizar os mesmos. O que se busca nesse tópico é apresentar, de forma sintética, alguns dos modelos amplamente discutidos na literatura, ilustrando variações do pensamento, ao longo da história. Assim, são apresentados exemplos de diferentes contextos, brasileiro e internacional, que ilustram essas mudanças. Esse panorama auxilia a compreender e explorar propostas mais recentes de planejamento, o que se fará no tópico seguinte.

Propostas de modernização urbana surgiram já na segunda metade do XIX com o crescimento das cidades europeias. Naquele contexto, o agravamento dos problemas resultantes da revolução industrial trouxe à tona a necessidade de discutir como atuar sobre as cidades e pensar seu futuro. Reformas higienistas e de modernização urbana (visando aumento da salubridade, descongestão urbana e o controle da organização da população sobre o espaço) foram realizadas em grandes cidades europeias (Paris, Viena, Barcelona). Paralelamente, contra narrativas (socialistas utópicos Robert Owen, Charles Fourier) discutiam possibilidades de reformulação urbana e da sociedade. No final do século XIX, pós-revolução industrial, o movimento racionalista passa a se destacar integrado às ideias de modernização urbana, influenciando o concepção do modelo de planejamento regulatório.

O planejamento regulatório "reinou, durante várias décadas, absoluto como modalidade de planejamento urbano em todos os lugares onde este era praticado" (SOUZA, 2011, p.124)". Suas bases intelectuais remontam ao início do Século XX (associado às ideias

modernistas de urbanismo²¹), mas seu apogeu ocorreu na Europa, do final da Segunda Guerra aos anos 1970. Vinculava-se à noção de um Estado forte e intervencionista, centrando-se em uma visão tecnocrática com ênfase na racionalidade e no zoneamento. Voltava-se não à resolução dos problemas urbanos existentes, mas à ideia de construção de uma cidade como objeto ideal (concebida por padrões satisfatórios de qualidade que seriam alcançados com taxas e índices do zoneamento). O planejamento do espaço físico-territorial é o foco do modelo, embora não se limite a este²². Nesse modelo, o Estado tem papel central de promotor de um processo que possui pequeno grau de abertura e permite no máximo formas de pseudoparticipação da população, visto que é muito centrado no papel do técnico planejador (SOUZA, 2011). Frente a esse fato, as críticas ao modelo regulatório surgiram na Europa por volta dos anos 1960²³, dando origem a novas formas de entender o planejamento urbano. No Brasil, o planejamento regulatório teve forte influência, sendo usado na elaboração de diversos planos diretores do período da ditadura militar (décadas 1960/1970). A partir de 1980, com o cenário de abertura política do Brasil, acentuaram-se as críticas ao modelo, visto seu caráter tecnocrático e à pouca possibilidade de dar voz (participação) a outros agentes²⁴.

Da oposição ao modelo racional originou-se o planejamento advocatício (*advocacy planning*), que se desenvolveu na Europa na década de 1960. Esse modelo defendia o pluralismo, propondo a elaboração de planos alternativos (ao invés de um plano unitário) que pudessem representar os interesses diversos, especialmente de grupos minoritários²⁵ (DAVIDOFF, 1965; HUDSON, 1979; MIRAFTAB, 2016). Para Davidoff (1965), defensor do modelo, o planejamento deveria operar mais para incluir os cidadãos do que para excluí-los, permitindo que estes fossem ouvidos e bem informados. O modelo, embora tenha sido criticado por colocar obstáculos ao processo de planejamento, sem ser capaz de mobilizar alternativas construtivas (HUDSON, 1979), trouxe como efeitos positivos uma mudança na concepção de processos de planejamento, mostrando a importância de incluir novos agentes.

Ainda como reação ao modelo regulatório–racional surge o planejamento comunitário/de vizinhança (*community/neighborhood planning*), dando ênfase ao

²¹ À institucionalização do urbanismo como profissão na França (1910), à ascensão das ideias modernistas de Tony Garnier (anos 1920), seguido das proposições de Le Corbusier e dos sistemas nacionais de planejamento pioneiros do Reino Unido, França e Alemanha (anos 1940/1950) (SOUZA, 2011).

²² O chamado planejamento sistêmico, uma subdivisão do planejamento regulatório, possui também um enfoque racional, mas não se limita estritamente a ser físico-territorial (SOUZA, 2011).

²³ Na década de 1960, escritos de Janes Jacobs e a emergência do planejamento advocatício já criavam um cenário de rejeição ao modelo que atingiu o apogeu na década de 1970 (pensamento marxista) (SOUZA, 2011).

²⁴ A década de 1980, no Brasil, ocorreu a abertura do sistema político, após quase 20 anos de regime militar. Foi um período de transição política, de incertezas em relação ao papel do Estado no planejamento e de forte ênfase na municipalização. Randolph (2008) salienta que até aquele momento, no Brasil, o técnico planejador possuía forte vinculação com as profissões de arquitetura e engenharia sendo apenas a partir da formulação de planos integrados, elaborados nos períodos seguintes que se passou a integrar equipes multidisciplinares.

²⁵ Hudson (1979) comenta que a aplicação desse favoreceu diversos grupos e causas minoritárias (causas ambientais, grupos comunitários fracos/desfavorecidos em oposição à outros fortes ou alinhados à negócios).

conhecimento compartilhado das especificidades locais. Esse é baseado na cooperação, capacitação e inclusão dos cidadãos nos processos de planejamento (ALVARES; MENEZES, 2004), considerando que esses possuem informações sobre o local em que vivem e, assim, devem agir no planejamento de bairro (engajando a comunidade). O planejamento comunitário passou a ser utilizado a partir da década de 1970²⁶ (Estados Unidos e Europa) e ainda hoje o é em situações cuja estratégia se baseia no empoderamento de comunidades locais, a partir de processos de planejamento da escala de bairro. Esse empoderamento é buscado a partir da discussão, compartilhamento de informações e conscientização da comunidade para tomada de decisão.

Nas palavras de Alvares e Menezes (2004), “empoderar o outro, atitude contrária à sua infantilização, significa consolidar a autonomia do cidadão para consolidação de instâncias de democracia direta” (ALVARES; MENEZES, 2004, p.3). O planejamento comunitário pode, assim, contribuir para impulsionar atitudes proativas das comunidades, ao invés de apenas esperar pela ação do Estado. Desta forma, mais do que produzir um documento final (plano), o modelo possibilita que esses grupos estreitem relações entre seus membros e aprendam mais sobre o seu bairro (e o sistema de gestão vigente), tornando-se socialmente mais organizados e empoderados. O próprio interesse da comunidade de se engajar no planejamento comunitário pode vir da compreensão de que essa precisa contribuir para contrapor um governo fraco (MACE; TEWDWR-JONES, 2017) ou que se alinha a propósitos que não representam seus interesses.

Uma das vantagens do planejamento comunitário baseia-se em que, ao contrário do que ocorre em outros modelos, em que a participação da população ocorre apenas em etapas posteriores do processo, nesse, a comunidade é peça chave, agindo ativamente como co-planejadora. O modelo, assim, se associa a noção de autogestão das comunidades envolvidas. O planejador técnico assume o papel de organizador-educador do processo, devendo conscientizar e capacitar criticamente os cidadãos envolvidos (ALVARES; MENEZES, 2004). A maior crítica ao modelo, entretanto, reside no fato de que esse pode tender a “incentivar o interesse próprio” (do indivíduo dentro do seu bairro), ao invés de persuadir as pessoas a reconhecerem a importância do bem comum (da cidade, da região) sobre os seus interesses ou os de seu grupo (MACE TEWDWR-JONES, 2017).

Ao mesmo tempo, planos de vizinhança podem ser frágeis visto que, em geral, precisam ser incluídos em escalas de planejamento superiores para serem implementados, o que fragiliza o processo frente aos interesses do Estado. Um sistema de planejamento governamental que considera as diversas escalas, pode usar o planejamento de bairro como

²⁶ O primeiro plano comunitário de Londres foi desenvolvido em 1969 para Kensington e Chelsea (MACE; TEWDWR-JONES, 2017).

estratégia para definir com mais detalhes como deve ser o desenvolvimento dessa escala, explorando melhor suas especificidades e identidade. O Estado tem, assim, um papel importante enquanto autoridade que irá determinar que o planejamento comunitário, e as demandas da comunidade nele contidas, sejam respeitadas e plenamente incluídas nos planos maiores (municipal, regional) (MACE; TEWDWR-JONES, 2017). Ao contrário, em contextos em que o planejamento comunitário é "desconsiderado" pelas esferas governamentais de poder, esse pode ser utilizado como uma alternativa de organização e reforço da comunidade, auxiliando-a a criar estratégias para contrapor as propostas apresentadas pelo Estado. No Brasil, comunidades de baixa renda têm explorado essa alternativa – como por exemplo nas experiências da Vila Novo Ouro Preto (ALVARES; MENEZES, 2004) ou do Plano Popular da Vila Autódromo (ver Capítulo 4).

Box 1 – Experiência do Programa de Recuperação Bairros "Quiero mi Barrio", Chile

Como foi a experiência?

Criado na administração de Michelle Bachelet (2006-2010) para melhoria social e urbanística de 200 bairros precários. Voltado a estreitar relações dos habitantes com o bairro (melhorar imagem, identidade, condições ambientais, equipamentos e infraestrutura) sendo o primeiro programa governamental Chileno de regeneração urbana que propôs usar processos deliberativos para áreas desfavorecidas (NIETO, 2010; ESCOFFIER, 2017). Buscava desenvolver a sociabilidade na escala de bairro para amparar o processo deliberativo – aumentar a participação, desenvolver lideranças e identidade/pertencimento (ESCOFFIER, 2017). Tinha estrutura vertical e integrava diferentes escalas de governo (federal, regional e local). O Governo federal possuía papel fundamental (desenho, coordenação e implementação). Secretarias Regionais (diferentes regiões) se articulavam com comunidades através dos Conselhos de Desenvolvimento de Vizinhança (órgãos de governança deliberativa). Os projetos, obras físicas que pudessem gerar transformações na dinâmica social e espacial dos bairros, deveriam contemplar um masterplan (diagnóstico compartilhado) considerando atividades, agentes, recursos e estratégias (MINVU, 2016), sendo executado pelo governos federal, local, consultores, convênio com as secretarias regionais. Orçamentos eram definidos antecipadamente sendo diferenciados para cada iniciativa. Os projetos (duração de 02 a 03 anos) possuíam três etapas: 1) 'preparação/assinatura' do contrato, diagnóstico do plano e formação dos conselhos de vizinhança (4-6 meses); 2) implementação (18-26 meses); 3) avaliação dos resultados (2-4 meses). No encerramento o projeto era avaliado criando-se oportunidades de discutir o processo, permitindo que moradores vissem a história do bairro compilada pelo projeto, contribuindo para a continuidade das dinâmicas sociais e comunitárias (iniciadas no projeto) e fortalecendo organizações comunitárias formadas pelo programa (NIETO, 2010).

Quais os resultados da experiência?

Observou-se resistência inicial dos beneficiários, atrasos na definição de acordos, dificuldades de aprendizado para implementação, falta de confiança no governo e irregularidade na assistência e na participação (MINVU, 2010; NIETO, 2010). O programa demandava forte articulação entre diversas esferas de governo, exigindo disposição tanto do governo quanto dos demais agentes para incentivar o desenvolvimento e a autonomia das comunidades. O suporte técnico junto às comunidades foi apontado como fator de sucesso da iniciativa (NIETO, 2010). Autores (MORENO, 2013; OECD, 2017) indicam que o programa refletiu necessidades e aspirações de comunidades e contribuiu para novas perspectivas dos moradores em relação aos seus bairros (aumento de/o redes sociais, senso de pertencimento, nível de participação/cooperação). Porém, embora tenham sido ampliados espaços de participação (fóruns cidadãos) e desenvolvidos conselhos de cidadãos (importante para envolver comunidades), o desenho institucional (*top-down*) possibilitou uma noção restrita de democracia (ESCOFFIER, 2017), não contribuindo de fato para empoderar a população ou fortalecer sua responsabilidade social e não gerando impactos além dos bairros.

O planejamento de vizinhança pode surgir a partir da organização da própria comunidade que demanda (iniciativas *bottom-up*) ou ser promovido como política de Estado (iniciativas *top-down*). Na América Latina, propostas governamentais foram exploradas especialmente em programas destinados a bairros precários, a exemplo do Equador, com o "Programa de Mejoramiento Integral de Barrios" (ROMO, 2010) e do Chile, com o programa de recuperação de bairros "Quiero mi Barrio" (ver Box 1). Esses programas trouxeram avanços na busca da inclusão da população nos processos de planejamento da escala de bairro, mas exibiram entraves para o engajamento comunitário além dos limites dos bairros.

Outros exemplos que se relacionam ao modelo comunitário incluem a aproximação entre universidades e comunidades, como a de Hīhīaua (Nova Zelândia), buscando apoiar um grupo da população para fornecer alternativas ao planejamento institucional (Box 2).

Box 2 – Experiência integrando Universidade-Comunidade Hīhīaua, Nova Zelândia

Como foi a experiência?

Trata-se de articulação entre academia-grupo comunitário, descrita por Bradbury et al (2018). A partir da demanda inicial da comunidade, alunos da faculdade de arquitetura e de arquitetura paisagística desenvolveram projetos para a orla de Hīhīaua, em Whangarei, cidade de médio porte da Nova Zelândia, em uma área com valor histórico e simbólico para indígenas e imigrantes. Desenvolveu-se um processo colaborativo no qual foram desenvolvidos masterplans e estratégias para o desenvolvimento local, auxiliando a comunidade a espacializar suas demandas. A utilização de princípios voltados à valorização da cultura indígena (*Te Aranga Principles*) contribuiu para preservar e resgatar a cultura e a memória do local (resgate da linguagem através de nomes indígenas, da cultura com lendas indígenas aplicadas a percursos e edifícios, do incremento de conexões físicas/visuais a recursos naturais importantes, como o rio e as montanhas do entorno).

Quais os resultados da experiência?

Os resultados incluem o aprendizado de ambos grupos envolvidos. A comunidade teve acesso a conhecimento técnico que trouxe oportunidades de visualizar alternativas inicialmente não imaginadas por ela; aos alunos, como futuros profissionais, aprenderam sobre responsabilidade social e seu potencial para auxiliar grupos da população no atendimento de suas demandas. A valorização de elementos ligados à cultura e à memória indígena foi destacada pela comunidade como um dos pontos mais relevantes. Os desdobramentos iniciais do processo incluíram a ampliação de espaços de discussão sobre o desenvolvimento do local (reuniões entre Comunidade, Conselho Municipal e Prefeitura), bem como uma demanda do grupo comunitário no sentido de modificar o plano municipal a fim de propor diretrizes que incentivem mais o caráter cultural e o respeito às características ambientais da área, ao invés de focar primordialmente na construção habitacional/comercial (plano original institucional).

Outro modelo que se destacou na Europa desde a década de 1980, embora sem muitos efeitos no Brasil, foi o planejamento colaborativo, influenciado pela teoria da ação comunicativa de Habermas – primeiramente explorado por John Forester e posteriormente aprofundado por Healey (1997). Esses autores propunham um modelo de planejamento comunicativo ou, como chamado mais tarde por Healey, planejamento colaborativo, que se

propunha a ser transformador por ter como elemento principal o debate, capaz de realizar uma “virada comunicativa”²⁷.

Essa “virada comunicativa” é percebida em três diferentes dimensões, conforme descreve Randolph (2007): a) romper com a noção de que o planejamento é uma atribuição de responsabilidade exclusiva do Estado, uma vez que prevê a articulação de outros agentes ao processo; b) abandonar o processo tradicional de decisão com fins determinados e a racionalidade da eficiência, pois considera que o processo de debate inclui a formulação dos objetivos e a construção das próprias arenas de negociação e mediação de conflitos; c) considerar que o planejamento colaborativo está voltado à mediação de conflitos e interesses e, assim, todos merecem o mesmo respeito e direito de se expressar, exigindo circulação e troca irrestrita de informações. Neste sentido, o autor salienta os avanços da proposta em relação a modelos anteriores, visto a ênfase em se articular à sociedade civil, ultrapassando as vertentes burocráticas e tecnocráticas centradas na atuação do técnico planejador.

O planejamento colaborativo é visto como um instrumento/processo de mediação dos interesses do Estado e da sociedade civil e tem ênfase processual baseada na noção de acordo entre grupos sociais distintos. Esse consenso seria atingido não pela simples concordância dos envolvidos, mas pelo debate, experimentação, aprendizado e mudança de perspectivas, buscando a produção de um cenário comum aos participantes a partir de uma estratégia inovadora apoiada por todos (HEALEY, 1997). De acordo com Healey (1997), as decisões deveriam ser construídas nas arenas de disputa, mediação de conflitos e de troca de informações considerando-se o respeito entre os envolvidos, pressupondo o direito a todos de ter a mesma possibilidade de voz e de expressão. Segundo a teoria de Habermas, na qual se baseia o modelo, a comunicação entre os grupos envolvidos no diálogo precisa ocorrer em termos relativamente similares, ou seja, supõe-se uma noção de equilíbrio considerando-se que desequilíbrios de poder, classes, etnias ou diferentes visões de mundo serão gerenciados durante o processo, o que acaba não ocorrendo em muitos contextos (WATSON, 2016)²⁸. Porém, como ter um diálogo equilibrado quando existe um grande desequilíbrio de poder? Ou quando não há plena distribuição da informação ou do conhecimento?

Assim, se o modelo colaborativo trouxe avanços em alguns contextos pouco de fato contribuiu para criar efetivos espaços de discussão sobre o planejamento. Randolph (2007) salienta melhoras na busca de reformular relações entre Estado-sociedade, tentando estimular e encorajar os participantes a produzir “novos cenários através de uma bricolagem

²⁷ Cabe lembrar que Paulo Freire, que em 1996 publicava o livro *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, também ressaltava a importância da “dialogicidade verdadeira” (2019, p. 59) a partir da qual os sujeitos aprendem e crescem na diferença e se constituem como seres éticos.

²⁸ Essas discussões o planejamento em sociedades marcadas por diferenças socioculturais, desigualdades econômicas e conflitos vão dar origem a teoria do planejamento insurgente que se discutirá posteriormente.

colaborativa” (RANDOLPH, 2007, p.10), ou seja, procurando abrir espaço para que os envolvidos incluíssem nas discussões suas experiências, ideias e métodos que seriam articulados e reunidos dando origem a uma nova estratégia apoiada por todos. A partir dessa troca, se poderia buscar alternativas para que o “poder comunicativo”, “acumulado” no cotidiano por comunidades/grupos sociais (“capital social”), pudesse influenciar as tomadas de decisões nas esferas “especializadas” (RANDOLPH, 2007, p.11). Souza (2011), porém, salienta que, embora em teoria o grau de abertura do processo colaborativo se proponha a ser mais amplo, a ambiguidade do discurso e a falta de questionamento explícito ao modelo capitalista conduziram a uma tendência de banalização e esvaziamento da participação no modelo, tendendo-se apenas a estratégias de pseudoparticipação.

Mesmo diante dessa proposta de transformação dos meios de participação nos processos, há um consenso entre autores de que o modelo não atinge uma vinculação com a “práxis”, ou seja, a vivência daqueles que são o objeto-sujeito do planejamento (RANDOLPH, 2007; SOUZA, 2011; FRIEDMANN, 2011). O Estado se mantém o principal agente promotor do processo e a sociedade utiliza espaços como ‘convidada’ para atuar nas decisões (espaços que lhe são destinados por aqueles que coordenam o processo). Segundo Friedmann (2011), se mantém a noção de que os planejadores estão “fora da sociedade” e a alcançam pela inclusão, (talvez) redistribuição ou comunicação. Ou seja:

Não acontece uma ruptura “real” ou “verdadeira” porque essas modalidades participativas do planejamento se baseiam numa lógica de representação da sociedade e, particularmente, do espaço social que concebe, tendencialmente, qualquer “participação” tão formal e abstrata que torna seu exercício concreto um mero acidente (RANDOLPH, 2007, p.6).

Assim as modalidades participativas do planejamento colaborativo mantêm uma lógica de representação da sociedade e somente em poucos casos se aproximam das práticas sociais. Essa aproximação, por outro lado, passa a ser a chave na articulação das propostas insurgentes de planejamento, como se discutirá posteriormente (Tópico 2.4).

Nos anos 1960 se desenvolveu uma discussão teórica que vai influenciar o planejamento a partir da perspectiva da democracia, dando origem ao que se passou a chamar de planejamento participativo. Essa reflexão, iniciada em algumas partes da Europa se espalhou pelo sul da Europa na década de 1970 e atingiu a América Latina a partir dos anos 1980, produzindo variadas experiências (SOUZA, 2001; SANTOS, 2002). Em diversos países do Sul Global, especialmente na América Latina, essa perspectiva impulsionou uma intensa participação de movimentos sociais em processos de democratização, reforçando a necessidade de se pensar novas articulações entre o Estado e a sociedade, no planejamento, abrindo espaço para discutir a relação entre procedimentos e participação social (SANTOS;

AVRITZER, 2002). Entre os anos 1980 e 1990, por exemplo, diversas cidades da América Latina adotaram modelos de planejamento participativo. Algumas dessas experiências incluem; o orçamento participativo no Brasil; os conselhos comunais venezuelanos e equatorianos; o planejamento indígena boliviano e o planejamento eco turístico da Costa Rica (SOUZA, 2001; IRAZABAL, 2009; HEALEY, 2011).

No Brasil, a abertura do sistema político após ditadura militar e a aprovação da Constituição Federal de 1988, originaram um momento de intensa discussão voltada a propostas participativas na escala local. Ampliou-se o número de administrações municipais geridas por partidos de esquerda e, com a possibilidade de eleger governos municipais fortes (maior independência administrativa e financeira), multiplicaram-se oportunidades de participação social em diversos municípios (BAIERLE, 2009; HEALEY, 2011). Exemplos de planejamento participativo dos recursos se destacaram no período com as propostas do Orçamento Participativo (OP). Em 1989, o OP era adotado em 13 cidades Brasileiras (BAIERLE, 2009). O Box 3 resume a experiência pioneira do OP em Porto Alegre, que oportunizava aos cidadãos interferir nos processos decisórios, discutindo e elencando prioridades para a execução de projetos e obras.

Box 3 – Experiência de Porto Alegre com o Orçamento Participativo (OP)

Como foi a experiência?

Possibilitou a participação de cidadãos em decisões sobre a destinação de recursos públicos. Foi criado (1989) na gestão municipal do Partido dos Trabalhadores, que tinha forte apoio das camadas populares. O OP buscava identificar/priorizar projetos com base em demandas populares, permitindo que cidadãos decidissem prioridades de investimento (SOUZA, 2001; ABERS, 2003; HEALEY, 2011). O processo, de ciclo anual, permitia acesso a todos que desejassem definir prioridades (identificar e debater demandas de bairro). O desenho original do programa²⁹ era composto por diferentes instâncias de participação e organizado em três etapas (reuniões preparatórias, decisórias e de monitoramento) (BAIERLE, 2009; HEALEY, 2011; PONTES; FEDOZZI, 2016): 1ª) assembleias nas regiões da cidade, para definir diretrizes orçamentárias (nortear o planejamento do próximo ano) e eleger conselheiros para compor o Conselho do OP (COP) (instância máxima de decisão). Cidadãos participavam das assembleias, tendo direito à voz e voto (momento de democracia direta), sendo encorajados a (individualmente ou em grupos de vizinhança, formais/informais) identificar e priorizar demandas para seus bairros e participar das assembleias para se envolver nas decisões. 2ª) formação do COP e de Fóruns de delegados (fóruns regionais e temáticos). Participantes da etapa 1 elegiam representantes (um delegado/a cada dez pessoas nas assembleias) para levar demandas aos Fóruns (instâncias de participação representativa com renovação anual). Os Fóruns reuniam-se periodicamente para: a) apresentar demandas, escolher prioridades e planejar os recursos do ano seguinte; b) acompanhar execução de demandas do ano anterior e c) tratar de temas discutidos no COP. 3ª) Por fim, o COP discutia e aprovava o orçamento e o regimento interno do OP (regras decididas pelos participantes, governo participava do processo sem direito a voto).

Quais os resultados da experiência?

²⁹ O OP sofreu significativas alterações posteriores dadas as mudanças dos partidos políticos que assumiram a gestão municipal e muito do projeto inicial foi descaracterizado, sendo alvo hoje de profundas críticas a sua efetividade. Não se pretende discutir estas mudanças, mas apresentar o modelo inicial inovador do programa, mundialmente reconhecido pela inclusão cidadã no planejamento urbano. Para mais informações sobre o OP de Porto Alegre ver: Abers (2003); Baierle (2009); Healey (2011); Fedozzi, et al (2013); Pontes; Fedozzi (2016).

Iniciativa governamental (*top-down*), decidida e organizada localmente, porém, ao permitir a participação cidadã direta nos processos e contribuir para a organização comunitária é considerado um processo articulado a uma estratégia *bottom-up* (EGHRARI, 2012). Permitia diferentes níveis e métodos de engajamento cidadão (participação direta, instâncias representativas). A divulgação orçamentária permitia o monitoramento e o controle da execução dos projetos por todos os interessados. Foi um instrumento institucional de empoderamento e inclusão social. A continuidade administrativa (mesmo partido político frente à gestão por 16 anos) possibilitou a sobrevivência do programa e potencializou resultados. O sistema descentralizado do Brasil auxiliou a ampliar os efeitos do OP, em especial em bairros precários (ao permitir aos municípios decidir como usar os recursos financeiros). Por fim, Abers (2003) salienta o contexto peculiar de Porto Alegre, pois tanto o Estado quanto a população tinham interesse no processo – população de menor renda o apoiava sentindo-se diretamente beneficiada com melhorias de seus bairros, setores da construção civil aprovavam os significativos investimentos públicos, a classe média apoiava a proposta por querer um governo associado à ideia de justiça social, transparência e combate à corrupção.

Tais experiências marcaram uma fase da gestão local de Porto Alegre e foram referência nacional e internacional como método de aproximação dos interesses comunitários, naquele momento. Reconhecido como um modelo inovador de sucesso, o OP passou, assim, a ser “seguido” em diversas partes do mundo, obviamente marcado por significativas variações. Entre 1997-2000, mais de 130 municípios brasileiros adotaram modelos de orçamento participativo (EGHRARI, 2012). Entre as cidades com mais de 100 mil habitantes do Brasil, entre 2000-2004, 43% adotavam o OP (BAIERLE, 2009). No final dos anos 2000, as propostas de orçamento participativo se expandiram pelo mundo e circulavam na América Latina e Europa (HEALEY, 2011; EGHRARI, 2012; OIDP, 2019).

Complementando, em 2001, foi aprovado no Brasil o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) que, após décadas de discussão coletiva sobre a reforma urbana no país, regulamentou os capítulos da Constituição que tratam da política urbana. Essa lei aponta para os Planos Diretores como instrumento principal de planejamento urbano, tendo estimulado o desenvolvimento dos chamados Planos Diretores Participativos³⁰. Esses, na verdade, mais serviram para criar uma ilusão da participação do que de fato significaram avanços em relação a um compartilhamento das decisões. Villaça (2005) desmistifica a participação nesses processos ao fazer referência, por exemplo, ao fato de que a participação criada tendia a continuar incluindo apenas classes dominantes, desconsiderando classes dominadas. A participação popular (limitada a mecanismos informativos e consultivos) servia para legitimar o processo de elaboração desses planos, que eram marcados, também, por outras formas de pressão exercidas pelos grupos dominantes (notícias pagas, pressões sobre agentes políticos) que desbalanceavam seus resultados (VILLAÇA, 2005; RANDOLPH, 2008). Muitas das críticas ao planejamento participativo se referem exatamente a este ponto (ABERS, 2003; RANDOLPH, 2008), indicando que os governos criaram uma ilusão de controle popular

³⁰ Incentivados pela política federal do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003 – 2006).

através do discurso da participação, mas continuaram a definir, eles mesmos ou articulados a grupos de poder, o planejamento e o desenvolvimento das cidades.

Os anos 1990 foram caracterizados por uma pluralidade de perspectivas em relação à esfera urbana, tanto no Brasil como internacionalmente, dando origem a experiências de planejamento baseadas nas novas teorias neoliberais e de escolha pública; no novo urbanismo; no planejamento colaborativo; no planejamento participativo e no planejamento estratégico (RANDOLPH, 2007; WATSON, 2016). Nessa década, como enfatiza Vainer (2005, p. 4), viu-se o embate entre “duas grandes utopias urbanas contemporâneas, de um lado “a cidade democrática – conduzida pelos cidadãos” em oposição à “cidade-empresa, a cidade mercadoria, a cidade-negócio conduzida pelos empresários”, representada pelo modelo do planejamento estratégico.

Nesse momento, a globalização e a ideologia neoliberal passavam a influenciar globalmente múltiplos contextos e o planejamento estratégico era aplicado em diversos locais, trazendo uma revalorização dos projetos urbanos e enfatizando ações pontuais, consideradas intervenções catalizadoras de transformações de um contexto maior³¹. Perdeu assim, em muitos casos, a noção do todo a ser planejado. A ideia central do modelo vincula-se à noção de modernização da cidade e seus objetivos visam ser proativos ao invés de reativos, tendo ênfase na competitividade entre cidades e no marketing urbano (SOUZA, 2011; VAINER, 2005)³². Em diversos países da América Latina, por exemplo, o modelo foi amplamente adotado, e divulgado como efetivo em contextos de recursos escassos (IRAZABAL, 2009), dando origem a processos de “planejamento estratégico sem plano”, ou do também chamado “empreendedorismo periférico” (SILVA, 2012).

O modelo estratégico assinalou a necessidade de considerar os interesses de agentes diversos nos processos de planejamento, articulando-os através de parcerias público-privadas (SILVA, 2012). Uma das principais críticas ao modelo se dá exatamente sobre este ponto, porque, com um referencial teórico acrítico ao neoliberalismo, o grau de abertura dos processos tende a ser pequeno, permitindo, no máximo, pseudoparticipação (SOUZA, 2011). Na prática, a adoção do modelo significou, em diversos contextos, que os agentes geralmente ‘ouvidos’ nos processos fossem limitados a grupos de interesses específicos articulados ao capital, como já discutido por diversos autores (SOUZA, 2011; VAINER, 2005; SILVA, 2012).

³¹ Na Inglaterra, o planejamento estratégico teve seu uso institucional generalizado na década de 1980 durante a administração de Thatcher. Entretanto, propostas de reconversão urbana já vinham sendo utilizadas nos Estados Unidos desde a década de 1950 (Baltimore e Boston), seguido pelo Canadá (Toronto e Montreal) (SILVA, 2012).

³² Na sua elaboração usualmente se definem visão, missão, valores, metodologias, diagnósticos, objetivos e metas originando um modelo que se baseia na análise de ameaças, oportunidades, fortalezas e fraquezas (matriz FOFA) e das influências políticas, econômicas, sociais e tecnológicas (análises PEST).

Carlos Vainer (2000), em seu texto "Os liberais também fazem planejamento urbano?", critica a comercialização do espaço urbano trazida pelo planejamento estratégico. As críticas principais ao modelo apontam a noção da cidade como um "produto", a ser "vendido/comprado" (analogia à "cidade empresa"), cujos princípios mais importantes estão ligados à produtividade, à competitividade e subordinados à lógica competitiva do mercado (VAINER, 1999; SILVA, 2012). Vainer (1999) e Silva (2012) apontam que a necessidade de consenso trazida pelo modelo reduz a emergência de conflitos e contribui para que sejam desconsideradas complexidades inerentes à vida social. Abrem mão de uma visão integrada da cidade, enfatizando projetos urbanos de aplicação pontual no território que, buscando o atendimento de demandas específicas, articuladas ao capital imobiliário (HARVEY, 1996; SOUZA, 2011) ao invés de analisar a complexidade de cada realidade social e espacial e trabalhar integralmente na resolução de para minimizar os problemas urbanos.

O panorama das transformações dos modelos de planejamento ao longo do tempo revela a complexa e conflituosa relação entre este e a sociedade, sendo os primeiros reflexos de como atuam as forças sociais em cada contexto. Em especial em países do Sul Global, a incapacidade do planejamento de responder ao agravamento dos problemas urbanos intensificados com o fortalecimento neoliberal e a ampliação das desigualdades sociais, sobretudo para a parcela menos favorecida econômica e politicamente, originou reações, por parte de grupos da sociedade, que passaram a demandar e buscar alternativas para contrapor às situações às quais foram submetidos. As experiências de planejamento insurgente, discutidas no próprio tópico, surgem exatamente para ocupar essas lacunas.

2.4. PLANEJAMENTO COMO PRÁXIS: O PLANEJAMENTO INSURGENTE E SUAS VARIAÇÕES

Viu-se que, ao longo do tempo, modelos de planejamento das cidades foram se modificaram, migrando de momentos que valorizavam somente o pensamento do técnico planejador proveniente do Estado para outros, que passaram a validar o conhecimento e a perspectiva trazidos pela população, processo que foi acompanhado também pelo fim da hegemonia do Estado e uma maior participação de agentes econômicos nas decisões.

O planejamento insurgente, ou similarmente denominado planejamento radical, subversivo ou transgressivo, surge dessa consideração de que as práticas e demandas dos cidadãos têm relevância para o planejamento das cidades. Esses conceitos são usados pela teoria do planejamento para descrever práticas realizadas por cidadãos e grupos da sociedade civil que visam ações transformadoras do *status quo*. Essas práticas sociais são usadas para reivindicar direitos, responder a injustiças e ao agravamento dos problemas urbanos e modificar o ambiente aos quais segmentos não hegemônicos da sociedade vivem.

Essa perspectiva de planejamento se relaciona a de um modelo contra-hegemônico, alternativo, demandado e criado a partir de iniciativas *bottom-up* e da articulação de cidadãos e grupos de sociedade civil cujo propósito é transformá-la e modificar relações de poder vigentes, seja esse poder exercido pelo Estado, corporações globais ou outros grupos de poder (RANDOLPH, 2007; MITAFTAB, 2009; FRIEDMANN, 2011; IBABAO, 2013). Logo, pode ser entendido como uma reação de segmentos da sociedade à falência do planejamento institucional, ou melhor dizendo, esta é a perspectiva aqui adotada.

Ao pensar essa articulação com a práxis proposta pelo planejamento insurgente, pode-se fazer uma correlação com o pensamento de Paulo Freire (2000). Quando o autor fala da pedagogia da indignação, propõe uma articulação entre o sonhado (o desejo de transformar a realidade, o mundo), e o projeto que o materializa, a luta, na qual o sonho se ampara na realidade de forma a intervir “no mundo para retificá-lo e não apenas para mantê-lo mais ou menos como está” (FREIRE, 2000, p. 28). Busca-se, assim, a partir de uma perspectiva progressista, estimular e possibilitar a capacidade de intervenção no mundo, agindo em face dos desafios.

Por um lado, o planejamento insurgente se assemelha ao proposto pelo planejamento comunicativo, considerando-se que ambos propõem práticas emergentes que transformem o território. Por outro lado, existem pontos fundamentais de divergência entre os dois, que dizem respeito ao processo e aos produtos realizados por ambos. Enquanto no planejamento comunicativo a ênfase está na construção de consensos e o Estado tem papel fundamental de articulador das negociações coletivas, no insurgente os grupos atuam por contra própria e em resistência às estruturas dominantes (Estado e outros), pressionando-as diretamente quando necessário (FAINSTEIN, 2000; FRIEDMANN, 2011; IBABAO, 2013; WATSON, 2014). Outro ponto de distinção entre os dois modelos reside na consideração de que, em alguns contextos, as diferenças entre os agentes urbanos não podem ser mediadas somente pelo discurso, como defende a teoria do planejamento comunicativo, pois estão relacionadas a distinções mais profundas³³ (SANDERCOCK, 2000; IBABAO, 2013; WATSON, 2016).

A articulação entre planejamento e insurgência surgiu na década de 1980, quando Holston (1998), em sua pesquisa antropológica focando o contexto brasileiro, articulou os

³³ O planejamento colaborativo teve resultados satisfatórios em contextos onde o diálogo entre os agentes sociais genuinamente foi incentivado para superar diferenças entre participantes, o que nem sempre ocorre. Dadas diferenças culturais, sociais, históricas e políticas de determinados contextos, algumas questões não podem ser mediadas apenas pelo discurso. Mirafab e Wills (2005) relatam situação na África do Sul em que grupos percebidos como “ultra esquerdistas” foram excluídos de espaços oficiais de discussão, em detrimento de outros (mais “neutros”, cujas vozes eram descritas como “legítimas”/“autênticas” de segmentos pobres); enquanto movimentos de base, que reivindicavam espaços de cidadania eram apresentados como “inautênticos” sendo criminalizados. Similarmente, Sandercock (2000) descreve diferenças entre população aborígine e não-aborígine na Austrália e salienta o “medo” (de “estranhos”), que conforme os estereótipos da ordem social, faz com que esses “devam ser excluídos” para que os demais se sintam seguros. Esses exemplos, entre outros, ilustram situações em que superar diferenças existentes na pluralidade da sociedade ultrapassa a questão do discurso.

conceitos de cidadania e urbanismo insurgente para tentar explicar práticas usadas por cidadãos para modificar o ambiente em que viviam e atender às suas necessidades. Para Friedmann (2011), a tarefa central desse planejamento seria o de fazer uma mediação entre a teoria e a prática visando à transformação social. Seguiram-se estudos de Sandercock (1998), Mirafitab (2009), Sweet and Chakars (2010) e Friedmann (2011) adotando o termo planejamento insurgente; Beard (2002; 2003) com o conceito de planejamento radical; Randolph (2007; 2008) utilizando o termo planejamento subversivo; Ibabao (2013) propondo a adoção do termo planejamento transgressivo e Vainel et al (2013) adotando o termo planejamento conflitual a partir de estudos no Brasil. Mais recentemente práticas insurgentes de cidadania foram discutidas por Ay e Mirafitab (2016) e Holston (2016). O Quadro 8, na sequência, sintetiza a revisão da literatura salientando os entendimentos de cada autor em relação ao conceito. Percebe-se que os conceitos possuem similaridades, mas destacam-se algumas características que marcam a perspectiva de cada um autor.

Quadro 8 – Conceitos de planejamento insurgente e suas variações segundo a revisão da literatura

Autor/ Termo	Descrição
Holston (1998) – Urbanismo e Cidadania insurgente	O urbanismo insurgente (“modo espacial”) é relacionado às práticas usadas por cidadãos para contrapor e modificar o ambiente e atender suas necessidades. A cidadania insurgente (“trabalho de contrapor”) é dada pelo desenvolvimento de práticas e narrativas voltadas a discutir o pertencer e o participar da sociedade, permitindo repensar o planejamento e revelando outras perspectivas dadas pela heterogeneidade da experiência vivida.
Friedmann (2011) (retomando textos escritos em 1987 e 2000) – Planejamento Radical	Associado à noção de transformação social gerada por uma “miríade de pontos de resistência e práticas inovadoras” (p.60) voltadas a modificar o ambiente existente. “Dedica-se a mudar as relações de poder existentes, sejam elas exercidas pelo estado ou corporações globais” ³⁴ (p. 61). Se associa à visão de uma “sociedade civil autônoma e auto organizada, ativa em fazer reivindicações, resistindo e lutando para mudar causas estruturais subjacentes à injustiça e em prol da boa cidade” (p. 158). Essa boa cidade (alicerçada no florescimento humano e na multiplicidade) tem como pilares fundacionais: moradia, saúde acessível, trabalho remunerado adequadamente e provisão social adequada.
Sandercock (1998) – Planejamento Insurgente	A noção de insurgência vem da intenção de desafiar as relações existentes de poder. Enfatiza a importância das redes sociais para a ação coletiva, que pode introduzir reformas na sociedade. As práticas incluem: histórias de resistências (bem-sucedidas ou não), de resiliência, reconstrução e ações sociais. As políticas transformadoras partem de “mil pequenos empoderamentos (ao invés de grandes gestos), ou seja, ações cotidianas de resistência e protestos que cumulativamente levam a mudanças.
Beard (2002 e 2003) – Planejamento Radical e Planejamento velado	Trata do planejamento radical incremental e introduz o conceito de planejamento velado (<i>covert planning</i>) referindo-se a formas “incipientes e incrementais de planejamento” (2002, p.16) criadas pela população com o propósito de adquirir “habilidades, experiência e consciência política necessárias para provocar mudanças sociais e políticas significativas” (2003, p.13) em contextos políticos restritivos/ autoritários. O planejamento velado difere do radical ou insurgente, pois “não desafia as relações de poder” (2002, p. 16). Na experiência estudada segue-se um processo linear de aprendizado (migrando da participação orientado pelo Estado, para o planejamento velado e finalmente atingindo uma transformação social).
Randolph (2007 e 2008) – Planejamento Subversivo	Entende o planejamento subversivo como prática “que decorre [da] compreensão do mundo contemporâneo e uma profunda preocupação de buscar direções de sua transformação” (2008, p. 7). O caráter subversivo compreende a noção de “profundas transformações das relações” de poder existentes. Para transformar o planejamento em prática, os “espaços construídos no cotidiano” passam a ser os constituintes do planejamento subversivo (condição e resultado

³⁴ Tradução da autora do original em inglês: “social transformation from myriad points of resistance and innovative practice” (FRIEDMANN, 2011, p.60); “the practice of radical planning is dedicated to changing existing relations of power, whether exercised by the state or global corporations” (FRIEDMANN, 2011, p.61).

	dessa proposta de planejamento); que inverte ou subverte as relações entre Estado-sociedade, planejadores-população envolvida/afetada (2007, p.15).
Miraftab (2009 e 2016) – Planejamento Insurgente	O planejamento insurgente é contra-hegemônico (“desestabilizam a ordem normalizada das coisas”), transgressivo (“transgridem o tempo e o lugar localizando a memória histórica e a consciência transnacional no centro de suas práticas”) e imaginativo (trazem “o conceito de um mundo diferente”, oferecem esperança na busca de alternativas) (2009, p. 33) ³⁵ . Valoriza ações cidadãs que vão além dos espaços sancionados pelos grupos dominantes (convidados), englobando “insurreições e insurgências que o Estado e as corporações sistematicamente buscam colocar no ostracismo e criminalizar” (espaços inventados) (2016, p. 368).
Sweet e Chakars (2010) – Planejamento Insurgente	“Planejamento de base que frequentemente desafia aquele dirigido pelo Estado e a formulação de políticas” ³⁶ (p.1), “resposta crítica ao planejamento centralizado, às vezes resistente à mudança e elitista [...] e de cima para baixo” (p.3). O indígenas estudados (Rússia) fazem uso da identidade, língua, terra e cultura para impulsionar o planejamento insurgente. Salientam que no caso estudado o planejamento insurgente não foi nem linear nem completamente positivo; teve “inícios e paradas, períodos de intensa atividade de múltiplas camadas e períodos de relativa inatividade” (SWEET; CHAKARS, 2010, p.3), uma resistência estratégica e tática que ocorreu “simultaneamente, ao invés de sequencialmente” (p.4).
Watson (2011) – Insurgências x Plan. insurgente	Distingue atos cotidianos, menores, ad hoc (considerados insurgências) de outras atividades mais estruturadas e planejadas (consideradas como planejamento insurgente) (WATSON, 2011, apud IBABAO, 2013).
Vainer et al (2013) Planejamento Conflitual	Usa o termo planejamento conflitual para descrever o “esforço de autoplanejamento urbano em uma situação de conflito”. Reconhece a conflituosidade urbana “como mecanismo e processo virtuoso, que explora ao limite a capacidade criativa das camadas subalternas e as possibilidades de ações e concepções contra-hegemônicas” e assim “aposta na capacidade dos processos conflituosos de constituírem sujeitos coletivos aptos a ocuparem, de forma autônoma, a cena pública” (p. 17).
Ibabao (2013) – Planejamento Transgressivo	Propõe o termo planejamento transgressivo considerando que os grupos agem visando uma transformação (e não uma oposição entendida como associada ao termo insurgente). A transgressão é articulada ao tempo, espaço e à construção de “metas temporais que influenciam as atividades dos grupos” (p. 178). O planejamento transgressivo “reconhece a colaboração entre os atores”, induz ao “compartilhamento de aprendizados e à produção de novos conhecimentos resultantes dessas atividades compartilhadas” (p. 178). Propõe que o engajamento cidadão vai além da relação dicotômica com o Estado (oposição/colaboração).
Holston (2016) – Planejamento e práticas insurgentes	Entendido como: “forma de problematizar” premissas e práticas do “planejamento urbano institucionalizado”. Suas práticas são voltadas a “movimentos de cidadania insurgente” (p.192) que surgem da interseção entre (1) “fazer a cidade acontecer” (<i>city making</i>), (2) “ocupar a cidade” (<i>city-occupying</i>) e (3) “reivindicar direitos” (<i>rights-claiming</i>), que “demonstram e fazem valer novas formas de democracia direta” (p. 192). Esses movimentos “contestam condições atuais por meio de propostas alternativas” através de “assembleias autoempoderadas de cidadãos que investigam, decidem e agem, sacudindo autoridades públicas com essas alternativas” (p. 201). Demandam que o Estado aceite a legitimidade de direitos desenvolvidos nas “lutas vividas” pelos participantes, articulados em assembleias políticas e abertos a gerar uma cidade/sociedade diferente.
Ay e Miraftab (2016) – Práticas insurgentes de cidadania	Denominam “práticas insurgentes de cidadania” aquelas que “ajudam os cidadãos a reivindicar e acessar de maneira tangível seu direito substantivo à cidade e seus espaços públicos” ³⁷ (p.2), seja através de espaços convidados, inventados ou de formas de ativismo. Destacam os aspectos “simbólicos e performativos” dessas práticas e entendem que essas são contra-hegemônicas (desestabilizam a ordem normalizada das coisas); transgridem tempo e lugar (uso da memória e da consciência transnacional no centro de suas práticas); e são criativas (contribuindo para expandir a imaginação sobre o desenvolvimento de espaços urbanos).

Elaborado por L. Melchioris com base nos textos de: Holston (1998); Sandercock (1998); Beard (2002 e 2003); Randolph (2007 e 2008); Sweet; Chakars (2010); Friedmann (2011); Ibabao (2013); Vainer et al (2013); Miraftab (2009 e 2016); Holston (2016); Ay; Miraftab (2016).

³⁵ Tradução da autora do original em inglês: “counter-hegemonic, transgressive and imaginative. They are counter-hegemonic in that they destabilize the normalized order of things; they transgress time and place by locating historical memory and transnational consciousness at the heart of their practices. They are imaginative in promoting the concept of a different world as being” (MIRAFTAB, 2009, p.33).

³⁶ Tradução da autora do original em inglês: “The term insurgent planning refers to grassroots planning that often challenges state directed planning and policy making” (SWEET; CHAKARS, 2010, p.1).

³⁷ Tradução da autora do original em inglês: “[...] these insurgent practices of citizenship help citizens to tangibly claim and access their substantive right to the city and its public spaces” (AY; MIRAFTAB, 2016, p.2).

Holston (1998) chamou de urbanismo insurgente o “modo espacial” usado pelos cidadãos para, a partir de suas práticas, contrapor e modificar o ambiente em que vivem (garantindo o acesso a necessidades básicas). Esse “trabalho de contrapor” seria o da cidadania insurgente, mecanismo político usado por parte de parcela da população envolvida, através de práticas e narrativas para discutir o pertencimento na sociedade. O autor reforça que a partir desses mecanismos se poderia repensar o planejamento, revelando outras perspectivas dadas pela heterogeneidade da experiência vivida. Esse componente de transformação é também trazido por outros autores.

Friedmann (2011), que adota o termo planejamento radical, o relaciona a uma sociedade civil autônoma e ativa que atua para mudar relações de poder e reivindicar direitos básicos a partir do uso de práticas inovadoras e de resistência. O autor entende que o engajamento nesse planejamento visa mudar causas estruturais subjacentes à injustiça, cuja opressão social e desigualdades sociais são impulsionadas pelo mercado e pelo Estado, incapaz de responder às necessidades dos setores marginalizados. Para Beard (2002 e 2003), há uma lacuna no pensamento de Friedmann, que não explica como as pessoas aprendem a se engajar nesse planejamento que vai acarretar mudanças sociais e políticas significativas, em especial em contextos sócio-políticos restritivos. Holston (1998) não deixa claro como os cidadãos adquirem a experiência para se envolver em gestos cotidianos que podem levar a mudanças maiores. Sandercock (1998) e Beard (2002 e 2003), em seus estudos, ajudam a buscar respostas a essas lacunas.

Sandercock (1998) enfatiza que “mil pequenos empoderamentos” podem induzir reformas na sociedade. Abre, assim, espaço para a valorização dos pequenos atos, visto o potencial inesperado que podem conter. Para a autora, as redes têm extrema importância no impulsionamento da ação coletiva, possibilitando desafiar relações de poder. A partir de suas proposições, é possível estabelecer uma relação com a compreensão do planejamento como “um sistema complexo”, o que é proposto por Portugali (2011), que enfatiza que das interações humanas (entre agentes envolvidos nos processos) podem surgir efeitos inesperados, transformando relações simples em resultados complexos.

Beard (2002 e 2003), por sua vez, procura trazer respostas para entender como os grupos se envolvem em práticas de planejamento radical (termo adotado pela autora) em contextos restritivos e autoritários. A partir do estudo de comunidades na Indonésia, a autora discute como os grupos conseguiram contribuir para uma transformação social. Para ela, quando há um perigo iminente de repressão contra as insurgências (e desafiar o poder pode ser ineficiente e perigoso), podem surgir versões veladas, incipientes e incrementais de planejamento radical. Sua pesquisa mostra a forma do que a autora chama de planejamento

radical, com diversas nuances e que foi impulsionado por práticas inicialmente não radicais, que evoluíram e se transformaram de acordo com os avanços do próprio auto reconhecimento pela comunidade. Esse aprendizado incremental fez com que o grupo migrasse de um processo de participação dirigida pelo Estado para um planejamento comunitário, que avançou para um planejamento velado (*covert planning*) e, com o tempo, resultou em uma agenda coletiva que serviu de base para exigir uma reforma social e política em um momento de fraqueza do controle do Estado (ver Box 4). Desta forma, a autora tenta responder às lacunas identificadas no trabalho de Friedmann, mostrando como os cidadãos, através de um processo gradual, aprenderam a se articular e a se engajar no planejamento radical de forma a promover uma transformação social ao longo do tempo (BEARD, 2002; 2003).

Box 4 – Experiência de planejamento velado na Indonésia

Como foi a experiência?

Victoria Beard (2002; 2003) estuda como cidadãos se envolveram em ações de planejamento que acarretaram transformações sociais no contexto autoritário da Indonésia (1994-2000). Discute formas incrementais de planejamento e traz o conceito de planejamento velado (*covert planning*) a partir do qual a comunidade deu passos incrementais e incipientes, que inicialmente não desafiaram relações de poder, mas foram estágios iniciais para atingir mudanças sociais mais ambiciosas, alterando relações de poder maiores. O *covert planning* não desafia o *status quo*, ao contrário, em estágios iniciais, procura operar “sob o radar” do Estado (formas silenciosas de resistência que intencionalmente evitam o confronto direto), se tornando uma estratégia para contextos restritivos. Em três etapas o grupo de baixa renda evoluiu de iniciativas *top-down* para um planejamento *bottom-up*: 1. Inicialmente se envolveram em um programa estatal (planejamento comunitário voltado a implementação de um programa de saúde materno-infantil), que possibilitou aos moradores aprender a se organizar, trabalhar coletivamente e redistribuir recursos usando essas habilidades para se mobilizar e identificar demandas próprias. 2. Em seguida, migraram para o planejamento velado, entendendo coletivamente sua capacidade e poder de organização e implementando seus próprios planos (propondo uma clínica de saúde para idosos). O conhecimento e a experiência adquirida foram, após, usados para um fim mais controverso (reivindicar a posse da terra), o que foi feito evitando intencionalmente o confronto com o Estado. 3. Após, evoluíram para o planejamento radical, quando jovens planejaram, estabeleceram e mantiveram uma biblioteca operada pela comunidade, que se tornou um veículo para aumentar a consciência coletiva e inspirar atividades insurgentes (o espaço acabou sendo usado para demandar publicamente reformas sociais e políticas, desafiando o regime repressivo com manifestações públicas de oposição). Inicialmente a construção da biblioteca não desafiou a estrutura de poder vigente, ao contrário, se utilizou do interesse do Estado de erradicar o analfabetismo. O planejamento velado forneceu meios de criar apoio amplo da comunidade e do governo em diferentes fases (criação, execução e manutenção da biblioteca) sem alertar para a aprendizagem social. Porém, o aumento da alfabetização e o desenvolvimento de autoconfiança social/política permitiu a comunidade demandar mudanças sociais mais profundas.

Quais os resultados da experiência?

A relevância do caso reside no processo gradual de aprendizado (importante no contexto autoritário do país) – iniciado desvinculado de práticas radicais, evoluindo e servindo para a transformação social. O aprendizado progressivo (incipiente e incremental), foi importante para desafiar o poder dominante, pois de forma evidente poderia ser ineficiente e perigoso. O contexto restritivo, deu origem a utilização de formas de resistência do dia a dia e de *avoidance protest*. A pesquisa demonstra como comunidades marginalizadas se moveram de um processo de participação institucional, para outro baseado nas necessidades da comunidade (autodefinidas) e posteriormente utilizando práticas de planejamento velado que resultaram em uma agenda coletiva que serviu para exigir reformas políticas em um momento de fraqueza do controle do Estado. O processo contribuiu para que o grupo se tornasse mais experiente (para atuar em relação ao Estado e outras instituições) e possibilitou ao grupo aprender sobre o seu poder/limitações.

Os estudos de Sandercock (1998) e Beard (2002 e 2003), mostram que as práticas usadas pelos grupos diferem. Enquanto Sandercock destaca formas cotidianas de resistência, Beard descreve atos coletivos velados, secretos, e que não confrontam, propositalmente, o Estado. Há, porém, um entendimento de que esse planejamento está associado à noção da prática, da ação, o que aparece também em outros autores, como Randolph (2007).

Randolph (2007) enfatiza que o planejamento subversivo (como o denomina), não deve se constituir como um novo discurso ou um novo modelo teórico, mas como práxis (metaplanejamento), como ação concreta. Para tanto, ressalta a importância dos espaços do cotidiano que são tanto condição quanto resultado dessa proposta de planejamento que se destina a inverter e subverter relações Estado-sociedade, planejador-população afetada. Esse planejamento espacial, assim, assumiria a importância de fazer a mediação entre as representações/abstrações dos técnicos e os espaços vivenciados por aqueles que são objeto/sujeito do processo de transformação (RANDOLPH, 2007).

A compreensão do planejamento insurgente permite ultrapassar as fronteiras profissionais (técnicas e acadêmicas), respondendo à proeminência de comunidades. Atende também uma nova geração de planejadores que não estão vinculados a instituições públicas ou organizações tradicionais de consultoria pública ou privada (MIRAFTAB, 2009). Dessa relação com a prática surgem possibilidades para o empoderamento dos cidadãos – o que se percebe dos autores estudados: Holston (1998 e 2016), Sandercock, Beard (2002 e 2003), Friedmann (2011), Randolph (2007 e 2008), MirafTAB (2009); Sweet e Chakars (2010), Vainer et al (2013).

Se, por um lado, Sweet e Chakars (2010) relatam que o planejamento insurgente desafia o Estado e suas políticas, MirafTAB (2009) e Friedmann (2011) ampliaram o entendimento colocando que esse novo planejamento busca uma contraposição a qualquer estrutura dominante, seja o Estado ou outra (mídia, agências internacionais, grupos econômicos). MirafTAB (2009) reconhece o contexto neoliberal contemporâneo e enfatiza a influência que esse exerce frente aos terrenos disputados de inclusão e dominância. Em seus estudos na África do Sul (MIRAFTAB, 2009 – ver Box 5) e posteriores (MIRAFTAB, 2016), a autora reforça que o planejamento insurgente precisa ser fluido, ocupando não apenas os espaços "convidados" (aqueles nas quais a ação é sancionada e tolerada pelos grupos dominantes), mas especialmente precisa "inventar" espaços. Ou, como coloca Tanaka (2017), "forjar espaços". Ou seja, os grupos fazem uso de espaços formais, mas frente à ausência e/ou fragilidade desses, conquistam e criam espaços, mesmo que sejam seguidamente criminalizados pelos grupos dominantes ao fazerem uso dessas insurgências.

Box 5 – Experiência contra despejos frente à Copa do Mundo, Cidade do Cabo, África**Como foi a experiência?**

Miraftab (2009) estudou o movimento *Western Cape Anti-Eviction Campaign (Western Cape AEC)* verificando mecanismos usados para resistir a despejos, cortes de serviços e exigir o direito ao abrigo e à infraestrutura básica para comunidades carentes. O movimento (fundado em 2001) se intensificou com o surgimento de propostas de despejo/realocação de assentamentos informais com os preparativos para a Copa do Mundo de 2010, quando a cidade sediou os jogos. Trata-se de um movimento de resistência emergente voltado a garantir direito à cidade, à água e à moradia. O movimento é um guarda-chuva (engloba organizações comunitárias, moradores descontentes, organizadores cívicos, trabalhadores demitidos, ativistas sindicais, delegados sindicais e ex-membros da coalizão governante). Não são alinhados a partidos políticos/ONGs e defendem sua independência em relação a esses (mantem uma rede democrática organizada horizontalmente com direito a falar por si mesmo). Para combater processos de gentrificação, remoção e garantir a manutenção das famílias fizeram uso de: 1) instrumentos legais, formais (espaços convidados – abrir processo judicial contra despejos reivindicando direitos constitucionais e serviços básicos), e de; 2) práticas de subsistência de sobrevivência informal e de oposição (espaços inventados – manifestações públicas (pontuais e contínuas), ocupação de moradias, religação de serviços através de ‘encanadores informais’, negociações com agentes de despejo forçado para ignorar ou adiar sua implementação, presença em massa da população em tribunais do júri). Atuaram para melhorar serviços e conscientizar comunidades – criar creches comunitárias, refeitórios para crianças, clínicas de futebol, envolver crianças em discussões sobre vida e habilidades para a vida, etc.

Quais os resultados da experiência?

As táticas diversas contribuíram para garantir a permanência das comunidades nos locais de moradia e para melhorar as condições de vida nos assentamentos. A atuação junto aos tribunais trouxe à tona, ao público em geral, a inadequação do sistema judicial. A evocação da memória ruim do apartheid (usada em manifestações em espaços públicos) lembrou remoções brutais forçadas do período e produziu uma consciência histórica da opressão, estimulando memórias coletivas e historicidades de problemas criados pela ação/inação das autoridades e atuando contra a amnésia social coletiva produzida pelo neoliberalismo. O planejamento insurgente neste caso “valorizou histórias orais de pessoas marginalizadas como meio de conhecimento e uma metodologia emancipatória e evocou a memória histórica politizada no coração das práticas libertadoras opondo-se ‘amnésia social coletiva’ trazida pelo capitalismo neoliberal” (MIRAFTAB, 2009, p.45).

Miraftab (2009; 2016) aponta para o potencial transformador do planejamento insurgente, ressaltando seu caráter transgressor, contra-hegemônico e imaginativo. Transgride o tempo, o lugar e a ação atuando em arenas formais e informais da política e nos espaços convidados e inventados de práticas de ativismo. Transgride também fronteiras nacionais ao construir solidariedades transnacionais de pessoas marginalizadas, avança além dos limites de tempo buscando uma consciência historicizada e resgatando memórias coletivas e é contra-hegemônico, pois se volta a desestabilizar a ordem normalizada das coisas desestabilizando relações de dominação existentes, insistindo no direito dos cidadãos de discordar, de se rebelar e de determinar seus próprios termos de envolvimento e participação. Explora, ainda, a natureza contraditória do capitalismo neoliberal expondo a divisão entre inclusão/redistribuição e investiga como os sistemas de opressão podem ser contestados. Suas práticas imaginativas, por fim, recuperam o idealismo por uma sociedade justa e reconhecem o valor simbólico das atividades de cidadania insurgentes (MIRAFTAB, 2009), oferecendo esperanças para buscar alternativas ao momento atual.

A importância dos valores culturais e simbólicos foi também reforçada por Sweet e Chakars (2010), ao estudar comunidades indígenas na Rússia. Os grupos pesquisados fizeram uso de práticas históricas e contemporâneas de planejamento insurgente de forma a manter e recuperar o direito de acesso à terra e demandar o reconhecimento e o fortalecimento de sua cultura e identidade. O estudo, contrariando o sugerido por Beard (2002; 2003), indica que o processo não foi nem linear nem completamente opositivo, existindo uma aceitação seletiva da identidade, do idioma e das tradições culturais não indígenas. O processo teve paradas e períodos de recomeços, dando origem a momentos de intensa atividade e outros de relativa inatividade, tomando a forma de uma resistência que ocorreu mais simultaneamente do que sequencialmente (ver Box 6).

Box 6 – Experiência de grupos indígenas (Buryat) na Rússia

Como foi a experiência?

Sweet and Chakars (2010) estudam o grupo indígena dos Buryats na Rússia (mongóis do Sul da Sibéria) relatando práticas insurgentes históricas e contemporâneas. A luta do grupo está principalmente ligada ao direito à terra (manutenção e recuperação dessa) e ao reconhecimento de sua identidade e cultura frente ao colonialismo. Esses agem para contestar políticas recentes de descentralização do país que ameaçam dissolver bases territoriais construídas etnicamente, com práticas insurgentes se modificaram ao longo do tempo. No passado estiveram associadas principalmente a protestos e petições do governo demandando legislação sobre o direito à terra, a educação da língua, e a tentativas de aumentar o número de indígenas ocupando posições estratégicas em relação a educação, cultura e mídia. Recentemente envolveram ações de resistência contra a descentralização política, capacitação de representantes indígenas (que viraram pesquisadores, professores, jornalistas, líderes empresariais) e contribuíram para ampliar o poder do grupo, influenciando outros agentes e demandando a proteção da cultura, da língua e das tradições do grupo. Atuaram, ainda, para reativar e reviver tradições culturais (cerimônias espirituais), estimular a ampliação do uso de língua (tradução de livros em língua nativa, produção de material infantil, divulgação da história através de filmes, aulas, conferências e debates políticos, seminários de contação de histórias). Vê-se que: 1) as práticas de insurgência não foram lineares nem completamente oposicionais, existindo uma aceitação seletiva da identidade e da língua não indígena ao longo do tempo; 2) As práticas tiveram inícios e paradas, períodos de intensa atividade, em diferentes níveis (ocorrendo simultaneamente e não sequencialmente), em contraste com outros de relativa inatividade; 2) Foram usadas táticas de resistência de curto prazo e ações estratégicas para transformações de mais longo prazo; 3) A valorização da língua, das tradições espirituais, religiosas e culturais e a questão do acesso à terra são importantes ferramentas.

Quais os resultados da experiência?

A análise da experiência aponta para avanços em relação a vários aspectos, incluindo as dimensões política, social e cultural. Percebe-se que, ao longo da história, houve fases de contrações e de expansões de direitos e liberdades, apontando momentos de avanços e retrocessos que demandaram mudanças das formas de atuação. As práticas desenvolvidas pelo grupo contribuíram para o seu fortalecimento e a valorização da sua identidade e cultura (fortalecimento da língua, de práticas culturais e espirituais e da luta pelo direito à terra). Percebe-se também um aprendizado no sentido de expressar as queixas e defender direitos através da assimilação do outro (visto o aprendizado da língua russa tradicional e moderna).

A revisão da literatura aponta para uma miríade de práticas consideradas insurgentes. Watson (2011 apud IBABAO, 2013), contribui fazendo uma separação entre atos cotidianos, menores, *ad hoc*, que são considerados pela autora como insurgências, ao contrário de outras práticas mais estruturadas e planejadas, denominadas de planejamento insurgente. A partir

do que propõe a autora, são indicados no Quadro 9 situações descritas na revisão da literatura interpretadas como exemplos³⁸ de insurgências e de planejamento insurgentes. Vê-se a importância dessas manifestações populares, no sentido de encontrar meios políticos de defesa de seus territórios, sejam eles físico-espaciais, ideológicos, ou de outra ordem, entendidos como basilares na sua constituição cidadã.

Quadro 9 – Insurgências e planejamento Insurgente à luz da revisão da literatura

Insurgências	Planejamento Insurgente
<ul style="list-style-type: none"> ▪ manifestações e protestos; ▪ ações cotidianas e resistências do dia-a-dia; ▪ negociações e consultas públicas; ▪ melhorias simples no ambiente para atender a necessidades básicas (HOLSTON, 1998; MITLIN, 2018); ▪ invasões de terra, ligações clandestinas de água e eletricidade em assentamentos informais, recusa ao pagamento de taxas e à evacuação de áreas ocupadas para moradia (MIRAFTAB, 2009); ▪ criação de fundos de poupança p/ auxílio imediato de famílias em situações de vulnerabilidade; desenvolvimento de tecnologias alternativas para habitação de baixa renda (IBABAO, 2013); ▪ construção de biblioteca usada como espaço posterior de conscientização política (BEARD, 2002 e 2003); ▪ manifestações voltadas à promoção da cultura e da identidade (tradução de livros para idiomas nativos, debates e manifestações políticas) (SWEET; CHAKARS, 2010); ▪ práticas artísticas, ativismos, performances que resgatam memória/impulsionam a cidadania insurgente (AY; MIRAFTAB, 2016) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ solicitação de regularização fundiária (assentamentos informais); ▪ criação de partidos políticos (FRIEDMANN, 1987); ▪ estabelecimento de organizações voluntárias voltadas a preparar planos sociais e políticos (MEIR, 2005 apud IBABAO, 2013); ▪ combate a remoções larga escala (ações planejadas) (MIRAFTAB, 2009); ▪ criação de conselhos e atividades de educação popular voltadas a informação/discussão de direitos básicos e temas sociais (IBABAO, 2013).

A distinção entre os conceitos de insurgência e planejamento insurgente tem por base a proposição de Vanessa Watson trazida por Ibabao (2013). Elaborado por L. C. Melchior (2019) com base em Ibabao (2013); Friedmann (1987); Holston (1998); Beard (2002); Beard (2003); Miraftab (2009); Sweet; Chakars (2010); Ay; Miraftab (2016).

Vainer et al (2013, p. 17), por sua vez, a partir do estudo de comunidades de baixa renda no Brasil, adotam o termo planejamento conflitual apostando “na capacidade dos processos conflituosos de constituírem sujeitos coletivos aptos a ocuparem, de forma autônoma, a cena pública. Esses autores defendem a necessidade de reconhecimento da natureza conflitual urbana (que funciona como mecanismo e processo virtuoso), que “explora ao limite a capacidade criativa das camadas subalternas e as possibilidades de ações e concepções contra-hegemônicas” (VAINER, et al, 2013, p.17).

Outros autores sugerem que as práticas usadas pelos grupos para fazer suas reivindicações são híbridas de forma maximizar os resultados. Ibabao (2013), estuda grupos em situação de pobreza, nas Filipinas, ilustrando como os mesmos os adotaram tanto ações de oposição ao Estado (a políticas e programas específicos e ao uma posição anti-Estado), como também criaram práticas articuladas a esse (Box 7).

³⁸ Ibabao (2013) iniciou a identificação dessa distinção com alguns exemplos trazidos pela literatura.

Box 7 – Experiência de planejamento transgressivo nas Filipinas**Como foi a experiência?**

Ibabao (2013) estuda a atuação de três grupos comunitários atuantes em Iloilo nas Filipinas: 1) a Federação das Pessoas Desabrigadas das Filipinas – HPFP (federação de grupos comunitários de baixa renda que aborda problemas ligados à moradia e segurança da posse e é associada a *Slum Dwellers International*); 2) o grupo GABRIELA – Mulheres vinculadas à Assembléia Geral com ações são voltadas à luta por Reforma, Integridade, Igualdade, Liderança (grupo que defende uma ideologia política comumente associados a ações coletivas de protesto) e; 3) a ONG Centro de Ação Social Arquidiocesano de Jaro – JASAC (que fornece ampla gama de programas e serviços para membros da paróquia e outros). A partir de práticas emergentes esses atuam para influenciar o planejamento voltado a comunidades em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Os grupos são formados por estruturas diferenciadas e adotam práticas que têm distinções, entretanto ambos desenvolvem práticas combinadas que a autora caracteriza como um planejamento híbrido (às vezes oposicionais ao Estado, mas sem adotar uma postura anti-Estado, às vezes de forma independente ao Estado, outras vezes em colaboração crítica com esse, desenvolvendo projetos e ações integradas). Os grupos fazem também uso de espaços formais e informais. As articulações desses grupos com outros agentes (outros grupos em situação semelhante, ONGs, agências de financiamento, universidades, instâncias governamentais) não se limitam à escala local, dando forma a redes de suporte às comunidades que articulam agentes nas diversas escalas (do local ao internacional).

Quais os resultados da experiência?

A relevância do estudo vem da compreensão de que os três grupos, maximizam o atendimentos de seus interesses/ objetivos pelo fato de não se limitaram a usar apenas uma estratégia, mas combinar práticas que fazem uso de espaços convidadas, de espaços negligenciados pelo Estado (a exemplo da melhoria de assentamentos precários), se opõem ao Estado (passeatas, protestos, ações judiciais) e também são capazes de desenvolver ações de co-produção (a exemplo de prestação compartilhada de serviços, integração para discussões de políticas e ações de planejamento, desenvolvimento de ações emergenciais). Ao se envolverem ativamente para prover alternativas/propostas (fundos de poupança, propostas p/ materiais de construção, mapeamentos de comunidades etc) ampliaram seu poder de negociação com outras instituições, entre essas o Estado. As amplas redes de solidariedade desenvolvidas pelos grupos contribuem fortemente para que esses atinjam resultados diretos (melhorias de espaços físicos, acesso a recursos financeiros, ampliação de troca de experiências) e indiretos (auxiliando para legitimar os grupos frente ao Estado e colocando-os em melhores condições para fazer reivindicações junto a esse).

Assim, a autora sugere o uso do termo planejamento transgressivo (ao invés de insurgente), defendendo que esse englobaria ações coletivas, radicais, progressivas ou transgressivas, endossando paradoxalmente o Estado, usando meios certificados por esse para se manifestar e protestar, mas realizando atos que ocorrem dentro dos limites permissíveis pela lei. A pesquisa de Ibabao (2013) mostra situações em que os grupos se voltaram a práticas colaborativas de co-produção³⁹ com o Estado, entendendo que essas auxiliariam no atendimento de questões imediatas e também poderiam melhorar seu poder de negociação em relação a questões futuras⁴⁰. Desse entendimento pode-se pensar que os

³⁹ O conceito de co-produção, posteriormente aprofundado no Capítulo 5, é usado para designar processos de engajamento entre Estado-sociedade que permitem aos grupos atingir objetivos diversos, que incluem desde questões imediatas (prestação de serviços) até potencializar seu reconhecimento pelo Estado colocando-os em melhores condições de negociação com esse.

⁴⁰ No Capítulo 4 se discute o estudo da Federação de Pessoas Desabrigadas das Filipinas, um dos grupos estudados por Ibabao (2013) que faz uso de práticas insurgentes combinadas à colaboração crítica com o Estado.

grupos agem de forma estratégica, avaliando o contexto, mapeando oportunidades e buscando ampliar espaços de ação e reconhecimento.

Assim, o insurgente não apenas denuncia, demanda e associa a narrativa crítica à práxis, contestando condições atuais e agindo para modificá-las. O planejamento insurgente busca, desta forma, reivindicar direitos e trazer propostas aos desafios da desigualdade e do neoliberalismo. Miraftab (2016) salienta a importância destas práticas na busca de um urbanismo humano que seja capaz de superar os ditames do modelo vigente:

ultrapassando a crise do sistema capitalista e do momento atual. A crise contemporânea é insidiosa e infecta todas as dimensões da vida, em todos os cantos do globo. Mas isso não significa que estamos todos nela da mesma forma; essas crises afetam as pessoas distintamente em diferentes lugares, de formas que são injustas e desiguais. Poderosas economias, que produzem a desumanidade das crises globais, porém raramente assumem a responsabilidade por sua criação. Para isso, precisamos recorrer às práticas subordinadas, amadurecidas em movimentos anticoloniais e anticapitalistas de longa duração (MIRAFTAB, 2016, p. 363).

Assim, as práticas de reação não são as mesmas nas diferentes partes do mundo. Frente à posição que cada lugar ocupa na cadeia global, estruturas políticas, sociais, culturais e particularidades de cada contexto, existirão oportunidades e necessidades que podem dizer respeito a processos e temáticas diversos. Desta forma, também as formas de atuação poderão ser diferenciadas.

Miraftab (2016), considerando que o neoliberalismo aprofundou as diferenças entre os países hegemônicos (“norte global”) e os países periféricos (“sul global”), faz uma distinção entre as práticas de ambos, situando o planejamento radical como insurgente nos países do Sul Global e apontando o segundo como “um planejamento alternativo à medida em que tem lugar entre comunidades subordinadas, sejam assentamentos informais e municípios em ex-colônias ou comunidades desfavorecidas no estômago da besta – América do Norte e Europa Ocidental” (MIRAFTAB, 2016, p. 367).

Pode-se pensar, assim, que em contextos de países que não ocupam uma posição global hegemônica, os cidadãos tendem a se organizar para demandar questões relativas à garantia de acesso a direitos básicos e à superação de injustiças sociais e territoriais, a exemplo das lutas por garantias mínimas de qualidade de vida (habitação, serviços básicos, infraestrutura, direito à moradia, etc.) estudadas por Beard (2002), na Indonésia e Miraftab (2009) na África do Sul, bem como ao reconhecimento identitário de grupos minoritários, a exemplo de populações indígenas estudadas por Sweet e Chakars (2010), na Rússia, e Sandercock (1998) e Porter (2017), na Austrália. Em países de base econômica forte, nos quais as necessidades mínimas tendem a ser melhor atendidas, práticas radicais podem se destinar a demandar transformações do *status quo* a partir de outras perspectivas, como o

exemplo de esforços voltados à valorização do local através do estímulo a práticas coletivas sustentáveis, em grupos comunitários, como na Nova Zelândia (FERGUSSON, 2010) ou de comunidades europeias que desenvolvem ações antissistema (criação de moedas próprias, sistemas de trocas de produtos sem o uso de moedas) (MARINO, 2018).

Cabe lembrar que as práticas de planejamento em tentar mudar o *status quo*, revelam como o planejamento que se diz “inclusivo”, enfatizando a participação da sociedade civil, é, na realidade, muitas vezes, cúmplice do sistema de governança neoliberal. Miraftab (2009, p. 43) foca a questão lembrando que o “planejamento dos insurgentes revela como os interesses do capitalismo global e da economia corporativa apropriam-se indevidamente da ação coletiva para despolitizar o planejamento progressista⁴¹. O planejamento insurgente, portanto, expõe como, muitas vezes, a participação dos cidadãos nos processos institucionais não altera a reprodução hegemônica e os processos de opressão que fazem parte de cada sociedade. Neste sentido, contra a “amnésia social coletiva” subjacente ao neoliberalismo, a busca da ancoragem local e o reforço da memória se tornam importantes:

Enquanto o capitalismo neoliberal promove uma amnésia social coletiva, uma importante tarefa do planejamento contra-hegemônico e insurgente é estimular as memórias coletivas históricas e historicizar os problemas decorrentes das ações e inações das autoridades⁴² (MIRAFTAB, 2009, p.45).

Assim, embora práticas insurgentes sejam identificadas em diversos locais/países, elas procuram formas de ancoragem ao seu contexto. O planejamento insurgente, ao mesmo tempo, reconhece práticas que vão além daquelas sancionadas pelo Estado e busca possibilidades de promover transformações sociais que desafiem aspectos injustos do sistema neoliberal, desestabilizando relações opressivas por meio da inclusão (MIRAFTAB, 2009; 2016). Ao ser gerado por processos emergentes (*bottom-up*), tais ações abrem possibilidades para o surgimento de novas formas associativas e organizacionais que tentam subverter instituições pré-existentes na busca de alimentar uma cidadania urbana (HOLSTON, 2016). Por esse ângulo, quando Merrifield (2001), relaciona cidadania e aprendizado, dado pelo engajamento dos cidadãos em experiências (ações, práticas), se pode pensar no potencial transformador do planejamento insurgente a partir dessas vivências.

Cabe pensar, entretanto, como coloca Miraftab (2016), se todas as práticas insurgentes contribuem para construir democracias participativas e criar bases para se desenvolver um urbanismo humano (MIRAFTAB, 2016, 369). Complementando o

⁴¹ Tradução do inglês: “Insurgent planning reveals how the interests of global capitalism and the corporate economy misappropriate collective action to depoliticize progressive planning” (MIRAFTAB, 2009, p. 43).

⁴² Tradução da autora do original em inglês: “While neoliberal capitalism promotes a collective social amnesia, an important task of counter-hegemonic, insurgent planning is to stimulate historical collective memories and historicize the problems arising from the actions and inactions of authorities” (MIRAFTAB, 2009, p.45).

pensamento da autora, poderia se refletir sobre o que impulsiona os agentes a se organizarem coletivamente para atuar nas práticas progressistas insurgentes, bem como pensar as formas de avanços das tecnologias da informação que têm influenciado esses processos. As experiências estudadas nos próximos capítulos nos ajudam a refletir sobre isso.

Entretanto, antes de seguir em frente, faz-se importante salientar alguns entendimentos adotados em relação ao que foi discutido nesse tópico:

- Compreende-se que é necessário reconhecer formas de reflexão, crítica e de ação sobre o território que vão além do institucional, ampliando-se o olhar para o estudo de práticas progressivas usadas pela população para promover mudanças no meio físico e impulsionar transformações sociais;
- Essas práticas sociais incluem arenas formais e informais, materializando-se no uso de espaços convidadas e inventados (MIRAFTAB, 2009) que expressam resistências tanto do dia-a-dia, quanto voltadas a mudanças no longo prazo;
- Reconhece-se que existem perspectivas diversas sobre como os grupos evoluem de forma a buscar essa transformação social, sendo influenciados pelos contextos, e podendo ocorrer, entre outros, a partir de processos lineares e incrementais (BEARD, 2002; 2003), simultâneos e marcados por avanços e retrocessos (SWEET; CHAKARS, 2010); ser iniciados por pequenas iniciativas que impulsionam o empoderamento e conduzem a transformações maiores (SANDERCOCK, 1998);
- Percebe-se que os termos planejamento radical, planejamento insurgente, planejamento subversivo e planejamento transgressivo são usados alternadamente na literatura; e se adota a denominação insurgente para se referir aos processos descritos nos próximos capítulos desta tese⁴³;
- Considera-se, como sugerido por alguns autores (WATSON, 2011 apud IBABAO, 2013; IBABAO, 2013), que é importante distinguir o termo insurgência (usada para se referir a práticas mais simples, do dia-a-dia, *ad-hoc*); do planejamento insurgente (referindo-se a atos mais elaborados, planejados);
- Entende-se que o termo insurgente não se refere à uma oposição total ao Estado (posição anti-Estado), mas volta-se a contrapor o planejamento e as políticas que conduzem a produção de uma cidade excludente, que agravam desigualdades

⁴³ Adota-se o termo insurgente em parte visto que esse já é amplamente utilizado na literatura. Embora a pesquisa aponte, similarmente ao observado por Ibabao (2013), e outros autores, que as práticas usadas pelos grupos englobam táticas híbridas, que podem incluir processos que não são de oposição ao Estado, os quais a autora não entende como estando incluídos no conceito insurgente, o termo transgressivo por ela sugerido, em português, parece ter forte associação à violação da lei, o que não é o modo recorrente das práticas estudadas na pesquisa. O termo subversivo se aproximaria bem da noção de manifestação revolucionária, sendo bastante apropriado para descrever as práticas usadas pelos grupos, porém, raramente se vê sua utilização na literatura.

socioeconômicas e respondem aos interesses hegemônicos da ordem neoliberal. Para buscar essa transformação, compreende-se que os grupos podem se valer de práticas diversas e híbridas que, agem como expressões de uma cidadania insurgente que busca contrapor esse modelo de cidade.

A partir dessas considerações, o planejamento é compreendido dentro de uma perspectiva mais ampla, que não se limita a vê-lo apenas como produtos institucionais (a exemplo de planos), mas que envolve o pensar e o reivindicar a cidade entendendo as diferentes relações que a materializam. Pensar o planejamento nessa perspectiva inclui considerar uma série de complexidades que englobam o espaço e as relações humanas.

Se, por um lado, o planejamento tem influência na maneira como as pessoas vivem, se articulam e são influenciadas pelo contexto em que estão inseridas, por outro, é também suscetível às condições de vida da sociedade contemporânea, às transformações sociais, às mudanças impulsionadas pelas tecnologias de informação e comunicação e à “razão de mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016) neoliberal. Cabe assim, ampliar a discussão sobre a própria produção da cidade na contemporaneidade e entender como os agentes se articulam para dar forma ao território dentro desse contexto, partindo-se para o próximo capítulo.

CAPÍTULO 03. A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO E AS REDES DE AÇÃO COLETIVA NA CONTEMPORANEIDADE

O presente capítulo trata da produção do território na contemporaneidade e propõe uma discussão sobre como os agentes urbanos influenciam esse processo pensando caminhos para responder aos desafios trazidos pela ordem neoliberal. Inicialmente são analisadas as formas de atuação dos agentes e como os mesmos se articulam, se influenciam e estabelecem relações de poder para dar forma ao território, baseando-se a discussão, primordialmente, na articulação de autores da geografia – Claude Raffestin (1993), Trindade Junior (1998), Angelo Serpa (2005; 2017), Rogério Haesbaert (2005) e Milton Santos (2006).

Segue-se apresentando uma contextualização política e econômica do momento, a fim de compreender como o neoliberalismo tem influenciado a transformação das cidades, principalmente nas últimas duas décadas, não só de forma física-funcional, ou em suas dinâmicas urbanas e sociais, mas no próprio modo com que essas têm sido produzidas e planejadas. A fundamentação teórica é apoiada por autores que discutem o neoliberalismo, como Dardot e Laval (2016), Carlos Eduardo Martins (2013) (sociologia) e Marisa Amaral (2007) (economia), e de autores voltados aos estudos urbanos frente a esse contexto, incluindo Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (2013), Emilio Pradilla Cobos (2014; 2017), Neil Brenner (1999; 2010; 2013) e David Harvey (1996; 2004; 2014; 2018).

Posteriormente, discorre-se sobre o papel desempenhado pelos agentes nas redes sociais, analisando seu potencial de impulsionar transformações no território a partir da ação coletiva colaborativa. A discussão é baseada especialmente nos autores da geografia inicialmente citados articulados a outros da sociologia urbana – Daniel Cefaï (2009) e Manuel Castells (2013); da filosofia – Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) e Nancy Fraser (2006); e ao estudo mais tradicional das redes, dado especialmente através de Granovetter (1973), Burt (1992); Pinto; Junqueira (2009), Putman (2000), Correa (2012), Marque (2012) e Calmon; Costa (2013).

3.1. O TERRITÓRIO E SEUS AGENTES: ARTICULAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DE FORÇAS

Os seres humanos são em essência seres espaciais, o que faz com que o ato de produzir, vivenciar e experimentar o espaço seja parte da existência humana (SERPA, 2017).

Nas cidades, os diferentes grupos convivem e se confrontam, assim, esse é tanto o meio em que os processos ocorrem, como também é o produto das transformações e experiências sociais, como coloca Soja (1993). O espaço produzido é, portanto, impregnado de materialidades (ruas, residências, áreas comerciais) e de significados (associados à estética, status, etnicidade) (CORREA, 2012).

Atuam nesse processo os mais diversos agentes, tendo papel importante o Estado, os setores ligados ao capital e à sociedade civil. Por outro lado, há grupos sociais que são tradicionalmente excluídos dos processos institucionalizados de tomadas de decisão. Os agentes, logo, não possuem as mesmas possibilidades de ação, existem assimetrias de poder e, de forma geral, alguns possuem maior probabilidade de influenciar os processos⁴⁴.

Especialmente frente ao contexto neoliberal que acentua as desigualdades socioespaciais do urbano, faz-se importante entender não apenas a função que as instituições relacionadas à política tradicional (poder formal) têm na produção do urbano, mas considerar o papel que agentes sociais, individual ou coletivamente, podem assumir nesse processo. Sob diferentes denominações, comunidades, associações, movimentos sociais, coletivos, organismos, Organizações Não Governamentais (ONGs), etc; abrangem um campo de poder social, geralmente não formalmente instituído, que envolve subjetividades, práticas de ativismo e insurgências, que podem pressionar os processos na luta pela justiça socioespacial.

A produção do território, portanto, não é alheia ao contexto econômico, social, político e cultural no qual se insere. Uma vez que parte do sistema capitalista, as dinâmicas desse modo de produção impactam a forma como a cidade é produzida, consumida e urbanizada (BOTELHO, 2007). O solo e suas benfeitorias são, como salienta Harvey (1980), mercadorias que, como qualquer outra, possuem valor de uso (utilidade) e valor de troca (poder de compra que a posse de um objeto transmite) e ao mesmo tempo, são meios de acesso à cidade, aos seus serviços e seus benefícios⁴⁵.

⁴⁴ Sánchez (2005) fala sobre poder e governabilidade e aponta que existem agentes que são “estratégicos”, ou seja, aqueles indivíduos/organizações/grupos que possuem recursos de poder suficientes para interferir (impedindo ou perturbando) o funcionamento, regras e procedimentos das tomadas de decisões. Entender o mapa desses agentes possibilita compreender as regras e procedimentos com os quais esses atuam e resolvem seus conflitos – quem são eles (internos e/ou internacionais); os recursos de poder que controlam; suas expectativas; sua solidez interna; sua capacidade de representar e agregar interesses que representam (ou dizem representar); as alianças e conflitos que criam e nos quais estão envolvidos.

⁴⁵ Harvey (1980) salienta, que o solo (e suas benfeitorias) é uma mercadoria que possui particularidades especiais que dizem respeito: a) à uma localização fixa (conferindo privilégios de monopólio a quem o possui/usa); b) algo que os indivíduos não podem dispensar (necessário para atender condições básicas do ser humano – trabalho, moradia); c) à continuidade, visto que muda de mão com frequência relativamente baixa; d) ao direito de usá-la (solo e suas benfeitorias), propiciando a oportunidade de acumular riqueza (benfeitorias representam oportunidades de riqueza, bem como o faz o monopólio do bem em determinada localização); e) à sua troca ocorrer em um tempo, mas seu uso se estender, em geral, por um período muito maior; f) à existência de usos diversos e numerosos associados a essa mercadoria (um determinado solo pode ser mais que apenas moradia, pode ser, dada sua localização especial, uma oportunidade de acessibilidade ao trabalho, um meio de aumento de lucro,

As cidades, portanto, não são um campo neutro, ou contrário, é um campo de disputa, sendo o local onde se estabelecem relações de conflito e poder entre os múltiplos agentes, em um "jogo multilateral", que dá forma ao que Raffestin (1993) chamou de território, o espaço transformado e resultado das ações produzidas pelos agentes:

não se trata pois do 'espaço', mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções [...]. Portanto o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, o espaço visto e/ou vivido. É em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação (RAFFESTIN, 1993, p.5).

Sob essa perspectiva, o conceito de território se articula às noções de espaço–agentes–poder⁴⁶. O território é entendido como um espaço que sofre o domínio dos agentes, um produto das ações desses que possibilitam que, através de relações de poder, determinadas frações do urbano sejam controladas. Cabe lembrar que os agentes urbanos estão inseridos em determinadas conjunturas socioespaciais e temporais, atuando de forma a refletir necessidades e possibilidades de cada contexto. Como bem colocado por Harvey, a organização do território é fruto de "todo um complexo de forças mobilizadas por diversos agentes sociais [...] um processo tão mais conflituoso quanto mais variada a densidade social" (HARVEY, 1996, p. 52). O território produzido, portanto, refletirá os diferentes interesses, estratégias e práticas espaciais dos agentes urbanos (RAFFESTIN, 1993; CORREA, 2012), onde o poder maior tende a se impor.

O conceito de território proposto por Raffestin (1993) se assemelha ao de Sack (1983), ambos relacionando o termo à compreensão de que esse não é apenas o espaço físico, mas resultado de uma ação intencional. Raffestin (1993), em sua publicação "Por uma Geografia do Poder", destaca o território como "resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático" (RAFFESTIN, 1993, p. 2), ou seja, esse está relacionado a um programa intencional no qual energias, estratégias e ações têm a intenção de produzir coisas. Assim, os agentes, a partir do território, se apropriam desse e o configuram como resultado de suas ações propositadas. Nesse entendimento, como colocam Soares Junior e Santos (2018, p.8), os territórios são vistos como "sistemas estruturados, compostos por processos relacionais" "impregnados de poder". Se assemelhando a esse entendimento, Robert Sack (1983), em sua obra "Territorialidade Humana", relaciona o território a uma área geográfica que é fruto da

etc.); e) o valor de uso dessa mercadoria não é o mesmo para todos e se modifica (para a mesma pessoa ao longo do tempo o valor pode se modificar). As diferenças de localização e trabalho investido no espaço acarretam, portanto, diferenciações nos preços do solo urbano e na hierarquização de alguns espaços da cidade, relacionando-se aos processos de exclusão sócio-espacial da cidade.

⁴⁶ O conceito de território possui diferentes conotações que incluem tanto o entendimento de um mero espaço físico, material ou a associação de determinada área que integra natureza e ação humana; até outras que o associam a relações de poder e a noção de representação simbólica associada ao vínculo/pertencimento (ver SOARES JUNIOR; SANTOS, 2018).

aplicação de estratégias voltadas a afetar, influenciar e exercer o controle sobre pessoas, fenômenos e relações. Esse poder não é exercido apenas sobre a área delimitada, mas sim sobre pessoas e relações que ali se sucedem (CACERES, 2007), existindo uma transmissão de energia e de ações de contato entre os agentes (indivíduos/grupos que controlam e outros que são controlados) (SACK, 1983). O território é visto, dessa maneira, como um “sistema físico e sêmico”, (SOARES JUNIOR; SANTOS, 2018). Assim, “intencionalidade, construção social, estratégias e ações espaciais configuram elementos chave” na teoria de Sack, como destacam Soares Junior e Santos (2018, p. 10).

Assim os territórios são resultado de uma construção social, marcado pelas relações que se criam entre os agentes, e, tanto essas quanto os efeitos espaciais por ela produzidos, estão associados aos interesses desses agentes (aos propósitos de quem controla quem) (SACK, 1983; SOARES JUNIOR; SANTOS, 2018). Juntamente, é preciso considerar que um mesmo espaço físico não necessariamente será visto como o mesmo território para grupos diferentes (CACERES, 2007). Uma vez que os territórios se associam a uma noção de poder e controle sobre um espaço, estabelecer e manter este controle demanda esforços constantes para os agentes que o exercem (SACK, 1983; MESQUITA, 1995; TRINDADE JUNIOR, 1998; HAESBAERT, 2005; SOARES JUNIOR; SANTOS, 2018).

Haesbaert (2005) destaca essa relação entre território-poder, colocando que o território “é moldado sempre dentro de relações de poder” (HAESBAERT, 2005, p. 6780). O autor aponta duas conotações associadas ao território, uma material e outra simbólica:

Desde a origem, o território nasce como uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de téréo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

Vê-se que o autor entende o território imerso em relações de dominação e/ou apropriação. Essas dizem respeito tanto à dominação político-econômica, concreta e funcional (que se associa com a definição de limites/fronteiras visando disciplinar o uso/controle de recursos e os indivíduos); quanto a apropriação subjetiva, cultural-simbólica, dada pelas marcas do vivido, pelo valor de uso (envolvendo a noção de identidade territorial, de controle simbólico do espaço por determinado grupo) (HAESBAERT, 2005).

De forma semelhante, Trindade Junior (1998), a partir do estudo de Guattari “Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade”, destaca, a apropriação envolvida no conceito de território ressaltando a existência de uma dimensão simbólica, identitária e afetiva desse. Assim, quando os agentes dominam o espaço, o fazem tanto para realizar funções (fonte de

recursos, proteção, abrigo), quanto para produzir significados. Esses dois sentidos têm importância. Haesbaert (2005) enfatiza que quando se alinham com a mesma intensidade as conotações de funcionalidade (território como recurso) e identidade (território como símbolo), perder o acesso a esse, pode significar a um agente “desaparecer”, pois não se trata mais apenas de uma questão funcional do “ter” (acesso à terra, controle físico, propriedade), mas se associa a noção do “ser”, à perda do simbólico (do lar, da segurança afetiva).

A essas estratégias espaciais (intencionais) de controle e influência usadas pelos agentes para moldar a organização dos territórios se convencionou chamar de territorialidades (SACK, 1983; SOARES JUNIOR; SANTOS, 2018). Sack (1983) define a territorialidade como “a tentativa de um indivíduo ou grupo de influenciar, afetar ou controlar objetos, pessoas e relacionamentos, delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica. Esta área é o território”⁴⁷ (SACK, 1983, p. 56). A territorialidade humana é entendida, desta forma, não como uma manifestação instintiva, mas como intenção, como estratégia social que agentes usam para influenciar e manifestar controle. Quando um grupo deixa de lado alguns espaços e reforça o controle sobre outros, remove ou inclui pessoas e atividades nesse processo e, ao fazer isso, exerce escolhas (que dizem respeito as razões pelas quais toma essas determinadas ações). Para ser implantada e mantida, a territorialidade humana exige consumo de energia e de informação, e “pode ser acionada ou ‘desligada’ – dependendo de quem busca influenciar quem, em que condições e em que períodos” (SOARES JUNIOR; SANTOS, 2018, p.12). Assim, produz efeitos que se manifestam no território e que impactam diretamente as relações sociais. A multidimensionalidade associada ao território (fruto de uma construção social, política, econômica, histórica, cultural e simbólica) é também incorporada na territorialidade, pois está associada ao modo como os agentes usam e se organizam no espaço, e como dão significado a esse (HAESBAERT, 2005). Como coloca Sack:

[p]essoas não interagem e se movem no espaço como bolas de bilhar. A interação humana, o movimento e o contato são uma questão de transmissão de energia e informação com o objetivo de afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e o seu acesso a recursos. Relações humanas espaciais são resultado de influência e poder. A territorialidade é a forma espacial primária assumida pelo poder (SACK apud SOARES JUNIOR; SANTOS, 2018, p. 12).

A territorialidade é, assim, socialmente construída e se associa ao acesso diferencial a pessoas, coisas, recursos. Sack (1983) a relaciona a dez efeitos, ou tendências, sendo as três primeiras entendidas como básicas (atributos essenciais de qualquer território) e as seguintes derivadas:

⁴⁷ Tradução da autora do original: “the attempt by an individual or group to influence, affect, or control objects, people and relationship by delimiting and asserting control over a geographic area. This area is the territory” (SACK, 1983, p. 56).

1 – Territorialidades envolvem a *classificação por área (classification)* – a classificação por área (ao invés de por tipo) visa assegurar o controle quando não se pode enumerar todos os fatores e relações significantes existentes em um mesmo espaço circunscrito, atribuindo, assim, características comuns a esse espaço;

2 – Territorialidades exigem *limites facilmente comunicáveis (communicate)* – a classificação por área exige que sejam estabelecidos limites/fronteiras. A territorialidade exige que sejam comunicadas claramente esses limites como forma simbólica de combinar direção, espaço e afirmações de posse (e exclusão);

3 – Territorialidades são estratégias de *impor o controle (enforcing control)* – o que possibilita controlar as relações e o acesso de elementos externos, criando um ambiente mais previsível;

4 – Territorialidades propiciam meios o poder reificante (*reifying power*) – torna o poder visível ao tornar real suas potencialidades;

5 – Territorialidades podem ser usadas como estratégia de *deslocamento (displace)* – desviando a atenção da relação controlador-controlado (focando-a em outras coisas – ex. legislação, convenções...);

6 – Territorialidades ajudam a produzir *relações impessoais (relationships impersonal)* – a classificação por área potencializa essas relações impessoais;

7 – Territorialidades são capazes de fazer a *limpeza do espaço (place-cleaning function)* – preparando-o para adicionar novas coisas e relações que atendam as estratégias e interesses específicos (configurando e reconfigurando o que ‘tem valor’ e excluindo, limpando, o que ‘não tem valor’);

8 – Territorialidades agem como um *container* ou *molde* para as propriedades espaciais dos eventos (*container/mold*) – tornando o território um objeto ao qual outros atributos são conferidos (se o território é um molde ao qual se pode atribuir novas coisas, reforça-se a noção de que esse é um campo que pode ser manipulado);

9 – Territorialidades ajudam a criar a ideia de *espaços socialmente vazios (socially empty space)* – o território é, portanto, socialmente esvaziável (mesmo que não esteja fisicamente vazio) quando é considerado desprovido de artefatos de valor social ou econômico, o que permite que possa ser reocupado;

10 – Territorialidades podem ajudar a *gerar mais territorialidade (engender more territoriality)* – a ideia da multiplicação de territorialidades está associada a sobreposição de eventos dentro dos limites dos territórios e a necessidade de produzir novos territórios vazios nos quais os eventos possam ocorrer.

Uma vez que o conceito de territorialidade é baseado no acesso diferenciado (a pessoas, recursos etc.) comunicar facilmente os limites e controlar o acesso se tornam

importantes para garantir essa “exclusividade”. A diferenciação de acesso aos recursos promove, assim, desigualdades que buscam segregar para garantir o atendimento dos interesses dos agentes que controlam esse território (seja para garantir ganhos econômicos, reforçar características identitárias etc.). Os limites desse território estão, portanto, relacionados aos interesses dos indivíduos/grupos que os estabelecem, sendo parte das suas estratégias intencionais para estabelecer o controle. Como ressalta Raffestin (1993, p.22), esses não são inocentes, naturais e muito menos arbitrários, mas “fazem parte do nosso jogo de reprodução social [...] os limites são vividos, consumidos”, e assim participam da territorialidade. As tendências de classificação por área, de limpeza do espaço e de uso desse espaço como um molde, se tornam, também, componentes importantes na modernidade, em que crescem as relações impessoais, fluidas e hierarquizadas. Uma vez que se entenda o espaço como ‘limpo’, ou ‘socialmente vazio’, é possível deduzir que esse pode ser ‘preenchido’. Assim, é possibilitada uma constante reorganização e transformação do espaço (incluindo coisas e pessoas), que passa a ser ressignificado, esvaziado e rearranjado a partir dos grupos que o controlam.

Como destacam Haersbaert (2005) e Serpa (2017), os territórios da contemporaneidade se transformaram em relação a fases anteriores da história, ultrapassando a dimensão física e sendo envolvidos pela alta fluidez e mobilidade da modernidade. Ambos autores destacam, dessa forma, uma multiterritorialidade contemporânea, ou, seja, existem hoje territórios-plurais, o que envolve não só a compreensão de uma reunião de vários territórios (multiplicidade de territórios), mas de uma multiplicidade de percepções territoriais estruturadas (uma multiplicidade de jurisdições).

Acrescentando, Haesbaert (2005) reforça que, na atualidade, como o espaço se tornou descontínuo e as práticas socioespaciais multiescalares, criaram-se vivências de múltiplos papéis que se inscrevem em dimensões muito diversas (desde aquelas cotidianas e restritas ao nível de bairro às representações sociais de ampla escala, que têm efeitos globais). Desse modo, os territórios não são mais estabelecidos apenas em termos de áreas, mas estão muito mais organizados em redes de conexões transescalares⁴⁸. Essa mudança, faz com que a multiterritorialidade atual seja diferente da territorialidade existente em períodos anteriores, tanto em termos quantitativos (maior diversidade de territórios ao dispor de cada um), quanto qualitativos (trazendo possibilidades de articular de maneira quase imediata vivências e intervenções realizadas em uma enorme quantidade de territórios em quase qualquer parte do globo) (HAESBAERT, 2005).

⁴⁸ Para Haesbaert (2005) os objetivos da territorialização também se modificaram ao longo do tempo, passando do abrigo físico, à fonte de recursos materiais, à identificação de grupos através de referenciais espaciais, à disciplinarização, ou controle através do espaço, até a mais recente construção (e controle) de conexões e redes (fluxos de pessoas, mercadorias e informações).

Ao mesmo tempo, existe na contemporaneidade um “multipertencimento territorial”, ou seja, um mesmo agente pode pertencer a territórios que correspondem a escalas bastante diferentes (família, grupo, nação); territórios esses sobrepostos, hierarquicamente articulados, “encaixados” (HAESBAERT, 2005). Esse encaixe ocorre considerando-se diferentes dimensões e escalas. Por exemplo, uma luta local pode estar associada a uma conjuntura global (pode ser gerada por um maior fenômeno global), não podendo, portanto, ser encarada separadamente dessa realidade mundial. Considerando essas questões, Haesbaert (2005) reforça que se hoje o território é multi-escalar e multidimensional, deve ser aprendido dentro desta concepção de multiterritorialidade. Essa multiterritorialidade contemporânea é:

resultado do domínio de um novo tipo de território, o território-rede em sentido estrito (...). Aqui, a perspectiva euclidiana de um espaço-superfície contínuo praticamente sucumbe à descontinuidade, à fragmentação e à simultaneidade de territórios que não podemos mais distinguir claramente onde começam e onde terminam ou, ainda, onde irão ‘eclodir’, pois formações rizomáticas também são possíveis (HAESBAERT apud HAESBAERT, 2005, p. 6786)

Essa nova multiterritorialidade, influenciada pela revolução tecnológica das três últimas décadas, inclui uma dimensão tecnológico-informacional de crescente complexidade, uma dimensão cultural-simbólica de crescente importância nos processos de territorialização (que pode ser referida à escala planetária); e a compressão espaço-tempo que possui múltiplos alcances (ou geometrias de poder), agora mundial, quase instantâneo, e com alto grau de instabilidade e imprevisibilidade (HAESBAERT, 2005). Desta forma, não apenas existe uma alta diversidade de opções de territórios/territorialidades com as quais os agentes podem se relacionar, mas a velocidade, facilidade de acesso e o trânsito de informações por essas multiterritorialidade também foi ampliada. Assim, as territorialidades contemporâneas são constantemente desfeitas e refeitas (HAESBAERT, 2005).

Ao se ampliarem as territorialidades contemporâneas, também se separam cada vez mais os grupos diferentes, que tendem a se segregar em seus territórios. As possibilidades de vivenciar efetivamente a multiterritorialidade contemporânea não é a mesma para todos os agentes, mas é influenciada pelas condições sociais desses e as relações de poder que se estabelecem entre eles (HAESBAERT, 2005). Se alguns agentes têm a possibilidade de escolher os territórios que desejarem (para viver, operar), a outros, na base da pirâmide social, não é sequer dada a opção de acesso ao território como abrigo:

[s]abemos que a disponibilidade do ‘recurso’ multiterritorial – ou a possibilidade de ativar ou de vivenciar concomitantemente múltiplos territórios – é estrategicamente muito relevante na atualidade e, em geral, encontra-se acessível apenas a uma minoria. Assim, enquanto uma elite globalizada efetivamente tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do ‘primeiro’ território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana (HAESBAERT apud HAESBAERT, 2005, p. 6789).

Essa disparidade se torna visível na produção da cidade contemporânea, por exemplo, em processos que tentam a invisibilizar grupos de menor renda em detrimento de outros considerados capazes de ‘atribuir maior valor ao espaço’ (associando-se ocupação com maior retorno econômico). Ao mesmo tempo, esses processos acentuam a segregação entre os grupos, cada vez mais, cada um ocupa o seu território, isolando-se dos demais.

Serpa (2017) ajuda a refletir sobre essa questão, a partir dos conceitos de lugar e território, considerando como os agentes se relacionam. Para o autor, ambos conceitos trazem em si a “marca do espaço vivido”, mas essas marcas são originadas por relações bastante diferentes entre os agentes, e são articulados à uma reflexão sobre os laços emocionais que esses possuem com o meio físico: o território (relacionado à posse e domínio, que é defendido contra outros), e o lugar (relacionado ao amor, ao compromisso e ao senso de responsabilidade; o qual não se defende, visto que esse sobrevive pela abertura, se relaciona a intersubjetividade que supera a posse e a autodefesa e se abre ao mundo) (SERPA, 2017). O autor tece assim uma discussão sobre o existir e o conviver no urbano, pensando a dialética entre igualdade e a diferença:

mais que associar a priori os conceitos de lugar e território a qualidades específicas (lugar = vivido; território = poder), acredita-se que as relações que se estabelecem entre os agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes são marcadas pelo predomínio (instável) da igualdade e da diferença e que a dialética entre diferença e igualdade é o que vai estabelecer lugar e território como modos geográficos de existência. [...] O modo como agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes vão reagir ao outro é, enfim, o que “ser lugar” ou “ser território” manifestam como essência nas mais diversas escalas espaço-temporais. Quando nos voltamos intencionalmente para dentro e nos colocamos entre iguais ou quando estamos voltados para fora e entre diferentes é possível perceber a constituição de momentos e princípios existenciais dialeticamente relacionados, mas distintos como manifestações do ser-no-mundo (SERPA, 2017, p.4).

Se faz importante, assim, pensar nos efeitos que as dinâmicas que impulsionam processos de autosegregação (fazendo com que os iguais se relacionem, reduzindo as possibilidades de encontro entre os diferentes e contribuindo para potencializar a negação do outro) ou processos de integração (potencializando locais de encontro) trazem para as cidades. Torna-se, assim, importante entender o papel dos diversos agentes que são os responsáveis pelas configurações dos territórios, cabendo pensar, em especial, no papel que o Estado e a população podem ter nesse processo.

O Estado tem papel de importância na produção do território, interferindo, por meio das suas ações diretas e indiretas (políticas públicas, marcos jurídicos que regulam ambiente construído; processos de planejamento; alocação de recursos, etc) (BOTELHO, 2007; CORREA, 2012). Ao mesmo tempo, o Estado não é uma estrutura isolada ou independente do sistema do qual faz parte, refletindo as influências, contradições e relações de forças sociais do meio no qual está inserido. Sua atuação, portanto, depende do contexto econômico,

político e social, sendo neutra somente na aparência. As ações do Estado são, assim, seguidamente, permeadas de interesses, entre esses os dos grupos que detêm mais poder, bem como os que derivam do capital (BOTELHO, 2007; LEFEBVRE, 2002; VILLAÇA, 2011). Essas ações, portanto, podem inclusive ser contraditórias a interesses de outras instâncias de governo ou de segmentos não hegemônicos da sociedade, visto os acordos que se estabelecem nesses processos e as influências que grupos de poder exercem sobre eles. Nos países periféricos, esta realidade tende a se agravar diante do contexto econômico neoliberal, cuja financeirização do espaço e da economia se expressa de forma brutal colocando o Estado “a serviço e à mercê do capital financeiro” (AMARAL, 2007, p. 7).

A atribuição legal de planejamento do território é atribuição do Estado. Embora esse possa atuar como impulsionador de iniciativas de planejamento emergentes (*bottom-up*), historicamente muito de sua atuação acontece a partir de processos de cima para baixo (*top-down*), por vezes promovidos de forma autoritária, reforçando políticas pouco inclusivas e permeadas de interesses do capital econômico e financeiro, contribuindo para aumentar a desigualdade socioespacial. Além disso, o Estado atua regulamentando as ações dos demais agentes que produzem o território e é árbitro dos conflitos entre esses, o que ressalta a sua importância. Uma vez que os processos de gestão e planejamento são gerados em um meio em que há disputas e relações de poder distintas, pode-se pensar que caberia ao Estado intervir para equilibrar os conflitos, sobretudo aqueles provocados pelo poder econômico, porém, muitas vezes esse acaba por privilegiar grupos/setores sociais que já detêm poder em detrimento de outros mais desfavorecidos⁴⁹.

Complementando, muitas vezes o Estado não possui o aparato institucional necessário, nem a mesma relação espaço-tempo que outros agentes mais hegemônicos possuem para acompanhar as transformações quase instantâneas da sociedade contemporânea (mudanças das tecnologias informacionais, padrões consumo, produção), passando a existir um descompasso entre as demandas sociais, a regulação e o planejamento do território. Amplia-se, assim, o descontentamento de grupos da população, que, por sua vez, começam a reagir na busca de alternativas para resolver seus problemas (muitos dos quais são gerados exatamente pela inadequação do planejamento em estabelecer parâmetros que conduzam a uma cidade mais justa e inclusiva).

⁴⁹ Uma vez que setores do capital financiam, por exemplo, a elaboração de políticas, planos e projetos produzidos pelo Estado; acabam, por extensão, tornando-se importantes tomadores de decisão, dando origem a conchavos com o Estado voltados a priorizar seus interesses (ALVARES; BARBOSA; CAVALCANTE, 2017). No Brasil pode-se citar a estreita relação existente entre representantes políticos e agentes ligados ao capital a partir do financiamento de campanhas eleitorais.

Dessa forma, não é apenas o Estado que planeja o território, como bem salientado por Souza (2011), a população também tem um lugar importante que precisa ser ocupado a fim de buscar alternativas para alterar as dinâmicas das relações de poder. Nas palavras do autor:

[a]ssim como certos agentes modeladores do espaço correspondentes a frações de classe e a grupos dominantes, como o grande capital industrial e imobiliário, elaboram suas estratégias de forma clara e, não raro, sofisticada, também a parcela majoritária da sociedade civil, que não pertence a nenhum grupo dirigente, precisa, sob um ângulo autonomista, qualificar-se e organizar-se para elaborar suas propostas e estratégias e lutar para pô-las em prática. Essa luta deverá combinar tanto pressões sobre o Estado (mesmo no caso de ser ocupado por forças progressistas) quanto ações diretas (Souza, 2011, p.178).

Concordamos com Souza (2011) sobre a importância que a população pode ter na configuração do território, seja exercendo pressão sobre o Estado ou agindo de forma independente. A relevância dessa se envolver em processos de planejamento já foi enfatizada por diversos autores (INNES; BOOHER, 2003; FRIEDMANN, 2011; MIRAFTAB, 2016; SLAEV et al, 2019). Nos processos institucionais de planejamento e gestão, em especial à partir dos anos 1990, a inclusão da população passou a ser propagandeada também com a introdução do conceito de governança⁵⁰, cuja perspectiva incentiva o discurso de delegação de poder do Estado à sociedade civil. Esse cenário, tanto traz oportunidades quanto desafios, de acordo com o grau de transparência, prestação de contas e estruturas de parceria que se estabelecem nessas relações (SCHWAB; KÜBLER; WÄLTI, 2001; TOMAS, 2016). O avanço em uma direção ou em outra é influenciado pelo contexto social, histórico, cultural e político de cada local que modifica à medida que os agentes se articulam e interagem nos processos. A falta de confiança nos processos democráticos e os interesses diversos/contraditórios dos agentes também contribuem para que esses possam querer não se engajar nos processos

⁵⁰ Não se pretende aqui aprofundar o conceito de governança, mas explicar que esse está relacionado ao "conjunto de ferramentas, mecanismos, instrumentos e ordenamentos que permitam desenvolver ações coletivas capazes de resolver problemas e contribuir para o desenvolvimento urbano" (GARSON, 2009, p. 196). Está associado a criação de arranjos institucionais que visam facilitar a participação da sociedade civil nesses processos, distinguindo-se correntes que o adotam enfatizando a eficiência e a efetividade governamental e outras que focalizam abordagens com potencial democrático (FREY, 2007). Em ambos os casos está implícita uma articulação entre distintos agentes. Alguns autores adotam o termo "governança participativa" ou "governança participatória" (*Participatory Governance*) seguindo uma concepção emancipatória e salientando a importância dessa como fonte de novos experimentos democráticos, envolvendo mais e/ou novos canais de participação e parcerias, contribuindo para novas formas democráticas de interação na gestão do território (FREY, 2004; GROTE, 2012). Essa governança participativa, que se associaria à busca do aprofundamento da democracia, estaria relacionada ao fortalecimento da autonomia de organizações de base, capacitando-as a desafiar o *status quo*; buscar processos deliberativos horizontais e promover o engajamento da sociedade civil (incluindo grupos excluídos) nos processos de tomada de decisões (ESCOFFIER, 2017). Entretanto, estudos apontam que apesar de haver indícios positivos dos efeitos da governança participativa na receptividade dos governos, qualidade dos serviços e bem-estar da população, existe um longo caminho para habilitar e motivar sociedade civil e agentes públicos a se envolverem efetivamente em arranjos de governança participativa (SPEER, 2012; SLAEV, 2019). Randolph (2017), adotando o conceito de "governança neogranciana", reforça que a presença da sociedade civil precisa estar vinculada aos processos de articulação política (não ser apenas uma participação), podendo assim criar novas "perspectivas sociais" que ultrapassem o monopólio das posições de poder e ampliem a permeabilidade do sistema político através de novas arenas participativas.

institucionais⁵¹ (SLAEV et al, 2019), buscando outras formas de manifestação em oposição ao Estado ou atuando de forma independente. Quando o Estado não age para salvaguardar interesses da coletividade maior cabe à população assumir uma atitude proativa que seja capaz de contestar a realidade. O papel dos agentes vinculados a essa defesa do seu território é o que se discute a seguir.

3.1.1. MOVIMENTOS SOCIAIS, ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E COLETIVOS URBANOS.

A última década viu a multiplicação de mobilizações cidadãs que expressam o descontentamento com a atual conjuntura política e econômica e as condições de vida urbana. Contextos distintos, observaram reivindicações similares marcadas pelo uso da internet e voltadas a conquistar mudanças estruturais em relação à/ao: desigualdade social (aumento da pobreza e da concentração de renda), processos ditatoriais (aumento de governos fascistas e de populismos conversadores), neoliberalismo financeiro sem limites (presença maciça de especuladores, implantação de projetos urbanos e leis) (CASTELLS, 2013; LIMA, 2017; SOUZA, 2015; MARINO, 2018). Algumas dessas manifestações de cunho progressista questionam também o urbanismo que busca uma concepção homogênea dos espaços públicos, anulando diferenças (LIMA, 2017; TANAKA, 2017). Criticam, portanto, a mercantilização do urbano, cujo projeto neoliberal de cidade é focado não no atendimento de direitos e na redução de desigualdades, mas na atração de investimentos.

Frente a esse cenário viu-se uma emergência de coletivos, grupos comunitários e movimentos de caráter emancipatórios/progressistas⁵² no Brasil, que mostram que parcelas da população se recusam a aceitar o *status quo*, passando a se organizar contra formas diversas de injustiça, bem como para ampliar sua autonomia cidadã.

Os coletivos, em geral pequenos grupos multidisciplinares de resistência ativa e não violenta, são marcados pela volatilidade e por possuírem estruturas não-hierárquicas, assumindo formas organizativas mais abertas e flexíveis, caracterizadas pela horizontalidade e pela organização independente (MAZIERO; ALMEIDA, 2017; LIMA, 2017). Através de manifestações e apropriações de caráter artístico, político e urbanístico, questionam projetos, intervêm em espaços públicos e trazem reflexões sobre o território através de ações efêmeras e imprevisíveis. Para tanto, fazem uso de ativismos urbanos de caráter emancipatório e prospectivo e confrontam situações existentes, com as quais a coletividade não pode se

⁵¹ Cabe lembrar também, que no contexto neoliberal o discurso da participação social é muitas vezes usado para criar uma percepção de transparência no acesso aos processos decisórios, que na prática não existe para todos. Torna-se, assim, um mecanismo que auxilia determinados grupos a manter seu acesso ao poder.

⁵² Discute-se aqui sobre movimentos sociais e grupos com caráter progressista / emancipatório, que buscam reduzir desigualdades sociais se opondo à ordem vigente, visto que se compreende que existem também movimentos de caráter reacionário (alinhados a perspectivas que buscam conservar o *status quo*).

conformar (LIMA, 2017). Esses grupos, embora possam defender temáticas diferentes (direito à cidade, à moradia, questões de gênero e cultura e outros), tendem a partilhar um interesse de mudança do *status quo*, de busca por novos modelos de pensar a cidade e suas relações sociais. Muitos deles são heterogêneos, a exemplo dos coletivos de arte e cultura, formados por profissionais de diversas áreas, incluindo artistas plásticos, sociólogos, geógrafos, arquitetos, músicos, urbanistas, psicanalistas e outros. A crise política é o ponto de partida para suas ações, através das quais fazem política na cidade. Suas ações buscam, assim, atrair o olhar de um público maior, ressignificar espaços urbanos (muitas vezes esquecidos) e ressaltar o ideal do lazer, cultura e convivência no ambiente urbano (MUSSI, 2014; HORI, 2017).

Já os movimentos sociais atuais⁵³ assumem formas mutáveis, tendem a ser autônomos, heterogêneos, flexíveis, sem caráter permanente e são marcados pela desvinculação de vinculação com partidos políticos e por formarem redes horizontalizadas e multimodais (CAMPOS, 2008; CASTELLS, 2013; SANTOS, 2015). Castells (2013) ressalta essa conectividade em rede de múltiplas formas (espaço digital e físico) e que também articula múltiplas escalas geográficas simultaneamente – ao mesmo tempo local (começam em contextos específicos ocupando um espaço físico) e global (conectados ao mundo inteiro, compartilhando experiências e se tornando virais, propagando-se a outros contexto ao seguir a lógica da internet).

Esses são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (CAMPOS, 2008, p.118). Sua atuação se dá através de diversas estratégias que buscam incluir seus integrantes nas tomadas de decisões (CAMPOS, 2008) e demonstram (ativamente) uma indignação em permanecer na posição à qual esses agentes foram submetidos:

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2002) afirma que os movimentos sociais resultam daqueles que se negam a permanecer na posição a qual foram submetidos pela ordem e, por isso, se põem em movimento, no sentido de uma busca por mudança de lugar. Assim, os movimentos sociais trazem à luz as contradições da nossa realidade – constituída tanto pelo que é agora como pelo que pode ser, mas está impedido de ser por algum fator – e, por isso, são portadores de uma possível nova ordem social (CAMINHA, 2017, p.6).

Ao agirem, assim, expõem a realidade e buscam propostas que comportem uma nova ordem social que confronte essa realidade. Os movimentos sociais brasileiros recentes progressistas/ emancipatórios não se limitam à tradicional reivindicação baseada em

⁵³ Santos (2015) distingue essas mobilizações das que prevaleceram no século XX (trabalhadores e mulheres camponesas) e até das do início do século XXI (mulheres camponesas e indígenas) ressaltando as novas modalidades de convocação (meio digital) e pela sua ação política de indignação com o neoliberalismo, que ignora necessidades e demandas de cidadãos e aprofunda desigualdades.

demandas de classes sociais ou voltadas à promoção da habitação social e à construção de políticas de Estado, se diferenciando, assim dos existentes em períodos anteriores (WISNIK, 2015; MARINO, 2018).

Marino (2018), diferencia de modo geral os movimentos sociais dos grupos que praticam ativismos indicando que os primeiros possuem um nível organizacional mais complexo e englobam preocupações que envolvem escalas mais amplas (cidade, país). Ativismo urbano; ao contrário dos últimos, tende a se concentrar na escala local e a envolver questões mais pontuais. Entretanto, tanto movimentos sociais quanto coletivos urbanos são expressões das reivindicações da sociedade que se constituem como conjunturas práticos-sensíveis, fixam hábitos de cooperação e de conflito e geram redes de sociabilidade atentas às fragilidades do sistema econômico imposto, buscando propor alternativas de resistência a esse (CEFAÏ, 2009; MUSSI, 2012). Como coloca Caminha (2017, p.6) esses “são parte das respostas dadas às tensões e contradições da sociedade e à ordem estabelecida”. Portanto, são reflexos de cada sociedade (influenciados pela história, cultura, política, padrões socioespaciais de cada local), demonstrando uma insatisfação em relação a questões locais, mas estão também profundamente associados ao contexto macroeconômicos global (neoliberalismo) que traz impactos as diferentes partes do globo.

Na contemporaneidade, movimentos sociais, organismos, coletivos, e organizações comunitárias passaram a procurar meios de resistência para contrapor o projeto imposto à cidade neoliberal, reivindicando novos espaços, propondo alternativas e contrapondo propostas institucionais. Esses grupos e movimentos são fortemente influenciados pelos novos meios de comunicação e informação originando um repertório de mobilizações cujos impactos ultrapassam a escala local, com compartilhamento quase instantaneamente pelo mundo, através dos meios de comunicação, mídias e redes sociais e que acabam por originar redes sociopolíticas às vezes internacionais (CAMPOS, 2008; CASTELLS, 2013).

As ações desses grupos são também esforços de coletividade e de compartilhamento de poder (CASTELLS, 2013); o qual, como ressalta Cefai (2009), é exercido coletivamente, através do empoderamento da ação coletiva. O autor, a partir dos estudos de Hannah Arendt, mostra o potencial que essas mobilizações têm de subverter ambientes técnicos, jurídicos, institucionais e políticos e de capacitar os agentes envolvidos em direção à autonomia e ao acesso à dignidade etc. Desta forma, se por um lado esses grupos e movimentos são resultado das conjunturas que os originam, podem também condicionar o ambiente, transformá-lo, a partir de suas ações e proposições. As redes sociopolíticas e a ação coletiva por eles criada, sobretudo na atual ordem de prevalência neoliberal, podem contribuir para impulsionar essa transformação. No próximo item se apresenta uma contextualização do

momento histórico atual em que os agentes sociais assumem de forma mais clara suas posições políticas e motivações de luta a partir dessa ação coletiva.

3.2. TRANSFORMAÇÕES URBANAS RESULTANTES DA ORDEM NEOLIBERAL

As últimas décadas trouxeram transformações profundas às cidades, impulsionadas pelo surgimento de novas tecnologias da informação e comunicação que associadas a mudanças do modelo econômico capitalista, conduziram diversos e significativos efeitos no território. A progressiva ampliação mundial do espaço de acumulação trouxe mudanças físico-funcionais, bem como nas dinâmicas sociais e urbanas.

A globalização expandiu e acelerou continuamente o movimento de mercadorias, capitais, moedas, pessoas e informações. O capital, inerentemente voltado a eliminar barreiras espaciais para ampliar o lucro, conduziu a processos de "compressão do espaço-tempo" (HARVEY, 2004) que fizeram com que infraestruturas espaciais fixas e imóveis fossem produzidas, reconfiguradas e transformadas para permitir a circulação acelerada do capital através do espaço global (BRENNER, 1999). Como coloca Harvey (2004), trata-se de um período de alta volatilidade que afeta processos, produtos, técnicas de produção, ideias, ideologias, valores e práticas, e em foram estendidas interações econômicas e sociais, que ocorrem em distâncias cada vez maiores. Múltiplas escalas geográficas foram entrelaçadas, criando interdependências socioeconômicas cada vez mais densas, ultrapassando níveis administrativos e ampliando relações entre as diferentes escalas territoriais de poder (do local ao internacional) (SASSEN, 1998; SCOTT, 2001; BRENNER, 1999; BRENNER, 2010). Metrôpoles e grandes aglomerações urbanas tornaram-se "nós" de uma rede global, cada vez mais densa e internacionalizada (SASSEN, 1998; SCOTT, 2001).

Frente a esse cenário, foram modificados os padrões e as novas formas de distribuição das atividades e de organização da população no território (desconcentração produtiva, novos comportamentos locacionais com a intensificação e diversificação de dinâmicas pendulares, mudanças nos padrões de mobilidade, surgimento de cidades mais difusas e fragmentadas, criação de novos padrões de ocupação do solo, novas centralidades e um sistema econômico e urbano fortemente baseado em redes) (CAPEL 2003; MATTOS, 2010; MELCHIORS, 2017).

As alterações do processo de acumulação capitalista modificaram dinâmicas e estratégias empresariais dispersando atividades produtivas em busca do aumento da competitividade e dos lucros⁵⁴. Essa estratégia, seja para minimizar custos unitários ou para

⁵⁴ Grandes empresas paulatinamente reestruturaram processos produtivos para dispersar atividades em significativo número de filiais espalhadas nas grandes áreas urbanas de diferentes países, assim, a produção passou a ser distribuída e fábricas localizadas em antigos centros industriais passaram a ser deslocadas para

ampliar o mercado, gerou um espaço de acumulação de cobertura mundial. Logo, o urbano passou a ser “não apenas um nível encaixado em hierarquias político-econômicas supraurbanas”, mas “o produto de densas redes interescares vinculando lugares espalhados por todo o sistema global” (BRENNER, 2013, p.206). Assim, as profundas transformações das relações (horizontais e verticais) entre as cidades passam a ser manifestadas na competição interurbana acirrada, na consolidação de hierarquias globais urbanas, na aceleração de fluxos informacionais, financeiros e migratórios entre cidades e na construção de novas infraestruturas interurbanas mundiais de telecomunicações etc. (BRENNER, 2013).

Sassen (1998) e Scott (2001) destacavam, já a partir do final dos anos 1990, a influência das grandes cidades em nível internacional e sua ligação ao sistema capitalista. Sassen (1998) salientou a existência de uma rede mundial de “cidades globais”, que funcionam como centros principais e estratégicos de coordenação, controle e a serviço do capital global. Posteriormente, Scott (2001) escreveu sobre as “cidades regiões-globais” apontando uma hierarquia de escalas territoriais (que incluem do global ao local) e estão inter-relacionadas através de atividades econômicas e relações de governança. As cidades globais podem ser entendidas, portanto, como polos de atração, como plataformas territoriais das quais grupos concentrados ou redes de empresas se utilizam para disputar mercados globais.

A distribuição da rede global não ocorre uniforme e igualmente nas diferentes partes do mundo. A escolha locacional de um território, mais adequado para sua valorização, aponta a preferência por áreas mais bem posicionadas na rede global de cidades. Gera-se, assim, uma dispersão com cobertura geográfica desigual, tendo como maiores beneficiários os países desenvolvidos, ao contrário dos periféricos. Nesta disputa global, como distintas áreas urbanas não tem o mesmo potencial de atração dos fluxos nem os mesmos recursos mundiais, são agravadas desigualdades de condições entre elas. A importância de cada cidade, ou componente desta rede possui aumenta ou diminui ainda de acordo com a posição que seus respectivos países possuem nos circuitos globais dominantes. Dessa maneira, metrópoles de países no Sul Global (periféricas) ocupam posições secundárias na rede global⁵⁵. O quadro apresentado no Apêndice B traz detalhes sobre as transformações urbanas observadas nas metrópoles sob os efeitos do neoliberalismo, mostrando tendências generalizadas e particularidades latino-americanas.

países recentemente industrializados, nos quais, por exemplo, custos trabalhistas são menores e direitos trabalhistas menos desenvolvidos (MATTOS, 2010; FRIEDMANN, 2011).

⁵⁵ O estudo “Global and World Cities Group and Network” (GaWC, 2016), por exemplo, avalia a importância relativa das principais cidades do mundo em função da capacidade que cada uma tem de prestar os serviços requeridos pelas empresas transnacionais e aponta que na América Latina as principais cidades estão inseridas no processo de globalização, mas têm uma distribuição hierárquica muito desigual em comparação a outras metrópoles globais, tendo um papel secundário na rede, visto que seus respectivos países também ocupam posições secundárias em avaliações de globalização, risco-país e competitividade. Os lugares de ponta na rede mundial são ocupados pelos países do hemisfério norte (América do Norte, Europa e alguns países da Ásia).

A crescente interligação mundial influenciou também processos de planejamento e gestão. Relações de poder se tornaram mais turvas e parte do poder do Estado foi sendo transferido para organizações internacionais, empresas multinacionais, corporações panregionais, plurinacionais, mercados financeiros, com estruturas sendo reorganizadas e originando níveis de governança regionais e nacionais (BRENNER, 2010; IBABAO, 2013). Com o neoliberalismo, o próprio Estado passou a ser regido pela lógica da concorrência, reduzindo benefícios sociais e ampliando canais de atuação conjunta com o mercado.

Amaral (2007), coloca que quando a estratégia neoliberal se tornou hegemônica em quase todo o mundo, a partir da década de 1990 instalou-se uma "nova fase" de "dependência" que ampliou a separação entre os países do centro economia-mundo capitalista e os países semiperiféricos/periféricos⁵⁶ e trouxe profundas consequências. O poder do capital financeiro passou a predominar no plano da economia global impulsionando uma crescente subordinação dos países periféricos e aprofundando a vulnerabilidade dos últimos frente aos primeiros (AMARAL, 2007; MARTINS, 2011; RIBEIRO, 2013). Criou-se assim, uma coalizção de poderes que exercem influência na escala mundial:

O sistema neoliberal é instaurado por forças e poderes que se apoiam uns nos outros em nível nacional e internacional. Oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais formam uma coalizção de poderes concretos que exercem certa função política em escala mundial. Hoje, a relação de forças pende inegavelmente a favor desse bloco oligárquico (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 8).

Dardot e Laval (2016, p. 16) entendem o neoliberalismo como uma "racionalidade" (antes de ser uma ideologia ou uma política econômica), pois esse "atinge *todas* as dimensões da existência humana", influenciando ações dos cidadãos como um todo (governantes e governados). O neoliberalismo é assim "definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência" (DARDOT; LAVAL, 2016, p.17). Essa razão neoliberal é caracterizada da seguinte forma (DARDOT; LAVAL, 2016, p.377):

1. mercado que se apresenta como uma realidade construída que requer a intervenção ativa do Estado, assumindo deliberada e explicitamente seu caráter de "projeto construtivista";
2. essência de uma ordem de mercado que reside na concorrência, definida como relação de desigualdade entre diferentes unidades de produção ou "empresas";

⁵⁶ Amaral (2007) analisa detalhadamente os efeitos do neoliberalismo e ressalta que essa dependência fez com que, embora as nações sejam formalmente independentes, as relações de produção dos países periféricos passem a ser modificadas e recriadas para assegurar a reprodução ampliada dessa dependência, que é intrínseca ao sistema capitalista de produção.

3. Estado, passa a ser ele próprio, em suas ações, submetido à norma da concorrência (o Estado passa a ver a si mesmo como uma empresa);
4. universalização da norma da concorrência que ultrapassa largamente as fronteiras do Estado, atingindo diretamente os indivíduos em sua relação consigo mesmos.

Com o neoliberalismo o mercado se torna, portanto, o principal motor das decisões sobre o território, fazendo uso das estruturas institucionais para reforçar seu poder. Amplia-se a mercantilização do espaço e vai se generalizando a noção de competição/concorrência, que irá acentuar desigualdades sociais. Complementando, há uma ênfase na privatização de empresas públicas, infraestruturas e serviços públicos em geral e na desregulação da economia (MARTINS, 2011).

Frente a esse contexto, pode-se pensar, como colocam Dardot e Laval (2016), que toda a democracia é questionada até em suas raízes (incluindo o questionamento de direitos até então ligados à cidadania, como o direito de proteção social). A *liberdade individual* (voltada à faculdade de criar para si mesmo um domínio protegido) passa a ser valorizada como “valor supremo”, ao invés da *liberdade política* (como participação direta na escolha de dirigentes, nas tomadas de decisões) (DARDOT; LAVAL, 2016). Dardot e Laval (2016) lembram que essas mudanças contribuem para o crescimento de um egoísmo social que vai transformando o cidadão em homem empreendedor (que não é mais imbuído de uma responsabilidade coletiva). A desigualdade, assim, se torna uma marca do período (imposta pelos princípios da concorrência, abertura comercial, flexibilidade cambial) e o Estado de bem-estar social é combatido (impulsionando a flexibilização de leis trabalhistas, a abertura de mercados internos à livre circulação de capitais e mercadorias) (MARTINS, 2011; DARDOT; LAVAL, 2016).

O Estado capitalista, por sua vez, se engaja na produção do território com instituições estatais que se tornam agentes, promotores e financiadores de processos de acumulação diretamente integrados com circuitos do capital (BRENNER, 1997). O planejamento passa igualmente a ser regido por princípios orientados pelo mercado, com planos muitas vezes financiados pelo setor privado (financiador e tomador de decisões). O urbanismo neoliberal vai ter como denominador comum a extensão da mercantilização a todo o tecido social urbano, desmantelando espaços urbanos não mercantilizados e autogestionários e fazendo com que relações de mercado coordenem a vida coletiva da cidade. O acesso ao “direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) é assim restringido aos mais ricos, à elite e aos poderosos, e grandes investimentos públicos e regimes políticos são reorientados de modo que esse projeto seja priorizado acima de todos os outros” (BRENNER, 2016, p.11). A esses traços

comuns impostos pelo padrão neoliberal à maioria das nações se somam particularidades oriundas de cada contexto.

As condições históricas, econômicas, sociais, culturais e institucionais de cada local/região influenciam a equação⁵⁷ e contribuem para que os macroprocessos tenham efeitos diferenciados em cada local. A política neoliberal na América Latina, por exemplo, teve como eixo estruturador a eliminação de subsídios e a redução dos gastos públicos (PRADILLA COBOS, 2014). Privatizações de empresas públicas e desmantelamento do sistema social também marcaram o contexto (JANOSHCKA, 2002; MARTINS, 2011) e as perdas sociais (redução de gastos públicos) foram materializadas pela flexibilização e precarização das relações de trabalho, redução salarial, concentração de renda e riqueza, associada a uma marginalidade e violência crescentes (AMARAL, 2007; MARTINS, 2011). A fragmentação urbana e a segregação espacial se acentuaram, elevando custos sociais, ambientais e econômicos e agravando problemas urbanos (JANOSHCKA, 2002; BORSDORF, 2003). Há uma crescente privatização do público e um amplo e profundo processo de mercantilização dos elementos da estrutura urbana, que tem sua apropriação substanciada pelo capital, dada pela articulação Estado-mercado (MATTOS, 2007; ABRAMO, 2009; MAGALHAES, 2015; LOPEZ; PRADILLA COBOS, 2017). Essa privatização se faz presente nos mais diversos âmbitos do urbano (solo, imóveis, parques, serviços sociais etc.), sendo mais acelerada e acentuada que nos países hegemônicos. O Brasil, inserido nesse contexto, foi igualmente altamente afetado. Ribeiro (2013), ao abordar as transformações da metrópole brasileira entre 1980-2010, ressalta como essa é profundamente marcada pela ação das forças liberais-internacionalizantes, que conduzem a um desenvolvimento como semiperiferia da expansão da economia-mundo.

Na medida que se que intensifica a segregação socioespacial no urbano, cria-se, para alguns, constrangimentos no acesso à espaços e geram-se obstáculos para o encontro das pessoas, com uma fragmentação, homogeneização e hierarquização do espaço (LEFEBVRE, 2002) que acaba por impulsionar o surgimento de uma não-cidade. Portanto, o cenário atual é altamente complexo e problemático. David Harvey coloca, “estamos no meio de uma enorme

⁵⁷ Alguns dos traços históricos específicos da América Latina, por exemplo, são apontados por Pradilla Cobos (2014): subsistência de núcleos indígenas no campo e nas cidades, urbanização acelerada fruto do intenso processo migratório do campo-cidade (décadas de 1940-1980), industrialização tardia seguida de uma desindustrialização prematura, a presença recorrente de ditaduras militares e regimes de exceção ao longo dos anos 1970, autoconstrução maciça de habitação de baixa renda e formação de um mercado informal do solo e da habitação, informalidade como atividade laboral de subsistência frente ao enorme desemprego estrutural e à pobreza, violência urbana generalizada nas cidades devida, em parte, ao narcotráfico e sua incidência na vida urbana. Acentuam-se, assim, a segregação socioespacial formando um território urbano com ilhas (auto-segregadas) e representativas dos interesses do capital imobiliário-financeiro (ver MELCHORS, 2017).

crise - ecológica, social e política - de urbanização planetária sem que, ao que parece, consigamos conhecê-la ou mesmo delimitá-la”⁵⁸ (HARVEY, 2014, p. 6).

Os conflitos urbanos, econômicos e sociais gerados pelo neoliberalismo acabam também por comprometer o acesso a direitos, entre esses o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001). Instala-se um mundo de “servidão por dívida”⁵⁹ como forma de controle social, o que dificulta imaginar um futuro diferente (HARVEY, 2018). Ao mesmo tempo, ao colocar o individualismo em posição de destaque e centrar as relações (humanas, econômicas, políticas e sociais) na noção de concorrência os próprios fundamentos de responsabilidade pessoal e de solidariedade são minados.

Frente a esse cenário, faz-se importante pensar alternativas para que seja garantido o acesso a direitos humanos, a fazer uso da própria cidade, a lutar para reverter desigualdades. Dardot e Laval (2016) apontam um caminho para isso, que se alinha ao defendido nessa pesquisa, salientando a necessidade de desenvolver “capacidades coletivas”, de unir coatividade e codecisão a fim de criar uma “outra razão do mundo”. Ao se investir em contracondutas coletivas, na cooperação e no compartilhamento se poderia, assim, tentar resistir à racionalidade neoliberal dominante buscando novos futuros.

3.2.1. INTERDEPENDÊNCIA, SOBREPOSIÇÃO DE ESCALAS E OPORTUNIDADES DE AÇÃO

A partir da discussão sobre a influência política, econômica e territorial da ordem neoliberal contemporânea, vê-se que na contemporaneidade, fenômenos e processos ocorridos em um contexto geográfico estão profundamente articulados a uma realidade global (VAINER, 2001; DELANEY; LEITNEH, 1997; SOUZA, 2013). Uma vez que as relações sociais atuais são crescentemente interconectadas globalmente, o espaço deixa de ser uma plataforma estática dessas relações, tornando-se uma das dimensões que as constitui (BRENNER, 1999). As múltiplas escalas geográficas passam, assim, a ser interdependentes e superpostas (FURTADO, 2010)⁶⁰.

Assim, muitos dos fenômenos e processos operam simultaneamente em diferentes escalas geográficas (DELANEY; LEITNEH, 1997; SOUZA, 2013). Grandes corporações multinacionais adquirem força exatamente por serem capazes de articular as múltiplas escalas geográficas (global, nacional, regional e local), aplicando em cada uma delas táticas

⁵⁸ Tradução da autora do original em inglês: “We are, in short, in the midst of a huge crisis—ecological, social, and political—of planetary urbanization without, it seems, knowing or even marking it” (HARVEY, 2014, p. 6).

⁵⁹ O termo “servidão por dívida” é usado por Harvey (2018, p.13) para descrever a conjuntura atual considerando que uma das “formas de exercer controle social é afundar as pessoas em dívidas a tal ponto que elas não possam sequer imaginar um futuro que não seja viver para poder pagar sua dívida”.

⁶⁰ Não se pretende aqui aprofundar o conceito de escala, espacial ou política, mas compreender como os processos multiescalares contemporâneos influenciam o planejamento e a produção do espaço.

que podem ser diferenciadas para ampliar seu poder⁶¹ (DELANEY; LEITNEH, 1997; VAINER, 2001, p. 25).

Uma vez que as escalas geográficas não são fixas, ou uma categoria dada, mas sim socialmente construídas (pelas interações sociais), essas passam a ser constantemente transformadas e implicadas na construção dos processos sociais, econômicos e políticos (VAINER, 2001; DELANEY; LEITNEH, 1997; MARSTON, 2000; MOORE, 2008; SOUZA, 2011; SOUZA, 2013). Variam, portanto, de um contexto para o outro, funcionando como formas de emoldurar concepções da realidade⁶² (DELANEY; LEITNEH, 1997). Por serem uma construção social, são também objeto de confronto e negociação, arena de disputa de poder (discursivo e material), antes de serem os campos legítimos da ação estatal. As escalas geográficas, desta forma, frequentemente são usadas pelos agentes para produzir o território, as relações sociais e determinados objetivos políticos específicos (MOORE, 2008). A construção política das escalas envolve, portanto, relações que articulam espaço e poder (territorialização do poder) (DELANEY; LEITNEH, 1997).

Milton Santos (2006) articula a relação entre escala e poder e traz uma distinção importante entre a escala de realização das ações e a do seu comando. Nessa perspectiva, o autor salienta a importância de compreender que, além da “escala de impacto” (de realização das ações), existe uma “escala de origem” (escala das forças operantes envolvidas na produção do evento), que muitas vezes não são as mesmas. Ao fazer essa articulação, o autor traz o entendimento de que a escala tem uma influência temporal, variando com o tempo, visto que a área de ocorrência é dada pela extensão dos eventos. A escala de comando está ainda relacionada a força de seu emissor, devendo-se considerar qual é o seu lugar geográfico, econômico e político (SANTOS, 2006).

Se existe uma realidade capitalista que interliga processos, fenômenos e agentes globalmente a fim de ampliar ganhos financeiros e poder, poder-se-ia considerar a possibilidade de criação de redes globais de solidariedade que buscam responder aos desafios dessa globalização a partir de propostas contra hegemônicas. Vainer (2001, p. 16) contribui para essa reflexão quando salienta a importância de, a partir da ação política local, constituir arenas aptas a regular e contestar (política e culturalmente) a “hegemonia absoluta

⁶¹ Uma companhia multinacional é capaz, por exemplo de se apresentar enfatizando o caráter de empresa local, para reforçar sua conexão com a população e minimizar processos de resistência (DELANEY; LEITNEH, 1997).

⁶² Furtado (2010), pesquisando a realidade brasileira, traz uma descrição de diferentes escalas que incluiriam, da maior a menor: “i) a vizinhança; ii) o intraurbano; iii) o município; iv) o intermunicipal; v) a microrregião; vi) a região (que na versão de grandes regiões do IBGE é um agregado de estados, mas que na versão de planejamento se circunscreve por estado); vii) estado; viii) grandes regiões; ix) Estado-nação; x) regiões (como aglomerado de Estados-nações); e xi) internacional” (FURTADO, 2010, p. 21). O autor salienta a multiplicidade de entendimentos relacionados ao conceito de escala “local”, que varia, pelo menos, entre as alíneas (i) e (v).

da lógica econômica, encarnada pelo capital financeiro e pelas corporações globais”. Em seu texto, o autor faz referência à necessidade de conjugar uma:

ação política “local”, enraizada no território, com a dimensão da globalidade (...) de tecer e criar outras relações, projetos, iniciativas de luta e de cooperação entre sujeitos, lugares, territórios diversos e variados; de prefigurar, onde é possível, a partir da dimensão local, elementos de autogoverno, de democracia radical e de apropriação, por baixo das engrenagens administrativas: de condicionar as administrações locais através de conflitos e relações de força, para conquistar direitos, espaços e uma melhor qualidade de vida; de construir e estender, para além das fronteiras, redes de contrapoder e da nova solidariedade (Associazione Ya Basta apud VAINER, 2001, p. 19).

Indo ao encontro de um entendimento semelhante, Ay e Miraftab (2016) salientam que os cidadãos podem dar respostas aos desafios e agressões do neoliberalismo fazendo uso de práticas de cidadania, que “envolvem reivindicar e redefinir direitos substantivos dos cidadãos – de produzir, habitar e de apropriar do espaço que habitam” (AY; MIRAFTAB, 2016, p.1). Para Merrifield (2001), o aprendizado da cidadania é interligado ao compartilhamento das ações, à prática, às vivências coletivas e à troca de experiências e ao partilhar a resolução de problemas etc. (ver Apêndice A). A escala dessas vivências humanas, assim, assume importância, mas não é a única que influencia o processo. Vainer (2001), a partir dos estudos de Neil Smith, ressalta essa interligação de escalas geográficas:

Neil Smith já disse que a dimensão escalar da vida cotidiana está impressa e expressa em todas as configurações escalares, desde o nosso corpo, até o internacional, passando pelo comunitário, urbano, regional (Smith, 1993). Isto quer dizer: eu vivo cotidianamente no mundo e no meu local, no meu município, na minha cidade, no meu país (VAINER, 2001, p. 24).

Porém, as pessoas não compreendem o espaço da mesma forma nas distintas escalas. Essas diferenças de percepção influenciam a relação que essas têm com os processos de planejamento, que engloba diversas escalas espaciais (bairro⁶³, município, região, nação). Como destaca Marcelo Lopes de Souza (2011), o que se percebe na escala local⁶⁴ é diferente da escala regional. Grandes recortes administrativos dificultam o sentimento de pertencimento, a empatia para entendê-los como “espaços vividos” pela população, como espaço de suas práticas cotidianas (SERPA, 2005). Milton Santos (2006) também destaca a importância da escala do cotidiano (fundada pela ordem local), mostrando que ela se articula a uma ordem global, mas é regida por parâmetros que se diferenciam:

⁶³ No Brasil, a escala do bairro não é normalmente adotada no planejamento, visto que o município, menor escala administrativa, acaba geralmente por ser usada para o planejamento.

⁶⁴ Cabe salientar, que existe uma variedade de entendimentos em relação a que se refere o conceito de “local”. Para alguns autores, o local compreende desde a vizinhança, passando pelo município e indo até uma microrregião que compreende vários municípios (VAINER, 2001; FURTADO, 2010).

A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade [...] A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade (SANTOS, 2006, p.230-231).

O autor ressalta ainda a interdependência e sobreposição de escalas características da contemporaneidade e reforça a importância da escala das práticas e vivências cotidianas. Assim, pode-se pensar que, embora a escala das práticas cotidianas seja mais facilmente percebida e defendida pelos cidadãos, é também necessário imaginar ações, iniciativas e movimentos, que respondam aos desafios do contexto atual globalmente articulado. O avanço das tecnologias de informação e comunicação afetou altamente essas possibilidades, abrindo canais para articular pessoas localizadas em distintas escalas geográficas. Frente a esse cenário, novas articulações foram estimuladas na busca de processos coletivos e colaborativos transescalares. Entender como os agentes se articulam e se influenciam na produção do território ajuda a pensar como impulsionar essa ação coletiva.

3.3. EM BUSCA DO EMPODERAMENTO: AGENTES EM REDE E AÇÃO COLETIVA

A atuação dos agentes urbanos na produção do território não se dá isoladamente. Os agentes se articulam e se coligam para aumentar vantagens e garantir que seus interesses específicos sejam satisfeitos. A partir de um sistema de tessituras, de criação de nós e de redes, esses agentes atuam de forma a tentar estabelecer o controle sobre o que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído (RAFFESTIN, 1993). Desta forma, ao atuarem, procuram manter relações, assegurar funções, se distanciar ou se aproximar, influenciar, controlar, permitir e interditar e, assim, criar redes entre si (RAFFESTIN, 1993).

As redes sociopolíticas representam oportunidades de ampliar o poder que os agentes podem exercer sobre o contexto no qual estão inseridos. Essas, abstratas ou concretas, invisíveis ou visíveis; representam formas de mobilização, estratégias de organização e de ação dos agentes nas suas representações de poder (RAFFESTIN, 1993; TRINDADE JUNIOR, 1998; CORREA, 2012b). Ao se articularem em redes, os agentes estabelecem correlações de forças, compartilham objetivos semelhantes e têm impacto direto no processo de apropriação, controle e produção do território (TRINDADE JUNIOR, 1998). Gerenciar essas relações envolve lidar com questões de coordenação, cooperação e comunicação (CALMON; COSTA, 2013). O resultado dessas ligações é que “a forma do ambiente construído não é apenas o produto dessas redes, mas também, das tentativas de renegociar

as ações delas decorrentes por parte de outros grupos que suportam os custos da reestruturação urbana” (TRINDADE JUNIOR, 1998, p. 33).

Por dependerem do contexto, as redes de agentes podem ser abaladas por eventos que demandam que se desfaçam e se refaçam as ligações que as compõem, modificando-se em torno de dinâmicas de definição e resolução de situações problemáticas (CEFAÏ, 2009). Assim, atualizam-se, adaptam-se, respondendo aos desafios dos adversários, às estratégias de desestabilização e divisão impostas por esses, a críticas e descréditos (CEFAÏ, 2009).

Os conceitos de rede (na perspectiva de Raffestin, 1993) e de ação coletiva se articulam. A ação coletiva se apoia no compartilhamento existente entre seus membros (que lhes fornece opções de tomar partido, lhes atribui lugares nas disputas) e é estruturada pela coordenação de pessoas e objetos, ordenada por divisões de trabalho, repartição de poder e distribuição do saber (CEFAÏ, 2009). Como coloca o sociólogo Daniel Cefaï (2009):

Algumas vezes [a ação coletiva] é vivida como uma rotina que segue seu ritmo médio, outras na figura do evento que irrompe e que é preciso enfrentar. O curso da ação não é uniforme. Ele é semeado de arapucas, interrompido por peripécias e giros imprevisíveis, é exposto a maquinações e armadilhas, é relançado por manobras e projetos. Com frequência toma direções imprevistas, sai do rumo das expectativas de seus agentes, bifurca-se em várias possibilidades, impõe que se pesem prós e contras. Dá a impressão de se acelerar sem permitir tempo de reflexão ou de, ao contrário, promover o aprisionamento em uma armadilha sem saída. Adquire a aparência de uma avenida ou, ao contrário, a de um impasse (CEFAÏ, 2009, p. 35).

A ação coletiva, portanto, ocorre de diferentes formas, sem curso uniforme e destino certo e não está somente no agir, mas também no sofrer e no compartilhar, vinculada a um sentido da realidade, do direito, de justiça (CEFAÏ, 2009; CASTELLS, 2013). A noção de redes, por sua vez, pode ser articulada a uma estratégia de ação coletiva, a uma nova forma de organização e de ação (como rede) (SERPA, 2005). Entender como funcionam as dimensões estrutural, processual e os desdobramentos alcançados por essas redes na ação coletiva ajuda a compreender como os agentes se agrupam, se articulam e se influenciam para influenciar o planejamento do território, auxiliando a buscar alternativas ao contexto atual.

A) DIMENSÃO ESTRUTURAL DAS REDES – AGENTES, RELAÇÕES INTERNAS E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

A interação dos agentes sociais no território pode originar redes sociopolíticas voltadas a atingir objetivos comuns. O estudo da sua dimensão estrutural permite compreender as características organizacionais que as compõem, entendendo quem são os agentes envolvidos, como essas se originam, a que se destinam e como se organizam.

As articulações em rede ocorrem tanto de forma planejada quanto espontaneamente, tendo estruturas formalmente organizadas e ocorrendo informalmente. Essas podem ter um foco territorial comum (controle de porções do território, questões específicas à um

determinada/o rua/bairro/município/país) ou um foco temático compartilhado que agrupa agentes (transporte, habitação, questões ambientais entre outros).

As redes podem se destinar à dominação e à acumulação (diferenças de renda, questões ligadas a religiões, crenças, gênero), bem como criar canais de solidariedade. Redes de acumulação podem estar ligadas a tentativas de ampliar o poder na produção do território⁶⁵. Essas podem ainda se destinar à solidariedade, a exemplo do suporte a famílias que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade social (MIRATFAB, 2009; IBABAO, 2013) ou das articulações voltadas a apoiar comunidades indígenas no Brasil, Canadá, Austrália (SWEET; CHAKARS, 2010; SAIDLER, 2017). O compartilhamento de interesses específico, como causas ligadas à habitação, meio ambiente, mobilidade urbana (SAGARIS, 2013; TANAKA, 2017; BRADBURY ET AL, 2018), podem também originar redes de ação coletiva. É possível pensar assim, que essas redes se associam tanto à necessidade e ao interesse próprio (segurança, estabilidade, senso de identidade) que são ameaçados de alguma forma (DUCCI, 2004; SAGARIS, 2013); como se vinculam a injustiça coletiva que convida à ação, e aos “ideais de bem-viver juntos” (FRASER, 2006; CEFAÏ, 2009; QUINTSLR, 2017).

Pinto e Junqueira (2009) salientam que a existência das redes “depende de uma realidade múltipla e complexa onde o reconhecimento do outro e a definição de objetivos comuns possibilitam a construção de um tecido social” (PINTO e JUNQUEIRA, 2009, p.1092). Os autores complementam que esse processo pressupõe negociação, intermediação, trocas e concessões, nas quais a influência que cada participante exerce sobre os demais e as dinâmicas de forças que se estabelecem entre esses influenciam o processo:

Compartilhar valores e interesses é também expandir o campo de visão do mundo e, portanto, um projeto de poder. A rede é uma estrutura social, mas também uma associação dotada de poder e mobilidade. [...] As redes sociais referem-se a um conjunto de indivíduos e organizações, conectados, que vão construindo e reconstruindo a estrutura social. Essa conexão se dá por meio das relações sociais que se manifestam de maneiras diversas e expressam a complexidade do mundo social (PINTO; JUNQUEIRA, 2009, p.1092).

As redes, assim, são carregadas de sinergia. A noção de sinergia, na fisiologia, segundo o dicionário Michaelis, está associada à ação simultânea de órgãos, músculos ou estruturas, a fim de realizar uma função, ou seja, de atingir um objetivo comum. Na sociologia, por sua vez, o conceito diz respeito à cooperação entre grupos ou pessoas em benefício de uma mesma finalidade. De forma semelhante, as redes sociais são criadas e funcionam como fruto do trabalho compartilhado, do esforço simultâneo de cooperação, da coesão, da

⁶⁵ Trindade Junior (1998), por exemplo, estudou a atuação de empresas ligadas ao mercado imobiliário e observou que ao se unirem essas controlavam a produção de determinadas áreas da cidade (comprando terrenos, construindo determinados produtos habitacionais e conseqüentemente elevando os preços de outros terrenos e da venda de imóveis) e, assim, ampliavam o padrão de segregação residencial urbana.

operação associada. Desse potencial de associação e cooperação, desta sinergia, na qual o todo se torna maior do que a simples soma das partes individuais é que pode surgir um dos maiores ganhos que se pode atingir com as redes.

Uma das categorias que diz respeito à dimensão estrutural das redes se refere à intensidade dos relacionamentos interpessoais existentes entre os agentes que as compõem. Considerando-se que as relações humanas são possibilitadas através de vínculos interpessoais que possuem densidades diversas, alguns autores classificam os laços existentes entre os agentes nesses processos como: ausentes⁶⁶, fortes ou fracos (GRANOVETTER, 1973; PINTO; JUNQUEIRA, 2009; CALMON; COSTA, 2013).

Laços fortes são entendidos como vínculos interpessoais fortes, a exemplo dos existentes entre membros de uma família ou de amigos próximos, os quais resultam de uma combinação de tempo, intensidade emocional e de confiança mútua (GRANOVETTER, 1973; PINTO; JUNQUEIRA, 2009; CALMON; COSTA, 2013). Indivíduos conectados por laços fortes tendem a ser parecidos, o que faz com que as informações que circulam entre eles tendam a ser repetitivas e pouco inovadoras (GRANOVETTER, 1973). Ao contrário, ao unir pessoas diferentes e que estão há menos tempo juntas, os laços fracos são de extrema importância pois têm maior probabilidade de ampliar os limites das redes, conectando e unindo grupos que anteriormente não possuíam ligações entre si. Assim, inclinam-se a ampliar a circulação de novas ideias, perspectivas, oportunidades e propostas (GRANOVETTER, 1973; PINTO; JUNQUEIRA, 2009; CALMON; COSTA, 2013). Desta forma, laços fracos passam a ser mais relevantes para sustentar a coesão comunitária e a ação coletiva. Como salientam Pinto e Junqueira (2009, p. 1095): “muitas vezes indivíduos fora dos padrões, que se movimentam entre comunidades diferentes, são os responsáveis por trazer ideias heterodoxas necessárias para que um grupo se adapte com sucesso às mudanças do ambiente”.

Complementando, o avanço das tecnologias de comunicação acelerou o fluxo de informações, que hoje circulam globalmente, conectando e expondo pessoas e instituições fisicamente distribuídas em diversas partes do mundo. Desta forma, as articulações entre os agentes foram modificadas e as relações se tornaram mais complexas originando novas formas associativas, entre essas as digitais (CASTELLS, 2013). Assim, as redes sociopolíticas hoje ultrapassam mais facilmente o meio físico, tornando-se transnacionais. Estas associações incluem tanto empresas/grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas cujos processos não se concentram mais em apenas um local (distribuindo-se em diferentes locais e países) (CORREA, 2012; MELCHIORS, 2017), quanto agentes,

⁶⁶ Granovetter (1973) inclui na categoria dos laços ausentes tanto a inexistência de qualquer tipo de relação entre dois indivíduos quanto aquelas relações que ocorrem sem uma substancial significância, a exemplo dos vizinhos que se cumprimentam apenas com acenos.

grupos e movimentos sociais que se articulam para conseguir publicidade, recursos financeiros, suporte técnico, compartilhar experiências e conhecimento. Ao se articularem, interligam distintas escalas geográficas e buscam ampliar seu poder.

Neste sentido, cabe salientar as proposições de Burt (1992), que analisa a posição dos agentes dentro das redes e discute a importância dos buracos estruturais. O autor salienta a utilidade das conexões, pois estas podem gerar poder e valor, inclusive econômico aos integrantes das redes. Para o autor, as relações sociais geram um tipo de capital, o capital social, que é responsável por trazer ganhos sociais e materiais tanto para o agente individualmente quanto para a rede. O autor explica que os agentes mais bem relacionados, ou que possuem um maior trânsito, tendem a obter benefícios maiores do que outros agentes menos conectados, pois os primeiros estabelecem “pontes” com outras pessoas e com grupos distintos (BURT, 1992, PINTO; JUNQUEIRA, 2009). Laços e contatos, assim, auxiliam na obtenção de informações criando oportunidades diferenciadas. Assim, Burt (1992) suporta que a habilidade que determinados agentes têm de atravessar o buraco estrutural (*structural holes*) que existe entre dois agentes (sejam indivíduos ou grupos) que estão situados em redes distintas é mais importante que a intensidade do vínculo (forte ou fraco). Ao ocuparem essa lacuna, estabelecendo pontes entre agentes e grupos originalmente separados uns dos outros, esses agentes adquirem uma posição estratégica e ampliam seu poder. Seguindo as ideias de Burt, Pinto e Junqueira (2009, p. 1095) comentam que:

Na padronização estrutural da vida social são identificados os atores que geram e criam laços em uma determinada rede, aumentando seu poder. [...] Cada indivíduo, ou organização, possui uma posição na rede que depende do capital social agregado. O poder, no interior da rede social, é exercido em função da sua distribuição, mas também dessa posição dos atores, da estrutura das relações sociais, da interdependência desses diversos atores que a compõem (PINTO; JUNQUEIRA, 2009, p. 1095).

O poder está relacionado assim à informação e ao controle – quem faz parte do processo, quem tem acesso às informações, quando tem acesso a essas. Foucault (1980; 2010) já salientava essa relação intrínseca existente entre saber-poder. Se por um lado importa ter acesso à informação, muitas vezes fundamental também é a velocidade com que a essa circula, pois, mais do que somente recebê-la, importa ter acesso a ela antes de outros agentes. Desta forma, o poder circula, funciona em cadeia e é exercido em rede (PINTO; JUNQUEIRA, 2009). A organicidade das redes também influencia como o poder circula dentro delas. Algumas redes são hierárquicas, em outras há maior complementariedade e o poder é diluído entre seus agentes. Os agentes (indivíduos ou organizações) que assumem centralidade nas redes ampliam seu poder, pois se tornam fundamentais para o funcionamento da rede. Essa centralidade está relacionada ao número de conexões diretas

que cada agente possui, bem como à noção de proximidade e de mediação⁶⁷ (PINTO; JUNQUEIRA, 2009; CIVITARESI, 2017).

As interações dos agentes na produção do território estão, portanto, permeadas pelas relações de saber-poder. Esses usam seu conhecimento para influenciar intencionalmente o contexto no qual se inserem a fim de reiterar o *status quo* e demandar transformações desse. O saber de cada agente não é igual, pode ser oriundo de um conhecimento acadêmico, popular, experiencial, técnico, associado à memória, voltado a questões específicas e precisas. Compartilhar esse saber é, portanto, compartilhar parte do próprio poder.

Os agentes, assim, podem se juntar a uma rede por serem inexperientes (buscando o auxílio de outros em relação a uma questão/problema, almejando ter acesso a informações) como, ao contrário, podem optar por se articular por já possuírem experiência adquirida, conhecimento acumulado, e desejarem maximizar seus interesses ao compartilhá-los com outros agentes, ajudando a si e aos demais (SAGARIS, 2013). Innes e Booher (2003) assinalam que para que exista uma colaboração entre os agentes é necessário que primeiro esses entendam a noção de interdependência, que esses compreendam que precisam se unir para alcançar objetivos que individualmente não serão atingidos. Existe, portanto, uma necessidade de reconhecimento do outro, compartilhar valores, interesses, problemas. Processos colaborativos voluntários, por exemplo, são muitas vezes instigados ou guiados por essa percepção de interdependência sobre um problema/assunto. De forma contrária, não entender essa interdependência pode vir da falta de compreensão do problema como um todo, uma vez que alguns agentes podem não saber o que têm a oferecer ou não entender como todos podem ser beneficiados ao se envolver nos processos (INNES; BOOHER, 2003). A resposta para a mudança vem, portanto, do trabalho compartilhado, da união de esforços que permite aos agentes criar coletivamente um sistema de aprendizado.

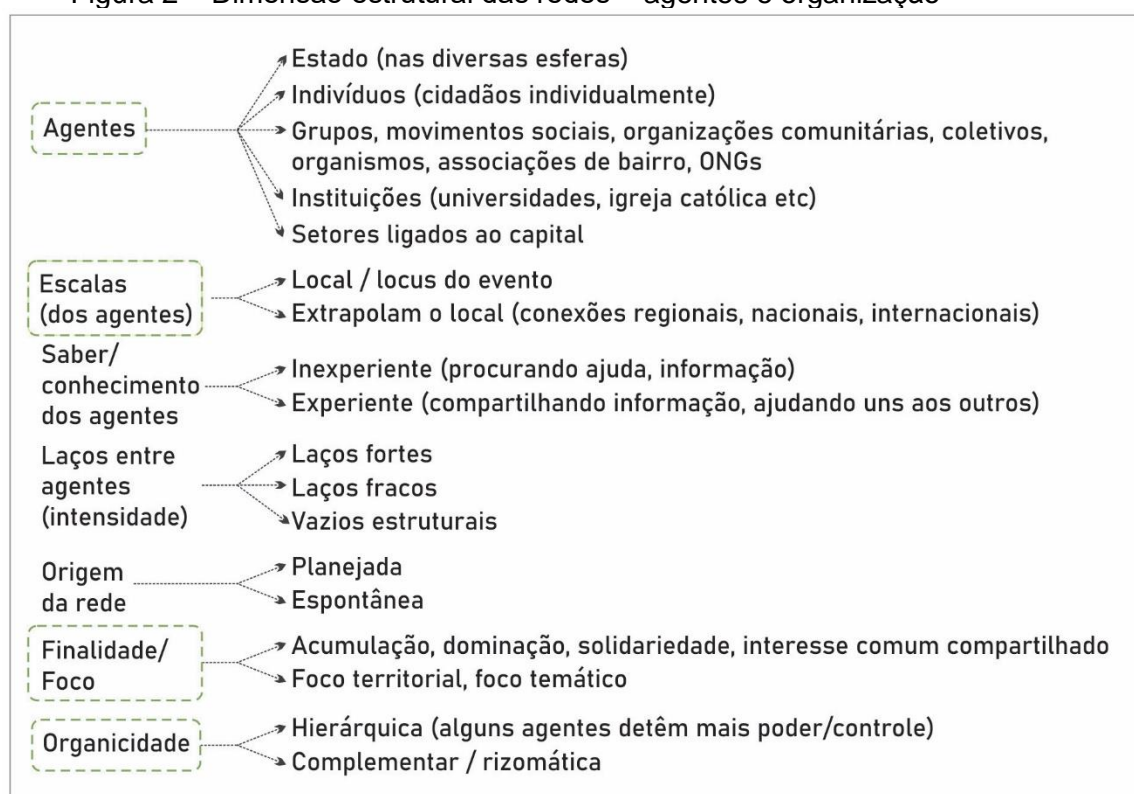
Nesse sentido, a partir da abordagem de Deleuze e Guattari (1995), pode-se pensar, também, não em redes apenas hierárquicas, mas rizomáticas, associando-se a noção de complementariedade à discussão das redes. O rizoma tem como princípios fundamentais: a conexão a qualquer ponto; a heterogeneidade; a multiplicidade e a ruptura a-significante (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Portanto, não possui uma estrutura definida, se alonga e se contrai, se transforma continuamente, as conexões podem ocorrer em qualquer ponto, sem que existam definições fechadas, mudando conforme ocorrem novos acontecimentos. A heterogeneidade vem da consideração de que um rizoma é atravessado por múltiplas cadeias

⁶⁷ Proximidade ou cercania (*closeness centrality*) representa a possibilidade que cada agente possui de reduzir os passos necessários para conectar outros, encurtando caminhos e estabelecendo pontes, enquanto a mediação (*betweenness*) se refere a necessidade que alguns indivíduos/organizações podem ter de passar por algum outro agente ou organização específica para se conectar, comunicar com outros, estabelecendo um controle de fluxos na rede (CIVITARESI, 2017). O poder da mediação se dá a partir do potencial que estes determinados agentes possuem de gerar rupturas de conexões (de partes da rede ou dessa com outras redes).

(biológicas, políticas, materiais, econômicas e linguísticas). Ele é múltiplo, não tem relação com o uno como sujeito/objeto (inexistência de unidades), é marcado pela multiplicidade. Desta forma, pode ser rompido, quebrado e retomado a partir de qualquer ponto, se modifica, se constitui e reconstitui constantemente, escapando a configurações anteriores. Assim, não possui centro, liderança, ou estrutura identificável, passíveis de serem cooptados ou neutralizados (SCOTT, 2002). Redes rizomáticas são assim abertas, flexíveis, organizadas através da partilha, marcadas pela multiplicidade, pela ausência de hierarquia e a possibilidade de transformação constante sem que se rompam.

A Figura 2 apresenta de forma reduzida questões discutidas nesse tópico. As categorias destacadas são consideradas as mais importantes para a pesquisa em relação à dimensão estrutural das redes, pois permitem refletir sobre quem são os agentes nelas envolvidos, que laços esses possuem, bem como entender de que forma esses se articulam (escalas envolvidas, finalidades, foco e organicidade das relações).

Figura 2 – Dimensão estrutural das redes – agentes e organização



As categorias circuladas são consideradas as mais relevantes para esta pesquisa. Elaborado por L. C. Melchioris (2019), com base nos escritos de Granovetter (1973); Burt (1992); Delleuze; Guattari (1995); Innes; Booher (2000); Correa (2012); Sagaris (2013).

B) DIMENSÃO PROCESSUAL – TÁTICAS E INTERAÇÕES

As redes geram processos diferenciados de interação entre os agentes. Correa (2012), ao estudá-las, aponta que elas têm durações que diferem, frequência de interação e velocidade de fluxos que também não são as mesmas. A frequência de interação diz respeito

às articulações, que podem ocorrer de forma permanente, periódicas (espaçamento de tempo maior) ou serem apenas ocasionais (ocorrendo somente em determinados momentos devido a algum fato específico). Temporalmente, as redes podem ser de curta à longa duração. Algumas se mantêm ativas por um período reduzido (apenas durante o tempo de elaboração ou oposição a um projeto, obra, plano), outras ultrapassam o propósito inicial tendo dimensão mais duradoura, de caráter processual. A sinergia gerada nos processos, por exemplo, pode fazer com que redes originadas para atuar no período de um projeto possam se modificar transformando-se em processos contínuos. A continuidade processual potencializa que os agentes se conheçam e se fortaleçam, ampliando a confiança existente entre esses. Essa continuidade tende a aumentar o reconhecimento que outros agentes possuem sobre a rede, bem como contribui para a evolução dos participantes (continuidade das interações gera compartilhamento do conhecimento, potencializa resultados).

Uma vez que os agentes possuem formas diversas de conhecimento e agregam-se às redes por razões distintas, ao interagirem dentro dessas, o papel e a forma como cada um se comporta também se difere. Alguns processos incentivam um papel passivo por parte de uns agentes (expectadores, recebedores da informação), enquanto outros, em oposição, criam espaço para que os agentes se tornem provedores da informação. No primeiro caso, há uma tendência de que se reduza a troca mútua de conhecimento entre os grupos (SAGARIS, 2013), sendo um detentor do conhecimento, ficando em uma posição de destaque em relação aos recebedores do conhecimento. No segundo caso, ao contrário, criam-se oportunidades que potencializam que os agentes se tornem protagonistas da ação (criadores, implementadores de processos), o que tende a fortalecer a confiança mútua e o compartilhamento do conhecimento e do poder existente dentro dos processos⁶⁸.

Ao se envolver nos processos, compartilhar conhecimento e experiências, os agentes criam uma memória da ação coletiva, que agrega valor à rede ao ser compartilhada. Ao se disponibilizar, desenvolver e nutrir esta memória coletiva, combinando conhecimento evidencial e experiencial se ampliam também as chances de catalisar mudanças (SAGARIS, 2013), pois conhecimento e credibilidade são acumulados (entre pares, agentes técnicos-políticos e opinião pública) podendo influenciar mais significativamente outras mudanças. Cabe refletir ainda sobre o que motiva os agentes para se envolver nesses processos.

⁶⁸ Sagaris (2013), por exemplo, estuda experiências distintas de cidadãos que atuaram no Chile em dois períodos. Inicialmente esses agiram para contrariar à implantação de um projeto proposto pelo Estado; após, passaram a se constituir como frente de reflexão sobre outras temáticas urbanas. A atuação inicial, ligada à estrutura institucional de planejamento, possibilitava uma participação quase forçada (atuar para impedir o projeto). Os participantes, em geral inexperientes, se articulavam primordialmente na busca de informação, existindo um sentimento geral de insegurança e desconfiança. Posteriormente, os cidadãos ao reorganizarem e se envolvem em novos projetos muito mais pelo interesse individual do que pela “necessidade”. A experiência inicial, entretanto, contribuiu para lhes dar confiança para compartilhar o conhecimento dentro do grupo, contribuindo para a criação de um ambiente mais solidário, de autoconfiança, ajuda e confiança mútuas entre os agentes (SAGARIS, 2013).

Ducci (2004), estudando o engajamento de vizinhos em movimentos de bairro ressalta como causas cruciais, além do interesse próprio, questões relacionadas à segurança, à estabilidade, e, em especial, ao senso de identidade, quando este se encontra ameaçado. Semelhantemente, a injustiça que convida à ação, e os “ideais de bem-viver juntos” envolvidos nas ações coletivas podem servir como motivadores do engajamento (FRASER, 2006; CEFAÏ, 2009; CASTELLS, 2013; QUINTSLR, 2017). Castells (2013) destaca a importância que as emoções (inteligência afetiva) tem na mobilização social – tanto o medo e a superação da ansiedade, que podem originar a raiva que impulsiona a ação contra a injustiça – como o entusiasmo e a esperança que ativam a ação e antecipam as recompensas pelas ações. Nesse sentido, Cefaï (2009) traz a compreensão de que os agentes não são apenas marionetes, mas são dotados de capacidade de julgamento moral e político e a confrontação da realidade e das injustiças pode fazer com que eles se engajem em redes de solidariedade, que englobam preocupações que envolvem a si e ao outro.

A perspectiva proposta por Cefaï (2009) pode ser articulada ao pensamento da filósofa Nancy Fraser (2006), que aborda o conceito de injustiça a partir de duas perspectivas. A primeira se refere à questão econômica, que dá origem a lutas por redistribuição, e a segunda que diz respeito às injustiças culturais ou simbólicas, base para lutas por reconhecimento. As lutas por redistribuição (renda, reorganização da divisão do trabalho, controles democráticos do investimento, transformação de estruturas econômicas) se radicam na estrutura econômica-política (incluindo a noção de exploração, marginalização econômica, privação), assumindo um compromisso com o igualitarismo. As lutas por reconhecimento, se radicam nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação e envolvem questões de dominação cultural, ocultamento, desrespeito (são lutas pelo “reconhecimento da diferença”). Essas “dão combustível às lutas de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, “raça”, gênero e sexualidade” (FRASER, 2006, p. 1). Estas categorias de lutas, não são necessariamente separadas, mas estão muitas vezes interconectadas⁶⁹.

Porém, mesmo que existam situações de injustiça que convidem à ação, nem sempre essas são capazes de provocar uma ação coletiva, em reação. Pode ser necessário que existam formas de mediação (usualmente criadas por agentes estratégicos) que permitam criar significados compartilhados e alargar o campo de ação, fazendo uso de aspectos que serão amplificados para mobilizar os demais cidadãos (QUINTSLR, 2017). A ação coletiva nas redes depende, portanto, da interdependência e de interações frutíferas que tenham como pré-requisito a existência de um diálogo autêntico entre os agentes (INNES; BOOHER, 2003). Ou seja, cada agente fala de forma precisa, sincera e compreensível para os demais

⁶⁹ Lutas de gênero e raça que incluem minorias que sofrem injustiças em relação a questões culturais (mulheres, negros, LGBT) que acabam tb por se relacionar a questões econômicas (tem menos recursos e poder).

(mediação do conhecimento), expressando legitimamente os interesses que representa; o que nem sempre se consegue atingir⁷⁰.

Nos processos colaborativos, as interações que se estabelecem entre os agentes trazem benefícios às redes e se relacionam à noção de capital social. O conceito de capital social tem como premissa a compreensão de que as redes sociais têm valor. Esse se refere tanto ao valor coletivo contido em cada rede (relações entre agentes), quanto às implicações geradas pelas interações (benefícios que fluem da confiança mútua, da reciprocidade, do fluxo de informação e da cooperação associadas às redes) (PUTMAN, 2000).

Esse capital social se diferencia conforme o tipo e a qualidade, podendo ser de: *bonding* (união), *bridging* (ponte) e *linking* (ligação) (SZRETER; WOOLCOCK, 2004; HAWKINS; MAURER, 2010). *Bonding* (união) se refere a relações entre membros de uma rede que se consideram similares em termos da identidade social compartilhada, ou seja, são semelhantes de alguma forma (PUTMAN, 2000; SZRETER; WOOLCOCK, 2004). Esse se relaciona ao que Granovetter (1985) denominou de laços fortes. Relações de união podem ser úteis em situações de opressão em que um senso de reciprocidade específica e de solidariedade mobilizadora são necessários para “sobreviver” (PUTMAN, 2000).

O conceito de *bridging* (ponte), em contraste, diz respeito às relações de respeito e reciprocidade existentes entre pessoas que não são semelhantes em relação a algum quesito social/demográfico (diferem-se por idade, grupo étnico, classe etc.) ou em termos de sua identidade social compartilhada (SZRETER; WOOLCOCK, 2004). O conceito se relaciona à capacidade de criar “pontes” relacionando distintos grupos (sociais, étnicos, religiosos, culturais), que dificilmente teriam contato se essas pontes não tivessem sido estabelecidas. As ligações de *bridging* (ponte) são de caráter inclusivo (ao contrário do *bonding*, que possui um caráter exclusivo), podendo ser importantes para vincular ativos externos, difundir informações e permitir avanços em relação ao *status quo* (PUTMAN, 2000). Innes e Booher (2003) semelhantemente salientaram a relevância da diversidade de agentes em processos colaborativos, visto seu potencial de ampliar a criatividade dos grupos, o que se faz necessário para lidar com a ampla gama de interesses envolvidos nos processos. Estudos de Sunstein (apud SAGARIS, 2013) também mostram que a homogeneidade social pode ser prejudicial para a boa deliberação conduzindo para uma polarização e o suporte de posições extremas. Com a diversidade, ao contrário, se tenderia a fomentar diálogos frutíferos resultados da

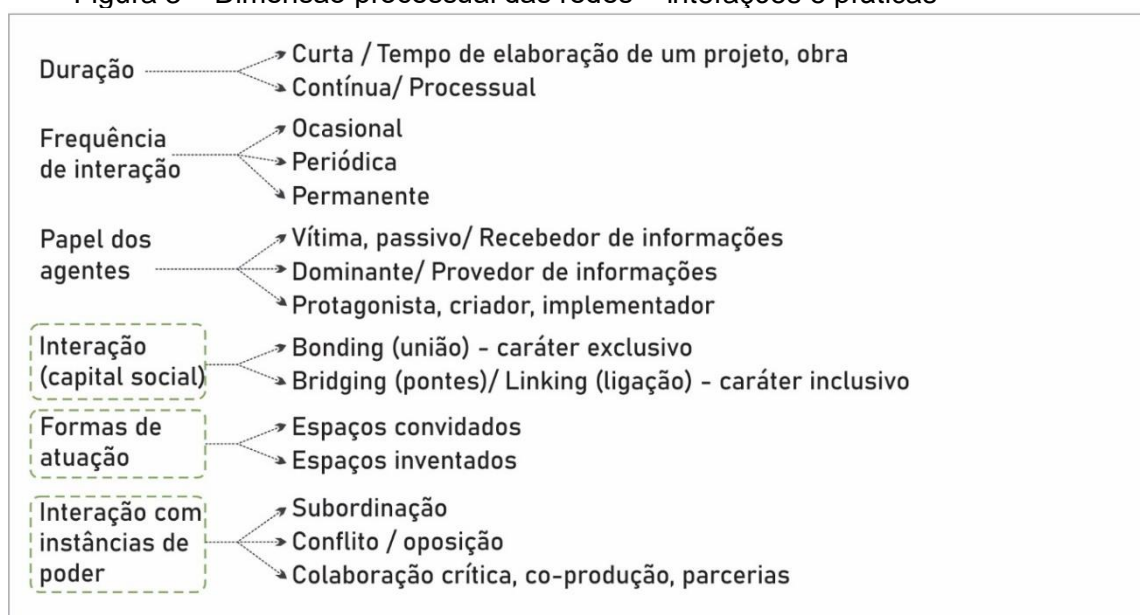
⁷⁰ Essa premissa pode se tornar extremamente complexa de ser atingida em algumas situações, em geral quando envolve a participação em estruturas institucionais que são muitas vezes ineficazes em atingir ideais políticos da democracia frente ao neoliberalismo. Watson (2014), a partir da perspectiva do Sul Global reforça dificuldades trazidas por contextos com acentuada pobreza e instituições públicas são fracas. Nesses contextos, por exemplo, muitos dos processos de planejamento são construídos por agentes integrantes do Estado que agem de forma a favorecer interesses do capital privado (MELCHORS, 2014). Esse favorecimento, porém, raramente é claramente declarado, criando um ambiente de pouca transparência e alta desconfiança.

ampliação e do compartilhamento das ideias. Por fim, o conceito de *linking* (ligação), traz uma subdivisão mais recente na literatura do conceito de *bridging* que busca diferenciar as pontes que se estabelecem dentro de relações mais “verticais” dadas às diferenças de status e poder (SZRETER; WOOLCOCK, 2004). Esse poder é tanto explícito, formal, institucionalizado quanto pode se referir a gradientes de autoridade na sociedade, a exemplo do acesso a serviços, empregos, recursos (SZRETER; WOOLCOCK, 2004; HAWKINS; MAURER, 2010).

Cabe salientar que o capital social gerado não é exclusivamente de um tipo ou de outro, podendo mesclar os tipos acima descritos, como salienta Putman (2000)⁷¹. Os três tipos podem trazer benefícios diferentes conforme o momento ou a necessidade dos grupos⁷².

A Figura 3, a seguir, busca sintetizar a dimensão processual das redes discutida nesse tópico. Nela se destacam as categorias que se mostram mais relevantes para essa pesquisa, que se referem ao tipo de interação (capital social gerado nos processos) e às formas de atuação e de relação com instâncias de poder.

Figura 3 – Dimensão processual das redes – interações e práticas



As categorias circuladas são consideradas as mais relevantes para esta pesquisa. Elaborado por L. C. Melchioris (2019), com base nos escritos de Putman (2000); Mirafteb (2009); Watson, 2011; Correa (2012); Sagaris (2013); Mintlin (2018).

⁷¹Para ilustrar a questão o autor cita uma igreja negra, que pode unir indivíduos semelhantes (raça e religião), mas que podem pertencer a diferentes classes sociais, diferenciando-se neste sentido (PUTMAN, 2000).

⁷²Hawkins e Maurer (2010), por exemplo, ao estudar famílias vítimas do furacão Katrina, reforçam efeitos benéficos de diferentes tipos de capital social para situações distintas. Sua pesquisa mostra que, especialmente para os residentes de menor renda, o capital social do tipo *bonding* foi importante para prover suporte imediato (físico, emocional, financeiro), tanto no planejamento das famílias anterior ao evento quanto posteriormente. O capital social do tipo *bridging* e *linking*, por outro lado, ofereceram caminhos de longo prazo para a sobrevivência das famílias e contribuíram para uma revitalização mais ampla da comunidade e do bairro. Relações com agentes externos ao grupo permitiram ampliar conexões trazendo outros benefícios as famílias atingidas (contato com agências, instituições e indivíduos com maior poder possibilitaram trocas de informações, acesso a recursos financeiros, suprimentos, alimentos). Nesse processo, a maior parte do auxílio começou através dos movimentos de base e posteriormente foi se articulando a outras redes mais distantes.

As redes, portanto, podem ser voltadas a fortalecer os grupos para atuar, para se opor, para resistir e para insurgir-se ao modelo hegemônico de cidade que se impõe, como se discute no Capítulo 4. Cabe, porém, antes disso, pensar sobre os desdobramentos que podem ser alcançados com esses processos.

C) DESDOBRAMENTOS ALCANÇADOS PELAS REDES SOCIOPOLÍTICAS DE AGENTES

A busca por respostas às demandas que fazem com que os agentes se articulem nas redes sociopolíticas podem trazer benefícios diversos a esses, tendo desdobramentos que podem se relacionar a aspectos materiais, sociais, culturais, simbólicos, políticos e econômicos. Ao se pensar processos emancipatórios fundamentados em experiências de exclusão se poderia citar como exemplos desses desdobramentos questões:

- Materiais – transformações físicas e melhorias de espaços urbanos objeto da ação coletiva (melhorias de condições de espaços públicos, ações voltadas à qualificação e melhoria da qualidade de vida em assentamentos precários);
- Sociais – aprendizado individual e coletivo (sobre questões técnicas, jurídicas, sociais, táticas de mobilização), empoderamento dos agentes para atuar na ação coletiva (troca de experiências, capacitação), ampliação da perspectiva sobre a realidade (reflexão sobre processos de exclusão existente na cidade neoliberal) etc;
- Políticos – mudanças em campos da regulação social, das decisões e dos poderes (criação de instâncias de negociação, elaboração de planos, políticas públicas, leis);
- Simbólicas – modificação ou criação de novas percepções, atitudes, formas de representações, discursos e linguagens.

Esses benefícios conquistados podem ser tanto de natureza individual, quanto incluir o todo, bem como podem extrapolar a esfera dos agentes inicialmente articulados, gerando ganhos para outras instâncias (bairro, cidade, ou extrapolar barreiras geográficas e atingir outras cidades e países).

Cabe destacar o aprendizado adquirido pelos envolvidos nos processos pode envolver níveis distintos de aprofundamento que vão se articular ao potencial de transformações futuras. Essa discussão, inicialmente introduzida por Chris Argyris e posteriormente aplicada ao planejamento (ARGYRIS & SCHÖN, 1978), aponta para a existência de diferentes etapas desse processo, que pode se caracterizar por ser de ciclo simples (*single loop learning*) ou de tipo duplo (*double loop learning*). O primeiro é voltado à resolução simples de um problema, mantém as rotinas existentes sem maiores questionamentos sobre os processos que geram os problemas. Já o segundo, ciclo duplo, vai além da resolução do problema inicial, questiona pressupostos, estruturas conceituais, reavalia metas, interesses, valores e crenças, abrindo

mão de um raciocínio apenas defensivo e fomentando mudanças mais estruturais (ARGYRIS, 2003). Associa-se, portanto, a um aprendizado em espiral, que permite a revisão e a compreensão de outros níveis do problema e a formulação de novas questões.

Ao abrir espaço para a capacitação e o aprendizado dos agentes envolvidos esses podem contribuir para influenciar mudanças nas práticas cidadãs, uma vez que se relacionam ao compartilhamento de problemas e ao reivindicar/redefinir direitos dos cidadãos. Logo, se poderia pensar que esses processos podem contribuir para mudança sociais gradativas se trouxerem reflexões sobre a produção e o planejamento do território, impulsionando novas maneiras de pensá-los.

A discussão aqui apresentada é apenas inicial, pois é a partir da análise das experiências estudadas na pesquisa (Capítulo 5) que se desenvolve uma reflexão maior sobre os desdobramentos que podem ser alcançados com essas iniciativas.

CAPÍTULO 04. EM BUSCA DE UM PLANEJAMENTO CONTRA-HEGEMÔNICO:
EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIAS, INSURGÊNCIAS E ATIVISMOS
CRIATIVOS NO SUL GLOBAL

O presente capítulo apresenta as seis experiências estudadas na pesquisa, permitindo refletir sobre como grupos de cidadãos têm, a partir de práticas emergentes, buscado influenciar os processos de planejamento do território.

No cenário internacional discute-se o Movimento Occupy Taksim Gezi Park, ocorrido em Istambul, Turquia em 2013; a experiência da Federação de Pessoas Desabrigadas das Filipinas, criada em 1998, e a atuação do Movimento *Coordinadora No a La Costanera Norte*, iniciado em 1996 em Santiago do Chile, que posteriormente deu origem a organização comunitária *Ciudad Viva*, a partir dos anos 2000.

Nacionalmente, estuda-se a experiência do Movimento Ocupe Estelita, iniciado em Recife em 2012, da comunidade da Vila Autódromo no Rio de Janeiro, cujo luta se intensifica a partir dos anos 2002 e dos coletivos de arte e cultura Política do Impossível e Baixo Centro atuantes no centro de São Paulo, criados a partir de 2004 e 2011. O Quadro 10 apresenta um resumo dessas experiências mostrando as temáticas envolvidas, o foco e o ano de início de cada experiência analisada.

Quadro 10 – Unidades de análise da pesquisa: temáticas, foco e ano de início.

	NOME	TEMÁTICAS	FOCO / CATEGORIAS	INÍCIO
Internacional	Movimento <i>Occupy Taksim Gezi Park</i> (Istambul, Turquia)	<ul style="list-style-type: none"> • Direito à cidade • Defesa de espaços simbólicos • Agrega diversas lutas 	<ul style="list-style-type: none"> • Foco territorial • Resistência urbana • Ativismo cultural 	2013
	Federação de Pessoas Desabrigadas das Filipinas (HPFP)	<ul style="list-style-type: none"> • Combate à pobreza • Direito à moradia • Urbanização de assentamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Foco temático • Moradia digna e superação da pobreza 	1998
	<i>Coordinadora/ Ciudad Viva</i> (Santiago, Chile)	<ul style="list-style-type: none"> • Direito à cidade • Posteriormente amplia causas (transporte ativo, patrimônio, reciclagem, democracia) 	<ul style="list-style-type: none"> • Foco territorial e temático • Mobilidade/ Cicloativista • Resistência urbana • Ativismo cultural 	1996/2000
Nacional	Movimento Ocupe Estelita (Recife)	<ul style="list-style-type: none"> • Direito à cidade • Defesa de espaços simbólicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Foco territorial • Resistência urbana • Ativismo cultural 	2012
	Vila Autódromo (Rio de Janeiro)	<ul style="list-style-type: none"> • Direito à moradia • Urbanização de assentamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Foco territorial • Resistência urbana • Moradia digna 	Se intensifica após 2002
	Política do Impossível e Baixo Centro (São Paulo)	<ul style="list-style-type: none"> • Direito à cidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Foco territorial • Ativismo cultural 	2004 e 2011

Elaborado por L. C. Melchior (2019).

Embora nessas experiências existam condições culturais, etnográficas e históricas que criam especificidades de cada local elas mostram como grupos e movimentos em distintas cidades do Sul Global têm respondido a desafios da ordem neoliberal que se impõe sobre os diferentes contextos.

4.1. EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

4.1.1. O MOVIMENTO *OCCUPY TAKSIM GEZI PARK*, TURQUIA: ATIVISMO E PRÁTICAS INSURGENTES DE CIDADANIA

O Movimento *Occupy Taksim Gezi Park* surgiu em Istambul, Turquia, em 13 de julho de 2013, como resposta da população à proposta do governo metropolitano de transformar o parque Gezi e seu entorno. O movimento se articula com a defesa do Direito à Cidade, fazendo uso de espaços inventados de ativismo para mostrar o descontentamento frente a práticas urbanas neoliberais (KUYMULU, 2013; ORS; TURAN, 2015; VATIKIOTIS; YÖRÜK, 2016, 2016; AY; MIRAFTAB, 2016). Foi também uma reação a processos de planejamento pouco democráticos e em defesa de espaços urbanos simbólicos.

A área em questão tem importância para a população e para os visitantes de Istambul. Localiza-se junto do principal distrito turístico e de lazer da cidade e de um centro de transporte público (metrô e ônibus) (AY; MIRAFTAB, 2016). O parque Gezi é um local representativo, não apenas por ser um dos poucos espaços verdes localizados no coração urbano do lado europeu de Istambul, junto à praça Taksim, mas visto seu desenho, passado histórico⁷³ e por, ao longo dos anos, ter sido usado como local de cerimônias governamentais e manifestações populares (AY; MIRAFTAB, 2016; VATIKIOTIS; YÖRÜK, 2016). Assim, o movimento de salvaguardar o local representa também uma manifestação em defesa do espaço público frente ao mercado imobiliário.

Tentativas de reconstrução da praça Taksim já existiam desde 2007, quando o governo Metropolitano de Istambul anunciou seu projeto de pedestrialização, envolvendo, naquele momento, apenas a construção de túneis subterrâneos para o tráfego de veículos (AY; MIRAFTAB, 2016). Porém, em 2011, o Conselho de Conservação (sob o aval do governo federal) reformulou o projeto prevendo a reconstrução de um quartel histórico (que ocuparia parte da área do parque Gezi). Em seguida, junto às eleições do país, o primeiro ministro

⁷³ A importância histórica remonta do século 18, quando água era distribuída a partir dali para diversos bairros de Istambul (VATIKIOTIS; Yörük, 2016). Abrigou um quartel de artilharia (Século XIX), demolido nos anos 1940 quando a área foi transformada em parque (AY; MIRAFTAB, 2016). Em 1993 o parque Gezi foi declarado área urbana protegida – carta assinada em sua defesa por acadêmicos (de universidades de Istambul e Ancara), arquitetos, restauradores, planejadores, artistas, escritores, cidadãos, associações, fundações, mostram sua importância (ver: http://www.cumhuriyet.com.tr/haber/diger/318344/Taksim_Gezi_Parki_korunsun.html).

(Tayyip Erdoğan) anunciou que o quartel seria usado como um complexo de shopping centers⁷⁴, propondo uma mudança significativa na área e marcando o início de uma ativa luta política contrária ao projeto (AY; MIRAFTAB, 2016; MEGAISTAMBUL, 2019).

Desde o início de 2012, segmentos da sociedade se manifestavam contrariamente ao projeto, porém sem conquistar muito êxito usando os canais institucionais. Essa oposição foi inicialmente organizada por acadêmicos do planejamento urbano, arquitetura e engenharia civil organizados em um grupo chamado Plataforma Taksim, e posteriormente, passou a integrar parcelas mais amplas da sociedade dando origem ao grupo Solidariedade Taksim (reunindo sindicatos, câmaras, partidos políticos, organizações e associações ambientais (SOLIDARIEDADE TAKSIM, 2013; AY; MIRAFTAB, 2016). Esses, questionavam que o projeto foi “apresentado ao público sem tomar as medidas científicas, técnicas ou democráticas necessárias” o que “levaria a erros irreversíveis”⁷⁵ (SOLIDARIEDADE TAKSIM, 2013). Salientavam ainda que o projeto desconsiderava questões técnicas de transporte, desenho urbano, desconfigurava a paisagem, e previa novas construções (adicionadas com a justificativa de reconstrução do quartel militar) (SOLIDARIEDADE TAKSIM, 2013). Defendiam, ao contrário, um projeto que considerasse o “valor social, histórico, comunitário, cultural e ambiental [do local], usando métodos honestos, transparentes, participativos e democráticos”⁷⁶ (SOLIDARIEDADE TAKSIM, 2013).

Em 2013, frente ao corte de árvores centenárias do parque Gezi, um pequeno grupo de integrantes da Solidariedade Taksim ocupou fisicamente o local buscando protegê-lo e mantê-lo como espaço público. Surgia, assim, o movimento *Occupy Taksim Gezi Park*, que rapidamente se transformou em uma mobilização muito maior. Em poucos dias a ocupação se estendeu vultosamente, englobou outros espaços públicos e prédios do entorno (dando origem a Comuna Gezi⁷⁷ – Figura 4), gerou ampla rede de solidariedade (nacional e internacional de apoio ao movimento), atraindo pessoas impulsionadas a reagir frente à

⁷⁴ Kuymulu (2013) aponta que a proposta de implantação do shopping center está relacionada a um conjunto mais amplo de projetos governamentais voltados a uma “transformação urbana” de gentrificação da região.

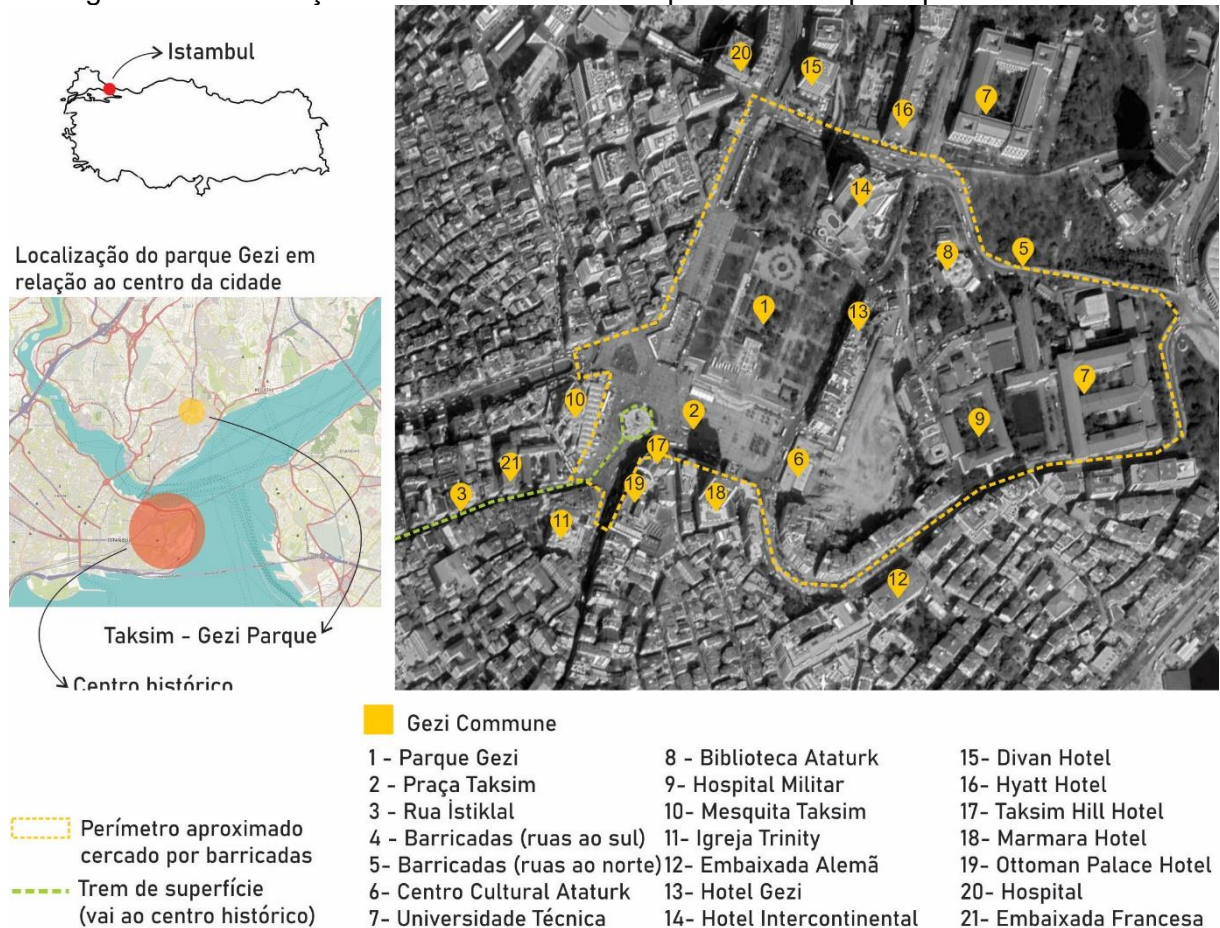
⁷⁵ Tradução da autora do original em inglês: “was presented to the public without taking any of the necessary scientific, technical or democratic steps, would lead to irreversible mistakes being made” (SOLIDARIEDADE TAKSIM, 2013 – 2 de Junho de 2013).

⁷⁶ Tradução da autora do original em inglês: “We want Taksim to be developed with a more holistic approach, taking into account its social, historical, communal, cultural and environmental value, and using honest, transparent, participatory and democratic methods that conform to universal models and rules” (SOLIDARIEDADE TAKSIM, 2013 – 2 de Junho de 2013).

⁷⁷ Essa área ficou sobre controle popular entre 03-11 de junho. O parque Gezi era a área mais protegida (central, elevada). A comuna englobava ainda uma universidade, uma escola, dois hospitais, um centro cultural, uma biblioteca, duas mesquitas, duas igrejas, sete consulados (elevados a categoria de embaixadas na ocasião) e oito hotéis de luxo (POSTVIRTUAL, 2013). A Figura 4 mostra a área protegida com barricadas.

violência ação policial e governamental que tentava reprimir os manifestantes⁷⁸, e provocou uma conscientização sobre processos e disputas urbanas muito mais amplos.

Figura 4 – Localização da área Taksim Gezi e perímetro ocupado pela Comuna Gezi



Fonte: Mapa de localização: Open Street Map (<https://www.openstreetmap.org>). Imagem de satélite: Google Earth (2018). Perímetro aproximado e dados: PostVirtual (2013). Elaborado por L. C. Melchior (2019).

Assim, a relevância do movimento é destacada por diversos autores como forma de resistência, discussão sobre a apropriação do espaço público e visto sua influência sobre outros contextos (ORS; TURAN, 2015; VATIKIOTIS; YÖRÜK, 2016, 2016; AY; MIRAFTAB, 2016; MARINO, 2018). A pluralidade de agentes envolvidos no processo e as práticas criativas/inovadoras (e comprometidas com a não-violência) são também parte de seu legado

⁷⁸ O *Historical Atlas of Gezi Park* (PostVirtual, 2013) relata que inicialmente poucas dúzias de pessoas ocuparam o parque, mas, em dois dias a manifestação englobava cerca de 100.000 pessoas. Relatório do Ministério do Interior contabiliza que 2 milhões e 500 mil pessoas se envolveram em protestos (em 79 cidades), cerca de 5.000 foram presas e 4.000 feridas (ORS; TURAN, 2015). A CNN Turk relata cerca de 3 milhões e 600 mil pessoas participando das manifestações (CNNTurk, 2013). Konda (2014) e Odabaş; Reynolds-Stenson (2017) demonstram, em pesquisas realizadas com manifestantes, que a violência policial foi importante motivador para agregar novos apoiadores ao movimento, sendo as redes sociais fundamentais para divulgá-la, visto que a grande mídia local a ignorava. Relatório da Anistia Internacional relata mais de 8.000 feridos em confrontos com a polícia e denuncia a negação brutal do direito de reunião pacífica dada pela violência policial, prisões a manifestantes e repressão à jornalistas (AMNESTY INTERNATIONAL, 2013). Autoridades turcas prenderam e demitiram 40 mil pessoas e outras mais de 100 mil foram suspensas (OZDERMIR, 2017).

(ORS; TURAN, 2015; AY; MIRAFTAB, 2016, TAKSIM COMMUNE, 2013). A ocupação foi marcada pela organização de eventos culturais e práticas que usavam arte e cultura para trazer à tona discussões sobre alternativas à transformação daquele local (ver Anexo A e B).

Embora o movimento tenha sido fortemente influenciado pelo contexto local, gerando peculiaridades da experiência, deve ser entendido como parte de um quadro global contemporâneo, marcado por manifestações diversas contra facetas do neoliberalismo ocorridas em distintos países. Istambul é hoje uma metrópole global que sofre fortemente os efeitos neoliberais, expressos também em políticas e projetos de urbanização que buscam atrair capital financeiro global⁷⁹. Nesse sentido, Ay e Miraftab colocam:

O movimento Gezi precisa ser entendido como práticas cidadãs de cidadania urbana lançadas em resposta à agressão neoliberal e ao assalto à esfera pública e aos espaços públicos - isto é, uma resposta a uma forma de violência econômica, política e espacial em que estão implicados os procedimentos legais e os princípios de planejamento voltados para o mercado⁸⁰ (AY; MIRAFTAB, 2016, p. 2-3).

O pluralismo cultural e político marcou o perfil dos participantes da ocupação da Taksim Gezi (incluindo seus residentes e visitantes apoiadores). Essa era formada por uma mistura de organizações da sociedade civil e cidadãos, incluindo diferentes perfis de ativistas e distintas classes sociais, gêneros, idades e ideais políticos (jovens⁸¹, feministas, grupos ligados ao movimento LGBT, ambientalistas, ativistas urbanos, artistas, acadêmicos e pesquisadores, torcedores de diversos times de futebol, arquitetos e planejadores urbanos, organizações da sociedade etc) (KONDA, 2014; ORS; TURAN, 2015; VATIKIOTIS YORUK, 2016; MARINO, 2018). Esse pluralismo facilitou que mais pessoas de origens distintas apoiassem o movimento, gerando uma popularidade que foi capaz de ultrapassar fronteiras, agregando uma multidão cada vez maior (ORS; TURAN, 2015).

As atividades da ocupação voltavam-se a diversas práticas coletivas. Incluíram, desde o início, a organização de uma sopa comunitária em que a comida era preparada e distribuída,

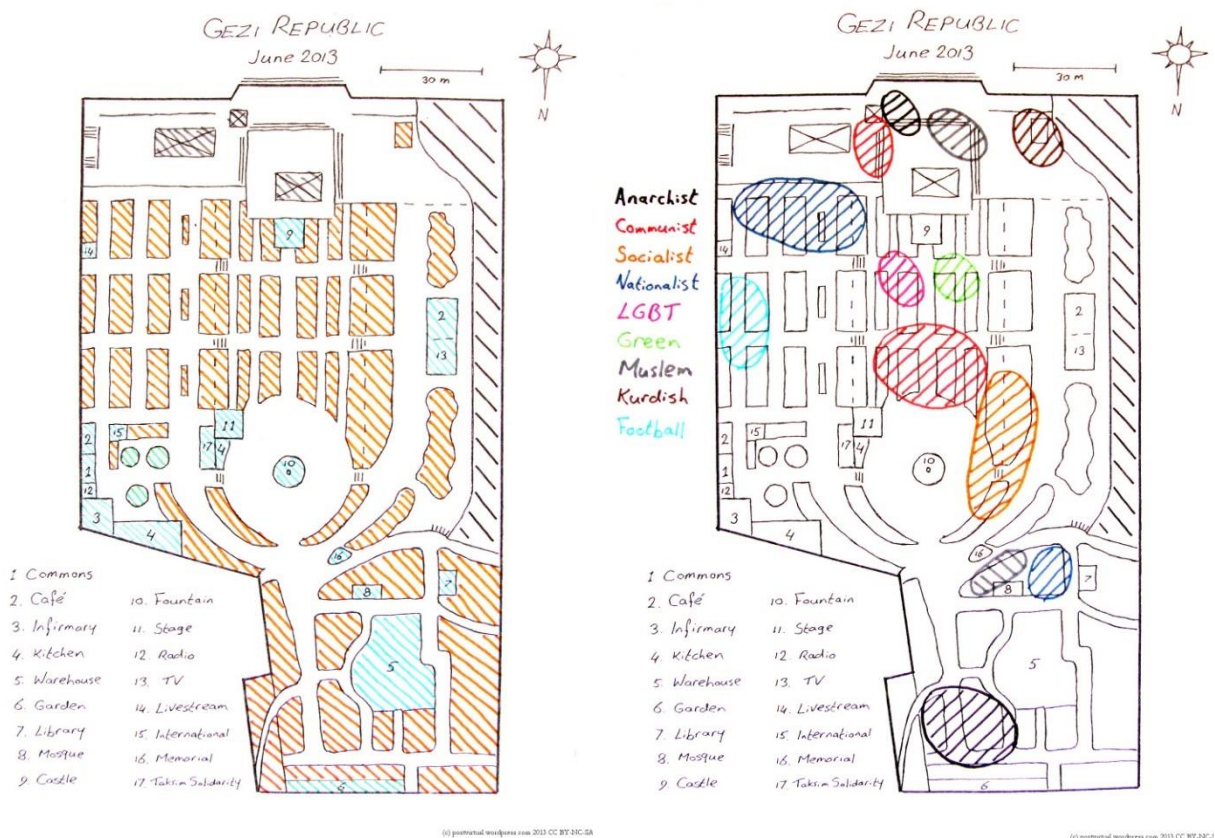
⁷⁹ O *Global Power City Index* de 2018 (MMF, 2018), que compara as maiores cidades do mundo para avaliar seu magnetismo atrator (pessoas, capital e empreendimentos) coloca Istambul em 34º lugar no ranking geral, demonstrando sua importância mundial. Ay e Miraftab (2016) lembram que desde os anos 1980 a cidade passa por transformações que compreendem políticas e projetos de urbanização neoliberal, entre os quais se inclui o projeto da Taksim Gezi. Salientam, ainda, com base em estudos, que entender Istambul como uma cidade global emergente passa por compreender a ampla tendência de transformar megacidades do Sul Global em mercadorias comercializáveis frente à orientação do desenvolvimento global.

⁸⁰ Tradução da autora do original em inglês: “The Gezi movement needs to be understood as citizens’ practices of urban citizenship launched in response to neoliberal aggression and the assault on the public sphere and public spaces—that is, a response to a form of economic, political, and spatial violence that the legal procedures and market-driven planning principles are implicated in” (AY; MIRAFTAB, 2016, p. 2).

⁸¹ Odabaş e Reynolds-Stenson (2017) apontam uma média de idade de 25 anos entre os ocupantes. Os autores destacam que a maioria dos participantes recrutados pelas mídias sociais eram mulheres, possuíam alto grau educacional e baixo nível de filiação a partidos políticos, organizações civis ou organizações não governamentais, embora já tivessem, em sua maioria, participado de algum outro protesto. Pesquisa de Konda (2014) apresenta dados similares: destaca a pluralidade dos agentes, média de 28 anos, alto grau educacional (universitário), baixo nível de filiação a partidos políticos/organizações governamentais (apenas 21,1%).

evoluindo para a organização de uma enfermaria e uma biblioteca comunitária, para a criação de locais de estudo, estação de televisão, parque infantil, jardim botânico, palco de performances, museu revolucionário, árvore de desejos e departamento informal contra incêndio (POSTVIRTUAL, 2013; ORS; TURAN, 2015) (ver Figura 5).

Figura 5 – Mapas da ocupação da Taksim Gezi, Istambul, 2013.



Fonte: PostVirtual (2013).

A moeda foi removida das atividades no parque, sendo incentivadas práticas de intercâmbio e doação. Meios essenciais de subsistência (alimentos e bebidas, cobertores, remédios, máscaras contra gases) e outros (tapetes para ioga, livros, carregadores de celulares, jornais) eram compartilhados, trocados e distribuídos gratuitamente. Através das redes sociais foram incentivados doações e donativos (*gift-giving*), que se tornaram também um meio de ampliar as formas de apoiar o protesto para aqueles que não podiam participar da ocupação do parque (ORS; TURAN, 2015; TAKSIM COMMUNE, 2013). O espaço público se tornou local de interação entre agentes “diferentes” ao mesmo tempo que, a partir dos espaços de convivência e da busca pela autossuficiência do movimento, propiciava explorações de uma construção coletiva, compartilhada.

As relações interpessoais foram marcadas pelo pluralismo e pelos laços fracos, que deram origem a um rico capital social do tipo *bridging* (ponte). Esse trouxe alto potencial de inovação, facilmente identificada a partir das práticas criativas coletivas e performáticas usadas pelo movimento. A adoção de uma estrutura que tende à rizomática, sem que existam lideranças claras, é percebida nas práticas horizontais do grupo. A horizontalidade das relações sociais se tornou uma prática comum entre os integrantes da ocupação, com a coordenação sendo exercida pelos próprios participantes a partir da exploração de novos modos (práticas de discussão compartilhada em assembleias no parque e na internet etc.) (VATIKIOTIS YORUK, 2016).

Assim como em outros movimentos recentes e em resposta à mídia local tradicional, que muitas vezes não questiona as propostas hegemônicas, o movimento fez amplo uso de recursos midiáticos sociais digitais (em especial Facebook, Twitter, Tumblr, Vine), usados para difundir ideias, práticas, protestos e para denunciar a violência policial⁸². Assim, embora o *locus* (geográfico e simbólico) dos protestos fosse o parque Gezi, o movimento gerou, em poucos dias, uma série de protestos simultâneos em múltiplas cidades da Turquia. Em seguida, a solidariedade se espalhou por outros países (gerando manifestações coletivas de apoio na Grécia, Brasil, Austrália, França, Alemanha, Rússia, Holanda etc.) (ORS; TURAN, 2015; OCCUPYNEWS, 2014). Desta forma, o movimento envolveu simultaneamente escalas transnacionais, articulando agentes e impulsionando redes de solidariedade ao mesmo.

As táticas de ação usadas no movimento foram marcadas especialmente pelo uso de espaços inventados e de ativismos insurgentes para reivindicar e acessar de forma tangível o direito à cidade e a seus espaços públicos. Essas incluíram também o uso de espaços convidados (instâncias legais/processos judiciais em etapas anteriores à ocupação). A mobilização política ocorreu no território (ocupação de setores do parque) e no espaço digital (através de redes sociais e mídias digitais). Assim, os agentes combinaram práticas fazendo uso do que consideram melhor para cada situação, tentando estabelecer formas de pressão sobre o Estado e outras instâncias de poder.

Na ocupação, workshops, concertos musicais, recitais de poemas, teatro, dança, aulas de ioga, dervixes rodopiantes etc., fizeram parte do programa de atividades realizadas, durante o dia e a noite (ORS; TURAN, 2015). Práticas discursivas e protestos foram usados para suscitar visões alternativas de democracia (VATIKIOTIS YORUK, 2016). Mídias sociais disseminavam rapidamente slogans com alta criatividade de humor político, sendo transformados em canções (ORS; TURAN, 2015). Práticas criativas e performáticas, fazendo

⁸² Vatikiotis; Yoruk (2016) apontam, por exemplo, que entre 29 de maio de 2013 e 10 de junho de 2013 o uso diário do Twitter na Turquia cresceu de 1.8 para 10 milhões.

uso de simbolismos e resgate da memória, foram também foco importante de ação, sendo fundamentais para criar ancoragem ao contexto local (ver Anexo B).

Ay e Miraftab (2016) destacam a importância dessas “práticas espaciais criativas” para ajudar a desestabilizar o senso comum do desenvolvimento urbano, abrindo espaço para que os cidadãos possam imaginar novas possibilidades ao pensar o planejamento do espaço. Entre essas práticas de resistência e manifestações pacíficas inovadoras usadas no movimento os autores destacam: a) o Piano Resistente [*The Resisting Piano*], b) o Homem de pé [*Duran adam/ Standing man*] e c) a Mesa na Terra [*Table on Earth*].

O “Piano Resistente” é um exemplo da solidariedade internacional formada em torno do movimento. Algumas semanas após do início da ocupação (que ocorreu em 13 de junho) e dois dias depois de uma ação violenta da polícia, o pianista alemão Davide Martello iniciou uma performance musical que durou 14 horas reunindo cerca de 1.500 pessoas para assisti-lo. O final o recital transformou-se em um “espaço aberto” envolvendo outros músicos, artistas e integrantes do público que passaram a tocar canções. No dia seguinte a prática ultrapassou os limites do parque se estendeu à praça Taksim. Frente a repressão policial ao pianista, o ato acabou por atrair novos apoiadores ao movimento⁸³. Tornou-se também um símbolo pacífico de “transgressão da ordem simbólica” (AY; MIRAFTAB, 2016), contribuindo para uma memória coletiva de solidariedade (transnacional).

Figura 6 – Performances realizadas durante a ocupação da Taksim Gezi



Protesto silencioso Homem de Pé (*Duran adam / Standing man*). Fonte: Twitter Occupy Gezi News. Disponível em:

<https://twitter.com/OccupyGeziNews/status/347009065601339392>



Mesa na Terra (*Table on Earth*). Fonte: Creative Commons. Imagem: Xalphas. Licença: CC BY-NC-SA 2.0 Disponível em:

<https://ccsearch.creativecommons.org/photos/8635b44c-3f8a-43bc-9143-9098c47a05c0>

⁸³ O fato foi internacionalmente notificado em jornais como Independente e The New York Times (Hall (2013) – <https://www.independent.co.uk/news/world/europe/turkey-protests-the-peace-pianist-trying-to-bring-calm-to-taksim-square-8656968.html>]; Arsu (2013) – <https://www.nytimes.com/2013/06/15/arts/music/music-in-istanbul-is-intermission-for-a-protest.html>]; DONETSK (2014) – <http://www.hurriyetdailynews.com/peace-pianist-martello-pops-up-in-ukraine-months-after-surprise-gezi-protest-concert-65372>).

Alguns dias depois, a prática performática do “O Homem de Pé” (Figura 6), evocou a memória coletiva em relação ao passado (de oposição ao governo) e desafiou o *status quo* de seu país⁸⁴. Iniciou-se (18 de junho de 2013), quando o artista Erdem Gunduz começou um protesto pouco convencional, apenas ficando de pé por oito horas seguidas (parado, com as mãos nos bolsos e em silêncio voltado para a imagem de Atatürk⁸⁵), na praça Taksim, marco zero da ocupação. Em apenas algumas horas novas centenas de manifestantes se juntaram ao ato, a notícia se expandiu pelas mídias sociais e atingiu diferentes partes do mundo com cidadãos atuando de modo semelhante em solidariedade (França, Alemanha, Rússia, Holanda etc.⁸⁶). Esse ato de resistência silenciosa (“estou aqui”/“ainda estou aqui”) se opôs ao governo, desafiando a determinação de esvaziar a área, ao mesmo tempo em que deixava a polícia sem saber como lidar com a manifestação, uma vez que essa se constituía apenas de uma massa passiva de pessoas em pé (AY; MIRAFTAB, 2016).

Posteriormente, cerca de um mês do início da ocupação, “A Mesa na Terra” (9 de julho) foi a tática usada pelo movimento para manter o protesto durante o período do Ramadan, que se iniciava. Uma chamada pública de diversos grupos religiosos convidou pessoas a ocupar uma das principais ruas de Istambul (Istiklal) para quebrar o jejum com uma mesa coletiva organizada sobre os trilhos do bonde (ver Figura 6).

Essas três manifestações são descritas por Ay e Miraftab (2016, p.2) como “práticas insurgentes eficazes de cidadania”, pois provocam a reflexão sobre o desenvolvimento urbano, seja através da proposição de cenários alternativos ou da defesa de espaços contra agressivos projetos de desenvolvimento urbano. O espaço público passa a ser novamente o protagonista do encontro e da solidariedade, local de manifestação física e política da coletividade, que o usa, defende e o ressignifica. Essas práticas mostram também formas de apropriação do território em disputa. Os ativismos performáticos funcionaram, assim, como impulsionadores de vontades coletivas de defesa do território, contra interesses articulados de grupos hegemônicos (Estado-capital).

O legado do Movimento *Occupy Taksim Gezi*, possui assim diferentes aspectos políticos de insurgência. Em primeiro lugar, inclui dar visibilidade a processos de transformação urbana voltados a atender interesses do capital, bem como o enriquecimento e capacitação de cidadãos em prol de processos democráticos (tomadas de decisão consensual, assembleias descentralizadas, redes de ajuda mútua) (VATIKIOTIS; YORUK,

⁸⁴Ver: Seuymour (2013) – https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/jun/18/turkey-standing-man?CMP=tw_t_gu&fbclid=IwAR0_Mxtpx0QCckrZ2juwRwK0purdn4oJtB_AB5IPYQkrqJ2MPxIzLwfRps; Lazare (2014) – <https://www.commondreams.org/news/2013/06/18/standing-man-silent-protest-sweeps-turkey>.

⁸⁵ Considerado pai da nação e do estado moderno da Turquia (AY, MIRAFTAB, 2016).

⁸⁶ Ver Twitter: OccupyNews (2014) – <https://twitter.com/search?q=%23duranadam%20lang%3Aen&src=typd> e <https://twitter.com/hashtag/StandingMan?src=hash>

2016). Em segundo lugar, diz respeito ao pluralismo da ação coletiva que foi capaz de superar preconceitos (ACAR; ULUĞ, 2016) unindo grupos bastante diferentes na busca de visões alternativas para o futuro da cidade; à construção de memórias coletivas de solidariedade que ultrapassaram a escala local e nacional. Por fim, destaca-se a influência que essa experiência teve na criação de novos movimentos sociais locais⁸⁷ e internacionais, como o Movimento Ocupe Estelita que se discutirá posteriormente.

4.1.2. A FEDERAÇÃO DE PESSOAS DESABRIGADAS DAS FILIPINAS – HPFP: PLANEJAMENTO AUTÔNOMO, INSURGÊNCIAS E COLABORAÇÃO CRÍTICA PARA SUPERAÇÃO DA POBREZA

A superação da pobreza e a melhoria das condições de vida em áreas urbanas precárias são questões que atingem diversos países em desenvolvimento. Nas Filipinas, essa é uma das temáticas com as quais organizações e grupos da sociedade civil têm se envolvido, nas últimas décadas⁸⁸, de forma a influenciar o planejamento do território. A Federação de Pessoas Desabrigadas das Filipinas (*Homeless People's Federation Philippines* – HPFP) é uma das instituições que atuam em prol dessas questões no país.

A HPFP é uma federação de base comunitária que engloba comunidades de baixa renda, voltando-se para a criação de mecanismos de superação de vulnerabilidades financeiras, melhoria de condições de moradia, vida e infraestrutura em assentamentos precários (VMSDFI, 2001; YU; KARAOS, 2004; UN-HABITAT & CITIES ALLIANCE, 2006; DODMAN; MITLIN; RAYOS CO, 2009; IBABAO, 2013).

As Filipinas, país arquipélago no leste da Ásia, teve uma história de urbanização acelerada nos últimos vinte anos, o que gerou, semelhantemente a diversos outros países do Sul Global, um cenário urbano de acentuada exclusão social e significativo número de assentamentos informais⁸⁹. Em 2015, sua população era de 100.98 milhões e 21,6% dessa vivia em situação de pobreza (PHILIPPINE STATISTICS AUTHORITY, 2015).

⁸⁷ Odabaş; Reynolds-Stenson (2017) destacam movimentos influenciados pela Taksim – Gezi, como “Oy ve Ötesi” (Voar e Além), que criou mecanismos de vigilância de eleições gerais; *Kuzey Ormanları Savunması* (Defesa das Florestas do Norte), grupo voltado à aumentar a consciência sobre implicações causadas pela construção de uma terceira ponte sobre o Bósforo; e *Yeldeğirmeni* (Moinho de Vento), projeto voltado a criação de um espaço público em uma área ocupada (edifício de apartamentos cuja obra estava parada há 20 anos).

⁸⁸ Ibabao (2013), por exemplo, estuda três grupos da sociedade civil voltados à superação da pobreza, à moradia social e à melhoria de assentamentos precários.

⁸⁹ Formada por 7.107 ilhas, localiza-se em uma das regiões do mundo que se urbaniza mais rapidamente (BAKER; GADGIL, 2017). O país, de alta riqueza multicultural (156 línguas naturais), tem uma história que inclui um passado de colonização espanhola, japonesa e norte americana (IBABAO, 2013; BAKER; GADGIL, 2017). Se tornou uma democracia a partir de 1986 (restaurada por uma revolução popular). Ibabao (2013) descreve a estrutura administrativa cujo regime presidencialista é organizado em três níveis abaixo do governo nacional: as províncias, divididas em municipalidades e cidades componentes, que são então subdivididos nas menores unidades políticas, as barangays (aldeias). Cada nível de governo menor tem executivos locais (prefeitos e governadores) e membros

A pobreza urbana das Filipinas se manifesta na proliferação de favelas e assentamentos informais, inclui famílias que não possuem moradias e aquelas cuja renda está abaixo do teto mínimo estipulado pelo governo (IBABAO, 2013)⁹⁰. O principal determinante da carência habitacional e da insegurança no país é a dificuldade de acesso a terra urbana, cujos preços crescem aceleradamente nas principais cidades (YU; KARAOS, 2004; TEODORO; RAYOS CO, 2009). Além disso, o país é vulnerável a uma série de desastres naturais (incluindo terremotos, erupções vulcânicas, tufões, tempestades e enchentes) que causam sérios impactos e deixam particularmente vulneráveis famílias de menor renda residentes em áreas precárias⁹¹.

Relatório elaborado para a Habitat III (HUDCC, 2016)⁹² apontou que, no país, a participação de grupos da população no desenvolvimento urbano (melhoria da infraestrutura urbana, planejamento local ou facilitação de crédito) foi ampliada através da criação de ONGs, provenientes de setores comercial, religioso, ambiental ou de integrantes de assentamentos informais e de outras organizações de base. Isso está relacionado às oportunidades do país, cuja legislação e descentralização política, a partir de 1991⁹³, deu força à participação dessas organizações na governança municipal e de bairro (ORBISTA, 2012; IBABAO, 2013). Como consequência, por exemplo, o sistema governamental de acesso ao crédito passou a exigir a organização das pessoas em associações de proprietários ou outros tipos de entidades comunitárias (HUDCC, 2016) como pré-requisito para acesso a alguns programas (ex. Programa Hipotecário Comunitário). Ao mesmo tempo, desde o final da década de 1980, o governo Filipino definiu seu papel como “facilitador” da habitação (ou invés de provedor), o que também abriu espaço para que essas organizações se engajassem nos processos voltados a apoiar grupos de menor renda (YU; KARAOS, 2004), como o que se vê como no estudo da HPFP.

A Federação de Pessoas Desabrigadas funciona como uma rede nacional que atua nas três maiores regiões do país (Luzon, Visayas e Mindanao). Reúne cerca de 200 organizações comunitárias de baixa renda e grupos de poupança com o objetivo de buscar

legislativos próprios eleitos pelos constituintes para mandados de seis anos (IBABAO, 2013). A autora destaca ainda que a descentralização do sistema administrativo ampliou responsabilidades e recursos dos governos locais.

⁹⁰ Entre os quais existem assentamentos superlotados com carência de infraestrutura, precariedade de acesso a serviços de qualidade, insegurança da posse e moradias em situações de risco (IBABAO, 2013). Ibabao (2013) destaca ainda a manifestação da pobreza nos setores informais de trabalho, que chega a alcançar mais de 50% da força de trabalho em muitas cidades Asiáticas, e que correspondia em 2008, nas Filipinas, a mais de 10.5 milhões de operadores (autônomos e empregadores em fazendas familiares ou empresas) (IBABAO, 2013).

⁹¹ Dodman; Mitlin e Rayos Co (2009) apontam que relatório do Bando Mundial de 2004 estimava perdas econômicas de aproximadamente US\$500 milhões para o país como resultado de desastres naturais.

⁹² Relatório elaborado para a participação do país na Terceira Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos, Habitat III, realizada em Quito em 2016.

⁹³ O Código do Governo Local de 1991, foi aprovado como exigência da Constituição de 1987, e foi a primeira lei que definiu a participação de ONGs na estrutura do governo local, dando mais espaço para se fosse ampliada a participação de grupos da sociedade civil no sistema político local (ORBISTA, 2012; IBABAO, 2013).

soluções para enfrentar problemas relacionados à segurança da posse/ acesso à moradia, melhoria dos assentamentos (infraestrutura, moradias) e aumento do *status* econômico de seus membros (condições de renda, acesso à saúde e crédito acessível) (VMSDFI, 2001; YU; KARAOS, 2004; UN-HABITAT & CITIES ALLIANCE, 2006; DODMAN; MITLIN; RAYOS CO, 2009; IBABAO, 2013). A HPFP tem uma forte ênfase no uso de programas de poupança e financiamento gerenciados pelos próprios membros e no uso de processos liderados pelas comunidades envolvidas. Busca, assim, auxiliar a redução da pobreza e a emancipação das famílias que integram a rede, unindo-as em prol de objetivos comuns.

A Federação foi formalmente estabelecida em 1998 com o suporte de organização comunitária de base religiosa, a Fundação de Desenvolvimento dos Missionários Vicentinos (*Vincentian Missionaries Social Development Foundation – VMSDFI*), e surgiu como uma alternativa para agrupar iniciativas de grupos menores relacionadas à segurança da posse da terra urbana, fortalecendo-as e ampliando o êxito de suas ações ao reuni-las⁹⁴ (VMSDFI, 2001; UN-HABITAT & CITIES ALLIANCE, 2006). A HPFP foi formada por grupos diversos (novos, seculares, alguns religiosos, mini-federações de direito próprio) que possuíam em comum programas de poupança/crédito como estratégia maior para melhorar meios de subsistência, fortalecer comunidades e assegurar a segurança da terra e da moradia (VMSDFI, 2001; UN-HABITAT & CITIES ALLIANCE, 2006). Em poucos anos já auxiliava elevado número de famílias e mobilizava expressivos recursos financeiros arrecadados por seus membros. Em 2001, possuía mais de 20.000 famílias membros envolvidas em ações de desenvolvimento de moradias (negociação de terras, formação de associações de proprietários, identificação de locais para construção) e crédito (VMSDFI, 2001). Ao final de 2002 tinha 39.000 membros, mobilizando uma poupança de aproximadamente U\$\$ 700.000 (YU; KARAOS, 2004).

A estrutura da HPFP é organizada em três níveis: âmbito local, regional e nacional⁹⁵. Embora exista uma estrutura vertical com funções claramente distribuídas, a análise das ações realizadas no âmbito das esferas dos centros inferiores parece indicar que nesse nível existem práticas que tendem a serem mais complementares, o que é também reforçado pelo discurso das comunidades que compartilham experiências dentro da Federação. A Federação

⁹⁴ Embora relatório da *UN-Habitat* (UN-HABITAT & CITIES ALLIANCE, 2006) aponte que atividades com suporte da VMSDFI já existiam em 1992, antes da HPFP, tratavam-se de fundos independentes de poupança voltados à segurança da posse. No final de 1997, com o suporte da VMSDFI, ONG parceira da HPFP, formaram-se laços mais fortes entre grupos localizados em dez cidades (grupos que possuíam até aquele momento estratégias, estruturas operacionais e estilos diversos) (VMSDFI, 2001; UN-HABITAT & CITIES ALLIANCE, 2006).

⁹⁵ Os níveis local, regional e nacional são: 1) Centros de Recursos de Área de base comunitária (ARCs) – diversos centros locais que recebem os recursos coletados, mantem seus registros e gerenciam as atividades de poupança e empréstimo. Regionalmente são interligados através dos 2) Escritórios Regionais em Luzon (2), Visayas (2) e Mindanao (2) – prestam suporte técnico aos escritórios comunitários (aspectos econômico, procedimentos de aquisição de terras, participação em conselhos locais de desenvolvimento e consolidam relatórios financeiros); e 3) Gabinete Nacional – coordena tarefas nacionais e apoia atividades regionais (UN-HABITAT & CITIES ALLIANCE, 2006; IBABAO, 2013)

conecta organizações comunitárias atuantes em diferentes partes do país, o que possibilita que sejam compartilhadas iniciativas e criados espaços para que as conquistas de uma comunidade possam influenciar outras, ampliando, assim, as possibilidades de aprendizagem de um grupo com a luta de outro. Como expressa VMSDFI (2001, p. 76) “o avanço de uma cidade pertence a toda a federação e a luta de uma cidade se torna uma oportunidade de aprendizagem para grupos em todo o país”⁹⁶.

Existe um interesse comum em todos que participam da Federação (fundos de poupança/crédito a juros baixos), porém diferentes programas e parcerias com outras instituições podem ser criados conforme cada região (VMSDFI, 2001; IBABAO, 2013). Assim, a Federação articula uma rede de apoio que abrange diversas instituições locais, nacionais e internacionais, originando tanto parcerias quanto buscando acesso a recursos (doações, acordos de financiamento bilaterais ou multilaterais). No âmbito regional/nacional, vê-se parcerias com (IBABAO, 2013): universidades⁹⁷; outras federações urbanas voltadas ao suporte a famílias afetadas por desastres naturais⁹⁸; e outras organizações locais/regionais voltadas ao suporte da população de baixa renda⁹⁹.

Internacionalmente desenvolvem parcerias com: a) organizações como *Slum/Shack Dwellers International* (SDI)¹⁰⁰; a Coalizão Asiática pelos Direitos à Moradia (ACHR)¹⁰¹; e a *Homeless International* (HI); com b) agências de desenvolvimento – como o *Misereor-Germany*; com c) instituições multilaterais – como o Banco Mundial/Aliança de Cidades - WB/CA; o Banco Asiático de Desenvolvimento/Fundo do Japão para Redução da Pobreza - ADB/JFPR; e com d) agências governamentais – como o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) e a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da Suécia VMSDFI, 2001; IBABAO, 2013).

Ao mesmo tempo, existe uma ênfase em ações de cooperação crítica com instâncias locais, regionais, federais de governo, entre as quais se pode citar como exemplos:

⁹⁶ Tradução da autora do original em inglês: “one city’s breakthrough belongs to the whole federation and one city’s struggle becomes a learning opportunity for groups around the country” (VMSDFI, 2001, p. 76).

⁹⁷ Parceria com a Universidade das Filipinas Visayas, em Iloilo, através de estágios comunitários de alunos de informática, desenvolve processos de criação de bancos de dados, codificação, validação e edição de dados coletados em entrevistas com comunidades (IBABAO, 2013).

⁹⁸ Ibabao (2013) destaca por exemplo parceria com a Rede Pobre Urbana de Iloilo (*Iloilo City Urban Poor Network* - ICUPN), que por ter forte relação com o prefeito da cidade, possibilita tanto a ampliação da rede de suporte às famílias quanto estreita a articulação com a instância local de governo.

⁹⁹ Parceria com a organização Ação Filipina para Iniciativas de Abrigo Orientadas pela Comunidade (*Philippine Action for Community-led Shelter Initiatives* - PACSII), ONG nacional que provê serviços técnicos relacionados a terra e habitação, conduz pesquisas e auxilia na captação de recursos. Em conjunto, HPFH e PACSII criaram mecanismos de financiamento e de assistência técnica comunitários para financiar investimentos que não podiam ser apoiados por financiamento institucional (YU, KARAOS, 2004; IBABAO, 2013).

¹⁰⁰ Provê suporte financeiro de mapeamentos e pesquisas, auxilia na elaboração de ferramentas de pesquisa, na orientação de equipes, na codificação, análise, validação e publicação de dados (IBABAO, 2013).

¹⁰¹ Através de ações de intercâmbio possibilitam a visita de líderes comunitários a iniciativas lideradas por comunidades na Índia, Tailândia, Sri Lanka, Paquistão, Camboja, Nepal, Indonésia, Egito, África do Sul e Zimbábue. (VMSDFI, 2001), criando uma rede de solidariedade internacional.

a) participação em reuniões com governo nacional para discutir propostas sobre aquisição de terras e ideias para habitação, garantindo o apoio presidencial para o Fundo de Desenvolvimento Pobre Urbano (VMSDFI, 2001);

b) colaboração com o governo nacional – líderes comunitários e membros do *Housing and Urban Development Coordinating Council* (HUDCC) para identificar áreas públicas (diversas cidades) que pudessem ser usadas para produção de habitação social e discutir programas governamentais de financiamento (VMSDFI, 2001);

c) documento firmado coletivamente (entre a HPFP, Presidente, Secretario do HUDCC, UNCHS, ONGs locais e Liga dos Prefeitos) que incluía diversas iniciativas em prol da melhoria da questão da moradia (disponibilização de terra, regularização fundiária, fundos de recursos, descentralização de programas de financiamento para baixa renda). (VMSDFI, 2001);

d) ações de co-produção e parcerias com instâncias menores de governo – mapeamentos e contagens desenvolvidos com o apoio do governo municipal, co-produção para prestação de serviços em assentamentos precários, ações conjuntas em projetos de reassentamento e programas de poupança com os quais também colaboram outras agências governamentais (YU, KARAOS, 2004; IBABAO, 2013).

Considerando a dificuldade de acesso à terra e a carência de acesso a recursos financeiros como problemas fundamentais das populações de menor renda no país, a HPFP desenvolve também práticas diversificadas para auxiliar as comunidades a enfrentar essas situações. Suas táticas principais são (YU; KARAOS, 2004; IBABAO, 2013):

a) mobilização comunitária – através de atividades de intercâmbio (viagens para troca de experiências entre comunidades), empoderamento e capacitação das comunidades;

b) mecanismos financeiros – poupanças (compulsórias e voluntárias) e fundos de financiamento gerenciados pelas comunidades (voltados à aquisição de terrenos, melhorias habitacionais, promoção de pequenos empreendimentos, seguro saúde, auxílio funeral);

c) criação de redes ampliadas – parcerias em prol da segurança da posse, captação de recursos, criação de opções alternativas para acesso à terra e moradia – essas incluem parcerias com outras instituições locais, nacionais e internacionais (ONGs, agências de financiamento, etc); colaboração com esferas governamentais (do nível local ao nacional); participação em esferas públicas (conselhos municipais, nacionais, gabinetes);

d) estratégias de projeto/desenho e suporte à habitação – desenvolvimento de projetos voltados a reduzir o custo de habitação, criação de layouts adequados às famílias, oficinas de

desenho de moradias, exposições de casas modelo, intercâmbios e capacitações para construção habitacional;

e) realização de mapeamentos e pesquisas voltados à compreensão da realidade e das possibilidades de projeto, bem como para a dar visibilidade às comunidades em situação de alto risco – mapeamento de assentamentos, de terrenos desocupados públicos e privados passíveis a serem usados para habitação; pesquisa de registros de propriedade; análise de aspectos legais, de processos de aquisição de terras e de programas de financiamento existentes; pesquisa de registros de propriedade e levantamento de terrenos públicos passíveis a serem usados para habitação (voltados a chamar a atenção do público para os problemas das comunidades de alto risco e ampliar oportunidades de diálogo com funcionários do governo e outras instituições).

O Apêndice I apresenta os projetos, táticas e atividades desenvolvidos pela HPFP, correlacionando-as com os objetivos e resultados alcançados. Sua análise demonstra que há uma forte ênfase em atividades e programas destinados à redução da vulnerabilidade econômica e social e voltados ao empoderamento das comunidades, seja através de fundos de poupança e acesso a financiamentos, da melhoria de assentamentos e moradias ou do suporte à capacitação e à organização comunitária dos grupos. Os programas, assim, se voltam tanto ao suporte do dia-a-dia como se articulam ao planejamento de longo prazo.

Em relação aos mecanismos financeiros utilizados pela HPFP, cabe salientar que estes são gerenciados pelas próprias comunidades. Os fundos de poupança e financiamento disponibilizados se destinam a diversas categorias, possibilitando tanto auxiliar ações temporárias e imediatas (auxílio funeral e saúde, recursos para construção de moradias temporárias) quanto se relacionam ao planejamento de longo prazo (compra de terrenos, melhoria de assentamentos precários). Esses mecanismos ampliam o dinheiro que circula na economia da vizinhança (ajuda na construção de casas, a iniciar pequenos negócios, a pagar gastos de saúde, contas e a gerar mais riqueza para os assentamentos) e também abrem novas possibilidades de negociações com o Estado e outros agentes, pois demonstram a capacidade organizacional de um segmento social muitas vezes desprezado pela sua condição de vulnerabilidade. Assim, mecanismos sociais que impulsionam a rede dessas comunidades; das quais acabam por emergir parcerias, sistemas de apoio e aprendizagem contínua permitindo aos grupos desenvolver habilidades de gerenciamento coletivo que esses vão precisar para atuar em projetos de maior escala no futuro (VMSDFI, 2001; YU; KARAOS, 2004).

Ao mesmo tempo, esses fundos demonstram uma estratégia proativa frente a problemas concretos que afetam as comunidades de baixa renda¹⁰². Em alguns casos, como o governo não possui sistemas de financiamento voltados a pessoas que não possuem uma renda fixa, a HPFP atuou ocupando esse espaço e oferecendo oportunidades com foco nesses grupos da população. O *Urban Poor Development Fund* (UPDF), por exemplo, auxilia comunidades que querem fazer uma poupança para compra de terra ou financiar requerimentos documentais necessários nesse processo. Estratégias de desenho também contribuem para dar respostas proativas ao problema da habitação, o que se observa quando desenvolvem feiras de casas modelo, discussões sobre o projeto de unidades habitacionais ou promovem oficinas de capacitação para construção habitacional.

Assim, algumas ações buscam não apenas dar respostas aos problemas, mas também servem como potenciais catalisadoras de novas articulações. Programas de suporte a famílias afetadas por desastres naturais, mapeamentos e pesquisas, por exemplo, atraíram o interesse do Estado, possibilitando o desenvolvimento de atividades de co-produção e permitindo o envolvimento posterior da HPFP em projetos mais amplos, como ressalta Ibabao (2013). Colaboração com governos locais em projetos de reassentamento abriram espaço para discutir a formulação de diretrizes nacionais em relação a processos de reassentamento (YU, KARAOS, 2004). Nesse caso, ao propor políticas financeiras e de gerenciamento comunitário e ao auxiliar comunidades a se auto gerenciarem, a HPFP contribuiu para a discussão sobre os papéis que cada uma das partes (comunidades – Estado) pode ter nesses processos de reassentamento. As parcerias com o Estado são entendidas pelos membros da organização como fundamentais, visto que muitos assentamentos estão localizados em áreas irregulares que vão demandar reconhecimento dos parâmetros urbanísticos (YU; KARAOS, 2004; IBABAO, 2013).

A análise da atuação da HPFP permite compreender que essa age através de espaços formais (convitados), mas não se limita a estes e inventa novos canais. Ibabao (2013) descreve de forma detalhada a atuação da Federação na região de Iloilo e destaca que em relação ao Estado, essa atua tanto através de táticas oposicionais quanto a partir de ações colaborativas, optando por uma ou outra conforme o contexto.

Assim, desenvolvem processos colaborativos de: a) entrega de serviços estatais usando meios formais e consultas formais, co-produzindo serviços com o Estado possibilitados através de acordos formais (contratos, memorandos – que permitem também que ambas as partes especifiquem seus papéis, ex. mapeamentos, pesquisas, participação

¹⁰² Com menos de cinco anos de funcionamento a HPFP tinha arrecadado cerca de U\$ 700.000 com os fundos de poupança e aproximadamente U\$ 1.7 milhões de outros investidores (entre esses agencias multilaterais que contribuem com cerca de 60%, governo nacional - 15% e agencias doadoras - 15%) (YU; KARAOS, 2004).

em discussões sobre políticas); ou através de b) programas/atividades/serviços/criação de conhecimento usando recursos não estatais e meios informais, quando realizam ações colaborativas ou independentes, que não são oposicionais ao Estado mas que de certa forma desafiam seu papel pela sua “não ação” (criação de sistemas de financiamento para aqueles que não tem acesso aos programas disponibilizados pelo Estado, promovendo discussões alternativas, em relação àquelas propostas pelo Estado no que se refere a moradias e materiais pois essas são mais adequadas as comunidades; iniciar mapeamentos e pesquisas para forçar o envolvimento posterior do Estado) (IBABAO, 2013).

Os processos de oposição, por sua vez, são seletivos (contra programas e políticas específicos), não representam estratégias “anti-Estado”, mas ocorrem dentro das estruturas reconhecidas oficialmente. Esses ocorrem em: c) oposição a programas ou metas estaduais usando meios informais, mas dentro da estrutura reconhecida pelo Estado (manifestações, negociações e petições contrárias a determinadas políticas). Entretanto, há uma preocupação em relação a esta oposição. Membros do grupo entrevistados por Ibabao (2013) relatam que os escritórios centrais da Federação desaconselham que se usem táticas de confronto direto (protestos, passeatas), pois entendem que esses não necessariamente aumentam as possibilidades de se atingir resultados transformadores (ao invés de apenas oposicionais) (IBABAO, 2013). Optam, assim, por dar ênfase a criar e manter parcerias com o Estado, para com isso ampliar seu poder de reconhecimento e negociação frente a este, ao mesmo tempo em que buscam, através de outros canais, o empoderamento das comunidades. Membros da HPFP ressaltam que preferem, portanto, investir em atividades educacionais, modelos de habitação alternativos e criação de fundos próprios de financiamento acreditando que estas práticas têm maior poder de desafiar o *status-quo* e, assim, acarretar transformações futuras mais significativas (IBABAO, 2013). Seu desacordo é expresso também quando promovem d) oposição a alguns programas ou metas do Estado usando meios formais (ex. utilizando espaços formais de consulta, sua atuação nos Conselhos públicos, apoiando outros grupos que tomam posições mais fortes contra o Estado em situações específicas).

Yu e Karaos (2004) destacam que esta forma de atuação vem do entendimento que a HPFP possui em relação a rigidez dos processos formais associados às instâncias de governo. Assim, ao mesmo em que exploram possibilidades, flexibilidades e capacidades rudimentares dos assentamentos informais criam pontes entre as duas realidades por meio de processos simplificados, custos acessíveis e padrões apropriados às comunidades atendidas (YU; KARAOS, 2004). Se por um lado atuam para mudar leis e as políticas e buscam influenciar o processo formal, agem também de forma independente para empoderar as comunidades e construir relações entre os grupos buscando introduzir mais flexibilidade nos processos. Assim, reivindicam mudanças em situação à situação a qual foram

submetidos, mas buscam canais que reduzam o conflito direto com o Estado enquanto estrutura de poder. Sua rede de apoiadores, entre esses organismos internacionais com alto reconhecimento, dá expressivo suporte às suas lutas contribuindo para que o Estado seja mais favorável às causas defendidas pelo grupo.

4.1.3. O MOVIMENTO *COORDINADORA NO A LA COSTANERA NORTE / CIUDAD VIVA*, SANTIAGO DO CHILE: ENTRE INSURGÊNCIAS E COLABORAÇÃO CRÍTICA, EXPLORANDO PRÁTICAS COLETIVAS EM DEFESA DO TERRITÓRIO

Ciudad Viva é uma organização de base comunitária de Santiago do Chile, criada nos anos 2000¹⁰³. Sua origem está associada a um grupo comunitário que, na década de 1990, se opôs à implantação da primeira rodovia expressa do país, a *Costanera Norte*. Unidos, retardaram a implementação da rodovia por cinco anos e conquistaram mudanças no projeto final (SEPÚLVEDA, 2000; DUCCI, 2004; SILVA, 2011; SAGARIS, 2009; SAGARIS, 2013). A experiência demonstra como comunidades podem se organizar para influenciar os rumos do planejamento do território, tanto de forma fiscalizadora das ações governamentais quanto propositiva.

As práticas do grupo mostram ainda um processo de evolução ao longo do tempo, ampliando o foco e as temáticas com as quais se envolveram¹⁰⁴. Lake Sagaris, ex-diretora da Organização, estuda, em sua tese de doutorado (SAGARIS, 2013), a atuação e os processos que deram origem ao movimento e destaca o potencial que grupos comunitários têm de fazer uso do conhecimento adquirido através da ação coletiva e do aprendizado gerado por esses processos, para atuar também na proposição de alternativas.

A história da rodovia *Costanera Norte* começou na segunda metade dos anos 1990, quando passaram a ser divulgadas as primeiras notícias sobre seu projeto. Em 1995, o governo Chileno anunciou a construção de autopistas na capital através de um sistema de concessões e lançou o Plano Maestro de transporte que incluía, entre outros, o projeto piloto de construção da *Costanera*, primeira rodovia a ser licitada (QUIJADA et al, 2007). Naquela época, Santiago do Chile possuía uma região metropolitana com 5.4 milhões de habitantes,

¹⁰³ Sagaris (2009) destaca que esse foi o primeiro movimento de cidadãos de maior porte surgido em Santiago após o período da ditadura militar (1973-1990), posteriormente *Ciudad Viva* foi considerada uma das principais organizações comunitárias do país.

¹⁰⁴ De uma atuação inicial mais reativa e parcialmente voltada a defender interesses do próprio grupo, tornou-se uma organização pró-ativa e com foco mais amplo, atuando em prol de: transportes ativos (contribuir para equidade), reciclagem, patrimônio (identidade, memória) e democracia (buscando o empoderamento de grupos de base para que possam afetar decisões em seus territórios) (SAGARIS, 2013; CIUDAD VIVA, 2019).

16,5 milhões de viagens diárias e um sistema de modal que ainda favorecia o transporte público (57%)¹⁰⁵, o que mudaria radicalmente em dez anos¹⁰⁶.

O contexto do Chile nos anos 1990 era de significativas transformações, com ênfase no desenvolvimento da infraestrutura do país e de sua capital Santiago. Um momento pós o regime militar que celebrava o neoliberalismo e cujas metas principais se voltavam a um desenvolvimento liderado pelo mercado, cuja distribuição de recursos e intervenções seria conduzida pelo Estado (enfraquecido frente às pressões do Capital), significando, assim, uma adoção de parcerias público-privadas e um planejamento voltado à dar suporte à construção de infraestrutura de larga escala (como rodovias) e que fortalecia o mercado à participar dos processos (DUCCI, 2004; SILVA, 2011; DELAMAZA et al, 2012). Em relação ao planejamento do momento, Silva (2011) salienta a estratégia de “deliberada improvisação”, na qual o Estado usava seu poder para definir o que, como e quando deveria ser planejado, como se verá a seguir¹⁰⁷.

Inicialmente o projeto da rodovia previa a construção de corredores de ônibus, retirados do projeto, bem como propunha a extensão do sistema do metro, cuja proposta também foi modificada e reduzida (QUIJADA et al, 2007). Focava-se assim, no transporte individual prevendo uma via expressa cujo preço final ultrapassou em muito a estimativa inicial (DUCCI, 2004; SAGARIS, 2013)¹⁰⁸. O projeto, de alcance metropolitano, visava interligar bairros de alta renda no sopé dos Andes (leste), atravessando a região central da cidade (coração cultural/financeiro); e indo até a região Oeste, onde se localizam bairros industriais pobres, aeroporto e a costa (porto principal do Chile e local de concentração de resorts a beira mar) (SILVA, 2011; SAGARIS, 2013). O traçado proposto (de cerca de 30km com três pistas em cada sentido e velocidade de 90-100km/hr) afetava, entre outros, bairros antigos da região central de Santiago: *Providencia, Recoleta e Independencia* (ver Figura 7). Se associava também a interesses políticos buscando alavancar eleitoralmente o então Ministro de Obras Públicas e de Transporte e Telecomunicações¹⁰⁹, Ricardo Lagos, candidato à presidência do país nas eleições dos anos 2000 (SAGARIS, 2009).

¹⁰⁵ Contra 23% para carros e 20% para táxis, coletivos, metrô e outros modos (QUIJADA apud SAGARIS, 2013).

¹⁰⁶ O uso de transporte coletivo foi reduzido para 38% e o uso de veículos individuais sofreu aumento de 40% (QUIJADA et al, 2007).

¹⁰⁷ O autor lembra a fragmentação do aparato de planejamento do Estado. Mudanças no sistema de gestão do país geraram uma diluição e descentralização de responsabilidades em relação a diversas questões políticas/administrativas, entre essas o planejamento; porém, não representaram uma transferência do poder às instancias locais, que se tornaram relevantes, mas tendo pouco poder, agentes políticos e sociais (SILVA, 2011).

¹⁰⁸ Para sua conclusão foram necessárias suplementações financeiras (por parte do governo) em diferentes momentos (DUCCI, 2004; SAGARIS, 2013). Ducci (2004) relata um aumento de mais de 2,7x em relação ao valor inicial para atender demandas da população. Uma obra que, segundo a autora, começou com custo estimado de US\$ 180 milhões e ao final se aproximou dos US\$ 500 milhões.

¹⁰⁹ Ducci (2004) descreve a estrutura governamental chilena relatando que embora o Ministério de Habitação e Urbanismo (Minvu) seja o responsável teórico pelo desenvolvimento urbano, esse possui capacidades bastantes limitadas, assim, o Ministério de Obras Públicas e de Transporte e Telecomunicações (MOPTT) assume posição central uma vez que define as políticas de infraestrutura urbana que acabam por determinar a direção de

Frente à ameaça de implantação do projeto, a partir de 1996, grupos de moradores e comerciários dos bairros *Bellavista* e *La Vega* (comuna Recoleta), *Pedro Valdivia Norte* (comuna *Providencia*) e parte do bairro *Independencia*, alguns com apoio de seus governos locais, decidem se unir para se opor à implantação da rodovia¹¹⁰. Originalmente esses grupos atuaram separadamente, cada um fazendo oposição individual ao projeto, porém logo juntaram-se criando o movimento *Coordinadora NO a la Costanera Norte* (1996), que chegou a englobar cerca de 50 organizações (SAGARIS, 2013b).

A *Coordinadora* agregava uma diversidade de agentes, que possuíam diferenças socioeconômicas, educacionais, ideologias políticas diversas e demandas diferentes. Sagaris (2013b) aponta que o corpo principal do movimento era formado por 12 organizações formalmente constituídas e 10 grupos informais¹¹¹. Integravam o grupo, inicialmente, comunidades de baixa renda do bairro *Independencia* (locatários e proprietários que lutavam para manter suas casas); vendedores de mercado (flores, frutas, verduras) da área do entorno da *Vega-Recoleta* (lutando pela manutenção de seu meio de subsistência e pelo direito de manter seus negócios no principal mercado de Santiago)¹¹²; artistas, intelectuais, moradores e trabalhadores do bairro *Bellavista*¹¹³ (incluindo moradores de baixa renda da *Providencia* e muitos residentes de segunda ou terceira geração a viver na área, cujas preocupações principais se voltavam à preservação do patrimônio arquitetônico, à questão ambiental e à herança reconhecida de um bairro de trabalhadores a ser resgatada frente aos novos negócios que descaracterizavam a área a partir do final dos anos 1980); profissionais de alta renda e moradores do bairro *Pedro de Valdivia Norte* (empenhados na defesa do *Cerro San Cristobal*, maior parque da cidade) (LANFRANCO; QUIJADA, 2004; SAGARIS, 2009; SAGARIS, 2013b). Membros da Faculdade de Arquitetura da Universidade Católica (localizada na área), com o tempo, passaram também a contribuir como conselheiros (SAGARIS, 2013b). Os participantes do grupo possuíam diferenças, mas tinham em comum o fato de, em sua maioria, controlarem horários de trabalho (livres para se reunir quando

¹¹⁰ O Chile é um estado unitário com divisão político-administrativa organizada em 13 regiões (administradas por intendentess nomeados pelo presidente); cada uma dessas é dividida em províncias (governadores indicados pelo executivo) e estas, por sua vez, divididas em comunas (gestor e conselho eleitos pelo voto direto de eleitores registrados no distrito municipal) (CACERES, 2007). A comuna de Providencia, por exemplo, tinha um gestor que se opunha ao governo central e era assessorado por dois respeitadoss urbanistas, desempenhando papel ativo na oposição (demandando detalhes sobre o projeto, contratando independentemente consultoria sobre o impacto ambiental, propondo formas de mitigar os impactos do projeto proposto) (CACERES, 2007; SAGARIS, 2013). Outras comunas se opuseram por um período e posteriormente fizeram negociações com o governo nacional.

¹¹¹ Incluindo: *Junta de Vecinos #13; EcoBella; Comité de Defensa de Recoleta; Comité de Desarrollo de Patronato*; agrupações diversas existentes na área da Vega Central; *Junta de Vecinos de Pedro de Valdivia Norte, #12; Comité de Defensa del Parque Metropolitano; Tirso de Molina* (feira aberta nas margens do rio Mapocho); Vega Chica (bares populares); *Asociación de Comerciantes de la Periferia de la Vega; Asociación de propietarios e locatários de Independencia*, etc (DUCCI, 2000; SEPULVEDA, 2005; SAGARIS, 2013).

¹¹² Alguns desses já haviam passado por processos de remoção de suas bancas visto obras de transformação urbana o que lhes dada uma experiência pregressa para lutar contra o processo atual (SAGARIS, 2013b).

¹¹³ *Bellavista* no passado era uma única jurisdição municipal maior, que ao final do governo Pinochet foi dividida em duas parte: *Recoleta*, com os mercados e altos níveis de pobreza; e *Providencia*, uma elegante comunidade bastante diferente da anterior (SAGARIS, 2013)

necessário) e passavam, em geral, porcentagem significativa do tempo na área, mesmo os vendedores do mercado que criavam seus filhos no mercado junto com filhos de outros comerciários (SAGARIS, 2013).

As comunas *Independencia*, *Recoleta* e *Providencia*, alguns dos bairros mais antigos de Santiago localizados ao norte do rio Mapocho, foram as localidades que envolveram maior quantidade de agentes na oposição à *Costanera* (LANFRANCO; QUIJADA, 2004; SAGARIS, 2013)¹¹⁴. As tradições e a identidade construídas nesses bairros históricos são consideradas por Delamaza (2012) e Sagaris (2013) como fundamentais para influenciar a atuação dessas comunidades. Também a identidade local, a história oral, a sabedoria dos pequenos empreendedores e a criatividade dos artistas e intelectuais são destacados pelos autores como relevantes, não apenas na campanha contra a rodovia, mas na constituição posterior da organização comunitária *Ciudad Viva*.

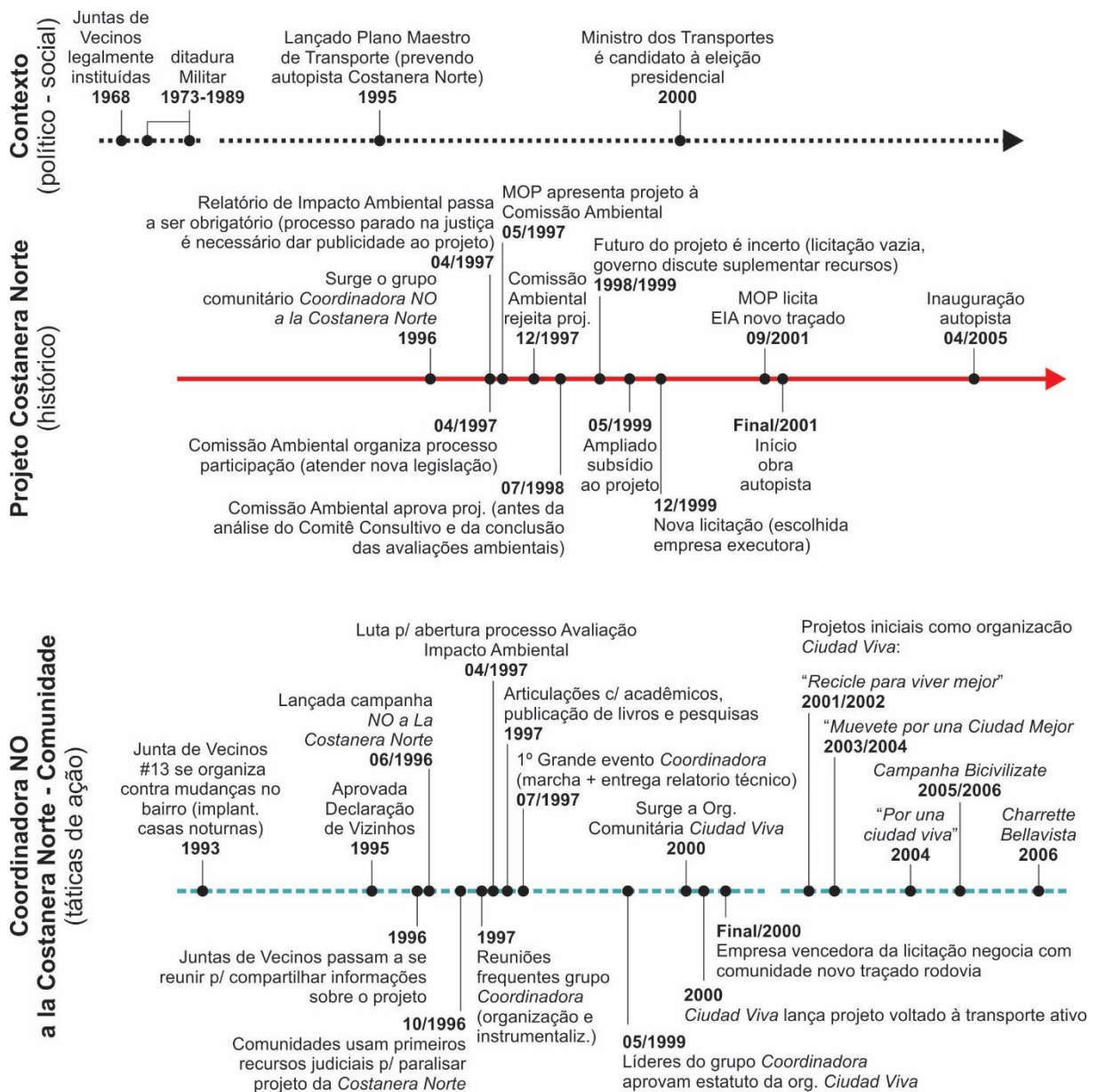
A oposição ao projeto da rodovia durou cerca de cinco anos (1996-2001), durante o qual a *Coordinadora* promoveu diversas atividades para tentar impedir sua implementação. Nesse processo, teve papel relevante regramento implementado no país em 1997, que passou a exigir a realização de estudos de avaliação de impacto ambiental para projetos desse porte (DUCCI, 2004). Assim, ainda em 1997, após a licitação do projeto esse foi temporariamente interrompido pela atuação da comunidade que demandava a realização do estudo ambiental. Em 1998, a obra foi licitada, mas a ausência de empresas interessadas impulsionou o governo a complementar recursos para facilitar a execução do projeto; e ao final de 1999, em nova licitação, foi definida a empresa executora do mesmo (SEPÚLVEDA, 2000; SAGARIS, 2013). As obras da rodovia se iniciam ao final de 2001, sendo inaugurada em 2005. Em 2000, próximo ao desfecho do processo (dado pelo início da obra), um grupo de integrantes do grupo começou a avaliar sua atuação coletiva no movimento contrário à implantação da rodovia e decidiram criar uma organização com uma perspectiva e metas mais amplas, surgia assim a organização *Ciudad Viva*. A Figura 8 apresenta uma linha do tempo.

Sepúlveda (2000) e Sagaris (2013b) analisam os agentes envolvidos no movimento e ressaltam o quanto a diversidade os ajudou a influenciar resultados alcançados coletivamente. Sepúlveda (2000) ressalta as redes sociopolíticas internacionais que o grupo foi capaz de criar e a capacidade de obter recursos humanos qualificados, fundamentais para desenvolver argumentos técnicos para contrapor o projeto. Sagaris (2013), por sua vez, aponta que proprietários de maior poder aquisitivo (líderes de Pedro de Valdivia Norte), eram importantes para convencer outros vizinhos (porta a porta), fornecer recursos financeiros e articular

¹¹⁴ Sagaris (2013) salienta que em alguns dos bairros afetados possuem baixa taxa de veículos por habitante, dada a centralidade da área. Embora existam bairros afetados com altos índices de pobreza, não foram nesses que os cidadãos mais se engajaram na oposição à rodovia (ver SAGARIS, 2013).

relações políticas, comerciantes do mercado da Veja, quando se organizavam, levantavam fundos rapidamente, comunidades de menor renda (*Independencia*), grande parte dos idosos se engajaram ativamente, pois corriam o risco de perder suas casas com pouca ou nenhuma compensação, artistas e intelectuais (*Bellavista*) tinham boas vinculações com instâncias políticas e organizações profissionais e se mostravam muitas vezes flexíveis e abertos para mediar grupos de menor e maior renda.

Figura 8 – Linha do tempo do movimento *Coordinadora No a La Costanera Norte* e origem da organização comunitária *Ciudad Viva*



Elaborado por L. C. Melchioris (2019) com base em Ducci (2000); Sagaris (2013).

Assim, por um lado, a noção do coletivo era reforçada (pela atuação complementar de diversos agentes em prol da mesma causa), mas por outro era reforçada a importância de agentes individuais impulsionadores e catalizadores das demandas coletivas. Embora, ao longo do tempo, diversos agentes e organizações tenham atuado no movimento de forma complementar, destacaram-se líderes locais cuja participação se tornou fundamental no desenvolvimento de diversas ações, seja no convencimento individual de vizinhos, políticos e apoiadores, na arrecadação de doações e recursos financeiros, na promoção de eventos, ampliando contatos, entre outros.

A criação da *Coordinadora* foi influenciada também, de forma embrionária, pelas *Juntas de Vecinos*, organizações comunitárias legalmente reconhecidas no Chile (a partir de 1968) criadas para reunir moradores, proprietários e locatários de imóveis de uma determinada área territorial¹¹⁵ (SAGARIS, 2013). Essas possibilitaram que, a partir das pequenas lutas de ação coletiva para resolver problemas compartilhados pelos vizinhos, forjassem-se laços emocionais e sociais que mais tarde auxiliariam a organização comunitária para atuar na campanha de oposição à rodovia (SAGARIS, 2013). As *Juntas de Vecinos* foram, dessa forma, uma espécie de estopim inicial do movimento, unindo comunidades previamente para enfrentar problemas, motivando-as a buscar aliados e a articular-se para ampliar seu poder frente ao governo, muitas vezes indiferente às demandas da população.

Quando a organização *Ciudad Viva* foi formada (2000), envolvia um pequeno grupo de pessoas (ex-líderes do movimento *Coordinadora*), integrantes das comunidades de *Bellavista*, *La Vega* e *Pedro de Valdivia Norte* (12 membros e um Conselho Diretor de 8 pessoas) (SAGARIS, 2013b). Esses membros continuaram atuando coletivamente, pois entenderam que obtinham maior grau de efetividade em suas demandas trabalhando juntos (DUCCI, 2000). Assim, criaram a organização *Ciudad Viva* com perspectivas e metas mais amplas. Com o tempo, a organização se ampliou (novos membros, se articula a outros grupos, ONGs, instituições, passa a ter assessoria técnica de transporte, meio ambiente, patrimônio); extrapola a escala local inicial e se conecta com grupos internacionais (especialmente ligados ao ciclismo) em busca de mais recursos financeiros, suporte técnico e compartilhar experiências.

Desde o início, *Ciudad Viva* teve sua atuação focada em um território. Elegeram como seu foco a área historicamente denominada como *La Chimba*, resgatando a memória associada à região, mesmo que o nome tivesse associado a uma conotação negativa no

¹¹⁵ Cada unidade administrativa (conforme população e tamanho) é subdividida em unidades de vizinhança que funcionam como associações que possuem algumas assembleias por ano e eleições de corpo diretor (SAGARIS, 2013b). A organização de vizinhos da *Bellavista*, por exemplo, desde o início da década de 1990 atuava intensamente frente às modificações que o bairro vinha sofrendo com a implantação de casas noturnas, que traziam sujeira, barulho e descaracterizavam o bairro caracteristicamente residencial (SAGARIS, 2013b).

passado¹¹⁶. Buscaram, assim, contrariando os limites administrativos definidos pelo Estado, expressar e lutar por essa área entendendo-a como um território único, que compartilha traços expressos espacialmente, histórica e culturalmente¹¹⁷ (SEPÚLVEDA, 2000; CACERES, 2007; SAGARIS, 2013). Esse território, a partir da atuação do grupo, acaba por se relacionar também com uma ideia de uma cidadania que luta para manter o passo lento, com um ideal de ação coletiva que remete ao passado, como coloca Caceres (2007):

a identidade *chimbera* aparece como um mecanismo de impulso na preservação de um tipo de isolamento, de um desfrute lento da vida, no qual não cabe uma rodovia. No entanto, a preservação de uma ordem vai cedendo no curso do processo de luta cidadã para um processo de construção de uma ordem: uma identidade *chimbera* que refere ao passado e em pouco tempo a ação coletiva vai mostrando a construção de um projeto futuro, com elementos desse passado idealizado (e usados em termos estratégicos para aglutinar simpatias). O futuro projeto é concretizado quando a *Coordinadora* dá um passo e se refunda na organização *Ciudad Viva*¹¹⁸ (CACERES, 2007, p. 7).

A análise da *Coordinadora–Ciudad Viva* mostra táticas diversas de ação. Faz pensar também nas relações de poder que se estabelecem nos processos de produção do território e nas distintas possibilidades de relação com o Estado, que se modificam conforme as dinâmicas que se estabelecem. A trajetória do grupo (de *Coordinadora* para *Ciudad Viva*) ilustra uma mudança no posicionamento dos agentes, que inicialmente assumiram um papel mais passivo e progressivamente se constituíram como um grupo que se torna propositivo, agindo pró-ativamente e criando demandas próprias. Ou como coloca Sepúlveda Miranda (2011), movendo-se de relações que seguem um padrão cliente-impositivo, para outras que se enquadram melhor no padrão diálogo-colaborativo.

A análise da atuação do movimento mostra que quando a *Coordinadora* surgiu foi necessária a instrumentalização da comunidade para conseguir organizar a ação coletiva. Nesse processo, diferentes autores apontam a importância de/do: 1) reuniões frequentes, oficinas e eventos de discussão comunitária; 2) capacitação da comunidade sobre diversos temas associados ao projeto (transporte urbano, poluição, legislação e processo de avaliação ambiental, questões técnicas referentes ao projeto, estratégias e análise política; 3)

¹¹⁶ *La Chimba* (origem indígena que significa bairro/ localidade situada do outro lado do rio) corresponde à área delimitada pelo Rio Mapocho (margem norte), o *Cerro San Cristóbal*, o cemitério geral e a avenida *Recoleta*. Engloba os bairros *Bellavista*, *Pedro de Valdivia Norte*, os mercados que constituem o setor da *La Vega Central* e parte do bairro *Independencia*, alcançando população de cerca de 50.000 pessoas. Desde o século XVII a identidade da área esteve ligada a idéia de marginalidade, isolamento (SEPÚLVEDA, 2005; CACERES, 2007).

¹¹⁷ Essa delimitação se difere da usada pelo Estado que dividia esses grupos nos processos de planejamento da área, desagregando-os (CACERES, 2007).

¹¹⁸ Tradução da autora do original em espanhol: “la identidad *chimbera* aparece como motor de impulso en la preservación de una especie de aislamiento, de un disfrute lento de la vida, en la que no cabe una vía rápida. Sin embargo, la preservación de un orden va dando paso en el transcurso del proceso de lucha ciudadana a un proceso de construcción de un orden: una identidad *chimbera* remite al pasado y a poco andar la acción colectiva va mostrando la construcción de un proyecto futuro, con elementos de ese pasado idealizado (y utilizado en términos estratégicos para adherir simpatías). El proyecto futuro se concretiza cuando la *Coordinadora* da un paso y se refunda en la organización *Ciudad Viva*” (CACERES, 2007, p. 7).

discussões sobre alternativas e estudo de conflitos semelhantes em outros contextos (voltados a orientar o grupo a entender formas de ação e instâncias poderiam ser pressionadas) (SEPÚLVEDA, 2000; DUCCI, 2000; SAGARIS, 2013b). O apoio de outros grupos e as articulações com técnicos, acadêmicos e ONGs (voltados ao suporte técnico, aconselhamento, instrumentalização, aumento do número de parceiros e apoiadores do movimento) foram também de alta importância. Essa análise mostra que tanto o acesso à informação quanto o compartilhamento dessa foram necessários para propiciar a ação coletiva, que foi também empoderada a partir da ampliação da rede de apoiadores.

Segundo Sagaris (2013), as táticas de ação do grupo foram definidas após essa etapa inicial de instrumentalização (coleta de informações iniciais sobre o projeto e seu contexto). A partir daí foram identificados possíveis pontos de ruptura do processo, considerando sua tramitação, instâncias governamentais/políticas, econômicas e jurídicas nesse envolvidas¹¹⁹. A autora afirma que, reconhecendo a assimetria de poder existente no processo (Estado x comunidades), e tendo poucos recursos financeiros, optaram por focar energias e ações em momentos chave, estabelecendo pressão especial em pontos específicos. Vê-se, portanto, um estudo das possibilidades de atuação, buscando vincular oportunidades às ações do grupo de forma a maximizar os resultados.

Seus esforços focavam em (SEPÚLVEDA, 2000; DUCCI, 2004; SAGARIS, 2013b):

a) táticas legais e uso dos espaços convidados de participação (incluindo o sistema de Avaliação de Impacto Ambiental) – voltadas a retardar o processo e pressionar o sistema judicial a se posicionar contrariamente ao mesmo, podendo pará-lo;

b) comunicação e divulgação do conflito (meios próprios e mídias alternativas) – voltadas a mobilizar e capacitar comunidade/apoiadores e a influenciar a opinião pública, incluindo a criação de boletins e estudos voltados a fundamentar a posição do grupo, contrapor tecnicamente o projeto e divulgar alternativas de transporte;

c) criação de alianças – com diversos cidadãos (ambientalistas, médicos, acadêmicos, urbanistas) e outros grupos da sociedade que poderiam tomar posições fortes contrárias ao projeto;

d) mobilizações – chamando a atenção para os assuntos, envolvendo a comunidade/outras e pressionando instâncias políticas;

¹¹⁹ Foram identificadas como possíveis pontos de ruptura: possibilidade de rejeição do projeto pela Comissão Ambiental (pouco provável de ocorrer, visto que essa era composta por altas esferas de governo e nomeações políticas); rejeição do projeto pelas empresas (visto as poucas garantias financeiras e novas condições que poderiam afetar o processo); rejeição do projeto pelo governo (frente a pressão da opinião pública); rejeição do projeto pelo sistema legal/ tribunais (se pudessem ser criados argumentos jurídicos fortes) (SAGARIS, 2013b).

e) pressão sobre agentes estratégicos (políticos e setor empresarial) – através do questionamento da ausência de espaços de discussão do projeto com a população, apontando impactos (desconsiderados) que deveriam ser mitigados.

Em relação às táticas de visualização do conflito (comunicação e mobilizações), percebe-se o uso de espaços inventados e o foco em ampliar/reforçar alianças para aumentar o poder do grupo. As comunicações não se voltavam à grande mídia, nem se resumiram a aceitar os espaços convidados; mas faziam uso de mídias menores e de meios próprios criados pelo grupo¹²⁰ e concentravam esforços em ocasiões importantes¹²¹, buscando trazer apoio à causa e com isso alcançar uma mudança na cobertura da mídia em geral (SAGARIS, 2013b). Posteriormente, criaram canais próprios de comunicação, como um periódico de distribuição gratuita (*La Voz de La Chimba*) destinado a envolver/informar a comunidade, divulgar impactos de obras similares em outros contextos e proclamar boas práticas de transporte ativo (relacionando-as com equidade social e saúde). Produziram e publicaram boletins, livros e relatórios técnicos (discutir impactos do projeto, formas alternativas de transporte) e mapearam e informaram agentes/organizações que poderiam assumir posições favoráveis às demandas do grupo a fim ampliar apoiadores e, portanto, o poder do grupo (SEPÚLVEDA, 2000; DUCCI, 2004; SAGARIS, 2013b).

O uso das instâncias legais foi importante para alongar o processo, dando tempo para que as comunidades pudessem se organizar e reagir. A exigência de elaboração de relatório de impacto ambiental oportunizou à comunidade ter acesso ao projeto (obrigatoriedade de abertura do processo e de incorporação de instâncias participativas). Essas instâncias de participação, embora mais formais do que propriamente esferas de discussão e reflexão sobre os rumos do projeto (SEPÚLVEDA, 2000), possibilitaram obter mais informações sobre o mesmo, contribuindo para que o grupo pudesse elaborar críticas tecnicamente mais bem embasadas¹²².

Vê-se assim, uma atuação que ocupou tanto espaços convidados como também os inventados. Um processo que os líderes do grupo chamaram de “vitória com as perdas” (*winning by losing*), no qual muitas táticas individuais falharam, mas representavam uma possibilidade de interferência no processo (inicialmente fechado e obscuro) (SAGARIS, 2013).

¹²⁰ Esses, primeiro se destinaram a alcançar e a unir as comunidades atingidas. Usaram capacidades dos membros para criar, por exemplo, um website trilingue destinado a alcançar agentes de outras localidades dando visibilidade internacional ao conflito e buscando ampliar a rede de parceiros/apoiadores.

¹²¹ Faziam uso de técnicas como comunicados e café da manhã com a imprensa, teasers matinais no rádio e mobilizações realizadas em ocasiões especiais buscando afetar outros agentes (entre esses os que se opunham ao projeto). Algumas mídias como o jornal *La Epoca*, que circulou entre 1987-1998, e a rádio popular Cooperativa estão entre os apoiadores na divulgação das demandas/ ações da comunidade (SAGARIS, 2013).

¹²² Sepúlveda aponta, por exemplo, que o documento elaborado pelo movimento “*Respuesta Ciudadana al Estudio de Impacto Ambiental Sistema Oriente-Poniente*” (c/ 200 páginas) questionava o processo de licenciamento ambiental e sua metodologia (excessivamente informativa e que dividia a população ouvida em diferentes grupos, desconsiderando que bairros e organizações não coincidiam com as divisões administrativas).

Não só se voltaram a contrapor o projeto, mas buscaram ampliar a discussão sobre as transformações que a obra demandaria na cidade, buscando contrapor a ideia de que essa seria a única e melhor solução a ser tomada. Uma das ações do grupo, por exemplo, envolveu trazer a público (e reivindicar) a discussão sobre custos reais envolvidos no projeto desconsiderados pelo Estado (entre esses de destruição de patrimônio, desapropriações, poluição atmosférica). Assim, pressionavam para que esses custos fossem oficialmente reconhecidos pelo Estado, ao mesmo tempo em que tentavam desencorajar empreendedores a se envolver na licitação¹²³ (SEPÚLVEDA, 2000; SAGARIS, 2013).

Nota-se que algumas das táticas do movimento surgiram em resposta à atuação do Estado, cujas estratégias priorizavam a ausência de transparência em relação ao projeto, a falta de consulta da população afetada e o uso de mecanismos de pressão e intimidação sobre alguns dos grupos afetados¹²⁴. Complementando, Silva (2011), lembra que a estratégia adotada pelo Estado, de agilizar o processo reduzindo a consulta pública, tornava-se uma prática recorrente no Chile; apresentando à opinião pública, desde o início, esses projetos como “certos”, embora fossem potencialmente controversos. Ou, como destaca (SAGARIS, 2013b, p. 56) “negócios feitos, sem possibilidade de contestar nada além de pequenos detalhes¹²⁵”. No caso da *Costanera Norte*, para atingir esse objetivo, o governo atuava a partir de duas frentes: 1) vinculava o projeto da rodovia a um plano metropolitano da década de 1960, indicando que ele era não apenas lógico, mas também já havia sido projetado há muito tempo; 2) buscava desmoralizar as comunidades envolvidas no movimento de oposição, colocando-as como “NIMBYs”¹²⁶ frente a um projeto que representaria grandes interesses para a cidade (SILVA, 2011). Ao mesmo tempo, usando uma estratégia de “improvisação deliberada”, o governo adiava e desviava as discussões relativas a assuntos sociais e políticos que acabariam por surgir durante a execução da obra, criando um contexto em que, caso o confronto aparecesse ao longo do processo, era sinal de que ele era gerado pelo

¹²³ Enviaram cartas a CEOs de companhias que poderiam estar interessadas em participar da licitação alertando-os de custos indiretos envolvidos da obra, de possibilidade de atrasos/extensão do tempo de execução (SAGARIS, 2013). Antes da primeira licitação, criaram também campanha internacional dirigida a empresários e entes financeiros da França, Espanha, Espanha e Itália como o propósito de “*disuadirlos de proyectos que atentan contra los derechos de miles de personas de países menos desarrollados*” (SEPÚLVEDA, 2000, p. 33). Tentavam, assim, pressionar e contrapor o discurso oficial que apresentava a obra como altamente lucrativa.

¹²⁴ Entre essas, Sagaris (2013b) descreve: intimidação, ameaças a moradores (de fechamento de negócios e de remoção - feitas por diferentes esferas governamentais); propostas de compensações inferiores ao valor do bem que os moradores possuíam na área; desmantelamento de comunidades (Independencia), dispersando-os na periferia de Santiago. Relata também a tentativa de enganar pessoas de áreas afetadas convidando-as para participar de grupos focais que objetivavam filmar e gravar o grupo para obter informações sobre suas demandas e dúvidas, o que ocorrendo em um contexto pós ditadura ampliou o medo dos participantes de participar do processo de oposição ao projeto, contribuindo para desmotivá-los a continuar nesta luta desigual.

¹²⁵ Tradução da autora do original em inglês: “potentially controversial projects are presented to public opinion as done deals, with no possibility for contesting anything but minor details” (SAGARIS, 2013b, p. 56).

¹²⁶ Em referência a expressão inglesa *not-in-my-backyard* (não no meu quintal) usada normalmente com caráter pejorativo para expressar indivíduos que se opõem a implantação de projetos que esses entendem ser prejudiciais ao entorno de suas moradias (por reduzir o valor de suas propriedades, a qualidade de vida, etc), agindo, assim, guiados pelo interesse próprio, independentemente de considerar o ganhos que os projetos possam trazer para a cidade como um todo.

descontentamento de grupos afetados, mas não representava o interesse do bem maior da cidade, como destaca Silva (2011).

Ao final, embora o processo não tenha resultado em uma vitória da comunidade para impedir a construção da rodovia, trouxe conquistas. Entre essas, mitigações dos impactos da rodovia¹²⁷, compensações às famílias removidas, ampliar canais institucionais de participação¹²⁸, influenciar novas realidades¹²⁹ e modificar as pessoas envolvidas no processo (SILVA, 2011; SAGARIS, 2013; SAGARIS, 2013b; SAGARIS, 2017). A partir da ação coletiva, foram também construídos laços de confiança, conquistados aprendizados em termos de mobilização social e a comunidade foi empoderada percebendo que poderia ter um papel na construção do território (DUCCI, 2001; SAGARIS, 2013).

Vale lembrar que quando a organização *Ciudad Viva* foi criada houve uma transição na forma de atuação do grupo. Se, primeiramente, o movimento *Coordinadora* agia em reação a uma dada situação; com o tempo se criam demandas e proposições oriundas de vontades coletivas do grupo, e não da necessidade. Através de parcerias e da captação de recursos para o desenvolvimento de projetos, novas temáticas e focos foram definidos para a atuação da organização, que passou a se envolver com questões relativas à: defesa do patrimônio, reciclagem, promoção de transportes ativos e capacitação/empoderamento de outras comunidades para que essas também possam afetar decisões de planejamento de seus territórios (ver Apêndice J).

Os diversos projetos da organização são voltados a desenvolver formas de empoderamento, mobilização social e o caráter educacional, ampliar do uso de espaços públicos e a iniciativas de desenho e remodelação desses, bem como a participação em processos de planejamento. Passaram também a ser desenvolvidas práticas de colaboração crítica com instâncias de governo, mostrando uma busca de maximização das oportunidades de ação da organização. A realização de alguns de seus projetos foi possibilitada por parcerias com outros grupos/organizações (nacionais e especialmente internacionais) na busca de suporte técnico e financeiro. Ao ampliarem sua rede, aumentaram tanto seu poder quanto o reconhecimento que a organização passou a ter frente a outras instâncias (como o Estado).

Vê-se, também, que algumas ações do grupo se voltaram a influenciar transformações de mais longo prazo, mas dentro de uma perspectiva que entende que mudanças estruturais (que demandam por exemplo modificações de leis) são muitas vezes difíceis de ser

¹²⁷ Salvaguarda de patrimônio edificado, direito de permanecer (vendedores de mercados), redução do impacto do alto tráfego veicular em três dos quadro bairros envolvidos no movimento (SAGARIS, 2013; SAGARIS, 2017).

¹²⁸ Ao ser eleito presidente, Ricardo Lagos, ex. ministro de transportes responsável por conduzir o projeto da rodovia, elaborou manual de participação cidadã em todos os ministérios e passou a reconhecer em seus discursos a importância e o valor de grupos comunitários organizados (SAGARIS, 2017).

¹²⁹ Sagaris (2017) destaca que com o apoio da organização *Ciudad Viva* surgiram organizações como: entre elas, *Comuna Activa*, *Iniciativa Pfo Nono/Bellavista*, *Escuela BiciMujer* (Macletas).

conquistadas por grupos de cidadãos, mas podem ser influenciadas informalmente por esses, acarretando em transformações estruturais maiores posteriores:

Ao tentar profundas mudanças institucionais, tende a ser mais fácil modificar o comportamento primeiro no nível informal, particularmente os papéis e códigos informais, e depois os níveis de política mais formais. Na maioria dos países e contextos, alcançar mudanças no nível legal e particularmente no nível constitucional é extremamente difícil, tornando-se sábio começar a influenciar as práticas informais e operativas ao invés de níveis mais altos. O trabalho da *Ciudad Viva* enfocou inicialmente essas esferas e, até certo ponto, procedimentos, acumulando apoio político e público e propostas de qualidade suficientes para começar a institucionalizar esses valores, códigos e papéis em mudança, por meio de sistemas e regulamentos legais mais formais (SAGARIS, 2009, p. 45)¹³⁰

4.2. EXPERIÊNCIAS NACIONAIS

4.2.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Para melhor situar as experiências aqui apresentadas cabe, primeiramente, refletir sobre alguns marcos históricos que referenciam significativamente tanto as políticas de planejamento como a organização de agentes sociais não hegemônicos aqui descritos.

O Brasil, hoje, possui cidades que enfrentam diversos problemas urbanos, agravados pelo breve e intenso processo de urbanização do país¹³¹. Já no início dos anos 1960, a crise urbana e habitacional se agudizou com a industrialização nacional (e consequente urbanização acelerada), repercutindo em um forte processo migratório (campo-cidade), sem que políticas estruturadas fossem capazes de enfrentar a nova situação (BONDUKI, 2008). Esse processo, associado a um sistema de planejamento e gestão muitas vezes incapaz de lidar com os problemas urbanos, intensificou as desigualdades socioespaciais urbanas (cenário de autoconstrução maciça, dando forma a um mercado informal do solo/habitação, ampliando o número de assentamentos irregulares frente aos elevados custos da terra). Em face à questão, grupos da população passaram a se articular e lutar pelo Direito à Moradia, originando, em 1963, o Seminário de Habitação e Reforma Urbana - SHRU, que buscou, pela primeira vez, discutir a questão da habitação integrada a uma política de planejamento urbano.

¹³⁰ Tradução do original em inglês: "when attempting profound institutional changes, it tends to be easier to modify behaviour first at the informal level, particularly roles and informal codes, then more formal policy levels. In most countries and contexts, achieving change at the legal and particularly the constitutional level is extremely difficult, making it wise to start by influencing informal practices (column 3) and operative rather than higher levels (row 3). Living City's work has initially focused on these spheres, and to some degree procedures, accumulating political and public support and quality proposals sufficient to start to move into institutionalizing these changing values, codes and roles, through more formal legal systems and regulations" (SAGARIS, 2009, p. 45)

¹³¹ Em 1940 apenas 31,2% da população brasileira morava em cidades, em quarenta anos estes números se inverteram e a população urbana representava aproximadamente 75% do total populacional do país (AZEVEDO, 1996). Bonduki (2008) comenta que o crescimento urbano no país foi tão marcante que entre 1950 e 2000, nas cidades com 20 mil habitantes, o número de residentes passou de 11 milhões para 125 milhões.

Em seguida, com a instituição do regime militar (1964) e o acirramento da repressão ao final da década de 1960, houve uma desarticulação de grande parte dos movimentos sindicais e associações de moradores que existiam anteriormente interrompendo-se um processo de estruturação da construção democrática¹³² (MAZIVIERO; ALMEIDA, 2017; QUINTSLR, 2017). Ao final da ditadura, os diversos problemas econômicos do país, somados ao fortalecimento das reivindicações cidadãs culminaram no desenvolvimento de uma ampla variedade de movimentos populares que já vinham se desenvolvendo silenciosamente durante o regime ditatorial (QUINTSLR, 2017; MAZIVIERO; ALMEIDA, 2017). A reabertura política do país, assim, trouxe a oportunidade para que movimentos e associações de bairro passassem a reivindicar direitos ao Estado (QUINTSLR, 2017).

Ao mesmo tempo, na década de 1980, como resultado das políticas nacionais da década anterior e da reestruturação produtiva mundial, a desigualdade socioespacial no país foi aprofundada. A partir desse quadro, a emergência e a articulação dos movimentos populares, convergiram para o Movimento Nacional da Reforma Urbana, em 1985, que representava a luta pela moradia, pelo direito à cidade e por uma cidadania para todos (MARICATO, 2011; MAZIVIERO; ALMEIDA, 2017; TANAKA, 2017). No final da década, a aprovação da Constituição Federal de 1988, quebrou os laços com a ditadura, chancelou os princípios democráticos no país e, como fruto pela luta da reforma urbana, incluiu no texto da Lei um capítulo sobre a Política Urbana. Movimentos de bairro, especialmente da população de baixa renda, passaram, assim, a reivindicar a melhoria das condições de vida demandando a regularização de loteamentos irregulares, infraestrutura básica, equipamentos de saúde (MELCHORS, 2014; MAZIVIERO; ALMEIDA, 2017; TANAKA, 2017).

A promulgação da Constituição (1988) trouxe um forte processo de municipalização e um período de ascensão de governos municipais “progressistas” alavancados pelas lutas da reforma urbana (TANAKA, 2017). Levou também a um crescimento da experimentação de modelos de se fazer política voltados a inclusão da participação da população¹³³. Por outro lado, movimentos sociais urbanos perderam potência e passaram a ocupar os espaços dados pelas novas esferas institucionais democráticas. A formação de Conselhos Populares, por exemplo, representou a transição de um modelo de confronto para espaços de negociação criados institucionalmente (ver MAZIVIERO; ALMEIDA, 2017).

A perda da potência dos movimentos sociais, como destaca Tanaka (2017), esteve também associada com a recessão econômica do país, ao aumento do desemprego e ao

¹³² A promulgação do Ato Institucional nº5 (AI-5) (1968) ampliou a repressão, perseguição e prisão de lideranças ligadas a vários desses movimentos levando a um declínio na frequência de reivindicações (QUINTSLR, 2017). Destruíu-se a arena pública restringindo a crítica política a espaços semipúblicos/ públicos periféricos.

¹³³ O Capítulo 2 descreve experiências de orçamento participativo do período. Entre 1997-2000, por exemplo, mais de 130 municípios brasileiros adotaram modelos de OP em seus sistemas de gestão (EGHRARI, 2012).

desmonte do Estado dado pela implantação do neoliberalismo. Esse tomou força nos anos 1990, ampliando a concentração de renda das elites, e acentuando políticas privatistas e os contrastes socioespaciais nas cidades. O urbano assim, foi alvo de muitos processos de privatização, como as frequentes revitalizações de centros históricos e orlas, sendo igualmente fragmentado, com o aumento de assentamentos informais¹³⁴. Este novo modelo de cidade imposto, assim, gerou uma contra-reação de segmentos da população e funcionou como uma oportunidade de organização de grupos comunitários que passaram a buscar estratégias para reivindicar o direito de acessar, usar e viver a cidade. Tanaka ressalta:

Na cidade neoliberal do século 21, regulada pelos marcos da governança corporativa, voltada para a atração de investimentos (principalmente estrangeiros), não há lugar para os pobres. Os conflitos urbanos se intensificam, ao mesmo tempo em que há um movimento para invisibiliza-los (ou reprimi-los). Organizações comunitárias e movimentos sociais, buscam estratégias para resistir a tal projeto imposto. Planos e projetos populares e alternativos surgem como estratégia para a defesa do direito à moradia e do direito à cidade. Populações reivindicam o direito de decidir sobre seu espaço urbano, e nas suas lutas locais, passam a enfrentar forças políticas aliadas a forças econômicas poderosas, nos grandes projetos urbanos (TANAKA, 2017, p. 2)

Essa reação, vale salientar, não ocorre apenas no Brasil e, na última década, ultrapassou as demandas da população de baixa renda, englobando outras reivindicações e seguimentos da população. Maziviero e Almeida (2017) destacam as condições econômicas (aumento de desemprego, medidas de austeridade adotadas por governos) que marcaram o ano de 2011 por conta de levantes populares ocorridos em diversas partes do globo¹³⁵.

O ano de 2013 foi marcado no Brasil pela presença de milhares de pessoas em manifestações públicas desencadeadas inicialmente pelo aumento das passagens de ônibus, depois transmutadas para outras reivindicações. As manifestações brasileiras se associaram a esses movimentos ocorridos em outras partes do mundo e expressam um descontentamento geral de diversas parcelas da sociedade¹³⁶ em relação ao governo (corrupção, indignação ao sistema político), à violência e ao próprio contexto neoliberal. Naquele momento, por duas semanas o país foi estremecido durante a Copa das Confederações da FIFA com as maiores manifestações vistas nos últimos 20 anos¹³⁷. Os efeitos desses protestos ainda não podem ser profundamente avaliados, mas incluem, em

¹³⁴ Vê-se o crescimento de shopping centers, condomínios fechados e o aumento de contrastes morfológicos das cidades, que se expressam na oposição entre o crescimento das favelas e de empreendimentos verticais auto segregados (para mais dados sobre o período, ver MELCHIORI, 2017).

¹³⁵ Entre esses os protestos universitários em Londres (2010-2011), o *Occupy Wall Street* em Nova York (2011), indignados na Espanha (2011), a Primavera Árabe em Istambul (2011-2012). Bem como mais recentemente os protestos dos *Coletes Amarelos* na França (2018-2019) e em diversos países de América Latina em 2019.

¹³⁶ Alvares, Barros e Cavalcante (2017) analisam participantes das manifestações e apontam que 60% desses nunca havia se envolvido em manifestações, 96% tinham amigos participando nelas, e 72% sabiam de movimentos similares em outras partes. A pesquisa revela predominância de participantes altamente conectados (aos amigos participantes e a eventos globais), mas apenas razoavelmente influenciados por ambos os fatores.

¹³⁷ Cartazes nos protestos com dizeres: "Escolas e hospitais públicos padrão FIFA", "Quantas escolas valem um estádio?", "Copa do Mundo para quem?" expressam o descontentamento com a precariedade de equipamentos e serviços públicos versus os recursos gastos nos megaeventos (ALVARES; BARBOSA; CAVALCANTE, 2017).

relação a mobilização social, a propagação geométrica de grupos e coletivos que passaram a intervir no território a fim de conscientizar, denunciar e criticar o modelo neoliberal de cidade que se forma (MAZIVIERO; ALMEIDA, 2017). A seguir apresentam-se três exemplos importantes nesse contexto: o Movimento Ocupe Estelita em Recife, a luta da comunidade da Vila Autódromo no Rio de Janeiro e as ações do PI e do Baixo Centro em São Paulo.

4.2.2. O MOVIMENTO OCUPE ESTELITA: RESISTÊNCIA E ATIVISMO INSURGENTE

O Movimento Ocupe Estelita iniciou-se a partir de 2012 como uma reação de diversos grupos e agentes sociais contrários à implantação do *Projeto Novo Recife*¹³⁸ – que propunha a reformulação do Cais Estelita, em Recife, com a construção de um empreendimento misto de alto padrão formado por 13 torres residenciais e comerciais de 30 a 45 andares.

O Cais José Estelita faz parte da paisagem cultural de Recife e tem importância histórica e simbólica para a cidade (VERAS, 2014; BARBOSA, 2014; ROLNIK, 2015; BARBOSA, 2017). Está localizado junto ao Recife Antigo em área oriunda de aterro criado nas primeiras décadas do século XX, que pertenceu à Rede Ferroviária Federal S.A e ocupou o antigo parque ferroviário da cidade. A área abriga a segunda linha de trem mais antiga do país, antigos galpões e estações ferroviárias. As bordas do cais tangenciam o Sítio Histórico Santo Antônio – São José, que abriga o maior acervo de monumentos tombados do Recife, notadamente religiosos do século XVIII (VERAS, 2014).

Trata-se também de uma área estratégica para o capital, próxima ao Bairro de Boa Viagem, com alta valorização imobiliária, cuja conexão passou a ser favorecida com obras viárias recentes (Via Mangue) (Figura 9). O documentário *Recife, cidade roubada* (2014) mostra como a região tem sido transformada nos últimos anos com a implantação de diversos projetos urbanos de grande porte que impulsionam sua valorização imobiliária e foram marcados pela ausência de discussão com a população¹³⁹. Barbosa (2014, p. 124) relata a correlação clara existente entre Estado-mercado usada nos discursos do Projeto Novo Recife, vendido, pelas construtoras, Prefeitura e Governo do Estado, como “um trabalho coletivo de construção de um ‘novo bairro’ para a cidade”.

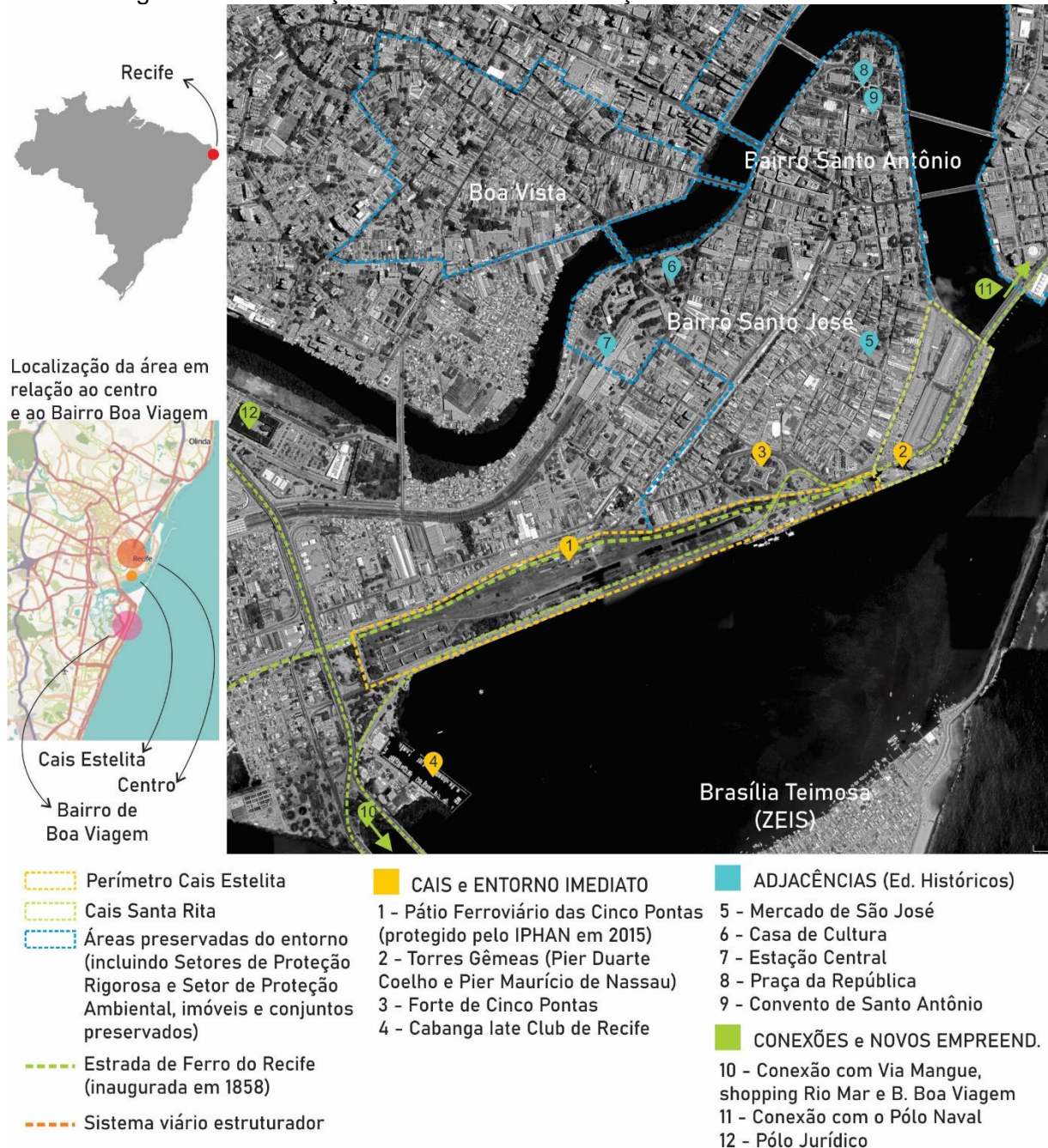
Em 2008, o terreno, de 101,7 mil metros quadrados, foi leilado por R\$ 55,4 milhões (VERAS, 2014) e arrematado pelas empresas GL Empreendimentos e Moura Dubeux, associadas à Queiroz Galvão e Ara Empreendimentos, que viriam a ser as proponentes do

¹³⁸ Atualmente o projeto é anunciado, em encartes imobiliários, como “Mirante do Cais”.

¹³⁹ O documentário mostra a articulação de projetos que criam uma orla conectada por empreendimentos de grande porte, entre os quais também se inclui o Projeto Novo Recife, a exemplo do polo Jurídico e da Via Mangue (rodovia expressa que conecta o Centro ao Bairro de Boa Viagem), passando pelo shopping Rio Mar, e, facilitando a conexão ao polo naval (RECIFE, CIDADE ROUBADA, 2014 – <https://www.youtube.com/watch?v=dJY1XE2S9Pk>).

Projeto Novo Recife (PNR). No início de 2012 a proposta do PNR veio à público desencadeando uma série de reações contrárias por parte de diferentes segmentos sociais.

Figura 9 – Localização do Cais Estelita e relação com o entorno imediato.



Fonte: Mapa de localização: Open Street Map (<https://www.openstreetmap.org>). Imagem de satélite: Google Earth (Fev 2019). Perímetros aproximados com base em dados da Prefeitura Municipal de Recife, Lei nº 17.511/2008 (Plano Diretor) em seu art. 114; Lei de Uso e Ocupação do Solo (nº 16.176/1996); Freire; Lacerda (2017), Documentário Recife, cidade Roubada, complementados por L. C. Melchior (2019).

As críticas ao projeto incluem, entre outras: 1) novo padrão de ocupação, distinto daquele existente até o início do século XXI, descaracterizando a paisagem do entorno marcada por bens patrimoniais; 2) privatização do urbano, com a construção de edifícios

residenciais e comerciais, ao invés da criação de espaços públicos neste local simbólico da cidade; 3) descumprimento do Plano Diretor com a construção de edifícios com altura acima do permitido na lei; 4) ausência de estudos mínimos necessários para avaliar o impacto do projeto; 5) irregularidades na aprovação do projeto junto ao Conselho de Desenvolvimento Urbano; bem como, 6) ausência de discussão adequada com a população (VERAS, 2014; ANDRADE, 2015; TRF, 2015; BARBOSA, 2017; BARBOSA, 2017b). Veras (2014), em sua tese, analisa a paisagem histórica do Recife e não apenas demonstra o impacto negativo que o projeto teria sobre ela (Figura 10), como retrata, através de entrevistas com diversos sujeitos, que esta é uma transformação que muitos cidadãos não querem¹⁴⁰.

Figura 10 – Paisagem atual do cais Estelita e Projeto Novo Recife



Paisagem do Cais Estelita hoje. Imagem: Direitos Urbanos (2019 (Disponível em: <https://ccsearch.creativecommons.org/photos/3b7691e3-3ab9-44b6-a249-8044a93b2395>). Attribution 2.0 Generic (CC BY 2.0). Acesso em 20 novembro 2019.



Versão recente do Projeto Novo Recife (hoje chamado de Mirante do Cais). Reprodução/MOURA DUBAUX. Fonte: OLIVEIRA, 2019 (Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/disputa-pelo-cais-estelita-ganha-novo-capitulo-mas-esta-longo-do-fim/>). Acesso em 04 outubro 2019.

Por trás da disputa do Estelita existe uma discussão mais profunda sobre a disputa do território e o Direito à Cidade, ao acesso e uso de espaços públicos de forma democrática, ou seja, voltados à população como um todo e não limitado a um grupo de usuários. Ao mesmo tempo, a área do Cais Estelita é rodeada de assentamentos precários (delimitados em Áreas

¹⁴⁰ Em sua tese, Lucia Veras (2014) entrevistou 78 pessoas (moradores, empresários, arquitetos, pintores, fotógrafos, cineastas etc.) dos quais 70,5% informaram que desejam manter uma paisagem urbana que respeite o *skyline* do Estelita, sem trazer uma verticalização para a área. Panfleto organizado pela autora posteriormente, e divulgado pelo MOE, destaca que: 1) O projeto Novo Recife atenta contra a paisagem e a memória que dão identidade ao lugar. Não respeita a “identidade recifense” manifesta na paisagem histórica de São José/Santo Antônio; 2) O projeto Novo Recife não respeita a escala urbana e as relações com o histórico São José; 3) O projeto Novo Recife não considera o uso e a apropriação pública do espaço urbano; 4) O projeto Novo Recife não considera o parcelamento e as conexões com a malha urbana preexistente; 5) O projeto Novo Recife é um exemplo de desrespeito à relação do sítio histórico com as águas recifenses (ou, a relação histórica do Recife com suas águas). Esses pontos mostram a amplitude dos impactos negativos (à paisagem) trazidos pelo projeto.

de Interesse Social), englobando, a reflexão sobre a possibilidade de, em caso de uso para moradia, parte do espaço ser destinado a esses grupos de baixa renda.

A criação do grupo Direitos Urbanos, em 2012, seguido do Movimento Ocupe Estelita (MOE), representou o início de um processo que gerou algumas das redes sociopolíticas organizadas para fazer oposição a essa forma de planejar o território (que alinha projetos urbanos aos interesses do mercado imobiliário). Os diversos embates travados por esses grupos desde então representam buscas por perspectivas distintas de se pensar a produção da cidade. Conhecer esse processo ajuda a entendê-lo no contexto em que se ocorreu.

Logo após o lançamento do Projeto Novo Recife, em 2012, o grupo Direitos Urbanos promoveu uma série de atividades culturais na área do cais (primeiro Ocupe Estelita) que originou o Movimento Ocupe Estelita (MOE). No final de 2012, o Projeto Novo Recife foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Recife. Em fevereiro de 2013, o Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública contra o Consórcio Novo Recife, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Município do Recife apontando que a proposta trazia dano irreversível patrimonial¹⁴¹ e indicando que impactos urbanos e de vizinhança não haviam sido devidamente mensurados até aquele momento (TRF, 2015). Conquistou-se, assim, liminar que suspendeu a aprovação do projeto e, em seguida a promotora do caso foi afastada¹⁴². Paralelamente, o MOE organizou novas atividades culturais no local (Ocupe Estelita+1), celebrando um ano da primeira ocupação.

Em abril de 2014, um recurso imposto pelo Consórcio Novo Recife é aceito pela justiça e é autorizada a demolição de armazéns da área do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas. A demolição, iniciada à meia noite do dia 21 de maio, deu origem a reações contrárias imediatas, sendo embargada pelo IPHAN e Tribunal de Justiça no dia seguinte. Após a conquista da liminar, membros do Direitos Urbanos, cidadãos, ativistas, artistas, cineastas, arquitetos e moradores de comunidades adjacentes, passaram a ocupar o Cais e a organizar mobilizações e uma série de atividades culturais no local com o objetivo de garantir o cumprimento da liminar. A ocupação da área durou 28 dias, englobando cultura e debates como forma de sensibilizar e envolver outros grupos da população. Foi também uma maneira de proteger os armazéns e impedir o início das obras (ROLNIK, 2015; MELO, 2016), tendo em vista situações pregressas de obras construídas irregularmente na orla¹⁴³.

¹⁴¹ A Ação Civil Pública 0001291-34.2013.4.05.8300 ressalta que a construção das 13 torres traz dano irreversível ao Pátio Ferroviário (representativo da memória ferroviária brasileira) e à visibilidade ao conjunto urbano de Santo Antônio e de São José (adjacente à área e que comporta 16 bens tombados individualmente pelo IPHAN - o pátio ferroviário está inserido na poligonal de entorno desses bens).

¹⁴² O afastamento de Belize Câmara gerou manifestações demandando seu retorno (AQUINO, 2013).

¹⁴³ A história das margens de Recife é marcada pela construção polêmica das Torres Gêmeas (41 andares), localizadas junto ao Estelita, cujo leilão foi anulado pela Justiça, sem de nada adiantar, pois, quando finalizado o processo, o empreendimento já havia sido concluído e comercializado (VERAS, 2014; ROLNIK, 2015).

Veras (2014) reforça que a ocupação foi uma forma de mostrar que existem outras possibilidades para o uso de espaços abandonados da cidade que não a conversão em produtos imobiliários. Buscava-se, assim, ampliar a discussão sobre o futuro e a destinação dessa área significativa para a cidade e apontar que é possível imaginar sua reconversão em um espaço público que pudesse ser utilizado por todos. A ocupação foi dispersa em junho de 2014 por meio de uma truculenta reintegração de posse executada sem aviso prévio pela Polícia Militar¹⁴⁴ (ANDRADE M. OLIVERA; LINS, 2014; MATOS, 2017b). Entretanto, mesmo após a reintegração de posse, alguns participantes permaneceram ocupando o entorno do cais por mais 23 dias. O documentário “*Vida Estelita*” relata vivências de alguns dos integrantes dessa ocupação. Nele, fica clara a luta pela cidade, por este espaço simbólico e pelos direitos de grupos excluídos¹⁴⁵. Em determinado momento, um dos entrevistados comenta: “você pergunta para esta área da cidade o que ela quer ser... e a última coisa que me vem na cabeça é um condomínio de luxo... existe espaço para a verticalização na cidade, mas este espaço não é aqui...” (VIDA ESTELITA, 2014).

As disputas judiciais continuaram ao longo do tempo. Em junho de 2014, logo após a ocupação do cais, a Prefeitura suspendeu a licença concedida ao empreendimento e, em seguida, o Consórcio de construtoras anunciou o redesenho do projeto, dando origem a reuniões com entidades diversas, mas sem representar significativas mudanças no projeto¹⁴⁶. Em agosto, o Tribunal Regional Federal autorizou a continuidade da tramitação do projeto e a demolição dos armazéns. No início do ano seguinte, em 2015, o IPHAN incluiu a área operacional do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas na lista do Patrimônio Cultural Ferroviário Brasileiro, dando força às demandas da comunidade. Pouco tempo depois, em outubro de 2015, a Política Federal divulgou investigação de suspeita de ilegalidades no leilão de compra do terreno¹⁴⁷ e, ao final daquele ano, o mesmo foi anulado pela Justiça Federal, com decisão reafirmada posteriormente (junho de 2016).

Entretanto, ao final de 2017 o Tribunal Regional Federal da 5ª Região decidiu pela legalidade do leilão, permitindo a continuidade do licenciamento da obra. Para tentar reverter

¹⁴⁴ A excessiva violência policial foi condenada pela Anistia Internacional, Universidade Federal de Pernambuco e Ministério Público Federal (ANISTIA INTERNACIONAL, 2014; G1 (2014) – <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/mpf-e-ufpe-repudiam-reintegracao-de-posse-no-cais-jose-estelita.html>).

¹⁴⁵ Melo (2016) o analisa e ressalta esse anseio de participantes por formas de se viver que privilegiem o coletivo em detrimento do individual. Documentário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bbvKuKutH9w>.

¹⁴⁶ Incluindo: Prefeitura, Consórcio, Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Católica de Pernambuco, Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social, Observatório do Recife e Fórum Estadual de Reforma Urbana. Foram criadas novas diretrizes urbanísticas e a decisão foi encaminhada ao Ministério Público (G1, 2014b – <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/prefeitura-fixa-em-30-dias-prazo-para-novas-diretrizes-do-novo-recife.html>). Porém, pouco se avançou em relação ao projeto original. Assembleias públicas foram realizadas, mas sem significar muito espaço real para discussão do projeto.

¹⁴⁷ O portal G1 (2015) noticia o assunto (<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/09/pf-confirma-fraude-no-leilao-do-terreno-do-cais-jose-estelita-no-recife.html>).

a decisão, no final de 2018, o Ministério Público Federal recorreu ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, mas o pedido não foi aceito. Pareceres emitidos pela Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Católica de Pernambuco e Conselho de Arquitetura e Urbanismo suportaram o pedido apontando que o projeto é extremamente prejudicial aos bens tombados do entorno¹⁴⁸. Em março de 2019 foi autorizada a demolição dos armazéns do cais. A linha do tempo resumida do projeto é apresentada na Figura 11.

Agentes envolvidos no processo:

A luta pelo Cais Estelita envolve diversos agentes, que se ampliaram ao longo do tempo. Entre esses destacam-se o grupo Direitos Urbanos, seguido do próprio Movimento Ocupe Estelita (MOE), aos quais se somam, em situações específicas outros apoiadores (pesquisadores de diversos campos, representantes de mídias alternativas etc.)¹⁴⁹.

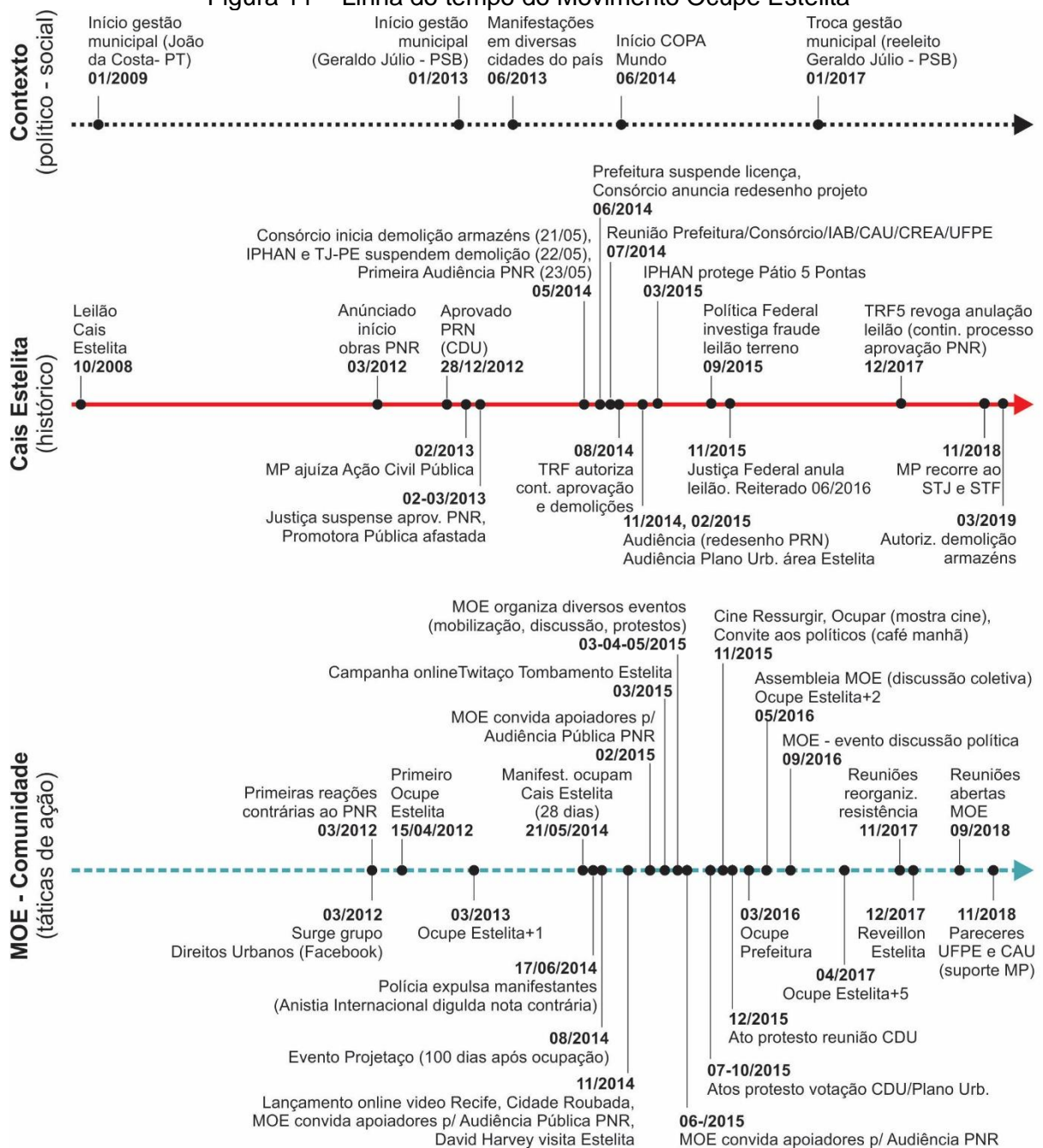
O grupo Direitos Urbanos surgiu, da articulação de cidadãos que, como, se auto-descrevem, passaram a discutir temas urbanos a partir de uma “preocupação defensiva” com a cidade, tentando “impedir que iniciativas, privadas ou do poder público, atentem contra o futuro do Recife como uma cidade mais justa e mais viva” e “buscando alternativas de ação quando o interesse da cidade fica esquecido pela representação política formal” (DIREITOS URBANOS, 2018). Esse interesse compartilhado pelas temáticas urbanas tornou-se o elemento agregador do grupos Direitos Urbanos, reunindo cidadãos em torno de uma vontade comum de participar mais ativamente das decisões políticas que influenciam a vida social da cidade. Embora tenha surgido a partir da reunião de pessoas que se conheciam *offline*, a internet é intensamente usada para agregar novos membros e para promover as discussões do grupo¹⁵⁰. Sua estrutura não hierárquica engloba diversas organizações, acadêmicos, arquitetos, urbanistas, artistas, cineastas, sociólogos, filósofos e cidadãos em geral (ANDRADE M OLIVEIRA; LINS, 2014; DIREITOS URBANOS, 2013).

¹⁴⁸ Ver Ministério Público Federal (2018 a), LeiaJá (2018) – <https://m.leiaja.com/noticias/2018/11/14/projeto-novo-recife-chega-ao-supremo-tribunal-federal/?fbclid=IwAR0tjcPOUWZm3fbwNWY8H5FyKMfS9xWcJyduk3B36faA5PltENDO7KSRznM>) e Diário de Pernambuco (FERREIRA, 2019 – <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/08/ministerio-publico-entra-com-novos-recursos-para-impedir-prosseguiment.html>).

¹⁴⁹ Reportagens publicadas pelo coletivo jornalístico Marco Zero Conteúdo ampliam a reflexão sobre os impactos do Projeto Novo Recife, a exemplo de matérias desenvolvidas com base em pesquisas acadêmicas, entre as quais se vê as de Veras (2014), que analisa a paisagem de Recife incluindo a área do cais, ou de Souza (2014) que analisa o impacto do Projeto Novo Recife na ventilação urbana da área e entorno (ver PINTO, 2015).

¹⁵⁰ Em 2013 o Facebook do Direitos Urbanos possuía cerca de 9.150 pessoas. Em 2019 (fev) já contava para 23.512 seguidores e 23.512 curtidas e o do #OcupeEstelita (2019) tinha 38.282 seguidores e 38.812 curtidas.

Figura 11 – Linha do tempo do Movimento Ocupe Estelita



Elaborado por L. C. Melchiors (2019) com base em: Veras (2014); Rolnik (2015); MELO (2016); Barbosa (2017); Barbosa (2017b), Cardoso; Nascimento (2018), Direitos Urbanos [Site institucional]; Movimento#OcupaEstelita [Facebook], Portal do Notícias G1-Pernambuco.

O Movimento Ocupe Estelita (MOE) não possui uma hierarquia definida e não está associado a uma entidade, partido ou coletivo específico. Foi criado para ser um grupo de pressão contra um “modelo de desenvolvimento urbano guiado apenas por interesses econômicos, que destrói a identidade de nossa cidade e promove uma ideia ultrapassada de progresso e modernização”¹⁵¹. Embora o grupo Direitos Urbanos tenha sido fundamental para

¹⁵¹ Conforme descrito na página do Facebook do movimento: https://www.facebook.com/pg/MovimentoOcupeEstelita/about/?ref=page_internal

a criação do MOE, esse movimento passou a englobar uma diversidade muito mais ampla de agentes, incluindo diversos coletivos, movimentos sociais e indivíduos (acadêmicos, arquitetos, urbanistas, sociólogos, artistas, advogados, pesquisadores e professores, estudantes, jornalistas, designers e antropólogos e outros) agrupados em uma estrutura que tende a ser rizomática. Os laços existentes entre os agentes são predominantemente fracos, sendo marcados pela diversidade. Articulações entre esses diferentes agentes auxiliaram a criar pontes entre distintos grupos (ligações do tipo *bridging*), que ultrapassam a escala local, articulando agentes nacionalmente.

Com o tempo, outros grupos se juntam ao MOE (artísticos, voltados aos direitos humanos, LGBT, cicloativistas, videoativistas, veganos). Barbosa (2017b, p. 1796) destaca que “mais que um grupo coeso, há um coletivo aberto e autônomo de cidadãos e grupos articulados com o objetivo de discutir os problemas da cidade, mas também propor novas ideias e rumos ao planejamento”¹⁵². Com o tempo, ampliaram-se também as pautas do MOE, que passaram a se articular a reivindicações por um projeto mais popular de desenvolvimento urbano e diversas práticas de resistência foram realizadas sobre o guarda-chuva do Movimento Ocupe Estelita.

Táticas de ação e resultados alcançados

O MOE faz uso de táticas diversas, voltadas tanto à proteção da área do cais quanto a ampliar a própria discussão sobre o acirramento da questão urbana do Recife. Utilizam espaços convidados participando de audiências, criando abaixo-assinados, usando processos judiciais, bem como participando em festivais de Cinema e em eventos acadêmicos. Porém, é através dos espaços inventados que surge o potencial de inovação do grupo. Por meio de práticas de activismos insurgente que incluem ocupações do espaço público, de protestos, passeatas, grafites e da produção de iconografias e audiovisuais de contestação, trazem à tona conflitos urbanos, questionam o modelo de desenvolvimento urbano proposto para a cidade e ampliam a discussão de alternativas.

Sob a bandeira de “A Cidade é nossa. Ocupe-a”¹⁵³ as ocupações lúdicas do espaço público com a organização de debates e aulas públicas, de diversas práticas culturais, incluindo música, dança, poesia, acrobacias, oficinas, teatro, audiovisual, fotografia, feira, lançamento de livros e de atividades de lazer; criaram oportunidades para que os cidadãos vivenciassem o cais (ver Figura 12). Assim, se buscou também reforçar a afetividade da população com o lugar. Ao mesmo tempo essas ações expressam que outras formas de se

¹⁵² Entre esses estão os grupos Recife de Luta, Centro Popular de Direitos Humanos, Vurto, Contravento e [projetotorresgemeas], e outros grupos e coletivos que se juntam à eventos, como o Coletivo Libre Artes Aéreas, Centro Cultural Luiz Freire, o Coletivo Anaco-Festivo Ocupe Estelita etc.

¹⁵³ Programação e convites amplamente divulgados em meios digitais como Facebook do Movimento#Ocupe Estelital e Marco Zero Conteúdo (PINTO, 2017).

pensar o futuro da cidade são possíveis, questionando o projeto Novo Recife como a melhor solução a ser tomada contra o abandono daquele local.

Figura 12 – Atividades realizadas pelo MOE em defesa do Cais Estelita



1 – Primeiro Ocupe Estelita (2012)



2 – Performances



3 – Debates (2º Ocupe Estelita)



4 – Trecho do Plano Diretor na parede de armazém (2012)



5 – Montagem da maquete do PNR



6 – Atividades infantis (Ocupinho 2014)



7 – Ocupação no Cais Estelita (2014)



8 – Shows



9 – Grande Ato de protesto (2015)

Foto 1 - Attribution 2.0 Generic (CC BY 2.0). Imagem: Ytallo Barreto. Fonte: DIREITOS URBANOS - <https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/6972508518/>. Foto 2 - Attribution 2.0 Generic (CC BY 2.0). Imagem/Fonte: DIREITOS URBANOS - <https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/7193099734/>. Foto 3 - Attribution 2.0 Generic (CC BY 2.0). Imagem/Fonte: DIREITOS URBANOS - https://farm9.staticflickr.com/8151/7104044201_ab948babbd_b.jpg. Foto 4 - Attribution 2.0 Generic (CC BY 2.0). Imagem/Fonte: DIREITOS URBANOS - <https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/7087584213/>. Foto 5 - Attribution 2.0 Generic (CC BY 2.0). Imagem: Leonardo Cisneiros. Fonte: DIREITOS URBANOS - <https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/8692587446/>. Foto 6 - Attribution-NonCommercial 2.0 Generic (CC BY-NC 2.0). Imagem: Marcelo Soares. Fonte: DIREITOS URBANOS - <https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/14166024468/>. Foto 7 - CC BY-NC-SA 2.0. Imagem: midianinja. Fonte: DIREITOS URBANOS - https://farm4.staticflickr.com/3835/14531629948_70bd7a734e_b.jpg. Foto 8 - Attribution-NonCommercial 2.0 Generic (CC BY-NC 2.0) Imagem: Eric Gomes. Fonte: DIREITOS URBANOS - <https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/16911295054/>. Foto 9 - Attribution-NonCommercial 2.0 Generic (CC BY-NC 2.0). Imagem: Marcelo Soares. Fonte: DIREITOS URBANOS - <https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/16769039834/>.

A ênfase da atuação do movimento está, portanto, no uso do espaço público (meio físico), embora o meio digital também tenha função importante. Mídias sociais digitais (Facebook, Youtube, blogs) foram altamente usadas para divulgar a oposição ao PNR, para mobilizar agentes e ampliar a rede de apoiadores, bem como para a reflexão sobre questões urbanas que estão de alguma forma articuladas ao projeto.

A produção audiovisual e iconográfica de contestação é um dos componentes importantes na atuação do MOE. O canal do Youtube #OcupeEstelita agrupa diversas produções audiovisuais que questionam informações sobre o PNR, divulgam obscuridades do processo e dão a ver os conflitos existentes na cidade. As produções *Cabeça de Prédio*¹⁵⁴ e *Recife: Cidade Roubada*¹⁵⁵, por exemplo, mostram a relação entre construtoras e o financiamento de campanhas políticas, dão nome aos agentes (construtoras e políticos) e explicam processos históricos de formação da cidade, trazendo reflexões sobre temas urbanos, questionando processos de segregação urbana e exclusão social e contribuindo para demonstrar a ingerência do capital na política urbana e na privatização dos espaços públicos. O *Acorda*¹⁵⁶, recorre a alegorias históricas (usando um cabo de guerra) para refletir as disputas de poder existentes na sociedade. O *Novo Apocalipse Recife*¹⁵⁷, por sua vez, de forma satírica (a partir de um ator que usa uma máscara que personifica a figura do prefeito Geraldo Júlio), questiona o modelo de cidade proposto pelo projeto mostrando que esse é suportado por políticos locais devido a interesses específicos (Figura 13). Vê-se, portanto, esforços de criticar o projeto, ampliar a discussão, refletir e mostrar formas alternativas de se pensar o planejamento da própria cidade. Aproxima-se, assim, arte-cinema-política, dando-se visibilidade a processos urbanos que respondem aos interesses do capital.

O documentário *Vida Estelita*, registra vivências de integrantes da ocupação do cais ocorrida em 2014 trazendo uma discussão sobre o direito à cidade. Através de relatos desses participantes, são mostrados sentimentos de exclusão, violência e preconceito existentes nos processos de requalificação urbana, vê-se uma divisão entre o *nós* e o *eles*, e os entrevistados “denunciam um tratamento desigual entre esses grupos e reivindicam a construção de um mundo mais igualitário” (MELO, 2016, p.4). Essa produção audiovisual, por um lado, surge da necessidade de registrar o conflito frente a uma mídia tradicional marcada pela carência de notícias sobre a questão, por outro, abre oportunidade de reforçar o contradiscurso que se opõe à hegemonia vigente (Governo Estadual, Prefeitura, Consórcio Novo Recife, grande mídia). A partir das falas do documentário, vê-se ainda tanto o amadurecimento de participantes quanto indícios de solidariedade entre classes, ao menos momentaneamente.

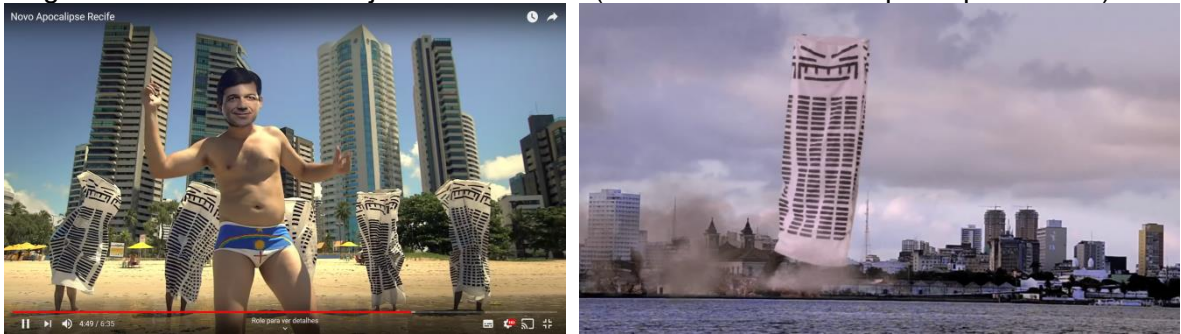
¹⁵⁴ Disponível no canal do Youtube do #OcupeEstelita: <https://www.youtube.com/watch?v=HcenLcp1w2U>.

¹⁵⁵ Disponível no canal do Youtube do #OcupeEstelita: <https://www.youtube.com/watch?v=dJY1XE2S9Pk>.

¹⁵⁶ Disponível no canal do Youtube do #OcupeEstelita: <https://www.youtube.com/watch?v=qEldv-tjVvY>.

¹⁵⁷ Disponível no canal do Youtube do #OcupeEstelita: <https://www.youtube.com/watch?v=uE0wJi6xNBk>

Figura 13 – Críticas ao Projeto Novo Recife (documentário Novo Apocalipse Recife)



Fonte: Novo Apocalipse Recife (2015). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uE0wJi6xNBk>. Acesso em: 30 fev. 2019.

Ao mesmo tempo, percebe-se que o próprio MOE também foi se modificando ao longo do tempo; agregando apoiadores, abrindo novos espaços de discussão, ampliando as causas de atuação, reorganizando e rearticulando formas de resistência. Os eventos organizados pelo movimento e as reuniões abertas voltadas a discutir os rumos do mesmo divulgadas no Facebook em 2017 e 2018, mostram um pouco dessa transformação¹⁵⁸.

A análise da atuação do MOE mostra, assim, que os resultados conquistados pelo movimento têm impacto naquele *locus*, cais Estelita, ajudando a impedir a implantação do PNR e reforçando o uso e as afetividades com o espaço público; mas também extrapolam essa dimensão. Ao se oporem ao projeto, abriram espaço para questionar a própria produção do território que articula interesses Estado-Capital, e que se manifesta, não apenas ali, mas em outros projetos e contextos, gerando novas possibilidades de desdobramento ao inspirar outras lutas¹⁵⁹. Contribuíram, ao mesmo tempo, para ampliar a discussão sobre o próprio Direito à Cidade, o direito de usar e decidir sobre os rumos dessa cidade.

4.2.3. A VILA AUTÓDROMO: RESISTÊNCIA E PLANEJAMENTO AUTÔNOMO EM RESPOSTA A DISPUTAS SOCIAIS URBANAS

No Rio de Janeiro, cerca de 24% da população vive em favelas (WILLIAMSON, 2017). A Vila Autódromo, é uma dessas, localizada na Zona Oeste da cidade, junto a um vetor de expansão imobiliária voltado à população de média e alta renda, ao norte do limite administrativo da Barra da Tijuca (VAINER, et al, 2013; CPCO, 2014), em cujo entorno foram construídas as instalações do Parque Olímpico (para os Jogos Olímpicos de 2016).

¹⁵⁸ O Ocupe+5, em 2017, por exemplo, trazia a campanha que buscava refletir sobre: “Que lutas cabem no Cais? Quais são as resistências possíveis? Quais são as táticas necessárias?” Ver: Pinto (2017) – <http://marcozero.org/entorno-do-cais-jose-estelita-e-objeto-de-nova-ocupacao-no-domingo/>.

¹⁵⁹ A exemplo do movimento cidadão organizado em defesa do cais em Porto Alegre, “Cais Mauá para Todos”.

A comunidade foi forjada junto a uma história de resistência contra tentativas de remoção promovidas pelo poder público¹⁶⁰. Esse desenrolar, mostra as contradições existentes nas ações do Estado informando como esse é muitas vezes influenciado por grupos de poder da sociedade. O caso da Vila Autódromo serve para ilustrar exemplarmente, como salientado por Vainer et al (2013), um contexto de disputas e conflitos impulsionado pelo planejamento estratégico, competitivo e de concepção autoritária dado pela estreita relação Estado-Capital. Essa coalizão de poder, e o modelo de cidade por ela buscado nas últimas duas décadas, influenciado pelos megaeventos (Jogos Pan Americanos de 2007, Copa das Confederações de 2010, COPA do Mundo de 2014 e ápice nas Olimpíadas de 2016), impacta fortemente a estrutura e as dinâmicas da cidade:

A conquista do direito de sediar os Jogos Olímpicos 2016 constitui, sem dúvida alguma, o ápice de processo iniciado há duas décadas, que encadeou a cidade do Rio de Janeiro a uma nova coalizão de poder e um novo projeto de cidade. A realização dos Jogos Pan-americanos de 2007, da Copa das Confederações em 2013, da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016 vêm propiciando a concentração de grandes investimentos públicos na implantação de projetos que reconfiguram extensos espaços urbanos e impactam a própria estrutura e dinâmica da cidade [...] A trajetória de luta e resistência contra a remoção da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo revela, a seu modo, muito do que tem sido e será, no futuro próximo, a outra face, oculta, do Rio de Janeiro Olímpico (VAINER, et al, 2013, p. 1)

A área na qual se localiza a Vila Autódromo é estratégica para o mercado imobiliário. Segundo o IBGE, trata-se de uma região da cidade com alto crescimento (aumento de 74% entre 2000 e 2010) (VAINER, et al, 2013). Seu entorno engloba diversos equipamentos de grande porte construídos nas últimas décadas – pavilhão Rio Centro (que sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio + 20), o Parque Aquático Maria Lenk e arenas multiesportivas implantados para os Jogos Pan-americanos de 2007, o Parque Olímpico com Centro de Mídia, o Centro Internacional de Transmissão e um hotel de luxo) (ver Figura 14). Até 2012, existia na área o Autódromo Internacional Nelson Piquet, que deu origem ao nome da comunidade.

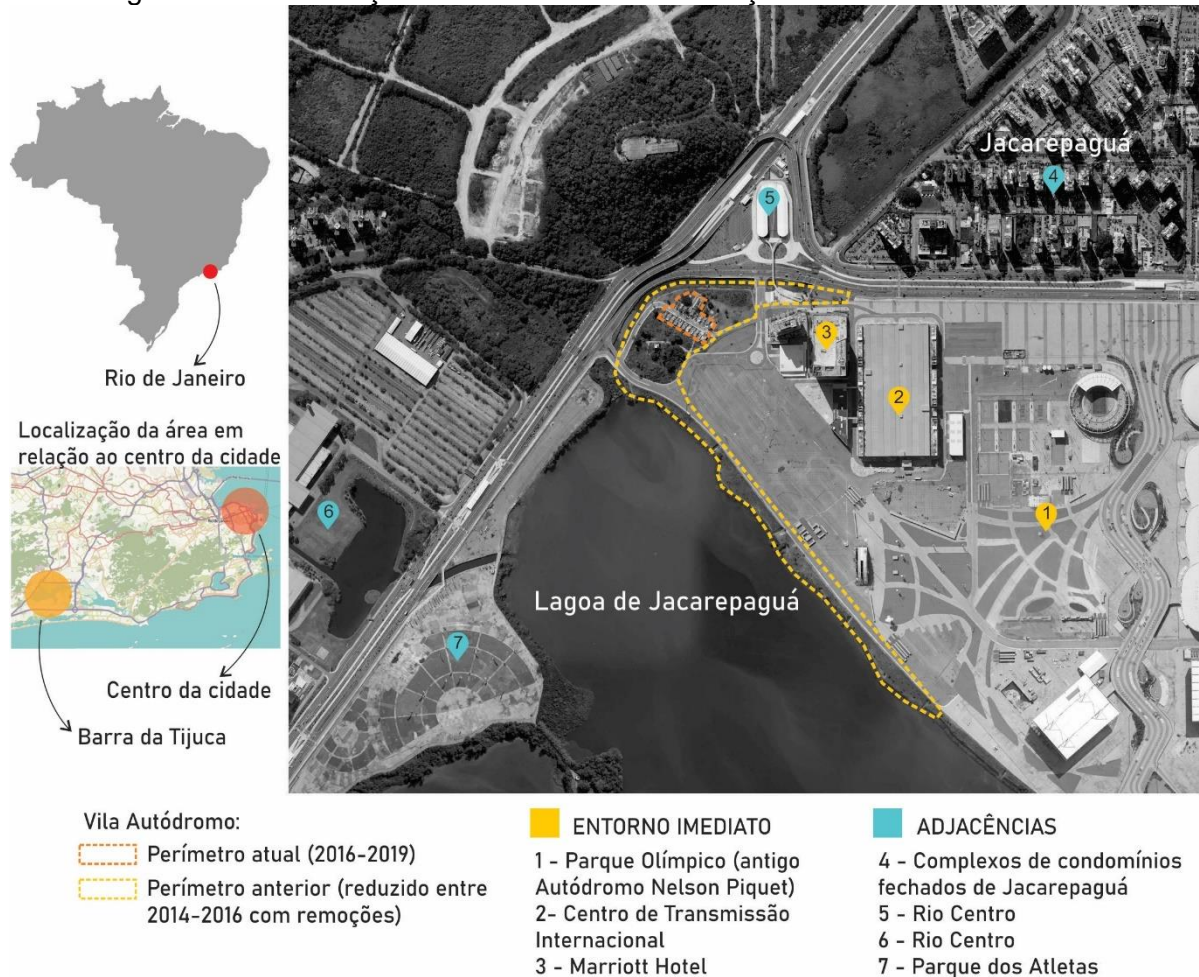
O censo demográfico de 2010 apontou que a população residente na Vila Autódromo era de 1.252 habitantes com 356 domicílios¹⁶¹. No terreno, de propriedade estadual, até o início das remoções, em janeiro de 2014, viviam 550 famílias em uma ocupação consolidada e heterogênea, com edificações de condições boas à precárias (VAINER, et al, 2013; NABACK, 2015). Tratava-se de uma população predominante negra (2/3 da comunidade era

¹⁶⁰ Ao longo dos anos as alegações para remoção da área incluíram: poluição paisagística, ameaça a segurança dos atletas durante os jogos Panamericanos, poluição da lagoa de Jacarépagua, incompatibilidade com o projeto do Parque Olímpico, passagem de via expressa (AMPAVA, 2012; VAINER, et al, 2013; WILLIAMSON, 2017).

¹⁶¹ Ver listagem de Aglomerados Subnormais do IBGE - <https://censo2010.ibge.gov.br/agsn/>.

parda ou negra) que, conforme salientado por Naback (2015), se destacava em um entorno majoritariamente branco (87% na Barra da Tijuca)¹⁶².

Figura 14 – Localização da Vila Autódromo e relação com o entorno imediato



Fonte: Mapa de localização: Open Street Map (<https://www.openstreetmap.org>). Imagem de satélite: Google Earth (Jan 2018) - perímetros aproximados da Vila Autódromo com base em imagens históricas do Google Earth. Levantamento de dados do entorno e adjacências, complementado por L. C. Melchioris (2019).

A origem da ocupação está associada aos pescadores que se instalaram na lagoa Jacarepaguá nas décadas de 1960 e 1970, quando o local era pouco habitado e tinha baixo interesse imobiliário (VAINER, et al, 2013; NABACK, 2015). A Vila ganhou impulso em meados dos anos 1980 com a abertura do loteamento, em uma área até então totalmente destituída de infraestrutura. No final dos anos 1980, famílias oriundas de outros assentamentos foram reassentadas pelo poder público no local e foi fundada Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo – AMPAVA (AMPAVA, 2012).

¹⁶² Não é o foco da pesquisa aprofundar questões referentes ao racismo, mas sabe-se que este existe no Brasil, assim, salienta-se o fato considerando-se que esse pode afetar no tratamento dado à comunidade.

As primeiras tentativas de remoção da comunidade ocorreram nos anos 1990. Nesse período, disputas políticas entre o governo municipal (tentando remover a comunidade) e o estadual (dando Concessão de Uso por 99 anos para 247 famílias) afetaram a vida da comunidade. Embora em 2005 a área tenha sido declarada Área Especial de Interesse Social (AEIS), corroborando o status legal da comunidade, já a partir de 2002 se intensificaram ofensivas de remoção, após a cidade ser escolhida para sediar os Jogos Pan-Americanos. Em 2009, com a definição do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 o processo se agravou. Nos anos seguintes, não só na área, mas em diversas cidades do país, viu-se um cenário profundamente marcado por tentativas de remoções em massa por conta dos megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas).

Assim, frente às ameaças de remoção e às contradições da Prefeitura sobre o futuro da área, as famílias passaram a se organizar para reforçar o processo de resistência e construir um planejamento autônomo. A articulação da comunidade, com o apoio da Defensoria Pública, contrapôs por vários anos os argumentos de remoção, garantindo a manutenção da comunidade. Em 2011, frente à necessidade de reforçar a argumentação técnica de viabilidade de permanência no local, a comunidade, em conjunto com pesquisadores universitários (ETTERN/IPPUR/UFRJ¹⁶³ e NEPHU/UFF¹⁶⁴), criou o Plano Popular da Vila Autódromo. Com o slogan, “Lutar para planejar, planejar para lutar”, o plano se constituiu como um instrumento de luta e uma forma de resistência à remoção involuntária.

O plano buscava a melhoria das condições do assentamento, o acesso à moradia adequada e a possibilidade de desenvolver atividades produtivas no assentamento (AMPAVA, 2012). Demonstrava também que a urbanização da área era possível e poderia ser feita com custo inferior e qualidade superior ao projeto oferecido pela Prefeitura¹⁶⁵ (AMPAVA, 2012; VAINER, et al, 2013; WILLIAMSON, 2017). Sua metodologia incluiu assembleias e oficinas de discussão e a criação de Conselhos reunindo representantes dos moradores organizados por ruas, na busca de estratégias para estreitar a comunicação entre a totalidade de moradores e o grupo de assessoria¹⁶⁶ (AMPAVA, 2012; VAINER, et al, 2013). Servia, portanto,

¹⁶³ Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹⁶⁴ Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense.

¹⁶⁵ As famílias removidas foram realocadas em conjunto habitacional (Parque Carioca) construído com recursos públicos do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.

¹⁶⁶ O plano foi elaborado com forte apoio comunitário. No diagnóstico, moradores discutiram alternativas por eixos temáticos (oficinas). Para responder às necessidades levantadas parceiros acadêmicos sistematizaram e detalharam propostas e alternativas. Versão preliminar do plano foi aprovada em 18/12/2011. Em 01/2012 foi instaurado o Conselho Popular do Plano (voltado a aprofundar a discussão de alternativas e ampliar o debate na comunidade) e foram organizadas reuniões entre Conselho e comissão de moradores (executar ações de melhoria). Em 05/08/2012 o plano foi aprovado em assembleia dos moradores (ver AMPAVA, 2012).

tanto como um instrumento para planejar o desenvolvimento da área e como uma ferramenta de integrar a comunidade em prol em um objetivo comum¹⁶⁷.

A resistência da comunidade contra as iniciativas de remoção ao longo dos anos, como bem ressalta Williamson (2017), foi fortalecida pelo Plano Popular, pelo suporte legal dado a esta, pela ampla rede de apoiadores que a mesma foi capaz de articular¹⁶⁸ e pela mídia internacional que deu visibilidade ao conflito. Porém, o período entre 2013 e 2016 foi marcado pela ampliação da pressão sobre as famílias e por novas tentativas do poder público de desorganizar a comunidade e remoções. A partir de 2013, a Prefeitura passou a ter discursos contraditórios, que, ora afirmavam que a comunidade poderia permanecer, ora tentavam convencer, pressionar, cadastrar e intimidar famílias a deixar o local (WILLIAMSON, 2017). Em meados de 2014, começaram as remoções, embora 197 famílias afirmassem que queriam permanecer na área.

Com o tempo, o número de famílias que desejavam permanecer no local se reduz, visto o desgaste físico e a pressão psicológica sobre a comunidade. Negociações individuais com os moradores, indenizações¹⁶⁹, derrubada de casas e da vegetação aumentaram a pressão sobre aqueles que gostariam de permanecer. Em 2015, com a aproximação das Olimpíadas e a intensificação das remoções, uma série de ações foram promovidas pela comunidade na área em parceria com apoiadores externos, para dar visibilidade ao conflito, estreitar laços na comunidade e ampliar a rede sociopolítica de apoio¹⁷⁰.

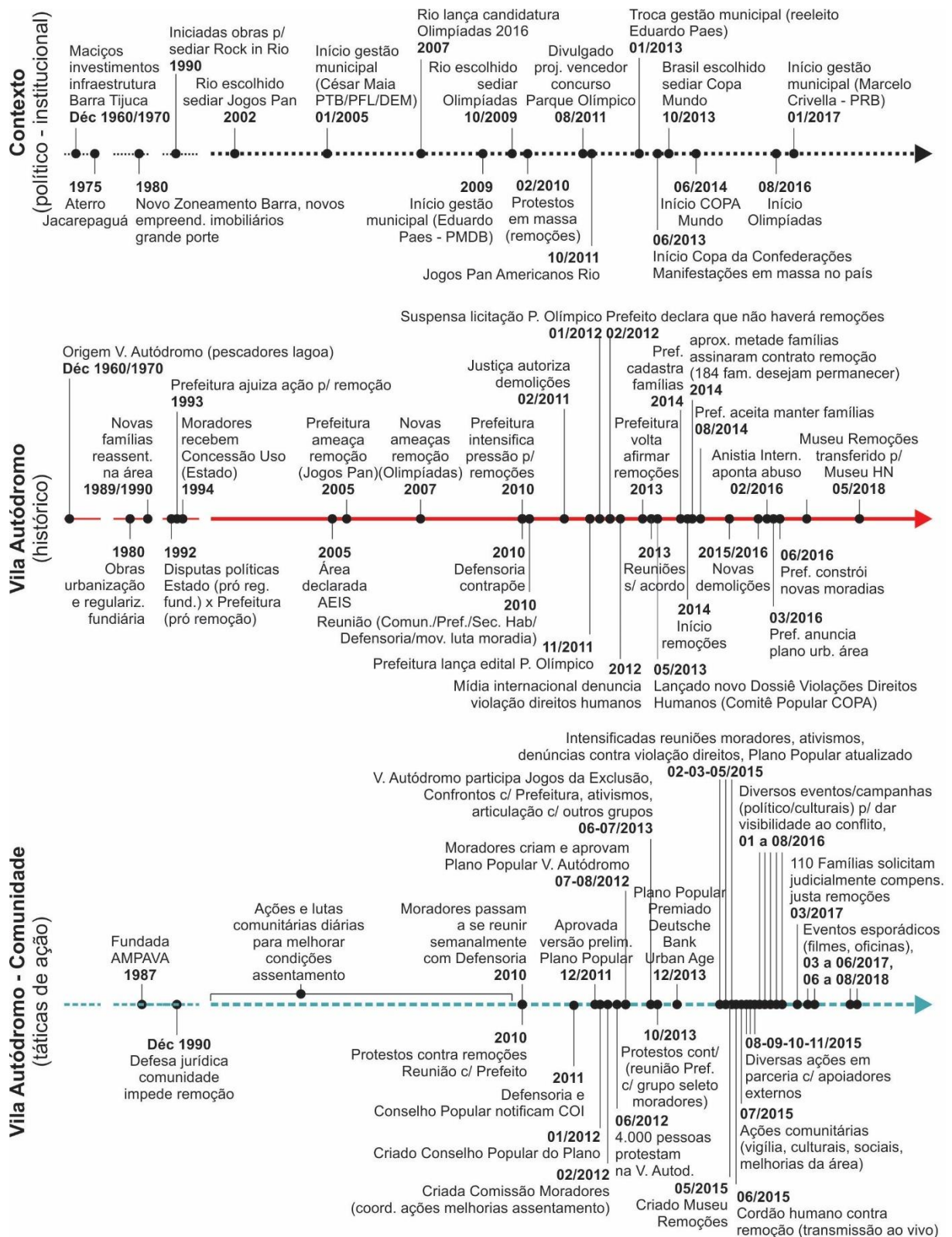
¹⁶⁷ Em 2013, o Plano Popular da Vila Autódromo foi premiado no *Deutsche Bank Urban Age Award Rio* (STEIKER-GINZBERG, 2013 – <https://www.rioonwatch.org/?p=12851>).

¹⁶⁸ Williamson (2017) relata entre os apoios internacionais, por exemplo, estudo publicado no MIT e o documentário “Remodelando o Rio” apresentado ao Serviço de Transmissão Especial (SBS) da Austrália.

¹⁶⁹ Ver: Berta (2015 – <https://oglobo.globo.com/rio/apesar-de-indenizacoes-milionarias-prefeitura-nao-consegue-acabar-com-vila-autodromo-16153064>).

¹⁷⁰ Em 2015, a publicação de decretos de remoções faz com que cerca de 10 moradores que desejavam permanecer passem a se reunir semanalmente (sede da igreja católica) para trocar informações e organizar ações (SILVA, 2016). A articulação com o setor acadêmico é reforçada publicamente com o lançamento da 6ª versão do Plano Popular, apresentado na Vila e atualizado com a comunidade reduzida após remoções (Fev/2015). Ações políticas do período incluem: articulação com outras comunidades atingidas por remoções (Encontro das Comunidades Oprimidas pelas Olimpíadas e Urbanizações) (SILVA, 2016) e o pronunciamento da moradora Jane Nascimento na Comissão do Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Em junho, confronto com a polícia re-motiva moradores a resistir (organizam cordão humano contra remoções transmitindo o conflito ao vivo em mídias alternativas). O Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura realiza atividades na Vila (Jun/2015), árvores são plantadas pela comunidade e uma vigília comunitária (fogueira, música, comidas) é apoiada por jornalistas, militantes, parlamentares, pesquisadores (jul/2015). Em seguida, organizam: o primeiro Festival Cultural #OcupaVilaAutódromo (parceria Coletivo Festa Tupiniquim, Marcha Mundial de Mulheres, Comitê Popular da Copa, Arquitetura da UFF e pesquisadores – Ago/2015), a cartografia aérea da Vila (iniciativa do laboratório cidadão #dronehackademy – Set/2015), churrasco de confraternização (organizado pelos moradores através do Facebook – Out/2015); campanha Remoções têm Rosto (fotógrafo Guilherme Imbassahy) (Nov/2015), ações comunitárias de revitalização do parquinho (parceria Universidade Anhanguera), e o segundo festival cultural da Vila (Nov/2015).

Figura 15 – Linha do tempo da luta da comunidade da Vila Autódromo



Elaborado por L. C. Melchior (2019) com base em AMPAVA (2012); VAINER, et al (2013); CPCO (2014); NAKABI (2015); SILVA (2016); MONTEIRO; MEDEIROS (2017); SANCHES (2017c); WILLIAMSON (2017); SASTRE (2019); Facebook V. Autódromo; Website Museu das Remoções, Jornal O Globo; Rio OnWatch.

No início de 2016 espaços simbólicos da comunidade foram demolidos (Associação de Moradores, casas de lideranças locais) e o número de moradores que permaneciam na

área foi reduzido ainda mais. Para contrapor, a comunidade se envolveu em diversos eventos culturais e políticos¹⁷¹. Três meses antes das Olimpíadas, um pequeno grupo de famílias ainda se recusava a deixar a área e a aceitar qualquer oferta de remoção ou indenização. A Prefeitura, assim, cedeu a essas famílias que reconquistam o direito de permanecer no local, se comprometendo a reconstruir moradias e a urbanizar assentamento¹⁷². A Figura 15 apresenta a linha do tempo do processo mostrando resistências desenvolvidas pela comunidade articuladas ao contexto da cidade.

A história da Vila Autódromo ilustra um processo doloroso de conflitos entre a comunidade e o poder público, tendo em vista que as famílias tiveram, ao longo dos anos, direitos diversas vezes desrespeitados e vínculos de afetividade destruídos. Ao mesmo tempo, demonstra estratégias de planejamento do território que se alinham a interesses do capital imobiliário e que trazem elevados custos sociais e financeiros (custou à cidade R\$ 327 milhões em contraposição à proposta de urbanização do Plano Popular que estimava um orçamento para melhorar a comunidade de R\$ 14 milhões)¹⁷³ (WILLIAMSON, 2017). Entender os agentes envolvidos nesse processo ajuda a pensar como contrabalançar estruturas de poder a partir da ação coletiva em rede.

Agentes envolvidos no processo

A história da Vila Autódromo envolve, de um lado, grupos de poder (articulação Estado-capital) que lutaram para remover a comunidade da área e, do outro, moradores e uma ampla rede de apoiadores que buscaram, ao longo dos anos, desenvolver formas de resistência para garantir o direito à moradia e o direito de permanecer no local.

Nos últimos anos, o grupo de maior poder foi marcado por uma coalizão de forças entre o Poder Público municipal, personificado na figura do Prefeito Eduardo Paes (eleito para as gestões 2009-2012 e 2013-2016), com o consórcio de construtoras vencedoras da licitação para a construção do Parque Olímpico (consórcio Rio Mais, Odebrecht Infraestrutura, Andrade

¹⁷¹ São lançados na Vila: o filme Favela Olímpica (Jan/2016) e a última versão do Plano Popular. É criada a campanha online #Urbanizajá (Fev/2016), solicitando que o Prefeito divulgasse plano de urbanização prometido aos moradores. Personalidades visitam a área (Raquel Rolnik, David Harvey – Mar/2016). É criado o Museu das Remoções e são realizados na Vila a Festa Literária da Periferia (Mai/2016) e o Arraiá #OcupaVilaAutodromo (Jun/2016). Moradora faz relato em reunião das Nações Unidas em Genebra (Jul/2016) e é realizado evento Vila Autódromo OCUPA Olimpíada (“ocupação” no Parque Olímpico com celebração e protesto, em Ago/2016).

¹⁷² Passada as olimpíadas, os moradores continuam promovendo atividades político-culturais – eventos de cinema na Vila (Mar/2017) (exibição filmes “Resistência” e “Favela Olímpica” organizados pelo Museu das Remoções, Maio/2017 e Julho/2018); seminário Direito à Moradia realizado no local (Julho/2018); campanha #sinalizaçãojá!; lançamento de livro “Viva a Vila Autódromo: O Plano Popular e a Luta Contra a Remoção” (Fev/2019); manifestações na estação BRT Parque Olímpico para cobrar melhorias da Prefeitura.

¹⁷³ Williamson (2017) assinala que mais de R\$105 milhões foram gastos na construção do conjunto habitacional Parque Carioca, R\$ 220 milhões pagos em compensações financeiras e R\$ 2.9 milhões gastos para reconstruir a Vila Autódromo; além dos processos judiciais de 110 famílias acusando a Prefeitura de compensações injustas.

Gutierrez e Carvalho Hosken). Silva (2016) e Williamson (2017) sinalizam claramente esta união entre o prefeito e as construtoras¹⁷⁴.

Do outro lado, buscando defender o direito à moradia, garantido não apenas pelo tempo de ocupação, mas pelos termos legais de concessão de uso da área, os moradores da Vila Autódromo, apoiados por uma ampla rede formada por: Defensoria Pública, movimentos sociais, ONG's, pesquisadores, mídias alternativas, representantes parlamentares¹⁷⁵ de coletivos culturais, ativistas e outros. Entre esses destacam-se: a Pastoral de Favelas do Rio de Janeiro, o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, o NUTH da Defensoria Pública, a ONG Rio On Watch, bem como o NEPHU/UFF e o ETTERN/UFRJ, que apoiaram a elaboração do Plano Popular (VAINER, et al, 2013; NABACK, 2015; SILVA, 2016; WILLIANSO, 2017).

Essa rede de apoiadores, em alguns momentos, permitiu a instrumentalização técnica (urbanística, jurídica etc.) da comunidade e, em outros, possibilitou a troca de experiências (entre comunidades e grupos com saberes distintos) para discutir táticas de ação. Ao mesmo tempo, legitimou a causa dos moradores como parte de um processo mais amplo, reforçando simbolicamente “o sentimento de integração” desses “com o restante da cidade” (SILVA, 2016, p. 57).

Naback (2015) e Silva (2016) ressaltam a longa trajetória histórica da Pastoral de Favelas que, desde a década de 1970, deu suporte aos moradores da área, fornecendo um espaço de reuniões e ajudando na promoção de eventos. O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, formado mais recentemente, teve papel fundamental na divulgação de relatórios (dossiês anuais) que deram visibilidade a violações de direitos humanos ocorridas durante a preparação para os megaeventos. Silva (2016) descreve a formação do grupo e relata seu papel em relação ao contexto do país:

o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro [...] [n]asceu a partir de articulações oriundas do Fórum Social Urbano, que ocorreu na Cidade do Rio de Janeiro no ano de 2010, como um ato de resistência e crítica ao V Fórum Urbano Mundial (FUM), realizado pela Organização das Nações Unidas no mesmo ano. Formado por movimentos sociais, moradores de comunidade, ativistas, pesquisadores e representantes de mandatos parlamentares, o Comitê tem como objetivo o enfrentamento do projeto neoliberal de cidade, que se intensifica com a

¹⁷⁴ Silva (2016, p. 42) relata que a “coalizão se personifica na figura do atual Prefeito da Cidade, Eduardo Paes, cuja trajetória política, conforme já dito, foi forjada em meio aos interesses do capital imobiliário, tendo seu caminho cruzado com o da Vila Autódromo algumas vezes desde que assumiu a subprefeitura da Barra, em 1997, até os dias atuais”. Williamson (2017, p.71), por sua vez, comenta que “At this point the mayor of a city in an advanced democracy might have stopped and negotiated collectively or recognized the political damage that insisting on the eviction of a small, well-supported community like this would cause and might have changed course. But in Rio, Mayor Eduardo Paes instead buckled down in his approach, obviously committed to the behind-the-scenes demands of the real estate moguls who would ultimately benefit from the eviction and who were responsible for building the Olympic park”.

¹⁷⁵ Silva (2016) destaca entre esses o “apoio de parlamentares do PT (o vereador Reimont), e do PSOL (os deputados estaduais Eliomar Coelho e Flávio Serafini, e os vereadores Babá e Renato Cinco)”.

vinda de megaeventos como os Jogos Olímpicos de 2016, e está marcado pelo acirramento da segregação socioespacial. Sua atuação envolve a divulgação de violações de direitos a partir dos dossiês lançados anualmente desde 2012, em denúncias formais a organismos internacionais de proteção, como a Plataforma Dhesca [plataforma de Direitos Humanos], a partir de missões realizadas em comunidades atingidas por remoções, e equipamentos esportivos, a participação e a realização de manifestações. (SILVA, 2016, p. 57)

O Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública atuou na assessoria jurídica do grupo fornecendo contra argumentações e fundamentando a questão do direito à moradia¹⁷⁶ (WILLIAMSON, 2017; NABACK, 2015; SILVA, 2016). Silva (2016) salienta a importância da atuação da Defensoria, não apenas barrando juridicamente ações, mas desacelerando o processo em diferentes momentos, garantindo aos moradores “melhores condições objetivas e conte[ndo] algumas das arbitrariedades que costumam se materializar em disputas territoriais como essa” (SILVA, 2016, p. 68). A ONG *Rio On Watch – Community Report on Rio*, atuou como mídia independente que deu ampla visibilidade aos conflitos buscando trazer a perspectiva da comunidade. Theresa Williamson (2017), uma das diretoras da ONG, relata detalhadamente diversos momentos dessa história de disputas nos quais fica evidente a disparidade de poder existente entre os moradores e o Estado.

Por fim, tiveram papel fundamental também os setores acadêmicos, através do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense – NEPHU/UFF e do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ETTERN/UFRJ dando suporte à comunidade para elaborar o Plano Popular. Uma rede de estudantes, professores e pesquisadores integrando voluntários de diferentes áreas – Arquitetura, Serviço Social, Direito, Geografia, Engenharia (SILVA, 2016) que contribuiu para reforçar que era viável a urbanização da área e a manutenção das famílias. Silva (2016) lembra:

Em 2010, numa reunião com moradores e apoiadores, o prefeito Eduardo Paes afirmou que, caso a Vila Autódromo comprovasse a viabilidade de sua urbanização ela seria feita. [...] Os moradores, então, foram em busca do argumento técnico, para dessa vez, usá-lo a seu favor. À época, o laboratório de pesquisa da UFRJ, ETTERN, participava do Comitê Popular da Copa, o que o aproximou da demanda. Começava a ganhar corpo a ideia de um Plano Popular de Urbanização para a Vila Autódromo. Após se comprometer com o projeto, o ETTERN entrou em contato com os integrantes do NEPHU, da UFF (SILVA, 2016, p.67)

¹⁷⁶ A exceção ocorreu entre os anos 2011 e 2014 quando assumiu novo Defensor Público Geral. Em 2010, a Defensoria Pública abriu processo contra a Prefeitura do Rio de Janeiro e encaminhou ao Comitê Olímpico Internacional (COI) memorando descrevendo violações de direitos humanos e violações legais que vinham ocorrendo por conta das ameaças de remoção. Em resposta, O COI questionou o Governo do Estado que acabou por nomear novo Defensor Público Geral (WILLIAMSON, 2017). Silva (2016) e Williamson (2017) salientam o quanto a articulação com a Defensoria Pública foi esvaziada entre 2011 e 2014 (troca do Defensor Público Geral, defensores realocados, escritório do NUTH esvaziado). Vê-se, assim, o poder da interferência política e a fragilidade das instituições públicas cujos cargos podem ser amplamente influenciados pelos alinhamentos políticos e ideológicos de seus ocupantes.

Essa rede de apoio que deu forma ao Plano Popular foi, portanto, fundamental para legitimar a afirmação técnica de manutenção das famílias no local, trazendo contra argumentações técnicas às propostas de remoção da Prefeitura. O Plano Popular, assim, afirmava o direito e a possibilidade de permanência da comunidade na área e rejeitava a remoção involuntária. Através de programas e ações voltadas aos espaços públicos e privados, buscava a melhoria das condições do assentamento, o acesso à moradia adequada e a possibilidade de desenvolver atividades produtivas. Ao mesmo tempo, demonstrava que a urbanização da área era possível e poderia ser feita com qualidade superior ao projeto oferecido pela Prefeitura (Parque Carioca – PMCMV) e com custo inferior (AMPAVA, 2012; VAINER, et al, 2013; WILLIAMSON, 2017).

A cobertura da mídia internacional também colaborou para fortificar a resistência e divulgar o conflito¹⁷⁷. Nesse sentido, Vainer, et al (2013) salientam que:

Neste processo de intensa luta simbólica, a grande exposição do caso em importantes veículos da mídia internacional, como o The New York Times, Le Monde Diplomatique, The Guardian e El País, além da importante ação de plataformas internacionais de direitos humanos, colocam na pauta a questão do respeito aos direitos humanos e interpelam a própria imagem internacional do projeto de cidade olímpica. A projeção da luta da comunidade, que já foi locus de importantes eventos internacionais de resistência, como a Marcha dos Povos na Conferência Rio + 20, em abril de 2012, reposiciona o conflito nas escalas nacional e internacional. Em novembro de 2012, a comunidade foi visitada por Grupo de Trabalho sobre Megaeventos da Comissão Especial sobre Moradia Adequada, constituída pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, presidido pela Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República (VAINER, et al, 2013, 10).

Cabe salientar que o processo de resistência só foi possível graças à mobilização dos moradores, que foram capazes de se organizar para manter a resistência contra às remoções. Essa atuação se deu através da luta do dia-a-dia, da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPAVA), de lideranças locais e de grupos de trabalho criados durante a elaboração do plano popular. Como bem salienta Tanaka (2017, p.15), “a comunidade diferenciou-se das outras pela sua organização política para defender seus direitos”. Ao mesmo tempo, a ampla rede de apoiadores ajudou a reforçar a causa.

Essa rede de agentes tende a ser não hierárquica, embora se destaquem lideranças individuais locais, que atuaram como catalisadoras de vontades coletivas na defesa do seu

¹⁷⁷ A título de exemplo se pode citar: “Slum Dwellers Are Defying Brazil's Grand Design for Olympics” do The New York Times (EU) de 2012 (ROMERO, 2012 – <https://www.nytimes.com/2012/03/05/world/americas/brazil-faces-obstacles-in-preparations-for-rio-olympics.html>); “Autódromo, la irreductible favela que planta cara a Río 2016” do El Mundo (ES), de 2012 (BONILLA, 2012 – <https://www.elmundo.es/elmundo/2012/08/21/suivienda/1345546036.html>); “Devir mundo da favela e devir favela do mundo” do Le Monde Diplomatique Brasil de 2012 (COCCO; MENDES; Szaniecki, 2012 – <https://diplomatique.org.br/devir-mundo-da-favela-e-devir-favela-do-mundo/>); “Change beckons for Vila Autódromo, the favela that got in the Rio Olympics' way” do The Guardian (UK) de 2016 (GRIFFIN, 2016 – <https://www.theguardian.com/global-development/2016/apr/26/rio-de-janeiro-favela-change-vila-autodromo-favela-olympics>).

território. Entre, esses, o papel de mulheres é destacado por distintos autores (CPCO, 2014; MONTEIRO; MEDEIROS, 2017). Há fortes vínculos dentro da comunidade (laços de *bonding-união*), mas, os moradores entenderam a necessidade de buscar parceiros e apoiadores que ultrapassam os limites da comunidade com os quais estabelecem pontes (ligações do tipo *bringing*), que ultrapassam em muito a escala local e atingem esferas nacionais e internacionais.

Táticas de ação e resultados alcançados

As táticas utilizadas pela comunidade ao longo dos anos foram diversas, muitas vezes atuando em resposta às ações da Prefeitura. As ações dos moradores são fruto de uma história de lutas comunitárias diárias voltadas a melhorar as condições do assentamento e de vida nesse local¹⁷⁸. Dessa luta compartilhada, forjaram-se laços de confiança, estreitaram-se relações entre vizinhos, se construíram memórias compartilhadas, histórias comuns, um senso de território, questões ameaçadas de serem destruídas com a remoção da comunidade.

A Prefeitura, por outro lado, a fim de viabilizar a remoção da comunidade, utilizou estratégias que caracterizaram um processo marcado pela falta de diálogo com os moradores. A carência de informações/explicações sobre os projetos das Olimpíadas é apontada por diversos autores como estratégia da prefeitura em desmobilizar a comunidade (VAINER, et al, 2013; NABACK, 2015; SILVA, 2016). Como relata Naback (2015, p.116), “tornou-se comum que moradores descobrissem os motivos da remoção da Vila Autódromo por meio de notícias e publicações”.

Ao mesmo tempo, vale salientar que, ao final, a remoção das famílias não ocorreu por ação judicial de despejo, mas através de diversas estratégias discursivas e de uma miríade de ações da Prefeitura voltadas a pressionar a saída dos moradores. Com o tempo, as obras da Prefeitura foram transformando a área em um “não lugar” (demolição de casas, vegetação, corte de infraestrutura básica). À comunidade foi também “vendida” uma imagem de aquisição social com a mudança para um “condomínio” melhor, caso aceitassem serem removidos (NABACK, 2015; WILLIAMSON, 2017). Somando-se a isso, a disseminação de boatos e de informações desencontradas por parte dos agentes públicos, a ausência de informações e de garantias às famílias que permanecessem no local e a prática de individualização das demandas adotada pela Prefeitura (oferecendo individualmente indenização para os que aceitassem a remoção), ampliaram os conflitos internos e desestabilizaram a resistência. Essa desestabilização se deu a tal ponto que a maior parte das famílias aceitou a remoção

¹⁷⁸ Nakabi (2015) relata diversas práticas de mutirão/mobilizações para urbanização da área (implementação de tubulação para distribuição de água, plantio de árvores, ações para reduzir mosquitos, batalha por coleta pública de lixo, arrecadação de dinheiro para colocação de iluminação); ações de limpeza do rio e criação de redes de solidariedade entre os moradores.

mesmo ser receber contratos de posse das novas moradias ou sem ter muitas informações sobre o empreendimento para o qual se mudariam (NABACK, 2015; SILVA, 2016)¹⁷⁹. Como conta uma das moradoras, a principal estratégia da prefeitura “foi dividir para ocupar. Dividiram até famílias: o esposo queria sair, a esposa não; um filho sim, o outro irmão não... a desarmonia foi total”. (SASTRE, 2016, p.3).

Durante anos, os moradores contrabalançaram esse processo fazendo uso de táticas diversas. Silva (2016) faz uma análise da atuação da comunidade da Vila Autódromo e ressalta três tipos de práticas principais:

i) reapropriação do espaço – ex. barricadas, diversas formas de exercício de poder sobre o espaço, vigília (com fogueira, comida, música), recuperação da memória afetiva (replanteio de árvores, revitalização do parquinho, churrascos), ocupação da Vila (festivals culturais; ii) resignificação de lugares, que engloba desde a reconstrução de alguns sentidos até a criação e projeção de significados futuros para os lugares; e a iii) construção de redes espaciais integrando diferentes atores da cidade e experiências de comunidades que enfrentam processos semelhantes de remoção (SILVA, 2016, p. 56).

A essas se poderia complementar: iv) o uso de espaços convidados, formais e legais; v) uso de táticas de visualização do conflito e práticas criativas de resistência; iv) uso de um discurso comum e de práticas para consolidar e fortalecer o grupo.

O uso dos espaços convidados inclui tanto os canais institucionais (como o cadastro da comunidade em políticas de regularização fundiária que auxiliaram a contrapor propostas iniciais de remoção e a garantir títulos de posse e de Concessão de Uso) quanto contestações de propostas governamentais através do sistema judicial.

Protestos, manifestações e mecanismos de resistência também marcaram diferentes períodos, incluindo não apenas os moradores, mas a ampla rede de apoiadores. Táticas diversas de visualização do conflito mostraram oposição à estratégia governamental de invisibilizar a pobreza no urbano. Essas incluíram o uso de mídias próprias e alternativas para divulgação da história, de memórias e de notícias¹⁸⁰. Englobaram também o relato de experiências vividas na comunidade (SILVA, 2016; VAINER, et al, 2013), a exemplo da criação do Museu da Remoções¹⁸¹; de práticas de gravar e transmitir imagens ao vivo para

¹⁷⁹ Naback (2015, p.125) chama de um processo de remoção “biopolítica”, ou seja “permeada de práticas institucionais que constroem os moradores, que atuam de forma capilar, diretamente no campo da vida, exercendo uma violência “subterrânea”, que não é passível de mensuração (a ameaça virtual de remoção) ou de fácil identificação (ela é praticada por diferentes agentes, de modo rotineiro, o que torna difícil apurar como o quanto as famílias foram pressionadas); e, ao mesmo tempo, age diretamente sobre o habitat, sobre o campo dos desejos - a vontade de morar em um condomínio ou em um lugar com estabilidade e serviço”.

¹⁸⁰ Entre essas o uso das mídias sociais (Facebook, Youtube, página web da comunidade) e mídias alternativas como o RioOnWatch. Posteriormente seguidos de mídias internacionais, incluindo jornais de grande circulação.

¹⁸¹ O Museu das Remoções, criado em 2016 na Vila Autódromo, foi organizado como um museu a céu aberto buscando conectar o território e a memória da comunidade e servindo como um instrumento de luta (MUSEU DAS REMOÇÕES, 2019 – ver: <https://museudasremoco.es.com/> e <https://www.youtube.com/channel/UC6kb8UCk2DRWsiQBW6pmVA>).

mostrar momentos de violação de direitos humanos, bem como da produção de material audiovisual¹⁸². Outras práticas criativas como as campanhas “adesivando a cidade”¹⁸³; “remoções tem rosto”¹⁸⁴; hashtag #UrbanizaJá¹⁸⁵, bem como insurgências para marcar a presença da comunidade no espaço da cidade¹⁸⁶, também contribuíram para divulgar o conflito e ampliar a rede de apoiadores à comunidade (Figura 16).

A articulação com as universidades para elaboração do Plano Popular trouxe à comunidade suporte técnico, fornecendo reforço para contrapor a argumentação da Prefeitura. Com o tempo, os moradores passaram a fazer uso de táticas discursivas para justificar sua permanência. A comunidade adotou um discurso comum que invocava: o histórico da vila como um lugar pacífico (ausência de milícias), o argumento da legalidade (Termos de Concessão de Uso), a oportunidade de fazer da urbanização da área um legado das Olimpíadas e o custo público de urbanização muito inferior ao de remoção.

Ao mesmo tempo, articulações com instituições externas possibilitam a busca de alternativas para reforçar tanto vínculos entre moradores quanto laços desses com a área (incluindo ações voltadas às crianças e mulheres), ao mesmo tempo em que buscaram fortalecer relações entre a comunidade e a rede de apoiadores externos à essa¹⁸⁷.

¹⁸² Entre esses diversos materiais audiovisuais produzidos pela comunidade e divulgados na página web da comunidade (<https://vivaavilaaudromo.wordpress.com/author/vivaavilaaudromo/>); os documentários: “STOP DESPEJOS | A Nazaré não fica na rua!” (https://vimeo.com/313830147?fbclid=IwAR1aEapqz0IE3ZU0Xdawd40b_sIBRkdi32sAVXniP8WqJtNi0VYavJek2XfY); “Vila Autódromo: um Bairro Marcado para Viver” (https://www.youtube.com/watch?v=RMgRZ-60j_I) bem como o documentário produzido pelo cineasta suíço Samuel Chalard+ “Favela/Olímpica”, que ilustra o alcance da rede internacional de apoio à Vila Autódromo.

¹⁸³ A campanha “Adesivando a Cidade” foi criada por um morador no contexto da Rio+20 (2012) consistindo na distribuição de adesivos pela cidade com o slogan “Viva a Vila Autódromo – Rio sem Remoções” (SILVA, 2016).

¹⁸⁴ A campanha “As Remoções têm Rosto”, criada pelo fotógrafo Guilherme Imbassahy, fotografou membros da comunidade com camisetas pretas que estampavam o título #SOS Vila Autódromo, ajudando a dar “rosto” à comunidade e auxiliando a humanizar o conflito (ver: HUGGINS, 2015 – <https://rioonwatch.org.br/?p=17352>).

¹⁸⁵ A campanha hashtag #UrbanizaJá tinha como mote a cobrança da urbanização da Vila Autódromo. Convidava cada pessoa a gravar um vídeo e a convidar outras duas pessoas a fazer o mesmo. Teve alta repercussão incluindo pesquisadores e intelectuais (como Carlos Vainer, Raquel Rolnik e David Harvey) e atores (como Camila Pitanga, Zélia Duncan e Bruno Gagliasso) que gravaram vídeos de apoio. A pressão surtiu efeito e poucos dias após seu início o Prefeito anunciou um plano de urbanização da área. (ver SILVA, 2016; MEINICKE, 2016 – <https://vejario.abril.com.br/cidades/personalidades-pressionam-eduardo-paes-pela-urbanizacao-da-vila-autodromo/>; ALTINO, 2016 – <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/personalidades-aderem-campanha-lancada-por-moradores-da-vila-autodromo-18784228>).

¹⁸⁶ Entre as pequenas insurgências voltadas a marcar a presença no espaço pode-se incluir a ação dos moradores que, junto a placas de rua que informavam a localização de hotéis e grandes equipamentos do entorno, incluíram placas, criadas pelos próprios moradores, que indicavam a localização da Vila Autódromo – em menos de uma semana essas placas foram removidas pela Prefeitura (ver SANCHES, 2018).

¹⁸⁷ Entre essas: ações comunitárias de melhoria do espaço, uso de campanhas online, eventos culturais, churrascos de confraternização organizados e divulgados pelo facebook como forma de atribuir apoiadores externos. Em 2012 e 2013, mapeamento do espaço físico feitos com crianças deu origem a produção de mapas afetivos, buscando estreitar laços entre moradores e seus vínculos com o lugar (ver: FORUM JUSTICA, 2019 – <http://www.forumjustica.com.br/pb/cartografia-com-criancas-da-vila-autodromo-minha-vida-na-vila/>). Em 2016, Rodas de Conversas e Auto-organização das Mulheres na Cidade ajudaram a consolidar e fortalecer o sujeito coletivo mulheres frente à conjuntura de remoções, criando espaço para que as mulheres pudessem trocar experiências, fortalecer laços, buscar outras parceiras para participar da luta (MONTEIRO; MEDEIROS, 2017).

Figura 16 – Atividades desenvolvidas em apoio à comunidade da Vila Autódromo



Reuniões elaboração Plano Popular. Fonte: AMPAVA (2012).



2ª Ocupação Cultural da Vila Autódromo (2015). Fonte: Rio on Watch (2015). Disponível em: <https://www.rioonwatch.org/?p=25688>



Campanha As Remoções têm Rosto criada pelo fotógrafo Guilherme Imbassahy.
Imagem: Guilherme Imbassahy. Licença: CC-BY 2.0.



Museu das Remoções (atividade em 2016).
Imagem: AF Rodrigues. Licença: CC-BY 2.0. Disponível em: <https://search.creativecommons.org/photos/793b03e2-f639-4118-adaa-22c864094982>.

Em um contexto marcado por práticas de remoções de comunidades de baixa renda (intensificadas frente ao contexto dos mega-eventos), como a Vila Autódromo resistiu por tanto tempo? Williamson (2017) atribui sete pontos a esse sucesso, comparando-a a outras comunidades: unidade da comunidade, acesso à informação, defesa legal, lideranças diversas e resolutas, ampla rede de apoiadores [ex. envolvendo desde outras comunidades, técnicos, acadêmicos e pesquisadores, pesquisadores, artistas e cineastas], respostas criativas [a exemplo do Museu das Remoções, campanhas criativas, Plano Popular] e documentação e visibilidade do processo [com apoio da mídias internacional inclusive].

Vê-se que as táticas adotadas pelo grupo tiveram um foco primordial no conflito e oposição frente ao planejamento institucional. Não se limitaram a fazer oposição utilizando os espaços convidados, mas inventaram canais alternativos, fizeram uso de práticas criativas, reapropriaram o espaço físico. Focaram-se no espaço físico, mas se utilizaram dos canais digitais como meios de visualização do conflito, bem como para ampliar o apoio à causa. Foram também capazes de estabelecer parcerias e processos colaborativos com algumas

instituições públicas, como no caso da Defensoria Pública, dando a ver uma complexidade de ação marcada pela multiplicidade de táticas adotadas pelo grupo.

Essas ações, contribuíram tanto para trazer conquistas para a comunidade quanto para influenciar novas experiências. Esses resultados incluíram a postergação da remoção, criação de iconográficas, registro de memórias e de disputas e processos urbanos que tentam invisibilizar e segregar parcelas da população, bem como a criação de instrumentos de contestação do poder, como o plano popular. Assim, através do uso de insurgências do dia-a-dia e de ações de planejamento insurgente, mostraram alto poder para contrapor estruturas hegemônicas. A capacitação da comunidade (aprendizado sobre direitos, questões técnicas, táticas de protesto/mobilização, reforço discursivo) e de seus apoiadores (sensibilizados pela comunidade) são também um dos grandes legados da experiência que sinaliza vontades coletivas de construir um projeto de cidade que seja fundamentado no respeito de direitos sociais básicos.

4.2.4. COLETIVOS DE ARTE E CULTURA EM SÃO PAULO: FESTA NA RUA E DESEJOS DE TRANSFORMAÇÃO DO CENTRO DA CIDADE

Especialmente nas últimas duas décadas, os espaços públicos de São Paulo têm sido palco de práticas de ativismos promovidas por diversos coletivos de arte e cultura. Esse processo foi iniciado por volta dos anos 2000, quando grupos de cidadãos passaram a se organizar através de estruturas mais horizontais e colaborativas para promover intervenções nos espaços públicos da cidade¹⁸⁸. Mais recentemente, multiplicaram-se os grupos envolvidos nessas práticas urbanas¹⁸⁹ (ver Apêndice K) e suas ações passaram a ter mais destaque, tanto através da mídia tradicional, quanto do uso das redes sociais que permitiram a esses ampliar seu impacto sobre um público muito maior.

Embora esses grupos, organismos e coletivos ativistas urbanos no contexto atual de São Paulo possam ser formados por agentes bastante diversos, possuam visões e defendam temas diferentes¹⁹⁰, em sua atuação, trazem em comum interesses de mudanças nos espaços urbanos (sejam esses centrais ou periféricos).

¹⁸⁸ A exemplo dos coletivos de BijaRi (1997), Barulho.org e Contrafilé (2000) (ver HORI, 2017; MARINO, 2018).

¹⁸⁹ Mais recentemente destacam-se o Política do Impossível (2004), Movimento Baixo Centro (2012), Coletivo Cartográfico (2011), Arrua Coletivo (2012), A Batata Precisa de Você (2014) voltados a produção de intervenções artísticas e ações de urbanismo insurgente, tático, bem como grupos ligados a temáticas mais específicas de mobilidade, gênero, raça, entre esses: cicloativistas (Ciclocidade), com foco no gênero mulher (Coletivo PI - π), na mobilidade a pé (Sambapé), negro (Coletivo Sistema Negro) (ver WISNIK, 2015; LIMA, 2017; HORI, 2017; MARINO, 2018).

¹⁹⁰ Evento da USP com representantes dos coletivos Arquitetura e Gentrificação, Assalto Cultural, A Batata Precisa de Você, Casa Latina, Casa da Lapa, Casarão do Belvedere, Casa Rodante, Coletivo BijaRi, Coletivo Cartográfico, Contra-filé, Política do Impossível, Sistema Negro, Terreyro Coreográfico, Wikipraça e o ativista Paulinho Fluxus mostra a diversidade de grupos existentes em São Paulo (WISNIK, 2015). Wisnik (2015) aponta que esses se

Esses grupos diferenciam-se também da maioria dos movimentos sociais brasileiros atuantes em períodos anteriores. No período da democratização, muitas das demandas dos movimentos sociais voltavam-se à habitação social, à construção de políticas de Estado e a lutas de classe (WISNIK, 2015; MARINO, 2018), questões que ainda se mantem prementes na realidade brasileira. Os grupos mais recentes, porém, como salienta Wisnik (2015), ampliam as temáticas de discussão nas direções do transporte e dos espaços públicos, pressionando instâncias do Estado, mas agindo com relativa autonomia em relação a esse. Essas reivindicações, o autor complementa, muitas vezes não estão associadas a uma causa política clara, mas a ações que, através do uso cotidiano do espaço público, buscam a promoção do acesso público (democrático) a espaços urbanos com maior qualidade e a melhores serviços básicos de infraestrutura de transporte coletivo. Há também um componente de descrédito generalizado em relação ao caráter democrático de instituições públicas (frente ao capitalismo neoliberal), questão que se agravou após a crise econômica mundial de 2008 (MARINO, 2008). As ações desses grupos e coletivos, assim, são respostas cidadãos que, a partir da ação coletiva, buscam demandar mudanças no território.

Na área central de São Paulo, muito do ativismo criativo e práticas de urbanismo insurgente recentes criados por esses grupos trazem à discussão o uso do espaço público. Sua atuação busca fazer frente ao esvaziamento desses espaços, visto no Brasil a partir das décadas de 1980-1990, buscando reverter essa situação de forma a retomar o uso do espaço público, ocupá-lo, animá-lo, utilizando-se de insurgências, práticas artísticas, culturais e intervenções de urbanismo tático. Ao mesmo tempo, essas ações “através de proposições alternativas de usar, olhar, planejar, discutir, construir e habitar, vem lançando luz sobre sociabilidade e construção coletiva da cidade” (MAZIVIERO; ALMEIDA, 2017, p.3); na tentativa de ressignificar esses espaços públicos urbanos.

Entre os locais escolhidos para a atuação dos coletivos no centro da cidade, destacam-se, por exemplo, o Minhocão¹⁹¹, o Largo da Batata e o Parque Augusta¹⁹². Percebe-se também

diferenciam tanto em relação as táticas de ação (voltados à arte urbana, teatro, dança, urbanismo tático, grupos feministas, ligados a movimentos negros, ativistas políticos voltados à denúncia de vulnerabilidade social em espaços urbanos); quanto a área de intervenção e os agentes que os integram, gerando por vezes tensões entre a noção de periferia x centro; universitários/classe média x moradores de periferias.

¹⁹¹ O Minhocão, elevado Presidente Costa e Silva, é uma via expressa elevada de 3,5km projetada para facilitar o acesso da área central da cidade à zona oeste. Foi idealizada em 1968 e implementada na gestão municipal de Paulo Maluf (1969-1971). Na escala local, sua implantação provocou uma ruptura do tecido urbano de bairros centrais e a desvalorização de imóveis do entorno. Em função dos impactos negativos no entorno, desde o final dos anos 1980 se discutem propostas de transformar a via em um parque elevado. Em 1989 o Minhocão começou a ter o trânsito de veículo restringido à noite e aos finais de semana devido ao ruído provocado na vizinhança e a partir dos anos 2001 passou a ser usado como espaço de lazer aos domingos, e posteriormente aos sábados (para mais detalhes ver POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008 e MARINO, 2018).

¹⁹² O Parque Augusta está localizado em uma propriedade privada no centro de São Paulo que tem sido usada pela população como espaço de lazer nas últimas décadas. O terreno (23.733 m²), que incluiu anteriormente um colégio, possui na matrícula uma cláusula pética que obrigava os proprietários a manter parte do lote aberto ao passeio público visto que a área abriga um bosque de mata virgem, último atualmente existente na região central (HORI, 2017b). Desde a década de 1990, novos proprietários do terreno pressionam para construir

que diversos coletivos de São Paulo atuam de forma a proteger espaços simbólicos da cidade (em função de seu patrimônio edificado, cultural ou ambiental), além de questionar transformações urbanas e contrapor iniciativas governamentais que propõem modificações de vulto nessas áreas muitas vezes através de processos pouco transparentes e fortemente associados aos interesses do capital imobiliário. Esses coletivos não formam necessariamente uma rede entre si, uma vez que possuem identidades e conteúdos políticos próprios, mas interagem e atuam conjuntamente em alguns momentos a fim de enfrentar problemas partilhados (LIMA, 2017; MARINO, 2018). O Projeto Nova Luz (proposto pela Prefeitura) e a atuação dos coletivos Política do Impossível (PI) e Movimento Baixo Centro (BxC), articulados a outros grupos em oposição a essa proposta, ilustram uma dessas situações.

PROJETO NOVA LUZ

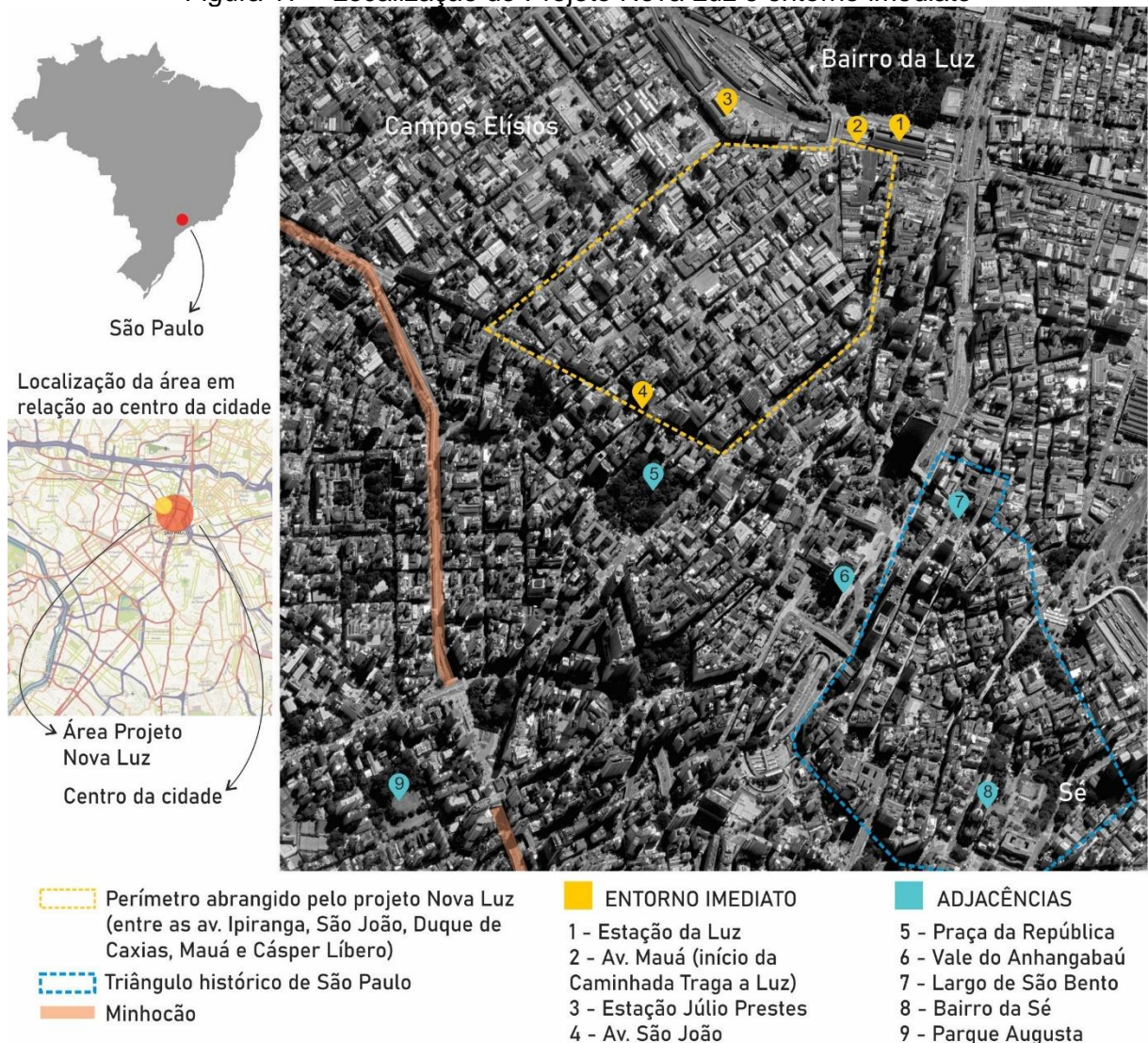
O Bairro da Luz é um dos mais antigos de São Paulo. No início do século passado, quando a cidade crescia em ritmo acelerado, estimulada pelo ciclo de produção de café e as ferrovias, a área possuía uma significativa importância social e econômica para a cidade, concentrando comércio, equipamentos urbanos, terminais ferroviários (Estação Júlio Prestes, Estação da Luz). Nas quatro últimas décadas, bem como ocorreu em outras grandes cidades brasileiras, a área central passou por processo de transformação deixando de ser local de moradia, centralidade de comércio e lazer da burguesia. Assim, o mercado perdeu o interesse nessa área, que sofreu degradação física, sendo abandonada por estes setores e, paulatinamente, ocupada por camadas populares que passaram a utilizá-la sobretudo como local de passagem e comércio¹⁹³. Nos últimos anos a área se destacou na mídia nacional por problemas com dependentes químicos (na chamada Cracolândia).

Frente a este cenário, o Projeto Nova Luz, lançado na prefeitura de Gilberto Kassab (2006-2012), propôs a reurbanização de 45 quarteirões e duas praças da área central da cidade (entre as av. Ipiranga, São João, Duque de Caxias, Mauá e Cásper Líbero). A Figura 17 mostra a área do Projeto Nova Luz em relação ao contexto. Essa intervenção, anunciada como uma “revitalização”, visava a transformação da área a fim de atrair moradores de camadas da população de maior renda a partir da construção de novos produtos imobiliários (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008; MOVIMENTO BAIXO CENTRO, 2013), o que impulsionaria a gentrificação da mesma.

empreendimentos imobiliários no local fazendo com que grupos da população passassem a se mobilizar em oposição à essas propostas, bem como frente ao fechamento do acesso à área como espaço de lazer.

¹⁹³ Raquel Rolnik, conta como a partir do anos 1960 obras de infraestrutura viária e o complexo do Minhocão contribuíram para isolar o tecido do centro em relação aos bairros do entorno, posteriormente a pedestrialização do centro e a implantação de sistemas de transporte coletivo impulsionaram a transformação do local criando uma intensa circulação de usuários de transporte público – “um terminal a céu aberto” – o que também atraiu o comércio ambulante de rua (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008).

Figura 17 – Localização do Projeto Nova Luz e entorno imediato



Fonte: Mapa de localização: Open Street Map (<https://www.openstreetmap.org>). Imagem de satélite: Google Earth (Abril 2019). Dados da Prefeitura Municipal de São Paulo. Itens indicados complementados por L. C. Melchiors (2019).

Nas palavras de integrantes do Baixo Centro, vê-se o descontentamento com o modelo de cidade proposto pelo Projeto Nova Luz:

o projeto Nova Luz, que tinha como meta destruir 33% das construções da região, revocar as áreas (como acabar com o mercado de eletrônicos da rua Sta. Ifigênia e criar outro tipo de relação com os outros que trafegam por ali), e construir tudo de novo para que a "revitalização", tão prevista e almejada pelo mercado imobiliário, pudesse acontecer. [...] Revitalização significa trazer vida novamente. Em termos de planos urbanísticos, isso significa que determinada área da cidade está morta. Nada há ali que se possa aproveitar, logo pensa-se em construir uma nova região. O termo, por si só, demonstra a ignorância da cidade sobre as condições e existência do outro. Para os administradores públicos, os atuais moradores da região não podem ser considerados como "vivos" por não representarem o que a máquina municipal precisa para aquele exato momento. [...] o centro, seja a região baixa ou alta, está vivo e latente. Sempre. Não é uma área abandonada pelas pessoas. É uma área abandonada por empresas e proprietários que esperam a tão almejada especulação imobiliária acontecer (MOVIMENTO BAIXO CENTRO, 2013, p. 2-3).

Semelhantemente, manifestações do coletivo Política do Impossível, mostram a oposição ao projeto e reforçam a noção de que o território está em disputa:

Nesse microcosmos da “Velha Nova Luz” nos encontramos com as tensões da cidade esticadas ao máximo: um Estado que de um dia para o outro se propõe como “o grande reparador”, “o salvador” de uma situação de violência que ele mesmo provocou. Mas que, ao contrário do esperado de uma reabilitação do centro, inventa uma nova “disneylândia” no lugar da velha “cracolândia” (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008, p. 10).

O poder público, em parceria com instituições financeiras, alguns setores da iniciativa privada e da sociedade civil, em que se destaca a Associação Viva o Centro, quer transformar o centro da cidade em um lugar “limpo”, “vigiado” e “controlado”, livre do que considera “sujeira”: o comércio informal, a população em situação de rua, os catadores de materiais recicláveis, os movimentos por moradia, enfim (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008, p.24).

Esses relatos ilustram as contradições que existem não apenas em São Paulo, mas em muitas cidades frente à ordem neoliberal. Eles demonstram processos de associação Estado-capital que, através de projetos e interferências no espaço, transformam áreas urbanas de forma a ampliar os ganhos financeiros de alguns setores, segregando outros grupos da população. Desse descontentamento e buscando questionar o modelo proposto para o futuro da área, surgiram reações dos dois grupos, como se verá a seguir.

MOVIMENTO BAIXO CENTRO: AGENTES, TEMÁTICAS, AÇÕES E RESULTADOS

O Movimento Baixo Centro foi criado como uma crítica às ações da Prefeitura de São Paulo (2006-2012) e as iniciativas dessa para viabilizar o Projeto Nova Luz. Na época, a gestão municipal era marcada por políticas higienistas para o centro da cidade, que buscavam invisibilizar determinadas parcelas da população, seja cassando licenças de vendedores ambulantes, fazendo ações policiais violentas contra usuários de drogas na área da Cracolândia, fechando comércios ou ameaçando remover moradores de baixa renda, entre outras ações de desmonte da organização e das práticas sociais. (ROLNIK, 2012; LIMA, 2017; HORI, 2017; MARINO, 2018).

A insatisfação com essas intervenções da Prefeitura, marcadas pela ausência de participação social, levou um grupo a se unir para organizar um festival de rua (Festival Baixo Centro), que articulou núcleos culturais de bairros em torno da área do Minhocão, tentando, assim, mudar a atitude social e a apropriação de espaços públicos da área central (CARPANEDA, 2014; MARINO, 2018). A proposta era ocupar esses espaços com iniciativas culturais, artísticas e lúdicas em oposição às políticas previstas para a área e publicitar/conscientizar parcelas maiores da população sobre o abandono dos espaços públicos e as disputas existentes no processo de produção da cidade. Nas palavras do Baixo Centro:

Os habitantes da região do Baixo Centro eram vistos como algo a ser expulso para a periferia, condenando-os ao não exercício da cidade. Por essas razões, em 2012,

organizou-se um movimento para dar um grito. Se as ruas estavam em disputa (polícia x usuários de drogas, especulação imobiliária x o presente), era o momento para que as pessoas, todas, fossem para as ruas e entendessem os processos que a cidade estava passando (MOVIMENTO BAIXOCENTRO, 2013).

Thiago Carrapatoso, um dos integrantes do grupo, relata que o movimento pode ser visto, portanto, como uma reação de parcelas da sociedade à especulação imobiliária, a propostas urbanísticas governamentais de transformação da área, bem como às políticas públicas adotadas para lidar com o problema do crack (CARPANEDA, 2014). Essas manifestações, assim, buscam a revalorização do espaço público e a compreensão de que todos os grupos têm o direito a usufruir desse espaço.

O Movimento Baixo Centro foi formado por jovens, como efeito da união de frequentadores da Casa de Cultura Digital que, em meados de 2011, passaram a discutir como se poderia criar um festival de rua para animar espaços públicos da área central. Incluía ativistas e interessados em temáticas urbanas e englobava diversos profissionais que trabalham com produção, programação digital e informática em setores de audiovisual, internet, design, artes, arquitetura; muitos desses moradores da área central da cidade, o que contribuiu para sensibilizá-los em relação ao abandono da mesma e ao mesmo tempo os motivou a explorar maneiras de ampliar possibilidades de interação com as ruas, os vizinhos e os que transitam na região central (BAIXA CULTURA, 2011; LIMA, 2017).

O agrupamento desses agentes tinha uma organização que tende ao complementar. Embora existam organizadores dos eventos, não há uma estrutura verticalizada de liderança, ao contrário, os próprios agentes envolvidos divulgam a noção de uma estrutura rizomática, capaz de se transformar e se readaptar com facilidade. Os laços entre os agentes são predominantemente fracos, ajudando a sustentar a ação coletiva e marcados pela diversidades, contribuindo para a inovação de ideias (ligações do tipo *bridging*).

O Festival de rua do Baixo Central, uma das ações principais criadas (ver Figura 18), baseou-se em decisões tomadas por consenso e o meio digital teve papel fundamental para troca de informações, discussões, inscrições e tomada de decisões, que ocorreram por meio do site e do blog do evento (CARPANEDA, 2014). A proposta do festival, conforme auto programado pelo coletivo, era criar algo que fosse “colaborativo, horizontal, independente e autogestionado” (FESTIVAL BAIXO CENTRO, 2013).

O primeiro Festival foi realizado durante uma semana em março de 2012, com a bandeira “as ruas são feitas para dançar”. Seu objetivo era ocupar espaços públicos do “baixo centro”¹⁹⁴ de São Paulo, propondo intervenções artísticas e criando meios para o público

¹⁹⁴ O “Baixo Centro” não é uma região administrativa, mas um território de ação definido pelo grupo. Inclui os bairros de Santa Cecília, Vila Buarque, Campos Elísios, Barra Funda, vizinhos ao centro histórico de origem da cidade (Anhangabaú, Sé, República).

interagir com a cidade através do teatro, música, performances, dança, cinema, palestras e debates, picnics, jogos e práticas esportivas e outros (ver Anexo F). O propósito era fazer uma ocupação civil de forma a “fissurar, hackear e disputar” o espaço público (BAIXA CULTURA, 2012). Na abertura do Festival foi realizada uma intervenção insurgente a fim de mostrar a vitalidade da área central e questionar o discurso oficial que proclamava o abandono do local (jogaram quatro tonalidades de tintas em um dos principais cruzamentos viários da área localizado junto ao Minhocão, deixando que os carros “pintassem o asfalto”)¹⁹⁵. A arte e o lúdico se tornam, desta forma, meios para expressar uma dimensão política de contestação, ampliando a reflexão para outros grupos da população.

Figura 18 – Atividades realizadas em Festivais do Baixo Centro (2012 e 2013)



Fotos 1, 2 e 3 - Imagens: Bruno Fernandes. Creative Commons Attribution-ShareAlike 3.0 Unported License. Fonte: <https://bfernandes.cc/1-Festival-Baixo-Centro>. Fotos 4 - Fonte: Festival Baixo Centro (2013). Disponível em: <https://www.facebook.com/BaixoCentro/photos/a.210548045705124/436856843074242/?type=3&theater>. Foto 5 - Fonte: Festival Baixo Centro (2013). Disponível em: <https://www.facebook.com/BaixoCentro/photos/a.210548045705124/436972106396049/?type=3&theater>. Foto 6 - Atividade realizada em conjunto com Basurama Brasil e MUDA coletivo. Foto de Ângela León/Basurama Brasil. Creative Commons BY-NC-SA 3.0. Disponível em: <https://www.facebook.com/MUDAcoletivo?fref=ts/>.

O primeiro Festival do Baixo Centro foi viabilizado através de sistemas de arrecadação coletiva e associativa (sem vínculos com ONGs, instituições ou governo), com centenas de atividades e cuja programação era gratuita e aberta (objetivando criar uma “plataforma” de ação a partir da qual, com o tempo, os artistas pudessem agir independentemente). Lucas

¹⁹⁵ Inspirada na obra do artista alemão Iepe Rubingh, "Painting Reality" (Pintando a realidade), buscava expressar que a área não estava “morta”, possuindo intenso trânsito de passantes (MOVIMENTO BAIXO CENTRO, 2013).

Pretti, um dos organizadores, relata que a intenção era “criar uma infraestrutura para esse projeto para que ele mesmo seja aberto a intervenção e a desobediência de quem quiser, a gente quer desobedecer a nossa própria produção”¹⁹⁶. No ano seguinte (Festival de 2013), mantiveram a estratégia de financiamento coletivo para a realização das atividades culturais, buscando formas de aprimorar o processo¹⁹⁷. Mesmo com o sucesso das primeiras versões, o grupo não buscou uma formalização ou institucionalização, o que segundo Thiago Carrapatoso, um dos ativistas envolvidos entrevistados por Marino (2018), se devia à vontade de “um fazer efêmero”, algo que com o tempo o grupo imaginava que não demandaria mais da ação dos organizadores.

A partir de 2012, passaram ainda a organizar “Festas Juninas do Minhocão” buscando ativar a cooperação da comunidade local e tendo mais expressivo engajamento de residentes do entorno (CARPANEDA, 2014; MARINO, 2018). Por três anos seguintes, repetiram o evento, a cada ano com um tema urbano trazido para o debate público (MARINO, 2018).

Percebe-se, portanto, um esforço de atuar independentemente do Estado, tanto através da busca de recursos próprios para a realização dos eventos quanto através do uso de iniciativas que não necessitassem autorização da prefeitura para ocorrer. Esses agentes se opõem dentro dos limites da lei, inventando espaços de ação. Porém, não se limitam a se opor, mas assumem uma perspectiva proativa, que tem no uso das manifestações artísticas instrumentos de sensibilização na tentativa de provocar a reflexão de outros cidadãos.

As articulações culturais conjuntas realizadas dentro dos festivais de rua em parceria com outros coletivos e grupos voltados à arte e cultura demonstram que embora os grupos atuem independentemente existem áreas de confluência e esses são capazes de se unir em determinados momentos a fim de aumentar seu poder de ação. Propostas de intervenção no território, como a criação do Parque de Diversões do Minhocão, durante um dos festivais, feita em conjunto com o Muda coletivo e o Basurama (coletivo espanhol) demonstram que podem se estabelecer redes momentâneas que extrapolam o local e atingem escalas transnacionais.

COLETIVO POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL (PI): AGENTES, TEMÁTICAS, AÇÕES E PRODUTOS

O coletivo Política do Impossível foi criado em 2004 por um grupo de artistas-educadores interessados em desenvolver projetos educativos e de produção coletiva. Alguns

¹⁹⁶ Produção audiovisual: As ruas são pra dançar (2012), disponível em: <https://vimeo.com/31832123>.

¹⁹⁷ Marino (2018) relata que na primeira edição organizaram o *crowdfunding* e complementaram o orçamento com leilões de arte. Arrecadados os recursos, abriram edital para captação de propostas. No ano seguinte, inverteram o processo, iniciando com edital de chamamento de propostas e posteriormente viabilizando seu financiamento coletivo, o que acarretou o crescimento de atividades e recursos. Em 2014 aboliram o financiamento coletivo, considerando que os grupos deveriam desenvolver autonomia e buscar financiamento individual, nesta edição, porém apenas 40 projetos foram apresentados no festival e vários não viabilizados.

de seus integrantes são membros de outros coletivos urbanos¹⁹⁸. O coletivo proclama-se como horizontal, defendendo “processos de elaboração grupal” que fazem “exercício do consenso para tomar as decisões” e “praticar uma política horizontal” (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008, p.9).

Desenvolvem o que chamam de “projetos de investigação e ação” na busca de promover “desejos de transformação no sentido da criação de vida pública” pois entendem que “é no exercício cotidiano de um olhar íntegro capaz de relacionar informações e intervir na realidade, que se constitui a possibilidade de produzir sentido, e não apenas reproduzi-los” (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008, p.5). Nesses projetos educativos e artísticos de intervenção pública, colocam os participantes como ativos nas dinâmicas da cidade, procurando criar reflexões sobre a vida urbana (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008). Luciana Costa, uma das integrantes do coletivo, conta que procuram, a partir da “percepção, sensação e elaboração do vivido”, refletir sobre a realidade das cidades (“o que é”) ao mesmo tempo em que tentam “inventar o novo” (o que “poderia ser”), fazendo assim um exercício de “pensar e agir dentro do possível, vislumbrando e considerando o impossível”¹⁹⁹.

A atuação do grupo é focada no uso de espaços inventados, que tem nas manifestações artísticas seu meio de expressão, buscando através dessas unir arte-educação-política. A arte é usada como o meio de engajar outras parcelas da população de forma a fazê-las refletir sobre a vida, as disputas e os processos urbanos existentes na cidade contemporânea. Não atuam sobre as instâncias de planejamento oficial, mas questionam as mesmas, de forma a provocar reflexões de outros agentes urbanos.

Seu envolvimento com o Bairro da Luz se deu em oposição à atuação da prefeitura que na época desapropriava, lacrava e demolia imóveis do bairro a fim de dar andamento ao Projeto Nova Luz. Através do projeto “Cidade Luz”²⁰⁰ o coletivo buscou contrapor o discurso oficial e estimular a reflexão sobre a transformação da área. Desta forma, o grupo agiu tanto para ressaltar a importância da área central e expressar que nessa se manifestam tensões e conflitos sociais, políticos, econômicos e simbólicos (de um lado o Estado com o projeto Nova Luz, de outro, o retrato do abandono e da violência no centro, estigmatizado pela Cracolândia), quanto intentou expor “situações de exceção” em que sucessivas articulações entre estado-capital restringem segmentos da população (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008; LIMA, 2017).

¹⁹⁸ Cada projeto pode incluir agentes diferentes. No projeto Cidade Luz, integravam o grupo: Cibele Lucena (artista, educadora, pesquisadora, fundadora do Coletivo Contrafilé e PI), Daniel Lima (artista, produtor visual, integrante do Coletivo Frente 3 de Fevereiro), Eduardo Consoni (psicólogo, documentarista, ceramista e educador), Joana Mussi (artista, pesquisadora, educadora fundadora dos Coletivos Contrafilé e PI), Luciana Costa (artista, fundadora do Esqueleto Coletivo e cofundadora do PI), Rafael Leona (integrante do Coletivo Contrafilé).

¹⁹⁹ Essa narra ações do PI em seu blog (<https://lcmc.wordpress.com/pi-politica-do-impossivel/>). Acesso: mar. 2019).

²⁰⁰ Projeto de investigação-ação desenvolvimento pelo coletivo sobre o Bairro da Luz, a “Cracolândia” e o projeto Nova Luz, aprovado em edital pelo Ministério da Cultura, Funarte e Petrobrás.

Nesse projeto, o coletivo deu visibilidade ao conflito através de expressões artísticas, estimulando a criar sociabilidades entre “diferentes” ao mapear visões dos diversos envolvidos na disputa (entrevistas com moradores e comerciantes do centro, membros de associações de bairro, artistas, agentes públicos, moradores em situação de rua, urbanistas, educadores). Em 2008, o grupo realizou uma “ação simbólica” denominada “Traga sua Luz”²⁰¹ (Figura 19), uma caminhada noturna em que pessoas, com velas, colares iluminados, luzes de bicicleta, lanternas, deslocaram-se da estação da Luz até a área onde se localizam os dois primeiros quarteirões desapropriados e demolidos para implantação do Projeto Nova Luz. Essa caminhada tinha como “principal objetivo promover o encontro entre diferentes pessoas que vivem, atuam ou pensam a região” (Política do Impossível, 2008, p. 111) e, ao mesmo tempo, levantar, de forma simbólica, o questionamento de que o bairro da Luz tem uma luz própria.

Figura 19 – Caminhada “Traga sua luz” elaborada pelo coletivo Política do Impossível



Convite. Política do Impossível, 2008, Fonte: <https://girame.wordpress.com/2008/05/14/traga-sua-luz/>

Política do Impossível, 2008. Imagens: peetssa. Fonte: <https://girame.wordpress.com/2008/05/20/nossa-luz/>.

Outra forma de atuação, foi a divulgação das reflexões do coletivo sobre a área central contidas em uma publicação educativa. Essa relata as experiências de diferentes grupos envolvidos e impactados com o projeto²⁰², buscando divulgar perspectivas distintas, na

²⁰¹ Na página do coletivo no youtube a ação foi gravada e transformada em vídeo para ampliar o impacto de sua divulgação (TRAGA A LUZ, 2008 – <https://www.youtube.com/watch?v=w0AyEYK3vPM>).

²⁰² Além das entrevistas, a publicação “Cidade Luz: uma investigação-ação no centro de São Paulo” levanta notícias, relata situações de violência policial, de abandono da área (Raquel Rolnik, Fátima Freire Dowbor, etc).

tentativa de “dialogar com a problemática mais ampla das políticas de espaço público: os valores que estão em jogo, as tomadas de decisões, sua execução, as formas legais adotadas no processo” (Política do Impossível, 2008, p. 45). Ao fazer isso, o coletivo traz à tona a discussão sobre o Direto à Cidade, dando a ver processos de exclusão existentes no urbano e contribui para humanizar o conflito, mostrando questões por vezes tratadas como abstratas, mas que impactam a vida das mais diferentes pessoas, cujas perspectivas diferentes precisam ser conhecidas. Ao mesmo tempo, sua publicação discute a transformação da cidade ao longo do tempo, trazendo reflexões sobre possibilidades de se pensar a reabilitação da área e os rumos de desenvolvimento da cidade e buscam formas de estabelecer parâmetros criativos para estimular o diálogo sobre essas temáticas²⁰³. Esses agentes, assim, contribuem para processos de conscientização política, que Fátima Freire Dowbor²⁰⁴ veio a chamar de “disparadores alfabetizadores políticos” (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008).

Nesse sentido, embora ambos grupos estudados façam uso de práticas efêmeras pode-se pensar se essa não têm o potencial de estimular transformações futuras maiores, a partir da conscientização de outros segmentos da população que pode ser desencadeada com a experimentação dessas vivências no urbano.

4.3. QUADROS SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS ANALISADAS

As experiências aqui exibidas, de formas distintas, são expressões de práticas cidadãs emergentes e não hegemônicas que questionam a produção e o planejamento do território. Esses grupos e movimentos, assim, buscam caminhos para um planejamento mais democrático, que respeite segmentos marginalizados (muitas vezes invisibilizados pelos processos institucionais), reivindicando direitos e a redução de injustiças. Propõem também alternativas para pensar processos de produção da cidade que não privilegiem em primeira instância ao mercado. Os quadros 11 e 12, nas páginas seguintes, sintetizam os dados coletados sobre cada experiência, considerando-se suas dimensões estrutural, processual e dos produtos, questões que serão discutidas mais aprofundadamente no capítulo seguinte desta tese e que auxiliam a refletir sobre como esses agentes articulados em redes de ação coletiva têm dado respostas aos desafios do planejamento contemporâneo.

²⁰³ A publicação traz uma reflexão irônica contra projetos imobiliários e instâncias públicas. Através de imagens e “anúncios publicitários” criados pelo coletivo divulgam, por exemplo, o “Confiland: Parque Público-Privado do Confinamento”, se opem a “Secretaria do Confinamento”. Assim, questionam embates e relações sociais que existem na cidade de São Paulo (segregação socioespacial de empreendimentos, estímulo ao isolamento de diferentes grupos, política do medo) e expõem processos vivenciados sem que as pessoas se deem conta.

²⁰⁴ Fátima Freire Dowbor, psicóloga, filósofa e filha de Paulo Freire, trabalhou como educadora em diferentes países e é parceira do grupo PI desde sua fundação.

Quadro 11 – Quadro síntese da dimensão estrutural das experiências analisadas: agentes, relações internas e formas de organização.

	NOME	AGENTES (quem são)	ESCALA DOS AGENTES (locus do evento/conflito, local, transnacional)	ORGANICIDADE/ LAÇOS ENTRE AGENTES	TERRITÓRIO/ TERRITORIALIDADE
Internacional	Occupy Taksim Gezi	<ul style="list-style-type: none"> Pluralidade de cidadãos bastante diferentes (jovens, ambientalistas, feministas, LGBT, acadêmicos, planejadores, arquitetos, artistas, torcedores de diversos times de futebol, organizações da sociedade). 	<ul style="list-style-type: none"> Iniciada na escala local, engloba rapidamente (redes sociais digitais) uma rede transnacional de apoiadores. 	<ul style="list-style-type: none"> Complementar/ Rizomática, expressa em práticas coletivas horizontais sem a presença clara de lideranças. Predominância de laços fracos entre os agentes. 	<ul style="list-style-type: none"> Agem para questionar territorialidades (apropriação do espaço p/ grupos restritos). Preservação do espaço (valor histórico e simbólico) é o motivador inicial do movimento.
	Federação de Pessoas Desabrigadas das Filipinas (HPFP)	<ul style="list-style-type: none"> Moradores de assentamentos precários e organizações comunitárias ligadas à segurança da posse e superação da pobreza. 	<ul style="list-style-type: none"> Rede nacional (federação), agrupa grupos de diversas cidades. Articulações extrapolam a escala local e nacional e se estendem ao transnacional. 	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura vertical organizada em 3 níveis (federal, regional e local), No nível local atuam com ênfase na troca de experiências (mais horizontalizada). 	<ul style="list-style-type: none"> Realizam mapeamentos e pesquisas (analisar possibilidades de projeto, dar visibilidade a comunidades em situação de risco)
	Coordinadora No a La Costanera Norte/ Ciudad Viva (Santiago, Chile)	<ul style="list-style-type: none"> Movimento <i>Coordinadora</i> se inicia como junção moradores e comerciantes de áreas impactadas com o projeto. Se transforma em organização civil comunitária com foco mais amplo. Parceiros e apoiadores: movimentos ligados ao ciclismo, técnicos, acadêmicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Atuaram inicialmente (<i>Coordinadora</i>) na escala dos bairros impactados, depois expandem causas para questões que envolvem temáticas mais amplas relacionadas à cidade. Articulações no locus do conflito (bairros envolvidos) e com parceiros e apoiadores que se estendem ao transnacional. 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Coordinadora</i>: destacam-se lideranças locais (cidadãos líderes de bairros/ organizações que integram o movimento). <i>Ciudad Viva</i>: possui estrutura de um Conselho Diretor. Predominância de laços fracos que através da ação coletiva gera laços fortes entre alguns desses. 	<ul style="list-style-type: none"> Territórios em disputa - definem um território de ação com base na identidade. Esse ultrapassa limites administrativos. Para a comunidade o território abriga dimensão física (moradia) e simbólica (laços vizinhos).
Nacional	Movimento Ocupe Estelita MOE (Recife)	<ul style="list-style-type: none"> Pluralidade agentes (estudantes, acadêmicos, artistas, arquitetos, urbanistas, cineastas, sociólogos, filósofos, grupos/ coletivos diversos (cicloativistas, videoativistas, LGBT), cidadãos em geral etc). 	<ul style="list-style-type: none"> Atuam no <i>locus</i> do conflito (Estelita) e ampliam a discussão p/ a cidade. Articulações: fortemente locais (cidade) com apoiadores em geral nacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Tende ao complementar/ Rizomática. Predominância de laços fracos entre os agentes. 	<ul style="list-style-type: none"> Agem para questionar territorialidades (apropriação do espaço p/ grupos restritos) e para reforçar laços com o espaço público (transformá-lo em lugar).
	Vila Autódromo (Rio de Janeiro)	<ul style="list-style-type: none"> Moradores da comunidade. Apoiadores (destacam-se: Defensoria Pública, acadêmicos/ universidades, Pastoral de Favelas, Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, mídias alternativas). 	<ul style="list-style-type: none"> Atuam no <i>locus</i> do conflito (Vila). Agentes: forte rede de parceiros locais c/ apoiadores que se estendem ao nacional/transnacional (personalidades, instituições, mídias internacionais). 	<ul style="list-style-type: none"> Destacam-se lideranças locais (muitas mulheres) que catalisam vontades coletivas. Mais do que um núcleo tomador de decisões existe um núcleo influenciador. Laços fortes entre moradores e fracos com parceiros e apoiadores. 	<ul style="list-style-type: none"> Territórios em disputa – para a comunidade o território abriga uma dimensão física (moradia) e simbólica (lar/laços com vizinhos).
	Coletivos Centro de SP	<ul style="list-style-type: none"> Coletivos artísticos (compostos por profissionais de diversas áreas - artistas, sociólogos, geógrafos, arquitetos, urbanistas, músicos etc). 	<ul style="list-style-type: none"> Atuam na região central da cidade. Agentes: conexões principalmente locais, alguns grupos se articulam eventualmente a outros, incluindo redes transnacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Complementar/ Rizomática. Predominância de laços fracos 	<ul style="list-style-type: none"> Agem para questionar territorialidades (apropriação p/ grupos restritos) e para reforçar laços c/ espaço público (lugar).

Elaborado por L. C. Melchior (2019).

Quadro 12 – Quadro síntese das dimensões processual e dos resultados relativos às experiências analisadas: táticas e interações.

	NOME	OBJETIVOS/ MOTIVAÇÕES	TÁTICAS (convidados, inventados, curto x longo prazo) e MEIOS USADOS (espaço físico, digital)	TIPOS DE INTERAÇÃO (<i>bonding, bridging/linking</i>) RELAÇÃO COM INSTÂNCIAS DE PODER (oposição, co-produção, colaboração crítica, atuação independente do Estado)	RESULTADOS ALCANÇADOS / POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS
Internacional	Movimento <i>Occupy</i> Taksim Gezi	<ul style="list-style-type: none"> Fazer oposição à construção de empreendimento, Reivindicar o Direito à Cidade (ampliam reivindicações à medida que o movimento se desenvolve). 	<ul style="list-style-type: none"> Ênfase no uso de espaços inventados (usam também espaços convidados e táticas legais), mobilização e pressão política, informação/comunicação, visualização do conflito, práticas culturais e performáticas de reforço de afetividades e resgate da memória, Ênfase no espaço físico (ativismos no espaço público) + Meios digitais usados para divulgação, reflexão/crítica e ampliação da rede de apoiadores, 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Bridging</i>, Insurgências, oposição de curto prazo, c/ potencial p/ transformação de longo prazo. 	<ul style="list-style-type: none"> Dar visibilidade a processos existentes na cidade neoliberal (articulação Estado-capital), Práticas coletivas compartilhadas (solidariedade e enriquecimento em prol de processos democráticos), Amadurecimento dos participantes (aprender c/ “diferentes”, trocar visões de mundo, ampliar conhecimento s/ história, cidade, direitos, técnicas), Contribuir para criação de memórias coletivas de solidariedade (local ao transnacional), Estreitar solidariedade entre grupos, contribuir p/ a superação preconceitos (ao menos momentânea), Ampliar reflexão sobre a cidade, propor alternativas, Inspirar a criação de novos movimentos e grupos.
	Federação de Pessoas Desabrigadas das Filipinas (HPFP)	<ul style="list-style-type: none"> Superação da pobreza e redução de vulnerabilidades sociais 	<ul style="list-style-type: none"> Uso de espaços convidados (participação em conselhos, discussões com instâncias públicas) e inventados (mobilização comunitária - intercâmbios, empoderamento e capacitação; mecanismos de suporte financeiro; estratégias de projeto/desenho e suporte à habitação). Ênfase em criar redes ampliadas (local ao internacional), reduzir vulnerabilidade econômica e social e empoderar as comunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Bridging</i>, Ênfase em ações independentes e em co-produção/ colab. com instâncias do Estado. Oposição é seletiva (programas, projetos). 	<ul style="list-style-type: none"> Redução das condições de vulnerabilidade social e melhorias das condições vida em assentamentos, Fortalecimento dos grupos/indivíduos, Melhorias físicas em assentamentos, Abrir caminho p/ rebalancear relações de poder, Reforço de afetividades e trocas de experiências (capacitação dos grupos em aspectos diversos), Potencial de influenciar outras realidades.
	<i>Coordinadora No a La Costanera Norte/ Ciudad Viva</i> (Santiago, Chile)	<ul style="list-style-type: none"> Fazer oposição à construção de um projeto (rodovia expressa), Defesa de meios de transporte ativos. 	<ul style="list-style-type: none"> Uso de esp. convidados (instâncias de participação governamental; uso de tribunais/ processo judicial, canais captação de recursos p/ execução projetos); Uso de espaços inventados (marchas, mobilização e pressão política, informação/ comunicação, visualização do conflito, reforço de afetividades e resgate da memória); ênfase também em alianças táticas (locais, nacionais e internacionais), Ênfase no espaço físico; meios digitais usados para informação e ampliação da rede de apoiadores. 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Bridging</i>, Inicialmente baseado em insurgências, após desenvolvem ações de planejamento e colaboração crítica (plano de ciclovias, charretes para transformação de espaços públicos...). 	<ul style="list-style-type: none"> Retardar a implementação da rodovia, conquistar alterações no projeto, Amadurecimento do grupo (de postura reativa p/ pró-ativa e voltada à novas temáticas urbanas - transportes ativos, reciclagem, patrimônio, empoderamento de outros grupos de base), Ampliar a reflexão sobre a produção do urbano e propor alternativas ao “modelo apresentado como único futuro possível”, Produção de material informativo, publicações.

Nacional	Ocupe Estelita (Recife)	<ul style="list-style-type: none"> • Oposição à construção de empreendimento, • Direito à Cidade • Ativar o uso do espaço público (simbólico) 	<ul style="list-style-type: none"> • Articulam identidade, cultura, discussão sobre preserv. do patrimônio da cidade – cais, reforço de afetividades e resgate da memória, informação/comunicação, visualização do conflito, mobilização e pressão política, • Ênfase no esp. físico (práticas, manifestações), meio digital e redes sociais virtuais (mobilização, reflexão/ crítica divulgação, ampliação da rede de apoiadores), • Uso de esp. convidados (audiências públicas, diálogo com entidades públicas como o MP, abaixo-assinados, Conselho da Cidade, participação em festivais de Cinema e eventos acadêmicos). • Ênfase nos espaços inventados + práticas de resistência e activismos criativos insurgentes - ocupação do espaço público (com atividades culturais, esportivas, debates); produção de audiovisuais e iconografias de contestação; protestos; passeatas; grafites, 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Bridging</i> (grupo marcado pela diversidade, pontes entre grupos distintos) • Ênfase na resistência, oposição e insurgências de curto prazo, potencial p/ transformação de longo prazo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Retardar/impedir a implantação do projeto, • Criação de produção iconográfica de contestação (disponível online), • Reaproximação entre arte/ política/ ciência, • Dar visibilidade a processos existentes na cidade neoliberal (articulação Estado-capital), • Amadurecimento do grupo (choque crítico em participantes), religar solidariedade de classes (ao menos momentaneamente), • Aprendizado dos agentes (sobre história, processos existentes na cidade; direitos, planejamento, técnicas de protesto e mobilização), • Reforçar afetividades com o espaço público, • Ampliar a discussão sobre alternativas de desenvolvimento da cidade (contrariando a visão de uma solução única possível), • Compartilhamento de experiências c/ potencial de inspirar outras realidades,
	Vila Autódromo (Rio de Janeiro)	<ul style="list-style-type: none"> • Direito à Moradia e promoção de melhorias nas condições de vida no assentamento, 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização, pressão política, alianças táticas, inform/ comunicação e visualização do conflito, reapropriação do espaço e ressignificação de lugares (exercício de poder, reforço de afetividades e resgate da memória), práticas criativas de resistência, voltadas a consolidar e fortalecer o grupo, uso de um discurso comum • Ênfase no esp. físico; mídias digitais usadas para divulgação e ampliação da rede de apoiadores, • Uso de espaços convidados, legais e formais (uso de tribunais/ processo judicial, políticas públicas de regularização/urbanização, audiências públicas) • Uso de espaços inventados (protestos, Plano Popular, ações comunitárias urbanização, campanhas criativas online, Museu das Remoções), 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Bonding</i> (moradores), <i>Bridging</i> (apoiadores), • Ênfase na resistência, oposição e insurgências de curto prazo, • Desenvolvimento de práticas de longo prazo, planejamento insurgente (plano popular, museu das remoções). 	<ul style="list-style-type: none"> • Retardar/impedir a remoção durante algum tempo, • Criação do Plano Popular (instrumento de luta e de mobilização da comunidade), • Criação de produção iconográfica disponível online, • Dar visibilidade a processos existentes na cidade neoliberal (articulação Estado-capital), • Aprendizado dos agentes (capacit. técnica - direitos, planejamento, técnicas protesto/ mobilização), • Amadurecimento do grupo, religar a solidariedade de classes (ao menos momentaneamente), • Estreitar laços entre a comunidade e com o lugar, • Reconhecimento internacional p/ parte de algumas instituições, • Potencial para inspirar outras realidades
	Coletivos Política do Impossível e Baixo Centro (São Paulo)	<ul style="list-style-type: none"> • Ativar o uso do espaço público, • Fazer oposição à construção de empreendimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ênfase no uso de espaços inventados - práticas criativas de ativismo (expressões artísticas), reapropriação do espaço público (exercício de poder, recuperar memória afetiva); • informação/comunicação, visualização do conflito, • Ênfase no espaço físico (ativismos culturais nos esp. públicos) + meios digitais usados para divulgação, reflexão/crítica e ampliação da rede de apoiadores. 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Bridging</i> • Ênfase em activismos culturais urbanos e insurgências de curto prazo, c/ potencial p/ transformação de longo prazo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dar visibilidade a processos existentes na cidade neoliberal (articulação Estado-capital), • Criar eventos c/ potencial de ampliar sociabilidades entre grupos, • Criação de produção textual/ iconográfica, • Reforçar afetividades com o espaço público, • Potencial p/ ampliar conscientização política e inspirar outras realidades.

Elaborado por L. C. Melchioris (2019).

CAPÍTULO 05. REFLETINDO SOBRE AS EXPERIÊNCIAS ANALISADAS NA PESQUISA

No presente capítulo busca-se refletir sobre as experiências estudadas na pesquisa. Utiliza-se como base as dimensões de análise apresentadas nos procedimentos metodológicos (Etapa 3 da pesquisa): estrutural, processual e dos resultados e desdobramentos alcançados em cada uma dessas. Em alguns momentos, conforme se julga relevante, são trazidas considerações sobre outras realidades analisadas de forma mais panorâmica na Etapa 2 da pesquisa.

5.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO ESTRUTURAL

A dimensão estrutural das redes de ação coletiva analisada nesse tópico aborda as 1) temáticas, motivações e finalidades que as motivam, 2) os agentes envolvidos nesses processos, a formalização e a organicidade dessas redes, 3) as articulações transescalares que se formam nesses processos e finaliza discutindo 4) os laços existentes entre os agentes.

TEMÁTICAS, MOTIVAÇÃO E FINALIDADE DAS REDES DE AÇÃO COLETIVA

A análise das experiências estudadas na pesquisa mostra que foram ampliados os leques de reivindicação urbana com os quais os cidadãos têm se envolvido para influenciar processos de planejamento do território.

Comunidades de baixa renda mantêm lutas históricas pelo direito à moradia, melhoria de assentamentos precários e voltadas à redução da pobreza, tanto no Brasil como em outros países do Sul Global²⁰⁵. A essas se somam novas reivindicações relacionadas à valorização da cultura e da identidade desses grupos sociais, a exemplo de ações de movimentos/coletivos que atuam em favelas brasileiras (ALVARES; BARBOSA; CAVALCANTE, 2017; MATOS, 2017). Além disso, se intensificaram conflitos urbanos e processos de remoção de assentamentos informais, como os observados frente a realização de megaeventos esportivos da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil. As experiências da Vila Autódromo no Rio de Janeiro (ver Capítulo 4), da Vila da Paz em São Paulo (TANAKA, 2017), da Vila Dique em Porto Alegre, bem como diversas outras denunciadas em relatórios

²⁰⁵ A atuação de grupos comunitários na Indonésia estudados por Beard (2002; 2003) e nas Filipinas (Capítulo 4 e estudos de Ibabao, 2013), por exemplo, mostram esforços de comunidades de baixa renda nesse sentido.

do Comitê Popular da Copa (CPCO, 2014) ilustram a premência constante da resistência dessas comunidades de baixa renda frente ao cenário atual. Experiências da Cidade do Cabo, na África do Sul (MIRAFTAB, 2009), mostram que o impacto dos megaeventos sobre comunidades vulneráveis está longe de ser exclusividade do Brasil, afetando locais diversos. Frente a esse contexto, que intensifica a segregação socioespacial e impulsiona processos de invisibilização desses segmentos já tradicionalmente marginalizados, vê-se um crescimento da reação desses grupos, suportados por amplas redes de apoiadores, que se organizam não apenas para resistir, mas para formular proativamente processos autônomos de planejamento²⁰⁶. Porém, as reivindicações urbanas com as quais os cidadãos têm se envolvido em oposição às políticas neoliberais não se limitam a questões relacionadas à população de baixa renda, incluindo novas temáticas.

Marino (2018), em sua tese, ressalta pautas dos movimentos recentes que demandam mudanças frente a um cenário também de descontentamento e de amplo descrédito ao caráter democrático de instituições públicas e ao papel do Estado no contexto neoliberal. Diversos movimentos e manifestações ocorridos a partir de 2010/2011 expressaram essa insatisfação tanto no Brasil quanto em outros países²⁰⁷. Esses, embora tenham ocorrido em contextos distintos demonstram a busca de mudanças em relação a desigualdades sociais (aumento da pobreza e da concentração de renda), a um neoliberalismo financeiro sem limites (especulação, implantação de projetos urbanos e de leis), bem como de repúdio (e de apoio) a governos fascistas e de populismos conversadores²⁰⁸.

É identificada ênfase na mobilização cidadã que se opõe à implantação de projetos e políticas de regeneração urbana que propõem transformações que ameaçam a segurança de grupos da população, seja porque afetam sua qualidade de vida, estabilidade, saúde (pessoal, associada a mudanças no meio ambiente), seu senso de identidade ou seu direito à cidade. Lake Sagaris (2013), em sua tese de doutorado, quando relata sua experiência como participante do movimento *Coordinadora No a La Costanera Norte*, expõe essa questão:

Rever este material renovou e aguçou minha consciência dos desafios que enfrentamos e quão desesperadamente buscamos o conhecimento, pois enfrentávamos um mundo de políticas urbanas repleto de poderes invisíveis que estávamos mal preparados, individual e coletivamente, para enfrentar. Lembro-me da tremenda pressão em que estávamos, de como uma crise, demanda ou oportunidade se acumulava em outra, e nossa vida em casa, nosso trabalho, nossa renda, todos sofreriam. Nós lidamos com isso em grande parte através de intermináveis telefonemas, compartilhando notícias e rumores, xingando e sendo confiantes, dando

²⁰⁶ Mesmo que algumas dessas experiências não tenham sido capazes de impedir totalmente processos de remoção aos quais são submetidos, constituem avanços, discutidos mais detalhadamente no tópico 5.3.

²⁰⁷ Tunísia (2011), Primavera Árabe, manifestações e greve na Grécia (2010-2012); os protestos nos subúrbios do Reino Unido; Indignados na Espanha (2011), Movimento Occupy no Estados Unidos; as manifestações de rua no Brasil (2013) e diversas outras em países da América-latina em 2019, entre os quais o Chile (SOARES, 2019).

²⁰⁸ Ver, a título de exemplo, as pesquisas de Souza (2015); Lima (2017) e Marino (2018).

e recebendo apoio e energia para continuar diante do que todos nós, como um grupo de líderes comunitários, sentimos ser uma terrível injustiça²⁰⁹ (SAGARIS, 2013b, p.6).

Das palavras da autora, depreende-se o sentimento de despreparo do grupo e o desequilíbrio de poder existente entre as forças participantes do processo. Ao mesmo tempo, fica evidente que a ameaça da mudança e da perda serviram como motivação para que a comunidade se organizasse para agir coletivamente.

A ação coletiva contemporânea, muito mais do que ligada a partidos políticos, se associa à preservação de elementos culturais e à definição de identidades coletivas, comumente uma expressão vinculada a aspectos sociais (idade, gênero, orientação sexual, pertencimento de grupos sociais, setores profissionais)²¹⁰. Conjuntamente, na atualidade, surgem movimentos ambientais conduzidos por grupos de classe média (DUCCI, 2000; HORI, 2018), demandas associadas a mobilidade (transportes públicos e ativos) (SAGARIS, 2013; WISNIK, 2015) e ao acesso, uso e valorização de espaços públicos e/ou simbólicos da cidade. Essas, se associam, muitas vezes a luta pelo Direito à Cidade, entendido como o direito de uso do urbano e de fazer parte da cidade, de planejá-la. Ay e Miraftab (2016), ao analisar as manifestações da Taskim Gezi (Turquia), ressaltam essa questão, e apontam as práticas do movimento como “atos inovadores de cidadania realizados no espaço público” que:

perturbam os ‘negócios urbanos de sempre’ em termos simbólicos e pragmáticos para afirmar o direito dos cidadãos à cidade e trazer contra-desenvolvimento contra projetos e processos de desenvolvimento urbano excludentes. Através de práticas criativas pelas quais os cidadãos expressam, comunicam, simbolizam e realizam seu direito de existir na cidade, os habitantes de Istambul reivindicam seu direito à cidade fora do processo legal formal²¹¹ (AY; MIRAFTAB, 2016, p. 14).

Pode-se pensar, assim, a partir dos escritos da filósofa Nancy Fraser (2006), que as ações desenvolvidas por esses grupos e movimentos estão associadas a reivindicações que buscam combater injustiças. A autora associa essas a lutas por redistribuição (relacionadas à estrutura econômica-política – à exploração, marginalização econômica e privação), bem

²⁰⁹ Tradução do original em inglês: “Reviewing this material has renewed and sharpened my awareness of the challenges we faced and how desperately we reached for knowledge, as we faced off against an urban policy world rippling with unseen powers that we were ill-prepared, individually and collectively, to face. I remember the tremendous pressure we were under, how one crisis, demand or opportunity would pile up on another, and our home lives, our work, our incomes, would all suffer. We dealt with this largely through endless phone calls, sharing news and rumours, chiding and confiding, giving and receiving support and the energy to carry on in the face of what we all, as a group of community leaders, felt was a terrible injustice” (SAGARIS, 2013b, p.6).

²¹⁰ Pode-se pensar também que essa ação coletiva baseada na identidade se relaciona com o momento atual neoliberal no qual se diluem identidades locais dos lugares, fazendo com que as pessoas passem a se identificar mais com grupos específicos com os quais de parecem.

²¹¹ Tradução do original em inglês: “[...] disrupt the “urban business as usual” in symbolic and pragmatic terms to assert citizens’ right to the city and bring counter-development against exclusionary urban development projects and processes. Through creative practices by which citizens express, communicate, symbolize, and perform their right to exist in the city, inhabitants of Istanbul assert their right to the city outside the formal legal process” (AY; MIRAFTAB, 2016, p. 14).

como lutas por reconhecimento (reconhecimento “da diferença” – associadas à etnicidade, “raças”, nacionalidade, gênero, sexualidade). Sob essa perspectiva, no contexto nacional, pode se organizar as experiências estudadas em relação a temáticas relacionadas à:

a) Lutas pela redistribuição relacionadas à/ao:

- Direito à moradia – a exemplo da Vila da Paz (TANAKA, 2017); da comunidade Jardim Nova Esperança (SILVA, 2017); de comunidades lutando contra a remoção, como a Vila Autódromo (ver Capítulo 4) e a comunidade Indiana (ALBERNAZ, et al, 2017) no Rio de Janeiro; ou Barbosinha e Piratininga em Diadema (MALLACK et al, 2017); bem como ocupações em edifícios ociosos em diversas cidades do país (MIRANDA, 2017; CAMINHA, 2017; TANAKA, 2017)
- Direito à Cidade e urbanização assentamentos precários – a exemplo das comunidades da Região do Grande Bom Jardim (FREITAS, 2017); da Região da Baixada Fluminense (QUINTSLR, 2017); da Vila Brasilândia em São Paulo (ROCHA, 2017); da ação de coletivos da periferia de São Paulo (MAZIERO; ALMEIDA, 2017) ou de ações dos Comitês Populares da COPA (MATOS, 2017);
- Valorização de espaços públicos e simbólicos da cidade (algumas vezes degradados) e reivindicações voltadas à promoção do Direito à Cidade – a exemplo da atuação de coletivos de arte e cultura no centro de São Paulo (ver Capítulo 4); do Movimento Ocupe Estelita em Recife (ver Capítulo 4); da valorização de Lugares de Memória em Belo Horizonte (LIMA et al, 2017);
- Proteção do meio ambiente – a exemplo do movimento Ocupe Cocó em Fortaleza (MATOS, 2017) ou dos movimentos relacionados à consolidação do Parque Augusta em São Paulo (MARINO, 2018; HORI, 2017b; HORI, 2018);

b) Lutas pelo reconhecimento relacionadas à/ao:

- Identidade-Favelas – movimentos sociais e coletivos que atuam para valorização da cultura e da identidade das favelas de São Paulo e Rio de Janeiro (ALVARES; BARBOSA; CAVALCANTE, 2017);
- Gênero e sexualidade – a exemplo de campanhas online relacionadas ao gênero mulher, a questão de estupro, e a grupos LGBT (MATOS, 2017);
- Etnicidade e “raça” – a exemplo do movimento negro (MATOS, 2017) e de grupos indígenas Mebêngôkr e Kayapós na Amazônia Brasileira (SAIDLER, 2017).

Internacionalmente, as experiências estudadas se associam similarmente à:

c) Lutas pela redistribuição relacionadas à/ao:

- Direito à Cidade, urbanização assentamentos precários e superação da pobreza – a exemplo de grupos comunitários em comunidades precárias na Indonésia (BEARD, 2002; 2003) e nas Filipinas (IBABAO, 2013; ver capítulo 4);
- Direito à moradia – a exemplo de comunidades na Cidade do Cabo, África do Sul, frente a Copa do Mundo realizada no país (MIRAFTAB, 2009);
- Valorização de espaços públicos e simbólicos e reivindicações voltadas à promoção do Direito à Cidade – a exemplo da ocupação Taskim Gezi na Turquia (AY; MIRAFTAB, 2016) ou do movimento *Ciudad Viva* no Chile (ver capítulo 4);

d) Lutas pelo reconhecimento relacionadas à/ao:

- Etnicidade e “raça” – a exemplo de grupos indígenas como os Buryatia na Rússia (SWEET; CHAKARS, 2010) ou em estudos sobre indígenas na Austrália (LANE, 2001; PORTER, 2013; PORTER et al, 2017).

Percebe-se, portanto, que, se por um lado a pressão ou a necessidade premente da ação frente a ameaça da perda é um motivador importante para a ação coletiva também o são ideais de “bem-viver juntos” e a superação de injustiças que convidam à ação, como ressaltam Fraser (2006); Cefaï (2009) e Quintslr (2017).

Quando se analisa a rede de apoiadores envolvida em processos como o da Vila Autódromo vê-se, por exemplo, que muitos agentes são externos à comunidade afetada. Passam a apoiá-la frente a um ideal de solidariedade, de justiça para com aquele grupo frente a ação de forças hegemônicas de instâncias do Estado associadas ao capital imobiliário. Ao apoiarem a comunidade, esses agentes reforçam as reivindicações da comunidade, o que pode ser percebido no relato de um dos moradores entrevistados por Silva (2016):

É a força dessas pessoas que faz a gente resistir, porque na verdade a Vila Autódromo não é só minha, é de todos que vem aqui apoiar, porque ela faz parte da cidade [...] recebemos a ajuda dos apoiadores, que são vários, e vem de vários lugares dessa cidade, vem pessoas de Niterói, de Campo Grande, de Laranjeiras, de Madureira, da Taquara. A Vila Autódromo não é só minha, ela é da cidade, e é do apoiador, é nossa (entrevista com moradora da Vila Autódromo realizada por SILVA, 2016, p. 55).

A causa dos moradores é, dessa maneira, simbolicamente reforçada, passando a ser uma luta da cidade, assim, extrapola os limites espaciais da comunidade, atinge outras escalas (nacional, internacional) e influencia outros contextos.

Cabe lembrar também que, frente a um contexto neoliberal que incentiva crescentemente o individualismo, essas práticas de ação conjunta abrem espaço para se aspirar coletivamente novos caminhos para o desenvolvimento urbano. Muitas dessas reivindicações estão, assim, relacionadas ao “futuro da cidade”, são exercícios para pensar um espaço coletivo que seja capaz de gerar uma cidade diferente, que não seja baseada na injustiça social expressa nas suas múltiplas dimensões (SANTOS, 2004).

Melo (2016, p.1), quando analisa o documentário “*Vida Estelita*”, que relata a vivência de jovens que ocuparam o cais Estelita em Recife por 50 dias, ressalta que os entrevistados falam não apenas da luta pelo terreno, mas do desejo de “novas formas de vida”, uma vida coletiva, partilhada. Sua ação assim, não se destina apenas a impedir a implantação do projeto para manter aquele espaço simbólico, mas se articula a um ideal maior que almeja uma transformação da cidade. Ou, como coloca, Andrade M. Oliveira (2014, p.110), a ocupação do Cais Estelita “converte-se numa plataforma política que visa pensar não apenas o espaço ocupado, mas a ocupação da cidade como um todo”.

O coletivo Política do Impossível (PI), de forma semelhante, relata que suas ações no centro de São Paulo têm a intenção de ativar o “invisível”, o “sonhado” e o “frágil”, que se relaciona com a “dimensão subjetiva da construção do público” (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL,

2008, p. 140). Assim, ressaltam o contexto “hipercapitalista” atual e salientam que a relação entre “Estado-mercado” na proposição de projetos urbanos dá a ver uma “utopia negativa”, ou um futuro “distópico”, como consequência desse modo de atuação:

Quando olhamos para o processo de transformação por que passa o bairro da Luz e todo o centro da cidade de São Paulo, dentro de um contexto de hipercapitalismo em que as regras do mercado econômico se tornaram as regras de Estados e Nações no mundo inteiro, podemos imaginar um futuro distópico em que alguns dos valores determinantes da vida em sociedade serão a padronização do comportamento das pessoas e a obediência e a submissão às forças de dominação política e econômica (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008, p.23).

As ações do PI, portanto, se propõem a romper com esse ciclo hegemônico, trazendo a reflexão sobre novas formas de se planejar a cidade, o que poderia se relacionar com o ideal de “bem-viver juntos” proposto por Cefaï (2009). Ou, como coloca Lima (2017, p.12), agem de forma a forjar “cidades possíveis” que rompem com os “circuitos fechados que obliteram a imaginação – muitas vezes modulada por atores hegemônicos”.

Esses coletivos, organizações comunitárias e movimentos sociais de caráter emancipatório atuam, assim, na busca de meios de ação, de resistência e de crítica à mercantilização do urbano. Reivindicam direitos, buscam novos espaços e contrapõem propostas institucionais discutindo alternativas ao modelo neoliberal de cidade imposto. Pode-se pensar, dessa forma, que esses, a partir de suas ações, contribuem para a criação (ou ao menos a discussão) de um planejamento contra-hegemônico do território. Nesse processo, diversificam-se também os agentes envolvidos e as articulações que se criam entre esses.

AGENTES, FORMALIZAÇÃO E ORGANICIDADE DAS REDES

As experiências analisadas mostram uma multiplicidade de agentes engajados nas reivindicações urbanas na tentativa de influenciar o planejamento e a produção do território. Movimentos sociais, organizações e coletivos de caráter emancipatório e prospectivo agem, em geral, com relativa autonomia em relação ao Estado e com o intuito maior de pressionar instâncias do governo ou mesmo de se opor a essas instâncias.

Comunidades de baixa renda, que possuem lutas históricas no Brasil pelo direito à moradia se mantêm ativas, articulando-se a novos agentes e ampliando suas redes sociopolíticas de apoiadores. A experiência da Vila Autódromo retrata a importância de uma rede ampliada e diversificada de colaboradores que permitiu a instrumentalização técnica (urbanística, jurídica etc.) e possibilitou a troca de conhecimento (entre comunidade e grupos com saberes distintos)²¹². Seus moradores, organizados através da Associação de Moradores

²¹² De forma semelhante, outras comunidades criam redes ampliadas para se fortalecer frente às ameaças de remoção, como a Vila da Paz (São Paulo) e a Ocupação do Trilho (Fortaleza), apoiadas pelo Comitê Popular da Copa, a segunda ainda articulada a universidades e ao Movimento de Luta pela Defesa da Moradia (TANAKA, 2017). A relação entre moradores do Parque Sitiê (Morro do Vidigal, Rio de Janeiro) e arquitetos brasileiros,

e Pescadores da Vila Autódromo (AMPAVA), tiveram, em diferentes momentos, expressivo suporte da Defensoria Pública, da Pastoral de Favelas, do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas e de Universidades, pesquisadores e acadêmicos²¹³. A esses se somaram apoiadores eventuais (frequentadores dos eventos, observadores, seguidores das mídias sociais, outras comunidades etc.). Mídias alternativas e internacionais também tiveram papel importante para respaldar o conflito frente a outros grupos²¹⁴. Um dos moradores retrata essa diversidade de apoiadores:

Hoje em dia a Vila Autódromo tem voz dentro de várias universidades, vários países, chegou do outro lado do mundo, então ela é falada e discutida em vários setores no mundo, e isso é muito importante. E parece que conforme diminui o número de moradores, aumenta o número de apoiadores. Hoje um rapaz viu a matéria da Record e resolveu aparecer aqui. Ele não é morador, não é pesquisador, é uma pessoa, que mora na Taquara e resolveu vir aqui apoiar (SOUZA, 2015 apud SILVA, 2016, p. 58)

Embora da fala do entrevistado se perceba que esse apoio pode não ser suficiente para garantir a permanência das famílias no local, ajuda a reforçar a causa. Taísa Sanches, uma das entrevistadas na pesquisa que integra a equipe do Museu das Remoções, também relata a importância da rede que dá suporte à comunidade:

[...] a formação dessas redes que eles tiveram durante todo o processo de luta, com as Universidades [...] o diálogo com diversas frentes da cidade, com outras iniciativas similares, com outros Museus [Rocinha, Horto], isso foi e é um exemplo de como eles atuaram, de como esses movimentos de luta podem atuar pra conseguir fazer propostas de permanência na cidade (Taísa Sanches – Entrevista realizada em 2019)²¹⁵.

É importante destacar que a rede de agentes que dá suporte à comunidade só teve sucesso em várias ocasiões ao longo do tempo graças à mobilização dos moradores, que, com laços internos (criados na comunidade ao longo dos anos) e o auxílio de lideranças locais foram capazes de se organizar, resistir e buscar o apoio de outros agentes.

A Figura 20 sintetiza os agentes articulados na luta da Vila Autódromo. Lideranças locais catalisadoras estão diretamente articuladas aos moradores e mantem relações intensas com conselheiros e organizações parceiras (Defensoria Pública, Universidades, Igreja

americanos e japoneses, mostra outro exemplo de como, juntos, esses foram capazes de desenvolver práticas coletivas para melhoria do assentamento precário que culminaram na criação um parque (ROCHA, 2017).

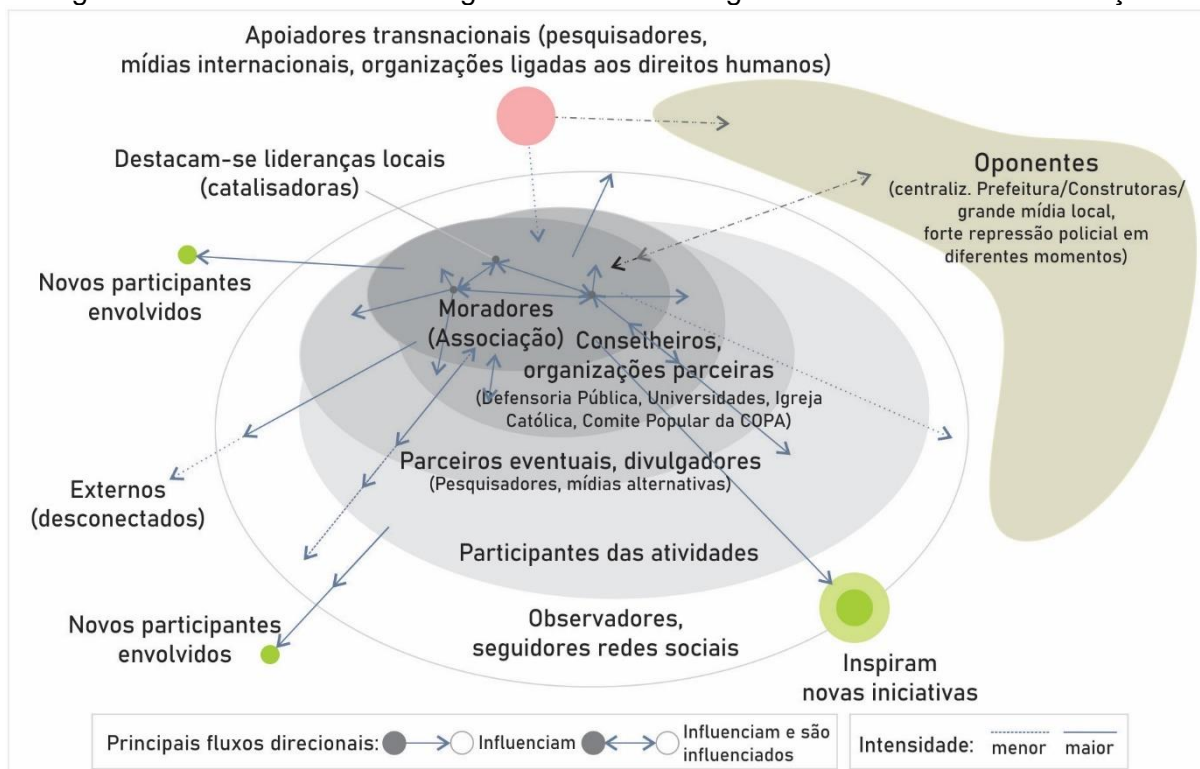
²¹³ A igreja católica (Pastoral de Favelas) promoveu eventos e foi um espaço de reuniões para o grupo. O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas produziu dossiês divulgando violações de direitos humanos nas remoções. O Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública e as universidades (englobando distintas áreas do conhecimento e incluindo o suporte ao Plano Popular) contribuíram para capacitar a comunidade e para fornecer auxílio jurídico e técnico, necessário para suportar a resistência, fortalecer contra-argumentações e fundamentar o direito à moradia, ajudando a balancear e desacelerar o processo em diferentes momentos.

²¹⁴ Mídias alternativas, como *Rio On Watch – Community Report on Rio*, deram ampla visibilidade ao conflito mostrando a perspectiva da comunidade, pouco destacada na mídia tradicional. Posteriormente, a mídia internacional contribuiu para apoiar os moradores relatando violações de direitos (ver Capítulo 4).

²¹⁵ Conforme salientado no capítulo da metodologia, os relatos das entrevistas realizadas nessa pesquisa serão apresentados em *itálico*, para destacá-los das demais citações.

Católica, CPCO), seguidos de parceiros eventuais e divulgadores do conflito (pesquisadores, mídias alternativas etc.). Participantes das atividades/manifestações promovidas pelos moradores e observadores/seguidores das redes sociais, embora tendam a ter um menor contato direto com a comunidade, são importantes para apoiar a causa e influenciar agentes externos ainda não sensibilizados.

Figura 20 – Vila Autódromo: diagrama síntese dos agentes envolvidos e suas relações



Elaborado por L. C. Melchioris (2019).

Ao criar essa ampla rede sociopolítica de apoio à comunidade os agentes dão visibilidade ao conflito e impulsionam outros grupos em situação semelhante a agir. Vale salientar ainda que entre as lideranças locais da Vila Autódromo se destacam algumas mulheres. Marcela Silva, ao ser entrevistada, coloca o protagonismo dessas como uma das questões a ser destacada em relação à luta dessa comunidade:

Um aspecto muito importante foi o protagonismo das mulheres. Foi uma luta muito intensa, acho que todo mundo contribuiu muito, mas as mulheres tinham um papel muito forte de segurar a onda, de organizar uma resistência sem tanta disputa de poder, de acolher as pessoas que chegavam e as pessoas que estavam ali, de imprimir muito afeto e muita perseverança (Marcela Munch Silva – Entrevista realizada em 2019).

O protagonismo das mulheres na lutas comunitárias é reforçado também pela análise de outras experiências²¹⁶ (CPCO, 2014; MONTEIRO; MEDEIRO, 2017), que demonstram que, para elas, a luta pelo direito à moradia não se refere apenas à manutenção da casa, mas inclui a manutenção da rede de vizinhança. Em muitos desses casos, tanto quanto a casa, o que está em jogo é a forma de sobrevivência das famílias, sendo importante a manutenção dos laços construídos com outros moradores que ajudam na vivência do dia-a-dia, na subsistência e complementação da renda e no suporte afetivo, cuidando das crianças uns para os outros, criando um mercado que se abastece de produtos locais - comida, artesanato, etc; estabelecendo laços de confiança e amizade. (CPCO, 2014).

Também a Igreja Católica ressalta enquanto instituição que dá suporte às populações de baixa renda, tanto em experiências nacionais quanto internacionais. No Brasil, têm-se como exemplo o auxílio dado à Vila Autódromo²¹⁷; internacionalmente, nas Filipinas, por exemplo, a Fundação de Desenvolvimento dos Missionários Vicentinos (VMSDFI) dá apoio à Federação de Pessoas Desabrigadas das Filipinas (HPFP), que reúne cerca de 200 organizações comunitárias de baixa renda voltadas a enfrentar problemas de segurança da posse, acesso à moradia, situação de vulnerabilidade e pobreza (ver Capítulo 4).

A Academia, através da participação de estudantes, pesquisadores e professores universitários também se destaca entre os apoiadores das lutas de comunidades de baixa renda e são articuladores de movimentos de caráter emancipatório, tanto nacional quanto internacionalmente. Essa contribuição ocorre através de projetos de extensão, do apoio ao planejamento comunitário e suporte de segmentos sociais marginalizados, da publicação de artigos e dossiês e da fundamentação técnica voltados ao suporte aos diferentes grupos, entre outros.

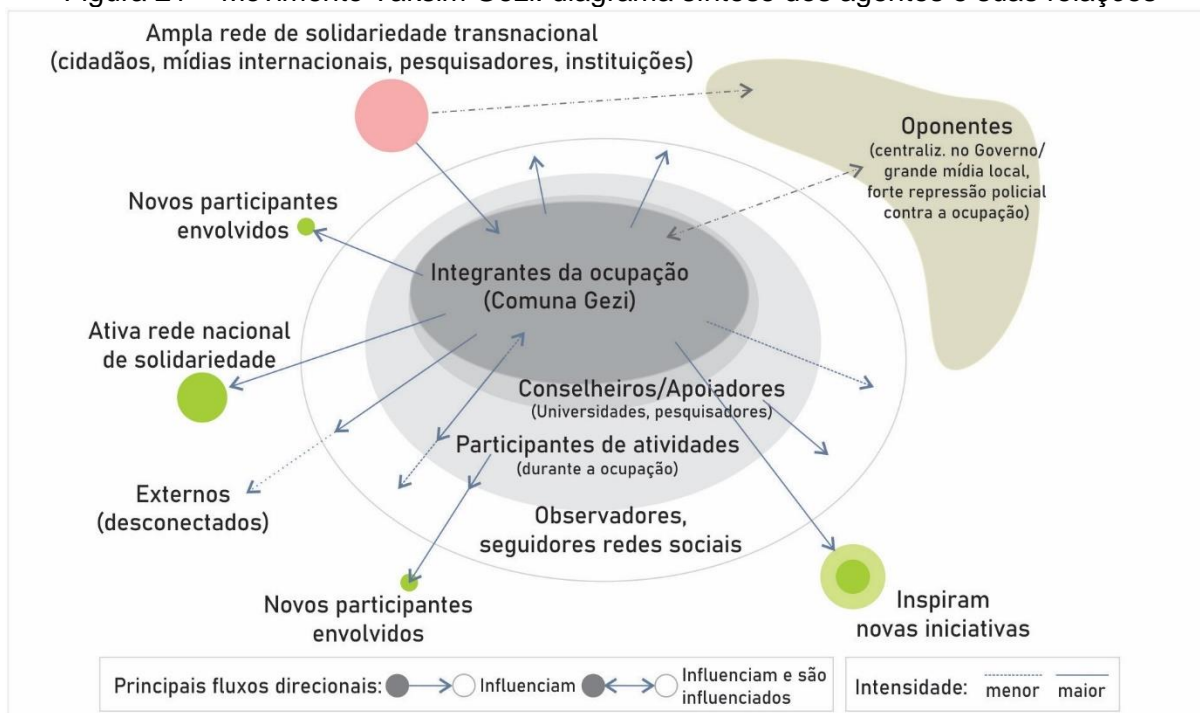
A ocupação Taksim Gezi, por exemplo, foi iniciada por jovens acadêmicos que se manifestavam em defesa daquele espaço simbólico da cidade. Acadêmicos têm participação importante também na luta do Movimento Ocupe Estelita, contribuindo para ampliar o discurso técnico, crítico e político que busca preservar a área do cais. Na Vila Autódromo, a articulação da comunidade com universidades, além de criar uma série de atividades menores, deu suporte aos moradores para elaborar o Plano Popular que contribuiu para legitimar suas demandas frente à Prefeitura e à mídia. A partir desse processo, o conhecimento técnico dos professores e alunos possibilitou que necessidades e anseios da população pudessem ser transformados em soluções técnicas viabilizadas no plano. Concomitantemente, tanto a

²¹⁶ A exemplo de pesquisas que estudam outras comunidades sob risco de remoção (CPCO, 2014), agressões ao gênero mulher (MATOS, 2017), bem como comunidades indígenas na Rússia (SWEET; CHAKARS, 2010).

²¹⁷ Tanaka (2017) relata o apoio dessa a ocupações de edifícios ociosos em Belo Horizonte. Quintsler (2017) ressalta o papel histórico da igreja católica no período da ditadura apoiando movimentos sociais na luta pelo acesso à água na Baixada Fluminense (espaço privilegiado de resistência e mobilização política, em um contexto de depressão política e no qual se escasseavam os espaços públicos e semipúblicos de reunião).

comunidade quanto os acadêmicos envolvidos no processo compartilharam experiências que contribuíram para a capacitação mútua, o que para além dos resultados imediatos, pode contribuir para transformações futuras. Outros exemplos nacionais e internacionais mostram o suporte do setor acadêmico a diversas iniciativas ligadas a comunidades²¹⁸. Considerando-se essas ações, não parece coincidência que governantes com tendências autoritárias por vezes atuem para neutralizar e minimizar o poder de ação de pesquisadores e universidades²¹⁹.

Figura 21 – Movimento Taksim Gezi: diagrama síntese dos agentes e suas relações



Elaborado por L. C. Melchioris (2019).

Além de novos agentes e temáticas de reivindicação originadas nas últimas décadas, viu-se, o surgimento de novos tipos de movimentos sociais, coletivos e organizações

²¹⁸ Incluindo ações do Observatório das Remoções (FAU-USP) em suporte a comunidades ameaçadas com risco de remoção; acadêmicos que usam o design no espaço público como instrumento estético-político voltado a criar discussões sobre a cidade (VENTURA; SZANIECKI; TIBOLA, 2017); ações da FAU-UFRJ (Escritório Modelo da faculdade de arquitetura) de canteiro experimental que apoiam comunidades de baixa renda abrindo espaço para troca de conhecimentos (comunidade-universidade) e fornecendo suporte técnico²¹⁸ (ALBERNAZ, et al, 2017); integração entre academia-cidadãos na Região Metropolitana de Belo Horizonte com oficinas multidisciplinares e mapeamento de identidades culturais e Lugares de Memória (LUME), que geraram projetos socioculturais envolvendo comunidades de diversos municípios e possibilitaram formação crítica-pragmática aos envolvidos (LIMA, et al, 2017). Internacionalmente, se pode citar o apoio em discussões críticas, planejamento e realização de ações de suporte a comunidades indígenas na Rússia (SWEET; CHAKARS, 2010).

²¹⁹ No caso Brasileiro, em 2019, o presidente Jair Bolsonaro, cujo discurso é marcado por demonstrações perversas de ódio a grupos minoritários (e que também estimulam que outros os agridam), tenta desestruturar universidades públicas e reduzir recursos públicos destinados a essas. Ver, a título de exemplo, notícias do jornal El País: JUCA, 2019 – https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557853974_560498.html, BRUM, 2019 – https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/10/opinion/1554907780_837463.html e BRUM, 2019 b – https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/15/politica/1557921007_146962.html.

comunitárias que tendem a ser mais abertos e heterogêneos. A ocupação Taksim Gezi, na Turquia, é um desses exemplos marcado pela pluralidade dos agentes, muitos desses inclusive hostis uns aos outros anteriormente ao movimento. A Figura 21 sumariza os agentes e relações criadas pelo movimento, de estrutura rizomática e que articula diferentes níveis de aproximação dos agentes, incluindo colaboradores e apoiadores mais eventuais e sendo capaz de gerar ampla rede de solidariedade transnacional.

O Movimento Ocupe Estelita (MOE) também é marcado pela interdisciplinaridade e diversidade²²⁰ e por não adotar uma estrutura hierárquica. Integra diversos coletivos, movimentos sociais, profissionais e cidadãos²²¹, não se associa a uma entidade, partido ou coletivo especificamente, funcionando como um agrupamento de agentes reunidos em defesa do Cais e do Direito à Cidade. Possui, assim, a forma de um movimento amplo, aberto e heterogêneo, formado por cidadãos autônomos, grupos diversos e apoiadores eventuais que dão apoio ao movimento em momentos específicos. Esses atuam complementarmente, o que é expresso, por exemplo, nos convites para reuniões abertas de reorganização lançadas através do Facebook do movimento, demonstrando esforços de construir uma gestão coletiva proporcionada por diálogos mais horizontalizados²²². A busca pela horizontalidade do movimento é relatada por Érico Andrade Oliveira²²³ quando entrevistado:

O que é bonito de perceber no movimento é que a participação [no movimento] ela foi sempre na medida do que as pessoas podiam colaborar, então muitas pessoas levavam feira, levavam alimentos... a gente se organizava da forma mais horizontal possível e com o maior espectro de participação, ou seja, a gente tentava fazer com que as pessoas pudessem participar da forma como elas pudessem. Então o movimento terminou agregando muitos movimentos sociais, claro, notoriamente movimentos sociais de classe média, mas movimentos sociais como a Marcha das Vadias, a Bicletada, a Massa Crítica...[...] movimentos ligados às artes, o Anti Proibicionismo [...] todos esses movimentos foram sendo incorporados ao Estelita (Érico Andrade M Oliveira – Entrevista realizada em 2019).

Posteriormente, o pesquisador complementa que a horizontalidade adotada no modo de agir é importante como expressão de novas maneiras de pensar o fazer urbano, a partir de discussões mais amplas que incluam os cidadãos nos processos decisórios:

A horizontalidade é muito importante porque a gente consegue a partir dela trazer mais pessoas para os movimentos no sentido de que elas se sentem concernidas porque elas decidem as pautas políticas. Então, acho que a participação direta das pessoas traz uma mobilização política maior, há um engajamento político maior porque as pessoas se sentem capazes de deliberarem. Falta justamente isso na

²²⁰ O grupo Direitos Urbanos, que integra o MOE, destaca a importância dessa interdisciplinaridade e diversidade que agrega conhecimentos diferenciados e diversos graus de experiência (DIREITOS URBANOS, 2018).

²²¹ Incluindo: arquitetos, urbanistas, sociólogos, artistas, advogados, pesquisadores e professores, estudantes, jornalistas, designers e antropólogos, moradores das comunidades adjacentes, etc. Com o tempo se agregam outros agentes, movimentos por direitos humanos, LGBT, cicloativistas, videoativistas etc (MATOS, 2017b).

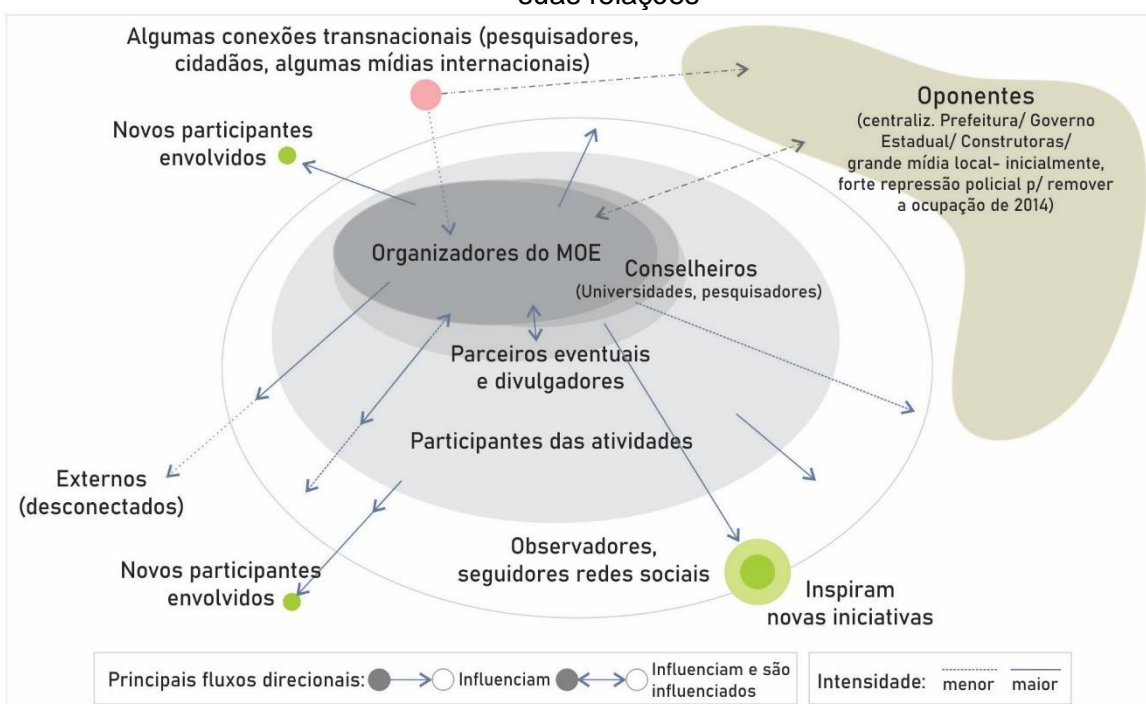
²²² Ver por exemplo: Movimento#OcupeEstelita (2017) – <https://www.facebook.com/events/130582480954168/> e Movimento#OcupeEstelita (2018) – <https://www.facebook.com/events/267105927252373/>.

²²³ Professor da Universidade Federal de Pernambuco, integrante do Direitos Urbanos e atuante no MOE.

democracia representativa e é isso que nós temos nos movimentos sociais, vários deles, não só o Movimento Ocupe Estelita, mas vários outros [...], movimentos que não trabalham mais com a lógica da representação, mas com a lógica da participação (Érico Andrade M Oliveira – Entrevista realizada em 2019).

Essa rede sociopolítica de ação coletiva articulada dá visibilidade ao conflito, tenta influenciar positivamente novos apoiadores e impulsiona outros grupos a se mobilizarem. A Figura 22 sintetiza a articulação que forma o MOE, com uma estrutura rizomática a qual se juntam conselheiros (universidades, pesquisadores) e apoiadores (participantes de atividades e seguidores de mídias sociais).

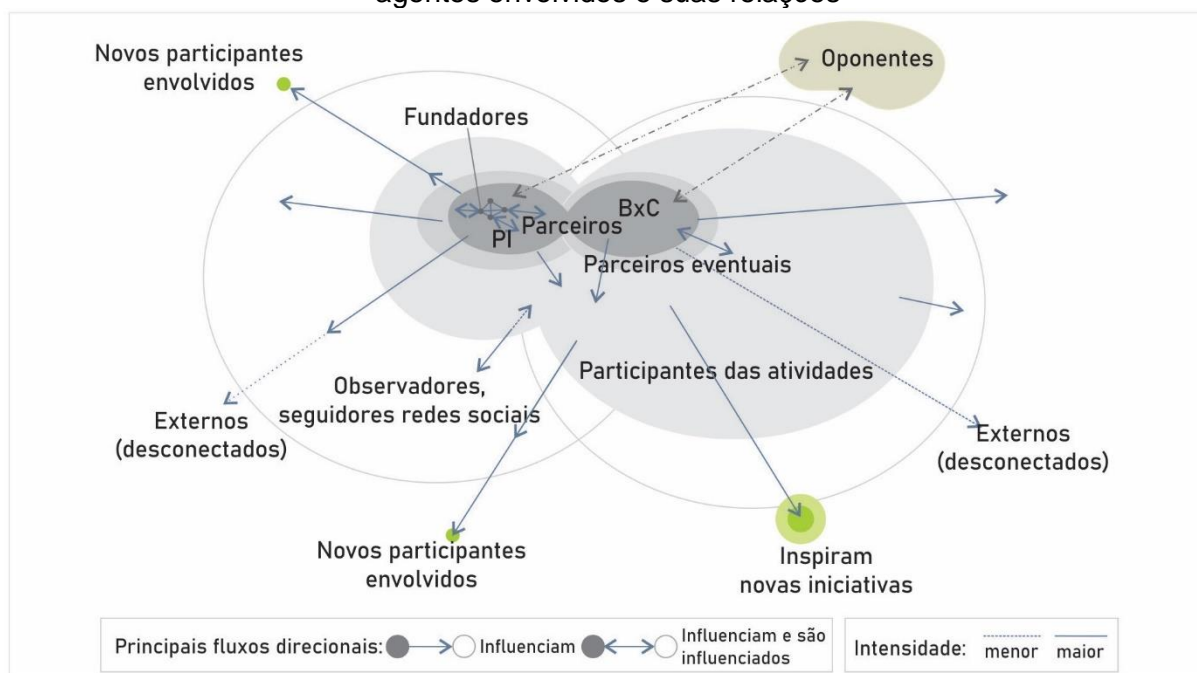
Figura 22 – Movimento Ocupe Estelita (MOE): diagrama síntese dos agentes envolvidos e suas relações



Elaborado por L. C. Melchioris (2019).

A análise das experiências mostra ainda novas formas de agrupamento dos cidadãos, a exemplo de coletivos e organismos. Os coletivos aqui analisados, são formados em geral por grupos multidisciplinares atuam através de ativismos culturais efêmeros. O Política do Impossível possui um agrupamento multidisciplinar de agentes apresentando-se como uma estrutura não hierárquica. As ações desses grupos por vezes são desenvolvidas com o apoio de parceiros, em geral outros coletivos, e se destinam a envolver e sensibilizar parcelas mais amplas da população que participam de suas atividades. A Figura 23 busca sintetizar as estruturas do PI e do Movimento Baixo Centro. Embora esses grupos possam ter agentes que propõem ações, desenvolvem atividades sem destacar lideranças, agrupando participantes e observadores que se envolvem nas atividades por esses propostas.

Figura 23 – Coletivo Política do Impossível e Movimento Baixo Centro: diagrama síntese dos agentes envolvidos e suas relações



Elaborado por L. C. Melchioris (2019).

Pode-se pensar, assim, que tanto o movimento Taksim Gezi, o MOE, o Baixo Centro quanto o coletivo PI, se assemelham às estruturas rizomáticas propostas por Deleuze e Guattari (1995). Uma vez que podem ser rompidos, quebrados e retomados a partir de qualquer ponto, são também mais facilmente atualizados, adaptados e reorganizados. Distinguem-se, assim, de grupos do século passado e se adaptam ao contexto atual pós-moderno de acentuada volatilidade (HARVEY, 2004). Como ressaltam Maziviero e Almeida (2017), a volatilidade constitui o fluxo desses grupos, que rejeitam projetos de longo ou médio prazos. Se por um lado essa volatilidade se contrapõe a noção de planejamento (que pensa o longo prazo), por outro, essas ações de contestação podem ajudar a influenciar mudanças na percepção dos agentes em relação à produção do território de forma a inspirar novas maneiras de se planejar as cidades. Suas estruturas rizomáticas, como lembra Cefaï (2009), permitem aos grupos responder mais facilmente aos desafios de adversários e às estratégias de desestabilização e divisão impostas por esses. Ao assumirem uma estrutura que se modifica facilmente, somada a uma forma de organização independente, abrem espaço para “conexões inusitadas pela co-criação, pela justaposição e pela colisão, que redesenham outras dimensões possíveis da existência” (MAZIVIERO; ALMEIDA, 2017, p. 8). Ao mesmo tempo, essa noção de horizontalidade de relações contrapõe o individualismo incentivado pelo contexto pós-moderno neoliberal e reforça a noção de uma construção coletiva²²⁴.

²²⁴ Outras formas de construção de coletividades também ocorrem em diversos países, a exemplo de práticas urbanas coletivas cotidianas realizadas por comunidades europeias que desenvolvem ações antissistema (criação

Ducci (2002) destaca outra mudança de movimentos atuais em relação aos de décadas anteriores. Ao estudar exemplos latino-americanos, a autora ressalta que, no passado, grupos de cidadãos precisavam se organizar em maciços movimentos para adquirir o poder necessário de negociação com agentes de poder. Na atualidade, porém, alguns grupos relativamente pequenos de classe média, por serem bem conectados e informados, alcançaram visibilidade e capacidade política de negociação:

agora mesmo um pequeno grupo de classe média bem informado pode alcançar grande visibilidade e capacidade de negociação. Se o grupo incluir um determinado profissional, jornalista, artista ou personalidade televisiva, a organização poderá obter acesso à mídia que fortalecerá a posição do grupo e permitirá que ele seja ouvido (embora isso não garanta o sucesso de seus esforços). Além disso, quando as organizações incluem um pequeno grupo de classe média alta com acesso a recursos políticos, econômicos e de comunicação, as chances de sucesso aumentam enormemente²²⁵ (DUCCI, 2000, p. 8).

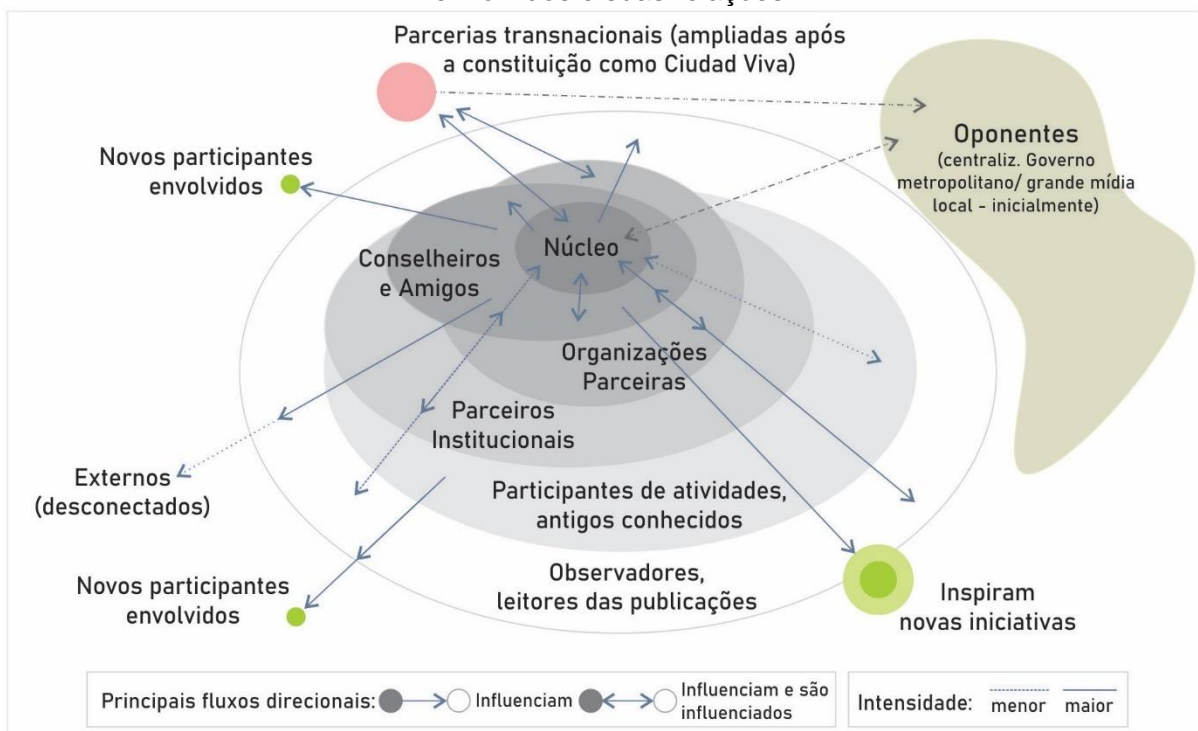
A experiência do movimento *Coordinadora No a La Costanera Norte* ilustra essa questão. O grupo formado por agentes com distinções socioeconômicas e educacionais (incluindo populações de baixa renda); foi influenciado fortemente também pela presença de artistas, jornalistas e moradores de alta renda. Lideranças locais agiam como impulsionadores e catalizadores das demandas coletivas. Como salienta Sagaris (2013), “cada comunidade tinha seus próprios porta-vozes (geralmente dois ou três líderes realmente fortes) e escolhia seus próprios representantes para apresentações ao ministro e aos funcionários do governo, prefeituras e outros atores”²²⁶ (SAGARIS, 2013b, p.6). A Figura 24 ilustra os agentes envolvidos no movimento *Coordinadora* enfatizando parcerias transnacionais que se intensificam com a constituição posterior da organização *Ciudad Viva*. A partir do núcleo impulsionador se criam, mais imediatamente, relações com conselheiros e organizações parceiras, ampliando-se para apoiadores menos conectados que envolvem participantes de atividades, observadores, leitores das publicações etc. Essas relações abrem também possibilidades de influenciar novos agentes e outras realidades.

de moedas próprias, sistemas de trocas de produtos, não uso de moeda, criação de hortas urbanas). Marino (2018) relata alguns desses esforços de criar sistemas mais flexíveis marcados por práticas inovadoras que, embora ainda não tenham êxito em larga escala, constituem potencial transformador.

²²⁵ Tradução da autora do original em inglês: “now even a small well-informed middle-class group can achieve great visibility and negotiating strength. If the group includes one determined professional, journalist, artist, or television personality, the organization can gain media access that will strengthen the group’s position and allow it to be heard (although this does not guarantee the success of its efforts). Furthermore, when organizations include a small upper middle-class group with access to political, economic, and communications resources, the chances of success rise enormously” (DUCCI, 2000, p. 8).

²²⁶ Tradução da autora do original em inglês: “Each community had its own spokespeople (usually two or three really strong leaders) and chose its own representatives for presentations to the minister and government officials, municipalities, and other actors” (SAGARIS, 2013b, p.6)

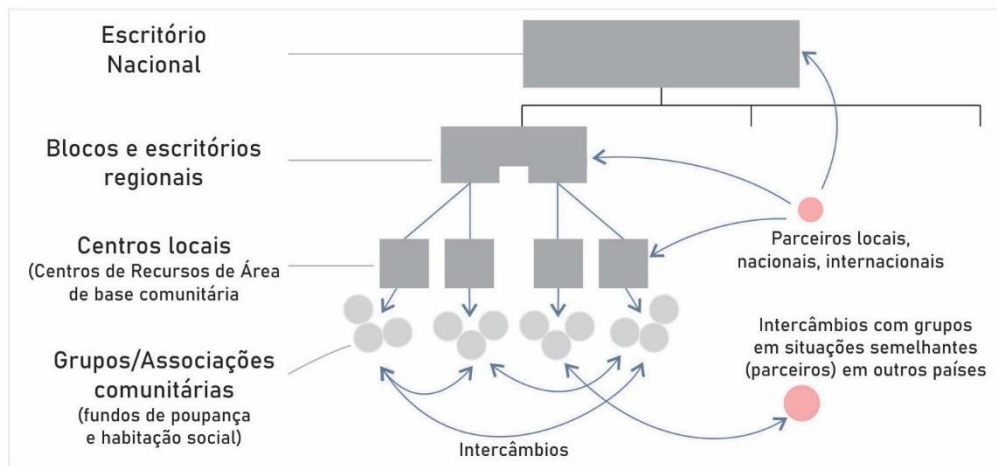
Figura 24 – *Coordinadora No a La Costanera Norte*: diagrama síntese dos agentes envolvidos e suas relações



Adaptado pelo autor com base em Sagaris (2013). Elaborado por L. C. Melchioris (2019).

De todas as experiências analisadas no Capítulo 4, apenas um dos grupos possui estrutura prioritariamente verticalizada, a Federação de Pessoas Desabrigadas das Filipinas (HPFP). Sua estrutura tem três níveis (nacional, regional e local) (ver Figura 25), mas na instância de base os intercâmbios criados entre as comunidades diversas exploram algumas relações mais horizontalizadas. Assim como os outros grupos, há uma forte ênfase na criação de parcerias com instituições que vão desde o âmbito local até o internacional.

Figura 25 – *HPFP*: diagrama síntese dos agentes envolvidos e suas relações



Adaptado pelo autor com base em UN-Habitat; Cities Alliance (2006) e IBABAO (2013).

As diversas experiências discutidas mostram que as redes sociopolíticas têm alta importância na atuação dos grupos. Os agentes mudam conforme os contextos, as estruturas diferem, mas os processos são marcados pela coletividade. Passa-se a ter o que Evans (2002) denomina “ecologia de agentes”, termo usado para salientar a importância de agregar diferentes agentes nos processos, uma vez que a sinergia gerada por esses é capaz de compensar imperfeições singulares e contribuir para que se produzam resultados que transcendem capacidades individuais. Cada agente, assim, traz uma contribuição complementar (diferenciada conforme sua experiência e capacidade agregada), que é relevante para apoiar discussões e ações do todo, afeta as relações que se estabelecem entre os agentes e interfere no poder que cada um tem de efetuar mudanças.

Cabe destacar também, o protagonismo que os agentes locais têm nesses processos, trazendo, através de suas ações coletivas emergentes, possibilidades para reflexões sobre a cidade neoliberal, impulsionando transformações no território, mesmo que pequenas. A cidade, ao ser espaço de co-existência entre os desiguais, traz intrínseca a noção de convívio de múltiplas territorialidades, o que implica na existência de disputas entre grupos (HAESBAERT, 2005). Assim, as demandas sociais que precisam ser atendidas vêm também de grupos contra hegemônicos, para os quais as redes sociopolíticas representam oportunidades de ampliar seu poder na busca de potencializar seus interesses.

ARTICULAÇÕES TRANSESCALARES E FORMAÇÃO DE REDES AMPLIADAS

Na contemporaneidade, os processos contra hegemônicos de resistência englobam não apenas novas temáticas e agentes, quanto também os articula em diferentes escalas. Os avanços das tecnologias de informação e comunicação ocorridos nas últimas décadas modificaram as relações entre os agentes facilitando o contato de pessoas localizadas fisicamente em escalas geográficas distintas, potencializando a criação de redes transnacionais de solidariedade²²⁷, troca de conhecimento, suporte técnico, financiamento de causas de interesse comum, entre outros.

²²⁷ Redes de solidariedade transnacional são vistas, por exemplo, na articulação entre comunidades de baixa renda no Brasil com parceiros internacionais. Freitas (2017), relata a experiência da Região do Grande Bom Jardim (Fortaleza), em que uma comunidade se envolveu com o setor acadêmico e ONGs estrangeiras a fim de conseguir apoio financeiro para melhorar as condições do assentamento precário (limpando e transformando áreas cobertas de lixo em um parque). De forma semelhante, no Morro do Vidigal, a participação de um morador na Conferência Rio+20 foi capaz de criar uma conexão com um arquiteto recém-formado de Harvard que mobilizou outros colegas a desenvolverem uma cooperação formal entre lideranças do Parque Sitiê e especialistas internacionais (ROCHA, 2017). Já na Vila Brasilândia, em São Paulo, cooperação com a Fundação Stickel conectou a comunidade ao movimento *Transition Towns Network* auxiliando a impulsionar práticas que exploram tecnologias sociais/ambientais usadas no assentamento para reduzir o uso de combustíveis fósseis e a dependência desse como fonte de energia (ROCHA, 2017). A partir de projetos temporários e programas de médio e longo prazo desenvolvidos na comunidade, foram desenvolvidas práticas que auxiliaram a resiliência do grupo (redução da dependência a recursos externos), a exemplo de financiamento para capacitação de moradores, criação de feiras de trocas, cooperativas locais e práticas de fortalecimento da economia local (costureiras ‘Brasilianas’, implantação de sistemas de coleta de resíduos recicláveis e de coleta e reutilização da água da chuva feitos pelos próprios moradores) (HOPKINS, 2015; ROCHA, 2017).

A análise de experiências internacionais ilustra articulações que extrapolam a escala das comunidades. No caso da Federação de Pessoas Desabrigadas das Filipinas (HPFP), a rede ampliada que dá apoio à HPFP envolve instituições locais, nacionais (universidades, instâncias de governo, outras federações e ONGs regionais) e internacionais (incluindo organizações internacionais que dão suporte a comunidades em situação de pobreza e vulnerabilidade, agências de desenvolvimento, instituições multilaterais e agências governamentais internacionais e outros) (ver Capítulo 4). Esses colaboram tanto através de parcerias (ações voltadas à assistência e suporte técnico, intercâmbio, ampliação da rede de relações etc), quanto provendo recursos financeiros (oriundos de doações, acordos de financiamento bilaterais ou multilaterais).

Na luta da Vila Autódromo a rede ampliada de apoiadores também foi importante para ajudar a sustentar a causa dos moradores ao longo do tempo. Em se tratando de comunidades de baixa renda, a formação dessas redes pode ser ainda mais relevante visto que essas tendem contato com redes menores e menos variadas em termos de sociabilidade, o que ajuda a reforçar sua segregação socioespacial (MARQUES, 2012).

A experiência da organização *Ciudad Viva* mostra constantes articulações transnacionais voltadas à capacitação e treinamento dos agentes (reflexão, ensino e aprendizagem mútuos) e à captação de recursos e construção de alianças; seja através de parcerias com ONGs internacionais, da participação conferências e eventos, da interferência em políticas públicas ou de outros processos²²⁸. Essa busca por ampliar o suporte à organização ocorre também na escala local.

Na ocupação Taksim Gezi, a partir da criação do movimento de ocupação física do espaço público e do uso intenso das redes sociais digitais foi ampliada a rede de solidariedade ao movimento, que extrapolou o *locus* geográfico do conflito, englobando apoiadores que temporariamente se manifestaram em apoio ao movimento em diversas outras cidades do país, bem como em distintos outros países.

Conexões transnacionais são vistas também nas práticas de ativismos urbanos, a exemplo de atividades efêmeras realizadas para transformar o Minhocão em um espaço de lazer durante o Festival Baixo Centro em São Paulo. Assim, embora esses coletivos atuem de forma independente, não sendo uma rede, são capazes de se unir na realização de eventos

²²⁸ Alguns desses exemplos são citados por Sagaris (2013, 2013c) em sua tese e incluem a aliança com grupos ciclistas internacionais voltadas a capacitação e treinamento de agentes públicos e comunidade; parceria com a ONG Norte Americana *Green Map* que deu origem a criação de mapas participativos com ciclistas e estudantes de uma escola pública e adultos do bairro *Bellavista*; projeto com suporte da União Européia e do *Open Society Institute* (OSI) focado no desenvolvimento da gestão de vizinhança e habilidades de advocacia política; participação em reuniões internacionais estratégicas, em conferências e eventos internacionais (*UN Sustainable Development Commission* e o ITDP); participação de líderes do grupo na revisão de políticas, seminários, visitas informais e de estudo, englobando diversos países da América Latina, Europa, África, USA.

de forma a trocar experiências e construir projetos coletivos que influenciam o uso e a reflexão sobre o território.

Essas experiências confirmam a noção de uma realidade global de escalas interligadas (VAINER, 2001; DELANEY; LEITNEH, 1997; SOUZA, 2013), na qual o espaço deixa de ser uma plataforma estática das relações sociais (BRENNER, 1999). Ao mesmo tempo, a partir dessas redes sociopolíticas transnacionais os grupos e movimentos têm tentado responder aos desafios do neoliberalismo a partir de um olhar contra hegemônico. Ao se mover através de escalas, articulando agentes em diversos contextos e escalas geográficas, ampliam suas chances de pressionar o atendimento de suas reivindicações, pois os agentes sociais podem tirar vantagem de recursos existentes em uma escala para superar restrições encontradas em outras (MARSTON, 2000).

É importante pensar que as ações desses grupos e movimentos podem ser iniciadas também no âmbito microescalar (ROCHA, 2017), por vezes a partir de “demandas” individuais (ou motivadas por demandas aparentemente individuais) capazes de catalisar vontades coletivas latentes. Embora algumas dessas não extrapolem o âmbito das comunidades que as praticam, ao abrir espaço para conectar agentes pertencentes a contextos e escalas geográficas distintas podem ser geradas trocas de conhecimento com potencial de empoderar os envolvidos nos processos podendo, assim, gerar desdobramentos futuros mais amplos a partir da aprendizagem social e da transformação de cada um e dos grupos. Como argumenta Sandercock (1998), “mil pequenos empoderamentos[s]”, ao invés de grandes gestos, podem ser capazes de influenciar o início de ações sociais e políticas transformadoras.

Essa interligação de agentes originara práticas insurgentes usadas para contrapor as articulações hegemônicas que dão forma à cidade mercantilista. Nesses processos é gerado um capital social oriundo da interação humana, que influencia também o potencial de cada experiência, como se discute na sequência.

5.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO PROCESSUAL

A discussão da dimensão processual, aqui apresentada, tem três componentes: 1) o capital social produzido pelas interações dos agentes articulados nas redes sociopolíticas; 2) as táticas e práticas diversificadas e imaginativas usadas pelos grupos e 3) as interações com instâncias de poder, a partir da relação com o Estado.

A análise das experiências mostra que os processos pelos quais cada grupo/movimento se desenvolve são distintos. Há situações de evolução linear, como relata Beard (2002; 2003), ao estudar comunidades da Indonésia que, a partir de práticas

institucionais, impulsionaram a posterior realização de práticas radicais. No contexto autoritário desse país, o aprendizado incremental possibilitou evoluir de pequenas ações coletivas sob o aval do Estado, através das quais a comunidade adquiriu conhecimento (com práticas coletivas), possibilitando, com o tempo, desenvolver ações de planejamento velado e posteriormente dando origem a ações mais insurgentes que questionaram o sistema vigente (BEARD, 2002; BEARD, 2003). Outros processos são marcados por avanços e retrocessos, períodos de atividades intercalados com paradas, a exemplo do Movimento Ocupe Estelita (Recife), do movimento *Coordinadora* (Chile) (ver Capítulo 4) ou de comunidades indígenas na Rússia (SWEET; CHAKARS, 2010). Sweet e Chakars (2010) salientam que, no caso estudado, as insurgências não foram lineares nem completamente opositivas, originando um processo quase simultâneo ao invés de sequencial, com períodos de intensa atividade de múltiplas camadas, intercalados a outros de relativa inatividade. Rocha (2017), por sua vez, relata processos heterogêneos e microescalares gerados por demandas iniciais “individuais”, que deram origem a causas mais amplas a partir da sensibilização de outros agentes²²⁹.

De uma forma ou de outra, é ao longo do processo e a partir das interações que se estabelecem entre os agentes que nasce o potencial de trazer alternativas à realidade à qual os grupos se insurgem. Como colocam Dodman; Mitlin e Rayos Co (2009, p.14) “a existência de uma massa crítica de pessoas motivadas em estreita proximidade espacial pode ajudar a promover o desenvolvimento de interações sociais, econômicas e políticas que podem gerar respostas ainda mais eficazes no futuro”²³⁰. Assim, é do contato entre os agentes que vem o potencial de transformação que pode ser gerado por essas redes.

O avanço contemporâneo das TICs possibilitou articular agentes que não possuem uma proximidade espacial, física. Redes de solidariedade, assim, extrapolam o *locus* dos eventos, se propagam rapidamente através de meios digitais e influenciam outros contextos. Porém, embora o espaço digital assuma importância nesses processos, as experiências estudadas mostram uma forte ênfase no meio físico como agregador das pessoas. A defesa do território é o motor de muitas das ações iniciais e é também o espaço público o meio usado para expressar o descontentamento, para gerar a reunião de pessoas que dá forma à ação coletiva. Nesse sentido, Matos (2017b, p.13), com base nos estudos da filósofa Judith Butler, argumenta “que o ato de se reunir no espaço público seria central para a auto-proclamação

²²⁹ Ao estudar comunidades de baixa renda no Brasil, Rocha (2017, p. 13) analisa o potencial que indivíduos têm de criar “subjetividades” com “visão de “coletivo dentro de si”, originando processos que surgem de demandas que parecem ser individuais, mas impulsionam mudanças pois expressam vontades latentes de outros agentes.

²³⁰ Tradução da autora do original em inglês: “the existence of a critical mass of motivated people in close spatial proximity can help to foster the development of social, economic and political interactions that can generate even more effective responses in the future” (DODMAN; MITLIN; RAYOS CO, 2009, p.14)

de uma coletividade, que, em última instância, constituiria um povo”. A presença coletiva no espaço, assim, é reivindicação e direito a ser conquistado²³¹.

Ocupar o espaço físico se articula assim à noção de marcar presença nesse, de ter direito de acessá-lo e usá-lo. A discussão assim associa-se às disputas pelo território. Em um contexto neoliberal, no qual projetos e planos incentivam revitalizações e transformações urbanas (dadas pela articulação Estado-capital) que intensificam a segregação socioespacial, as ações desses grupos/movimentos mostram não apenas que existem disputas no urbano, mas se expressam como demandas voltadas a ter acesso ao território, a existir na cidade e a pensar alternativas para o desenvolvimento dessa.

O CAPITAL SOCIAL PRODUZIDO PELAS INTERAÇÕES DOS AGENTES ARTICULADOS EM REDES SOCIOPOLÍTICAS

As articulações que se estabelecem entre os agentes que constituem as redes geram valor. Esse é expresso tanto pelo capital social coletivo contido em cada rede (quem cada um dos membros da rede conhece), quanto pelas próprias interações (quando os agentes fazem coisas uns pelos outros, benefícios que fluem da confiança mútua, reciprocidade, fluxo de informação e cooperação associadas às redes) (PUTMAN, 2000).

As experiências estudadas mostram que tanto o capital social do tipo *bonding* (união) quanto *bridging* (pontes) (BURT, 1992; PUTMAN, 2000) foram importantes por razões distintas. Os benefícios gerados por um ou por outro tipo de capital social se diferenciaram-se conforme os momentos/grupos envolvidos, como já apontado por outros autores (PUTMAN, 2000; HAWKINS; MAURER, 2010). As realidades analisadas são marcadas por interações em que predominam o capital social do tipo *bridging* (pontes), sendo os grupos caracterizados pela diversidade (distintos grupos sociais, étnicos, culturais) interagindo para enfrentar problemas compartilhados (ou objetivos comuns). Essa diversidade dos agentes ajudou a expandir o conhecimento, trazer inovação e permitir aos grupos avançar em relação ao *status quo* (BURT, 1992; PUTMAN, 2000).

Cabe salientar, porém, que essa troca entre os “diferentes”, mesmo que seja em prol de um objetivo comum, não é um processo fácil. Érico Andrade M. Oliveira aborda a questão ao relatar a importância dessa diversidade na defesa do Cais Estelita (tanto na atuação do MOE quanto do grupo Direitos Urbanos):

[...] eu acho que o sucesso [do MOE vem do] fato da gente conseguir agregar muita gente de diversas áreas... tinha gente do direito, da arquitetura, da sociologia, do design... então a gente começava a fazer articulações importantes também do ponto

²³¹ Pesquisas que estudam grupos que têm a luta do corpo como bandeira mostram que mesmo para esses o espaço físico é fundamental para legitimar suas ações, para se construir enquanto coletivo, como gesto político de afirmação de sua identidade coletiva (frente à ameaça a integridade de seus corpos) (MATOS, 2017b).

de vista institucional, ou seja, as ações que nós fizemos na justiça, que conseguiram barrar a construção do cais durante muito tempo, foram centrais pra esse processo, mas isso só ocorreu porque a gente tinha uma boa argumentação construída a partir desse debate amplo entre diferentes pessoas e de diferentes áreas do conhecimento humano, áreas do saber, que foram articuladas em prol do Direito à Cidade, eu acho que o grande sucesso da gente se deveu também a essa discussão institucional, ou seja, usando o direito ao nosso favor e não simplesmente aceitando o que a Prefeitura impunha pra gente (ERICO ANDRADE M OLIVEIRA – Entrevista realizada em 2019).

O pesquisador lembra que, embora tenha sido fundamental articular essa pluralidade de agentes, esse processo demandou negociações e a superação de dificuldades observadas, por exemplo, durante a ocupação física da área do cais Estelita:

[Na ocupação do cais Estelita] O coletivo “Direitos Urbanos”, até então fortemente marcado pelo domínio político de argumentos acadêmicos e jurídicos, passava a conviver com grupos que traziam outras formas de envolvimento com as lutas pelo direito à cidade, como por exemplo, os anarquistas, os estudantes de diretórios, pessoas independentes, estudantes de urbanismo, militantes feministas e pessoas ligadas a partidos políticos. Tensões se estabeleceram. De um lado, parte dos militantes do DU [Direitos Urbanos] tinha o conhecimento técnico e político sobre questões mais específicas referentes ao Cais. Mas não tinham disposição física para dormir no acampamento. De outro, jovens estudantes, artistas e simpatizantes da causa não tinham, em sua maioria, as propriedades técnicas, mas estavam ocupando o Cais, com seus corpos, com seu trabalho, com seu espírito. Nosso elo básico e comum é que todos nós sofremos diariamente com essa forma desumana de se construir a cidade em nossa sociedade. Capinar a área, construir uma horta, organizar a estação de coleta seletiva de lixo, no intuito de manter o ambiente salubre e a promoção da educação ambiental dos ocupantes eram atos políticos, mas nem sempre compreendidos e valorizados como tal por alguns ocupantes. Um claro conflito intergeracional estabeleceu-se, conflito esse que até hoje não foi suficientemente compreendido e avaliado. Um difícil e complexo processo de troca foi paulatinamente se desenvolvendo. A ética da alteridade e o aprender com as diferenças foram, em meio a muitas tensões, se construindo. Processos humanos estabeleciam-se, esgarçavam-se e se restabeleciam intensamente nas relações dentro e fora da ocupação. Discutíamos horas nas assembleias, tínhamos discordâncias sobre as estratégias de atuação, mas tínhamos um objetivo comum: o desejo de uma cidade coletiva que comportasse em seu seio a diversidade de visões de mundo existente em nossa própria ocupação. Resiliência sempre foi uma constante durante o nosso processo de ocupação [...] convívio com as pessoas das mais diferentes ideologias exigiu um aprendizado contínuo a partir do qual começamos a nos adaptar àquele espaço e dividir as funções responsáveis para a construção do acampamento. Com a articulação na internet, a ação inicialmente difusa de várias pessoas, transformou-se rapidamente num acampamento temporário, mas com ânimo de permanecer o quanto fosse necessário à causa. (ANDRADE M OLIVEIRA; LINS, 2014, p.143).

Dos relatos do autor, é possível compreender o esforço de superação das dificuldades em prol do objetivo compartilhado. A diversidade de agentes ampliou os intercâmbios, agregou experiência política em diversos campos do saber e contribuiu para troca de conhecimento (e conseqüente capacitação dos envolvidos), gerando um processo com um *“aprendizado interno muito importante para as pessoas que dele participaram”* (ERICO ANDRADE M OLIVEIRA – Entrevista realizada em 2019). Outra entrevistada relata que da diversidade surgiram também conquistas palpáveis para a causa, incluindo mudanças no projeto proposto para o cais Estelita:

Estes grupos foram muito bem assessorados por intelectuais arquitetos e urbanistas para que pudessem se contrapor ao que foi proposto pelos empreendedores com a aprovação da instituição municipal. Universidades também tomaram esta área como objeto de intervenção e foram feitos estudos que alimentaram as discussões levantadas pelo Movimento. A força das reivindicações populares, inclusive, exigiu que fosse feito um redesenho do Projeto Novo Recife em 2014, quando foram introduzidos ajustes no traçado do loteamento, bem como na diminuição do gabarito na área mais próxima ao sítio histórico e introdução de uso misto, além da definição de um plano específico para a Ilha de Antônio Vaz, onde se insere o Cais José Estelita. Atribuo à força dos movimentos sociais os ajustes de redesenho, ainda que não tivessem contemplado o conjunto das reivindicações do que se desejava (Pesquisador A – Entrevista realizada em 2019).

A articulação entre os agentes, assim, gerou um aprendizado com as diferenças, a negociação e a aceitação do outro. Assim, o próprio Movimento Ocupe Estelita representa o capital social construído pelos agentes envolvidos nessa oposição ao Projeto Novo Recife. As palavras e práticas de cada agente individualmente auxiliam o alcance de resultados almejados pelo grupo e fortalecem seu capital social coletivo. Uma das entrevistadas ressalta essa relação entre o individual e coletivo que se estabelece nas ações do MOE:

A leitura que faço é de que, como o Ocupe Estelita foi um movimento alimentado pelas redes sociais com o apoio de estudante, artistas e intelectuais insatisfeitos com o rumo que o planejamento municipal estava dando à cidade, teve um grande apelo midiático, com a produção de muitos cartazes, vídeos, folhetos e panfletos, trabalhados com criatividade que invadia os meios de comunicação, provocando incômodo aos empreendedores e gestores municipais pela agilidade e alcance de difusão. O Movimento ficou em alerta sobre as principais questões da cidade, impondo respeito ao município. Lembro de uma das reuniões na Prefeitura do Recife, em que um dos membros do Ocupe Estelita, um jovem estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, foi ouvido com respeito pelos dirigentes municipais, porque entenderam que aquele jovem representava um grupo muito maior da sociedade que exigia respeito e respostas às questões levantadas (Pesquisador A – Entrevista realizada em 2019).

A experiência da ocupação Taksim Gezi, na Turquia, similarmente, gerou capital social do tipo *bridging*. Na ocupação física do parque Gezi (marcada pela pluralidade de agentes), o conviver, aprender e ensinar foi possibilitado por práticas que impulsionavam uma convivência coletiva, compartilhada e pacífica. Ors e Turan (2015), em sua pesquisa²³², mostram como os manifestantes superaram diferenças anteriores expressivas fazendo uso de um código de boa vizinhança, de táticas não militares (e antiviôlência) e de recursos artísticos, linguísticos e visuais para resistir e manifestar descontentamento. Essa convivência coletiva contribuiu para estimular a empatia entre grupos anteriormente hostis uns aos outros, possibilitando superar preconceitos (ACAR; ULUĞ, 2016), ao menos momentaneamente. Ao mesmo tempo capacitou os cidadãos em prol de processos democráticos (tomadas de decisão consensual, assembleias descentralizadas, redes de ajuda mútua).

²³² A pesquisa dos autores é focada na análise dos comportamentos e atitudes adotados pelos manifestantes durante a ocupação do parquet Gezi.

Pode se pensar, assim, que essas práticas coletivas são explorações na busca da criação de outros lugares que, como sugere Serpa (2017), sejam capazes de unir os “diferentes”. Essa descoberta “do outro”, ao mesmo tempo, permite aos agentes um descobrir e redescobrir de si mesmos (MESQUITA, 1995), tornando-se uma experiência de cidadania.

Complementando, a experiência da Vila Autódromo mostra que tanto o capital social do tipo *bonding* (união) quanto *bridging* (pontes) e *linking* (ligação) tiveram alta relevância, com contribuições distintas. As ligações do tipo *bonding* auxiliaram a sobrevivência do grupo dando suporte físico, emocional e financeiro no dia-a-dia, ao longo dos anos. Foram também intensificadas a partir de lutas diárias conjuntas no decurso do tempo. Nesse sentido, cabe lembrar que em comunidades mais vulneráveis (social e financeira) a quebra desses laços tem um impacto maior frente à própria sobrevivência das famílias (redes do cotidiano que dão suporte na subsistência através da venda de produtos feitos por membros da comunidade, cuidando as crianças uns dos outros, etc) (MARQUES, 2013; CPCO, 2014; MONTEIRO; MEDEIRO, 2017). A perda desses laços é relatada por um dos ex moradores da Vila Autódromo no documentário “*One Man, One City, Three Evictions: The Human Cost of Rio’s Growth*”, que conta que ao ser removido da área “você perde a história, você perde o contato de vizinhança”²³³. De sua fala é possível perceber o vínculo que o morador possuía com aquele território e a noção da perda gerada pela quebra do contato com os vizinhos. Vê-se assim, como ressaltado por Haesbaert (2005), um exemplo da noção de território que é tanto funcionalidade (acesso à terra, local de moradia) quanto lugar de identidade (simbólico, da segurança afetiva, do lar). Sua perda, assim, significa quase um “desaparecer”.

A desestabilização desses vínculos em comunidades de baixa renda, já vulneráveis em outros quesitos, traz à tona ainda uma reflexão sobre o projeto de cidade mercadoria, muitas vezes impulsionada pelas políticas públicas, na qual o dinheiro compra o direito de reocupar o espaço, não importando que processos são necessários para que seja feita essa reocupação, como são conduzidos, nem o impacto sobre as famílias residentes nessas áreas.

Semelhantemente, as ligações do tipo *bridging* foram de importantes nas diversas experiências analisadas, trazendo contribuições diferenciadas aos grupos. Articulações de comunidades de baixa renda com universidades, igreja católica e organizações de apoio à habitação e de defesa de direitos humanos, por exemplo, apontam a relevância dessas para ampliar conexões, proporcionando acesso a novas informações e possibilitando aos

²³³ No documentário “*One Man, One City, Three Evictions: The Human Cost of Rio’s Growth*”, Altair Guimarães, ex morador da Vila Autódromo, relata que ao longo de sua vida morando no Rio de Janeiro já foi alvo de processos de remoção em três diferentes comunidades nas quais viveu. Assim, dá a ver uma história que se repete ao longo do tempo, na qual comunidades passam a viver em áreas que originalmente não eram alvo do interesse do mercado, mas que com o tempo passam a ser removidas, à medida que a cidade se cresce e se modificam os interesses em relação à ocupação do solo urbano. (ONE MAN, ONE CITY, THREE EVICTIONS: THE HUMAN COST OF RIO’S GROWTH, 2016 – https://www.youtube.com/watch?v=-E_SqKhcc4A).

envolvidos trocar experiências e ampliar sua capacitação (técnica, política). Nessas relações, alguns agentes, entre os quais lideranças locais, são importantes por serem capazes de criar as pontes necessárias para conectar os grupos distintos (BURT, 1992).

A luta da Vila Autódromo mostra que graças as ligações do tipo *bridging* o leque de ação e o poder da comunidade foram ampliados, ampliaram-se as trocas de informações e o acesso a conhecimentos distintos aos envolvidos no processo. Essas ocorreram tanto em conexões momentâneas quanto em parcerias duradouras. Parcerias com universidades, por exemplo, deram origem ao Plano Popular, instrumento essencial para subsidiar a comunidade a combater tecnicamente os argumentos da Prefeitura que buscava a remoção dos moradores e para apoiá-los na discussão coletiva sobre a urbanização da área. De efeito mais pontual, tendo impacto sobre uma situação específica, têm-se o exemplo de uma ONG que, ao apoiar a comunidade criando uma campanha online de pressão ao Prefeito, acabou conquistando a adesão de pesquisadores e personalidades nacionais e internacionais tendo altíssimo impacto favorável nas redes sociais²³⁴. Embora esses apoiadores não estivessem rotineiramente dando suporte à comunidade (como o fizeram Universidades, Defensoria Pública e outros), tiveram importância em momentos específicos, contribuindo para divulgar o conflito, legitimar a causa dos moradores frente à opinião pública e ajudar a mobilizar um maior número de apoiadores à mesma, o que contribuiu para que os moradores ampliassem seu poder de pressão sobre a Prefeitura.

Essas ligações também auxiliaram na elaboração de respostas criativas (Museu das Remoções, campanhas criativas e o próprio Plano Popular) e possibilitaram uma divulgação do conflito mostrando o lado da comunidade afetada com a ameaça de remoção (articulação com mídias alternativas, campanhas online, apoio de mídias internacionais). O convívio constante com pesquisadores e jornalistas (interessados em ouvir a perspectiva da comunidade) contribuiu para o grupo criar um repertório expressivo mais elaborado e que abordava aspectos chaves comuns (SILVA, 2016). A projeção da luta da comunidade através dessas articulações ajudou a reposicionar o conflito nas escalas nacional e internacional, ampliando o poder do grupo. O capital social do tipo *bridging* e *linking*, assim, auxiliaram a oferecer caminhos de suporte de longo prazo. Taísa Sanches relata a importância que a articulação com agentes externos teve na luta da comunidade:

²³⁴ O desafio #urbanizajá convidava as pessoas a gravarem vídeos de apoio a comunidade solicitando ao Prefeito explicações sobre quando seria feita a urbanização do assentamento prometida por ele. Envolveu personalidades como Carlos Vainer, Raquel Rolnik e David Harvey e atores como Camila Pitanga, Zélia Duncan e Bruno Gagliasso. A repercussão dos posts de alguns desses atores nas redes sociais foi altíssima. Camila Pitanga, que convidou outros atores (Mariana Ximenes, Marcos Veras e Igor Angelkorte) para apoiar a causa e mais de 68 mil visualizações, 3.000 curtidas e 700 compartilhamentos em seu post. O post do ator Gregório Duvivier teve, semelhantemente ao índice de repercussão, 43 mil visualizações, 2.146 curtidas e 172 compartilhamentos (ver ALTINO, 2016 – <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/personalidades-aderem-campanha-lancada-por-moradores-da-vila-autodromo-18784228>).

[Entre os] aspectos que considero importante ressaltar [...] são principalmente o diálogo que a Vila Autódromo foi capaz de estabelecer entre Universidades e outros coletivos de luta; a abertura que a população de lá têm pra receber pessoas pra conhecer o lugar, pra dialogar com as pessoas, pra mostrar como foi a luta deles [...] a formação dessas redes que eles tiveram durante todo o processo de luta, com as Universidades, com o Plano Popular com a UFRJ e depois com outras universidades, a Faculdade Anhanguera da qual a Diana Bogado fazia parte, era professora de Arquitetura, e o Thainã de Medeiros do Coletivo Papo Reto... o diálogo com diversas frentes da cidade, com diversas outras iniciativas similares, com outros museus, o Museu da Rocinha, o Museu do Horto, isso foi e é um exemplo de como eles atuaram, de como esses movimentos de luta podem atuar pra conseguir fazer propostas de permanência na cidade (Taísa Sanches – Entrevista realizada em 2019).

Das palavras da entrevistada, entende-se que os próprios membros da comunidade foram fundamentais para criar e manter articulações com outros grupos. As trocas entre os diversos agentes contribuíram igualmente para “oxigenar” a própria luta, como comenta outra entrevistada que destaca a importância da rede de solidariedade que se criou em apoio à comunidade como um dos legados dessa experiência:

[...] essa rede de solidariedade que eles conseguiram construir que ia desde a Universidade, militantes, gente da cultura mais ampla, do teatro, do cinema, da música, muita gente se envolveu, muita gente produziu documentário. E eu acho que isso se deve ao símbolo que era a Vila, a importância que ela tinha, mas eu acho que não só... tinha alguma coisa ali que era muito acolhedora para quem chegava e se sentia à vontade para ajudar de alguma forma. E essa rede de solidariedade muito grande acho que garantiu um oxigênio para a luta, porque os papéis eram revezados [...] era uma coisa meio cíclica, à medida que algumas pessoas tinham que se afastar um pouco, outras chegavam, então essa rede ampla de solidariedade garantiu que tivesse, além dos moradores, muita gente de fora também por muito tempo. Há um relato muito forte de muitos deles [moradores] de que a presença de pessoas de fora contribuiu a que eles tivessem força. Havia uma troca realmente, esse é um aspecto que me chamou muita atenção (Marcela Munch Silva – Entrevista realizada em 2019).

A partir do relato, se pode pensar que assim como a própria rede que se cria em solidariedade à comunidade também se mantém pela reciprocidade, pela forma como a comunidade receber os apoiadores, pelos vínculos de afetividade criados, trocas e ganhos mútuos da ação coletiva.

Frente ao contexto neoliberal individualista, esse esforço solidário coletivo já é de alto valor para o desenvolvimento da cidadania. Cabe lembrar aqui que a noção de pedagogia da autonomia e de democratização do conhecimento, defendida por Paulo Freire e outros (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1995; FREIRE, 2000), salienta a importância, não apenas de aprender e crescer com as diferenças (existentes nas visões de cada agente), mas do reconhecimento de que todos os agentes têm um saber que deve ser compartilhado e valorizado (pelos demais). A ação coletiva, assim, depende da compreensão da interdependência dos agentes (INNES; BOOHER, 2003), do compartilhamento dos saberes e do poder (BONADIO, 2016; SAGARIS, 2013), gerando uma sinergia da qual surgem os maiores ganhos que se pode atingir com as redes.

Nesse processo, lideranças locais também podem se tornar estratégicas por serem catalisadoras de vontades coletivas e por contribuírem para atravessar o vazio estrutural (*structural holes*) existente entre esses indivíduos/ grupos distintos (BURT, 1992).

Na experiência da *Coordinadora No a La Costanera Norte* a relevância da diversidade dos agentes que integrava esse movimento também já foi destacada, por auxiliar a trazer espaços fortes e flexíveis de negociação em diversos temas:

No processo, as organizações foram descobrindo que, embora seus interesses fossem diferentes, tinham pontos em comum e estilos de trabalho que se articulavam bem [...] Reconhecem na diversidade de seus membros grande parte do seu potencial para estabelecer espaços fortes e flexíveis para negociação em diversas temáticas²³⁵ (CACERES, 2007, p. 8).

Sagaris (2013), ao falar sobre as origens do movimento (e posterior criação da organização *Ciudad Viva* no Chile), descreve a participação de membros em reivindicações anteriores (em prol do bairro *Bellavista*), a partir das quais é possível perceber que da luta compartilhada para enfrentar problemas cotidianos se desenvolveram laços que posteriormente deram origem a vínculos de confiança, amizades e parcerias:

por volta de 1995 ou 1996, exaustos por um carro cujo alarme estava tocando há horas junto de nossas casas, um grupo de 15 ou mais de nós pegou o carro e o colocou no meio da estrada, então a polícia teria que movê-lo. O alarme abruptamente ficou em silêncio e ficamos nos encarando, desconcertados. Quando um intrigado policial ameaçou a todos nós com prisão, se o carro permanecesse na estrada quando ele voltasse depois de fazer uma ronda rápida ao redor do quarteirão, nós prontamente o pegamos e o colocamos de volta ao lado da rua. A história se tornou uma fonte de anedotas intermináveis e risos nos anos seguintes. Nós nunca dissemos explicitamente que fazer essas coisas juntos, ajudando uns aos outros, era a nossa maneira de curar as feridas abertas pela repressão. Mas esses foram momentos importantes que cimentaram amizades profundas, em alguns casos, e “relacionamentos profundos” em outros. Esses laços se mantiveram por muito tempo depois que nossos filhos cresceram e até mesmo quando algumas das famílias se mudaram²³⁶ (SAGARIS, 2013b, p.11)

Assim, a convivência e a atuação coletiva forjaram-se relações de alta intensidade entre alguns desses agentes que acabam por influenciar projetos realizados posteriormente pela organização *Ciudad Viva*. Posteriormente, com a formação da organização *Ciudad Viva*,

²³⁵ Tradução da autora do original em espanhol: “En el proceso, las organizaciones fueron descubriendo que, si bien sus intereses eran distintos, tenían puntos en común y estilos de trabajo que se articulaban bien [...]. Reconocen en la diversidad de sus miembros gran parte de su potencial para establecer espacios fuertes y flexibles de negociación en diversos temas” (CACERES, 2007, p. 8).

²³⁶ Tradução da autora do original em inglês: “Around 1995 or 1996, exhausted by a car whose alarm had been going on for hours outside our houses, a group of 15 or so of us picked it up and set it in the middle of the road, so the police would have to move it. The alarm abruptly fell silent and we were left staring at each other, disconcerted. When a puzzled police officer threatened us all with arrest, if the car remained in the road when he returned after going for a quick trip around the block, we promptly picked it up and put it back at the side of the road. The story became a source of endless anecdotes and laughter in the ensuing years. We never explicitly said that doing these things together, helping each other, was our way of healing the wounds opened by the repression. But these were important moments that cemented -- deep friendships, in some cases, and “deep acquaintanceships” in others. Those bonds have held, long after our children have grown up and even when some of the families have moved away” (SAGARIS, 2013b, p.11).

nota-se que existem iniciativas voltadas à ampliação da diversidade do grupo, expandindo as ligações do tipo *bridging*. A organização articula conexões nacionais e internacionais, buscando aumentar espaços de troca de conhecimento e aumentando também o poder de ação frente aos agentes hegemônicos. Entre esses, grupos ciclistas locais (Macetas), nacionais (Ciclistas Unidos do Chile) e internacionais (I-CE - *Interface for Cycling Expertise*), voltados à questões patrimoniais (SIRCHAL), entusiastas do transporte ativo na América Latina e Caribe (Sustran LAC), grupos da sociedade civil (Avina) e empreendedores sociais (Ashoka) (SAGARIS, 2009).

Essas oportunidades de novas articulações foram ampliadas com as novas mídias e tecnologias digitais, que expandiram as possibilidades de interligar agentes localizados em diferentes partes do mundo. Exemplos dessas amplas articulações transnacionais incluem não apenas a organização *Ciudad Viva*, tanto a HPFP nas Filipinas.

A HPFP tem uma rede que envolve agentes locais, regionais, nacionais e internacionais. O capital social do tipo *bridging*, oriundo do contato e parcerias com outras organizações e agências (locais/nacionais/internacionais) auxiliam a Federação na captação de recursos, elaboração de ferramentas de pesquisa, codificação, análise, validação e publicação de dados sobre assentamentos; no suporte técnico e financeiro e na criação de intercâmbios internacionais entre comunidades em situação de vulnerabilidade possibilitando a troca de experiências e o compartilhamento de soluções para enfrentar problemas similares em contextos diversos.

Essas redes colaborativas, assim, ao ampliar as possibilidades de articulações entre os agentes fortalecem os grupos para atuar de forma a contrabalançar processos de planejamento e de produção do território, ultrapassando adversidades ao fazer uso de múltiplas táticas proativas, autônomas e criativas, como se verá a seguir.

TÁTICAS E PRÁTICAS DIVERSIFICADAS E IMAGINATIVAS

Embora os processos e contextos das experiências analisadas na pesquisa se diferenciem, e cada uma delas tenha particularidades, destacadas no Capítulo 4, ao se refletir sobre elas emergem pontos centrais que se articulam à produção da cidade e aos processos de planejamento do território no contexto neoliberal. Na atuação dos diversos grupos e movimentos analisados há uma ênfase em ações colaborativas, autônomas e proativas que fazem uso de espaços convidados e inventados. A utilização de táticas e práticas diversificadas e imaginativas é também recorrente ao grupos estudados.

Assim, esses não se limitam a fazer uso dos *espaços convidados* (MIRAFTAB, 2009), nos quais a ação é sancionada pelos grupos dominantes através das instituições existentes ou de espaços anteriormente conquistados (a exemplo de processos formais de

planejamento, audiências públicas, instâncias judiciais), mas criam/forjam novos espaços de atuação, dando forma aos chamados *espaços inventados*²³⁷ (MIRAFTAB, 2009). Adotam, assim, práticas combinadas, que assumem uma fluidez que é necessária para o planejamento insurgente (MIRAFTAB, 2009; MIRAFTAB, 2016). Os grupos se valem, portanto, de arenas formais quando essas são vantajosas, ao mesmo tempo que criam canais alternativos e informais quando consideram que esses são necessários. Mostram assim uma utilização conjunta de ambos espaços para maximizar seus objetivos, como já observado por outros pesquisadores (MIRAFTAB, 2009; IBABAO, 2013; WATSON, 2014). O Quadro 13 apresenta exemplos táticas diversificadas segundo às experiências estudadas.

Quadro 13 – Táticas/práticas diversificadas e imaginativas observadas nas experiências estudadas

Tática/Importância	Exemplos de acordo com cada experiência
<p>Uso de táticas e práticas diversificadas e imaginativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Permitem aos grupos e movimentos ter a fluidez necessária p/ o planejamento insurgente, • Do uso dos espaços inventados surge muito do potencial de inovação dos grupos, • Utilização de espaços convidados, inventados e de táticas mistas ajudam a maximizar o atendimento das demandas dos grupos/ movimentos 	<p>Ocupação Taksim – Gezi:</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Esp. inventados (potencial inovador): ocupação espaço público c/ performances criativas, ativid. lúdicas e coletivas, produção de iconografias de contestação (documentários, charges humor político); + esp. convidados (sem muito efeito), • Uso do espaço físico (ocupação, protestos, práticas sociais) e de meios digitais.
	<p>HPFP:</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Esp. convidados: Conselhos, espaços de discussão c/ instâncias Estado + • Esp. inventados: criação de mecanismos financeiros (fundos p/ diversos fins), mobilização comunitária (intercâmbios, capacitação); estratégias de projeto/ desenho e suporte à habitação (projetos p/ reduzir custos habitação, layouts adequados às famílias, oficinas desenho moradias, exposições casas modelo).
	<p>Coordinadora/Ciudad Viva:</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Esp. convidados: instâncias institucionais (avaliação impacto ambiental), tribunais (proc. judicial). Posteriormente, cria canais p/ execução de projetos, • Esp. inventados: marchas, meios de comunicação independente, campanhas criativas, posteriormente, projetos c/ novas temáticas (patrimônio, reciclagem, promoção transportes ativos, capacit/ empoderamento de outras comunidades);
<p>Movimento Ocupe Estelita:</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Esp. convidados: audiências, abaixo-assinados, proc. judicial, festivais de cinema, eventos acadêmicos, • Esp. inventados: ocupação lúdica do espaço público, protestos, grafites, criação material iconográfico, audiovisual e pedagógico, campanhas criativas online, • Uso do espaço físico (ocupação, manifestações, práticas sociais) e de meios digitais (mídias sociais alternativas), 	
<p>Vila Autódromo:</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Esp. convidados (processo judicial, audiências públicas), • Esp. inventados: práticas criativas de resistência (Plano Popular, Museu das Remoções, campanhas online), iconografias de contestação (documentários). 	
<p>Coletivos PI e BxC:</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Política do Impossível - performance cultural “Traga a Luz”, publicação de material educativo sobre o Bairro da Luz (Cartografia da Luz), • Baixo Centro: realização de festivais culturais voltados a ativar uso do espaço público c/ diversas práticas culturais/artísticas. 	

Elaborado por L. C. Melchioris (2019).

²³⁷ Exemplos desses são vistos em em festivais culturais, práticas artísticas e performáticas, ativismos criativos (ver Capítulo 4), bem como na ocupação de edifícios abandonados por população de baixa renda (MIRANDA, 2017; CAMINHA, 2017; TANAKA, 2017); voltadas à subsistência e resistência à remoção de assentamentos precários (MIRAFTAB, 2009; TANAKA, 2017) e a melhoria de assentamentos precários (QUINTSLR, 2017).

Essas táticas combinadas são observadas, por exemplo, nos estudos de MirafTAB (2009), ao analisar a ação de grupos frente a ameaças de remoção na cidade do Cabo; por Ibabao (2013), quando estuda iniciativas pelo combate à pobreza nas Filipinas; bem como em pesquisas sobre comunidades brasileiras que lutam pelo Direito à Moradia, melhoria de assentamentos precários ou resistem a despejos (FREITAS, 2017; MONTEIRO; MEDEIROS, 2017; MATOS, 2017; QUINTSLR, 2017). Estão também associadas a grupos que atuam no Brasil em prol do Direito à Cidade, opondo-se à implantação de projetos urbanos que propõem a privatização de espaços simbólicos da cidade (BARBOSA, 2017; LIMA, 2017; MATOS, 2017; etc) e nas lutas de grupos empenhados na valorização da cultura das favelas do país (ALVARES; BARBOSA; CAVALCANTE, 2017). Ocupações de espaços públicos, como no caso do Movimento Ocupe Estelita ou da Taksim Gezi, ilustram similarmente espaços convidadas e inventados foram ocupados de forma criativa com práticas urbanas de ativismo.

Em relação aos espaços convidadas, nota-se que alguns grupos fazem uma reflexão crítica de como e quando utilizá-los, avaliando os impactos destas opções²³⁸. A HPFP, por exemplo, usa os espaços convidadas disponíveis (participação em conselhos, discussões com instâncias públicas), desenvolve parcerias com o Estado quando possível, mas potencializa suas ações através de práticas independentes (fundos de poupança, voltadas ao empoderamento das comunidades, estratégias de projeto/desenho para a habitação).

A análise das experiências mostra que as táticas utilizadas pelos grupos e movimentos são fruto da avaliação das oportunidades de cada contexto e momento no tempo. Assim, sua atuação dá forma a uma série de táticas e práticas diversificadas e imaginativas entre as são identificados alguns pontos recorrentes que se referem à/ao:

- Uso de táticas voltadas a dar visibilidade aos conflitos/processos;
- Apropriação de espaços digitais e produção de audiovisuais, iconografias e material informativo independente e de contestação;
- Uso de táticas de reapropriação do espaço e de ressignificação de lugares;
- Exploração de práticas criativas que fazem uso da arte e de performances;
- Práticas de reforço das afetividades através do uso da memória e da identidade cultural (aterramento ao locus do conflito);
- Uso de táticas com temporalidades distintas: das microressistências às voltadas a transformações de longo prazo
- Interações distintas com instâncias de poder do Estado ausente: envolvendo oposição, co-produção, colaboração crítica e atuação independente dada a ausência desse.

²³⁸ Freitas (2017), por exemplo, relata decisão consciente de moradores de assentamentos informais na região do Grande Bom Jardim em Fortaleza, que se recusaram a fazer parte das discussões da revisão do Plano Diretor do município, por entenderem que o processo legitimava práticas excludentes e por considerar que o plano anterior (aprovado por amplo processo participativo) precisava ser implementado e não revisado. O grupos, assim, podem explorar o potencial dos espaços convidadas combinando-a com outras táticas.

O uso de cada uma dessas práticas será aprofundado a seguir. Cabe ressaltar aqui apenas que é através das práticas imaginativas, que fazem uso de espaços inventados, que surge muito do potencial de inovação dos grupos, como se discutirá nos próximos tópicos.

a) *Uso de táticas voltadas a dar visibilidade aos conflitos/processos:*

Outro ponto de destaque se refere ao uso de táticas voltadas a dar visibilidade aos processos e conflitos, amplamente exploradas pelos grupos e movimentos estudados e importantes frente ao contexto neoliberal. Essas incluem a produção de material iconográfico de contestação (gravações, documentários, relatos de experiências), a elaboração de relatórios técnicos e pesquisas científicas (artigos, dissertações e teses) e a publicação de periódicos e de material informativo independentes (próprios) etc. Frente à ordem neoliberal, que impulsiona a produção de uma cidade mercadoria (nas articulações Estado-mercado) e ao mesmo tempo divulga a noção de uma cidade construída pelo consenso, dar visibilidade aos conflitos se torna relevante para mostrar que esses são parte da cidade (Quadro 14).

Quadro 14 – Táticas usadas pelos grupos e movimentos para dar visibilidade aos conflitos/processos estudados

Tática/Importância	Exemplos de acordo com cada experiência
<p>Uso de táticas voltadas a dar visibilidade aos conflitos/processos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tem alta importância frente ao contexto neoliberal, pois contrapõem a noção da cidade neoliberal consensual, • Podem auxiliar a trazer informação e reflexão a outras parcelas da população, • Permitem contar outras “histórias”, mostrar outras realidades, perspectivas diversas para se pensar valores, direitos e o próprio planejamento urbano. 	<p>Ocupação Taksim – Gezi:</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de redes sociais digitais para divulgar violência contra manifestantes e mobilizar apoiadores (criam rede transnacional de solidariedade), • Criação iconografias contestação (documentários, imagens/posters/charges).
	<p>HPFP:</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Realização mapeamentos/pesquisas voltados a dar visibilidade a comunidades em situação de alto risco e a estimular co-produção c/ Estado.
	<p>Coordinadora/Ciudad Viva:</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Táticas de comunicação independente e produção de materiais informativos/ educativos (teasers matinais, relatórios técnicos, periódico La Voz de La Chimba produzido pelo grupo, documento “<i>Respuesta Ciudadana al Estudio de Impacto Ambiental Sistema Oriente-Poniente</i>”), • Campanhas criativas (representação artística de chaminés para demonstrar a poluição atmosférica); projetos posteriores (<i>Ciudad Viva</i>) como o “Recicle para viver melhor”, “Muévete por una Ciudad Mejor”, Charrette Bellavista.
<p>Movimento Ocupe Estelita:</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de iconografias de contestação: campanhas, folders, documentários (ex. Recife, cidade roubada, Vida Estelita, Cabeça de Prédio, Recife: Cidade Roubada, Acorda, Novo Apocalipse Recife, etc.), • Campanhas criativas online (“#Ocupe Estelita”, “Vigie o Estelita”, “Twitaço para pedir o Tombamento do Estelita”), • Aulões” produção textos (divulgação em jornais, mídias digitais), criação dematerial educativo, de slogans emblemáticos (“A Cidade é nossa. Ocupe-a”) e de rodas de discussão nas ocupações e em espaços simbólicos da cidade. 	
<p>Vila Autódromo:</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Campanhas criativas (ex. Remoções têm Rosto, #Urbanizajá, #sinalizaçãojá!) • Festivais Culturais (#OcupaVilaAutódromo) • Protestos, manifestações, grafites, placas e faixas denunciando questões. 	
<p>Coletivos PI e BxC:</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • PI: publicação do material informativo (Cartografia da Luz), divulgando visões conflituais de agentes envolvidos na reformulação do bairro da Luz. 	

Elaborado por L. C. Melchioris (2019).

Assim, pode-se pensar nas ações do movimento Ocupe Estelita, do *Coordinadora*, do Coletivo Política do Impossível ou da ocupação Taksim Gezi, que ao lutar contra a implantação de grandes projetos urbanos, além de proporem alternativas para essas áreas urbanas, tentam explicitar para parcelas mais amplas da população como os projetos que combatem se articulam a interesses primordiais do capital, e não da coletividade.

Nesse sentido, o Movimento Ocupe Estelita, para dar visibilidade ao conflito, fez uso de campanhas criativas online voltadas a denunciar e monitorar os armazéns históricos do Cais Estelita²³⁹; lançou diversos documentários de cunho pedagógico, político e de contestação voltados a informar a população sobre o projeto/processo; publicou textos informativos; transformou pesquisas científicas em documentários voltados a divulgação em escolas do município²⁴⁰. Érico Andrade, quando entrevistado, ressaltou a importância dessa divulgação a partir da produção de textos científicos destinados a serem enviados para jornais locais, televisão e rádio universitária. Segundo o autor, esses foram responsáveis pela ampliação do debate sobre o Estelita, não apenas em relação ao número de pessoas que teve acesso às informações, mas à própria causa discutida pelo MOE, que se tornou mais ampla (extrapolando o cais Estelita) e voltando-se a uma defesa do Direito à Cidade. Outro entrevistado, ao relatar sua participação em “aulões” (rodas de diálogos abertas ao público), organizados pelo MOE, explicita outros esforços voltados à publicitar e ampliar a reflexão sobre questões implicadas na transformação do cais Estelita:

[...] participei de rodas de diálogos abertas ao público, que na época da ocupação foram chamadas de “aulões”. O meu primeiro “aulão” foi no acampamento do Ocupe Estelita e foi aí, em junho de 2014, que fiz uma exposição dos resultados de minha tese para um público heterogêneo e curioso, que ocupou a sala de aula improvisada do acampamento, tentando entender as questões que eu havia trabalhado [na minha tese] que comprovavam o quanto era desrespeitoso o projeto aprovado para o Cais José Estelita. Participei de outros aulões: (i) sob o viaduto próximo ao acampamento, logo após a expulsão dos ocupantes em junho de 2014); (ii) em um parque localizado em área de classe média do Recife para atingir esse público mais resistente ao movimento e tentar esclarecer e sensibilizar (iii) na UFPE, no Centro de Artes e Comunicação. Foram aulas abertas e havia toda uma organização para que atraísse a população e pudéssemos informar sobre os principais pontos sobre os quais discordávamos no Projeto Novo Recife (Pesquisador A – Entrevista realizada em 2019).

²³⁹ Frente ao risco de demolição dos armazéns foi lançada no Facebook do MOE (dez. 2015), a campanha #VigieOEstelita que informava a população sob o risco de demolição, salientava que caso essa ocorresse seria crime ambiental (descumprindo embargo do IPHAN) e motivava cidadãos a se manifestar nas redes sociais a favor da preservação do cais dizendo: “Está passando pelo Cais? Tire uma foto e poste: ‘Me chamo __, passei às __ pelo Cais e os armazéns estavam de pé. #VigieOEstelita’. Se perceberem alguma movimentação estranha, denunciem na legenda! #VigieOEstelita, #OcupeEstelita, #ResisteEstelita” (MOVIMENTO# OCUPEESTELITA, 2015 – <https://www.facebook.com/resistencia pernambucana/posts/621647484642003>).

²⁴⁰ A pesquisa de doutorado de Lúcia Veras, Paisagem-Postal: A imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano (vencedora do Prêmio Capes de Teses 2015) deu origem, com o apoio do cineasta Caio Sales, a um filme-carta voltado a divulgação da pesquisa para estudantes do ensino médio. Vê-se novamente um esforço de educar públicos mais amplos em relação a questões pertinentes ao planejamento e desenvolvimento da cidade de Recife, no qual a discussão sobre o Cais Estelita se insere.

Por sua vez, o Coletivo Política do Impossível, na publicação *Cartografia da Luz*, entrevistou pessoas que representavam diferentes “lados” impactados com o Projeto Nova Luz, lembrando, como ressalta um dos integrantes do grupo, que “não é o contar ‘a’ história, é contar uma das histórias” de um “mundo construído, contado por diversos pontos de vista, que não é uníssono” (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008, p.136). O movimento *Coordinadora* também produziu materiais educativos trazendo reflexões sobre outras soluções de transporte que poderiam ser adotadas (ao invés da rodovia *Costanera*), investiu em divulgar publicações elaboradas com o apoio de parceiros e colaboradores²⁴¹ e criou um sistema de comunicação alternativo para dar visibilidade às suas demandas:

Coordinadora adotou uma abordagem diferente do foco na mídia de massa que prevalecia entre os esforços contemporâneos. Concentrou seus escassos recursos nos meios de comunicação de massa em várias ocasiões importantes, usando técnicas como o café da manhã com a imprensa, comunicados à imprensa, teasers matinais para programas matinais no rádio, mobilizações, com bons resultados. Isso trouxe uma cobertura cada vez mais simpática ao movimento, que produziu uma mudança na cobertura da mídia, embora fosse desigual [...] À medida que o debate avançava [...] alguns meios de comunicação [...] tendiam a enquadrar a luta cada vez mais como cidadão Davids versus o MOP Golias. Sem uma equipe em tempo integral e os extensos recursos do MOP, a *Coordinadora*, no entanto, empreendeu uma abordagem de guerrilha para as comunicações, enviando teasers matinais que levantavam questões-chave sobre o projeto à medida que surgiam²⁴² (SAGARIS, 2013b, p. 57)

Vê-se, portanto, que muitas das táticas de comunicação se destinam a informar e educar parcelas mais amplas da população em relação aos processos e conflitos (ao contrário de grupos hegemônicos que muitas vezes tentam invisibilizá-los), bem como se voltam a estimular discussões sobre alternativas frente a essas propostas. Ao mesmo tempo, ao divulgarem esses conflitos ilustram um *outro lado* da história, muitas vezes não documentado na grande mídia, mostram processos excludentes de planejamento do território e promovem discussões ampliadas sobre o acirramento de questões urbanas. Muitos dos canais próprios de comunicação criados pelos grupos surgem exatamente pois a imprensa tradicional não dá espaço para mostrar os conflitos²⁴³. Os grupos, assim, assumem uma postura proativa e inventam espaços, muitas vezes auxiliados pela facilidade de acesso aos meios digitais.

²⁴¹ A exemplo de livro sobre sistema de transportes elaborado com suporte acadêmico e publicações do periódico *La Voz de La Chimba* (criado pelo grupo, distribuição gratuita), voltado a informar e envolver a comunidade.

²⁴² Tradução da autora do original em inglês: “the *Coordinadora* also adopted an approach that was different from the focus on mass media that was prevalent among contemporary efforts. It did focus its scarce resources on the mass media on several key occasions, using techniques such as breakfasts with the press, news releases, early morning teasers to morning shows on the radio, mobilizations, to good effect. These brought increasingly sympathetic coverage, which produced a change in media coverage, although this was uneven. [...] As the debate progressed, however, some media, particularly the newspaper *La Epoca* and the popular radio station *Cooperativa*, tended to frame the struggle more and more as citizen Davids versus the MOP Goliath. Without the fulltime staff and extensive resources of the MOP, the *Coordinadora* nonetheless undertook a guerrilla approach to communications, sending out early morning teasers that raised key issues about the project as they came up” (SAGARIS, 2013b, p. 57).

²⁴³ Andrade Oliveira e Lins (2014) relatam, por exemplo, que a imprensa tradicional de Recife no início ignorou o MOE, passando depois a criminalizá-lo. Mídias alternativas e internacionais (algumas atuantes no Brasil no período

Percebe-se ainda que, na atuação de vários grupos, há frequentemente um esforço de nominar os envolvidos nos processos, sejam esses agentes (individuais ou empresas) relacionados aos projetos contra os quais esses grupos se opõem ou mesmo participantes e moradores afetados pelas disputas. Ao fazerem isso, dão visibilidade aos conflitos, personificam necessidades e interesses, mostram que, por trás dos processos, existem pessoas reais envolvidas nos mesmos.

Nesse sentido, pode-se mencionar uma série de documentários do MOE divulgados no canal do *Youtube* do grupo que citam nominalmente construtoras e agentes públicos cujos interesses seriam favorecidos com a transformação do Estelita²⁴⁴. Entrevistas com moradores da Vila Autódromo e campanhas de apoio a esses, além de dar visibilidade a luta política contra os megaeventos, buscaram humanizar o conflito, divulgando rostos e falas de pessoas afetadas e denunciavam a violação de direitos humanos dos processos de remoção²⁴⁵. Semelhantemente, quando o coletivo Política do Impossível de São Paulo, mostrou a perspectiva dos meninos de rua da Cracolândia e entrevistou agentes envolvidos no suporte desses, expôs a complexidade que precisa ser considerada ao se pensar o planejamento da área central da cidade²⁴⁶.

Dar visibilidade aos conflitos, assim, passa também por mostrar a perspectiva daqueles que tradicionalmente são invisibilizados, desconsiderados ou não priorizados na produção da cidade mercadoria. A apropriação de meios digitais se torna, desse modo, um meio importante para dar luz a essas ações.

b) Apropriação de espaços digitais e produção de audiovisuais, iconografias e material informativo independente e de contestação

Na era das novas tecnologias de comunicação e informação, vê-se que muitos grupos e movimentos se apropriam do espaço digital na tentativa de assumir o controle de suas narrativas²⁴⁷. Os meios digitais têm forte influência sobre os grupos, movimentos e ativismos

da Copa do Mundo de 2014), foram assim importantes para dar força ao movimento. Semelhantemente, Moradores da Vila Autódromo e do movimento *Coordinadora* relatam dificuldades de aceitação da imprensa tradicional local em distintos momentos (ver Capítulo 4).

²⁴⁴ Esses foram discutidos mais detalhadamente no Capítulo 4, citando-se a título de exemplo os documentários: *Vida Estelita*, *Novo Apocalipse Recife*, *Cabeça de Prédio e Recife: Cidade Roubada*.

²⁴⁵ A exemplo da campanha “Remoções têm Rosto” do fotógrafo Guilherme Imbassahy e de entrevistas divulgadas no Facebook do grupo e em canais de mídias alternativas com o *Rio On Watch* (ver Capítulo 4).

²⁴⁶ Um dos integrantes do grupo fala da importância dessa mudança de olhar, de humanizar o conflito e mostrar o lado dos que são tradicionalmente excluídos do processo de decisão: “quando fazemos esta virada de chave do olhar [...] aquilo cabe dentro do nosso corpo e do corpo social de outra forma e não apenas da forma que legitima ações que reconhecemos como de limpeza e extermínio. Você fala: ‘Opa, espera aí! Tem pessoas, tem crianças, tem meninos que estão resistindo! Eles vão e voltam, vão e voltam, vão e voltam...’. Isso é propositivo porque é humanizador” (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008, p 137).

²⁴⁷ Outros meios informativos, além do espaço digital, são também usados pelos grupos, como debates, rodas de discussões, publicações impressas e práticas artísticas (ver Tópico 5.2. b, 5.2.d e 5.2.e da tese).

contemporâneos, não apenas pela velocidade com que a informação circula, mas, por impactar a maneira como alguns desses se organizam, possibilitando expandir significativamente o número de participantes mobilizados em curtíssimo espaço de tempo²⁴⁸.

A internet e as redes sociais digitais criaram mídias que são ao mesmo tempo participativas, interativas e colaborativas e podem unir informações articuladas globalmente com ocupações presenciais simultâneas (CASTELLS, 2013; MARINO, 2018). O poder dos aplicativos digitais já foi destacado por diferentes pesquisadores, cujo potencial abrange tanto processos institucionais de planejamento²⁴⁹ quanto a ação autônoma de grupos e movimentos sociais (BAUD, 2011; PICKERING; MINNERY, 2012; HOLSTON, 2016; MATOS, 2017).

Ao fazerem o manejo das tecnologias digitais de forma direta e independente, produzindo imagens, vídeos e debates, os grupos recuperam, em certa medida, “o controle sobre sua própria representação e o protagonismo na construção de narrativas sobre sua própria atuação” (MATOS, 2017b, p.118). Além disso, abrem espaços de questionamento tanto dos processos quanto da noção de consenso que marca a cidade contemporânea. Ao se apropriarem das redes sociais, criam redes de apoio e solidariedade que ultrapassam barreiras físicas; interligando agentes localizados em diferentes espaços geográficos.

Conjuntamente, o uso das mídias digitais permite aos grupos e movimentos produzir, documentar e transmitir acontecimentos em tempo real (importante no caso de violência policial, violação de direitos), bem como a publicitar, informar e influenciar novos agentes (ampliando redes de solidariedade que passam a incluir pessoas espacialmente dispersas). Auxiliam ainda a documentar e a contar memórias e experiências vividas nos processos (vivências, táticas, experiências), a produzir documentos de cunho artístico/identitário de cada grupo; e a influenciar, contrapor e criar contra narrativas ao discurso midiático hegemônico, que muitas vezes não cobre os processos ou não é favorável aos mesmos.

A produção de audiovisuais, iconografias e material informativo independente e de contestação foram constantes na atuação do MOE, da Vila Autódromo, da *Coordinadora/Ciudad Viva*, do movimento Taksim Gezi e nas ações do Coletivo Política do Impossível, entre outros²⁵⁰. Muitos desses, a partir da articulação com outros agentes, criaram

²⁴⁸ Marino (2018) destaca essa mudança e ressalta modificações no perfil dos participantes de manifestações urbanas no Brasil na era da internet – alterações nas formas de resistência de classes mais baixas, ampliação do perfil dos participantes (ainda que o acesso à internet ainda seja centrado em jovens de nível universitário).

²⁴⁹ Estudos sugerem que a utilização de novas tecnologias eletrônicas (e-democracia, processos participativos de planejamento territorial) poderiam auxiliar na criação de processos institucionais mais inclusivos ao ampliar o número de agentes que podem ser envolvidos (BAUD, 2011; PICKERING; MINNERY, 2012).

²⁵⁰ Como exemplos se pode citar jovens de favelas que fazem uso de fotografia e vídeos para produzir e divulgar produtos estéticos que reforçam a cultura popular e local desses grupos, demonstrando territorialidades comuns (ALVARES; BARBOSA; CAVALCANTE, 2017); comunidades envolvidas no mapeamento de favelas onde vivem, criando cartografias insurgentes coletivas com outros olhares geográficos sobre esses locais que auxiliam sua afirmação no território e reivindicação de direitos (possibilitados pela criação de aplicativos colaborativos que registram violações de direitos ocorridas nesses locais) (GOULART, 2017).

campanhas criativas online fazendo uso de mídias e redes sociais digitais²⁵¹. Barbosa (2017, p.7), nesse sentido, destaca a fala de um fundadores do Vurto, coletivo audiovisual que atua junto ao MOE, que ressalta que o objetivo de lançar na internet alguns dos pequenos vídeos feitos pelo grupo correspondia “não a ‘pregar para os convertidos’, mas ‘causar incômodo, reflexão e, por fim, conscientização, em espectadores ainda sem posição definida dentro das questões propostas”. A produção de material gráfico e slogans de contestação com alto grau de humor político foi também constantemente explorada na ocupação da Taksim Gezi. A comunidade da Vila Autódromo, por sua vez, fez uso de blogs e redes sociais também para lançar manifestos e notas públicas, divulgadas pela Associação de Moradores, em resposta a notícias distorcidas pela imprensa tradicional e, ao mesmo tempo, lançar críticas à essa mídia por não publicar matérias sobre o processo, enquanto canais internacionais já o fizessem. Já o uso de transmissões de ações em tempo real, tanto na Vila Autódromo quanto na luta de outros grupos (MOE, Taksim-GEZI), embora nem sempre tenham sido suficientes para impedir abusos de poder, foram importantes para tentar minimizar excessos de força policial nesses processos (Quadro 15).

Quadro 15 – Apropriação de espaços digitais e material independente produzidos pelos grupos e movimentos estudados

Táticas/Importância	Exemplos de acordo com cada experiência
<p>Apropriação de espaços digitais e produção de audiovisuais, iconografias e material informativo independente e de contestação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Importantes tentativas de assumir o controle de suas narrativas, • Auxiliam a documentar, contar histórias, memórias, experiências. 	<p>Ocupação Taksim - Gezi</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de canais independentes comunicação (Facebook, Twitter, Tumblr, Vine),
	<p>Coordinadora/Ciudad Viva</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Uso canais independentes comunicação (webpage trilingue, Facebook, Twitter).
	<p>Movimento Ocupe Estelita</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de documentários voltados à reflexão de parcelas mais amplas da população (caráter pedagógico, reflexivo), • Uso de canais independentes de comunicação (Facebook, Youtube, blogs dos coletivos/grupos de apoio ao movimento). 	
<p>Vila Autódromo</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Uso de canais independentes de comunicação (blog, Facebook, Youtube), 	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de iconografia e material voltado a mostrar a perspectiva da comunidade, registrar a violência policial e a violação de direitos. 	
<p>Política do Impossível</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Publicação Cartografia da Luz, filmografia sobre a ação coletiva Traga a Luz 	

Elaborado por L. C. Melchioris (2019).

Ao refletir sobre essa apropriação das mídias digitais, é importante considerar a relação entre as dimensões do poder-saber (FOUCAULT, 2010). Ao assumirem o controle sobre o discurso e as representações com os quais se mostram aos outros, os grupos e movimentos desenvolvem e ampliam tanto o saber dos próprios envolvidos, quanto dos que são atingidos com essas produções. Desta forma, mesmo que essas ações não sejam

²⁵¹ Várias dessas campanhas são apresentadas com mais detalhes no Capítulo 4.

suficientes para balancear as relações de poder desiguais da sociedade, abrem espaços que estão sendo explorados por esses grupos.

Algumas plataformas digitais criaram possibilidades para que a própria organização dos grupos se modifique, permitindo que assembleias/ reuniões possam ser convocadas e gerenciadas através dessas mídias, gerando novas condições de compartilhamento de decisões, criação de novas formas associativas. Nesse sentido, Holston (2016), destaca o potencial dos aplicativos sociais como recurso de organização política, cuja potência pode produzir e expressar solidariedades horizontais. Porém, o autor ressalta que para isso é importante entender que esses meios precisam ser usados não apenas para agregar “multidões temporárias, amorfas e festivas”, mas ser capazes de criar associações e instituições que possam definir uma cidadania. Igualmente, é importante lembrar que as mídias e redes sociais digitais abrem caminhos para divulgações em massa, que podem ser apropriadas por qualquer grupo, entre esses os hegemônicos²⁵². O poder dessas mídias, assim, mostra-se altíssimo, embora não se possa precisar ainda de que forma passará a influenciar a produção do território no futuro.

c) Uso de táticas de reapropriação do espaço e de resignificação de lugares:

Muitos dos grupos e movimentos estudados, ao utilizarem táticas de reapropriação do espaço, também o resignificam. Através de práticas diversas, buscam assumir o controle sobre o meio físico, algumas vezes para protegê-lo (no caso de vigílias contra processos de remoção, demolição de patrimônio, impedir a construção de empreendimentos etc), outras para recuperar (ou criar) memórias afetivas ligadas a esses locais, seja através de ações físicas de melhoria (plantio de árvores, hortas, limpeza, mobiliário urbano) ou da promoção de eventos, atividades, práticas culturais, artísticas e políticas etc.

As práticas de ocupação física de espaços públicos que se popularizaram em diversos países nos últimos anos, a exemplo da Taksim Gezi na Turquia, do *Occupy Wall Street* em Nova Iorque ou do MOE em Recife, mostram como grupos e movimentos se apropriarem do território para manifestar seu descontentamento. Essas ocupações, buscam “coletivizar o espaço por meio da presença das pessoas nele” (ANDRADE, 2014, p.109), são formas de protesto e de manifestação política que buscam também sensibilizar grupos maiores da

²⁵² O impacto que mídias digitais como o WhatsApp tiveram em eleições recentes, a exemplo do EUA (2016), do Brasil (2018) ou da Índia (2019), possibilitando a divulgação em massa de notícias falsas e de disparos pagos por grandes empresas, demonstram o potencial que esses meios têm de mobilizar e influenciar grandes parcelas da população em um curtíssimo intervalo de tempo. Notícias da BBC e do El País mostram o impacto dessas mídias em processos eleitorais recentes (Ponniiah (2019)– <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-47797151> e Jucá (2019b) – https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/03/politica/1556904799_446652.html). O documentário Privacidade Hackeada (The Great Hack, 2019) retrata também a manipulação em massa, através do Facebook, voltada a influenciar indecisos frente às eleições americanas, à discussão do Brexit e as outras manifestações.

população, estando muitas vezes articuladas às lutas pela redistribuição (FRASER, 2006) e às reivindicações pelo direito à cidade.

As ocupações são, portanto, demandas ao direito de fazer parte das decisões sobre o território, “expressam reivindicações de pertencimento ao lugar, à cidade” buscando aprofundar a democracia no sentido de torná-la efetiva ou real por meio da participação popular (ANDRADE, 2014, p109). São ainda, formas de mostrar que existem outras possibilidades de uso para aqueles locais; destacando que ao invés de convertê-los em produtos imobiliários, esses podem ser reconvertidos em áreas públicas. Como comenta Rolnik (2015, p.1):

Assim que o Ocupe Estelita eclodiu, a pergunta que faziam os promotores do empreendimento, apoiados pela Prefeitura do Recife, era: vocês preferem as ruínas e os ratos aos empregos e à paisagem modernizada das torres? Essa pergunta, capciosa, revela a trama perversa que capturou as políticas do setor em tempos de urbanismo especulativo: não são as necessidades dos habitantes - muito menos o seu desejo - que determinam o destino dos lugares, mas sim as expectativas dos investidores em relação a possíveis retornos financeiros que possam render no futuro. Assim, parece que a única resposta possível ao abandono do lugar é a sua captura pelo circuito imobiliário-financeiro. Entretanto, o movimento respondeu à pergunta ocupando e fazendo viver, desde já, no presente, o cais José Estelita. Feiras, debates, workshops, shows, encontros e arte foram atraindo cada vez mais moradores do Recife e região para "viver" o Estelita. Apropriando-se do local, as pessoas foram transformando-o em área pública de fato. [...] O final dessa história ainda está em aberto. Talvez o Ocupe Estelita, assim como o novo ativismo urbano que eclode pelo país, represente justamente a oportunidade de revermos a lógica de produção de nossas cidades, antes que seja tarde demais.

Ao se apropriarem desses locais e reivindicarem o direito de fazer parte das decisões sobre a forma como o território é usado, e o que para esse se planeja, os grupos acabam muitas vezes promovendo discussões mais amplas, gerando reflexões não apenas sobre aquele local fisicamente ocupado, mas sobre a cidade como um todo. Andrade (2014) ao falar da ocupação do Cais Estelita, salienta que:

Ocupar fisicamente – com os nossos corpos – foi a solução imediata para o impasse da invisibilidade. Os corpos ocupando o espaço público denunciam a publicidade do espaço, a sua dimensão coletiva, e, por conseguinte, reorientam a discussão da cidade para o seu palco, para a praça, que não apenas é o lugar onde deve ocorrer a discussão, mas é também o objeto da discussão, porque nela, como diria o poeta, o povo se encontra com a noção de espaço público [...] ocupar o Cais Estelita é tomar posse da cidade não no sentido de se apropriar privadamente do espaço público, mas de exigir um modelo de urbanismo alternativo que passa, antes de tudo, pela participação popular nas decisões sobre o desenho urbano das cidades, que é constantemente sequestrado pelo poder onipotente do capital imobiliário e especulativo. Ocupar é exigir posse sobre as decisões da cidade e equilibrar a balança da democracia que invariavelmente pende para o poder do capital. A insurgência contra as decisões realizadas a portas fechadas por alguns políticos e que influenciam a vida de milhares de pessoas, que não conseguem, pelos meios institucionais, serem ouvidas, passa primeiramente pela denúncia da força do capital nessas decisões e, posteriormente, pela reivindicação por um processo tanto mais transparente quanto mais participativo (ANDRADE, 2014, p.109-110)

Assim, as ocupações, além de ser um mecanismo de oposição a práticas de urbanismo especulativo, ao desenvolver ações culturais e ativismos performáticos, buscam reforçar memórias coletivas e a identidade da população com esses lugares. São também, momentos no tempo, cujos espaços e práticas são geridas por processos de “autogestão” e por uma busca de horizontalidades compartilhadas entre os manifestantes, que reforçam a cooperação e a coletividade (Quadro 15). Como coloca Matos (2017b, p. 117), essas ocupações “operam tal como laboratórios para a experimentação e a construção de novos imaginários que permitem a ressignificação dos espaços em questão”. Nesse sentido, se alinham ao proposto por Cefai (2009) quando lembra que o empoderamento dado pela ação coletiva pode vir a ser uma forma de exercer o poder coletivamente.

As ocupações do Estelita, por exemplo, eram voltadas a sensibilizar/envolver outros grupos da população possibilitando que novas memórias, sentidos e vínculos pudessem ser criados com aquele lugar. Ao vivenciar e compartilhar essas práticas amplia-se a possibilidade de sensibilizar os participantes que nelas se envolvem para questões urbanas e para a vivência coletiva. Similarmente, na ocupação física da Taksim Gezi foram manifestas vontades de defender aquele local simbólico da cidade ao mesmo tempo em que foram ativadas solidariedades entre grupos (locais, nacionais e internacionais, aprendizado coletivo compartilhado). Práticas que expressam esse exercício do poder sobre o espaço são também observadas em ações da Vila Autódromo. Através de vigílias e de barricadas (para impedir remoções), do plantio de árvores, da revitalização de espaços públicos e da criação de festivais culturais a comunidade agiu para se apropriar e dar novos usos ao território (SILVA, 2016). Ações criativas como a criação do Museu das Remoções (discutido no próximo tópico) são também manifestações dessa territorialidade do grupo (Quadro 16).

Quadro 16 – Táticas de reapropriação e ressignificação do espaço observadas nas experiências analisadas

Tática/Importância	Exemplos de acordo com cada experiência
Uso de táticas de reapropriação do espaço e de ressignificação de lugares: <ul style="list-style-type: none"> • Auxiliam os grupos a assumir o controle sobre o território, • Podem contribuir p/ recuperar (ou criar) memórias afetivas no espaço, • Permitem reconstruir sentidos, criar e projetar significados futuros para aqueles lugares. 	Ocupação Taksim Gezi <ul style="list-style-type: none"> • Ocupação do território c/ práticas lúdicas/culturais (concertos, recitais, teatro, dança), coletivas (workshops, fóruns de discussão, biblioteca comunitária, palco de performances, locais de estudo, estação de TV, museu revolucionário), • Práticas de cidadania insurgente (performances Mesa da Terra, Homem de Pé).
	Movimento Ocupe Estelita <ul style="list-style-type: none"> • Ocupação território c/ práticas culturais, coletivas e de reflexão (música, dança, poesia, acrobacias, lançamento livros e atividades de lazer, audiovisual, oficinas, teatro, fotografia, aulões para discutir temas urbanos pertinentes).
	Vila Autódromo <ul style="list-style-type: none"> • Intervenções para melhorias físicas no assentamento (replantio de árvores, limpeza do espaço, mutirões p/ arrumar o parquinho infantil, festivais culturais), • Práticas de resistência (vigílias contra remoções, colocação de placas de ruas sinalizando a vila), Museu das Remoções (ressignificação de lugares).
	BxC <ul style="list-style-type: none"> • Festivais Culturais do Baixo Centro.

Elaborado por L. C. Melchioris (2019).

Por outro lado, é importante lembrar que a “limpeza do espaço”, muitas vezes promovida pela articulação Estado-mercado, que faz com que esse seja “visto como vazio”, podendo assim ser “reocupado”, é também uma das tendências da territorialidade (SACK, 1983) amplamente usada pela articulação Estado-capital para exercer poder sobre determinadas porções do território e assim justificar sua transformação. Quando projetos de regeneração urbana vendem *slogans* de “lugares abandonados”, “degradados” que precisam ser “renovados”, “revitalizados”, os apresentam como “lugares desperdiçados”, “vazios”, “territórios improdutivos” (SACK, 1983), muitas vezes se associam a interesses desses agentes sintagmáticos (RAFFESTIN, 1993) que buscam conceitualmente esvaziar, alterar e reconfigurar esses espaços. Quando se deseja que novas coisas existam no espaço (e este está ocupado), a limpeza do espaço se torna uma forma de prepará-lo para viabilizar novos projetos, novos produtos imobiliários, que atendam aos interesses de agentes específicos. Esse discurso se associa, por exemplo, ao que era divulgado por vários projetos aos quais os movimentos aqui estudados se opõem.

Vários desses projetos, como já se discutiu, são divulgados como a única solução a ser tomada, trazendo uma noção de consenso que serve para impor interesses de alguns. O Projeto Nova Luz (São Paulo) e o Projeto Novo Recife (Recife) eram apresentados como soluções para resolver o problema daquelas áreas “abandonadas”. O projeto de transformação da área Taksim Gezi (Turquia) surgiu inicialmente maquiado pela pedestrialização da área, mas passou a ser articulado a toda uma lógica mais ampla de transformação urbana alinhada à gentrificação do espaço. No caso da Vila Autódromo, diversas justificativas foram usadas ao longo dos anos para defender sua remoção, mas com a aproximação dos megaeventos essa passou a ser associada a um discurso de que um “bem maior” para a cidade seria trazido com a remoção da comunidade (ver Capítulo 4). Assim, ocupar fisicamente os espaços da cidade se torna uma forma de mostrar que esses não são vazios, mas têm história, memória e significados, trazendo, assim, importantes componentes subjetivos dos territórios e outras perspectivas para pensar seu futuro.

Ao mesmo tempo, a partir da reapropriação desses espaços, esses também são ressignificados. São reconstruídos sentidos, criados e projetados significados futuros para esses lugares (SILVA, 2016). Nesse processo, as práticas criativas e a arte são instrumentos importantes usados na atuação dos grupos, como se discute na sequência.

d) Exploração de práticas criativas que fazem uso da arte e de performances

Conforme se discutiu anteriormente, na atualidade os grupos e movimentos de caráter emancipatório/progressista, fazem uso de práticas combinadas, que articulam tanto o uso de espaços convidadas, como também os criam, forjam. Nesse processo de “inventar” espaços,

as práticas artísticas, performáticas e simbólicas assumem destaque, sendo usadas para mobilizar, politizar e sensibilizar outras parcelas da população (Quadro 17).

Quadro 17 – Práticas criativas observadas nas experiências analisadas

Táticas/Importância	Exemplos de acordo com cada experiência
Exploração de práticas criativas (fazem uso da arte e de performances): <ul style="list-style-type: none"> • Potencial de confrontar a realidade de forma pacífica (em geral inusitada, bem-humorada), • Fortes instrumentos de sensibilização (articulam lúdico-pedagógico-político), • Podem ajudar na ativação de espaços públicos. 	Ocupação Taksim – Gezi <ul style="list-style-type: none"> • Performances artísticas (Homem de pé, Mesa na Terra), • Slogans transformados em canções, produção de charges, posters, banners (criados na ocupação e também por apoiadores – do local ao transnacional).
	Movimento Ocupa Estelita <ul style="list-style-type: none"> • Práticas culturais no espaço físico (realizadas durante a ocupação), • Produção de material iconográfico (documentários, posters, slogans criativos), • Campanhas criativas online.
	Vila Autódromo <ul style="list-style-type: none"> • Campanhas criativas (Remoções Têm Rosto, #Urbanizajá, festivais culturais), • Museu das Remoções.
	Coletivos PI e BxC <ul style="list-style-type: none"> • BxC: Instalação pintando o asfalto, mix de atividades culturais dos Festivais do Baixo Centro, • PI: Intervenção artística “Traga a Luz”.

Elaborado por L. C. Melchioris (2019).

A arte é um instrumento poderoso com potencial de confrontar a realidade, ao permitir que pessoas que as vivenciam nos espaços da cidade reflitam, questionem-se e imaginem novas possibilidades de transformar esses locais. Dessa forma, como apontam Ay e Miraftab (2016), muitas vezes são os festivais, as performances e a arte as plataformas iniciais necessárias para “acordar” cidadãos para olharem para conflitos e situações políticas existentes na cidade. Essas passam a ter, assim, papel importante nas disputas urbanas contemporâneas ajudando a defender espaços públicos e simbólicos da cidade contra projetos e práticas de desenvolvimento neoliberal, pois desestabilizam o senso comum:

aspectos simbólicos e performativos das práticas de cidadania insurgentes, como práticas espaciais criativas ajudam a desestabilizar o que é considerado senso comum no desenvolvimento urbano e ampliam os espaços de possibilidade e imaginação para o (re) desenvolvimento dos espaços urbanos²⁵³ (AY; MIRAFTAB, 2016, p. 2)

Harvey (2018) salienta ainda outro ponto importante a ser pensado em relação ao uso da arte como instrumento de mobilização, quando ressalta a importância de construir movimentos de transformação progressista que não envolvam confrontos e violência, sob o risco de serem criminalizados e rapidamente derrotados no contexto atual neoliberal. Frente a esta perspectiva, a arte e as práticas performativas assumem ainda mais relevância, permitindo que, através do lúdico, questões importantes possam ser discutidas, ao mesmo tempo que minimizam conflitos diretos com agentes de poder. A pesquisadora Paula Hori, ao

²⁵³ Tradução da autora do original em inglês: “symbolic and performative aspects of insurgent citizenship practices, as creative spatial practices that help to destabilize what is considered common sense in urban development and expand the realms of possibility and imagination for (re)development of urban spaces” (AY; MIRAFTAB, 2016, p. 2).

ser entrevistada, complementa essa ideia assinalando que “ações inusitadas e bem-humoradas conseguem chamar a atenção da população a problemas que sempre foram recorrentes nas nossas cidades, mas que acabavam passando despercebido por muitos” (Paula Hori – Entrevista realizada em 2019).

Assim, funcionam como instrumentos de sensibilização que, de forma pacífica, articulam lúdico-pedagógico-político a fim de provocar a reflexão. Narrativas, argumentos e outras modalidades de representação, como lembra Cefaï (2009), dão forma a críticas, denúncias e reivindicações, na tentativa de persuadir o público. Nesse sentido, pode-se pensar como intervenções artísticas em espaços públicos abrem espaço para reforçar contradiscursos. Intervenções realizadas por grupos no centro de São Paulo, a exemplo da manifestação artística de abertura do Festival Baixo Centro (para contrapor o discurso oficial de que a área central estava abandonada²⁵⁴); da apropriação informal do Minhocão como espaço de lazer; ou de melhorias de assentamentos precários realizadas por comunidades de baixa renda²⁵⁵, fazem essa articulação criativa entre arte, política e educação.

A arte é, assim, muitas vezes, também voltada à ativação da diversidade de significados do território. Em algumas das ocupações de espaços públicos (MOE, Taksim Gezi e da própria Vila Autódromo), foram criados verdadeiros festivais lúdicos que, fazendo uso de manifestações/performances artísticas e culturais mostram descontentamentos e vontades latentes de refletir sobre outros modos de se pensar a cidade. A efemeridade e a imprevisibilidade de caráter poético de muitas dessas práticas, como ressalta Lima (2017), contrastam muitas vezes com a tônica dos projetos aos quais se opõem, marcados por lógicas tecnocráticas e financeiras.

Algumas das performances realizadas na ocupação Taksim Gezi, Turquia, são destacadas por Ay e Miraftab (2016) como práticas insurgentes efetivas de cidadania, cujos aspectos performativos permitiram que essas se espalhassem espacial e temporalmente, tornando-se parte da memória coletiva, mostrando o descontentamento dos manifestantes e atuando como potentes instrumentos para ajudar a impedir a transformação do local a partir de implantação de projetos voltados exclusivamente a populações de alta renda. Durante essa ocupação, práticas festivas articuladas a *slogans* carregados de humor tornaram-se instrumentos políticos e foram amplamente utilizados. Nas palavras de um dos manifestantes:

²⁵⁴ Para mais detalhes ver Capítulo 4 e Movimento Baixo Centro (2013).

²⁵⁵ O grupo Contrafile por exemplo alia arte-política-educação através de práticas que discutem o direito à invenção na cidade. Dentre seus projetos, se destacam: A Rebelião das Crianças (2005, inspirado na violência que meninos de rua sofreram na FEBEM, buscando trazer à tona realidades e fatos mascarados, apagados e transformados em tabus pelo discurso social dominante) e o Parque para Brincar e Pensar (2011), em que artistas e comunidade daram forma a brinquedos (implantados em espaços públicos de assentamentos precários), articulando-os com lembranças de suas brincadeiras de infância e atualizando-os para o lugar da criança/jovem de hoje (ver <http://parqueparabrincarepensar.blogspot.com> e <https://issuu.com/grupocontrafile>).

“O riso desempenhou um papel crucial, naqueles dias na praça Taksim, rir dos políticos parecia de alguma forma drenar seu poder, perfurando suas certezas e fazendo-os murchar como balões picados, seus discursos reduzidos à glossolalia cômica”²⁵⁶ (AKSAN, 2017, p.27).

Manifestações e práticas artísticas em assentamentos de baixa renda são usadas também para expressar a territorialidade dos grupos, na busca do reforço de sua identidade. Ações como a criação do Museu das Remoções, na comunidade da Vila Autódromo, mostram exemplos de respostas criativas que fazem uso da arte como instrumento político e de reflexão²⁵⁷. Taísa Sanches, integrante da equipe do museu, relata:

[o] Museu das Remoções é uma iniciativa super importante para a cidade e traz a inovação de mostrar como as remoções foram sentidas pela população, [propõe] a apropriação dos escombros, das remoções que aconteceram durante o processo, como forma de gerir tudo que aconteceu e propor a alteração do espaço [...] o Museu das Remoções, sim, mais do que como forma de memória, [é um instrumento] de luta pela permanência na cidade. Eu acho que a institucionalização do Museu foi super importante nessa frente e acredito que os moradores também percebem o museu como uma estratégia de permanência deles no território, de mostrar a luta da Vila Autódromo (Taísa Sanches – Entrevista realizada em 2019).

O museu funciona, desta forma, como instrumento para afirmar a territorialidade do grupo²⁵⁸, marcar uma posição no espaço, reforçar o direito de existir na cidade. Por um lado, resgata o passado e a memória e se constitui como espaço ativo para novas lutas do grupo.

Essas práticas criativas, que fazem uso de espaços inventados, têm, portanto, um papel considerável na discussão sobre o futuro da cidade, sobre o direito à cidade. Trazem, portanto, proposições e alternativas para se pensar o desenvolvimento urbano a partir de perspectivas contra hegemônicas. Ao mesmo tempo, como lembra a escritora Eliane Brum, a solidariedade e a arte são armas importantes que possibilitam imaginar futuros diferentes:

A solidariedade é um gesto temido pelos autoritários. [...] A arte é também um instrumento poderoso [...] A arte não é firula. Ela tira as pessoas do lugar. Ela faz pensar. Ela questiona o poder. E ela junta os diferentes. [...] temos que começar a imaginar o futuro. É assim que o futuro começa, sendo imaginado. Ninguém consegue viver num presente sem futuro. Mas é impossível controlar quem é capaz de imaginar depois que já começou a imaginar (BRUM, 2019, p.1).

Nesse sentido, cabe destacar que, além da arte, a ativação da memória e o reforço de afetividades assumem alta relevância nessas lutas, como se discutirá no próximo tópico.

²⁵⁶ A entrevista é apresentada no artigo de Aksan (2017). Tradução da autora do original em inglês: “Laughter played a crucial role, in those days in Taksim square, laughing at the politicians seemed somehow to drain their power, puncturing their certainties and making them shrivel like pricked balloons, their speeches reduced to comical glossolalia”. (COLLINS apud AKSAN, 2017, p.27).

²⁵⁷ Os objetivos do Museu expressam essas relações defendendo que seu espaço abrigue manifestações artísticas de resistência (oficinas, teatro, exposições, projeções, saraus, feiras literárias) (MUSEU DAS REMOÇÕES, 2019).

²⁵⁸ Taísa Sanches (2019) ressalta que o museu não é uma prática exclusiva da Vila Autódromo, mas foi inspirado na experiência de outros museus (Rocinha, do Horto, do Pavão Pavãozinho), desenvolvidos pela influência de pesquisadores como o professor Mário Chagas, Diretor do Museu da República.

e) *Práticas de reforço das afetividades através do uso da memória e da identidade cultural (aterramento ao locus do conflito):*

Muitas das práticas criativas e insurgentes experimentadas pelos grupos e movimentos progressistas estudados têm uma forte relação com a memória e a identidade cultural dos grupos e/ou dos lugares em que ocorrem. Ao estabelecerem estas relações, criam ancoragens com as causas pelas quais os grupos lutam e com o *locus* dos conflitos, evitando que seus propósitos sejam corrompidos e auxiliando a sensibilizar outros cidadãos para esses processos. Frente à amnésia social coletiva produzida pelo neoliberalismo (MIRAFTAB, 2009), esses grupos e movimentos compreenderam que a memória pode ser usada como um instrumento maior de luta. A criação do Museu das Remoções (Vila Autódromo), por exemplo, expressa essa compreensão, que foi inicialmente estimulada por agentes externos à comunidade e foi depois incorporada pela comunidade, como relata uma das entrevistadas:

[...] um grupo de museólogos, junto com arquitetos, fez uma atividade que foi a reconstrução, não da casa, obviamente, mas de símbolos em lugares muito importantes ali da vila, uma atividade que reuniu [...] conversas para resgatar a memória dos moradores sobre esses espaços, o que era mais importante ali. Esses objetos foram feitos e marcados nos lugares removidos, e depois reunidos no Museu das Remoções [...] Eu diria que são dois legados muito importantes dessa luta [da Vila Autódromo], uma é a permanência em si das famílias, desses moradores, e em segundo lugar essa memória que ficou através dessas ações, do Museu, dos diversos trabalhos que foram feitos a partir da luta. Os moradores inclusive tinham muito essa clareza, e isso foi uma coisa que me chamou muito a atenção, da importância de receber gente que queria contar a história, que queria registrar em algum lugar o que aconteceu ali, aquela luta, então a receptividade com a gente, com pesquisadores, jornalistas, partia desse olhar de que era uma das formas de manter a memória viva da Vila (Marcela Munch Silva – Entrevista realizada em 2019).

Essa vontade de resguardar a memória e relatar o processo pelo qual as famílias passaram incluiu a participação em eventos diversos voltados a compartilhar histórias de resistência (CPCO, 2014) e a guarda e a organização de documentos históricos sobre o processo, as famílias e sobre a história da vila (documentários, museu, cartografias).

Outras experiências, como a de comunidades de baixa renda na África do Sul (MIRAFTAB, 2009)²⁵⁹ ou dos ativismos da Taksim Gezi, de forma semelhante, mostram uso de resistências pacíficas nas quais memórias ligadas a fatos históricos importantes naqueles contextos foram invocadas para reforçar as causas e engajar mais pessoas aos processos de resistência. Esse processo de sensibilização de novos cidadãos pode auxiliar também à

²⁵⁹ Miraftab (2009) relata que em as manifestações realizadas nos espaços públicos os grupos participantes cantavam canções de protesto anti-apartheid na frente de tribunais, evocando a memória ruim do apartheid, lembrando brutais remoções forçadas daquele período e produzindo uma consciência histórica sobre a opressão.

criação de memórias coletivas de solidariedade, como se vê na experiência da Taksim Gezi, através das práticas coletivas Mesa na Terra ou do Homem em Pé²⁶⁰, por exemplo.

Ao estimular a memória, resgatam fatos e problemas históricos daqueles contextos, criados pela ação (e pela falta de ação) de autoridades, os tornam visíveis e presentes instrumentos de luta contra processos neoliberais contemporâneos. Algumas dessas práticas, inclusive, se tornam inovadoras exatamente pelo fato de fazerem uso de seu contexto político, espacial e histórico (AY; MIRAFTAB, 2016).

As ações do Movimento Ocupe Estelita trazem constantemente discussões relacionadas à preservação da história, da memória da cidade e do cais Estelita (patrimônio ferroviário em Recife). Nesse caso, o próprio argumento de preservação da paisagem foi incorporado como uma das bandeiras do discurso do movimento (contra o Projeto Novo Recife), como relata um dos entrevistados (Pesquisador A). Semelhantemente, a preservação da identidade local de bairros afetados pelo projeto da rodovia *Costanera Norte* no Chile, ao qual se opunha o movimento *Coordinadora*, foi igualmente importante para agregar os agentes, influenciar suas ações e motivar a posterior criação da organização *Ciudad Viva* (SAGARIS, 2013). Lutas de outros grupos também mostram que os grupos exploram a valorização da identidade/ cultura como importante motivador de suas insurgências²⁶¹.

Fazer uso da identidade, da língua, da cultura e de simbolismos são formas de expressar a territorialidade dos grupos e um mecanismo para exercer poder e marcar uma posição no território. Tornam-se, assim, importantes instrumentos para pensar um planejamento contra-hegemônico. Pode-se considerar ainda que essas táticas trazem uma relação com a afetividade da ação coletiva, cuja importância é destacada por Cefai (2009) por ser fundamental ao processo de produção da experiência perceptiva e moral, motora da ação coletiva, e responsável por influenciar as pessoas *ao agir* e as motiva *para agir*.

Nesse sentido, se tornam importantes as práticas que vários grupos adotam de reforçar o afeto dos cidadãos às causas e locais pelos quais lutam (Quadro 18). O MOE, por exemplo, promoveu, através das ocupações lúdicas no cais Estelita, diversas práticas artísticas, culturais e políticas, que buscavam reforçar a afetividade dos cidadãos com o local.

²⁶⁰ A Mesa na Terra tornou o espaço público em um grande banquete coletivo no início do Ramadan, tendo alta repercussão para ampliar apoiadores ao movimento. A performance do Homem de Pé (resgatando o passado de luta do povo turco) também foi replicada em solidariedade tanto nacional quanto internacionalmente; contribuindo para criar uma memória coletiva de solidariedade que extrapolou o locus do evento (ver Capítulo 4).

²⁶¹ A exemplo de movimentos ligados à questão de gênero, etnicidade e raça, como em ações do movimento negro (MATOS, 2017), voltadas ao reconhecimento de comunidades de favelas (ALVARES; BARBOSA; CAVALCANTE, 2017; MATOS, 2017), de comunidades indígenas indígenas na Amazônia Brasileira (SAIDLER, 2017) e Austrália (LANE, 2001; PORTER, 2013; PORTER et al, 2017) e Rússia (SWEET; CHAKARS, 2010), cujas práticas contribuíram para fortalecer, preservar e valorizar sua cultura.

Campanhas criativas²⁶² e a própria bandeira usada pelo movimento (“A Cidade é nossa. Ocupe-a”) expressam essa relação de pertencimento e afetividade na luta pelo Cais (e pela própria cidade). Práticas criativas usadas pelos moradores da Vila Autódromo também contribuíram para reforçar a relação desses com o território. Atividades de cartografia coletiva realizadas com crianças, além do plantio de árvores, melhorias de espaços públicos, eventos (churrascos, festivais) e campanhas criativas (Remoções têm Rosto e #Urbanizajá), conforme apresentado no Capítulo 4, não só impulsionaram essas relações afetivas (com o espaço e entre os grupos), como também ampliaram o número de apoiadores à causa.

Quadro 18 – Práticas de reforço da afetividade usadas pelos grupos e movimentos estudados

Táticas/Importância	Exemplos de acordo com cada experiência
<p>Práticas de reforço das afetividades (uso da memória e da identidade cultural - ancoragens):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuem para dificultar que propósitos sejam corrompidos, • Ajudam a combater a amnesia social coletiva dada pelo neoliberalismo, • Podem incentivar memórias coletivas de solidariedade, • Podem auxiliar a expressar territorialidades, • Podem contribuir para reforçar afetividade dos cidadãos com o espaço, • Podem contribuir para humanizar conflitos, aproximar pessoas, reforçar solidariedade entre grupos distintos. 	<p>Ocupação Taksim - Gezi</p> <ul style="list-style-type: none"> • Performances (Mesa na Terra, Homem em Pé), • Criação de práticas coletivas na ocupação: sopa comunitária, enfermaria e biblioteca comunitária, locais de estudo, estação de TV, parque infantil, palco de performances, museu revolucionário, árvore de desejos, • Sistemas de trocas (suporte à subsistência básica), incentivo a doações.
	<p>Coordinadora/Ciudad Viva</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definição do território de ação com base na identidade da região La Chimba.
	<p>Movimento Ocupe Estelita</p> <ul style="list-style-type: none"> • Práticas coletivas (incentivos a doações em apoio à ocupação), aulões e folders voltados a defender o patrimônio e a história do cais Estelita, • Slogans do movimento (ênfase coletivo/afetivo – “A Cidade é nossa. Ocupe-a”), • Campanhas criativas online (#OcupeEstelita, #VigieOEstelita).
	<p>Vila Autódromo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Registros da memória (M. Remoções, documentários, rodas de troca/ relatos), • Atividade de cartografia afetiva c/ crianças, • Práticas coletivas de melhorias do espaço (plantar vegetação, limpeza do rio), • Campanhas criativas online (Remoções têm Rosto – humanizar o conflito), • Práticas coletivas de resgate da memória e da cultura (ocupações culturais) • Reforço de um discurso coletivo comum (consolidar e fortalecer o grupo).
	<p>Coletivos PI e BxC</p> <ul style="list-style-type: none"> • Festival BxC: Práticas desenvolvidas no espaço público (ativação do espaço) podem potencializar novas memórias, • PI: publicação Cartografia da Luz (mostra história do centro, processo de transformação da área).

Elaborado por L. C. Melchior (2019).

Essas práticas aproximam pessoas, humanizam conflitos e contribuem para que, ao menos momentaneamente, se reforcem redes de solidariedade entre grupos distintos da sociedade. Nesse sentido, vale lembrar o que traz Sandercock (2000) no artigo “*Quando estranhos se tornam vizinhos: gerenciando cidades de diferença*”²⁶³ quando aborda os estereótipos da ordem social que tendem a excluir os “estranhos”, “para que eu me sinta

²⁶² São exemplos as campanhas criativas lançadas no Facebook do MOE: #VigieOEstelita, #OcupeEstelita, #ResisteEstelita ou “Hora da selfie mais importante para a sua cidade” (que solicitava o envio de e-mail para o movimento (ocupeestelita@gmail.com) com uma selfie com a hashtag #OcupeEstelita, voltado a organizar um vídeo mostrando que “sim”, “muita gente se importa” (ver: <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/photos/a.320104821469838/326316764181977/?type=3&theater>).

²⁶³ Tradução do original em inglês: “When Strangers Become Neighbours: managing cities of difference”.

seguro”. Essas práticas, assim, em um contexto neoliberal em que crescem processos de segregação social, são importantes para combater o medo do “desconhecido”, ajudando a criar amálgama e empatia entre pessoas distintas, podendo contribuir, assim, para criar um planejamento futuro do urbano que seja mais humano e inclusivo. Ao mesmo tempo, como lembra Castells (2013), como as emoções humanas são motivadores da ação coletiva e, assim, trazer à tona tanto situações de injustiça (que convidam a ação) e estimular o entusiasmo (que conduz a esperança de mudança da realidade) assumem papéis importantes na mobilização de novos agentes, bem como de imaginar outros futuros possíveis.

f) Uso de táticas com temporalidades distintas: das microessistências às transformações de longo prazo

As práticas usadas pelos grupos possuem grandes diferenças em relação ao horizonte temporal ao qual se destinam. Uma são de curto prazo, voltadas a contrapor e resistir a questões imediatas; outras, mais estratégicas, se destinam a buscar transformações de longo prazo. Alguns grupos e movimentos adotam em suas ações tanto insurgências (curto prazo) quanto ações voltadas ao planejamento insurgente (estratégicas), ou seja, fazem uso de práticas com intenções temporais distintas (Quadro 19).

Quadro 19 – Temporalidade das práticas segundo as experiências analisadas

Táticas/Importância	Exemplos de acordo com cada experiência
Uso de táticas com temporalidades distintas: de microessistências às transformações de longo prazo: <ul style="list-style-type: none"> • Permitem aos grupos/movimentos dar respostas adequadas a cada contexto específico. 	Ocupação Taksim Gezi <ul style="list-style-type: none"> • Ênfase na atuação de curto prazo (impedir obra); potencial p/ transformação de longo prazo vem da produção iconográfica, textual, sociabilidades geradas.
	Coordinadora/Ciudad Viva <ul style="list-style-type: none"> • Coordinadora: ênfase no curto prazo (impedir obra); • <i>Ciudad Viva</i>: ênfase em ações independentes e voltadas a transformações de mais longo prazo.
	HPFP <ul style="list-style-type: none"> • Mesclam ações de curto e de longo prazo.
	Movimento Ocupe Estelita <ul style="list-style-type: none"> • Ênfase atuação curto prazo (impedir obra); • Ações pontuais de longo prazo (processo judicial e potencial p/ transformação dado pelas iconografias, documentos e sociabilidades geradas pelo movimento).
	Vila Autódromo <ul style="list-style-type: none"> • Mesclam ações curto e longo prazo (insurgências e planejamento insurgente).
	Coletivos PI e BxC <ul style="list-style-type: none"> • Ênfase em ações de curto prazo, efêmeras. Potencial de transformação no longo prazo é dado pela reflexão e ativação dos usos no espaço público.

Elaborado por L. C. Melchioris (2019).

Essa análise temporal mostra que existem pequenas formas de resistência e insurgências que permitem aos grupos e movimentos suportar pressões do dia-a-dia e responder a desafios pontuais. Essas nem sempre são marcadas pela confrontação maciça e desafiadora do poder, podendo ser caracterizadas pela evasão e ação independente ao Estado, possibilitando inclusive que os grupos possam atuar fora do controle desse. Essas

práticas, assim, como destaca Scott (2002), não se destinam a mudar o sistema, mas permitem que grupos alcancem seus interesses e necessidades. Ações voltadas à melhoria do espaço físico em assentamentos de baixa renda, conduzidas pelos próprios moradores, independentemente (e sem autorização) do Estado, ilustram essas resistências cotidianas, a exemplo de práticas da comunidade da Vila Autódromo e da Federação de Pessoas Desabrigadas das Filipinas (HPFP) (ver Capítulo 4), entre outros²⁶⁴. A aparente omissão do Estado diante dessas práticas, por outro lado, pode indicar uma forma diferenciada de fazer planejamento ou de autorizar que outros agentes assumam essa atividade.

A partir dessas práticas, pode-se pensar no que coloca Scott (2002), quando analisa “formas cotidianas de resistência” usadas por camponeses. O autor destaca que essas podem ser as únicas opções disponíveis para agir em contextos de grande assimetria de poder, pois, ao mesmo tempo que evitam o confronto com elites e autoridades (que por sua vez podem também não querer mostrar a impopularidade de políticas e/ou a dureza da autoridade frente a determinadas situações), requerem pouca ou nenhuma coordenação/planejamento, se tornando instrumentos úteis de luta. Essas insurgências e microresistências também se relacionam ao que Michel de Certeau (1998) aborda quando reflete sobre as táticas usadas pelo “fraco” (a arte do fraco), que, dada a ausência de poder, aproveita as possibilidades e os espaços existentes para através desses desafiar e/ou responder às forças dominantes.

Insurgências e microresistências também são expressas através de práticas de urbanismo tático²⁶⁵ realizadas por diversos grupos (comunidades de baixa renda; coletivos urbanos, movimentos sociais). Com essas, através do uso de recursos próprios e processos de autoconstrução, os grupos interferem no espaço urbano (inserindo mobiliário, criando hortas, jardins comunitários, espaços infantis etc.). Essas intervenções, possibilitam vivências imediatas diferenciadas do urbano ao mesmo tempo que servem de “instrumento de experimentação para futuras obras de consolidação” (MARINO, 2018, p. 106).

Essas práticas são importantes, pois proporcionam espaço para a ação coletiva, compartilhada, colaborativa. Porém, essas insurgências e microresistências, destinadas a atingir soluções de problemas/questões específicas, geralmente não intentam ser adaptadas a outros propósitos e, embora possam gerar transformações locais expressivas, muitas vezes

²⁶⁴ Outros exemplos incluem comunidade do Parque Sitiê, no Morro do Vidigal, se que uniu para transformar em parque uma área anteriormente coberta de lixo (ROCHA, 2017), experiências de moradores de baixa renda da região da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro que, em alguns momentos, lutaram pelo acesso à água através de resistências silenciosas que possibilitaram à comunidade garantir o acesso ao recurso natural necessário para a sobrevivência cotidiana (através de gatos na tubulação que abastecia o polo industrial próximo), e permanecer no local sem criar uma oposição direta ao Estado (QUINTSLR, 2017), bem como, processos incrementais de resistência veladas realizados por comunidades na Indonésia (BEARD, 2002 e 2003)

²⁶⁵ O urbanismo tático passou a ser amplamente utilizado nas últimas décadas permitindo que, de forma criativa, compartilhada e colaborativa, grupos atuem sobre o espaço físico a fim de promover transformações nesse a partir de intervenções de baixo custo (sendo utilizado tanto em espaços públicos como em áreas subutilizadas/residuais).

não são capazes de ultrapassar a realidade dos grupos envolvidos diretamente com elas ou de influenciar espectros mais amplos da população, a exceção de outros grupos que enfrentam situações semelhantes.

Os coletivos de arte e cultura estudados também atuam através de insurgências, mas essas são, muitas vezes, voltadas não a beneficiar o próprio grupo, mas a influenciar outros. As manifestações artísticas e performáticas propostas por muitos desses são pontuais, conectadas ao meio físico e se destinam primordialmente a ser instrumentos que provocam a reflexão de parcelas mais amplas da sociedade. Nesse sentido, embora sejam ações voltadas ao curto prazo, em geral marcadas pela efemeridade, têm potencial de provocar transformações maiores. Fátima Freira Dowbor, quando analisa as ações que o coletivo Política do Impossível desenvolveu para questionar o Projeto Nova Luz em São Paulo, explicita isso, destacando que essas são “disparadores alfabetizadores políticos”, pois provocam a politização e a tomada de consciência política de outros agentes que, ao se inteirarem das disputas urbanas envolvidas naquele processo, são impulsionados a se posicionar (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008).

A partir da “provocação” de novos agentes e, ao ampliar a reflexão sobre a cidade contemporânea que se está construindo (que se quer ou não se quer que seja construída), abre-se espaço para se repensar caminhos para o planejamento urbano. Paula Hori, ao avaliar a atuação do Coletivo Ocupe & Abrace e do Organismo Parque Augusta em São Paulo, ressalta o caráter de conscientização social envolvido nas ações dos grupos, importante para influenciar alternativas para se pensar processos de planejamento mais voltados a atender demandas da sociedade:

[n]o caso dos grupos que estudei vejo uma relação clara com a construção do espaço urbano [...] ambos têm em sua pauta a valorização do espaço público como espaço de lazer e convivência e buscam conscientizar a sociedade civil da importância desses espaços e cobrar do poder público uma participação mais ativa na sua manutenção. [...] esse modo ativista de manifestação tem pressionado o poder público a buscar novas formas de se relacionar com a sociedade civil, e que isso pode vir a influenciar o planejamento urbano na medida em que esse planejamento pode estar mais voltado para as demandas da sociedade (Paula Hori – Entrevista realizada em 2019).

Algumas vezes, ações de curto prazo podem ser usadas em momentos específicos, ou iniciais, dando origem a discussões posteriores mais elaboradas e articuladas a um planejamento insurgente. As ocupações de espaços públicos (MOE, Taksim Gezi) se destinaram inicialmente a impedir modificações naqueles locais (a partir da implantação de novos projetos), mas foram ambas transformadas com o tempo trazendo reflexões mais amplas sobre o direito à cidade e a própria produção do urbano. Essa mudança em relação ao MOE é relatada por um dos entrevistados:

O Movimento [Ocupe Estelita] em si não está mais no acampamento ou nas audiências públicas, por exemplo, mas está em todo lugar, bastando que, para reaparecer, sejam acionados os seus simpatizantes pelas redes sociais. Foi o que aconteceu no início de 2019, quando se retomou a derrubada de alguns galpões na área do empreendimento e rapidamente se espalhou o 'comando': "Urgente, todos para o Cais"! (Pesquisador A – Entrevista realizada em 2019).

A atuação do MOE extravasou a dimensão física do cais, estimulando uma discussão muito mais ampla que relaciona o planejamento à defesa da cidade²⁶⁶. Como relata Erico Andrade M Oliveira, ao agregar vários movimentos sociais em defesa do Estelita, essa *“passou a ser agora uma causa, diríamos... muito mais radical, muito mais ampla do que simplesmente a construção de alguns prédios, passou a simbolizar a própria mobilização social em torno da defesa do Direito à Cidade” (ERICO ANDRADE M. OLIVEIRA – Entrevista realizada em 2019).*

Vê-se que as próprias reivindicações dos grupos podem se transformar. Resistências criativas podem ser o estopim necessário para empoderar cidadãos inicialmente, motivando-os a gradativamente ampliar suas demandas. Pesquisas de diferentes autores exibem transformações nesse sentido (SAGARIS, 2013; IBABAO, 2013; ROCHA, 2017). A experiência do movimento *Coordinadora* mostra essa mudança, passando de uma ação em oposição a um projeto urbano específico para uma organização comunitária (*Ciudad Viva*) dedicada a apoiar outras causas urbanas (ver Capítulo 4). Os grupos podem, assim, iniciar atuando em prol de questões específicas (defender assuntos pontuais, melhorar a vida de seus membros), e, com o tempo, expandir as causas/ assuntos com os quais se envolvem.

Por outro lado, algumas ações dos grupos têm potencial mais estratégico, trazendo impactos de mais longo prazo. Essas se materializam tanto no uso de espaços convidadas, a exemplo de processos judiciais, quanto de espaços inventados, com a produção de material iconográfico (audiovisuais, documentários, levantamentos fotográficos), do registro de memórias e conflitos ou com a elaboração de planos alternativos.

A criação do Museu da Memória e do Plano Popular, na Vila Autódromo, demonstram, por exemplo, estratégias voltadas ao longo prazo e que tiveram forte influência sobre outros grupos. Bem como, os fundos de poupança voltados ao suporte da habitação, criados e gerenciados por comunidades de baixa renda integrantes da HPFP, e a produção de oficinas, elaboração de projetos e pesquisas são práticas estratégicas desenvolvidas pela Federação. Do mesmo modo, diversas práticas destinadas a empoderar e capacitar (técnica, educativa, política), tanto os grupos quanto outros agentes agregados à discussão, demonstram iniciativas cujos efeitos têm potencial de influenciar transformações de longo prazo, sendo

²⁶⁶ Slogan divulgado no Twitter do MOE expõe essa relação com o dizer “O Recife inteiro é um grande Cais José Estelita!”, ou seja, não se trata de uma disputa localizada, mas de um projeto de cidade que se procura impor.

observadas nas práticas de diferentes grupos estudados (ações do MOE, *Ciudad Viva*, Vila Autódromo, PI, HPFP).

g) Interações distintas com instâncias de poder do Estado ausente: envolvendo oposição, co-produção, colaboração crítica e atuação independente

A análise das experiências mostra que as formas com que os grupos se relacionam com o Estado não são as mesmas, podendo modificar-se conforme o momento e o grupo. Há uma ênfase em agir de forma proativa, com relativa autonomia em relação ao Estado e frequentemente com o intuito de pressionar instâncias do governo. Porém, para pressionar o Estado e tentar influenciar o planejamento do território os grupos atuam fazendo mais do que uma simples oposição a esse. Podem existir relações mistas e mais complexas, que incluem ações independentes frente a aparente omissão do Estado²⁶⁷ e práticas de colaboração crítica com esse (Quadro 20).

Quadro 20 – Táticas distintas de relação com o Estado ausente

Tática/Importância	Exemplos de acordo com cada experiência
<p>Interações distintas com instâncias de poder do Estado omissas: envolvendo oposição, co-produção, colaboração crítica e atuação dada a ausência desse</p> <ul style="list-style-type: none"> • Demonstram que os grupos respondem ao seu contexto, analisando como melhorar as oportunidades de atendimento de suas reivindicações, • Podem fazer uso de práticas combinadas. 	Ocupação Taksim - Gezi
	• Forte ênfase na ação oposicional (espaços convidados e inventados).
	Coordinadora/Ciudad Viva
	• Movimento <i>Coordinadora</i> – ênfase na ação oposicional, • <i>Ciudad Viva</i> – táticas mistas, incluindo oposição, ação independente ao Estado e práticas de colaboração crítica (no início com governos de bairro, e após c/ outras instâncias de governo).
	HPFP
	• Táticas mistas, incluindo ação independente ao Estado e colaboração crítica (c/ ênfase na co-produção).
	Movimento Ocupe Estelita
	• Forte ênfase na ação oposicional (espaços convidados e inventados).
Vila Autódromo	
• Forte ênfase na ação oposicional contra a Prefeitura (espaços convidados e inventados), práticas colaborativas c/ a Defensoria Pública.	
Coletivos PI e BxC	
• Insurgem-se contra projetos propostos pelo Estado, mas adotam ações independentes e menos conflituais	

Elaborado por L. C. Melchioris (2019).

Alguns grupos desenvolvem ações voltadas a ocupar espaços nos quais o Estado se ausenta. Embora essas práticas sejam independentes, podem ser consideradas expressões insurgentes ao questionarem, desafiarem ou mesmo fazerem frente a inação do Estado, indiferente ou incapaz de resolver problemas urbanos que afetam esses grupos.

A organização de fundos de poupança promovidos pela HPFP (voltados ao suporte de comunidades em situação de pobreza) ilustram a busca de soluções frente a um Estado que

²⁶⁷ Em relação à questão cabe lembrar que essa aparente omissão do Estado é também uma forma de ação, algumas vezes proposital.

se ausenta de auxiliar esse segmento da população em suas necessidades básicas²⁶⁸. As ações comunitárias e intervenções cidadãs em espaços urbanos (urbanismo tático, mutirões, melhorias de assentamentos precários) igualmente demonstram o descontentamento de grupos que decidem agir por conta própria para lidar com questões urbanas, melhorar sua qualidade de vida e qualificar espaços públicos. Ações educacionais (voltadas à capacitação técnica, política e à independência financeira de comunidades de baixa renda) são outros exemplos de práticas que podem não se opor diretamente ao Estado, mas que desafiam o *status-quo* e contribuem para empoderar os grupos frente a suas necessidades.

Por outro lado, muitas das práticas são voltadas à resistência e à oposição direta a projetos e planos promovidos pelo Estado. Essas, em geral, mesmo que sejam informais, respeitam a estrutura reconhecida do Estado, ou seja, são voltadas a questionar ações, projetos e políticas promovidas por esse, mas não propõem uma revolução. Essa oposição é, assim, expressa tanto através do uso de espaços convidado quanto inventado, manifestando-se em práticas de ativismo, protestos, ocupações de espaços físicos, ações judiciais etc. Diversas vezes essas ações se destinam a fazer frente a questões imediatas ou específicas que demandam respostas rápidas por parte dos grupos (impedir derrubada de edifício, início de uma obra, corte de vegetação). As ocupações físicas da área do Cais Estelita em Recife (pelo MOE) ou do parque Gezi na Turquia são exemplos desses momentos cuja ação precisa ser imediata dada a ameaça da perda.

Frente ao modelo de cidade neoliberal, que privatiza espaços públicos, segrega parcelas da população, mercantiliza a cidade (baseando-a em competitividade, atratividade, eficiência) e prioriza setores ligados ao capital, resistir a esses processos ou insurgir-se a eles é, ao fim das contas, criar desobediências que buscam inverter injustiças. Nesse sentido, seguindo o proposto pelo filósofo Frédéric Gros (2018), se pode pensar a:

questão da desobediência a partir da questão da obediência, posto que a desobediência, ante ao absurdo, a irracionalidade do mundo em seu estado atual, é a evidência. Ela exige poucas explicações. Por que desobedecer? Basta abrir os olhos. A desobediência é mesmo a tal ponto justificada, normal, natural, que o que choca é a ausência de reação, a passividade (GROS, 2018, p.16).

Ao mesmo tempo, Gros (2018) entende essa desobediência ancorada a um “projeto de futuro”, pensado coletivamente, ultrapassando desconfianças que impedem a ação e a organização coletiva e articulada a uma noção de defesa de uma democracia crítica. Não se trata do uso da força bruta, mas de “resistências inventivas” (GROS, 2018), nas quais o uso

²⁶⁸ Esses fundos se destinam tanto ao suporte de ações temporárias e imediatas (auxílio funeral, saúde, recursos para construção de moradias temporárias) quanto ao planejamento de longo prazo (compra de terrenos, melhoria de assentamentos precários) (ver Capítulo 4).

de espaços inventados, da arte e do lúdico têm sido de alta importância. Dessa forma, essa desobediência civil supõe:

um 'desobedecer junto' que faz o coração do contrato social bater, dá corpo, por ocasião de uma contestação comum, ao projeto de 'fazer-sociedade', para além das instituições que se empenham, sobretudo, em perpetuar a si mesmas e a perenizar o confronto de uma elite. A contestação comum projeta a sombra do pacto originário numa dimensão de futuro: viver juntos, mas sobre novas bases, não se deixar governar assim, não aceitar o inaceitável, reinventar o futuro. O que embasa o viver-juntos é um projeto de futuro comum (GROS, 2018, p. 149).

As práticas insurgentes dos grupos estudados, assim, podem ser entendidas como reivindicações cidadãs voltadas a acessar, de forma tangível, o direito à cidade, à moradia, ao uso dos espaços públicos, à possibilidade de fazer parte das discussões sobre o planejamento da cidade, em contextos nos quais esses são negados. Agregam um componente de mudança do *status quo* que confronta situações existentes, com as quais a coletividade não pode se conformar, reivindicando novos espaços através de propostas alternativas que buscam outros modelos para se pensar a cidade.

Frente aos problemas urbanos e às dificuldades impostas pelo modelo de cidade neoliberal, embora exista uma forte ênfase no conflito, a ação dos grupos e movimentos nem sempre ocorre de forma totalmente oposicional ao Estado. A análise das experiências mostra que existem momentos de cooperação crítica com esse. Alguns autores corroboram essa perspectiva salientando que os grupos agem de forma mais complexa do que através de uma oposição exclusiva ao Estado, defendendo que a adoção de estratégias múltiplas pode ser benéfica para a ação coletiva (MITLIN, 2008; IBABAO, 2013; WATSON, 2014; MITLIN, 2018), o que se verifica em algumas experiências estudadas na pesquisa.

A experiência da Vila Autódromo, por exemplo, mostra um planejamento fortemente oposicional ao projeto de cidade proposto pela Prefeitura, mas existem momentos e instâncias com as quais a comunidade desenvolveu parcerias para defender seus interesses, a exemplo da articulação com a Defensoria Pública ou do uso de iniciativas governamentais para se fortalecer (como no programa do governo estadual de regularização fundiária existente nos anos 1980). Na atuação da HPFP ao longo dos anos, também existem exemplos de ações de colaboração crítica com instâncias locais, regionais, federais de governo incluindo acordos, ações de co-produção e colaboração relativas a questões específicas²⁶⁹.

²⁶⁹ Como reuniões com o governo nacional para discutir propostas de aquisição de terras e habitação social (garantindo apoio presidencial para o Fundo de Desenvolvimento Pobre Urbano), colaboração para identificar terras públicas (usadas para habitação social), discussão sobre programas governamentais de financiamento (VMSDFI, 2001); acordos coletivos (entre HPFP, Presidente, ONGs locais, Liga dos Prefeitos) para melhoria habitacional, disponibilização de terra, regularização fundiária, descentralização de programas de financiamento para baixa renda; ações de co-produção e parcerias com instâncias menores de governo (mapeamentos, contagens populacionais, projetos conjuntos de reassentamento, prestação de serviços em assentamentos, fundos de poupança com colaboração de agências governamentais) (YU, KARAOS, 2004; IBABAO, 2013).

Essa colaboração é aqui entendida a partir de uma perspectiva que pode incluir a vontade de compartilhar recursos (ideias, tempo, suporte técnico), tomadas de decisão (participativa) e de atingir resultados mutuamente acordados ou da criação de parcerias para promover mudanças (MAJUMDAR, 2006 apud IBABAO, 2013). A colaboração crítica, assim, não se baseia na aceitação das propostas do Estado, mas busca espaços em que é possível desenvolver processos não conflituais. A co-produção é entendida como uma forma de colaboração crítica, sendo adotada pelos grupos que tentam agir sem desafiar o Estado diretamente²⁷⁰. O termo traz implícito a noção de forte engajamento dos cidadãos e enfatiza o compartilhamento de processos, sendo usado para definir formas de engajamento Estado-sociedade. Essa pode ser voltada tanto à prestação de serviços quanto a melhorar a posição social e política dos grupos sociais (MITLIN, 2008; IBABAO, 2013; WATSON, 2014). Pode envolver co-produção, co-governança, co-gerenciamento, co-implementação (com os cidadãos envolvidos na produção), co-financiamento e co-aprendizado (MITLIN, 2018)²⁷¹. Como coloca Mitlin, a co-produção pode ser entendida como parte de uma:

[...] luta mais ampla por escolha, autodeterminação e relações políticas em nível meso, nas quais os cidadãos buscam um compromisso com o Estado, [...] e são orientados para autogestão e controle [de suas] necessidades básicas [...]. A co-produção, em vez de simplesmente uma maneira de melhorar a prestação de serviços, é uma estratégia para a população urbana de baixa renda organizada consolide sua base organizacional local e desenvolva capacidade de negociar com sucesso com o Estado tanto em políticas quanto em práticas (MITLIN, 2018, p. 560-561)²⁷².

Desta forma, a co-produção auxilia a fortalecer o posicionamento (social e político) de reivindicação de necessidades básicas e reconhecimento dos grupos (MITLIN, 2008; WATSON, 2011; IBABAO, 2013; MITLIN, 2018)²⁷³. Assemelha-se, assim, às estratégias propostas do planejamento comunicativo, pois ao invés de adotar uma abordagem mais radical de confronto, traz uma “abordagem incremental, evolutiva e de aprendizado social para mudar as ações do Estado em direções específicas e garantir ganhos para grupos ou locais

²⁷⁰ Ações de co-produção já foram também identificadas na atuação de outros grupos (ver MITLIN, 2008; WATSON, 2014; MITLIN, 2018).

²⁷¹ A co-produção pode compreender, por exemplo, ações voltadas ao mapeamento, monitoramento, planejamento, elaboração de projetos, gerenciamento, entrega de serviços, atenção primária à saúde, provisão habitacional etc. (IBABAO, 2013; MITLIN, 2018). Pode ser usada, assim, como alternativa para comunidades de baixa renda conquistarem melhorias nos ambientes onde vivem, quando os governos não são capazes de prover terra ou serviços (WATSON, 2014). Esses acordos em países do Sul Global tendem a ser indefinidos, informais e constantemente renegociados (MITLIN, 2008; IBABAO, 2013).

²⁷² Tradução da autora do original em inglês: “broader struggle for choice, self-determination and meso-level political relations in which citizens both seek an engagement with the state [...] and also are oriented towards self-management and local control over local provision in areas related to basic needs [...]. Co-production, rather than simply a route to improve service delivery, is a strategy for the organized urban poor to consolidate their local organizational base and build capacity to negotiate successfully with the state on both policies and practices” (MITLIN, 2018, p. 560-561).

²⁷³ Mitlin (2018) coloca, por exemplo, que a *Slum/Shack Dwellers International – SDI*, ONG que dá apoio à HPFP e outras comunidades de baixa renda ao redor do mundo, entende que só o reclamar e se opor ao Estado não é suficiente, sendo preciso aprender a negociar soluções com esse. Práticas de co-produção são, assim, muitas vezes incentivadas e ONG ajuda os grupos a articular amplas redes internacionais de troca de experiências para auxiliar a colocá-los em posição de exercer maior poder de negociação (WATSON, 2014).

específicos”²⁷⁴ (WATSON, 2014, p.69). Alguns autores consideram a co-produção uma estratégia que os grupos podem utilizar para criar espaços em que seus membros assegurem relações com o Estado que permitem tanto atender a necessidades imediatas como negociar benefícios futuros (MITLIN, 2008; IBABAO, 2013; MITLIN, 2018). Para Ibabao (2013), a co-produção pode contribuir para que os grupos se tornem mais “visíveis” para o Estado, abrindo precedentes para negociar mudanças futuras, sendo uma estratégia por vezes importante para grupos em situação de pobreza. Membros de um dos grupos estudados por Ibabao (2013) relatam que quando eles se envolveram em co-produção (com instâncias locais e nacionais de governo), a motivação imediata era encontrar soluções de baixo custo para que pudessem pagar por serviços de saneamento; mas, como objetivo mais amplo, tentavam demonstrar que tinham capacidade de colaborar efetivamente com o Estado para resolver problemas comuns, auxiliando a ampliar o reconhecimento do grupo por parte das instâncias hegemônicas. A adoção da co-produção, entretanto, não exclui o uso de outras práticas, pelo contrário, em especial para grupos em situação de vulnerabilidade social que tendem a adotar práticas híbridas de ação (MITLIN, 2008; IBABAO, 2013; WATSON, 2014; MITLIN, 2018).

Ao estabelecerem articulações diversas com o Estado alguns grupos entendem que melhoram as oportunidades de atendimento de suas reivindicações e de suas condições de negociação. Mitlin (2018, p.1), nesse sentido, coloca que práticas de conflito, subversão e colaboração “podem ser melhor entendidas como estratégias alternativas, adotadas simultânea e constantemente pelos movimentos sociais urbanos”. Ibabao (2013), ao entrevistar membros da HPFP salienta que os membros da Federação são instruídos pelos líderes da organização a evitar o uso de táticas confrontacionais, priorizando outras vias de negociação com o Estado, pois entendem que essas são mais eficientes para se fazer ouvir e demandar mudanças. Um dos membros do grupo relata:

Colaboramos com o Estado através da formulação de políticas e implementação na realocação, melhoria de favelas e promoção de nossos próprios esquemas de financiamento. Isso nos permite construir a capacidade de nossos líderes comunitários e permitir que o governo entenda e participe do que estamos tentando fazer. Ao trabalhar com o governo, temos oportunidades de buscar melhorias concretas. [...] Nossas demandas podem ter sido cumpridas com a realização de manifestações, mas não podemos nos engajar nessas atividades toda vez que tivermos problemas. Precisamos aprender a negociar. Precisamos praticar habilidades de negociação. Além disso, eles [funcionários do governo] podem não mais nos ouvir se nos virem segurando cartazes nas ruas e fazendo barulho²⁷⁵ (HPFP Regional Director apud IBABAO, 2013, p.99).

²⁷⁴ Tradução original em inglês: “an incremental, evolutionary and social learning approach to shifting actions of the state in particular directions and securing gains for particular groups or places” (WATSON, 2014, p. 69).

²⁷⁵ Tradução da autora do original em Inglês: “We collaborate with the state through policy formulation and implementation on relocation, slum upgrading, and promotion of our own financing schemes. These allow us to build the capacity of our community leaders and allow the government to understand and participate in what we are trying to do. By working with the government, we get opportunities to seek for concrete improvements [...] “Our demands may have been met by holding rallies but we cannot engage in these activities every time we have

Complementando, a autora coloca que mesmo que o grupo evite formas mais diretas de protestos contra o Estado, questionam agentes governamentais, priorizam parcerias com funcionários públicos de carreira (que mantem seus cargos mesmo com as trocas de gestão) e buscam persuadir esferas institucionais fazendo uso das parcerias internacionais e da influência que possuem em outras esferas governamentais. Situações específicas, como a necessidade de superação de desastres naturais, foram usadas como oportunidades para mudar conjunturas de apoio e forjar relações colaborativas, uma vez que a existência de fundos de poupança frente ao problema auxiliou em parte a resolvê-lo, tornando a percepção de órgãos institucionais mais favoráveis ao grupo²⁷⁶ (DODMAN; MITLIN; RAYOS CO, 2009). Trata-se do desenvolvimento de uma capacidade política, de negociação. Isso se dá em parte, pois o grupo entende que ao criar fundos de poupança e empréstimo, promover atividades educacionais e propor modelos alternativos de habitação, desafiam mais fortemente o *status-quo* e empoderam suas comunidades, o que pode acarretar em transformações futuras identificadas como tendo maior potencial de melhorar as condições de vida de seus membros.

A história da organização *Ciudad Viva* (Chile) também mostra, diferentes momentos na forma de atuação em relação ao Estado. A ação inicial (movimento *Coordinadora*) era de oposição a um projeto proposto pelo governo; mas ao se envolver em novos projetos e se transformar na organização comunitária *Ciudad Viva* buscam, em diferentes momentos, estabelecer práticas colaborativas, inicialmente, com alguns governos de bairro e posteriormente com outras instâncias de governo, quando o grupo já possuía um reconhecimento maior²⁷⁷. Lake Sagaris, uma das fundadoras do movimento *Coordinadora* e ex-diretora da organização *Ciudad Viva*, ao ser entrevistada, fala um pouco desse processo. Ao ser perguntada sobre os aspectos que gostaria de destacar em relação ao grupo, ela ressalta a importância de uma atuação independente e de tomarem posições com base em ações e políticas (evitando filiações a visões partidárias) o que abre espaço para alavancar colaborações com algumas instâncias governamentais. Ao ser questionada se essa colaboração foi potencializada pelo fato de os agentes já possuírem um reconhecimento por parte do Estado, a pesquisadora concorda e aponta aspectos positivos do processo:

problems. We must learn to negotiate. We need to practice negotiation skills. Besides, they [government officials] may not listen to us anymore if they see us holding placards on the streets and making some noise” (personal communication, 7 October 2009) (HPFP Regional Director apud IBABAO, 2013, p.99).

²⁷⁶ Possuir relações com distintos níveis de governos auxiliou-os a serem reconhecidos mesmo em contextos de governos mais hostis (DODMAN; MITLIN; RAYOS CO, 2009). Ser capaz de criar e gerir recursos próprios, agregar muitos membros, capacitá-los e desenvolver ideias pró-ativas voltadas a solução de problemas ajudou a garantir o reconhecimento, ainda mais frente ao fato de que muitas vezes “comunidades de baixa renda são vistas como sem ideias, habilidades, sem nada a oferecer e sem poder de barganha enquanto grupo” (VMSDFI, 2001, p.78).

²⁷⁷ Essas incluem parcerias com governos em nível local e metropolitano: Remodelação da rua *Pío Nono* (2001-2008); parceria com departamentos de planejamento municipal, o Ministério da Habitação e do Planejamento Urbano e com o governo regional na criação do Manual de Desenho Urbano para o Transporte Ativo, bem como articulação com o governo regional e o Ministério Nacional de Transporte na organização e implementação de mesa redonda nacional de planejamento participativo, etc.

Éramos [Coordinadora] politicamente diversos e independentes. Assumíamos e assumimos [Ciudad Viva] posições com base em ações e políticas, não em personalidades ou afiliações de líderes políticos. Usamos essas características para alavancar colaborações significativas com os prefeitos de Providencia e Recoleta em particular (projeto Bellavista Pio Nono) e uma ampla coalizão de governos locais (planejamento urbano com ciclo inclusivo), juntamente com o governo regional e a ONG internacional Interface for Cycling Expertise. E, sim, tornou-se melhor trabalhar conosco, como ocorreu com a mesa redonda de ciclismo, que posicionou o ciclismo com muito sucesso como um grande benefício urbano²⁷⁸ (LAKE SAGARIS – Entrevista realizada em 2019).

As iniciativas artísticas e culturais do coletivo PI e dos Festivais do BxC (São Paulo adotam uma postura menos conflitual em relação ao Estado, criando insurgências contra projetos e agindo de forma independente. Embora suas ações sejam primordialmente voltadas ao curto prazo, dada a efemeridade de suas práticas, estimulam a reflexão sobre novos usos do território, a exemplo do que ocorre em outros contextos.

Percebe-se, assim, que em alguns casos há um claro posicionamento político crítico e estratégico na atuação de alguns grupos, avaliando quando é necessário fazer oposição direta ao Estado, quando há possíveis arenas para dialogar e estabelecer colaboração crítica²⁷⁹ (espaços convidados que podem/devem ser utilizados²⁸⁰) e quando é necessário criar espaços (frente à ausência dos formais). Desta forma, por meio de ações diversas confrontam processos, propõem alternativas e estimulam a pensar um planejamento que possa ser mais humano e inclusivo. Embora as informações coletadas não sejam suficientes para afirmar como os grupos assumem esta atitude mais política para se posicionar, acredita-se que essa venha da experiência e do aprendizado acumulado com a ação coletiva. Ao mesmo tempo, considera-se a possibilidade de que a colaboração crítica seja possibilitada a alguns desses grupos pelo fato de eles já terem conquistado algum reconhecimento por parte do Estado.

A Figura 26 sumariza práticas desenvolvidas pelos grupos e movimentos analisados na pesquisa, agrupando-as conforme seu horizonte temporal e a relação com o Estado. Vê-

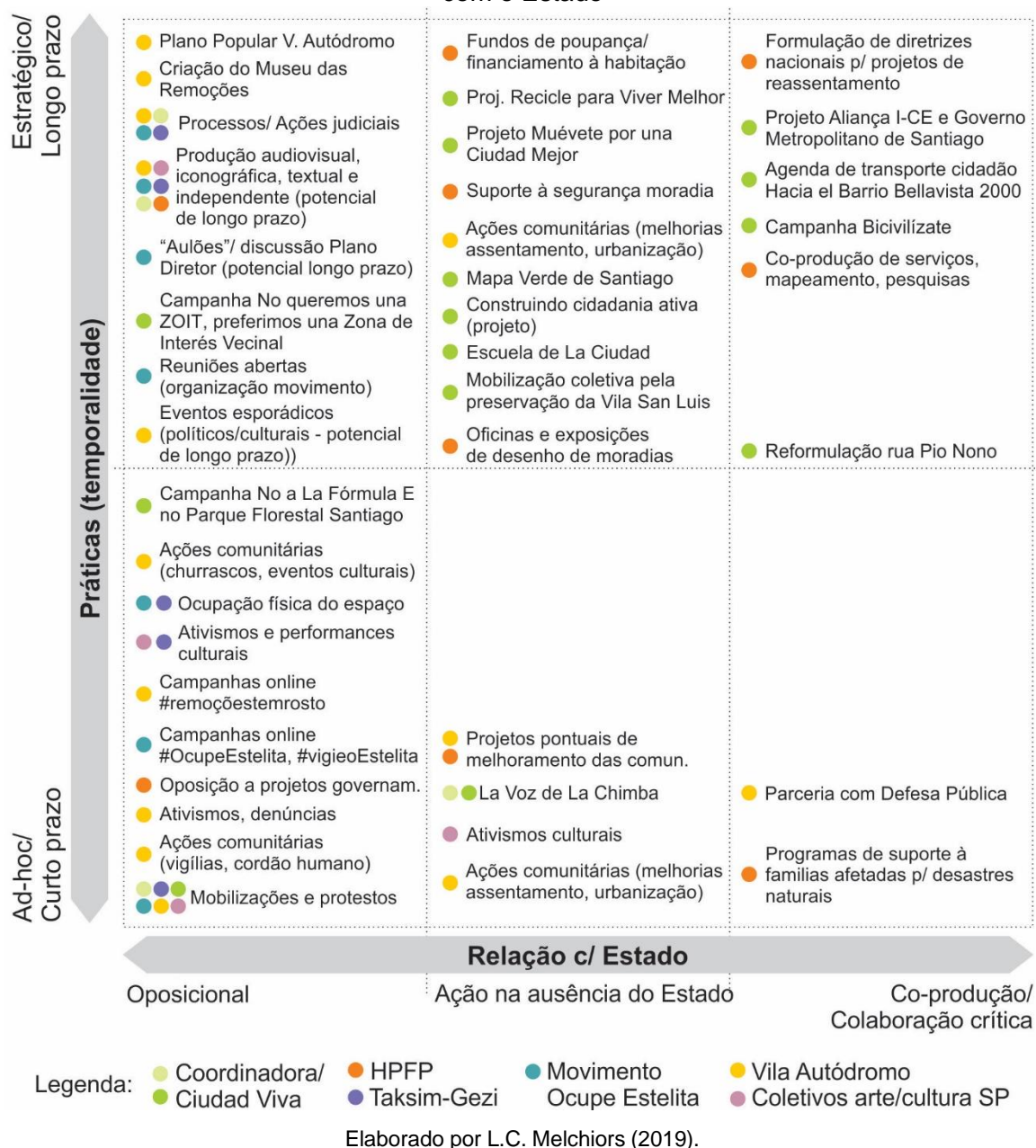
²⁷⁸ Tradução da autora do original em inglês: “We were politically diverse and independent. We took and take positions based on actions and policies, not personalities or affiliations of political leaders. We used these characteristics to leverage significant collaborations with the mayors of Providencia and Recoleta in particular (Bellavista Pio Nono project) and a broad coalition of local governments (cycle-inclusive urban planning), along with the regional government and the international NGO, Interface for Cycling Expertise. And yes, it became better to work with us, as occurred with the cycling roundtable, which very successfully positioned cycling as a major urban benefit” (Lake Sagaris – Entrevista realizada em 2019).

²⁷⁹ Freitas (2017), por exemplo, estuda a Região do Grande Bom Jardim, em Fortaleza, e ressalta a complexidade de ação da rede comunitária que construiu uma agenda política própria analisando quando criar processos de cooperação com o Estado e quando se ausentar e se opor ao mesmo. Por meio de protestos, encontros periódicos, promoção de cursos de formação, atividades de monitoramento (comitês temáticos de avaliação de políticas públicas) e ações proativas envolvem gestores públicos (chamados a responder questões identificadas nos relatórios dos comitês temáticos). Em 2012, frente à eleição municipal, organizaram evento chamando os candidatos municipais para ouvir a plataforma de lutas comunitárias e assinar documento se comprometendo a honrá-las, caso eleitos (FREITAS, 2012). Internacionalmente, Sweet and Shakars (2010), relatam insurgências realizadas por comunidades indígenas na Rússia que não foram nem lineares nem completamente oposicionais, existindo uma aceitação seletiva da identidade e da cultura não indígena impostas pelo Estado.

²⁸⁰ Tendo em vista que a participação em espaços convidados pode ser usada para legitimar práticas contrárias aos interesses dos grupos.

se uma ênfase em práticas de oposição e uma ação colaborativa exclusiva de alguns dos grupos. Se a oposição é um meio para garantir conquistas de curto prazo, permitindo responder a pressões imediatas (remoções, demolição de edifícios), no longo prazo a ação independente e a capacidade de forjar processos de colaboração crítica podem permitir aos grupos buscar influenciar mudanças mais duradouras (ampliação da reflexão sobre as temáticas defendidas, capacitação de novos agentes) e ampliar o atendimento de suas demandas, seja através de meios próprios ou da criação de espaços para participar da elaboração de políticas e do planejamento urbano.

Figura 26 – Práticas desenvolvidas pelos grupos segundo sua temporalidade e sua relação com o Estado



A análise do quadro reforça ainda a diversidade de práticas utilizadas pelos grupos para agir de forma a influenciar a produção do território. Apontam também para possíveis relações com questões culturais e formas distintas de orientação política da ação coletiva de cada grupo. Os coletivos estudados, por exemplo, têm uma atuação primordialmente baseada na efemeridade, enquanto outros grupos têm ênfase no longo prazo (*HPFP*, *Ciudad Viva*). Outros tem ações voltadas a ocupar espaços em que o Estado se ausenta (Vila Autódromo, HPFP). Vê-se ainda transformações ao longo do tempo (mudanças de processos opostos a práticas de colaboração crítica). Nesse sentido, cabe ressaltar que a existência de ações colaborativas em um momento, não invalida a possibilidade de que outros as relações com Estado sejam conflituosas, como se observou no caso do movimento *Coordinadora/ Ciudad Viva*.

A partir da leitura de Ribeiro (2015), se pode pensar também que a natureza mais conflitual de alguns dos processos pode ser uma expressão da diversificação da estrutura social de cada contexto. Assim, manifestar a oposição, o conflito, pode significar trazer à tona falas da população que estão sendo anuladas no processos de produção do território e do planejamento (combatendo a noção de consenso que vem trazia pela cidade mercadoria neoliberal).

5.3. ANALISANDO RESULTADOS E DESDOBRAMENTOS ALCANÇADOS COM AS EXPERIÊNCIAS

Frente à inadequação de premissas, políticas urbanas e do planejamento institucionalizado que instiga cidadãos a agir para reivindicar direitos e demandar espaços de participação nas discussões sobre a produção da cidade, cabe avaliar o que é conquistado com a ação coletiva. Os resultados e desdobramentos das experiências estudadas não são os mesmos, mas permitem que se identifiquem pontos centrais que serão discutidos a seguir.

a) *Transformações físicas de espaços urbanos objeto da ação coletiva*

No campo material, resultados alcançados incluem transformações físicas no território, dadas pelas práticas coletivas de melhoria de assentamentos precários (plantio de vegetação, construção de equipamentos e redes de infraestrutura, qualificação de espaços públicos etc), pelo fazer-cidade (*city-making*) ou através de ações de mutirão e urbanismo tático (mobiliário, desenho urbano).

Frente a inação e/ou incapacidade do Estado de promover as mudanças demandadas por esses grupos e movimentos, suas práticas insurgentes buscam materializar alternativas. Experiências como a da Vila Autódromo, da HPFP e da *Ciudad Viva* ilustram melhorias no território (algumas mantidas apenas por algum período de tempo), bem como na condições

de qualidade de vida dos locais objeto da ação coletiva. Nos dois primeiros casos, estas melhorias têm alta relevância dadas as condições de vulnerabilidade social de ambos os grupos. Essas intervenções coletivas no meio físico têm também potencial de reforçar as relações simbólicas que os grupos possuem com o território, como se discutirá na sequência.

b) Contribuição para retardar/Impedir a implantação de projeto/obra ao qual se opõem

Ainda no campo material, foram alcançados avanços em algumas das experiências no sentido de impedir, ou ao menos retardar, a construção de projetos aos quais as coletividades se opunham. A ação coletiva, se muitas vezes não é suficiente para impedir a construção desses projetos, ao menos conquista melhorias e impulsiona que sejam criados espaços de discussão sobre questões que envolvem a produção do território e o planejamento da cidade.

O movimento *Coordinadora*, no Chile, por exemplo, entendendo que a implantação da *Costanera Norte* contribuía para a descaracterização de bairros singulares, se conseguiu retardar sua construção, foram ampliados espaços de participação institucional e conquistadas modificações no projeto original da rodovia. Outros grupos, para impedir a construção de empreendimentos voltados primordialmente à valorização imobiliária também alcançaram conquistas. A Ocupação da Taksim Gezi, na Turquia, foi capaz de impedir que aquele espaço público simbólico da cidade fosse privatizado tornando-se um shopping center. No Brasil, a ação de coletivos de arte e cultura Política do Impossível e os festivais do Baixo Centro no centro de São Paulo auxiliaram a criar um cenário de reflexão contra a implantação do Projeto Nova Luz, embora não se possa precisar o quanto esses de fato influenciaram o processo. As ações do Movimento Ocupe Estelita, por sua vez, conquistaram algumas alterações no Projeto Novo Recife e retardaram a construção desse até o momento, como relata um dos entrevistados:

Atribuo à força dos movimentos sociais os ajustes de redesenho [do projeto], ainda que não tivessem contemplado o conjunto das reivindicações do que se desejava. [...] Mas há que se considerar os ganhos conquistados pelo Movimento nesse processo. Não por acaso, a implantação se arrasta desde 2012 e hoje, em 2019, ainda não foi erguido nenhum dos edifícios propostos, embora já estejam tramitando legalmente os processos de licenciamento. Este “incômodo” causado pelo Movimento aos gestores da cidade, mostrou que não será mais possível se impor intervenções de grandes empreendimentos como o Novo Recife, sem que se discuta abertamente com a população sobre os destinos da cidade (Pesquisador A – Entrevista realizada em 2019).

Considerando que vários desses projetos, aos quais os grupos e movimentos se opõem, são empreendimentos que buscam alto retorno financeiro e são propostos com agentes com significativo poder, e recursos, para influenciar a produção do urbano, conseguir retardá-los, a partir da ação emergente, já possui em si um valor.

No caso da Vila Autódromo, embora a maior parte dos moradores tenha sido removida da área, a permanência de algumas famílias pode ser vista como um avanço frente a pressão imobiliária para retirar os moradores daquela área. Uma das entrevistadas relata essa conquista da comunidade frente aos interesses hegemônicos:

Desde a década de 1990 esse espaço, que ficava à margem do mercado imobiliário formal, começa a ser alvo da especulação... O que vemos é uma dubiedade: primeiro essas pessoas são empurradas para áreas distantes dos centros urbanos e, depois à medida que essas áreas começam a ser cobiçadas, a ocupação passa a ser criminalizada [...] Acho que, apesar da redução enorme da sua área e do número de famílias removidas, a permanência da Vila Autódromo após COPA e Olimpíadas, que era inconcebível pela Prefeitura, pelos agentes imobiliários, foi uma derrota significativa para estes setores. É difícil chamá-la de vitória porque lideranças muito importantes para a luta tiveram que sair nesse processo e foi muito doloroso, mas ao mesmo tempo a pedra no sapato continuou ali. Foram 20 famílias que conseguiram a urbanização de uma rua e a promessa da prefeitura de reconstruir a Associação de Moradores com espaço inclusive para o Museu das Remoções (Marcela Munch Silva – Entrevista realizada em 2019).

A permanências dessas famílias assim é uma demonstração da força da luta comunitária, que mesmo fragilizada conseguiu marcar uma posição no território. Nesse processo de disputa pela transformação das lógicas de planejamento da cidade, os ganhos não se limitam só a dimensão material, mas passam a se articular a resultados políticos e sociais dados pela mobilização dos grupos, como se vê a seguir.

c) A cidade como arena estratégica para o desenvolvimento de novas cidadanias insurgentes

Quando os grupos e movimentos passam a se manifestar ampliando os espaços de discussão e reflexão sobre a cidade, ocupando fisicamente seus espaços públicos, criando novos locais de encontro e de sociabilidades (com práticas coletivas, atividades e ativismos culturais de contestação), ajudam a transformar a cidade em uma arena estratégica que, como coloca Holston (2016), pode se tornar palco para o desenvolvimento de novas cidadanias insurgentes. O enfrentamento das questões urbanas passa, assim, a ser visto não a partir de um olhar apenas de necessidade (acesso à moradia, transporte, serviços), mas sob uma perspectiva de reivindicar um direito de fazer parte da própria cidade, de construir e planejar essa cidade, envolvendo resultados de atingem as dimensões política e social.

Um dos entrevistados relata a importância do Movimento Ocupe Estelita nesse sentido, mostrando que novas reivindicações passaram a ser demandadas a partir do contexto de discussão, de “participação” e de “fiscalização” criado pelo MOE:

Filtradas pelo Estelita, inúmeras outras demandas sociais afloraram, como as reivindicações por moradia popular que extrapolam o Estelita. Esta “onda” de participação e fiscalização da cidade pela sociedade civil representada por esses grupos, também se manifestou nos protestos que embalaram os discursos de

proteção de exemplares da arquitetura ameaçados de extinção, que inclusive, foi muito bem explorado pelo cineasta pernambucano Kleber Mendonça, no filme Aquarius (Pesquisador A – Entrevista realizada em 2019).

Ao mesmo tempo, essa luta vai sendo reforçada pela rede de apoiadores, tanto ao Estelita, quanto a outras causas urbanas com as quais os agentes passam a se envolver:

[...] os Direitos Urbanos passam a subsidiar em Recife um discurso que consegue converter pautas pontuais – mobilidade, segurança, equipamentos culturais etc. – em uma discussão sobre a cidade que concatena todas essas pautas num único projeto. A luta por uma cidade justa e que privilegie a vida em coletividade passa a ser em rede porque acontece nas redes sociais (mídias sociais da internet) e porque forma uma rede complexa de múltiplos e bem capacitados agentes políticos, que não apenas apresentam soluções técnicas alternativas ao modelo tradicional como também mostram o viés político de toda discussão técnica (ANDRADE M OLIVEIRA, 2014, p.113).

Érico Andrade lembra que, ao longo do tempo, da luta inicial em defesa do cais Estelita, a discussão foi ampliada passando a englobar a própria cidade como um objeto de direito e desencadeando um debate maior sobre o plano diretor do município:

o Movimento Estelita e os Direitos Urbanos conseguiram fazer algo revolucionário na cidade, que foi trazer o debate sobre o Direito à Cidade à tona, ou seja, a gente publicitou a importância de discutir, por exemplo, o Plano Diretor da cidade. Então isso passou a ser uma pauta de esquerda e uma pauta central dos movimentos sociais aqui em Recife e eu acho que os Direitos Urbanos tem uma parcela importante nessa mudança, pelo menos aqui na nossa cidade, e em vários lugares também, terminou que esta ideia dos Direitos Urbanos permeou outros lugares também do Brasil, e o ponto central é tentar entender a cidade como um objeto de direito, e um direito especialmente importante porque é um direito que congrega vários direitos ditos fundamentais do ser humano. Então o direito à moradia, o direito à dignidade, ao prazer, ao direito de ir e voltar, tudo isso está diretamente relacionada com o direito à cidade. Então o Direitos Urbanos e o Movimento Ocupe Estelita construíram uma nova pauta política e hoje em dia qualquer discussão sobre o Plano Diretor, discussão sobre a cidade, já não pode mais se fazer sem a presença desses movimentos sociais... pra você ter ideia, o Direitos Urbanos tem agora uma cadeira cativa no Conselho da Cidade (ERICO ANDRADE OLIVEIRA – Entrevista realizada em 2019).

Dessa forma, a partir da defesa inicial do território, foi gerado um processo maior, relacionado ao planejamento da própria cidade e que impactou o sistema institucional, uma vez que o grupo Direitos Urbanos conquistou espaço no Conselho da Cidade. David Harvey fez uma colocação simbólica nesse sentido, ao visitar o cais Estelita em 2014, quando ressaltou a importância da vivência coletiva do espaço público como forma de desenvolver solidariedades e de *praticar* o Direito à Cidade:

As únicas pessoas que vão defender o seu direito a esta cidade são vocês [...] E eu creio que os tipos de solidariedade que podem ser construídas, valem a pena por si só, porque vivemos numa sociedade que é cada vez mais individualista, mas quando

trabalhamos juntos, a experiência é muito mais satisfatória²⁸¹ (REVISTA O GRITO, 2014).

Similarmente, outras experiências trazem essa perspectiva de reivindicar direitos urbanos. A luta da Taksim Gezi se assemelha bastante a do MOE, fazendo uso de práticas culturais e da ocupação física do espaço para demandar o direito à cidade. No caso da Vila Autódromo, a defesa do direito à moradia se mistura ao esforço de marcar presença no território, para expressar seu direito a ocupar a própria cidade (manifesto através de ações do Museu das Remoções, de campanhas criativas, do próprio Plano Popular). Uma das entrevistadas relata a importância do Plano Popular como instrumento de luta que expressa as reivindicações da comunidade e mostra que a cidade é um espaço de dissenso:

Essa disputa pela forma de encarar o espaço já tem um ensinamento muito grande. Os moradores junto com a Universidade construíram ali também um plano popular de urbanização que foi um instrumento de luta muito forte na narrativa deles ... pois além do argumento do direito legalmente garantido, o plano demonstrava que a opção pela permanência era muito menos custosa do que a remoção dos moradores que não queriam ir para o Minha Casa Minha Vida. Apesar do esforço da Prefeitura em apresentar o condomínio do MCMV como uma proposta irrecusável de vida urbana, como a possibilidade de viver em apartamentos em condomínios com salão de festa, parquinhos, muitos moradores preferiam continuar vivendo o cotidiano da forma que viviam. Acho que essa própria disputa de modos de vida e esse instrumento de que eles se apropriaram, que foi o plano popular, denuncia muito que esse consenso do planejamento urbano não existe, é um consenso que esconde autoritarismos, então eu acho que a luta da Vila Autódromo é muito importante também para visibilizar essa disputa por concepções do planejamento (Marcela Munch Silva – Entrevista realizada em 2019).

O coletivo de arte Política do Impossível, de forma lúdica, também usou o espaço público com arena para não apenas questionar propostas, mas ativar subjetividades e instigar a reflexão sobre o que é “invisível”, “sonhado” (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008), procurando romper relações estabelecidas e abrir espaço para novos futuros.

Lake Sagaris, por sua vez, ao ser entrevistada, ressalta a importância da ação coletiva cidadã para auxiliar um planejamento contemporâneo em crise, que precisa se tornar mais humano e responder aos desafios contemporâneos:

A Coordenadora e sua criação, Ciudad Viva, demonstraram a capacidade dos cidadãos de acrescentar perspectiva, riqueza, habilidades e inovações essenciais às instituições e processos de planejamento urbano em crise devido a anos de regime autoritário. Isso requer a geração da "infraestrutura cívica" para que essas organizações evoluam e floresçam, um passo que ainda não foi dado no Chile. Gerar esses recursos é cada vez mais urgente em um mundo ameaçado pelo risco climático,

²⁸¹ O vídeo (A participação do geógrafo David Harvey no #OcupeEstelita) está disponível em Revista O Grito (2014) – <http://revistaogrito.com/david-harvey-ocupe-estelita/>.

*perda de biodiversidade e desafios de equidade e inclusão política*²⁸² (LAKE SAGARIS – Entrevista realizada em 2019).

Seguindo uma interpretação semelhante, ao analisar o processo de oposição ao projeto da *Costanera Norte* (ao qual a *Coordinadora* se opunha), Rojas (2013), traz uma discussão interessante sobre a perspectiva de direitos. De um lado, o direito à liberdade individual, liberdade econômica e de circulação com bens privados (automóvel), buscando se afirmar com a proposta da rodovia, posição que se torna hegemônica frente ao contexto neoliberal. De outro, uma perspectiva que propõe um alinhamento à noção de justiça, de solidariedade e ao direito a um ambiente livre de contaminação ambiental. São visões distintas de modelos de cidade e de concepção de direitos. Porém, considerando-se que o projeto foi marcado pela ausência de discussão com a população, não é possível esperar que essa possa escolher entre uma ou outra opção uma vez que não tem acesso a todas as informações e pode desconhecer seus reais efeitos na cidade. Como avaliar os diferentes lados de um dado recorte da cidade se os processos não são abertamente discutidos? Essa falta de clareza, porém, é muitas vezes a estratégia usada pela articulação Estado-mercado, mantendo uma sociedade desinformada e passiva, incapaz de questionar os processos e de imaginar outras possibilidades além das que lhe são apresentadas.

As ações de muitos grupos, coletivos e movimentos estudados, portanto, se tornam relevantes, pois são frequentemente marcadas pelas tentativas de ampliar as discussões sobre esses processos. Ao trazerem alternativas ao modelo hegemônico, abrem também espaços para se pensar novas perspectivas, imaginar novos futuros.

d) Influência direta na política pública/planejamento a partir de práticas emergentes (leis, planos, mudanças em processos institucionais, ampliação de canais participativos/ de negociação)

Grande parte dos grupos e movimentos investigados atuam para pressionar o Estado frente a propostas de transformações do território que são expressões da articulação Estado-Capital. Nesse contexto, agem tanto para criar documentos independentes de contestação quanto para impulsionar mudanças em leis, planos, processos institucionais, que podem impactar o *locus* dos conflitos, a cidade, bem como podem influenciar novos contextos.

De formas distintas, todos os grupos abordados conquistaram alguns avanços nesse sentido. A atuação do movimento *Coordinadora*, seja através de sua mobilização ou da

²⁸² Tradução da autora do original em inglês: “The Coordinadora and its creation, Living City, demonstrated citizens' capacity to add perspective, richness, skills and essential innovations to urban planning institutions and processes in crisis due to years of authoritarian rule. This requires generating the "civic infrastructure" for these organizations to evolve and flourish, a step that has not yet been taken in Chile. To generate these resources is increasingly urgent in a world threatened by climate risk, loss of biodiversity and challenges of equity and political inclusion”.

produção de relatórios, livros e periódicos independentes que discutiam sistemas alternativos de transportes, auxiliou a influenciar a opinião pública e a pressionar o poder público, conquistando espaços novos institucionais de participação (embora incipientes) e influenciando mudanças no traçado original da rodovia. Posteriormente, o grupo *Ciudad Viva* conquistou espaços para influenciar a produção do urbano a partir de atividades independentes nas quais desenvolveu processos colaborativos com instâncias de governo. A HPFP, por sua vez, abriu caminhos para influenciar transformações em seu favor a partir de processos de co-produção com o Estado. No caso da Taksim Gezi, ao impedir a destruição do parque, o movimento obrigou modificações no plano metropolitano que previa a transformação da área. O Movimento Ocupe Estelita, por sua vez, conquistou mudanças no projeto inicial proposto para o local (embora bastante incipientes) e conquistou cadeira no grupo Direitos Urbanos do Conselho da Cidade do Recife. No caso da Vila Autódromo, a permanência de algumas famílias na área representa também algum avanço no sentido de mudar as propostas públicas previstas para aquele local.

Vê-se que muitas vezes, os avanços parecem pequenos, embora não possam ser desconsiderados frente a assimetria de poder de caracteriza muitos desses processos. Ao mesmo tempo, essa disputa é muitas vezes bastante conflitual, como expressam as manifestações de violência policial excessiva contra manifestantes da Taksim Gezi, do MOE ou da Vila Autódromo.

Nesse processo, a criação de contra-documentos, pode ser uma estratégia usada para pressionar mudanças no planejamento e nas políticas públicas. No caso da Vila Autódromo, o Plano Popular desenvolvido pela comunidade, em um contexto bastante desfavorável dadas as pressões exercidas pela prefeitura para remover os moradores, foi usado como instrumento de contestação de poder, legitimado como instrumento técnico, e fundamental para fortalecer sua luta coletiva em defesa de seus direitos.

Outra demonstração desse potencial de influenciar regramentos e sistemas institucionais é visto na atuação de coletivos voltados à defesa do Parque Augusta em São Paulo. Nesse caso, a ação de grupos de classe média voltadas a reivindicar à consolidação da área como espaço público culminaram com a aplicação de instrumento urbanístico previsto no Estatuto da Cidade:

No caso do Parque Augusta [...] a luta do grupo levou a municipalidade a usar pela primeira vez um instrumento urbanístico, a transferência de potencial construtivo, na desapropriação de terreno em uma ZEPAM (Zona Especial de Proteção Ambiental). Essa decisão abriu um precedente de grande valor para a cidade, já que hoje temos muitos terrenos privados em ZEPAMs que poderão ser desapropriados por meio do mesmo instrumento (Paula Hori – Entrevista realizada em 2019).

Como bem ressalta Paula Hori em sua entrevista, essas conquistas não representam apenas um ganho para aquele contexto, mas inspiram e estimulam outros grupos e movimentos a se manifestar e reivindicar direitos.

e) Abrindo caminhos para rebalancear relações de poder e conquistar o reconhecimento frente ao Estado e outras instâncias de poder

A partir dos tópicos anteriores, já é possível entender que a ação dos grupos e movimentos emancipatórios busca rebalancear relações de poder. Para alguns as conquistas ao longo do tempo trouxeram também o reconhecimento por parte do Estado. Avanços como a criação de legislações ou a abertura de canais institucionais mostram que as ações dos grupos e movimentos podem ser capazes de exercer pressão suficiente para serem reconhecidas pelo Estado, ou ao menos para abrir novos espaços de negociação junto a esse.

Quando o grupo Direitos Urbanos, forte apoiador do MOE, é chamado a participar do Conselho da Cidade em Recife, por exemplo, mostra que esse assumiu uma posição de destaque na discussão sobre o urbano que acabou tendo que ser reconhecida frente às instâncias oficiais. Um dos entrevistados comenta a importância que o MOE teve também para redirecionar novos processos, uma vez que *“os gestores da cidade estão conscientes que não é mais possível impor grandes intervenções que não sejam acordadas ou discutidas com a população”* (PESQUISADOR A – Entrevista realizada em 2019).

O reconhecimento por parte do Estado é observado ainda nas ações de colaboração crítica que a HPFP ou a organização *Ciudad Viva* desenvolvem com instâncias governamentais. Essas relações sugerem que esses grupos foram capazes de ultrapassar uma atuação centrada na oposição, possivelmente porque já haviam conquistado algum reconhecimento por parte de instâncias do Estado.

As experiências, entretanto, mostram relações de poder altamente desproporcionais, em especial quando se trata de grupos em situação de vulnerabilidade social. Como rebalancear esses processos? A articulação dos grupos e movimentos em redes sociopolíticas (por vezes transnacionais) combinadas às suas ações criativas e a exploração de múltiplos espaços (convidados e inventados) e de técnicas mistas (oposição, ação independente e colaboração crítica) parecem contribuir para esse processo, abrindo espaços para se buscar novos caminhos.

Porém, embora conquistem avanços, nem sempre são suficientes para garantir o atendimento das demandas da população. Cabe lembrar que, ao longo do tempo, agentes e lideranças podem ser cooptadas e processos podem ser desvirtuados e/ou apropriados por grupos hegemônicos para justificar seus interesses. Igualmente, o êxito de determinadas

ações no tempo não garante a permanência da conquista, pois se tratam de momentos no tempo que são parte de processos de constante negociação e disputa dos territórios.

f) Desenvolvimento e exercício de novas formas deliberativas e experimentações da democracia direta

Uma característica comum dos grupos e movimentos analisados se refere ao fato de que esses atuam para contrapor decisões hegemônicas e trazer alternativas aos processos/projetos aos quais se opõem. Assim, não apenas protestam e contestam, mas buscam outros modelos (para pensar a garantia de direitos básicos, o uso dos espaços públicos e os próprios processos decisórios).

O desenvolvimento de novas formas de organização, a partir de estruturas descentralizadas, flexíveis e rizomáticas (coletivos, organismos, movimentos sociais horizontalizados), da exploração de vivências coletivas (ocupações coletivas do espaço público), de processos autogeridos, do exercício de práticas discursivas participativas e de deliberação direta (assembleias descentralizadas, digitais e presenciais, redes de ajuda mútua), mostram experimentações que expressam desejos de reforçar o coletivo e de vivenciar processos de democracia deliberativa. São, assim, expressões de um planejamento insurgente que podem conduzir a novos caminhos para se pensar o futuro do planejamento.

g) Aprendizado, capacitação e reflexão dos agentes envolvidos nos processos

Um dos principais resultados dos grupos e movimentos estudados diz respeito ao aprendizado adquirido pelos agentes envolvidos nesses processos, que abrange diferentes campos. Inclui, inicialmente, a transformação do papel que esses assumem na defesa de seus interesses, migrando de uma posição passiva, cliente-impositiva, para outra ativa que busca com a ação coletiva impulsionar mudanças. Engloba o aprender sobre a história, a memória e a cultura do *locus* das reivindicações; impulsionadas pela vivência do espaço público e pela ampliação das discussões sobre a transformação desses espaços e da própria cidade. Muitos processos assim, contribuem para que as lutas passem a ser entendidas como relacionadas a conjunturas mais amplas, extrapolam o *locus* da ação inicial e atingem outras escalas de ação. Inclui, muitas vezes, uma ampliação de conhecimentos técnicos e de outros campos do saber dos agentes envolvidos gerado pelas trocas entre os diferentes agentes. Esse processo pode compreender também o aprender sobre técnicas de protesto, organização e mobilização social dado o engajamento nos ativismos, manifestações e ocupações. Por fim, o aprendizado passa também por entender que a própria atuação coletiva tem valor, poder e gera, tanto um aprendizado que é individual quanto coletivo.

Lake Sagaris, ao ser entrevistada, fala um pouco desse processo destacando não apenas a importância do aprendizado em si gerado pela experiência, mas o reconhecimento por parte de outras pessoas de que a organização poderia auxiliar outras realidades:

Houve muitos resultados e estes variam de acordo com quem você está falando. O mais significativo foi o profundo aprendizado social e coletivo das habilidades cidadãs e técnicas necessárias para participar de maneira mais eficaz do planejamento urbano. Houve muitos exemplos disso nos anos seguintes, principalmente no trabalho premiado da Ciudad Viva. Um resultado menos esperado foi o capital social e político, particularmente o reconhecimento da importância dessa experiência e a convicção, entre muitos observadores, de que ela deveria expandir e nutrir processos semelhantes nas cidades de todo o país [...] uma missão extremamente difícil de cumprir, por falta de recursos²⁸³ (LAKE SAGARIS – Entrevista realizada em 2019).

Ao vivenciar essa ação coletiva os agentes podem, assim, mudar sua perspectiva sobre o território, o planejamento, bem como modifica sua própria relação com a cidade. Alguns dos entrevistados relatam um pouco dessa transformação:

Eu costumo dizer que o Movimento [Ocupe Estelita] conseguiu uma vitória ímpar no Brasil, que foi conseguir parar um empreendimento imobiliário durante tantos anos... um empreendimento imobiliário milionário... e isso mostra uma vitória enorme e mostrou também para a gente que a gente tem um poder forte de mobilização. Eu acho que os Direitos Urbanos e o Movimento Ocupe Estelita fizeram algo interessante também no sentido de reunir, por exemplo, vários setores da sociedade... [...] então acho que foi um movimento que conseguiu agregar muita experiência política, então tem um aprendizado interno muito importante para as pessoas que dele participaram. Do ponto de vista da cidade, a cidade passou a entender que é importante discutir ela mesma, em outras palavras, a cidade passou a ser objeto de uma discussão política e de disputa política muito mais clara agora. Por que mais clara? Justamente porque a gente percebe que é importante discutir, por exemplo, Plano Diretor, etc. Então acho que o movimento do ponto de vista dos resultados, ele tem resultados por um lado internos, ou seja, um aprendizado de militância política de todas as pessoas que participaram dele; e, por outro lado, de ponto de vista externo, no sentido de que a cidade passa a entender a importância de discutir o caos e outros pontos importantes da cidade. [O MOE] deu clareza, pelo menos para um setor da classe média mobilizado do ponto de vista político e mais à esquerda, deu muita clareza para gente da importância de se debater a cidade e entender a cidade como um direito fundamental. Eu lembro também que o David Harvey, que é um importante pensador sobre a cidade e sobre a esquerda contemporânea, teve aqui conosco no Cais Estelita e participou de um debate aqui, em pleno cais, fez uma fala no cais e eu acho que isso mostra um pouco o poder de mobilização da gente que foi muito grande e que ainda é muito importante e ainda é central (ERICO ANDRADE – Entrevista realizada em 2019).

Eu percebo que a relação da comunidade [da Vila Autódromo] com o espaço urbano foi se transformando... tiveram várias etapas, a primeira etapa foi uma tentativa de permanência da forma que era a vila, com as mais de 600 famílias morando lá. Depois eles passaram a entender que era necessário fazer um plano de urbanização que eles fizeram com parceria com a UFRJ, o IPPUR [...]. Depois teve o período que eles moraram nos containers e agora o período de readaptação na cidade, nas novas

²⁸³ Tradução da autora do original em inglês: "There were many results and these vary according to who you are talking to. The most significant was the deep social and collective learning of citizen and technical skills necessary to participate more effectively in urban planning. There have been many examples of this in the ensuing years, particularly in the award-winning work of Living City. A less expected result was the social and political capital, particularly recognition of the importance of this experience and the conviction, among many observers, that it should expand and nourish similar processes in cities throughout the country. This has been an extremely difficult mission to fulfill, for lack of resources.

casas, que eles receberam em 2016 [...] Atualmente eu vejo que eles querem influenciar muito a construção de um espaço onde eles sejam reconhecidos como parte da cidade, que a vila seja reconhecida como parte da cidade. Então nas ações do Museu [das Remoções], como a que gente fez de ocupação da estação BRT, por exemplo, é uma ação importante nesse sentido [...] A mudança do nome da estação visa não só o reconhecimento da existência da vila, como também procura facilitar a vida da comunidade. [...] essas experiências todas tem um grande potencial para influenciar o planejamento urbano, pra se pensar melhor em como integrar essas comunidades ao espaço urbano como um todo [...] o movimento todo e os moradores principalmente buscam o reconhecimento deles no espaço urbano, como parte do espaço, e a luta deles é reconhecida por conta disso e influencia outras comunidades, por isso que é fundamental, para mostrar que eles podem existir enquanto outras coisas, outros projetos, também existem na cidade, que integrar é melhor do que desintegrar (Taisa Sanches – Entrevista realizada em 2019).

Essa transformação, ao longo do tempo, modificando visões sobre a realidade, alterando formas de agir, reavaliando metas, interesses, valores e crenças, se aproxima do aprendizado de ciclo duplo, proposto por Argyris e Schön (1978). A luta assim, muitas vezes não se destina mais a simples resolução do problema inicial, mas questiona os processos que dão origem aquele problema, abrindo caminhos para mudanças mais estruturais.

Ao mesmo tempo, cabe lembrar que, ao se relacionarem, os agentes trocam experiências, compartilham ideias, ideologias e desejos, surgindo oportunidades de “enxergar” e conviver com o “outro”. O conviver no espaço (com os diferentes) traz o potencial de descoberta do outro, permitindo, como coloca Zilá Mesquita (1995), que os sujeitos redescubram também a si mesmos. Interagir com o outro e com os processos de comunicação e colaboração propicia ser exposto a visões de mundo distintas, a pontos de vista distintos (CEFAI, 2009). Entender a realidade e os problemas dos demais, auxilia, portanto, a desenvolver a empatia, tão necessária frente ao individualismo crescente atual. Desse modo, ao interagir e negociar ações coletivas em prol de um objetivo maior desenvolve-se também processos de cidadania.

Esse conviver pode potencializar também religar, ao menos momentaneamente, solidariedade entre classes e grupos distintos. O pluralismo da ocupação Takim Gezi criou um movimento sem precedentes no país do qual, a partir dos esforços de convivência entre os diferentes se contribuiu para a superação de preconceitos anteriormente existentes²⁸⁴. Experiências como a do Movimento Ocupe Estelita ou do movimento *Coordinadora*²⁸⁵ também ilustram o amadurecimento individual de participantes dos processos.

²⁸⁴ Entrevistados por Ors e Turan (2015) relatam que antes da ocupação nunca haviam tido contato com situações ou pessoas de alguns outros segmentos/grupos da sociedade (ex. LGBT, religiões diferentes das suas etc.). As entrevistas trazem assim relatos de: “Até a Gezi, eu nunca” ... “participei de um protesto”, “tomei chá com uma pessoa gay”, “conhecia a história da Taksim”, “conheci um armênio” etc (ORS; TURAN, 2015).

²⁸⁵ No documentário *Vida Estelita*, participantes da ocupação de 2014 relatam a importância da experiência: “Eu vim para cá e desde então a minha vida mudou totalmente” ou “é muito válido para mim como pessoa. Vou levar essa experiência para o resto da vida” (MELO, 2016). Sagaris ao entrevistar integrantes do movimento *Coordinadora*, aponta que os participantes do movimento foram expostos a experiências não imaginadas inicialmente e que os capacitaram em diferentes aspectos: “Havia uma enorme variedade de pessoas, donas de

A noção de troca de informações e experiências que envolve um aprendizado social está diretamente ligada a ideia de planejamento insurgente defendida por Friedmann (2011). Se por um lado, o autor defende essa transformação social através do planejamento, Sandercock (1998) argumenta que as mudanças demandam tempo e surgem não através de grandes gestos, mas através de “mil minúsculos empoderamentos” que conseqüentemente podem levar a alterações maiores. Desse acúmulo de pequenas mudanças, de iniciativas de pequena escala, se constrói um aprendizado social que pode contribuir para que os agentes ganhem as habilidades políticas necessárias para auxiliar a mudar a sociedade (SANDERCOCK, 1998; FRIEDMANN, 2011; IBABAO, 2013).

h) Reforço de práticas coletivas colaborativas – (contracondutas de cooperação e compartilhamento frente à razão neoliberal individualista)

No atual contexto, um dos grandes avanços trazidos pela ação dos grupos e movimentos progressistas estudados é o reforço de práticas coletivas colaborativas. Frente ao cenário neoliberal, que dificulta a ação coletiva, impulsionando práticas individualistas e submetendo os indivíduos a um regime de concorrência que perpassa todos os níveis, o desenvolvimento de “capacidades coletivas” (unindo coatividade e codecisão) (DARDOT; LAVAL, 2016) se tornam de extrema relevância.

Ao explorar contracondutas de cooperação e compartilhamento, dadas pelo uso do espaço público como lugar de convívio com os outros, pela adoção de práticas de democracia direta para tomada de decisão (através de processos coletivos) ou pela criação de redes de solidariedade (locais e transnacionais), resiste-se à racionalidade neoliberal e se buscam novos modos de se pensar a construção das cidades e das relações humanas.

Essa noção de coletividade pode ser identificada nas estruturas de alguns dos grupos (horizontalizadas, rizomáticas), bem como nas ações e práticas por esses realizadas (atividades coletivas, busca de processos horizontalizados de tomada de decisão). Na ocupação da Taskim Gezi, por exemplo, o incentivo ao coletivo, a partir da criação de espaços de troca (sopa comunitária, biblioteca, hortas, espaços de estudos, workshops, práticas culturais e outros), de práticas solidárias (doação de alimentos, remédios) e da opção pelo uso de formas decisórias mais horizontalizadas (assembleias de decisão coletiva, uso de mídias sociais digitais para deliberação e outros) mostram buscas por novas formas de se associar e de reivindicar coletivamente mudanças no território.

casa sem nenhum conhecimento especial, pessoas como eu, um vendedor. Eu não tinha ideia de como lutar, como escrever uma carta para que fosse lida. Fui tremendamente enriquecido como pessoa” (SAGARIS, 2013b, p. 87).

Semelhantemente, o Movimento Ocupe Estelita, em comemoração aos cinco primeiros anos de resistência, além de uma série de atividades coletivas como música, oficinas e debates, propôs a reflexão “*Que lutas cabem no Cais? Quais são as resistências possíveis? Quais são as táticas necessárias?*”, cujas perguntas eram voltadas a serem discutidas coletivamente por participantes do evento. Ao mesmo tempo, ao usar o espaço público para criar atmosferas festivas coletivas, os grupos provocam modos alternativos de estar junto, de compartilhar experiências que evocam “coletividade, espontaneidade, criatividade e pluralidade das vozes”. (AKSAM, 2017).

A busca pelo reforço à coletividade se manifesta também na luta da Vila Autódromo A professora Regina Bienenstein, ao relatar o processo que norteou as discussões do Plano Popular do qual ela participou, faz questão de ressaltar essa questão:

A gente não discute nada individualmente, porque a tendência é tentar discutir individualmente. Se é para discutir o projeto, tem que ser no coletivo. Porque o coletivo tem como trabalhar as questões, tirar da defesa do interesse individual e levar para o coletivo. A questão da terra e da habitação não se leva individualmente, individualmente não se ganha nada. (apud SILVA, 2016, p. 138).

Essas experiências, assim, trazem um componente democratizador, um potencial inclusivo que busca força na diversidade dos agentes, no compartilhamento. Portanto, se por um lado a prática de dividir para conquistar é uma das tendências da territorialidade (SACK, 1983; SOARES JUNIOR; SANTOS, 2018; THE GREAT HACK, 2019) que bem se aplica à modernidade, ao facilitar que seja feita a desarticulação de estruturas e de configurações sociais facilitando a grupos hegemônicos manter seu controle sobre o território. Assim, as ações dos grupos e movimentos que buscam integrar (ao invés de desintegrar) são expressões importantes de contrapropostas à essa realidade.

i) O próprio capital social gerado pelos processos

Outra conquista trazida por várias das experiências analisadas é o próprio capital social construído pelos agentes envolvidos nos processos. Quando palavras e práticas de cada agente, individualmente, auxiliam o sucesso do grupo, contribuem para fortalecer também o capital social coletivo. Ao agir em prol de um objeto comum, conseguir gerenciar diferenças, aprender a negociar, aceitar o outro e trabalhar para manter as redes sociopolíticas, algumas mais duráveis, outras momentâneas, são geradas trocas materiais e simbólicas que dão origem a um capital social que é expresso pelos próprios movimentos.

j) Reflexão e proposição de alternativas frente à imposição do modelo neoliberal

No contexto atual, muitas das propostas governamentais às quais os grupos e movimentos estudados se opõem (sejam elas voltadas ao planejamento do território ou à implantação de projetos urbanos) são apresentadas como “a única solução possível” para aquele local. Assim, ao agir para impulsionar a reflexão sobre esses processos e mostrar que existem alternativas, os grupos contrapõem o discurso do plano ou projeto único, de consenso, mostrando que “outros futuros” são possíveis.

No caso do Projeto Novo Recife, por exemplo, impunha-se um novo padrão de ocupação a ser implantado na área, desconsiderando-se preexistências e sem discutir os impactos do projeto na paisagem, cujo entorno é patrimônio da cidade. Os maciços encartes imobiliários vendiam o projeto criando um contraponto entre as noções de presente e futuro, articulando-os a um discurso de abandono x cuidado, violência x segurança, falta de oportunidade x existência de oportunidade; “inferno x céu” e enfatizando a proposta como a única alternativa possível para o futuro (VERAS, 2014). Da mesma forma, o Projeto Nova Luz, desconsiderava a realidade do centro de São Paulo (Cracolândia, moradores e comerciantes que vivem e usam a área etc.), anunciando que a solução do problema, assim, não se voltava a tentar resolver a situação dessas, mas, em última instância, a trazer uma substituição dos grupos que ocupam o local. As diversas justificativas de remoção da Vila Autódromo frente aos jogos olímpicos e a COPA também exibem uma busca pela valorização imobiliária do local mascarada por argumentos técnicos voltados a legitimar a exclusão social.

Assim, a territorialidade é manifestada possibilitando obscurecer conflitos sociais com base no conflito territorial (SACK, 1983), “relações conflituosas que tem origem em elementos socioeconômicos são camufladas pelo discurso territorial” (SOARES JUNIOR; SANTOS, 2018, p.19). Nesse processo, o problema da Cracolândia²⁸⁶, por exemplo, passa a ser articulado a um discurso oficial que o caracteriza como um problema “físico”, daquela área, fruto e limitado àquele território, e não encarado como uma questão social que precisaria ser solucionada (ao invés de ser deslocada para outra área da cidade). A remoção das famílias da Vila Autódromo, por sua vez, é justificada por questões territoriais que se modificam ao longo do tempo, para evitar o reconhecimento de uma vinculação a interesses de valorização imobiliária da região.

As ações dos grupos e movimentos, portanto, dão visibilidade aos conflitos existentes no urbano contribuindo para contradizer a noção de consenso. Ao contraporem o discurso

²⁸⁶ A área denominada popularmente como Cracolândia ganhou destaque pejorativo em São Paulo em decorrência do uso visível de crack em ruas da região do bairro da Luz.

oficial trazem reflexões sobre a própria cidade frente à ordem neoliberal. Uma das entrevistadas traz essa perspectiva ao falar da importância da luta da Vila Autódromo:

[a] luta tem um papel importantíssimo para denunciar [...] como o consenso é uma falácia no planejamento urbano. Um planejamento que tem sido feito a partir de um único ângulo, passando por cima de vidas, de modos de vidas. A Vila [Autódromo] era uma expressão de alguns modos de vida, uma comunidade em que era possível ter uma horta urbana, em que alguns quintais contavam com diversas árvores, em que os moradores e especialmente as moradoras desenvolveram uma relação de cuidado uns com os outros. E ela foi se tornando uma pedra no sapato por várias razões, por estar numa região que se tornou alvo da especulação imobiliária, mas também por reunir esses formatos de vida que não se encaixavam em uma vida funcional para um planejamento urbano pensado para servir ao capital. Além disso, à medida em que a Prefeitura avançava com uma lógica de destruição do espaço, as ações dos moradores e apoiadores de reconstrução dos lugares, através de mutirões e de reconstruções dos afetos, através de eventos como os festivais ocupa foram dando um simbolismo muito forte à luta. A Vila Autódromo se tornou um símbolo de resistência associado não só ao direito à Moradia, mas também à terra, à possibilidade de produção de alimentos pela agricultura urbana, ao acesso à cultura, e outras bandeiras ligadas ao direito de produzir e viver a cidade (Marcela Munch Silva – Entrevista realizada em 2019).

A fala da entrevistada propõe refletir sobre o fato de que essa disputa pelo espaço é marcada também por perspectivas diversas de se pensar o viver na cidade, por valores distintos que norteiam processos de planejamento e decisões sobre o desenvolvimento dessa cidade. Mostra como o planejamento atual nega muitas vezes uma perspectiva humana, que considere direitos de parcelas da sociedade, sendo regido pela lógica da acumulação. Complementando a entrevista, a pesquisadora relata que a pressão exercida pelo poder público deu origem a situações extremas, onde direitos básicos conquistados, como a segurança da posse, são desconsiderados frente aos interesses de mercado:

A vila realmente foi um caso muito emblemático sobre o que foi o período das remoções feitas sob o argumento dos Megaeventos. Primeiro porque era uma comunidade onde boa parte das pessoas tinham garantida a sua posse, e isso não é tão comum. A precariedade da posse é um dado nos conflitos urbanos e a vila tinha isso garantido, tinha um plano popular, então de certa forma ela tinha muitos instrumentos a seu favor, mas tinha também uma vontade muito grande desse conjunto de atores do empreendedorismo urbano de tirá-la dali. Então foi um conflito muito intenso, durou muitos anos, teve vários momentos de uma ofensividade do Estado em relação à Vila Autódromo. A Olimpíada deu muita força para esses atores conseguirem avançar tanto sobre a Vila Autódromo, porque ela se tornou uma justificativa, um interesse público maior, isso foi também uma coisa que eu trabalhei bastante, ali fica óbvio como o interesse público é mutável, é um interesse público que na verdade é um interesse particular travestido de interesse público. Eu acho que ela é um caso muito extremo (Marcela Munch Silva – Entrevista realizada em 2019).

A importância das ações dos grupos e movimentos estudados, vem, desse modo, também, como coloca Fátima Freire Dowbor (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008, p. 117), do tentar “desencadear um [...] processo de modo a possibilitar um tipo de aprendizagem que, em primeiro lugar, ger[e] essa tomada de consciência de que o discurso não é único”. Um aprendizado que passa também por “desaprender o discurso oficial” e “aprender o discurso

de resistência” (ORS; TURAN, 2015, p. 461), auxiliando a construir narrativas críticas sobre os processos, como se verá a seguir.

k) Construção de narrativas críticas sobre os processos e registro das experiências/conflitos

A construção de narrativas críticas é também um dos resultados alcançados em grande parte dos processos estudados. Seja frente às disputas acirradas pela realização dos megaeventos no Brasil (Vila Autódromo e a COPA/Olimpíadas) ou às propostas de implantação de projetos e infraestrutura urbana (MOE, Taksim Gezi, *Coordinadora*, Política do Impossível), a ação coletiva questiona o modelo neoliberal alinhado a essas propostas.

Ao produzirem audiovisuais, iconografias e material informativo independente e de contestação, contribuem para divulgar outras perspectivas sobre esses processos. Gravar, fotografar, divulgar os conflitos e mostrar a perspectiva de agentes normalmente segregados dos processos decisórios, contribui não só para registrar os próprios conflitos, mas para ampliar o repertório de ação necessário para seu enfrentamento. Pode ainda influenciar outros contextos ao se apoderam desse conhecimento compartilhado.

Um dos entrevistados relata esse ponto como uma importante contribuição do Movimento Ocupe Estelita, falando que esse *“desencadeou uma onda salutar de produção cultural da cidade, em especial, pelos cineastas locais, como vídeos e filmes denunciando problemas urbanos”*. Complementando, comenta, que esses *“produziram vídeos muito criativos que se desdobraram em verdadeiras documentos de reivindicação de uma cidade mais justa para todos”* (Pesquisador A – Entrevista realizada em 2019). De forma semelhante, *slogans* divulgados em suas mídias digitais (Facebook, Twitter) e pichações de muros mostradas no documentário Vida Estelita: “Fora Moura Dubeux”, “A cidade é do povo”, “Aqui não é Dubai”, “Foda-se o capital. “O urbanista de Recife é o capital”, “Tudo ilegal”, denunciam a relação do Projeto Novo Recife com interesses do capital. Essas são expressões de esforços de construir narrativas críticas sobre a disputa do cais e as dinâmicas mercantilistas neoliberais ligadas a essa e à produção da própria cidade de Recife como um todo. Semelhantemente, na Vila Autódromo pichações como: “Prefeitura transforma o Rio em parque de diversões para empreiteiros” ou “Srs. Juristas cuidado para que a justiça não vire um balcão de negócios ou um teatro de marionetes”, posteriormente fotografadas e divulgadas na página do Facebook do grupo, são também manifestações que buscam criar contranarrativas aos processos.

Ao mesmo tempo, ao serem capazes de, coletivamente, discutir prioridades e reivindicar propostas, os grupos, gradativamente, se capacitam para pressionar o governo e

instâncias de poder frente a novas políticas e projetos urbanos. Como ressalta um dos entrevistados a conscientização traz uma “cidade em alerta”, trazendo impactos para a forma com essa é gerida:

A permanência do Ocupe Estelita está em cada cidadão que se reconhece nesta luta democrática por uma cidade mais justa e participativa. É como se, para isso, bastasse o alerta simbólico: “todos para o Cais!” A consciência de que hoje o Recife é uma cidade em alerta, também é dos que administram, planejam e gerem a cidade. Os atuais dirigentes e os próximos, certamente irão considerar este fenômeno. (Pesquisador A – Entrevista realizada em 2019).

Essas manifestações são também expressões de tentativas de, como coloca o coletivo Política do Impossível (2008), romper com o “estado de confinamento” a fim de trazer futuros inimaginados. Envolvem, portanto, uma dimensão simbólica, pois se articulam ao campo do discurso, das efetividades e da representação imaginária.

l) Reforço de afetividades (entre os agentes e com o território)

Quando o espaço público se torna o local de manifestação do descontentamento da população contra as desigualdades, de busca pela justiça social, de discussão democrática e de defesa do Direito à Cidade, a rua se torna o local de encontro e de diálogo entre os “diferentes”. Através do encontro e convívio compartilhado, contribui-se para a cultura da tolerância, para o desenvolvimento de sociabilidades urbanas. Assim, a própria relação com o território pode ser modificada, ampliando a afetividade que as pessoas têm com esse.

Ao usar o espaço e dele se apropriar, através de práticas coletivas, do estímulo de vivências compartilhadas, os agentes se capacitam para transformá-lo. Ao se experienciar a cidade, novas memórias são criadas, novos vínculos estabelecidos, são enraizadas relações com os lugares. Como coloca Raquel Rolnik (POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008), esse enraizar vem das relações entre os seres e o território, como espaço vivido, construído e pactuado por quem ali vive.

As práticas coletivas lúdicas, artísticas e de resgate da memória usadas pelos grupos têm, conseqüentemente, potencial de impulsionar a afetividade entre as pessoas (estreitar solidariedade, contribuir para superação de preconceitos, desenvolver empatia). Impulsionam também a construir laços afetivos com o território (meio necessário para garantir esse contato humano). Essa dimensão experiencial, é também indissociavelmente afetiva e cognitiva, se ancora no presente (onde ocorre) e abre caminhos para que convicções pessoais se formem, reforcem e se expressem através dos processos coletivos (FREIRE, 2000; CEFAÏ, 2008). Paulo Freire (2000; 2019) lembra a importância de articular o sonhado (desejo de transformar a realidade), ao projeto que o materializa (luta amparada na realidade que busca intervir no mundo para retificá-lo e reforça o valor da afetividade e da amorosidade nas lutas por

mudanças sociais e nos processos de aprendizado. O papel das emoções, dos desejos, da vontade, da resistência, da escolha e do conhecimento são básicos para a vida humana (FREIRE, 2000). Assim, o autor lembra que:

Não há possibilidade de pensarmos o amanhã, mais próximo ou mais remoto, sem que nos achemos em processo permanente de “emersão” do hoje, “molhados” do tempo que vivemos, tocados por seus desafios, instigados por seus problemas, inseguros ante a insensatez que anuncia desastres, tomados de justa raiva em face das injustiças profundas que expressam, em níveis que causam assombro, a capacidade humana de transgressão da ética. Ou também alentados por testemunhos de gratuita amorosidade à vida, que fortalecem, em nós, a necessária, mas às vezes combatida esperança (FREIRE, 2000, p. 54).

Semelhantemente, Cefai (2008) que a afetividade é importante para a ação coletiva, pois é ela que faz com que haja a experiência, perceptiva, cognitiva ou moral. Assim:

[...] A ação coletiva não está toda no agir, mas também no sofrer e no compartilhar. Ela tem uma dimensão de afeição e paixão coletiva. [...] a ação coletiva se deixa abalar pelos eventos, que por vezes só afetam particulares, mas podem ganhar outra amplitude e concernir a pessoas bem distantes daquelas que são diretamente tocadas (DEWEY, 2003), levando-as a formar uma experiência comum, a se indignarem em conjunto e a se mobilizarem em público (CEFAI, 2008, p.31).

Essa afetividade, portanto, não só faz com que as experiências existam, mas ajudar a criar vinculações de contato com o “outro”, com o mundo e suas coisas. Pode ter, assim, poder de unir as pessoas e impulsionar novos agentes e processos.

m) Potencial de influenciar novas realidades

Por fim, embora já brevemente destacado em tópicos anteriores, salienta-se o potencial de influenciar novas realidades como um dos avanços trazidos pelas experiências estudadas. Experiências voltadas à superação da pobreza (HPFP) e à luta pela defesa do direito à moradia (Vila Autódromo) mostram seu potencial para impulsionar a ação de grupos submetidos a situações semelhantes. Taísa Sanches, ao ser questionada sobre as principais contribuições da Vila Autódromo relata o papel que essa assumiu tornando-se uma referência frente a outros grupos:

[...] acho que o principal resultado é a influência que a Vila Autódromo tem em todos os movimentos de permanência na cidade do Rio de Janeiro e mesmo fora, se tornou uma luta internacionalmente conhecida e acho que eles podem influenciar muito outras comunidades, eles se tornaram uma referência de como a luta pela moradia, pela permanência, pode ter sucesso a partir do enfrentamento direto com o Estado (Taísa Sanches – Entrevista realizada em 2019).

O legado para influenciar novas experiências é percebido também na formação da organização *Ciudad Viva* (criada a partir dos desdobramentos contra a *Costanera Norte*), na atuação do Movimento Ocupe Estelita (que já impulsionou o Movimento Cais Mauá para

Todos em Porto Alegre), bem como na ocupação da Taksim Gezi, que contribuiu para a criação de outros movimentos sociais (ver Capítulo 4). Ao se refletir sobre as influências dessas experiências em novas realidades, é importante continuar questionando como estimular os agentes sociais a se envolverem em novos processos e práticas coletivas que possam fazer frente ao cenário competitivo e individualista neoliberal que se acirra.

Assim, é preciso pensar até que ponto essas ações são manifestações temporárias ou terão poder de impulsionar mudanças mais significativas e posteriores a sua realização. Nesse sentido, Cefai (2009) lembra que o tempo é um fator importante para provocar mudanças e conquistas, ressaltando que, de geração em geração, pesquisas, experimentações e discussões enriquecem a cultura política, fundo comum que dá forma e material às mobilizações coletivas. Pode-se pensar, assim, que essa cultura política pode tanto entrar em hibernação como “transbordar” de um movimento para outro, pode ser “transmitida e aprendida, retomada e distorcida, aplicada e recriada, desviada ou santificada, apropriada e reinvestida de um novo sentido” (CEFAI, 2009, p.27). Como muito bem coloca Érico Andrade, há uma *“importância da gente se apropriar das discussões sociais da cidade, da gente entender que a cidade é algo que nos constitui e que nós somos a cidade”* (ERICO ANDRADE – Entrevista realizada em 2019). Nesse processo, o que parece fundamental é desenvolver espaços para que os agentes, a partir do coletivo, se apropriem das discussões urbanas.

Para concluir, o Quadro 21, apresenta e sumariza os resultados e desdobramentos gerados com as experiências que são discutidos ao longo do tópico 5.3 da pesquisa, e os relaciona com as experiências analisadas na pesquisa. Vê-se que algumas das conquistas se referem tanto a transformações físicas do território, enquanto a dimensões simbólicas, sociais e políticas, variando de acordo com cada experiência.

Assim, entende-se que as experiências aqui discutidas demonstram um caminho que, na contemporaneidade, tem sido explorado por grupos contra-hegemônicos na tentativa de influenciar a produção e o planejamento do território. A dimensão territorial que perpassa as experiências revela que os territórios urbanos estão constantemente em disputa. Embora não se possa precisar que futuro terão alguns dos processos estudados, esses expressam inquietações nacionais e internacionais e demonstram que o planejamento precisa ser reenquadrado para atender tanto as demandas cidadãs quanto as condições da contemporaneidade (compressão do espaço-tempo, multiplicidade de agentes, aumento e complexificação dos problemas urbanos).

Quadro 21 – Síntese dos resultados e desdobramentos alcançados com as experiências analisadas

Resultados alcançados/ possíveis desdobramentos	Coordinadora No a La Costanera Norte/ Ciudad Viva	HPFP	Ocupação Taksim- Gezi	Movimento Ocupe Estelita	Vila Autódromo	Coletivos PI e BxC
Transformações físicas dos espaços urbanos objeto da ação coletiva	X	X			X	
Contribuir p/ retardar/impedir a implantação projeto/obra a qual se opõem	X		X	X	X	X
Fazer da cidade arena estratégica para o desenvolvimento de novas cidadanias insurgentes	X		X	X	X	X
Influência direta na política pública/planejamento a partir de práticas emergentes	X	X	X	X	X	
Criação de lei, planos, mudanças em processos institucionais	X			X	X	
Abrir caminho para rebalancear relações de poder	X	X	X	X	X	X
Conquista de reconhecimento por parte do Estado	X	X		X		
Desenvolvimento e exercício de novas formas deliberativas / experimentações de democracia direta			X	X	X	
Construção de narrativas críticas sobre os processos	X		X	X	X	X
Fortalecimento do grupo e das potencialidades individuais	X	X	X	X	X	X
Aprendizado de ciclo duplo	X		X	X	X	
Amadurecimento do grupo, estreitar solidariedade entre grupos diferentes (ao menos momentaneamente)	X	X	X	X	X	X
Reforço práticas coletivas e colaborativas	X	X	X	X	X	X
Capital social gerado pelos processos	X	X	X	X	X	X
Reflexão e proposição de alternativas frente à imposição do modelo neoliberal	X		X	X	X	X
Registro da experiência/conflicto, mostrar outras perspectivas (dos manifestantes)	X		X	X	X	X
Reforço de afetividades (entre pessoas, com o espaço público)	X	X	X	X	X	X
Potencial de influenciar novas realidades	X	X	X	X	X	X

Elaborado por L. C. Melchioris (2019).

Igualmente, as experiências exibem o potencial cidadão de ação coletiva. Frente a um Estado que não respeita as reivindicações da população, essa tem um potencial de se organizar para demandar direitos, resistir e se insurgir contra processos de mercantilização do território. Ou seja, de se fazer ouvir a partir de suas ações e mostrar que é possível imaginar outras alternativas para aqueles locais e para a própria cidade. A análise das experiências mostra que os processos não são simples e as conquistas são, muitas vezes, bastante pequenas comparadas às reivindicações iniciais. Essas, porém, expressam vontades coletivas e que podem inspirar um novo olhar sobre o planejamento do território. Nesse sentido, uma vez que o Estado não é único e uniforme, existe também um potencial de contato entre instituições-cidadãos, que pode ser aproveitado a fim de impulsionar, e forjar, novas formas de coligação entre esses agentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação partiu do interesse em refletir sobre a articulação entre planejamento-participação e as redes sociopolíticas, utilizadas como estratégia de empoderamento da ação coletiva de grupos e movimentos. Ao longo de seu desenvolvimento, a pesquisa foi se transformando, bem como a pesquisadora. De uma proposta inicialmente voltada a analisar processos institucionais de planejamento, rumou-se para o estudo de práticas emergentes (*bottom-up*), dando origem a uma reflexão sobre a influência de arenas participativas autônomas que emergem como expressões de grupos e movimentos contra-hegemônicos buscando influenciar o planejamento e a produção do território. Nesse processo, a discussão sobre o planejamento insurgente tornou-se de o foco do caminho percorrido.

A análise do planejamento, no desenvolvimento da pesquisa, permitiu pensar sobre o passado, ou seja, a partir do olhar sobre os modos de planejar cidades ao longo da história recente, verificou-se como esses processos foram se modificando, bem como constatou-se como foi se alterando o papel destinado à população nos mesmos. Essa análise oportunizou discutir o presente e pensar alternativas a partir da conjuntura atual. A perspectiva do planejamento insurgente possibilitou entender como grupos da população, ao fazer uso de uma miríade de práticas coletivas, têm transformado e influenciado o planejamento formal, apontando para novas perspectivas de produção da cidade. Essas práticas trazem respostas aos desafios urbanos contemporâneos e contestam as condições atuais, com o propósito de transformar relações de poder, instigando a reflexão sobre a cidade que se quer construir.

A discussão sobre a produção do território possibilitou refletir sobre as relações que nele se estabelecem, bem como revelar os efeitos do neoliberalismo sobre esses processos. Uma vez que a cidade é construída pela ação dos diferentes agentes, compreender como esses se articulam e estabelecem relações de poder para produzi-la ajuda a explicitar que os territórios estão permanentemente em disputa, precisando ser constantemente renegociados. O olhar sobre as redes sociais, por sua vez, permitiu pensar sobre as possibilidades de empoderamento trazidas pela ação coletiva em rede, identificando avanços conquistados com a sinergia e o capital social gerados nos processos.

A análise das distintas experiências oportunizou discutir como grupos e movimentos em diferentes cidades do Sul Global têm respondido aos desafios do neoliberalismo, auxiliando a refletir sobre o momento atual a partir de perspectivas distintas. As experiências estudadas, embora tenham conjunturas distintas e apresentem particularidades de acordo

com seu contexto (aspectos históricos, políticos, culturais, padrões socioespaciais de ocupação das cidades, entre outros), aportam respostas às tensões e contradições que se estabelecem no território na contemporaneidade. De forma similar, elas evidenciam uma postura pró-ativa que confronta a realidade através de iniciativas emancipatórias e da busca por soluções para demandas marcadas por processos de exclusão. Essas demonstram um descontentamento frente a questões locais, mas estão igualmente relacionadas a uma conjuntura macroeconômica global que afeta os diferentes contextos. Se por um lado esses grupos e movimentos são resultado do ambiente que os origina, podem também ajudar a transformá-lo, visto seu papel de confrontar e subverter lógicas vigentes.

Ao mesmo tempo, como coloca Santos (2015), esses processos de insurgências mostram questionamentos ao poder hegemônico que está conduzindo as cidades. Quando os grupos se insurgem contra projetos (aos quais se opõem) ou a situações às quais são submetidos (à margem das decisões, segregados socioeconomicamente), em primeiro lugar denunciam que muitos dos processos de planejamento do urbano têm sido guiados primordialmente pela força de interesses econômicos, ao invés de serem pautados no atendimento de demandas populares. Em segundo, ao agirem, evidenciam a natureza conflitiva presente na base da construção do território. Assim, essa “cidade insurgente, conflituosa, rebelde” (VAINER, 2016b) que emerge das lutas contra a privatização dos espaços urbanos e os processos de segregação, surge em contraposição à utopia da cidade pacificada.

Concomitantemente, as ações dos grupos expõem a ausência de espaços institucionais nos quais a população pode ser ouvida e onde suas reivindicações são consideradas. Ao não encontrar oportunidades nos processos institucionais, os grupos, movimentos e coletivos urbanos mostram-se capazes de se organizar coletivamente para expressar seu descontentamento, forjar e inventar espaços para reivindicar suas demandas, dar a estas visibilidade e propor alternativas de resistência ao modelo neoliberal, muitas vezes opondo-se a propostas apresentadas como a “única solução possível”. A partir de suas práticas, por vezes são capazes de lograr a abertura de novos canais institucionais participativos, que não necessariamente garantem o atendimento de suas demandas, mas que podem abrir possibilidades de mudanças a serem exploradas com o desenrolar do tempo.

Assim, as manifestações dos grupos estudados podem ser entendidas como reivindicações cidadãs voltadas a acessar, de forma tangível, o direito à cidade, à moradia e à possibilidade de fazer parte das decisões sobre o planejamento. Através de resistências, insurgências criativas e ações independentes, os grupos e movimentos progressistas estudados trazem alternativas que instigam a reflexão sobre futuros possíveis para o desenvolvimento urbano. Trazem, portanto, um componente de transformação nas relações

políticas que definem a cidade, na busca por propostas que possam comportar uma nova ordem social moldada pelo coletivo. Associando-se ao que sugere Gros (2018), neste contexto a desobediência faz sentido, pois é ancorada em um “projeto de futuro”, pensado coletivamente e articulado à noção de defesa de uma democracia crítica.

Nessa disputa pelo território, para contrapor a mercantilização do urbano, cuja cidade estratégica é moldada pelos interesses do mercado e em que se busca esvaziar, alterar e reconfigurar espaços para aplicar seus produtos; se tornam relevantes ações voltadas a criar sociabilidades no espaço público, reviver histórias, memórias e instigar a proposição de alternativas, pois trazem outras perspectivas de luta à discussão e podem ajudar a construir uma cidade mais inclusiva cujo usufruto do espaço urbano não seja restrito a apenas uma população reduzida. Ao explorar o caráter lúdico e fazer uso da arte e da cultura, os grupos e movimentos ajudam a ressignificar os espaços, a reconstruir sentidos e projetar novos significados. Estes, ao impulsionar a reflexão, tem potencial de desestabilizar o senso comum, bem como de confrontar a realidade, assumindo relevância nas disputas para defender espaços urbanos e simbólicos contra planos e projetos marcados pelo interesse primordialmente mercantil. Essas ações mostram dessa forma, a necessidade de se pensar a produção de uma cidade que reafirme a vitalidade e a urbanidade e seja baseada nos valores de uso, não de troca.

Há ainda um aprendizado que pode ser impulsionado com essas experiências, tanto no campo individual, quanto mútuo e social. Ao interagirem em rede, os agentes trocam experiências que trazem benefícios mútuos oriundos do trabalho coletivo, do intercâmbio do saber (que passa a ser coletivo), dos recursos e das vivências, ampliando-se as possibilidades de transformação dos envolvidos nos processos.

De maneiras distintas, as seis experiências estudadas reforçam a ação coletiva e colaborativa, tão necessária frente ao individualismo incentivado pela razão neoliberal. Alguns dos grupos e movimentos exploram a noção da coletividade em suas formas associativas rizomáticas, em ações e práticas com ênfase em atividades compartilhadas ou na busca de processos horizontalizados de tomada de decisão. A adoção do sentido coletivo como modo de agir na produção da cidade, expressa desejos por processos mais transparentes e que permitam espaços de ampliação da participação popular na discussão do planejamento do território. Essa se articula também à busca de uma perspectiva autonomista (de decidir, agir) (CASTORIADIS, 2007; SOUZA, 2011). Essas práticas, agregam um componente de busca por mudanças do *status quo* trazido por grupos não hegemônicos que confrontam o existente com o qual a coletividade não pode se conformar, reivindicando novos espaços e formas alternativas de construir as cidades.

Embora difícil, esse esforço de agir coletivo que é capaz de unir os “diferentes”, em processos que os estimulam a conviver e a respeitar distintos pontos de vista, se torna ainda mais relevante frente a um contexto em que as disputas por território se extremam e grupos buscam afirmar sua territorialidade a partir de práticas que estimulam o “dividir para conquistar” e a própria (auto) segregação, excluindo-se do contato com os diferentes.

Ao mesmo tempo, quando os grupos e movimentos exercem contracondutas de cooperação e compartilhamento marcadas por tentativas de exercer o poder coletivamente através de práticas de democracia direta, pelo uso de redes de solidariedade (locais a transnacionais) e por tentativas de tornar a rua novamente o local de encontro e de diálogo entre os diferentes, resistem à racionalidade neoliberal, estimulando a pensar novos modos para construção da cidade e das próprias relações humanas. O encontro com o outro e o conviver compartilhado assim apresentam-se como componente potencial que ajuda a criar amálgama e empatia entre estranhos, podendo contribuir para que se possa imaginar uma cidade construída com base em processos mais humanos e inclusivos, que inclua diversas vivências e perspectivas sociais (classe, raça, etnia, gênero). Permanece, ainda, o questionamento se essas práticas serão fortes e duradouras o suficiente para impulsionar o rompimento necessário das relações hegemônicas de poder.

Em um contexto em que o poder que é cada vez mais fluído e concentrado (CASTELLS, 2013), cabe lembrar que esses processos de luta não estão isentos da possibilidade de serem corrompidos, de agentes serem cooptados e manipulados por grupos hegemônicos para influenciar decisões que os favoreçam. Essa possibilidade, porém, não desmerece o valor da ação coletiva. Assim, a ancoragem ao *locus* do conflito, às causas pelas quais se luta, o resgate da memória e da cultura, podem ajudar na condução desse processo.

Em distintos graus, os grupos e movimentos estudados conquistaram alguma influência no planejamento e na produção do território a partir de processos emergentes, conforme destacado no tópico 5.3 da tese. O movimento *Coordinadora*, auxiliou a influenciar a opinião pública e a pressionar o Estado, conquistando novos espaços institucionais de participação (embora incipientes) e influenciando mudanças no traçado original da rodovia. A HPFH abriu caminhos criando transformações em seu favor com processos de co-produção com instâncias de governo. Na luta da Taksim Gezi, dada a mobilização popular, o movimento levou a alterações no plano metropolitano que previa a transformação do parque Gezi. Já a disputa pelo Movimento Ocupe Estelita, fez com que o grupo Direitos Urbanos conquistasse espaço no Conselho da Cidade do Recife e impulsionou mudanças no projeto inicial proposto para a área do cais (embora bastante incipientes). A experiência da Vila Autódromo, por sua vez, representa também algum avanço nesse sentido, pois algumas famílias conquistaram o direito de permanecer no local após as pressões de remoção. As ações efêmeras do Coletivo

Política do Impossível e as mobilizações dos Festivais do Baixo Centro criaram eventos que contestaram o projeto de transformação da área central de São Paulo.

A ação coletiva desses grupos e movimentos possibilitou a esses, portanto, ampliar seu poder e atingir, ao menos em parte, algumas conquistas em prol de suas reivindicações. Assim, é importante pensar na necessidade de o planejamento ser transformado para englobar a perspectiva não hegemônica, atendendo a diversidade de agentes existentes nas cidades. Ou ainda, de o planejamento ser reconfigurado usando como pauta diferentes leituras e experiências (mesmo contraditórias) no espaço urbano. De um jeito ou de outro, o planejamento em seu formato tradicional tem demonstrado que não atende ao que grande parte da população necessita, precisando ser repensado. Uma vez que o poder não abre mão do poder, o objetivo do planejamento insurgente parece ser o de fortalecer lutas contra-hegemônicas para buscar o estabelecimento de novas hegemonias.

Quando os grupos e movimentos progressistas mostram a perspectiva de segmentos não hegemônicos e ajudam a contar um outro lado da história, expõem as contradições da sociedade, ajudando a fortificar o debate político sobre a produção do urbano. Essa tarefa progressista, como coloca Paulo Freire (2000), engloba o jamais cruzar os braços, mas estimular e possibilitar capacidades de intervenção no mundo de forma a modificá-lo.

As análises das experiências estudadas, entretanto, demonstram que existem relações de poder desproporcionais, como as observadas na luta contra a remoção da Vila Autódromo ou na forte repressão policial e governamental vista na ocupação da Taksim Gezi, na Turquia. Assim, embora as ações dos grupos e movimentos ajudem a trazer avanços no sentido de rebalanceá-las, nem sempre são suficientes para produzir mudanças concretas. A criação de redes sociopolíticas capazes de ultrapassar o *locus* dos conflitos, gerando articulações transnacionais combinadas ao uso de práticas criativas e híbridas (oposição, ação independente e colaboração crítica) e ao uso de múltiplos espaços (convidados e inventados), auxiliam aos grupos a conquistar avanços, abrindo espaços de esperança (HARVEY, 2000) a serem explorados. A sinergia gerada por essas amplas e diversificadas redes mostram-se, assim, importantes para ajudá-los a ampliar suas perspectivas de ação, superar dificuldades e conquistar resultados. Ao mesmo tempo, cabe lembrar que grupos hegemônicos (mercado, empresas) geralmente são capazes de criar redes com objetivos claros e que possuem alta coesão, fluidez e durabilidade trazendo complexidade às disputas.

Mesmo que muitos dos grupos e movimentos atuem de forma independente, em determinados momentos precisam se relacionar com instituições oficiais (instâncias de governo municipal, estadual, setores judiciais, institucionais) originando articulações que variam do conflito à cooperação crítica, respondendo às possibilidades de cada contexto.

Esta tese reforça o entendimento de autores que apontam para o desenvolvimento de processos complexos por parte desses grupos e movimentos, sendo capazes de criticamente selecionar os momentos para utilizar práticas de resistência, quando essas são necessárias, bem como de criar processos de colaboração crítica com instâncias do Estado, nos espaços em que essa é possível de ocorrer. De uma forma ou de outra, essas ações se alinham a tentativas dos grupos de ampliar seu poder para tentar influenciar instituições e processos ao invés de simplesmente observar passivamente situações impostas. Essas experiências podem, assim, ser pensadas como expressões de uma cidadania insurgente que busca reivindicar direitos essenciais (direito à moradia, à cidade, a fazer parte das tomadas de decisão sobre essa cidade).

Algumas possibilidades se abrem para futuros desdobramentos da pesquisa. A análise dos processos estudados evidencia uma dicotomia que se mantém como campo de pesquisa a ser aprofundado. Se, por um lado, os grupos e movimentos se insurgem contra a realidade neoliberal, e esses processos ocorrem em grande parte pela oposição, por outro, nem sempre aqueles que praticam as insurgências querem estar associados a essa noção de contraposição ao Estado. Algumas das experiências analisadas mostram que os grupos se apoiaram em causas específicas para exercer pressão sobre o Estado evitando com isso se associar a uma posição opositiva a esse (mas sim contrária às causas), buscando, dessa forma, abrir canais de colaboração crítica com instâncias governamentais. Embora este estudo levante esta questão e identifique que alguns desses grupos preferem construir uma posição que os apresenta como “melhor trabalhar conosco, pois atingimos resultados”²⁸⁷, as informações coletadas não são suficientes para precisar por que os grupos alcançam essa condição que os permite criar processos colaborativos, nem para determinar como essa postura afeta a própria percepção do Estado a respeito desses grupos. Pode-se supor que essa mudança de posicionamento poderia ser originada pelo fato de os grupos adotarem uma postura menos opositiva ao Estado, sendo assim vistos “de forma mais receptiva”, bem como por ter agentes preeminentes entre seus membros (que influenciam os processos), pela cooptação de lideranças ou por conquistar o reconhecimento do Estado dadas às lutas em momentos anteriores. Abre-se, assim, um relevante campo de pesquisa a ser ampliado.

Além disso, se por um lado a opção metodológica com ênfase em experiências diversas, permitiu tanto discutir particularidades quanto identificar questões recorrentes à contemporaneidade, por outro lado, não foi possível aprofundar cada uma das experiências analisadas, bem como detalhar suas conjunturas política, cultural e econômica. Tais questões podem ser realizadas em pesquisas futuras. Ao longo do percurso de pesquisa, foram identificados grupos que demonstram potencial de pesquisa, entre esses, a Vila União em

²⁸⁷ Como colocado por Lake Sagaris, ex diretora da organização *Ciudad Viva*, ao ser entrevistada na pesquisa.

Porto Alegre, o coletivo artístico (Se)cura humana e os grupos que historicamente lutam pelo parque Augusta em São Paulo, no caso brasileiro bem como, internacionalmente, as redes que dão suporte a comunidades indígenas na Austrália, destacadas na pesquisas de Lane (2001) e Porter (2013).

Outro ponto que pode ser desenvolvido futuramente se refere às entrevistas. Essa pesquisa explora apenas a percepção de pesquisadores envolvidos nas experiências aqui analisadas, portanto, abre amplo campo para investigar a percepção de outros agentes envolvidos nesses processos (moradores, participantes das atividades), o que pode apontar para novos entendimentos sobre as questões discutidas. Um olhar mais detalhado sobre essa questão (entrevista com agentes não técnicos) permitiria, por exemplo, explorar com mais profundidade qual a percepção que esses têm sobre as contribuições trazidas pelas redes (laços, capital social gerado nos processos e entendimento de avanços/conquistas segundo a sua perspectiva).

Por fim, é importante ressaltar o potencial que as experiências analisadas têm de gerar desdobramentos inicialmente não imaginados, pois, permitem que discussões iniciais sejam ampliadas em relação ao seu foco, às suas temáticas, bem como porque podem influenciar novas realidades (incentivar outros grupos, gerar novos processos). Ao mesmo tempo, se por um lado se espera que o planejamento da cidade englobe a totalidade urbana, pensando-a de forma integrada, vê-se que muitos dos processos de insurgência são voltados a atender questões/ locais pontuais. Como lidar com essa contradição? Nesse sentido, até que ponto o planejamento insurgente planeja? Como relacionar as ações efêmeras aos processos de planejamento, que em sua acepção é voltado ao longo prazo? Em um mundo de incertezas absolutas, vê-se que é necessário questionar o que é o planejamento em suas distintas dimensões, como conceito/ideia, processo, profissão, identidade.

Dessa forma, a pesquisa buscou, a partir das informações analisadas, contribuir para a discussão sobre o planejamento e a produção da cidade explorando possibilidades de criar formas de desenvolvimento urbano mais sensíveis às distintas demandas sociais. Essa reflexão sobre esses processos pode auxiliar a construir cidades de direitos, que incluam o acesso a direitos essenciais, ao direito de discordar e, como coloca Harvey (2013), ao “direito ativo de fazer a cidade diferente”, baseado em necessidades coletivas, permitindo que o urbano possa ser “reimaginado e refeito” na busca de caminhos alternativos. Esse deve ser um exercício coletivo, fruto de um longo processo de reflexão e que deve englobar uma diversidade de agentes (multiplicidade de gênero, raças, classes, grupos comunitários, movimentos sociais, coletivos, acadêmicos, técnicos, etc) de forma a pensar caminhos para a construção dessa nova agenda urbana.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca N. Reflections on What Makes Empowered Participatory Governance Happen. *In*: FUNG, Archon.; OLIN WRIGHT, Erik. **Deepening democracy**: Institucional innovations in empowered participatory governance. London: Verso, 2003, p. 200-207. ISBN 1–85984–688–2.
- ABRAMO, P. A. Cidade Com-fusa: mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes cidades latino-americanas. *In*: Encontro Nacional da ANPUR, XIII, 2009, Florianópolis. **Anais...** [...]. Florianópolis: ANPUR, 2009.
- ACAR; Yasemin Gülsüm; ULUĞ, Özden Melis. Examining Prejudice Reduction Through Solidarity and Togetherness Experiences Among Gezi Park Activists in Turkey. **Journal of Social and Political Psychology**, v. 4, n. 1, p.166–179, 2016. DOI:10.5964/jspp.v4i1.547
- AKSAN, Gunes Ekin. The new but lonely voice against the authoritarianism: humor and irony in Turkish political discourse after the Taksim Gezi Park Protests. **European Journal of Humour Research**, v.5, n. 2, p. 23-50, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.7592/EJHR2017.5.2.aksan>
- ALBERNAZ, Maria P. et al. Resistência e Melhoria Habitacional: reflexões sobre uma atuação dialógica junto à Comunidade Indiana na cidade do Rio de Janeiro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais...** [...]. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-18.
- ALMEIDA, Fábio C. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, Porto Alegre, n. 8, v. 3, jan-jun, 2011.
- ALVARES, Lucia Capanema; MENEZES, Paulo D. R. A Auto-Gestão Compartilhada e a Pesquisa-Ação Participativa como instrumentos de gestão da Vila Novo Ouro Preto – Belo Horizonte. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, XXVIII, 2004, Curitiba, 2004. **Anais...** [...]. Curitiba: ANPAD, 2004.
- ALVARES, Lucia Capanema; BARBOSA, Jorge Luiz; CAVALCANTE, André Luiz. Cultura, Resistência e Transgressão no Rio de Janeiro: dos movimentos das favelas aos protestos de 2013. *In*: Encontro Nacional da ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais...** [...]. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-15.
- AMARAL, Marisa S. Neoliberalismo na América Latina e a nova fase da dependência. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARXENGELS, 5º, 2007, Campinas, 2007. **Anais...** [...].Campinhas: UNICAMP, 2007. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Marisa_Amaral.pdf. Acesso em: 20 set. 2017.
- AMPAVA – Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo. **Plano Popular da Vila Autódromo**: Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. Rio de Janeiro: AMPAVA; IPPUR/UFRJ, 2012.
- AMPAVA – Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo. **Plano Popular da Vila Autódromo**: Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. (versão lançada em 2016). Rio de Janeiro: AMPAVA; IPPUR/UFRJ, 2016. Disponível em: https://vivaavilaautodromo.files.wordpress.com/2016/02/ppva_2016web.pdf
- AMNESTY INTERNATIONAL. **Gezi park protests: brutal denial of the right to peaceful assembly in turkey**. London, 2 de Outubro de 2013. *Relatório*. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/EUR44/022/2013/en/>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- ANDRADE M. OLIVEIRA, Érico. Ocupe Estelita: as novas formas de atuação política. **Insight Inteligência**, v. 66, p. 108-113, 2014.
- ANDRADE M. OLIVEIRA, Érico; LINS, Cirne. Nem solitárias, nem amargas: a luta pelo direito à cidade para e pelas pessoas – O caso do #OcupeEstelita. *In*: MORAES, Alana et al. **Junho: potências nas ruas e nas redes**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2014, p. 136-155.
- ANDRADE M. OLIVEIRA, Érico. Democracia na rua: Ocupe Estelita. **Direitos Urbanos**, 2015. Disponível em: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/tag/ocupeestelita/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

- ARGYRIS, Chris. A Life Full of Learning. **Organization Studies**, v. 24, n. 7, p. 1178-1192, 2003. DOI.org/10.1177/01708406030247009
- ARGYRIS, Chris; SCHON, Donald. **Organizational learning: A theory of action perspective**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978.
- ARNSTEIN, Sherry R. A Ladder of Citizen Participation. **Journal of the American Planning Association**, 35, nº 4, p. 216-224, 1969. DOI: 10.1080/01944366908977225
- AY, Deniz; MIRATFAB, Faranak. Invented Spaces of Activism: Gezi Park and Performative Practices of Citizenship. In: HAMMETT, Daniel; GRUGEL, Jean. **The Handbook of International Development**. [S.l.]: Palgrave MacMillan, 2016. ISBN-10: 113742723X; ISBN-13: 978-1137427236.
- AZEVEDO, S. A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: RIBEIRO, L. C. Q. **A Crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. p. 73-101.
- BAIERLE, Sérgio. Porto Alegre neoliberal: a decapitação social-capitalista de líderes comunitários e os limites do Novo Gerencialismo Público inclusivo. **Coleção Cadernos da CIDADE**, v. 15, n. 15, nov, 2009.
- BAIXA CULTURA. BaixoCentro (ou as ruas são para dançar). São Paulo: Baixa Cultura, 2011. Disponível em: <http://baixacultura.org/baixocentro-ou-as-ruas-sao-para-dancar/>. Acesso em: 10 Fev 2019.
- BAIXA CULTURA. Construa a programação do Festival BaixoCentro. São Paulo: Baixa Cultura, 28 Fev 2012. Disponível em: <http://baixacultura.org/construa-a-programacao-do-festival-baixocentro/>. Acesso em: 10 Fev 2019.
- BAKER, Judy L.; GADGIL, Gauri U. **East Asia and Pacific Cities: Expanding Opportunities for the Urban Poor**. Washington: World Bank, v. 1, 2017. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/region/eap/publication/east-asia-and-pacific-cities-expanding-opportunities-for-the-urban-poor>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- BARBOSA, David T. Ocupe Estelita: das tramas insurgentes à mobilização de direitos na política urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, XIII, 2017, Porto Alegre. **Anais... [...]**. Porto Alegre: ANPEGE, 2017. p. 12.
- BARBOSA, David T. Ocupe Estelita: Fé, palavras e ações na política urbana da cidade do Recife. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais... [...]**. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-16.
- BAUD, Isa et al. **Developing Participatory ‘Spatial’ Knowledge Models in Metropolitan Governance Networks for Sustainable Development**. European Association of Development Research and Training Institutes (EADI); Chance2Sustain, 2011.
- BEARD, Victoria A. Covert Planning for Social Transformation in Indonesia. **Journal of Planning Education and Research**, v. 22, p. 15-25, 2002.
- BEARD, Victoria A. Learning Radical Planning: the power of collective action. **Planning Theory**, v. 2, n. 1, p. 13–35, 2003.
- BONADIO, Mariana G. As ‘fronteiras’ da governança urbano-regional: reflexões sobre proximidades, ação coletiva e aprendizagem. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, São Paulo, 2017. **Anais... [...]**. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 18.
- BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n.1, p. 71-104, set. 2008. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb>> Acesso em: 16 julho 2013.
- BORSODORF, A. Como modelar el desarrollo y la dinámica de la ciudad latinoamericana. **EURE**, Santiago, v. 29, n. 86, p.37-49, maio 2003.
- BOTELHO, Adriano. **O Urbano em Fragmentos: A Produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume; Fapespe, 2007.
- BRADBURY, Matthew, MELCHORS, Lucia C., WANG, Xinxin, & BYRD, Hugh. **The Hihiaua Studio**. Auckland: Unitech ePress, 2018

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução Nº 466/ 2012**. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br>, 2012.

BRENNER, Neil. State territorial restructuring and the production of spatial scale. **Political Geography**, v. 16, n. 4. p. 273-3, 1997.

BRENNER, Neil. Beyond state-centrism? Space, territoriality, and geographical scale in globalization studies. **Theory and Society**, n. 28, p.39-78, 1999.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalocamento e a questão urbana. **GEOUSP – espaço e tempo**. São Paulo, n. 33, p. 198-220, 2013.

BRENNER, Neil. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal? **e-metropolis**, n. 27, ano 7, p.13, dez. 2016.

BRUM, Eliane. Cem dias sob o domínio dos perversos. **El País**, 13 abril 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/10/opinion/1554907780_837463.html. Acesso em: 13 abril 2019.

BURT, Ronald. **Structural holes: the social structure of competition**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

CACERES, Teresa. **Territorio y poder: el territorio de la carretera y el territorio de la Chimba**. *Dossier Palabras clave: naturaleza, ambiente, espacio y territorio*. Buenos Aires: IDES – Instituto de Desarrollo Económico y Social, 2007.

CALDEIRA, Teresa. Social Movements, Cultural Production, and Protests. **Current Anthropology**, v. 56, n. 11, out., p.126-136, 2015

CALMON, Paulo; COSTA, Arthur T. M. Redes e governança das políticas públicas. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, n.1, p. 1-29, 2013.

CAMINHA, Julia V. Uma teoria acerca das ocupações de imóveis vazios. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, São Paulo, 2017. **Anais... [...]**. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 19

CAMPOS, Valéria Nagy de Oliveira. **O Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e o Consejo de Cuenca del Valle de México**. 2008. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) – Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.84.2008.tde-22112010-121756.

CAPEL, Horácio. Redes, chabolas y rascacielos. Las trasformaciones físicas y la planificación en las áreas metropolitanas. **Revista Mediterráneo Económico**, n. 3, p. 199–238, 2003.

CARDOSO; Mariana L.; NASCIMENTO, Anamaria M. Ocupar, Resistir: o movimento Ocupe Estelita na cidade do Recife. **Revista Três Pontos**, v. 15, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/12071>

CARPANEDA, Luciana V. Dimensões do lúdico no espaço público contemporâneo: controle e subversão. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPARQ, III, São Paulo, 2014. **Anais... [...]**. São Paulo: ANPARQ, 2014.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

CERTAU, Miguel de. **The practice of everyday life**. University of California Press. London, 1998.

CIVITARESI, Hector M. Sociedad civil y gobierno en la construcción de un entramado económico, social e institucional en una localidad rural cordobesa (Argentina). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, VIII, Santa Cruz, 2017. **Anais... [...]**. Santa Cruz: UNISC, 2017.

CNNTurk. Gezi'ye Kaç Kişi Katıldı? [How Many People Attended Gezi?]. CNNTurk, 25 nov. 2013 Disponível em: <http://www.cnnturk.com/2013/guncel/11/25/geziye-kac-kisi-katildi/732168.0/index.html>. Acesso em 15 ago 2019.

COLETIVO POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL. **Cidade Luz: uma investigação-ação no centro de São Paulo**. Edital Conexão Artes Visuais. São Paulo, 2008. Disponível em: https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/02/cidade_luz.pdf

CORREA, Roberto L. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana F.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, Maria Encarnação B. (orgs.). **A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012, p.41-51.

CORREA, Roberto L. Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Revista Cidades**. Unesp – Presidente Prudente. v.9, n.16, 2012b.

COSTA, Luciana C. PI – Política do Impossível. **Blog Luciana Ciglioni Martins Costa**. Disponível em: <https://lcmc.wordpress.com/pi-politica-do-impossivel/>. Acesso em: 15 março 2019.

CPCO – COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

DADOS, Nour; CONNELL, Raewyn. The Global South. **Contexts**, v. 11, n. 1, p. 12-13, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIDOFF, Paul. Advocacy and Pluralism in Planning. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 31, n. 4, 1965.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DELAMAZA et al. Redes de política pública y agendas de participación ciudadana en el Chile postransicional ¿Desafiando la política o recreando sus límites?. **Gestión y Política Pública**, v. XXI, n. 1., p. 45-86, 1 semestre 2012.

DELANEY, David; LEITNEH, Helga. The political construction of scale. **Political Geography**, v. 16, n. 2, p. 93-97, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DIREITOS URBANOS. #ocupeestelita +1 – 28 de abril de 2013. **Blog Direitos Urbanos**. Recife, 2013. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita-1-28-de-abril-de-2013/>. Acesso em: 10 abril 2018.

DIREITOS URBANOS. #ocupeestelita +1 – 28 de abril de 2013. **Blog Direitos Urbanos**. Recife, 2013. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita-1-28-de-abril-de-2013/>. Acesso em: 10 abril 2018.

DIREITOS URBANOS. [Site institucional]. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/about/>. Acesso em: 15 maio 2018.

DODMAN, David; MITLIN, Diana; RAYOS Co, Jason C. Victims to Victors, Disasters to Opportunities: Community Driven Responses to Climate Change. In: World Bank's Fifth Urban Research Symposium, 5, 2009, Marseille. **Anais...** [...]. Marseille: World Bank, 2009. p. 28-30. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTURBANDEVELOPMENT/Resources/336387-1256566800920/6505269-1268260567624/Dodman.pdf>

DUCCI, Maria Elena. **Governance, Urban Environment, and the Growing Role of Civil Society**. Project on Urbanization, Population, Environment and Security. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2000.

DUCCI, Maria Elena. **Las batallas urbanas de principios del tercer milênio**. Washington: Wilson Institute, 2004.

- EIZAGUIRRE, Santiago; PRADEL, Marc; TERRONES, Albert; MARTINEZ-CELORRIO, Xavier; GARCIA, Marisol. Multilevel Governance and Social Cohesion: bringing back conflict and citizenship practices. **Urban Studies**, v. 49, n. 9, p. 1999-2016, 2012.
- ESCOFFIER, Simón. Policy metaphors and deep local democracy: the case of the Chilean Neighbourhood Recory Programme. **RIEM**, v. 8, n. 15, p. 35-64, 2017. ISSN 0719-1790
- FAINSTEIN, Susan. New Directions in Planning Theory. **Urban Affairs Review**, v. 35, n.4, 2000. DOI: 10.1177/107808740003500401.
- FEDOZZI, Luciano. Democracia participativa, lutas por igualdade e iniquidades da participação. *In*: FLEURY, Sonia, LOBATO, Lenaura (orgs.) **Participação, Democracia e Saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, 2009.
- FEDOZZI, Luciano. et al. **Orçamento Participativo de Porto Alegre: perfil, avaliação e percepção do publico participante**. Porto Alegre: Hartmann, 2013.
- FERGUSON, Emma. Insurgent Planning: Coming soon to a community near you. **Planning Quarterly**, mar. 2010.
- FERRÃO, João. Governança democrática metropolitana: como construir a "cidade dos cidadãos"? *In*: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina C. **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 209-219.
- FESTIVAL BAIXO CENTRO. São Paulo, 2013. Facebook: Festival Baixo Centro. Disponível em: <https://www.facebook.com/BaixoCentro/>
- FOUCAULT, Michel. **Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings 1972-1977**. [Editado por Colin Gordon]. New York: Vintage Books, 1980.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.
- FREIRE, Maria Emília L.; LACERDA, Norma. Patrimônio Ferroviário: em busca dos seus lugares centrais. **URBE**, Curitiba, v. 9, n. 3, set./dez/ 2017.
- FREITAS, Clarissa F. S. Planejamento pelo direito à cidade e as práticas insurgentes na periferia de Fortaleza. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, São Paulo, 2017. **Anais... [...]**. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 15.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa** (61st ed.; M. Gadotti, ed.). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- FREY, Klaus. Governança Urbana e Participação Pública. **RAC-Eletrônica**, v. 1, n. 1, p. 136-150, jan./abr. 2007.
- FRIEDMANN, John. **Planning in the public domain: From knowledge to action**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1987.
- FRIEDMANN, John. **Insurgencies: Essays in Planning Theory**. New York: Routledge, 2011.
- FURTADO, Bernardo A. **Olhares sobre a cidade e a região – Por que importam? Enfoques e metodologias disciplinares e contraditórias de análise do território para políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2010. *Texto para discussão*. ISSN 1415-4765
- GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: diálogo e conflito** (4 ed.). São Paulo: Cortez, 1995.
- GARSON, Sol. **Regiões Metropolitanas: por que não cooperam?** Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpolis; Belo Horizonte: PUC, 2009.
- GaWC – Globalization and World Cities (GaWC) Research Network. **The World According to GaWC 2016**, 2016. Disponível em: <https://www.lboro.ac.uk/gawc/gawcworlds.html>
- GOMES, Patricia S. Qual governança metropolitana? Embate entre as agendas competitiva e cooperativa nos rumos de duas metrópoles contemporâneas: Belo Horizonte e Lille (França). *In*:

ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais...** [...]. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-18.

GOULART, Fransérgio. Cartografia Insurgente – Quem constrói nossos mapas somos nós!. **Canal Ibase**, Rio de Janeiro, 14, agosto 2017. Disponível em: <http://www.canalibase.org.br/cartografia-insurgente-quem-constroi-nossos-mapas-somos-nos/>. Acesso em: Abril/2019.

GRANJA, Laura. Planejamento conflitual e insurgente: uma reflexão embasada no estudo de caso Ocupe o Cocó. In: FÓRUM HABITAR, 4º., 2017, Belo Horizonte. **Anais...** [...]. Belo Horizonte: IEDS, 2017. p.13.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. **The American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, maio 1973.

GROS, Frédéric. **Desobedecer**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

GROTE, Jurgen. Participatory Governance Reloaded — The Horizontalist Expectation. In: BJORN, Egner; HAUS, Michael; TERIZAKIS, Georgios (Org.) **Regieren. Festschrift für Hubert Heinelt**. Wiesbaden, Springer VS: 2012, p. 73-95.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X, 2005, São Paulo. **Anais...** [...]. São Paulo: USP, 2005. p. 6774- 6792.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism. **Geografiska Annaler. Series B, Human Geography**, v. 71, n. 1, p. 3-17, 1989.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, n. 30, 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 269-274, 2009.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HARVEY, David. O Direito à Cidade. **Lutas Sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

HARVEY, David. A Liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 27-34.

HARVEY, David. The crisis of planetary urbanization. Post-MOMA (The Museum of Modern Art), 18, nov. 2014. Disponível em: https://post.at.moma.org/content_items/520-the-crisis-of-planetary-urbanization. Acesso em: 10 jan. 2019.

HARVEY, David. Vivemos no mundo de servidão por dívida. **The Intercept**, 20 jan. 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/01/25/servidao-por-divida-capitalismo-marxismo-david-harvey/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

HAWKINS, Robert; MAURER, Katherine. Bonding, Bridging and Linking: How Social Capital Operated in New Orleans following Hurricane Katrina. **British Journal of Social Work**, v. 40, p. 1777–1793, 2010.

HEALEY, Patsy. **Collaborative Planning: Shaping places in fragmented societies**, London: Macmillan, 1997.

HEALEY, Patsy. Collaborative planning in perspective. **Planning Theory**, v. 2, n. 2, p. 101-123, 2003.

HEALEY, Patsy. The universal and the contingent: Some reflections on the transnational flow of planning ideas and practices. **Planning Theory**, n. 1, v. 2, p. 188 –207, 2011.

HOLSTON, James. Spaces of insurgent citizenship. In: SANDERCOCK, Leonie (Ed.). **Making the invisible visible: A multicultural planning history**. California, London: Regents of the University of California Press, 1998. p. 37-56.

HOPKINS, Rob. **21 stories of transition**. Devon: Transition Network, 2015

- HORI, Paula. Os Coletivos Urbanos da cidade de São Paulo: ações e reações. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais...** [...]. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-18.
- HORI, Paula. **Práticas urbanas transformadoras: o ativismo urbano na disputa por espaços públicos na cidade de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- HUDCC – Housing and Urban Development Coordinating Council. **HABITAT III: The Philippine National Report.** HUDCC, oct. 2016. Disponível em: http://www.hudcc.gov.ph/HABITAT_III
- HUDSON, Barclay. Comparison of Current Planning Theories: Counterparts and Contradictions. **APA Journal**, p. 387-403, October 1979
- IBABAO, Rhodella A. **Emerging Planning Practices of Civil Society Groups in Iloilo City, Philippines and their Implications for Planning Theory.** Tese (Doctor of Philosophy in Environmental Management) – Lincoln University, Christchurch, 2013
- İNCEOĞLU, İrem. The Gezi spirit and the forums. **Open Democracy**, 2013. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/gezi-spirit-and-forums/>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- INNES, Judith E.; BOOHER, David E. Collaborative policymaking: governance through dialogue. In: HAJER, M; WAGENAAR, H. (eds). **Deliberative policy analysis. Understanding governance in the network society.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 33-59.
- IRAZABAL, Clara. **Revisiting Urban Planning in Latin America and the Caribbean.** Global Report on Human Settlements 2009 - Regional report Latin America and the Caribbean 2009 [s. L.]: Un-habitat, 2009. 178 p. Disponível em: <<http://www.unhabitat.org/grhs/2009>>. Acesso em: 24 nov. 2018.
- JANOSHCKA, M. El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentación y privatización. **Eure** (Santiago), v. 28, n. 85, p. 11-20, 2002.
- KONDA. (2014). **Gezi Report: Public perception of the ‘Gezi protests’ Who were the people at Gezi Park?** [S.l.]: Konda, 5 June, 2014. *Relatório.* Disponível em: http://www.konda.com.tr/en/raporlar/KONDA_Gezi_Report.pdf. Acesso em: fev. 2019.
- KUYMULU (2013), Mehmet Barış. Reclaiming the right to the city: Reflections on the urban uprisings in Turkey. **City**, v. 17, n. 3, p. 274–278, 2013. DOI: 10.1080/13604813.2013.815450
- LANE, Marcus. **Indigenous land and community security: A radical planning agenda.** Madison, WI: Land Tenure Center, University of Wisconsin-Madison, 2001.
- LANFRANCO; QUIJADA, 2004 – LANFRANCO, Patricio; QUIJADA, Rodrigo. **Santiago de Chile: Transporte y Legislación Una mirada Ciudadana.** Santiago do Chile: Ciudad Viva, 2004.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002
- LIMA, Carlos Henrique M. L. Cidade consensual, cidade insurgente: notas sobre o ativismo urbano no centro de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais...** [...]. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-20.
- LIMA, Junia M. F. *et al.* Quando a prática acadêmica sai ao território: a experiência da Oficina Multidisciplinar: Os LUMEs e a prática do planejamento metropolitano – UFMG. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais...** [...]. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-13.
- LOPEZ; Lisett M.; PRADILLA COBOS, Emilio. La privatización y mercantilización de lo urbano 2017. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais...** [...]. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-21.
- MACE, Alan; TEWDWR-JONES, Mark. Neighbourhood planning, participation and rational choice. **Journal of Planning Education and Research**, , p. 1-32, 2017. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/83720/>. Acesso em: 10 fev. 2017. ISSN 0739-456X.
- MAGALHAES, Felipe N. C. **O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea.** Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais –UFMG, Belo Horizonte, 2015.

MANZI, Tony; JACOBS, Keith. Chapter 2 Understanding institutions, actors and networks: Advancing constructionist methods in urban policy research. *In*: MAGINN, P.; THOMPSON, S.; TONTS, M. (Ed.) **Qualitative Urban Analysis: An International Perspective** (Studies in Qualitative Methodology, Vol. 9). Emerald Group Publishing Limited: Bingley, 2008, p. 29-50.

MARASCHIN, Clarice et al. Grandes Empreendimentos Terciários e a Estruturação Metropolitana Contemporânea: Gravataí, Região Metropolitana de Porto Alegre. **Revista Paranaense de Desenvolvimento** (Online), v.35, n.126, p.161-176, 2014.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades: Alternativas para a crise urbana**. 4. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

MARINO, Aluízio. Cultura, periferia e direito à cidade: coletividade em São Paulo e Bogotá. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.3, n.3, set/dez, 2015.

MARINO, Aluízio. **Ação cultural e territórios insurgentes**: “uma pesquisa-ação com coletivos culturais de São Paulo e Bogotá”. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território) – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2016

MARINO, Cíntia de C. **Cidade em Festa, cidade em disputa**: ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo no início do século XXI. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

MARQUES, Eduardo. Social Networks, Segregation and Poverty in São Paulo. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 36, n. 5, p. 958–979, 2012.

MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. **Progress in Human Geography**, v. 24, n. 2, p. 219–242, 2000;

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATOS, Camila. Ativismos urbanos digitais: a relevância do espaço material nas lutas urbanas contemporâneas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais... [...]**. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-21.

MATOS, Camila. **Corpos invisíveis**: a materialidade dos activismos urbanos Digitais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – UFMG, Belo Horizonte, 2017b.

MATTOS, Carlos A. de. Globalización, negocios inmobiliarios y transformación urbana. **Nueva Sociedad**, n.212, p.82-96, 2007.

MATTOS, Carlos A. de. Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina. De ciudad a lo urbano generalizado. **Revista de Geografía Norte Grande**, n. 47, p. 81-104, 2010.

MAZIERO; Maria C.; ALMEIDA, Eneida. Urbanismo Insurgente: ações recentes de coletivos urbanos ressignificando o espaço público na cidade de São Paulo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais... [...]**. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-18.

MEGAISTAMBUL [Site institucional]. Disponível em: <http://megaprojeleristanbul.com/#>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MELCHORS, Lucia C. **Agentes produtores do espaço urbano e a questão da habitação**: distribuição territorial do Programa Minha Casa Minha no município de Gravataí / Região Metropolitana de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MELCHORS, Lúcia C. Metropolização Contemporânea: transformações territoriais nas metrópoles da América Latina. **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 10, n. 1, p. 133-154, 2017. DOI:10.18468/pracs.2017v10n1.p133-154

MELO, Cristina T. V. Desafios éticos e políticos no vídeo Vida Estelita, subjetividades políticas em devir. **Galáxia**, São Paulo, n. 32, maio/ago. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542016223802> 2016

MENDONÇA, Jupira G.. As possibilidades do planejamento participativo no nível metropolitano. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XV, 2013, Recife. **Anais... [...]**. Recife: ANPUR, 2013. p. 1-14.

- MERRIFIELD, Juliet. **Learning Citizenship Learning from Experience Trust**. Discussion Paper for Institute of Development and Society for Participatory, 2001.
- MESQUITA, Zila. Aprender com Porto Alegre: experimentando viver a cidadania na prática educativa. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 20, p. 127-133, dez. 1995.
- MINVU – MINISTERIO DE VIVIENDA Y URBANISMO. **Programa de Recuperación de Barrios: Lecciones Aprendidas y Buenas Prácticas**. Santiago de Chile: Ministerio de Vivienda y Urbanismo, Gobierno de Chile, 2010.
- MINVU – MINISTERIO DE VIVIENDA Y URBANISMO. **Compilation of Neighbourhood Good Practices**. Santiago de Chile: Ministerio de Vivienda y Urbanismo, Gobierno de Chile, 2016. Disponível em: <http://quieromibarrío.cl/index.php/publicaciones/libros-publicados/>. Acesso em: 10 jan 2018.
- MIRAFTAB, Faranak; WILLS, Shana. Insurgency and Spaces of Active Citizenship: The Story of Western Cape Anti-Eviction Campaign in South Africa. **Journal of Planning Education and Research**, v. 25, n. 2, p. 200-217, 2005.
- MIRAFTAB, Fanarak. Insurgent Planning: situating radical planning in the Global South. **Planning Theory**, London, v. 8, n. 1, p. 32–50, 2009.
- MIRAFTAB, Fanarak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ONLINE)**, Recife, v. 18, n. 3, p. 363-377, set./dez 2016.
- MIRANDA, Felipe V. Como sem-teto se tornaram planejadores urbanos em SP?. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais... [...]**. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-18.
- MITLIN, Diana. With and beyond the state – co-production as a route to political influence, power and transformation for grassroots organizations. **Environment & Urbanization**, v. 20, n. 2, p. 339–360, 2008. DOI: 10.1177/0956247808096117
- MITLIN, Diana. Beyond contention: urban social movements and their multiple approaches to secure transformation. **Environment & Urbanization**, v. 30, n. 2, p.557–574, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/0956247818791012>
- MONTEIRO, Poliana; MEDEIROS, Mariana. Insurgência Feminina: A ética do cuidado e a luta contra a remoção. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais... [...]**. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-18.
- MOORE, Adam. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. **Progress in Human Geography**, v. 32, n. 2, p. 203–225, 2008.
- MORENO, Jenny. Participative strategies in the Neighbourhood Recovery Programme “Quiero Mi Barrio” in Chile: Contributions and key guidelines for Disaster Risk Reduction. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON BUILDING RESILIENCE, 17, 2013, Ahungalla. **Anais... [...]**. Ahungalla: University of Salford, 2013.
- MMF – Mori Memorial Foundation. **Global Power City Index**. Tokyo, 2018.
- MOVIMENTO BAIXOCENTRO. BAIXOCENTRO: GRITO DOS OUTROS. **VIRUS** [online], São Carlos, n. 9, 2013. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/virus/_virus09/secs/carpet/virus_09_carpet_43_pt.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.
- Movimento#OcupeEstelita. **Alerta Máximo**. 24 dez. 2015. Facebook: Movimento#OcupeEstelita. Disponível em: Acesso em: 14 set. 2019. <https://www.facebook.com/resistencia pernambucana/posts/621647484642003>
- MOVIMENTO#OCUPEESTELITA. **2ª reunião aberta- (re)organizando a resistência**. Recife, 4 dez. 2017. Facebook: Movimento#OcupeEstelita. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/130582480954168/>. Acesso em: 15 set. 2019.
- MOVIMENTO#OCUPEESTELITA. **E agora, Estelita? Reunião Aberta**. Recife, 14 set. 2018. Facebook: Movimento#OcupeEstelita. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/267105927252373/>. Acesso em: 15 set. 2019.

MUSEU DAS REMOÇÕES. [Site institucional]. Disponível em: <https://museudasremocoes.com>. Acesso em: 10 jan 2019.

MUSSI, Joana. **O espaço como obra**: ações, coletivos artísticos e cidade. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo–USP, São Paulo, 2012.

NABACK, Clarissa. **Remoções biopolíticas**: o habitar e a resistência da Vila Autódromo. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, PUC Rio, Rio de Janeiro, 2015

NIETO, Maria de la Luz. Quiero mi Barrio, Chile. In: ROJAS, Eduardo (ed). **Building cities**: neighbourhood upgrading and urban quality of life. Inter-American Development Bank, 2010. p. 123-136.

ODABAŞ, Odabaş; REYNOLDS-STENSON, Heidi. **Tweeting from Gezi Park: Social Media and Repression Backfire**, Social Currents, v. 5, n. 4, p. 386- 406, 2017.

DOMÍNIO. [Site institucional]. Disponível em: link. Acesso em: data de acesso.

OIDP – Observatório Internacional da Democracia Participativa. [Site institucional]. Disponível em: oidp.net/pt/. Acesso em: 15 dez 2019.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Making Decentralisation Work in Chile**: Towards Stronger Municipalities. Paris: OECD Multi-level Governance Studies, OECD Publishing, 2017.

OLIVEIRA, Clarice M. **Projetos urbanos**: uma crítica ontológica. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ORBISTA, Carmelo. **NGOs Participation in Local Governance in the Philippines**. Dissertação (Master of Arts in Political Science) – University of Canterbury, Christchurch, 2012.

ORS, Ilay R.; TURAN, Omer. The manner of contention: Pluralism at Gezi. **Philosophy and Social Criticism**, v. 41, n. 4-5, p. 453–463, 2015

OZDERMIR, Cagri. What's left of Turkey's Gezi protest movement?. In: **Deutsche Welle**, 31 maio 2017. Disponível em: <http://p.dw.com/p/2dqXg>. Acesso: 01/06/2019.

PHILIPPINE STATISTICS AUTHORITY. **2015 Census of Population**. Disponível em: <https://psa.gov.ph/>. Acesso em: Abril 2019.

PICKERING, Tess; MINNERY, John. Scale and Public Participation: Issues in Metropolitan Regional Planning. **Planning Practice & Research**, v. 27, n. 2, p. 249–262, abril 2012.

PINHEIRO, Valéria; LESSA, Lucas G.; MONTENEGRO VERAS, Francisco F. Encontro de Comunidades e Observatório de Remoções: experimentações de uma práxis educativa em Fortaleza. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais...** [...]. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-22.

PINTO, Áureo M. G.; JUNQUEIRA, Luciano A. P. Relações de poder em uma rede do terceiro setor: um estudo de caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 5, p. 1091-1116, Set./out. 2009.

PINTO, Luiz Carlos. Tese de doutorado fortalece tombamento do Estelita. **Marco Zero Conteúdo**, 04 setembro 2015. Disponível em: <http://marcozero.org/tese-de-doutorado-fortalece-tombamento-do-estelita/>. Acesso em: 17 setembro 2019.

PINTO, Luiz Carlos. Entorno do Cais José Estelita é objeto de nova ocupação no domingo. **Marco Zero Conteúdo**, 18 maio 2017. Disponível em: <http://marcozero.org/entorno-do-cais-jose-estelita-e-objeto-de-nova-ocupacao-no-domingo/>. Acesso em: 17 setembro 2019.

POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL. **Cidade Luz uma investigação-ação no centro de São Paulo**. São Paulo: Política do Impossível, 2008.

PONTES; João Paulo, FEDOZZI, Luciano. 2016: Participação e juventudes: Relações geracionais e adultocentrismo no Orçamento Participativo de Porto Alegre. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz. ET AL. **Estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul: transformação em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora Letral, 2016. DOI 10.21826/9788563800206.

- PORTER, Libby. Coexistence in cities: The challenge of Indigenous urban planning in the twenty-first century. *In*: WALKER, R.; JOJOLA, T.; NATCHER, D. **Reclaiming Indigenous Planning**. Montreal and Kingston: McGill-Queen's Univ. Press, 2013. p. 283-310.
- PORTER, Libby et al. Indigenous Planning: from Principles to Practice. **Planning Theory & Practice**, v. 18, n. 4, p. 639-666, 2017. DOI: 10.1080/14649357.2017.1380961.
- PORTUGALI, Juval. **Complexity, cognition and the city**. Understanding complex systems. Berlin: Springer, 2011.
- PORTUGALI, Juval. **Complexity theories of cities have come of age: an overview with implications to urban planning and design**. Heidelberg; New York: Springer, 2012.
- PORTUGALI, Juval. **What makes cities complex?** InPlanning, 2015. Entrevista com Juval Portugali e palestra proferida na Groningen University em 18 junho de 2015, 01:08':58". Disponível em: <http://www.inplanning.eu/categories/1/articles/146>. Acesso em dezembro de 2018.
- PORTUGALI Juval. What Makes Cities Complex?. *In*: PORTUGALI Juval, Stolk Egbert. (eds) **Complexity, Cognition, Urban Planning and Design**. Springer Proceedings in Complexity: Springer, 2016. p.3-19.
- POSTVIRTURAL. **Historical Atlas of Gezi Park**, 2013. Disponível em: <https://postvirtual.wordpress.com/2013/06/27/historical-atlas-of-gezi-park/>. Acesso em 1 julho 2019.
- PRADILLA-COBOS, E. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v.16, n. 31, p. 37-60, jun 2014.
- PUTMAN, Robert. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster, 2000.
- QUIJADA, Rodrigo; TIRACHINI, Alejandro; HENRIQUEZ, Rodrigo; HURTUBIA, Ricardo. **Investigación al Transantiago: Sistematización de Declaraciones hechas ante la Comisión Investigadora**, Resumen de Contenidos de los Principales Informes Técnicos, Información de Documentos Públicos Adicionales y Comentarios Críticos, 2007. Disponível em: https://ciperchile.cl/wp-content/uploads/Reporte_Transantiago.pdf. Acessado em 08 março 2019.
- QUINTSLR, Suyá. Crise hídrica e debate público sobre saneamento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais... [...]**. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-22.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RANDOLPH, Rainer. Do planejamento colaborativo ao planejamento "subversivo": reflexões sobre limitações e potencialidades de planos diretores no Brasil. **Scripta Nova**, v. XI, n. 245 (17), ago. 2007.
- RANDOLPH, Rainer. A nova perspectiva do planejamento subversivo e suas (possíveis) implicações para a formação do planejador urbano e regional – o caso brasileiro. *In*: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, X, 2008, Barcelona. **Anais... [...]**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. p. 1-15.
- RANDOLPH, Rainer. Arenas de formulação de políticas regionais: uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v3, n.1, p. 5-26, 2015. DOI: 10.7867/2317-5443.
- RANDOLPH, Rainer. Política, planejamento e governança do desenvolvimento regional - quo vadis? **Revista REDES**, v. 22, n. 1, p. 218-239, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/8646>
- REVISTA O GRITO. Vídeo: A participação do geógrafo David Harvey no #OcupeEstelita. 24 NOV, 2014. Disponível em: <http://revistaogrito.com/david-harvey-ocupe-estelita/>.
- RIBEIRO, Luiz Cesar Q. **Transformações na Ordem Urbana das Metrôpoles Brasileiras: 1980/2010**. Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles/ Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia/ FAPERJ – CAPES – CNPq, 2013.
- RIBEIRO, Luiz Cesar Q (org). **Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles/INCT, 2015.

- RIO ON WATCH. Vila Autódromo Strengthens Resistance With 2nd Cultural 'Occupation'. **Rio on Watch**, 2015. Disponível em: <https://www.rioonwatch.org/?p=25688>. Acesso em: 20 abril 2019.
- RIO ON WATCH. Dois Anos Após os Jogos Olímpicos 2016 Vila Autódromo Celebra 'Vitória Gloriosa' e Mira o Futuro. **Rio on Watch**, 2018. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=35597>. Acesso em: 20 abril 2019.
- ROCHA, Heliana. O Lugar das práticas comunitárias emergentes nas transformações urbanas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais...** [...]. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-15.
- ROJAS, Ana Maria A. Autopista Costanera Norte: um análisis crítica desde la ética cívica. **Revista Perspectivas**, n. 24, p. 45-67, 2013.
- ROLNIK, Raquel. Onde vai parar a política higienista de Kassab. **Brasil de Fato**, 2012. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/10069/>. Acesso em: 25 abril 2019.
- ROLNIK, Raquel. Vitória do Movimento Ocupe Estelita, desafio para nossas cidades. **Blog da Raquel Rolnik**, São Paulo, 03 março 2015. Disponível em: < <https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/ocupe-estelita/> >. Acesso em 18 jan 2019.
- ROLNIK, Raquel. Ocupe Estelita e o novo ativismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 abr. 2015b. Disponível em: < <https://m.folha.uol.com.br/colunas/raquelrolnik/2015/04/1618763-ocupe-estelita-e-o-novo-ativismo.shtml> > Acesso em: 10 fev. 2019.
- ROMO, Margarita. Integrated Neighbourhood Upgrading Programme, Ecuador. In: ROJAS, Eduardo (ed). **Building cities: neighbourhood upgrading and urban quality of life**. Inter-American Development Bank, 2010. p. 185-188.
- ROSA, Maria Virgínia de F. P. C; ARNOLDI, Marlene A. P. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.
- SACK, Robert. Human Territoriality: A Theory. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 73, n. 1., p. 55-74, Mar. 1983.
- SAGARIS, Lake. Living City: community mobilization to build active transport policies and programs in Santiago, Chile. **Field Actions Sci. Rep.**, v. 2, p. 41-48, 2009.
- SAGARIS, Lake. **Citizens, Complexity and the City: Lessons from citizen participation in urban (transport) planning in Santiago Chile, 1997-2012**. Tese (Doctor of Philosophy) – Department of Geography and Planning, University of Toronto, Toronto, 2013. (2013)
- SAGARIS, Lake. **PhD Dissertation Documentary Narrative 1: The Coordinadora No a la Costanera Norte: Context and Communities**. Documento complementar à Tese (Doctor of Philosophy) – Department of Geography and Planning, University of Toronto, Toronto, 2013. (2013b)
- SAGARIS, Lake. **PhD Dissertation Documentary Narrative 2: Ciudad Viva (Living City)**. Documento complementar à Tese (Doctor of Philosophy) – Department of Geography and Planning, University of Toronto, Toronto, 2013. (2013c)
- SAGARIS, Lake. Contribución de organizaciones ciudadanas em la disminución de efectos negativos de la segregación. In: CARREÑO, Camila. **UC Propone**. Santiago, Chile: PUC de Chile, 2014. p.81-97.
- SAGARIS, Lake. Autopistas, ciudadanía y democratización: la Costanera Norte y el Acceso Sur, Santiago de Chile (1997-2007). **EURE**, Santiago, v. 43, jan. 2017.
- SAGARIS, Lake. Citizen participation for sustainable transport: Lessons for change from Santiago and Temuco, Chile. **Research in Transportation Economics**, v. 69, p. 402-410, set. 2018. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.retrec.2018.05.001>
- SAIDLER, Marcos Felipe S. Narrativas de uma sociedade indígena na fronteira econômica: o caso dos Mebêngôkre Kayapó do Sudeste Paraense. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais...** [...]. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-20.
- SALAZAR, Ricardo D. Los marcos de acción colectiva y sus implicaciones culturales en la construcción de ciudadanía. **Universitas Humanística**, Bogotá, n. 64, p. 41-66, jul/dez. 2007.

SANCHES, Taísa. O que os movimentos sociais de luta por moradia dizem sobre as cidades: os casos de Rio de Janeiro e Londres. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42^o, 2018, Caxambu. **Anais...** [...]. Caxambu: ANPOCS, 2018. p. 1-26.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. ¿Qué gobernabilidad? Sistematizar las condiciones de formación metropolitana para abordar las dificultades de comparación de regiones metropolitanas. Reflexión desde Barcelona, In: MATTOS, Carlos et al. **Gobernanzas, Competitividad y Redes**: La gestión de las ciudades del siglo XXI. Colección Rideal – Eure Libros, 2005.

SANDERCOCK, Leonie. Framing Insurgent Historiographies for Planning. In: SANDERCOCK, Leonie (Ed.). **Making the invisible visible**: A multicultural planning history. California, London: Regents of the University of California Press, 1998. p. 37-56.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura Souza. **Um Discurso sobre as Ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1988.

SANTOS, Boaventura Souza; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura Souza. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura Souza. Entrevista ao Jornal O Globo, Brasil, Nov, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/JornalOGLONov2004.pdf>.

SANTOS, Boaventura Souza. **Revueltas de indignación y otras conversas**. La Paz: Stigma, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**: da Crítica da Geografia à uma Geografia Crítica. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. ed. [S.l.]: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. ISBN 85-314-0713-3.

SASSEN, S. Ciudades en la economía global: enfoques teóricos y metodológicos. **Eure** (Santiago), v. XXIV, n. 71, p. 5-25, mar. 1998.

SASTRE, Patrícia. Vila Autódromo, a comunidade que venceu os Jogos Olímpicos. **El País**, 26 jul 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/25/politica/1469450857_996933.html. Acesso em: 12 fev 2019

SCHWAB, Brigitte; KÜBLER, Daniel; WÄLTI, Sonja. Metropolitan governance and democracy in Switzerland: An attempt of operationalisation and an empirical assessment, 2001. Disponível em: ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/b2f61e49-dd64-47cf-91ce-a8f0f708de6f.pdf

SCOTT, Allen J.; AGNEW, John; SOJA, Edward W. e STORPER, Michael. Cidades-regiões globais. **Espaço & debates: Revistas de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, n. 41, p. 11-25, 2001. ISBN 0101-5621.

SEPÚLVEDA, Claudia. El caso proyecto Costanera Norte: El Sistema de Evaluación de Impacto Ambiental ante una comunidad en serio. In: SABATINI, Francisco; SEPÚLVEDA, Claudia; HERNÁN Blanco. **Participación Ciudadana para Enfrentar Conflictos Ambientales**. Santiago: CIPMA, 2000. p.25-37.

SEPULVEDA, Leandro. Ciudad Viva: Muévete por uma ciudad mejor. In: PROGRAMA CIUDADANÍA Y GESTIÓN PÚBLICA. **Nuevas Experiencias de Gestión Pública Ciudadana**: Las 20 Destacadas del Premio 2004. Santiago, Chile: LOM ediciones Ltda, 2005. p.141-158.

SEPULVEDA MIRANDA, Nelson. Desde la micropolis. Ciudadanía movilizada en la reconstrucción de sus territorios en Santiago de Chile (Artículos). **RELACSO** – Revista Estudiantil Latinoamericana de Ciencias Sociales, n. 1 (2011-2012), p. 1-20, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10469/7558>

SERPA, Angelo. Mergulhando num mar de relações: redes sociais como agentes de transformação em bairros populares. **Geografia**, Rio Claro, v. 30, n. 2, p. 211-222, mai./ago. 2005.

SERPA, Angelo. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 2, p. 586-600, agosto. 2017. ISSN 2179-0892.

- SILVA, Enrique E. Deliberate improvisation: Planning highway franchises in Santiago, Chile. **Planning Theory**. v. 10, n. 1, p. 35-52, 2011.
- SILVA, Eugenio R. O Planejamento Estratégico sem plano: uma análise do empreendedorismo urbano no Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 2, p. 279-306, dez. 2012.
- SILVA, Marcela M. O. **Vila Autódromo, um território em disputa**: A luta por direitos desde sujeitos fronteiriços e práticas insurgentes. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- SILVA, Douglas de A. . Banhado Resiste: estratégias discursivas de uma comunidade habitante de área protegida. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais... [...]**. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-19.
- SLAEV, Aleksandar D.; KOVACHEV, Atanas; NOZHAROVA, Boriana; DASKALOVA, Diliana; NIKOLOV, Peter; PETROV, Plamen. Overcoming the failures of citizen participation: The relevance of the liberal approach in planning. **Planning Theory**, v. 18, n. 4, p. 448–469, 2019.
- SOARES JUNIOR; Amilton Q.; SANTOS, Mauro Augusto. A Territorialidade e o Território na Obra de Robert David Sack. **Geografia (Londrina)**, v. 27. n. 1. p. 07-25, abril 2018. DOI: 10.5433/2447-1747/2018.v38n1p7.
- SOARES, Paulo R. Relato da primavera em Santiago: o outubro de 2019. **Boletim Informativo do Observatório das Metrópoles**. Ano VI, nº 607, 31/10/2019. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/relato-da-primavera-em-santiago-o-outubro-de-2019/>
- SOJA, Edward W. **Geografias pós-Modernas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SOLIDARIEDADE TAKSIM [Taksim Dayanisma], 2013. Disponível em: <http://taksimdayanisma.org/bilesenler>. Acesso 15 ago 2019.
- SOUZA, Celina. Participatory budgeting in Brazilian cities: limits and possibilities in building democratic institutions. **Environment & Urbanization**, v. 13, n. 1, abr. 2001.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- SOUZA, Marcelo L. D. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SPEER, Johanna. Participatory Governance Reform: A Good Strategy for Increasing Government Responsiveness and Improving Public Services?. **World Development**, v. 40, n. 12, p. 2379–2398, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.05.034>
- SWEET, Elizabeth; CHAKARS, Melissa. Identity, Culture, Land, and Language: Stories of Insurgent Planning in the Republic of Buryatia, Russia. **Journal of Planning Education and Research**, XX (X) 1, p. 12-22, set. 2010.
- SZRETER, Simon; WOOLCOCK, Woolcock. Health by association? Social capital, social theory, and the political economy of public health. **International Journal of Epidemiology**, v. 33, p. 650–667, 2004.
- TANAKA, Giselle. Planejamento e Conflitos Sociais: reflexões a partir lutas urbanas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais... [...]**. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-19.
- TAVARES, Rossana B. Práticas sociais de resistência na perspectiva de gênero contra indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais... [...]**. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-12.
- TEODORO, John I.; RAYOS CO, Jason C. Community-driven land tenure strategies: the experiences of the Homeless People’s Federation of the Philippines. **Environment & Urbanization**, v. 21, n. 2, p. 415–441. DOI: 10.1177/0956247809344362
- THE GREAT HACK. Direção Karim Amer, Jehane Noujaim. Netflix: 2019.
- TOMAS, Mariona. Expaining metropolitan governance: the case of Spain. **Raumforschung und Raumordnung - Spatial Research and Planning**, v. 75, n. 3, jun. 2016
- TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.ª REGIÃO. **TRF5 suspende sentença que anula leilão do terreno do Cais José Estelita**, 16 dez. 2015

TRINDADE JÚNIOR, S. C. Agentes, Redes e Territorialidades Urbanas. **Revista TERRITÓRIO**, ano III, n. 1, v. 5, p. 31-50, jul./dez. 1998.

UN-HABITAT & CITIES ALLIANCE. **Analytical perspective of pro-poor slum upgrading frameworks**. Kenya: UN-HABITAT, 2006. Disponível em: <https://unhabitat.org/books/analytical-perspective-of-pro-poor-slum-upgrading-frameworks/>

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, VIII, 1999, Porto Alegre. **Anais...** [...]. Porto Alegre: PROPUR – UFRGS, 1999.

VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, p.105-119, 2000.

VAINER, Carlos B.. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, Ano XV, n. 2, ago./dez 2001.

VAINER, Carlos. Planejamento urbano democrático no Brasil. In: Diogo Alfonso ERBA et al., **Cadastro multifinalitário como instrumento de política fiscal e urbana**. Rio de Janeiro: Ministério das Cidades, 2005.

VAINER, Carlos *et al.* O Plano Popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XV, 2013, Recife. **Anais...** [...]. Recife: ANPUR, 2013. p. 1-18.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 27-34.

VAINER, Carlos B. *et al.* **Os megaeventos e a cidade: perspectivas críticas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

VAINER, Carlos. Apresentação. In: OLIVEIRA, Fabricio L.; SANCHEZ, Fernando; TANAKA, Gisele; MONTEIRO, Poliana. **Planejamento e conflitos urbanos: experiências de luta**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016b.

VATIKIOTIS, Pantelis; YÖRÜK, Zafer F. **Gezi Movement and the Networked Public Sphere: A Comparative Analysis in Global Context**. *Social Media + Society*, p. 1.12, jul/set 2016. DOI: 10.1177/2056305116662184

VENTURA, Liana; SZANIECKI, Barbara; TIBOLA, Talita. Co-design no Rio de Janeiro: experimentando o espaço público como espaço comum. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVII, 2017, São Paulo. **Anais...** [...]. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-14.

VERAS, Lucia M. S. C. **Paisagem Postal: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

VERAS, Lucia M. S. C. O horizonte vertical ob-scenus: A ameaça de destruição de uma Paisagem-postal no coração do Recife. **Direitos Urbanos**, 01 junho 2014. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2014/06/01/o-horizonte-vertical-ob-scenus-a-ameaca-de-destruicao-de-uma-paisagem-postal-no-coracao-do-recife/>. Acesso em: 17 setembro 2019.

VILLACA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, apr. 2011. Disponível em: <http://revistas.usp.br/eav/article/view/10597/12339> Acesso em: 15 dez 2012.

VMSDFI – Vicentian Missionaries Social Development Foundation Incorporated (VMSDFI), Manila. Meet the Philippines Homeless People’s Federation, **Environment and Urbanization**, v. 13, n. 2, p. 73-84, oct 2001. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/095624780101300206>. DOI: 10.1177/095624780101300206.

WATSON, Vanessa. Co-production and collaboration in planning – The difference. **Planning Theory & Practice**, v. 15, n. 1, p. 62–76, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/14649357.2013.8662662014>

WATSON, Vanessa. Shifting Approaches to Planning Theory: Global North and South. **Urban Planning**, v. 1, n. 4, p. 32-41, 2016. DOI: 10.17645/up.v1i4.7272016

MUSEU DAS REMOÇÕES. [Site institucional]. Disponível em: <https://museudasremocoes.com/>
Acesso: 10 fev 2019.

WILLIAMSON, Theresa. Not Everyone Has a Price: How the Small Favela of Vila Autódromo's Fight Opened a Path to Olympic Resistance. In: ZIMBALIST, Andrew. **RIO 2016 Olympic Myths Hard Realities**. Washington: The Brookings Institution, 2017, p. 57-96. ISBN 978-0-8157-3246-4.

WISNIK, Guilherme. O ativismo urbano e o valor de uso do espaço público. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 nov. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/11/1705535-o-ativismo-urbano-e-o-valor-de-uso-do-espaco-publico.shtml>. Acesso em: 10 março 2019.

YU; Sandra; KARAOS, Anna Marie. Establishing the role of communities in governance: the experience of the Homeless People's Federation Philippines. **Environment & Urbanization**, v. 16, n. 1, April, 2004.

Filmes/Documentários

[projetotorresgemeas]. Direção coletiva. Recife. 19', 2011. Disponível em: <http://projetotorresgemeas.wordpress.com/projeto/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Acorda. Recife. 6', 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qEldv-tjVvY>. Acesso em: 01 mar. 2019.

As ruas são para dançar. São Paulo. 5', 2012. Créditos: Lucas Pretti, Julia Aguirre. Disponível em: <https://vimeo.com/31832123>. Acesso em: 28 dez 2018.

Cabeça de Prédio. Direção coletiva. Recife. 6', 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HcenLcp1w2U>. Acesso em: 23 fev. 2019.

Desurbanismo #1. Direção: Luís Henrique Leal, Cristiano Borba, Lívia Nóbrega e Caio Zatti. Recife. 3', 2012. Disponível em: <http://vimeo.com/44360432>. Acesso em: 10 maio 2019.

Desurbanismo #2. Direção: Luís Henrique Leal, Cristiano Borba, Lívia Nóbrega e Caio Zatti. Recife. 16', 2012. Disponível em: <http://vimeo.com/44360432>. Acesso em: 10 maio 2019.

Novo Apocalipse Recife. Direção coletiva. Recife. 6', 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uE0wJi6xNBk>. Acesso em: 30 fev. 2019.

One Man, One City, Three Evictions: The Human Cost of Rio's Growth. Direção: Nicky Milne. Rio de Janeiro, 20', 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-E_SqKhcc4A. Acesso em: 03 abr 2019.

Recife: Cidade Roubada. Realização: Ernesto de Carvalho, Leon Sampaio, Luís Henrique Leal, Marcelo Pedroso, Pedro Severien. Recife, 13', 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q0KTIpB2REg>. Acesso em: 30 fev. 2019.

STOP DESPEJOS | A Nazaré não fica na rua!. Realização: Stop Despejos. Rio de Janeiro, 6', [s.a.]. Disponível em: <https://vimeo.com/313830147?fbclid=IwAR1aEapqz0IE3ZU0Xdawd40bsIBRkdi32sAVXniP8WqJtNi0VYavJek2XfY>. Acesso em: 01 mar 2019.

Taksim Commune: Gezi Park and The Uprising in Turkey. Produção: Brandon Jourdan; Marianne Maeckelbergh. Istanbul, 32', 2013. Disponível em: <https://vimeo.com/71704435>. Acesso em: 01 maio 2019.

Traga a Luz. Realização: Política do Impossível, Fórum Centro Vivo. São Paulo, 7', 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w0AyEYK3vPM>. Acesso em: 28 dez 2018.

Velho Recife Novo. Direção: Luís Henrique Leal, Cristiano Borba, Lívia Nóbrega e Caio Zatti. Recife. 16', 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Hl_YNmG1G3d8. Acesso em: 15 jan. 2019.

Vida Estelita. Realização: Edinea Alântara, Ernesto de Carvalho, Marcelo Pedroso e Pedro Severien. Recife. 10', 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=G_rWOfkI6JA. Acesso em: 23 fev. 2019.

Notícias de revistas e jornais online

ALTINO, Lucas. Personalidades aderem à campanha lançada por moradores da Vila Autódromo. **O Globo**, 1 mar. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/personalidades-aderem-campanha-lancada-por-moradores-da-vila-autodromo-18784228>. Acesso em: 10 abr. 2019.

ANISTIA INTERNACIONAL. Nota Pública: Anistia Internacional condena uso excessivo da força pela PM na desocupação do Cais José Estelita em Recife (PE). **Anistia Internacional**, 17 jun. 2014. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/nota-publica-anistia-internacional-condena-uso-excessivo-da-forca-pela-pm-na-desocupacao-cais-jose-estelita-em-recife-pe/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

AQUINO, Lorena. No Recife, manifestantes protestam contra afastamento de promotora. **G1**, 06 mar. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pe/brasil/noticia/2013/03/no-recife-manifestantes-protestam-contra-afastamento-de-promotora.html>. Acesso em: 13 jan. 2019.

ARSU, Sebnem. Music in Istanbul Is Intermission for a Protest. **New York Times**, 14 jun. 2013. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/06/15/arts/music/music-in-istanbul-is-intermission-for-a-protest.html>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BERTA Ruben. Apesar de indenizações milionárias, prefeitura não consegue acabar com a Vila Autódromo. **O Globo**, 14 mai. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/apesar-de-indenizacoes-milionarias-prefeitura-nao-consegue-acabar-com-vila-autodromo-16153064>. Acesso em: 10 out. 2019.

BONILLA, Laura. Autodromo, la irreductible favela que planta cara a Río 2016. **El Mundo**, 21 ago. 2012. Disponível em: <https://www.elmundo.es/elmundo/2012/08/21/suivienda/1345546036.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRUM, Eliane. EU + UM + UM + UM+. A responsabilidade de cada um na luta contra a destruição do Brasil. **El País**, 16 mai. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/15/politica/1557921007_146962.html. Acesso em: 16 mai. 2019. (2019b).

CARTA CAPITAL. Justiça suspende projeto de revitalização da Nova Luz. **Carta Capital**, 27 jan 2012. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/justica-suspende-projeto-de-revitalizacao-da-nova-luz/>. Acesso em: 17 jan. 2019.

COCCO, Giuseppe; MENDES, Alexandre; SZANIECKI, Barbara. Devir mundo da favela e devir favela do mundo. **Le Monde Diplomatic Brasil**, 4 maio 2012. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/devir-mundo-da-favela-e-devir-favela-do-mundo/>. Acesso em: 10 out. 2019.

DONETSK. Peace pianist Martello pops up in Ukraine months after surprise Gezi protest concert. **Hurriyet Daily News**, [S.l.], 22 abr. 2014. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/peace-pianist-martello-pops-up-in-ukraine-months-after-surprise-gezi-protest-concert-65372>. Acesso em: 12 maio 2019.

FERREIRA, Maria Clara. MPF recorre para impedir prosseguimento de obras do projeto Novo Recife. **Diário de Pernambuco**, 02 ago. 2019. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/08/ministerio-publico-entra-com-novos-recursos-para-impedir-prosseguiment.html>. Acesso em: 17 jan. 2019.

FORUM JUSTIÇA. Cartografia com crianças da Vila Autódromo – Minha Vida na Vila. **Fórum Justiça**. Disponível em: <https://www.forumjustica.com.br/cartografia-com-criancas-da-vila-autodromo-minha-vida-na-vila/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

G1-PE. Anistia Internacional, MPF e UFPE repudiam reintegração no Estelita. **G1**, 17 jun. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pe/brasil/noticia/2014/06/mpf-e-ufpe-repudiam-reintegracao-de-posse-no-cais-jose-estelita.html>. Acesso em: 13 jan. 2019.

G1-PE. PF aponta fraude no leilão do terreno do Cais José Estelita, no Recife. **G1**, 30 set. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pe/brasil/noticia/2015/09/pf-confirma-fraude-no-leilao-do-terreno-do-cais-jose-estelita-no-recife.html>. Acesso em: 13 jan. 2019.

G1-PE. Prefeitura fixa em 30 dias prazo para novas diretrizes do Novo Recife. **G1**, 16 jun. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pe/brasil/noticia/2014/06/prefeitura-fixa-em-30-dias-prazo-para-novas-diretrizes-do-novo-recife.html>. Acesso em: 13 jan. 2019. (2014b)

GRIFFIN, Jo. Change beckons for Vila Autódromo, the favela that got in the Rio Olympics' way. **The Guardian**, 26 abr. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global->

development/2016/apr/26/rio-de-janeiro-favela-change-vila-autodromo-favela-olympics). Acesso em: 10 out. 2019.

HALL, Richard. Turkey protests: The 'peace pianist' trying to bring calm to Taksim Square. **The Independent**, Londres, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/europe/turkey-protests-the-peace-pianist-trying-to-bring-calm-to-taksim-square-8656968.html>. Acesso em: 10 jun. 2019.

HUGGINS, Clare. Vila Autódromo Fortalece Sua Resistência com Segunda Ocupação Cultural. **Rio on Watch**, 7 dez. 2015. Disponível em: <https://riononwatch.org.br/?p=17352>. Acesso em: 10 out. 2019.

JUCA, Beatriz. Mobilização por educação confronta bolsonaristas nas redes e testa força nas ruas. **El País**, 15 mai. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557853974_560498.html. Acesso em: 15 mai. 2019.

JUCA, Beatriz. Seis meses depois, pesquisadores (e o TSE) ainda tentam entender o spam político no WhatsApp. **El País**, 07 mai. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/03/politica/1556904799_446652.html. Acesso em: 7 mai. 2019. (2019b)

LAZARE, Sarah. Standing Man' Silent Protest Sweeps Turkey. **Common Dreams**, Portland, 18 jun. 2013. Disponível em: <https://www.commondreams.org/news/2013/06/18/standing-man-silent-protest-sweeps-turkey>.

LEIAJÁ. Projeto Novo Recife chega ao Supremo Tribunal Federal. **Leia Já**, 14 nov 2018. Disponível em: <https://m.leijaja.com/noticias/2018/11/14/projeto-novo-recife-chega-ao-supremo-tribunal-federal/?fbclid=IwAR0tjcP0UWZm3fbwNWY8H5FyKMfS9xWcJyduk3B36faA5PLtENDO7KSRznM>. Acesso em: 17 jan. 2019.

MEINICKE, Thaís. Personalidades pressionam Eduardo Paes pela urbanização da Vila Autódromo. **Veja Rio**, 5 dez. 2016. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidades/personalidades-pressionam-eduardo-paes-pela-urbanizacao-da-vila-autodromo/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

OCCUPYNEWS. **One man standing on #RedSquare in support of #Ukraine #Moscow #Euromaidan @euromaidan #DuranAdam #StandingMan #Maidan**. 19 abril 2014. Twitter: @isaakievskaya. Disponível em: <https://twitter.com/search?q=%23duranadam%20lang%3Aen&src=typd>. Acesso em: 10 maio 2019.

OLIVEIRA, Thais. Disputa pelo cais Estelita ganha novo capítulo, mas está longe do fim, **Carta Capital**, 29 março 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/disputa-pelo-cais-estelita-ganha-novo-capitulo-mas-esta-longo-do-fim/>. Acesso em: 04 out. 2019.

PONNIAH, Kevin. WhatsApp: The 'black hole' of fake news in India's election. **BBC News**, 6 abr. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-47797151>. Acesso em: 8 abr. 2019.

ROMERO, Simon. Slum Dwellers Are Defying Brazil's Grand Design for Olympics. **The New York Times**, 4 mar. 2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/03/05/world/americas/brazil-faces-obstacles-in-preparations-for-rio-olympics.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

SEYMOUR, Richard. Turkey's 'standing man' shows how passive resistance can shake a state. **The Guardian**, Londres, 18 jun 2013. Disponível em: https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/jun/18/turkey-standing-man?CMP=tw_t_gu&fbclid=IwAR0_Mxtpx0QCckrZ2juwRwK0purdh4oJtB_AB5IPYQkrGJ2MPxlzLwFRp. Acesso em: 10 jun 2019.

STEIKER-GINZBERG, Kate. Vila Autódromo People's Plan Wins Deutsche Bank Urban Age Award. **Rio on Watch**, 20 dez. 2013. Disponível em: <https://www.riononwatch.org/?p=12851>. Acesso em: 24 jun. 2019.

Sites de internet consultados

<http://baixacultura.org/baixocentro-ou-as-ruas-sao-para-dancar/>

<http://comunidadevilaautodromo.blogspot.com/>

<http://en.megaprojeleristanbul.com/#taksim-square-pedestrianization-project>

<http://marcozero.org/>

<http://www2.recife.pe.gov.br/index.php>
<https://atelie397.com/baixo-centro/>
<https://direitosurbanos.wordpress.com/>
<https://museudasremocoes.com/>
<https://www.youtube.com/channel/UC6k-b8UCk2DRWsiQBW6pmVA>
<https://postvirtual.wordpress.com/2013/06/27/historical-atlas-of-gezi-park/>
<https://reclaimistanbul.com/2013/06/07/demands-of-occupygezi-movement/>
https://twitter.com/ciudad_viva
<https://twitter.com/ OccupyGeziNews>
<https://vimeo.com/313830147?fbclid=IwAR1aEapqz0IE3ZU0Xdawd40bsIBRkdi32sAVXniP8WqJtNi0VYavJek2XfY>
<https://vimeo.com/71704435>
<https://vivaavilaaudromo.wordpress.com/author/vivaavilaaudromo/>
<https://www.ciudadviva.cl>
<https://www.facebook.com/BaixoCentro/>
<https://www.facebook.com/Homeless-Peoples-Federation-Philippines-Inc-118889708182726/>
<https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/>
<https://www.facebook.com/SomosCiudadViva/>
<https://www.facebook.com/vivaavilaaudromo/>
<https://www.jusbrasil.com.br>
<https://www.philippinealliance.org/>
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/>
<https://www.rioonwatch.org/>
<https://www.taksimdayanisma.org/bilesenler?lang=en>
<https://www.youtube.com/channel/UCgUBB3YKoBQCCFMfjDXakNw>
https://www.youtube.com/channel/UCtAgqLC_iC4qwEoQsWB9PKQ
<https://www.youtube.com/user/ocupeestelita>
<https://www.youtube.com/user/Politicoimpossivel>
<https://www.youtube.com/user/rioonwatchtv/>
https://www.youtube.com/watch?v=-E_SqKhcc4A
https://www.youtube.com/watch?v=RMgRZ-60i_I
<http://everywheretaksim.net/>
<https://occupygeziarchitecture.tumblr.com/>

Bibliografia complementar consultada

AZEVEDO, S. A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: RIBEIRO, L. C. Q. **A Crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. p. 73-101.

BOTELHO, Adriano. **Do fordismo à acumulação flexível: a produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital**. 2000. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume, Fapesq, 2007.

FEDOZZI, Luciano. O futuro da cidade: representações e práticas de planejamento urbano e participação social em Porto Alegre e Região Metropolitana. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; MAMMARELLA, Rosetta. **Habitação e Metrôpole: Representações e produção da cidade em disputa**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2014.

FORESTER, John. Rationality, dialogue and learning: what community and environmental mediators can teach us about the practice of civil society. In: Friedman, J. and Douglas, M. (eds). **Cities for Citizens**. New York, NY: John Wiley & Sons, 1998.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1997.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Recurso Especial Nº 24173/2018**. Proc. nº 0001291-34.2013.4.05.8300. Recife-PE, 13 de novembro de 2018. (2018 a)

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Recurso Extraordinário Nº 24178/2018**. Proc. nº 0001291-34.2013.4.05.8300. Recife-PE, 13 de novembro de 2018. (2018 b)

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Requerimento Nº 24183/2018**. Proc. nº 0001291-34.2013.4.05.8300. Recife-PE, 13 de novembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE. **Lei Municipal nº 16.176/1996** – Estabelece a Lei de Uso do e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, Recife, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE. **Lei Municipal nº 17.511/2008** – Promove a revisão do Plano Diretor do Município do Recife, Recife, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE. Proposta de Procedimentos Estelita. Recife, 16/06/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Lei 14918/09 | Lei nº 14918/2009** – Autoriza o Executivo a aplicar a Concessão Urbanística na área da Nova Luz, São Paulo, 2009.

SANDERCOCK, Leonie. Debatendo o preconceito: a importância das histórias e de sua narração na prática do planejamento. **Cadernos IPPUR**, ano XIX, ½, p. 289-315, jan-dez 2005.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.ª REGIÃO. **AC Nº 594669/PE**. Relator: Des. Federal Ivan Lira de Carvalho. Processo: 0001291-34.2013.4.05.8300. Recife, 14 de novembro de 2017.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.ª REGIÃO. **AC Nº 594669/PE**. Relator: Des. Federal Ivan Lira de Carvalho. Processo: 0001291-34.2013.4.05.8300. Recife, 12 de setembro de 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ATRIBUTOS CHAVE PARA APRENDIZAGEM DA CIDADANIA SEGUNDO MERRIFIELD (2001)

Atributos dos cidadãos...	A que se refere...	Aprendizagem da cidadania deve...
CONHECIMENTO (papel das estruturas p/ julgamento/ solução problemas) - Mais que acesso à informação, é necessário senso de compreensão e consciência (capacitar o julgamento), - Necessário entender relações de poder e como ter um impacto, - Necessário conhecer e entender os outros p/ suportar a ação coletiva.	Conhecimento é armazenado em padrões/estruturas que moldam a percepção humana.	ajudar as pessoas a adquirir novos conhecimentos, vinculando-os aos padrões de conhecimento existentes.
	Conhecimento e experiência estão interligados (pensamentos moldam c/ se experiencia o mundo, experiencias moldam pensamentos).	fornecer experiências de participação na democracia (não apenas informações sobre ela).
	Solucionar problemas consiste em entender o problema e acessar o conhecimento armazenado relevante (a prática auxilia essa proficiência).	deve oferecer oportunidades para praticar a solução de problemas; conscientizar sobre os processos de solução de problemas.
HABILIDADES (papel do aprendizado incorporado na ação e na experiência) - Habilidades de engajamento com outros (negociação, compromisso, influência, liderança, comunicação, colaboração).	A experiência não deve ser reduzida, experiências moldam pessoas, contextos em que essas vivem, pensamentos e entendimentos (reflexão ajuda a reconhecer padrões).	deve oferecer oportunidades para re-apresentar a experiência de diferentes maneiras (permite aprofundar análise e entendimento).
	A prática permite desenvolver conhecimentos.	permitir o aprendizado em espiral (profundo), facilita crescimento e desenvolvimento.
	Aprendizagem é o processo de desenvolvimento assistido (que torna novatos em conhecedores, proficientes nos valores/processos do grupo).	oferecer oportunidades de 'andaimes', (experientes ajudam novatos no início, posteriormente devolvem o controle a esses).
	Refletir sobre as experiências fornece ferramentas para a metacognição, (importante p/ construir conhecimento).	proporcionar prática em todos os níveis de reflexão (autoexame imediato ao mais profundo).
DISPOSIÇÕES (papel da aprendizagem social) - Disposição democrática (senso de justiça e equidade, e cuidado pelos outros) - Ser capaz de desenvolver uma consciência crítica é essencial para uma cidadania plena - Senso de eficácia é importante (entender que ação traz impactos, que cada um tem um papel).	Comunidades aprendizes são locais privilegiados p/ aprendizagem da cidadania se envolvem as pessoas em ações coletivas para solução de problemas compartilhados.	ser conduzida no contexto de comunidades aprendizes - estabelecendo normas, valores, idioma, significados e propósitos de grupo.
	Conversar, trabalhar junto, expressões culturais (música, teatro, poesia), podem criar/ reforçar comunidades.	incorporar diversas expressões culturais e atividades sociais para criar comunidades aprendizes.
	Valores estão implícitos na cidadania, (permeiam ação política e social), participação do cidadão não é uma tarefa técnica ou mecânica.	ser engajada com valores.

Elaborado por L. C. Melchior (2019). Fonte: Merrifield (2001).

APÊNDICE B – TRANSFORMAÇÕES URBANAS DAS METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS SOB OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO

	Efeitos Globais	Particularidades acentuadas no contexto latino-americano
Estrutura produtiva e mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tendência à reestruturação dos processos produtivos (subprocessos) e dispersão das atividades (filiais), ▪ Aumento deslocamentos pendulares, ▪ Polarização entre precarização dos setores médios e aumento da especialização no setor terciário. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desvalorização da força de trabalho assalariada, flexibilização da relação laboral, fragmentação da jornada laboral, ampliação dos empregos precários e fixos descontínuos.
Organização e Crescimento urbano	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ruptura do modelo centro-periferia, ▪ Escala global: tendência a uma concentração urbana contínua, ▪ Escala municipal/metropolitana: aumento da dispersão da urbanização e aparição da cidade difusa. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tendência á fragmentação urbana, ▪ Tendência à acentuação das estruturas lineares (seguindo autopistas) e de nós fragmentados dispersos no perímetro urbano.
Comportamentos locacionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Surgimento de novos comportamentos locacionais com tendência à: <ol style="list-style-type: none"> a) dispersão de empresas, b) metropolização expandida da habitação com a ocupação de espaços suburbanos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Novos comportamentos locacionais, tendência à formação de guetos urbanos: ▪ "ilhas urbanas" para a alta renda; ▪ deslocamento para a periferia, aumento dos espaços auto-organizados e dos mega conjuntos habitacionais para a baixa renda, ▪ Coexistência dos mercados formal e informal do solo.
Estrutura metropolitana	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tendência a criação de uma aglomeração expandida com estruturas policêntricas regionalmente conectadas. 	
Redes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Metrôpoles e economia baseada em redes que podem ultrapassar fronteiras locais e nacionais, conectadas globalmente. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Metrôpoles inseridas na rede mundial, mas desempenhando papel secundário, visto que seus respectivos países também ocupam papel inferior.
Morfologia Urbana	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tendência à verticalização da cidade, 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Expansão dos condomínios fechados (casas e edifícios), ▪ Ampliação da desigualdade social, da segregação territorial e das barreiras físicas, ▪ Coexistência de áreas controladas pelo crime organizado e de áreas autoconstruídas com áreas ocupadas pela classe média e alta.

Fonte: Elaborado por L. Melchioris a partir das pesquisas de: Janoshcka (2002); Janoshcka (2005); Capel (2003); Borsdorf (2003); Janoschka (2005); Mattos, 2010; Hidalgo (2012); Pradilla-Cobos (2014).

APÊNDICE C – CATEGORIAS DE ANÁLISE DA DIMENSÃO ESTRUTURAL DAS REDES – AGENTES, RELAÇÕES INTERNAS E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

Agentes	Que são os agentes, podendo incluir: Estado (em diversas instâncias), indivíduos (participação individual); grupos comunitários e organizações civis (associações; movimentos sociais; ONG; coletivos, associações de bairro, setores ligados ao capital; Instituições (igreja católica, universidades).		
Escala dos agentes	Locais	Conexões que se limitam ao locus da experiência (comunidade, vizinhança, bairro)	
	Nacionais/ Transnacionais	Extrapolam as conexões locais (interligam agentes nacionais, internacionais)	
Laços	Laços fortes	Marcados por vínculos interpessoais fortes (existentes entre membros de uma família, amigos próximos); resultam de uma combinação de tempo, intensidade emocional e de confiança mútua. Indivíduos conectados por laços fortes tendem a ser parecidos, acarretando que informações que circulam entre esses tendam a ser repetitivas e pouco inovadoras.	Granovetter (1973); Pinto; Junqueira (2009); Calmon; Costa (2013)
	Laços fracos	Marcados pela união de agentes diversos e com menor tempo de convivência. Têm alta importância p/ ampliar limites (conectando e unindo grupos distintos). Tendem a ampliar a circulação de novas ideias, propostas e oportunidades. São importantes para sustentar a coesão comunitária e a ação coletiva.	
	Buracos estruturais	Vazio existente entre dois agentes (indivíduos ou grupos/coletivos) situados em redes distintas. Alguns agentes têm a habilidade de atravessar esse vazio estrutural estabelecendo pontes (unindo o que estava originalmente separado), adquirindo uma posição estratégica na rede e ampliando seu poder.	Burt (1992)
Formalização/ organicidade	Hierárquica	Redes verticalizadas, possuem agentes centrais (fundamentais para seu funcionamento), sem os quais a rede podem ser rompidas.	Correa (2012); Pinto; Junqueira (2009); Civitarese (2017)
	Complementar / Rizomática	Redes abertas, flexíveis, organizadas através da partilha, marcadas pela multiplicidade, ausência de hierarquia e possibilidade de transformação constante sem que se rompam.	Deleuze; Guattari (1995)

Elaborado por L. C. Melchioris (2019).

APÊNDICE D – CATEGORIAS DE ANÁLISE DA DIMENSÃO PROCESSUAL DAS REDES –
INTERAÇÕES E PRÁTICAS DE AÇÃO

Temática/ Finalidade/ Foco	Finalidade	Dominação, acumulação, solidariedade etc	Fraser (2006); Cefaï (2009); Quintslr (2017)
	Temática e motivação	Pode estar relacionadas a ampliação de ganhos econômicos; à necessidade/ ameaça à segurança (estabilidade, senso de identidade); lutas vinculadas a superação de injustiças (redistribuição e reconhecimento); “ideal de bem-viver junto” (incluindo temáticas de Direito à cidade, combate à pobreza, luta pela moradia, valorização de espaços simbólicos da cidade, mobilidade, identidade e reconhecimento etc)	
	Foco territorial e Foco temático	A ação pode estar relacionada a um foco territorial comum (ex. controle de porções do território, questões específicas à um(a) rua/bairro/município/país); ou a um foco temático compartilhado (ex. transporte, habitação, direito à cidade, questões ambientais etc).	Correa (2012)
Tipos de interação (processos colaborativos)	<i>Bonding</i> – união	Refere-se a ligações de caráter exclusivo, ou seja, às relações entre membros de uma rede que se consideram similares em termos de sua identidade social compartilhada (semelhantes de alguma forma). Relaciona-se com os laços fortes. Relações de união podem ser úteis em situações de opressão em que um senso de reciprocidade específica e de solidariedade mobilizadora são necessários para “sobreviver”.	Putman (2000); Szreter; Woolcock (2004); Hawkins; Maurer (2010)
	<i>Bridging</i> – ponte (subdivisão <i>linking</i> – ligação)	Refere-se a ligação de caráter inclusivo, ou seja, às relações de respeito e reciprocidade existentes entre pessoas que não são semelhantes em relação a algum quesito social/demográfico (diferem-se por idade, grupo étnico, classe, etc.) ou em termos de sua identidade social compartilhada. Associam-se à capacidade de criar “pontes”. São importantes para vincular ativos externos, difundir informações e permitir aos grupos avançar em relação ao <i>status quo</i> . O conceito de <i>linking</i> (ligação) diferencia as pontes que se estabelecem dentro de relações mais “verticais” (diferenças de status, poder), referindo-se às relações existentes entre indivíduos/instituições e outros indivíduos/instituições que têm um poder relativo (explícito, formal, institucionalizado, gradientes de autoridade) em relação aos primeiros.	
Práticas usadas (formas de atuação)	Espaços convidados	Aqueles nos quais a ação é sancionada e tolerada pelos grupos dominantes (inclui o uso de estratégias legais e/ou formais, espaços oficiais de participação etc).	Miraftab (2009); Tanaka (2017); Mintlin (2018)
	Espaços inventados (forjados)	Aqueles que não estão inicialmente disponíveis nas instâncias oficiais e institucionais, são criados e conquistados através de práticas criativas, insurreições e insurgências (ex. manifestações públicas, ocupações, práticas culturais etc.). Podem inclusive ser criminalizados pelos grupos dominantes. Práticas inventadas podem ser baseadas em ativismos, insurgências e ações de planejamento insurgente.	
	Curto x Longo prazo	Ações voltadas ao curto prazo (ex. impedir coisas, resistência do dia-a-dia, sobrevivência); ações voltadas ao longo prazo, buscando transformações maiores.	
	Meios	Ênfase no espaço físico e/ou espaço virtual (meios digitais)	
Interação com instâncias de poder	Subordinação	Ocorre quando só existe a presença do agente, sem que esse tenha uma “atuação” de fato (ex. processos convencionais de planejamento com participação limitada).	Miraftab (2009); Sagaris (2013); Watson (2014); Ibabao (2013); Mitlin (2018)
	Conflito; Oposição	Práticas oposicionais que podem (ou não) ocorrer dentro dos limites permitidos pela lei. Os conceitos de oposição e transgressão se relacionam a práticas que não envolvem o conflito armado.	
	Co-produção	Engajamento sociedade-Estado voltado à prestação de serviços, à co-produção, co-governança, co-gestão, co-implementação, co-financiamento e co-aprendizado. Opção por ação que buscam mudanças sem confrontar o Estado.	
	Colaboração crítica	Colaboração crítica voltada ao desenvolvimento de ações, projetos e iniciativas específicas.	

Elaborado por L. C. Melchior (2019).

APÊNDICE E – COLETA DE INFORMAÇÕES DA ETAPA 2 (EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS)

Nome Grupo / Área	Agentes	Temática / Objetivos	Táticas de ação (esp. convidados/ inventados), Ênfase (físico / virtual)	Resultados / Desdobramentos alcançados	Insurgências / planejamento o insurgente	Fonte
República de Buryatia (Indígenas), Rússia	Indígenas (Mongóis), acadêmicos, pesquisadores	<ul style="list-style-type: none"> Luta pelo reconhecimento / valorização da cultura indígena 	<ul style="list-style-type: none"> Esp. convidados e inventados – identidade, cultura e luta p/ terra guiam planej. insurgente (promoção língua, ativid. espirituais, cultura indígena, manifest., valoriz. passado, eventos, publicações). 	<ul style="list-style-type: none"> Conscientização (sobre a cultura indígena), Estimular movimentos mais amplos (influenciando novas gerações a se engajar na causa) 	Ambos, conforme o momento	Sweet; Chakars (2010)
Comunidades de baixa renda Indonésia, 1994-2001	Moradores assentamentos precários incentivados por agentes chaves	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria de assentamentos precários (equip. culturais, de saúde, urbanização) 	<ul style="list-style-type: none"> Esp. convidados e inventados – resistências do dia-a-dia, práticas incrementais e planejamento velado Espaços públicos são usados como o local de reunião, alfabetização e conscientização da população (unidades saúde, biblioteca) 	<ul style="list-style-type: none"> Conscientização e transformação comunitária (evoluindo do planejamento institucional ao radical), Construção equipamentos apoio a saúde e à cultura, Impedir remoção do assentamento e conquistar melhorias (pavimentação) 	Ações veladas	Beard (2002; 2003)
Taksim Gezi Parque – Istambul, Turquia, 2013	Pluralidade de agentes	<ul style="list-style-type: none"> Direito à Cidade Luta por espaços simbólicos, Oposição à empreend. (shopping center) 	<ul style="list-style-type: none"> Esp. convidados (sem sucesso); foco se volta aos inventados (ocupação lúdica espaço, performances - despertaram simbolismo ligado à história/cultura) Ênfase práticas coletivas no esp. público; espaço digital (p/ mobilização, divulgação, apoiadores) 	<ul style="list-style-type: none"> Impedir a implantação do projeto Conscientização e aprendizado por participantes, Valorização história/cultura, Reforço de afetividades (entre pessoas e com espaço), Estimular outros movimentos, 	Ênfase em insurgências	Ay; Miraftab (2016)
Assentam. Precários, Cidade do Cabo, África do Sul	Moradores de assentamentos precários e apoiadores	<ul style="list-style-type: none"> Luta pelo Direito à Moradia (pop. Baixa renda – remoções Copa Mundo) 	<ul style="list-style-type: none"> Esp. convidados (proc. judicial) e inventados (práticas informais e oposição voltada à subsist/ sobrevivência) 	<ul style="list-style-type: none"> Permanência de comunidades (resistência à remoção), Melhoria de condições de vida em assentamentos, Conscientização de outros grupos (inadequações), Estimular memórias coletivas/ historicidades problemas 	Ambos	Miraftab (2009)
Coordinadora/ Ciudad Viva Santiago do Chile, Chile	Moradores, assoc. vizinhos, comerc. Formam organiz. comunitária	<ul style="list-style-type: none"> Luta pelo Direito à Cidade Oposição à obra (rodoviária em área central da cidade). 	<ul style="list-style-type: none"> Uso de espaços convidados (legais, parcerias c/ Estado) e inventados (mobilização, comunicação, alianças, capacitação comunitária) Reforço da identidade/ patrimônio da área, 	<ul style="list-style-type: none"> Conscientização e transformação comunitária (atuação coletiva posterior com foco em novas causas), Retardar construção obra, conquistar mudanças projeto, Criação de redes internacionais (empoderar ações comunitárias) 	Ambos. Colaboração crítica c/ Estado	Sagaris (2013)
Coletivos culturais (bairros periféricos) Bogotá, Colômbia	Coletivos culturais atuantes em bairros periféricos	<ul style="list-style-type: none"> Resgatar/trazer cultura para bairros periféricos 	<ul style="list-style-type: none"> Ênfase espaços inventados – uso da arte (graffiti, hip-hop, manifestações artísticas). 	<ul style="list-style-type: none"> Ressignificar lutas e territórios (ação cultural), Intercâmbios culturais, Ampliar acesso à cultura, incentivo à coletividade. 		Marino (2016)
GABRIELA Grupo apoio a mulheres, Filipinas	Organização suporte mulheres/ pessoas situação pobreza	<ul style="list-style-type: none"> Empoderamento e organização mulheres e grupos pobres (suprir necessidades básicas) 	<ul style="list-style-type: none"> Espaços convidados e inventados (protestos coletivos, apoio jurídico e à serviços básicos) Oposição e colaboração crítica com o Estado, táticas de curto prazo e longo prazo 	<ul style="list-style-type: none"> Aprendizado e empoderamento dos envolvidos, Redução da vulnerabilidade social, 	Ambos	Ibabao (2013)
HPFP –Homeless People's Federat. Philippines, Filipinas	Rede nacional 200 associações comunit. pobres e grupos poupança	<ul style="list-style-type: none"> Luta pela superação pobreza/ vulnerabilid. (população de baixa renda) 	<ul style="list-style-type: none"> Espaços convidados e inventados (mecanismos financeiros, suporte à moradia, mobilização comunit.) Oposição e colaboração crítica com o Estado, táticas de curto prazo e longo prazo 	<ul style="list-style-type: none"> Aprendizado e empoderamento dos envolvidos, Redução da vulnerabilidade social, 	Ambos, Co-produção c/ Estado	Ibabao (2013)
JASAC –Jaro Archdiocesan Social Action Center, Filipinas	ONG, braço da Comis. Episcopal Ação Social, Justiça e Paz	<ul style="list-style-type: none"> Luta p/ superação da pobreza (população de baixa renda) 	<ul style="list-style-type: none"> Espaços convidados e inventados, Oposição e colaboração crítica com o Estado, táticas de curto prazo e longo prazo 	<ul style="list-style-type: none"> Aprendizado e empoderamento dos envolvidos, Redução da vulnerabilidade social, 	Ambos, Colaboração crítica c/ Estado	Ibabao (2013)

Elaborado por L. C. Melchior (2019).

APÊNDICE F – COLETA DE INFORMAÇÕES DA ETAPA 2 (EXPERIÊNCIAS NACIONAIS)

Nome Grupo / Área	Agentes	Temática / Objetivos	Táticas de ação (esp. convidados/ inventados), Ênfase (físico / virtual)	Resultados / Desdobramentos alcançados	Insurgências/ planejamento insurgente	Fonte
Movimento Ocupe Estelita – MOE, Recife, PE	Diversidade de agentes (cidadãos, acadêmicos, arquitetos, meio artístico, coletivos etc.) Tende ao rizomático	<ul style="list-style-type: none"> Direito à Cidade, Luta por espaços simbólicos, Oposição à construção de empreendimento (Projeto Novo Recife); Ativação do espaço público 	<ul style="list-style-type: none"> Resistência urbana e ativismo cultural Ênfase esp. inventados (ocupação, práticas culturais, produção de iconografias, protestos), Usa esp. convidados (audiências, abaixo-assinados, diálogo c/ entidades públicas, partic. conselhos, festivais cinema, eventos acadêmicos) Ênfase no espaço físico; redes sociais virtuais p/ divul., reflexão, crítica, agregar apoiadores. Identidade, cultura, preservação patrimônio 	<ul style="list-style-type: none"> Retardar/impedir construção de empreendimento, Criação de produção iconográfica disponível online (audiovisual, fotografia), Compartilhamento de experiências, Dar visibilidade a processos de produção recente da cidade (articulados ao capital), Amadurecimento do grupo, religar a solidariedade (ao menos momentaneamente), Inspirar outras realidades (Cais Mauá de Todos) 	Ambos	Capítulo 4
Rede de Desen. Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim	Associações de moradores, ONGs, mov. sociais, assoc. comunitárias, etc	<ul style="list-style-type: none"> Direito à Cidade Urbanização de assentamentos precários 	<ul style="list-style-type: none"> Esp. convidados – selecionando quando usá-los ou não – cooperação crítica c/ Estado, Esp. inventados (protestos, ativismos, monitoramento políticas públicas, elabor. relatórios, capacitação, carta à políticos) Ênfase no espaço físico; virtual (divulgação) 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução do próprio grupo, que não atua só demandando serviços, mas controla políticas públicas, passou a lutar por controle urbanístico 	Ambos	Freitas (2017)
Movimentos culturais em favelas do Rio de Janeiro	Morador. favelas, movim. sociais, organizações (400 entidades em 05 favelas)	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecimento / valorização de favelas (expressar territorialidade) 	<ul style="list-style-type: none"> Ênfase nos espaços inventados - ações/ práticas culturais, capacitação, Espaço público (criação, práticas artísticas); redes sociais virtuais (divulgação) Reforço da cultura e da identidade local 	<ul style="list-style-type: none"> Produção do Guia Cultural das Favelas Reforço ao Observatório das Favelas (org. da soc. Civil de pesquisa, consultoria e ação pública) 	Ambos	Alvares; Barbosa; Cavalcante (2017)
Coletivos no Centro de São Paulo	Baixo Centro, Contra-filé, A Batata Precisa de Você, Wikipraça, BijaRi, Política do Impossível	<ul style="list-style-type: none"> Diversos objetivos Direito à Cidade / Espaços simbólicos Alguns atuam em oposição ao Projeto NovaLuz 	<ul style="list-style-type: none"> Ênfase em espaços inventados (intervenções, práticas artísticas, caminhadas coletivas etc), privilegiam ações contínuas e descentralizadas Ênfase no espaço físico (práticas e manifestações artísticas em espaços públicos), redes sociais virtuais (conscientização, convocação, divulgação) 	<ul style="list-style-type: none"> Foi capaz de impedir a implantação do projeto, ao menos por algum tempo, Conscientização (dada pela experimentação da arte) 	Insurgências (foco)	Lima (2017), Mussi (2012), Winisk (2015), Marino (2018), Capítulo 4
Campanhas: #primeiroassédio e #meuamigosecreto;	Olga – ONG feminista	<ul style="list-style-type: none"> Luta reconhecimento - mulheres vítimas estupro Empoderar vítimas de violência contra o corpo 	<ul style="list-style-type: none"> Campanhas online e mobilizações efêmeras (ápice e dissolvem-se) Ênfase no corpo e nas redes sociais virtuais (conscientização, articulação, convocação e divulgação) 	<ul style="list-style-type: none"> Agregar vítimas de violência (pelas redes sociais virtuais) 		Matos (2017), Matos (2017b)
Tambores de Safo (Fortaleza, CE);	Articulação musical de mulheres	<ul style="list-style-type: none"> Luta reconhecimento – Gênero/sexualidade Contribuir p/ empoderamento e pensamento crítico feminista 	<ul style="list-style-type: none"> Ênfase em ativismos e esp. inventados (ênfase na música e na arte, paradas musicais, caminhadas, passeatas, participação em atividades culturais e políticas promovidas por movimentos sociais) Ênfase no corpo e nas redes sociais virtuais; espaço público (é o meio de reivindicação) 	<ul style="list-style-type: none"> Conscientização Empoderamento feminino 		Matos (2017), Matos (2017b), Tambores do Safo
Tina Martins (BH);	Mov. feminista Olga Benário	<ul style="list-style-type: none"> Acolher vítimas de violência 	<ul style="list-style-type: none"> Ocupação de prédio ocioso (87 dias), Práticas com ênfase no espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> Concessão de imóvel tombado pelo patrimônio histórico, pelo período inicial de dois anos 	Foco em insurgências	Matos (2017); 2017b)
Movimento Mães de Maio (SP);	Mães de vítimas da violência policial	<ul style="list-style-type: none"> Apoio a enfrentamento da violência policial 	<ul style="list-style-type: none"> Ações p/ reivindicar responsabilização culpados p/ violência policial contra popul. negra e periférica, Práticas com ênfase no espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> Tornou-se referência no enfrentamento contra a violência policial 		Matos (2017), Matos (2017b)

Movimentos secundaristas Escol. de Luta	Grupos de estudantes	<ul style="list-style-type: none"> Reivindicar melhorias das condições de escolas públicas 	<ul style="list-style-type: none"> Esp. Inventados (ocupação de escolas em SP, Goiás, Ceará – estudadas na pesquisa), Práticas com ênfase no espaço físico 		Foco em insurgências	Matos (2017), Matos (2017b)
Ocupe Cocó (Fortaleza, CE); 2013	Pequeno grupo, ampla visibilidade (ambientalistas, moradores, mov. sociais, arq/urb.)	<ul style="list-style-type: none"> Direito à Cidade Oposição à construção viaduto obrigaria desmatar área parque Cocó - APP 	<ul style="list-style-type: none"> Esp. Inventados (ocupação do espaço por 84 dias), Práticas com ênfase no espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> Alteração do projeto inicial (garantia acessibilidade pedestres/ciclistas, diminuição da velocidade de tráfego) criação do Fórum Permanente de Implementação do Parque do Cocó (intuito de definir limites de demarcação c/ maior participação da sociedade) 	Foco em insurgências	Matos (2017), Matos (2017b), Granja (2017)
Movimento Quem Dera Ser um Peixe/ (Fortaleza, CE); 2010	Moradores Poço da Draga, frequentadores Praia de Iracema, artistas, advogados	<ul style="list-style-type: none"> Espaços Simbólicos / Direito à Cidade Oposição à empreendimento ("maior aquário da América Latina") 	<ul style="list-style-type: none"> Espaços Inventados (ocupação por 24 horas - Ocupe Aquário – c/ atividades culturais), apresentações musicais, exibições filmes c/ temáticas urbanísticas e rodas de debate sobre o projeto em questão, Práticas com ênfase no espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> Permanecer ativo (Movimento Quem Dera Ser um Peixe) após ocupação e agregar novas pautas de reivindicação relacionadas à comunidade Poço da Draga e à região da Praia de Iracema. 	Foco inicial insurgências	Matos (2017), Matos (2017b)
Comitês Populares Copa, 2014;	Rede de apoio a comunidades baixa renda	<ul style="list-style-type: none"> Luta pelo Direito à moradia (frente COPA de 2014) 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de relatórios técnicos que se notabilizaram pelo apoio às comunidades e divulgação de abuso de direitos dos processos de remoção 	<ul style="list-style-type: none"> Auxiliar comunidades na luta contra remoções 	Ambos	Matos (2017), Matos (2017b)
Intervenções Ciclofaixas Populares (Fortaleza, CE);	Ciclistas	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar ciclofaixas na cidade, 	<ul style="list-style-type: none"> Práticas de ativismo insurgente: criação de aparato mecânico (fabricado c/ carrinho de supermercado) p/ pintar ciclofaixas em áreas da cidade Práticas com ênfase no espaço físico; forte divulgação nos meios virtuais 	<ul style="list-style-type: none"> Conquista de uma ciclofaixa oficial (feita pela Prefeitura) no mesmo local onde foi pintada a ciclofaixa do movim. Conquista de novas ciclofaixas na cidade Implantação de sistemas de bicicletas compartilhadas 	Foco em insurgências	Matos (2017), Matos (2017b)
Parque Augusta (São Paulo).	Vários coletivos e organismos	<ul style="list-style-type: none"> Defesa meio ambiente/ esp. lazer (parque - área privada apropriada p/ popul.) 	<ul style="list-style-type: none"> Práticas de ativismos insurgentes (festivais de rua, intervenções espontâneas), Espaços convidados (ações judiciais) 	<ul style="list-style-type: none"> Amadurecimento dos grupos Conquista da transferência da área para o poder público através de instrumento da política urbana (Transferência do Potencial Construtivo). 	Ambos	Matos (2017; 2017b), Hori (2018), Marino(2018),
Coletivos da periferia norte de SP	Vários coletivos		<ul style="list-style-type: none"> Práticas ativismos insurgentes (festivais de rua, intervenções espontâneas, arq. efêmeras), ações educ./pedagógicas, culturais (teatro, música, poesia) Práticas com ênfase no espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> Conscientização de outros agentes, Aprovação da Lei de Fomento à Periferia (formulada pelo Movimento Cultural das Periferias) 	Ambos	Maziero; Almeida (2017)
Vila Autódromo e Vila Pavuna	Moradores + rede apoiadores Lideranças locais (destaque p/ mulheres)	<ul style="list-style-type: none"> Luta pelo Direito à Moradia (população de baixa renda) 	<ul style="list-style-type: none"> Mesclam esp. convidados (audiências, processo judicial), com esp. Inventados (diversas insurgências criativas, elaboração Plano Popular) Práticas com ênfase no espaço físico, redes sociais virtuais (divulgação) 	<ul style="list-style-type: none"> Criação do Plano Popular da Vila Autódromo, Ganhar visibilidade visto a campanha midiática que auxiliou na resistência contra remoções, Impulsionar outros grupos frente a situações semelhantes (Vila da Paz em SP, Vila Tripa em POA) 	Ambos (planejamento se reduz à área)	Monteiro; Medeiros (2017), Tanaka (2017)
Região da Baixada Fluminense - RJ	Moradores e apoiadores (mov. Estudantis, médicos, igreja)	<ul style="list-style-type: none"> População de baixa renda (acesso à água) 	<ul style="list-style-type: none"> Esp. Convidados (Comitê de Saneamento), Ações do espaço físico (mutirões de limpeza); Esp. Inventados (manifest., ligações clandestinas água) Práticas com ênfase no espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> Conscientização ampliada dando origem a mutirões de limpeza Manifestações que culminaram na criação do Comitê de Saneamento 		Quintslr (2017)
Parque Sitiê, Morro do Vidigal – RJ	Moradores (ação inicial individual) hoje rede internacional (arquitetos)	<ul style="list-style-type: none"> Foco ambiental (inicial), se amplia 	<ul style="list-style-type: none"> Práticas comunitárias que resultam em espacialização e expressam resistência criativa e instaura novos valores (limpeza do lixo, criação de um parque), Práticas com ênfase no espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> Gradativo estímulo aos moradores p/ coletivo, posterior transformação do ambiente construído, Criação de uma rede de solidariedade transnacional, (incluindo arquitetos brasileiros, americanos e japoneses) Empoderamento da comunidade 	Insurgências na forma de resistências	Rocha (2017)
Vila Brasilândia – SP	Moradores baixa renda (ação inicial individual), hoje rede internacional	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar e aumentar consciência mental-social-ambiental da comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> Práticas comunitárias, projetos temporários e de médio e longo prazo ligados ao aumento da consciência mental-social-ambiental Práticas com ênfase no espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento conscientização grupo (resiliência comunitária), Instauração processos emancipatórios tendem fortalecer economia local (feiras de trocas, criação cooperativas), Criação rede transnacional (Transition Towns Network) 	Planejamento independente	Rocha (2017)

Mebêngôkre Kayapós - Amazônia	Indígenas	<ul style="list-style-type: none"> Luta étnica (indígena) Demarcação de terras indígenas 	<ul style="list-style-type: none"> Invasão, tomada de garimpo, encontro de povos indígenas 	<ul style="list-style-type: none"> Luta pela terra 	Foco em insurgências	Saidler (2017)
Comunidade Jardim Nova Esperança/ Banhado Resiste	Associações comunitárias e apoiadores diversos	<ul style="list-style-type: none"> Luta pelo Direito à Moradia (população de baixa renda) 	<ul style="list-style-type: none"> Ações dos grupos se diferenciam, variando de ações culturais (fotográficas, audiovisuais, festivais, festas) a ações de mobilização popular (atos e passeatas) Práticas com ênfase no espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> Luta histórica - relações com políticos renderam frutos contra hegemônicos na participação da elaboração da Constituição de 1988 Mapeamento da realidade existente em conjunto com a Defensoria Pública 	Ambos	Silva (2017)
Brás de Pina – 1960	Moradores e apoiadores	<ul style="list-style-type: none"> Luta pela melhoria da moradia (pop. de baixa renda) 	<ul style="list-style-type: none"> Ações voltadas à melhoria do assentamento (assessoria técnica p/ urbanização), Práticas com ênfase no espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração plano preliminar urbanização assentamento, Criação rede de solidariedade (Federação Favelas do Estado da Guanabara, estudantes) 	Ambos (planejamento restrito grupo)	Tanaka (2017)
Território Insurgente de Dandara - BH	Famílias de baixa renda + rede de apoiadores	<ul style="list-style-type: none"> Luta pelo Direito à Moradia (população de baixa renda - ocupação de prédios ociosos) 	<ul style="list-style-type: none"> Inventados (ocupação de prédios públicos ociosos) Práticas com ênfase no espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração do Plano Diretor de Dandara, Resistência frente à pressão p/ remoção da ocupação, Criação de rede de solidariedade (ativistas independ., mov. sociais, igreja católica, universidades, MST, Fórum de Moradia do Barreiro, Brigadas Populares) 	Ambos (planejamento restrito ao grupo)	Tanaka (2017)
Ocupação do Trilho, Fortaleza	Moradores + rede de apoiadores	<ul style="list-style-type: none"> Luta pelo Direito à Moradia (população de baixa renda (ameaça de remoção Copa do Mundo 2014)) 	<ul style="list-style-type: none"> Espaços convidados e inventados (dossiê da comunidade, planos alternativos p/ traçado do VLT, levant. questões técnicas p. demonstrar viabilidade de manutenção de mais famílias no assentamento) Práticas com ênfase no espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> Organização comunitária, Articulação c/ outros agentes p/ organizar resistência e ações de planejamento (elabor. propostas alternativas) Criação de rede de solidariedade (universidade, Comitê Popular da Copa, mov. Luta pela Defesa da Moradia) 	Ambos (planejamento restrito ao grupo)	Tanaka (2017)
Vila da Paz, SP	Moradores + Comitê Popular da Copa	<ul style="list-style-type: none"> Luta pelo Direito à Moradia (pop. baixa renda (Copa 2014)) 	<ul style="list-style-type: none"> Práticas com ênfase no espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> Organização comunitária e resistência, Elaboração de planejamento alternativo (influenciado pela Vila Autódromo), 	Ambos (planejamento restrito grupo)	Tanaka (2017)
Co-Design no Rio	Grupos acadêmicos	<ul style="list-style-type: none"> Ativação do espaço público, conscientização 	<ul style="list-style-type: none"> Práticas de ativismo insurgentes (experimentações estético-políticas no espaço público) Práticas com ênfase no espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> Experimentações pedagógicas no espaço público, Experimentações de práticas colaborativas no espaço público, 	Foco em insurgências	Ventura; Szaniecki; Tibola (2017)
Ocupações de prédios ociosos		<ul style="list-style-type: none"> Luta pelo Direito à Moradia (população de baixa renda) 	<ul style="list-style-type: none"> Inventados (ocupação de prédios públicos ociosos – experiências nacionais e internacionais) Práticas com ênfase no espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir acesso à moradia, 	Foco em insurgências	Caminha (2017)
Projeto LUME, BH	Universidade e comunidades	<ul style="list-style-type: none"> Direito à Cidade/ Espaços simbólicos 	<ul style="list-style-type: none"> Inventados – projetos socioculturais desenvolvidos em Lugares de Memória (LUME) Práticas com ênfase no espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> Mapeamento de identidades culturais e LUMEs Originar projetos envolvendo comunidades de diversos municípios (formação crítica-pragmática dos envolvidos) 		Lima et al (2017)
Comunidade Indiana, Rio de Janeiro	Comunidade e apoiadores	<ul style="list-style-type: none"> Luta pelo Direito à Moradia (população de baixa renda) 	<ul style="list-style-type: none"> Espaços convidados (particip. assembleias) e inventados (articulações para suporte de ações de assessoria técnica, mapeamento do assentamento, oficinas lúdicas de caráter pedagógico) Práticas com ênfase no espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> Estreitamento das relações entre grupos distintos (comunidade, universidade, Defensoria Pública), Aprendizado e conscientização dos envolvidos Melhorias assentamento: Plano de Urbanização, projetos p/ espaços coletivos e de melhorias p/ residências 	Ambos (planejamento restrito ao grupo)	Albernaz et al (2017)
Comunidades Barbosinha e Piratininga, Diadema	Moradores assentamentos + Observatório das Remoções	<ul style="list-style-type: none"> Luta pelo Direito à Moradia (população de baixa renda) 	<ul style="list-style-type: none"> Espaços convidados (participação em encontros públicos Câmara) e inventados (articulação com o Lab Remoções), Práticas com ênfase no espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> Conscientização do grupo (lista reivindicações p/ ação civil pública e avanço na mobilização comunitária Criação de Plano Popular Alternativo p/ assentamento, Proposta criação de material didático para comunidade, 	Ambos (planejamento restrito ao grupo)	Mallack et al (2017)
Ocupações de edifícios ociosos (SP)	Grupos coord. p/ Mov. Sem-Teto do Centro	<ul style="list-style-type: none"> Luta pelo Direito à Moradia (população de baixa renda) 	<ul style="list-style-type: none"> Espaços inventados (ocupação), Práticas com ênfase no espaço físico 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir acesso à moradia, Articular entidades que atuam simultaneamente em escalas diversas (municipal, estadual e federal) 		Miranda (2017)

Elaborado por L. C. Melchior (2019).

APÊNDICE G – DETALHAMENTO DAS FONTES USADAS PARA COLETA DE INFORMAÇÕES DA ETAPA 3 DA PESQUISA.

Jornais e mídias alternativas – entre os jornais e mídias alternativas foram consultados:

- a) **Jornais/ portais de notícias:** nacionais, como o Portal de Notícias G1 (plataforma de notícias de grande circulação vinculada ao globo.com e pertencente ao Grupo Globo), e Folha Online (vinculada ao Jornal Paulista de circulação nacional Folha de São Paulo); e internacionais, através da consulta de importantes veículos da mídia internacional como El País (Espanha), The Independent e The Guardian (Inglaterra), Le Monde Diplomatic (França) e The New York Times (Estados Unidos), voltados a buscar a perspectiva e a repercussão internacional das experiências analisadas (perspectiva que muitas vezes se contrapõe a das grandes mídias locais). A coleta foi feita nos arquivos digitais desses portais pesquisando-se notícias envolvendo os nomes das experiências nacionais e internacionais estudadas na pesquisa.
- b) **Blogs de mídias alternativas:** buscando contrapontos em relação ao divulgado na grande mídia foram pesquisados, para as experiências nacionais, mídias alternativas a exemplo do RioOnWatch, Marco Zero Conteúdo, Carta Capital e blog da Raquel Rolnik (pesquisadora reconhecida no campo do urbanismo/ planejamento). A coleta foi feita a partir da pesquisa de notícias envolvendo os nomes das três experiências nacionais estudadas na pesquisa.

Documentos – foram consultados mais especificamente, entre outros:

- a) Ocupação Taksim Gezi:
 - Projeto de pedestralização da área Taksim Gezi,
 - *Gezi Report. Public perception of the 'Gezi protests' Who were the people at Gezi Park?* (KONDA, 2014).
- b) Federação de Pessoas Desabrigadas das Filipinas (*Homeless People's Federation Philippines – HPFP*):
 - Relatórios do HUDCC – *Housing and Urban Development Coordinating Council, HABITAT III: The Philippine National Report*,
 - Relatório *Habitat for Humanity in Philippines* e da UN-Habitat & Cities Alliance,
 - Relatório da *Philippine Statistics Authority*,
 - Relatório Banco Mundial – *The Asian Coalition for Community Action Approach to Slum Upgrading*.
- c) Movimento Coordenadora *No a La Costanera Norte* / org. comunitária *Ciudad Viva*:
 - Periódico *La Voz de La Chimba* (produzido pelo grupo),
 - Publicações ITDP (*Institute for Transportation and Development Policy*).
- d) Movimento Ocupe Estelita:
 - Documentos elaborados pelo Ministério Público e Tribunal Regional Federal referentes ao processo judicial que trata do Cais Estelita (Proc. nº 0001291-34.2013.4.05.8300),
 - Lei Municipais 17.511/2008 (Plano Diretor) e 16.176/1996 (Uso e Ocupação do Solo),
 - Documentos da Prefeitura de Recife específicos ao Projeto Novo Recife.
- e) Vila Autódromo:
 - Plano Popular da Vila Autódromo, versões 2012 e 2016 (elaborado pela comunidade),
 - Documentos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro relativos ao projeto proposto para a área da Vila Autódromo.

f) Coletivos de arte e cultura atuantes no centro de São Paulo – focado na ação dos coletivos Política do Impossível e Baixo Centro (BxC):

- Publicações produzidas pelo Coletivo Política do Impossível, destacando-se a publicação Cidade Luz (POLÍTICA DO IMPOSSIVEL, 2008),
- Lei Municipal 14918/09 (Autoriza Concessão Urbanística na área da Nova Luz),
- Documentos da Prefeitura Municipal de São Paulo relativos ao Projeto Nova Luz.

Blogs e redes sociais digitais – para capturar a perspectiva dos agentes envolvidos nos processos, em especial a perspectiva dos grupos e movimentos estudados, foram analisados documentos e textos por esses criados e divulgados nas mídias digitais das quais esses fazem uso, incluindo blogs, canais de compartilhamento de vídeos (Youtube) e redes sociais digitais (Facebook, Twitter), sendo consultados:

a) Ocupação Taksim Gezi

- Twitter *Occupy Gezi News* – <https://twitter.com/OccupyGeziNews>
- *Historical Atlas of Gezi Park* – <https://postvirtual.wordpress.com/2013/06/27/historical-atlas-of-gezi-park/>
- Website Solidariedade Taksim (Turquia) – <https://www.taksimdayanisma.org/bilesenler?lang=en>
- Demandas *#occupygezi movement* – <https://reclaimistanbul.com/2013/06/07/demands-of-occupygezi-movement/>
- Website *Everywhere Taksim*, grupo internacional de solidariedade ao movimento – <http://everywheretaksim.net/about/>
- Projeto de Pedestrialização da Praça Taksim – disponível no site da Associação de arquitetos freelancers de Istambul (Istanbul Serbest Mimarlar Derneği) – <http://en.megaprojeleristanbul.com/#taksim-square-pedestrianization-project>

b) Federação de Pessoas Desabrigadas das Filipinas (HPFP)

- Página da HPFP (vinculada à PHILIPPINE ALLIANCE) – <https://www.philippinealliance.org/>
- Facebook da HPFP – [facebook.com/Homeless-Peoples-Federation-Philippines-Inc-118889708182726/](https://www.facebook.com/Homeless-Peoples-Federation-Philippines-Inc-118889708182726/)

c) Movimento *Coordinadora No a La Costanera Norte* / org. comunitária *Ciudad Viva*:

- Página da Organização *Ciudad Viva* – www.ciudadviva.cl
- Facebook da Organização *Ciudad Viva* – <https://www.facebook.com/SomosCiudadViva/>
- Twitter da Organização *Ciudad Viva* – https://twitter.com/ciudad_viva

d) Movimento Ocupe Estelita

- Blog do grupo Direitos Urbanos – <https://direitosurbanos.wordpress.com/>
- Facebook do Movimento Ocupe Estelita – <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/>
- Canal do Youtube do #Ocupe Estelita – <https://www.youtube.com/user/ocupeestelita>
- Página da Prefeitura Municipal de Recife – <http://www2.recife.pe.gov.br/index.php>
- Marco Zero Conteúdo (coletivo de jornalismo investigativo) – <http://marcozero.org/#>

e) Vila Autódromo:

- Facebook da Comunidade da Vila Autódromo – [facebook.com/vivaavilaaudromo/](https://www.facebook.com/vivaavilaaudromo/)
- Blog da Comunidade da Vila Autódromo – <http://comunidadevilaaudromo.blogspot.com/>
- Museu das Remoções – <https://museudasremocoes.com/> e <https://www.youtube.com/channel/UC6k-b8Uck2DRWsiQBW6pmVA>
- Página do RioOnWatch – <https://www.rioonwatch.org/>
- Canal youtube do RioOnWatch – <https://www.youtube.com/user/rioonwatchtv/>

- f) Coletivos de arte e cultura atuantes no centro de São Paulo – focado na ação dos coletivos Política do Impossível e Baixo Centro (BxC)
- Canal do Youtube do Coletivo Política do Impossível – <https://www.youtube.com/user/Politicoimpossivel>
 - Facebook do Festival Baixo Centro – <https://www.facebook.com/BaixoCentro/>
 - Páginas de parceiros do Festival Baixo Centro – <https://atelier397.com/baixo-centro/> e <http://baixacultura.org/baixocentro-ou-as-ruas-sao-para-dancar/>
 - Página da Prefeitura Municipal de São Paulo – <https://www.prefeitura.sp.gov.br/>

Material Iconográfico – além das fontes já mencionadas, foram analisados documentários e material iconográfico criado pelos grupos e movimentos estudados nessa etapa da pesquisa. Entre os materiais iconográficos analisados se destacam:

- Produzidos pelo movimento de ocupação Taksim – Gezi e seus apoiadores:
 - Documentário *Taksim Commune: Gezi Park and the Uprising in Turkey* – <https://vimeo.com/71704435>
- Produzidos pelo Movimento Ocupe Estelita e seus apoiadores:
 - Documentário Vida Estelita
 - Documentário Cabeça de Prédio
 - Documentário Recife: Cidade Roubada
 - Documentário Novo Apocalipse Recife
 - Documentário Acorda
(Todos disponíveis no canal Youtube do MOE https://www.youtube.com/channel/UCtAggLC_iC4qwEoQsWB9PKQ)
 - Documentário Velho Recife Novo
 - Anúncios e imagens referentes a eventos promovidos pelo MOE, divulgados no Facebook do movimento
- Produzidos pela comunidade da Vila Autódromo e seus apoiadores:
 - Documentário “STOP DESPEJOS | A Nazaré não fica na rua!” – <https://vimeo.com/313830147?fbclid=IwAR1aEapqz0IE3ZU0Xdawd40bsIBRkdi32sAVXniP8WqJtNi0VYavJek2XfY>
 - Documentário “Vila Autódromo: um Bairro Marcado para Viver” – https://www.youtube.com/watch?v=RMgRZ-60i_I
 - Documentário “*One Man, One City, Three Evictions: The Human Cost of Rio’s Growth*” – https://www.youtube.com/watch?v=-E_SqKhcc4A
 - Vídeos e documentários exibidos no Facebook da comunidade – <facebook.com/vivaavilaaudodromo/>
 - Vídeos, documentários e diversos materiais audiovisuais produzidos pela comunidade e divulgados em sua página da internet – <https://vivaavilaaudodromo.wordpress.com/author/vivaavilaaudodromo/>
Anúncios e imagens referentes a eventos promovidos pela comunidade, divulgados no Facebook da mesma
 - Materiais produzidos sobre o espaço da Vila Autódromo (Cartografia Afetiva, fotos, mapas)
- Produzidos pelos coletivos Política do Impossível e Baixo Centro:
 - Vídeos com informações sobre o Festival Baixo Centro, produzidos pelos idealizadores do movimento – canais do youtube #baixocentro
 - Vídeos divulgados no canal do Youtube do Coletivo Política do Impossível – <https://www.youtube.com/channel/UCgUBB3YKoBQCCFMfjDXakNw>

APÊNDICE H – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM PESQUISADORES ENVOLVIDOS COM AS EXPERIÊNCIAS ANALISADAS NA PESQUISA.

a) Questões

- 1 - Como se deu o seu contato com a experiência do _____? Você teve uma participação direta no processo?
- 2 - Como você percebe a relação entre as ações do grupo/movimento _____ com a construção do espaço urbano? Qual o potencial da experiência para influenciar o planejamento urbano?
- 3 - Quais você acredita que foram os principais resultados alcançados nessa experiência? Que desdobramentos podem ser/foram gerados com a experiência?
- 4 - Que aspectos você considera que seriam importantes ressaltar em relação a experiência do _____?

(versão em inglês)

- 1 - How did you get in contact with the _____ group/movement? Did you have a direct role in the process?*
- 2 - How do you perceive the relationship between the actions of the group/movement and the production of urban space? What is the potential of that experience to influence urban planning?*
- 3 - What do you believe were the main results achieved in that experiment? What repercussions can/were generated from experience?*
- 4 - What aspects do you consider that would be important to highlight in relation to the _____ experience?*

b) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1 – Essa pesquisa está vinculada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), e é desenvolvida por Lúcia Camargos Melchiors, email: _____, WhatsApp (___) _____. Tem como supervisora a Dra. Heleniza Ávila Campos.

2 – A tese busca investigar como redes de agentes sociais podem contribuir para a produção de um planejamento urbano contra hegemônico, capaz de responder aos desafios da globalização e que contribua para a redução de desigualdade/injustiças sociais.

3 – Os sujeitos de pesquisa são pesquisadores que estiveram participação direta/indireta em alguma das experiências analisadas na pesquisa ou que as enfocaram em seus trabalhos.

4 – A pesquisa tem duração total de 04 anos.

5 – Sobre os benefícios e danos dos procedimentos, informamos que a probabilidade de prejuízos aos sujeitos participantes estará sendo minimizada pelo cuidado e experiência da pesquisadora, acrescido ao processo de supervisão. Os resultados da pesquisa serão revelados através do relatório final e de artigo sobre a temática pesquisada, através dos quais os sujeitos participantes poderão tomar conhecimento sobre os mesmos.

6 – É garantido aos sujeitos participantes a opção de autorizar que suas ideias e produção, a partir das respostas da entrevista, sejam creditadas ou se prefere que seja mantido o sigilo em relação a sua identidade.

Pelo presente termo de consentimento livre e esclarecido, declaro que autorizo minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado (a) de forma clara e detalhada, livre de qualquer constrangimento, dos objetivos e forma de desenvolvimento da presente pesquisa. Fui igualmente informado(a) de que: a participação neste estudo é voluntária; posso me recusar a participar ou retirar meu consentimento em qualquer momento sem qualquer tipo de penalidade; posso buscar informações adicionais sobre o estudo através de contato com a pesquisadora e que terei acesso aos resultados relacionados às informações que prestei; as entrevistas serão realizadas através de respostas a questões enviadas por e-mail/WhatsApp.

Data:

Nome e assinatura do sujeito pesquisado: _____

Opção de citação (crédito das idéias/sigilo da identidade): _____

Nome e assinatura do pesquisador: _____

(versão em inglês)

Free Informed Consent Form

1 – *This research is linked to the Federal University of Rio Grande do Sul – Postgraduate Program in Urban and Regional Planning (PROPUR), is developed by Lúcia Camargos Melchioris, email: _____, WhatsApp (____) _____; and supervised by Dr. Heleniza Ávila Campos.*

2 – *The thesis seeks to investigate how networks of social agents can contribute to the production of counter-hegemonic urban planning; capable of respond to the challenges of globalization, and to contribute to the reduction of social inequality and injustices.*

3 – *Research subjects are individuals who have participated directly or indirectly in some of the experiences analysed in the research, or who have discussed these experiences on their work.*

4 – *The duration of the research is 04 years.*

5 – *Regarding the benefits and damages of the procedures, we inform that the probability of harm to the participating subjects will be minimized by the researcher's care and experience and supervision. Research results will be revealed in the final report and papers through which participating subjects can have access to it.*

6 – *Is guaranteed to participating subjects, after providing informed consent, the option to receive credit for your observations/ideas, based on the interview responses, or, if you prefer, the recordings will be kept anonymous, without any reference to your identity.*

By this Free Informed Consent Form, I declare that I authorize my participation in this research project, since I was informed about the research and its objectives, free of any constraints. I have been informed that: participation in this study is voluntary; I may refuse to participate or withdraw my consent at any time without any kind of penalty; I may seek additional information about the study through contact with the researcher and that I will have access to results related to the information I have provided; and the interviews will be conducted by email/WhatsApp.

Date:

Name and signature of the subject interviewed: _____

Citation option (ideas credit / confidentiality): _____

Name and signature of the researcher: _____

APÊNDICE I – FEDERAÇÃO DE PESSOAS DESABRIGADAS DAS FILIPINAS – HPFP: TÁTICAS, PROGRAMAS, ATIVIDADES E RESULTADOS ALCANÇADOS

Táticas	Programas / Descrição das Atividades	Resultados alcançados
Mecanismos financeiros	Fundos de poupança e empréstimo gerenciados pelas comunidades – incluem diversas modalidades; organizados no nível das comunidades e níveis superiores; fundo de Desenvolvimento Pobre Urbano. Alguns programas de poupança são desenvolvidos em colaboração com instâncias do Estado.	<ul style="list-style-type: none"> • Empoderamento das comunidades; • Redução da vulnerabilidade financeira; • Estreitar laços de confiança e capacit. coletiva (gerenc. coletivo de fundos); • Aumento do reconhecimento do grupo; • Melhoria de negociações com Estado (superação da mentalidade passiva);
Mobilização comunitária; Criação de redes ampliadas	Intercâmbios internacionais para troca de experiências (do dia-a-dia e entre países distintos) – Compartilhamento de experiências entre comunidades com situações/problemas similares, mas vivendo realidades distintas.	<ul style="list-style-type: none"> • Empoderamento e capacitação; • Desenvolvimento do conhecimento local e de uma “sabedoria comum”; • Fortalecimento de grupos locais (intercâmbios entre comunidades);
Mapeamento e pesquisas	Pesquisas e mapeamento – envolvendo moradores e equipes especializadas para contar comunidades residentes em áreas de risco; inventário de terrenos potenciais p/ produção habitacional; pesquisa títulos de propriedade e negociações p/ compra/concessão (de terrenos públicos). Muitas dessas ações são desenvolvidas com o suporte ou em parceria com instâncias governamentais (governos locais).	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização comunitária; • Suporte à habitação e à elaboração de projetos; • Criação de parcerias com governo; • Sensibilização de outros grupos p/ o problema habitacional; • Ampliação de espaços de negociação com agentes de poder.
Mobilização comunitária; Pesquisas	Suporte à segurança da moradia – regularização fundiária, formação de associações de moradores, identificação terras, preparação títulos, planejamento e layout moradias, exploração fontes de empréstimo.	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização das comunidades; • Melhoria de assentamentos; • Redução das condições de vulnerabilidade.
Mobilização comunitária; Estratégias de projeto/ desenho	Oficinas de desenho de moradias – incluindo a capacitação na construção, explorando materiais e técnicas mais econômicas e visando aumentar o repertório de opções de projeto que podem ser usadas nas moradias.	<ul style="list-style-type: none"> • Empoderamento e capacitação das comunidades (desenvolver habilidades de construção, partilhar saberes); • Aumentar resiliência das habitações a desastres naturais.
Mobilização comunitária; Estratégias de projeto/ desenho	Exposições de casas-modelo – visando explorar e divulgar o projeto de moradias adequadas as comunidades atendidas, bem como divulgar ideias para o Estado.	<ul style="list-style-type: none"> • Empoderamento capacitação das comunidades (aumento de conhecimento dos grupos envolvidos); • Compartilhamento de experiências/ idéias com amplo número de pessoas.
Mobilização comunitária	Incentivo a práticas de reciclagem c/ fonte de renda – capac. catadores a iniciar peq. empresas (reter lucros obtidos c/ reciclagem), buscar alternat. reciclagem p/ aumentar retorno financeiro (centro de recursos que permitam melhores preços de venda ao mercado).	<ul style="list-style-type: none"> • Empoderamento e capacitação das comunidades; • Redução das condições de vulnerabilidade.
Suporte à habitação; Estratégias financeiras	Apoio financeiro e suporte à construção de moradias de famílias reassentadas – articula-se ao Programa de Infraestrutura de Financiamento Liderado pela Comunidade, gerenciado p/ ONG inglesa (<i>Homeless International</i>), e financiado por agência internacional (Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, Departamento p/Desenvolvimento Internacional). Governo local provê suporte técnico.	<ul style="list-style-type: none"> • Redução das condições de vulnerabilidade; • Empoderamento e capacitação das comunidades (envolvendo-as em todos os estágios do processo - projeto à construção); • Reconhecimento por outras instâncias de poder.
Suporte à habitação	Programas de suporte a desastres naturais – produção de moradias temporárias. Alguns projetos são desenvolvidos em co-produção com governos locais.	<ul style="list-style-type: none"> • Organização comunitária (desastres c/ catalisadores da ação coletiva); • Redução da vulnerabilidade; • Reconhecimento por parte do Estado.
Mobilização comunitária; Suporte à habitação	Projetos de melhoramento gerenciados pela comunidade – melhoria condições saúde/segurança em assentamentos (ilumin. pública/solar, construção muros, estação recarga de água). Parceria com Coalisão Asiática pelos Direitos da Habitação. Voluntários (arg/eng) dão suporte técnico.	<ul style="list-style-type: none"> • Empoderamento e capacitação das comunidades (tornando-os mais aptos para liderar a fase de planejamento e implementação dos projetos futuros).

Fonte: Elaborado por L. C. Melchior (2019) com base em: VMSDFI (2001); UN-Habitat; Cities Alliance (2006); Dodman; Mitlin; Rayos Co (2009); Ibabao (2013).

APÊNDICE J – CIUDAD VIVA: PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDOS PELA ORGANIZAÇÃO

Ano	Projetos	Principais ações	Resultados/Desdobram. alcançados
2000	Agenda de transporte dos cidadãos; <i>Hacia el Barrio Bellavista 2000</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação agenda cidadã p/ transporte sustentável e de pacote de propostas concretas (comunidade e técnicos); • Articulação c/ planejadores municipais p/ discutir melhorias transporte e impacto estacionamentos; • Ação coletiva contrária à implantação de casas noturnas no bairro <i>Bellavista</i> (barulho, poluição); 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização comunitária e reforço da capacidade comunitária de exercer seu direito de participar dos processos decisivos; • Desenvolvimento de lideranças e de agentes comunitários p/ atuar em prol de seus direitos (identificação de problemas, planejamento de estratégias);
2001-2002	<i>Recicle para viver melhor</i> – parceria com <i>EcoBella</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Campanha e mobilização comunitária em prol da reciclagem (atividade infantil coleta de jornais/lixo seco; curso de preparação de comida) 	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão da rede de cooperação; • Desenvolvimento da participação comunitária, ampliação dos agentes envolvidos no debate e no levantamento de iniciativas de melhorias do território local;
2003-2004	<i>Muévete por una Ciudad Mejor</i> – parceria com Avina ²⁸⁸	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas comunitárias em Pedro de Valdivia Norte, Bellavista e Veja (eventos ciclísticos p/ lançamento de livro transporte/equidade; coquetel festivo como mercado de frutas e flores) • Manifestações; • Campanhas informativas e ações de incidência pública (semin. internacional); • Lobbying (políticos e acadêmicos); • Inspeções de cidadãos na região da Chimba e nas novas linhas do metrô 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação para atuar em conjunto (desenvolver habilidade ouvir, compartilhar problemas); • Difusão/informação sobre problemas urbanos; • Reconhecimento do grupo por parte de alguns agentes governamentais; • Premiação no Prêmio Inovação em Cidadania
2004	<i>“Por una ciudad viva”</i> – parceria com Avina	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da gestão cidadã de territórios (<i>Bellavista</i>) incorporando o patrimônio como uma questão transversal; • Construção de unidade audiovisual do grupo como sociedade civil-privada (interação com cineasta) 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de uma rede de apoio aos direitos urbanos e criação da Declaração dos Direitos Urbanos (<i>Coordinadora de Derechos Urbanos</i>)
2005-2006	Campanha <i>Bicivilízate</i> – parceria com <i>Casa de la Paz</i> , grupos ciclistas <i>Arriba e la Chancha e CicloRecreoVía</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de divulgação do ciclismo e práticas de interação comunidade-espço público (seminário de boas práticas de ciclismo, eventos em espaços públicos, implementação de programas em escolas); • Objetivava implantar projetos piloto de rotas seguras de ciclismo conectadas a escolas; integrar sistema de transporte público e ampliar da prática do ciclismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas de articulação acarretaram a falência do projeto <i>Bicivilízate</i> causando danos na reputação da organização; • Retomada das relações com outras instituições de ciclismo (<i>Macletas, Bicicultura, CicloRecreoVía</i>); • Mudança do perfil da organização (de centrada no ciclismo, para centrada na comunidade)
2006	<i>Charrette Bellavista</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Charrette Bellavista - proposta conjunta de remodelação da rua Pio Nono. 	<ul style="list-style-type: none"> • Transformação do espaço público através da renovação da rua Pio Nono
2007-2008	Mapa Verde – parceria com Natura e ONG Norte Americana Green Map	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de mapas participativos com ciclistas, e estudantes de uma escola pública e adultos do bairro Bellavista 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de 10 mapas e relatório (ideias e instrução para práticas mais sustentáveis na cidade)
2005-2006	Planos Reguladores de <i>Recoleta e Providencia</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Participação nas discussões de elaboração dos planos reguladores; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da comunidade nas discussões sobre o planejamento da área
2007-2010	Aliança I-CE (ONG Holandesa <i>I-CE - Interface for Cycling Expertise</i>), GORE (Governo Regional Metropolitano de Santiago) e equipe do ministério de	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação e treinamento (agentes públicos e comunidade); reuniões para articulação (eventos internacionais); • Organização de mesa-redonda entre governo e cidadãos (discutir plano de ciclismo para Santiago); • Auditorias de ciclovias existentes; • Workshops aprofundados sobre planos de ciclismo; • Mapeamento participativo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização de diversos agentes em atividades participativas; • Influência no desenho urbano da cidade com a conquista da implementação de estações de estacionamento de bicicletas em estações de metrô; • Publicação de manual de apoio para revisão dos padrões de estradas nacionais;

²⁸⁸ Fundação presente em 20 países voltada a promoção do desenvolvimento sustentável.

	transporte nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento de comunidades (ciclistas) em ações de planejamento, avaliação e tentativa de criação de lei p/ ciclismo; • Promoção de festivais e eventos voltados ao ciclismo; atividades educacionais e de gênero (mulheres) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da discussão sobre desenho urbano apropriado em relação ao ciclismo; • Ampliação da cooperação entre diferentes grupos pró-ciclismo e associações de vizinhos
2008	Reformulação rua <i>Pio Nono</i> – apoio Ministro Habitação e governos locais	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Charrette</i> promovendo a discussão sobre a reformulação da rua Pio Nono (principal rua do <i>Bairro Bellavista</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto ganhador do premio Territorio Chile (dado pelo governo Chileno); • Emporamento da comunidade.
2010-2011	Construindo cidadania ativa – projeto com suporte União Européia e do <i>Open Society Institute (OSI)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Foco no desenvolvimento da gestão de vizinhança e habilidades de advocacia política, reciclagem, patrimônio, ciclismo e empoderamento pela democratização (ex. visitas a centros de permacultura, círculo aprendizado sobre planejamento urbano liderado por cidadãos); 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de mapa de problemas de Vizinhança; • Emporamento de comunidades.
2013	<i>Campanha No queremos una ZOIT (Zona de Interese de Turismo), preferimos una Zona de Interés Vecinal</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de visão comum comunitária contrária a transformação de zoneamento dos Bairros <i>Lastaria e Bellas Artes</i> (visto c/ impulsorador de especulação hoteleira, gastronômica) e proposta por processo pouco participativo– opção pelo reforço caráter residencial, cultural, identidade do bairro e recuperar qualidade de vida. 	(sem dados)
2016	<i>Escuela de La Ciudad</i> (parceria <i>Coleg.Arquitectos e Universidad Santiago, Chile</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Curso voltado a construir ferramentas para cidadania ativa (sustentabilidade, direito à cidade, patrimônio, impacto de projetos urbanos) dirigido a público geral (cidadãos e profissionais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de agentes e ampliação da discussão sobre questões urbanas.
2016-2017	<i>Temuco Te Mueve</i> Plano transporte público	<ul style="list-style-type: none"> • Colaboração c/ autoridade regional de transporte e Laboratório de Transformação Social p/ elaboração do plano de transporte. 	<ul style="list-style-type: none"> • Integração entre agentes distintos, incluindo participação comunitária em mapeamentos; o Plano em si (c/ objetivos de inclusão social e participação.
2017	<i>Villa San Luis</i> (campanha coletiva)	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização coletiva (em conjunto c/ <i>Colegio de Arquitectos, Defendamos la Ciudad, Campaña Derecho a la Ciudad y el Territorio</i>) pela preservação do Lote 18-A1 da Villa San Luis (Las Condes). 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Consejo de Monumentos Nacionales</i> (CMN) aprovou votação para declarar o conjunto Monumento Histórico Nacional.
2018	<i>Parque Forestal Santiago</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de petição contrária à proposta de uso do Parque Floresta para corridas de Fórmula E 	(sem dados)
2019	<i>Red de Huertas Comunitarias integrales y participativas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Ações voltadas a construção de hortas comunitárias integrando organizações dos bairros <i>Pudahuel, Recoleta e Providencia</i>. 	(ainda sem dados, em fase de implantação)

Fonte: Elaboração própria com base nas pesquisas de Ducci (2004); Sepulveda (2005); Sagaris (2013); Sagaris (2018) e *Ciudad Viva* (publicações La Voz de La Chimba e Twitter do grupo).

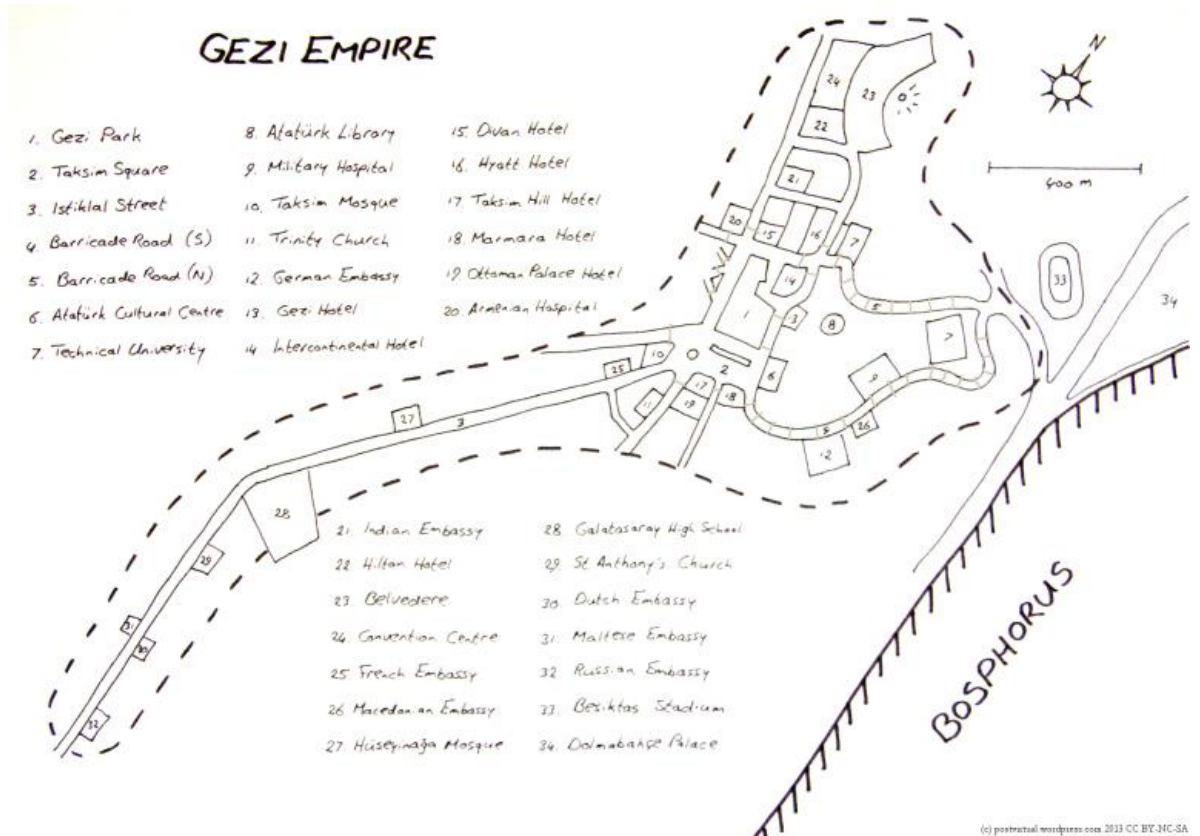
APÊNDICE K – LEVANTAMENTO DE COLETIVOS ATUANTES NO CENTRO DE SÃO PAULO

Nome / Origem	Tipo/ Estratégias de ação	Objetivos	Área foco de Atuação	Agentes
Coletivo BijaRi (ativo) (1997)	Coletivo de arte urbana/centro de criação em artes visuais/multimídia (intervenção. artísticas, design, workshops)	Construir experiências estéticas que transformem a relação entre pessoas, espaço e sociedade	Diversos: Largo da Batata, bairros mais centrais da cidade	Grupo multidisciplinar (artistas, arquitetos, cenógrafos, designers, diretores arte/vídeo, planejadores)
Contrafilé (2000)	Coletivo de arte – política e educação (intervenções artísticas, urbanismo tático)	Investigar relações entre arte-política- educação para ampliar o direito à produção criativa da cidade	Diversos (centro e periferia, SP e ações internacionais)	Grupo transdisciplinar
Política do Impossível (2004)	Intersecção entre arte, educação e política. (fazem projetos de investigação e ação no espaço urbano)	Promover “desejos de transformação no sentido da criação de vida pública” através de projetos de investigação e ação”	Centro de SP – foco no bairro da Luz (oposição ao Projeto Nova Luz)	Artistas e educadores (participam integrant. de outros grupos como Esqueleto Coletivo, Contrafilé e Frente 3 de Fevereiro)
Coletivo π (Pi) (2006-2016)	Coletivo arte urbana/ performances/ intervenções	Ressignificar relações sujeito-espaço urbano. Foco no gênero mulher	Centro de SP	Iniciado por três artistas (mulheres)
Movimento Baixo Centro (2012)	Manifestações artísticas	Criar uma “plataforma digital” que seja um dispositivo capaz de criar uma cultura de ocupação das ruas	“Baixo Centro” (Santa Cecília, Vila Buarque, Campos Elísios, Barra Funda, Luz)	Grupo de produtores e programadores digital envolvendo setores de audiovisual, internet, design, artes, arquitetura
Coletivo Cartográfico (2011)	Interface entre a dança contemp. e outras áreas visuais (performances)	Expor corpo a embates, encontros e simbioses com materialidades concretas	Centro de SP, outros locais e cidades	Criado por três artistas (mulheres)
Arrua Coletivo (2012)	Intervenções urbana, arte, performances, mobilizações	Democratização e direito à cidade – mobilidade, (des)privatização de espaços públicos, diversidade, participação política e internet livre	Cidade de São Paulo	Barbara Lopes, Bruno Scatena, Everton Rodrigues, Clara Castellano e Larissa Silva
Sampapé (2012)	Discute deslocam. a pé (promove caminhadas urbanas lúdicas e temáticas)	Aproximar os cidadãos à cidade através do deslocamento a pé	Cidade de São Paulo	
Sistema Negro (2013)	Debates/reflexões, música, arte, solidariedade	Mesclar cultura e ação no combate ao racismo	Cidade de São Paulo	Produtores, artistas, empreendedores e educadores negros
Bela Rua (2013)	Intervenções urbanas e artísticas; placemaking	Transformar espaços públicos para oferecer melhores experiências urbanas aos usuários	Centro e periferia, tem projetos fora de São Paulo	
Terreyro Coreográfico	Intervenç. urbanas, ritos/danças/cantos, celebrações, (perspectiva coreográfica)	Intervir no espaço público de forma a devolver ao Público o que é público	Cidade de São Paulo	Daniel Kairoz, Rodrigo Andreolli, Carila Matzenbacher, Marília Gallmeister, Ri At Wu, Maira Silvestre
A Batata Precisa de Você (2014)	Ações regulares de ocupação do Largo e atividades de ativação do espaço	Fortalecer relação com a área; evidenciar potencial (convivência/ lazer); reivindicar infraestrutura	Região do Largo da Batata em Pinheiros	Formado por moradores e frequentadores do Largo da Batata
(Se)cura Humana	Ações artísticas criativas	trabalhar a segura da sociedade (sentido metafórico e concreto)	Cidade de São Paulo/ rios urbanos	trabalho de diversos artistas

Criado por L.C. Melchioris (2019) com base em Hori (2017); Lima (2017); Marino (2018), complementado por informações contidas em mídias sociais (Facebook) e páginas de internet usadas pelos coletivos citados.

ANEXOS

ANEXO A – OCUPAÇÃO TAKSİM GEZI (ISTAMBUL, TURQUIA)



Mapa indicando espaços referenciais usados pelo movimento.
Fonte: PostVirtual (2013).

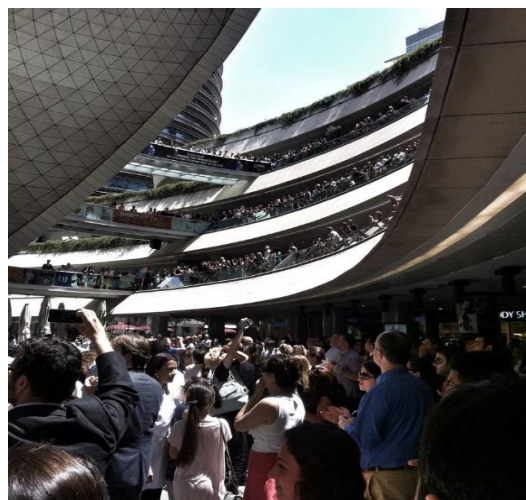


Vista aérea da praça Taksim durante a ocupação.
Fonte: Imagem retirada do documentário Taksim Commune: Gezi Park and The Uprising in Turkey (2013).

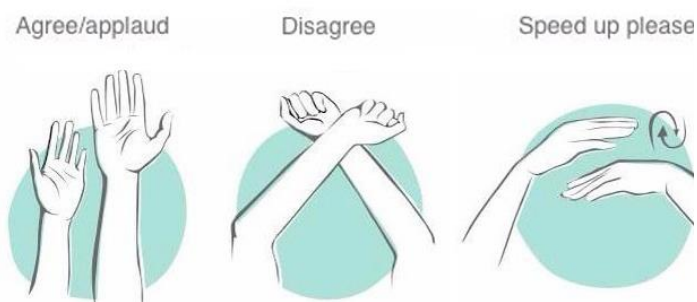
ANEXO B – OCUPAÇÃO TAKSIM GEZI: COLETÂNEA DE ATIVIDADES E ICONOGRAFIAS GERADAS EM APOIO AO MOVIMENTO



1 – Exemplo de uma das diversas atividades comunitárias desenvolvidas na ocupação



2 – Pessoas apoiam o movimento (hora do almoço) em Kanyon (luxuoso shopping center)



3 – Convenções coletivas usadas nos fóruns coletivos



4 – Fóruns coletivos de debates e decisões



5 – Árvore dos Desejos criada durante a ocupação

#OCCUPYGEZI LIBRARY 2



6 – Registros da arquitetura da ocupação (biblioteca comunitária)

1 – CC BY-NC-SA 2.0. Fonte: <https://ccsearch.creativecommons.org/photos/430a1b23-d731-48bb-b90c-1ba3dfc4908>.

2 – CC BY 2.0. Imagem: Muammerokumus. Fonte: <https://ccsearch.creativecommons.org/photos/fc1517cc-1bd1-4978-b952-5836bac1cd79>.

3 – Fonte: İnceoğlu (2013).

4 – CC BY-NC 2.0. Imagem: Strassenstriche.net. Fonte: <https://ccsearch.creativecommons.org/photos/45cc3372-64eb-4eac-96eb-419b2781b669>.

5 – CC BY-NC-SA 2.0. Fonte: <https://ccsearch.creativecommons.org/photos/62736926-31a1-4826-a0e7-37be20c12829>.

6 – Fonte: #occupygeziarchitecture. Disponível em: <https://occupygeziarchitecture.tumblr.com>.

Material iconográfico e humor político criado em âmbito local, nacional e internacional (globalismo):



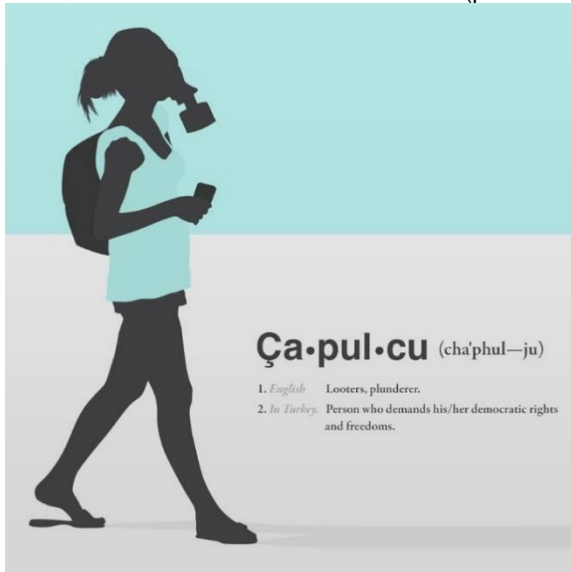
1 – Humor político: primeiro ministro da Turquia corta árvores e a democracia.



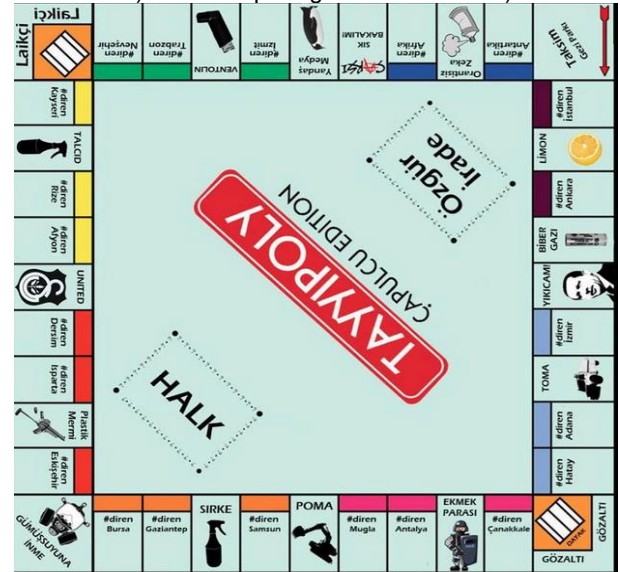
2 – Assimetria de poderes (polícia x manifestantes)



3 – Ironias da ocupação (estátua protegida com máscara)



4 – A palavra *çapulcu* (saqueador) foi primeiro usada p/ primeiro ministro p/ descrever os ativistas, sendo apropriada ironicamente pelo movimento p/ expressar reivindicação de direitos e liberdades.



5 – Iconografia do jogo Banco Imobiliário (convertida à realidade local) é usada para expressar ironia à cidade vista como objeto mercantil.



6 – Exemplo de solidariedade ao mov.



7 – Ironias ao primeiro ministro Turco (usando imagem icônica de álbum dos Sex Pistols – legado internacional do punk e slogan internacional: “Mantenha a calma e seja capulcu”).



8 – Primeiro ministro e grandes mídias turcas (marionetes) são ironizadas c/ imagem icônica do filme O Poderoso Chefão.

1 – Fonte: <http://everywheretaksim.net/wp-content/gallery/latuff/raid-on-occupy-taksim-park-in-istambul-turkey-b.gif>. 2 – Fonte: <http://everywheretaksim.net>. 3 – Fonte: http://everywheretaksim.net/wp-content/gallery/orantisiz-zeka_1/2.jpg. 4 – Fonte: <http://everywheretaksim.net/wp-content/gallery/poster/chapulcu.jpg>.

5 – Fonte: http://everywheretaksim.net/wp-content/gallery/orantisiz-zeka_1/tayyipoly.png.

6 – Fonte: <http://everywheretaksim.net/wp-content/gallery/poster/occupybrasil-occupygezi.jpg>.

7 – Fonte: <https://www.vam.ac.uk/b/blog/posters-stories-va-collection/occupygezi-gezi-protests-turkey>.

8 – Fonte: <http://everywheretaksim.net/wp-content/gallery/poster/9.jpg>.

ANEXO C – COLETÂNEA DE ATIVIDADES REALIZADAS EM OCUPAÇÕES DO CAIS ESTELITA.



1 – Atividades culturais no 1º Ocupe Estelita (2012)



2 – Música e dança no 1º Ocupe Estelita (2012)



3 – Atividades educacionais Ocupe Estelita 2015



4 – Atividades infantis no Ocupe Estelita



5 - Grande Ato Salve o Estelita (2015)



6 – Público do Ocupe Estelita (2014)

1 – Attribution 2.0 Generic (CC BY 2.0). Imagem/Fonte: Direitos Urbanos - <https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/7104150487/>

2 - Attribution 2.0 Generic (CC BY 2.0). Imagem/Fonte: Direitos Urbanos - <https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/7082399377/>

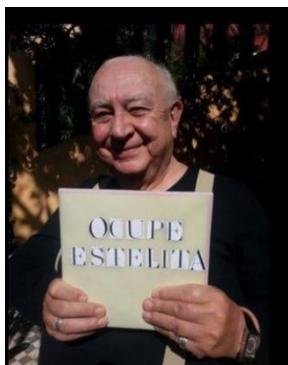
3 - Attribution 2.0 Generic (CC BY 2.0) Imagem/Fonte: Direitos Urbanos - <https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/7082281981/>

4 - Attribution 2.0 Generic (CC BY 2.0). Imagem: Ytallo Barreto. Fonte: Direitos Urbanos - <https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/6972507154/in/photostream/>

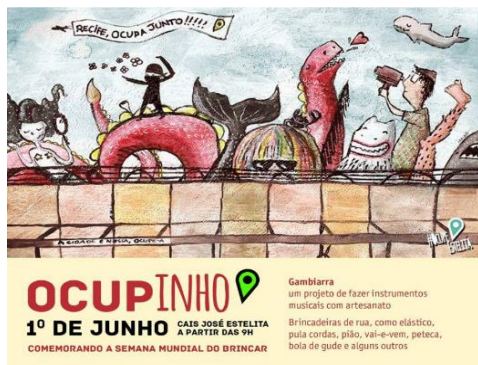
5 - Attribution-NonCommercial 2.0 Generic (CC BY-NC 2.0). Imagem: Marcelo Soares. Fonte: Direitos Urbanos - <https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/17203663398/>

6 - Attribution-NonCommercial 2.0 Generic (CC BY-NC 2.0). Imagem: Marcelo Soares. Fonte: Direitos Urbanos - <https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/14352496315/>

ANEXO D – COLETÂNEA DE EVENTOS DIVULGADOS NO FACEBOOK #OCUPEESTELITA



1 – Campanhas de apoio



2 – Ocupinho (2014)

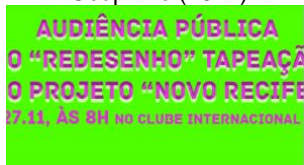
23&24 DE AGOSTO



3 – Programação do Ocupe Estelita (2014)



4 – Campanha informativa (2014)



5 – Convocação p/ Audiência Pública (2014)



6 – Campanha digital – Tuitaço (2015)



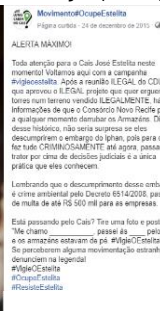
7 – Grande ato de mobilização (2015)



8 – Ato de mobilização (2015)



9 – Campanha Vigie o Estelita (2015)



10 – Convoc. sembréia (2015)



11 – Programação do Ocupe Estelita+5 (2017)



12 – Reunião aberta (2017)



13 – Discussão Plano Diretor (2019)

- 1 – <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/photos/a.320104821469838/328402447306742/?type=3&theater>;
- 2 – <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/photos/a.320104821469838/328490387297948/?type=3&theater>;
- 3 – <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/photos/a.320104821469838/350160701797583/?type=3&theater>;
- 4 – <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/photos/a.320104821469838/335439289936391/?type=1&theater>;
- 5 – <https://www.facebook.com/events/383995065058976/>; 6 – <https://www.facebook.com/events/712631392184032/>;
- 7 – <https://www.facebook.com/events/1580576258887504/>;
- 8 – <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/photos/a.320104821469838/485923808221271/?type=3&theater>;
- 9 – <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/photos/a.320104821469838/570293569784294/?type=3&theater>;
- 10 – <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/photos/a.320104821469838/560412040772447/?type=3&theater>;
- 11 – <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/photos/a.320104821469838/831324000347915/?type=3&theater>;
- 12 – [facebook.com/events/1991879310828722/](https://www.facebook.com/events/1991879310828722/);
- 13 – <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/photos/a.320104821469838/1269217559891888/?type=3&theater>

ANEXO E – COLETÂNEA DE ATIVIDADES REALIZADAS EM APOIO À VILA AUTÓDROMO.



1 - Missa realizada pelo Arcebispo Rio de Janeiro na V. Autódromo (contra remoções) (2013).



2 – Cartografia afetiva da Vila Autódromo (2014).



3 – Insurgências para marcar a presença no espaço.



4 – Festival Cultural (agosto 2015).



5- Divulgação do Plano Popular (versão de 2016).



6- Faixas colocadas pela comunidade para manifestar oposição ao processo (2015).



7 – Atividades culturais - FLUPP na Vila Autódromo (2016).

1 – Fonte: Facebook Vila Autódromo. Disponível em: <https://www.facebook.com/vivaavilaaudodromo/photos/a.232183126888577/498814556892098/?type=3&theater>.

2 – Licença: LAL 1.3. Fonte: Facebook da Vila Autódromo. Disponível em: <https://www.facebook.com/vivaavilaaudodromo/photos/a.232183126888577/656395167800702/?type=3&theater>.

3 – Fonte: Rio on Watch (2018). Disponível em: <https://riononwatch.org.br/?p=35597>.

4 – Fonte: Facebook Vila Autódromo. Disponível em: <https://www.facebook.com/vivaavilaaudodromo/photos/a.232183126888577/829144977192386/?type=3&theater>.

5 – Fonte: Rio On Watch (2016). Disponível em: <https://riononwatch.org.br/?p=18532>.

6 – Fonte: Facebook Vila Autódromo. Disponível em: <https://www.facebook.com/vivaavilaaudodromo/photos/a.232183126888577/886127998160750/?type=3&theater>.

7 – Festa Literária das Periferias (edição 2016). Licença: Attribution 2.0 Generic (CC BY 2.0). Imagem: AF Rodrigues42. Disponível em: search.creativecommons.org/photos/cdb5bdc0-13b7-4746-93f8-e6813d5a222b.

Áreas removidas da comunidade da Vila Autódromo a longo dos anos



A figura, divulgada no Plano Popular da Vila Autódromo divulgado em 2016, mostra as áreas suprimidas e as justificativas para sua remoção. Fonte: AMPAVA, 2016).

ANEXO F – COLETÂNEA DE ATIVIDADES REALIZADAS EM FESTIVAIS DO BAIXO CENTRO.



1 - Atividade realizada no 1º Festival BxC.



2 - Cortejo afro c/ grupo Cangarussu (largo Arouche).



3 - Pop-Burlesque na Praça Roosevelt.



4 - "Cantação" de histórias para crianças.



5 - Apresentação do grupo afro Ilu Obá de Min.



6 - DJs tocam usando energia gerada por bicicletas.

1 – Creative Commons Attribution-ShareAlike 3.0 Unported License. Imagens: Bruno Fernandes. Fonte: <https://bfernandes.cc/1-Festival-Baixo-Centro>.

2, 3, 4, 5 e 6 - Fonte: Festival Baixo Centro (2013).

2 – Disponível em: https://www.facebook.com/pg/BaixoCentro/photos/?ref=page_internal;

3 – Disponível em:

<https://www.facebook.com/BaixoCentro/photos/a.210548045705124/436011426492117/?type=3&theater>;

4 – Disponível em: <https://www.facebook.com/BaixoCentro/photos/a.210548045705124/436337876459472/?type=3&theater>;

5 – Disponível em: <https://www.facebook.com/BaixoCentro/photos/a.210548045705124/436963523063574/?type=3&theater>;

6 – Disponível em: <https://www.facebook.com/BaixoCentro/photos/a.210548045705124/436899433069983/?type=3&theater>.